



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Eduardo von Dentz

**A dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense: dos agronegócios à
complexidade econômica regional**

Florianópolis-SC

2022

Eduardo von Dentz

A dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense: dos agronegócios à complexidade econômica regional

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Título de Doutor em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Carlos José Espíndola

Florianópolis-SC

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

von Dentz, Eduardo

A dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense
: dos agronegócios à complexidade econômica regional /
Eduardo von Dentz ; orientador, Carlos José Espíndola,
2022.

484 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Economia regional. 3. Economias de
aglomeração. 4. Complexidade econômica. 5. Oeste
catarinense. I. Espíndola, Carlos José . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

Eduardo von Dentz
A dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense: dos agronegócios à complexidade econômica regional

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Carlos Casemiro Casaril
Instituto Ignácio Rangel – IIR/UFSC

Darlan Christiano Kroth
Universidade Federal da Fronteira Sul

Certificamos que esta é a **versão final e original** do trabalho de conclusão, que foi julgada adequada para obtenção do título de doutor em Geografia.

Coordenação do Programa de Pós Graduação

Prof. Dr. Carlos José Espíndola – Orientador

Florianópolis-SC, 2022

A quem estiver em condições de entender, este trabalho é dedicado ao maior presidente da história recente da República Federativa do Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva. Sem Lula na presidência, essa pesquisa teria ainda que esperar alguns anos para se tornar realidade.

Igualmente dedico este trabalho aos meus pais, Beno e Adely Marta von Dentz, que, nas suas simplicidades, mas na forma mais profunda da existência humana, sempre apoiaram irrestritamente a conclusão desta tese.

AGRADECIMENTOS

Embora escrever a tese tenha sido uma tarefa individual, muitas pessoas contribuíram para a sua finalização. Em Florianópolis, onde cursei os créditos em disciplinas, e no Oeste catarinense, onde realizei os trabalhos de campo, visitas técnicas, e a redação da maior parte da tese, meu muito obrigado a todos e todas que, de uma forma ou de outra, contribuíram com a pesquisa.

Agradeço ao professor e orientador Carlos José Espíndola, que de fato conduziu esta pesquisa, sempre me orientando com maestria. Além de ter me acompanhado em parte dos trabalhos de campo e em alguns congressos científicos, me explicou sobre leituras complexas de entender, as quais foram fundamentais para a tese. Com um senso acolhedor e rigor científico, concedeu-me a liberdade que exige escrever uma tese, ao mesmo tempo em que foi decisivo ao apontar os caminhos por onde poderia conduzir a escrita dessa pesquisa. Obrigado, professor Carlos, pela pessoa e intelectual que é e que foi ao me orientar nesta empreitada.

Agradeço aos professores da banca de qualificação realizada em outubro de 2019: Clécio Azevedo da Silva e César Ávila Martins (*in memoriam*). Sem vocês, eu teria apresentado muitos equívocos, e o trabalho não teria se tornado o que se tornou. A leitura séria, seguida da arguição detalhada de ambos, foi fundamental para o direcionamento da tese. A contribuição do professor Clécio também se deu quando cursei sua disciplina, no segundo semestre de 2018, sendo as suas aulas muito importantes para o aprofundamento teórico e a reflexão acerca do tema da tese. Infelizmente, a crise sanitária e a tragédia que vem se mostrando o governo brasileiro certamente contribuíram para que o professor César Ávila Martins não estivesse aqui hoje. Onde estiver, professor César, gostaria de lhe dizer muito obrigado pelas suas contribuições para este trabalho.

Agradeço aos professores da pós-graduação em Geografia da UFSC com os quais cursei as disciplinas do doutorado: Márcio Rogério Silveira, Nazareno de Campos, Clécio da Silva, Carlos Espíndola, Elson Pereira e Leila Dias. Todas as aulas que tive com vocês foram do mais alto nível, sempre com espaço para dialogar com os alunos, mas mantendo o compromisso com o rigor acadêmico. Para esta tese, as disciplinas cursadas com estes professores ajudaram muito do ponto de vista teórico e metodológico. Igualmente agradeço à Helena e à Renata, que trabalham na secretaria do programa, as quais me atenderam e trataram com seriedade sempre que precisei resolver qualquer questão. Agradeço aos colegas de doutorado e de mestrado do PPGG, os quais não irei nominar, para não cometer a injustiça de esquecer alguém.

Agradeço aos colegas do grupo de pesquisa: Fernando Farias, João Luciano, Rafael, Bruno, Carlos Casaril e Pablo, que sempre demonstraram apoio nos momentos bons e ruins da vida de pesquisador. Os debates, conversas e reflexões com vocês ajudaram a fazer a travessia que é um doutorado.

Agradeço aos professores Fernando Sampaio e Marlon Medeiros, da Unioeste, campus de Francisco Beltrão, onde fiz o mestrado. Vocês me inseriram em um novo mundo teórico-metodológico da Geografia e me prepararam para estudar na quinta melhor Universidade do Brasil, a UFSC. Ao professor Fernando, em especial, serei sempre grato por tudo o que me ensinou como orientador do mestrado, e por ter sido o primeiro a me apoiar na ideia de ir para a UFSC, inclusive abrindo possibilidades de diálogo com o professor Carlos, lá em 2017. Meu sincero muito obrigado.

Agradeço aos entrevistados, com quem foi possível conversar durante a realização dos trabalhos de campo e visitas técnicas, dentre eles pessoas públicas (deputados, prefeitos, vereadores, secretários municipais) e pessoas que dirigem seus próprios negócios (agricultores, empresários, consultores). Sem a possibilidade de diálogo com essas pessoas seria impossível realizar as análises que estão neste trabalho; por isso, muito obrigado por abrirem as portas para a pesquisa.

Agradeço aos familiares, que apoiaram irrestritamente a ideia de estudar. Todos e todas vocês (pai, mãe, irmãos e irmãs e suas famílias) sabem o quanto foi importante receber apoio durante esses quatro anos. À Magali, companheira de todas as horas, mulher que abraçou comigo um projeto de vida que envolvia o doutorado. Não é difícil acreditar em um trabalho, mas apoiá-lo irrestritamente é outra coisa. Obrigado, Magali, pelo apoio irrestrito.

Agradeço aos amigos e colegas de profissão que a vida me deu em Guarapuava, quando passei a trabalhar como professor colaborador no Departamento de Geografia. Mario, Sandra, Pierre, Aparecido, Lisandro, Marita, Eduardo, muito obrigado pelo apoio e pelo espírito de que, ao final da tese, daria tudo certo.

Agradeço aos membros da banca (Carlos Espíndola, Fernando Sampaio, Clécio da Silva, Carlos Casaril e Darlan Kroth) pelo pronto aceite em fazer parte da avaliação desse trabalho e pela possibilidade que terei em aprender com cada um de vocês no momento da defesa. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa através da concessão de bolsa de doutorado CNPq.

A inclusão dos atores e seu comportamento sob limitações será essencial, se geógrafos econômicos e economistas regionais desejarem ir além da descrição do cenário regional (MARKUSEN, 2005).

RESUMO

A formação econômica e social da região Oeste catarinense tem na base da sua gênese a constituição de pequenos proprietários de terra, que se tornaram pequenos produtores mercantis e paulatinamente foram se integrando aos mercados regional, nacional e internacional. Esse processo contou com a incorporação intensiva de tecnologias, com sucessivas políticas de concessão de crédito pelo Estado, e com investimentos privados, contribuindo para a consolidação de diferentes cadeias produtivas. A partir do ano 2003, a dinâmica geoeconômica do Oeste catarinense, reconhecida no Brasil e no mundo como importante processadora de produtos agroalimentares, passou a apresentar uma complexidade econômica diversificada e, ao mesmo tempo, especializada. Essa complexidade econômica abrange não apenas o setor agroalimentar, mas outros setores econômicos que se tornaram pujantes na região, tais como: produção de máquinas e equipamentos elétricos, papel e celulose, madeiras aplainadas e semiacabadas, indústria moveleira, indústria química, empresas prestadoras de serviços especializados, setor imobiliário, dentre outros. Neste sentido, formaram-se economias de aglomeração com capacidade de concentração de empresas nos setores citados, além de concentrarem serviços bancários, universidades, hospitais e outras instituições públicas e privadas que contribuem na dinamização da economia regional. Verificou-se que ocorreu um crescimento econômico pulverizado na região, em cidades posicionadas estrategicamente do ponto de vista geográfico, as quais servem de base e centralizam estabelecimentos comerciais e de serviços, cujos usos são comuns para a população das áreas de influência de cada economia de aglomeração. Frente ao exposto, o objetivo da pesquisa foi desvendar a complexidade geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense a partir de 2003. Metodologicamente, a pesquisa seguiu quatro passos: 1) levantamento bibliográfico, 2) levantamento de dados, 3) trabalhos de campo e vistas técnicas e 4) organização, tratamento e interpretação dos dados frente a bibliografia levantada.

Palavras-chave: Economia Regional; Economias de Aglomeração; Agronegócios; Dinâmica geoeconômica; Complexidade econômica.

ABSTRACT

The economic and social formation of the West region of Santa Catarina is based on the formation of small landowners, who became small commercial producers and gradually integrated themselves into regional, national and international markets. This process included the intensive incorporation of technologies, successive credit concession policies by the Brazilian State, and private investments, contributing to the consolidation of different production chains. In the 2003s, the geoeconomic dynamics of the West of Santa Catarina, recognized in Brazil and in the world as an important processor of agri-food products, began to present a diversified and, at the same time, specialized economic complexity. This economic complexity encompasses not only the agri-food sector, but others economic sectors that have become thriving in the region, such as: production of electrical machinery and equipment, paper and cellulose, planed and semi-finished wood, furniture industry, chemical industry, service providers specialists, real estate, among others. In this sense, agglomeration economies were formed, capable of concentration companies in the aforementioned sectors, in addition to concentrating banking services, universities, hospitals and other public and private institutions that contribute to boost the regional economy. It was found that there was a fragmented economic growth in the region, in cities strategically positioned from a geographical point of view, which serve of a base and centralize commercial and service establishments, whose uses are common for the population in the areas of influence of each economy of crowd. Based on the above, the objective of the research was to unveil the geoeconomic complexity of the West mesoregion catarinense in the 2003s onwards. Methodological, the research followed four parts: 1) bibliographic survey, 2) data collection, 3) fieldwork and technical visits and 4) organization, treatment and interpretation of data from the bibliography surveyed.

Keywords: Regional Economy; Agglomeration Economy's; Agribusiness; Geoeconomic Dynamic; Economic complexity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Planalto, litoral e encostas de Santa Catarina.....	42
Figura 02. Anúncio de compra e venda de produtos no Vale do Rio do Peixe – SC.....	53
Figura 03. Divisão municipal de Santa Catarina – 1949.....	95
Figura 04. Divisão municipal de Santa Catarina – 1957.....	96
Figura 05. Divisão municipal de Santa Catarina – 1978.....	97
Figura 06. Divisão municipal de Santa Catarina – 1997.....	99
Figura 07. Evolução dos primeiros modelos de tratores agrícolas (1892-1926).....	115
Figura 08. Aviário de frangos com 14 dias de vida.....	120
Figura 09. Visão geral dos produtos exportados pelo estado de Santa Catarina – 2019.....	256
Figura 10. Participação (%) dos países no comércio exterior dos principais municípios exportadores da região Oeste catarinense – valor US\$ FOB (2019).....	268
Figura 11. Participação (%) dos setores industriais nos empregos industriais da região Oeste catarinense – 2021.....	445

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Movimentos ocorridos na indústria avícola do estado de Santa Catarina (1970-1980).....	76
Quadro 02. Aquisição de empresas pelos grandes grupos agroindustriais do Oeste catarinense (1953-2000).....	107
Quadro 03. Detalhamento das atividades econômicas ligadas às cadeias produtivas de suínos e aves em Chapecó – SC.....	143
Quadro 04. Principais fatos da história da transformação da agricultura brasileira (1960-2012).....	251
Quadro 05. Evolução do número de empresas por setor da economia na mesorregião Oeste catarinense (2006-2019).....	283
Quadro 06. Aglomerações econômicas do Oeste catarinense a partir dos serviços bancários (2020), empresas (2020), população (2019), pessoal ocupado assalariado (2018) e PIB dos municípios (2018).....	344
Quadro 07. Lista das maiores firmas empresariais da região Oeste catarinense (2019).....	355
Quadro 08. Participação das economias de aglomeração do Oeste catarinense sobre o número de empresas por município (matriz e filial), setor de atuação, receita líquida (R\$ milhões) e lucro líquido (R\$ milhões) (2019).....	370
Quadro 09. Participação (%) dos setores produtivos nas exportações dos municípios exportadores da região Oeste catarinense (2020).....	377
Quadro 10. Síntese dos dados econômicos e sociais das principais economias de aglomeração da região Oeste catarinense.....	413
Quadro 11. Exportações (%) por setores produtivos das economias de aglomeração da região Oeste catarinense (2020).....	422
Quadro 12. Relação de entrevistas realizadas com gestores públicos e privados no período execução da pesquisa (2018-2021).....	483

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Produção de erva-mate em Santa Catarina (t) e sua participação (%) no mercado do Sul do Brasil (1924-1948).....	57
Tabela 02. Desembolsos totais do BDE (1962-69) – considerando preços constantes de 1969.....	85
Tabela 03. Desembolsos do BRDE realizados nos estados da região Sul do Brasil (1980-96).....	87
Tabela 04. Desembolsos do BADESC por setores em % (1975-1999).....	88
Tabela 05. Quantidade de municípios emancipados por década – Oeste catarinense (1910-1990).....	100
Tabela 06. Evolução do crédito rural concedido no Brasil (valores constantes – 1995-2018).....	131
Tabela 07. Evolução do crédito concedido via Pronaf no Brasil (valores constantes – 1996 a 2018).....	132
Tabela 08. Países com maior produção mundial nos principais agronegócios animal e vegetal em 2018.....	174
Tabela 09. Participação dos principais produtos (%) nas exportações dos municípios selecionados do Oeste de Santa Catarina (FOB US\$ - 2019).....	258
Tabela 10. Participação dos principais países (%) no destino das exportações dos municípios do Oeste de Santa Catarinense (FOB US\$ - 2019).....	266
Tabela 11. Santa Catarina: principais dados regionais.....	290
Tabela 12. Evolução da taxa de urbanização (%) de Santa Catarina e do Oeste catarinense, conforme local de residência das pessoas (1960-2010).....	292
Tabela 13. População total residente (2001-2019) e taxa de urbanização (2010) nos principais municípios do Oeste catarinense.....	293
Tabela 14. Oferta de cursos ligados aos principais setores produtivos nos campi do IFSC e do IFC, da UDESC e da UFFS, no Oeste catarinense – 2020.....	306
Tabela 15. Número total de empresas (matriz e filial – 2020), PIB a preços correntes (R\$ x mil – 2018) e instituições de ensino público e privado (médio e superior – 2018) que atuam nos municípios do Oeste catarinense (2018).....	316
Tabela 16. Número de empresas em atuação por porte nos municípios com maior número de empresas da região Oeste catarinense (2020).....	319

Tabela 17. Número de empresas por atividade econômica nos municípios com maior número de empresas da região Oeste catarinense (2020).....	322
Tabela 18. Número de agências e nome dos bancos em operação nas cidades do Oeste catarinense (2021).....	338
Tabela 19. Principais obras realizadas na infraestrutura rodoviária da região Oeste catarinense no período entre 2004 e 2022.....	387

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 01. Sistema de integração dos setores econômicos a partir da complexidade nos agronegócios.....	142
Organograma 02. Complexidade produtiva dos agronegócios: fornecedores, produção, processamento e distribuição.....	155
Organograma 03. Principais teorias sobre desenvolvimento econômico regional (1820-2021).....	401
Organograma 04. Hierarquia urbana regional com base na teoria dos lugares centrais de Christaller (1966).....	433
Organograma 05. Hierarquia urbana da região Oeste catarinense (2021).....	437

LISTA DE MAPAS

Mapa 01. Localização geográfica da mesorregião Oeste catarinense, divisão municipal e principais cidades.....	29
Mapa 02. Etapas de ocupação do estado de Santa Catarina.....	43
Mapa 03. Distribuição espacial da produção de milho no Brasil (em toneladas – 2017).....	160
Mapa 04. Distribuição espacial da produção de soja no Brasil (em toneladas – 2017).....	161
Mapa 05. Distribuição espacial da produção de leite no Brasil (em valor da produção – 2017).....	165
Mapa 06. Distribuição espacial do rebanho de frangos no Brasil (em cabeças – 2017).....	168
Mapa 07. Distribuição espacial do rebanho de bovinos de corte no Brasil (em cabeças – 2017).....	171
Mapa 08. Distribuição espacial do rebanho de suínos no Brasil (em cabeças – 2017).....	172
Mapa 09. Distribuição espacial da produção de soja em Santa Catarina (toneladas, 2018).....	189
Mapa 10. Distribuição espacial da produção de milho em Santa Catarina (toneladas, 2018)....	190
Mapa 11. Distribuição espacial da produção de trigo em Santa Catarina (toneladas, 2018).....	192
Mapa 12. Distribuição espacial da produção de feijão em Santa Catarina (toneladas, 2018)....	193
Mapa 13. Distribuição espacial da produção de arroz em Santa Catarina (toneladas, 2018)....	194
Mapa 14. Distribuição espacial da produção de maçã em Santa Catarina (toneladas, 2018)....	195
Mapa 15. Distribuição espacial da produção de cebola em Santa Catarina (em toneladas, 2018).....	197
Mapa 16. Distribuição espacial da produção de leite no estado de Santa Catarina (em litros, 2018).....	201
Mapa 17. Distribuição espacial do rebanho de frangos no estado de Santa Catarina (em número de cabeças – 2018).....	205
Mapa 18. Distribuição espacial do rebanho de suínos no estado de Santa Catarina (em número de cabeças, 2018).....	208
Mapa 19. Distribuição espacial do rebanho de bovinos no estado de Santa Catarina (em número de cabeças, 2018).....	210
Mapa 20. Distribuição espacial da produção de soja no Oeste catarinense (toneladas – 2018).....	226
Mapa 21. Distribuição espacial da produção de milho no Oeste catarinense (toneladas – 2018).....	228

Mapa 22. Distribuição espacial da produção de trigo no Oeste catarinense (toneladas – 2018).....	230
Mapa 23. Distribuição espacial da produção de feijão no Oeste catarinense (toneladas – 2018).....	232
Mapa 24. Distribuição espacial da produção de uva no Oeste catarinense (toneladas – 2018).....	234
Mapa 25. Distribuição espacial da produção de leite no Oeste catarinense (em litros – 2018).....	240
Mapa 26. Distribuição espacial do rebanho de frangos na região Oeste catarinense (em números de cabeças – 2018).....	244
Mapa 27. Distribuição espacial do rebanho de suínos na região Oeste catarinense (em número de cabeças – 2018).....	246
Mapa 28. Distribuição espacial do rebanho de bovinos de corte na região Oeste catarinense (em número de cabeças – 2018).....	248
Mapa 29. Distribuição espacial da taxa de urbanização (2010) e da população total (2019) nos municípios do Oeste catarinense.....	298
Mapa 30. Distribuição espacial dos campi do IFSC, IFC, UFFS e UDESC na região Oeste catarinense – 2020.....	312
Mapa 31. Distribuição espacial do n° de empresas (2020) e de pessoal ocupado assalariado (2018) por município da região Oeste catarinense.....	327
Mapa 32. Distribuição espacial das agências e postos bancários da região Oeste catarinense (2021).....	341
Mapa 33. Distribuição espacial dos setores produtivos das principais empresas em operação no Oeste catarinense (2019).....	367
Mapa 34. Infraestrutura de transporte rodoviário e distribuição espacial da população e do PIB nos municípios do Oeste catarinense.....	392
Mapa 35. Economias de aglomeração do Oeste catarinense: número de empresas (2020), IDHM (2010) e principais setores produtivos (2019).....	415
Mapa 36. Distribuição espacial do número de empregos industriais na região Oeste catarinense (2019).....	448

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Exportação de madeira (em mil réis) por Santa Catarina (1849-1942).....	60
Gráfico 02. Exportações (t) da madeira pelo estado de Santa Catarina (1925-1975).....	61
Gráfico 03. Safra catarinense de grãos em mil toneladas (1947-1980).....	65
Gráfico 04. Participação (%) do Oeste catarinense no total da produção de grãos do estado de Santa Catarina (1970-1990).....	66
Gráfico 05. Evolução do rebanho de suínos (cabeças) no estado de Santa Catarina (1940-1990).....	69
Gráfico 06. Evolução do rebanho de aves abatidas no estado de Santa Catarina (1970-1990).....	74
Gráfico 07. Evolução da produção de leite (em litros) no estado de Santa Catarina (1970-1990).....	80
Gráfico 08. Participação de Santa Catarina (%) nos desembolsos realizados pelo BNDES e pelo Banco do Brasil no período 1965-1995.....	91
Gráfico 09. Variação anual do PIB de Santa Catarina e do Brasil (1971-1999).....	111
Gráfico 10. Produção e exportação de tratores de roda no Brasil (1960-2019).....	116
Gráfico 11. Evolução do total de crédito rural concedido para o estado de Santa Catarina e Oeste catarinense no período 2007-2016.....	135
Gráfico 12. Taxas de variação do PIB brasileiro no período 1968-2018.....	151
Gráfico 13. Evolução da produtividade do feijão, milho, soja, sorgo e trigo no Brasil (1974-2018).....	156
Gráfico 14. Evolução da produção (t) das principais culturas de grãos no Brasil (1974-2019).....	157
Gráfico 15. Evolução da área plantada (ha) das principais culturas de grãos no Brasil (1974-2018).....	158
Gráfico 16. Produção (em mil litros) de leite no Brasil (1974-2017).....	164
Gráfico 17. Efetivo de rebanho de frangos no Brasil (1974-2017).....	166
Gráfico 18. Efetivo dos rebanhos (suínos e bovinos) no Brasil (1974-2017).....	169
Gráfico 19. Taxas de variação (%) do PIB brasileiro e catarinense no período 1990-2017.....	178
Gráfico 20. Evolução do PIB de Santa Catarina (em valores correntes) e sua participação (%) no PIB brasileiro (1996-2017).....	179
Gráfico 21. Participação dos setores da economia (%) no PIB de Santa Catarina (2002-2017).....	180

Gráfico 22. Evolução do valor da produção (R\$) das principais culturas agrícolas do estado de Santa Catarina (1994-2018).....	183
Gráfico 23. Evolução da quantidade produzida (t) das principais culturas agrícolas de Santa Catarina (1990-2018).....	184
Gráfico 24. Evolução da área plantada (ha) das principais culturas agrícolas de Santa Catarina (1990-2018).....	186
Gráfico 25. Evolução da produtividade das principais culturas agrícolas de Santa Catarina (1990-2018).....	187
Gráfico 26. Evolução da quantidade produzida (em mil litros) e do valor da produção (em mil reais) do leite no estado de Santa Catarina (1994-2018).....	198
Gráfico 27. Evolução do número de vacas ordenhadas no estado de Santa Catarina (1994-2018).....	199
Gráfico 28. Evolução do número total de cabeças dos rebanhos de bovinos, suínos e frangos do estado de Santa Catarina (1994-2018).....	203
Gráfico 29. Taxas de variação (%) do PIB brasileiro, catarinense e do Oeste de Santa Catarina no período (2002-2017).....	213
Gráfico 30. Evolução do PIB do Oeste catarinense (em valores correntes) e sua participação (%) no PIB de Santa Catarina (2002-2017).....	214
Gráfico 31. Participação (%) dos setores da economia no PIB da região Oeste catarinense (2002-2017).....	216
Gráfico 32. Evolução do valor da produção (R\$) das principais culturas agrícolas do Oeste catarinense (1994-2018).....	218
Gráfico 33. Evolução da quantidade produzida (toneladas) das principais culturas agrícolas do Oeste catarinense (1994-2018).....	220
Gráfico 34. Evolução da área plantada (ha) das principais culturas agrícolas do Oeste catarinense (1994-2018).....	222
Gráfico 35. Evolução da produtividade (Kg/ha) das principais culturas agrícolas do Oeste catarinense (1994-2018).....	224
Gráfico 36. Evolução da quantidade produzida (em mil litros) e do valor da produção (em mil reais) do leite na região Oeste catarinense (1994-2018).....	236
Gráfico 37. Evolução do número de vacas ordenhadas no Oeste catarinense (1994-2018).....	238
Gráfico 38. Evolução do número total de cabeças nos rebanhos de suínos, bovinos e frangos da região Oeste catarinense (1994-2018).....	242

Gráfico 39. Evolução das exportações do Oeste catarinense em valor FOB (US\$) no período (1997-2019).....	255
Gráfico 40. Evolução do salário mínimo do Brasil, e do estado de Santa Catarina em valores correntes (1994-2020).....	272
Gráfico 41. Número de empregos formais no Brasil e no estado de Santa Catarina e a participação de Santa Catarina (%) nos empregos totais do Brasil (2006-2019).	275
Gráfico 42. Taxa de desemprego no Brasil (1998-2020).....	278
Gráfico 43. Exportações totais do Oeste catarinense em valor FOB (US\$) no período (1998-2020).....	375

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural

ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio

AIR – Área Industrial Relevante

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

APL – Arranjo Produtivo Local

BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

BDE – Banco de Desenvolvimento do Estado (Santa Catarina)

BESC – Banco do Estado de Santa Catarina

BM&F – Bolsa de Mercadoria e Futuro

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAI – Complexo Agro Industrial

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBT – Companhia Brasileira de Tratores

CEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CF – Constituição Federal

CFCE – Conselho Federal de Comércio Exterior

CFP – Comissão de Financiamento da Produção

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CMEG – Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNPSA – Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPRa – Caderneta de Poupança Rural

CPRb – Cédula de Produtor Rural

CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

DEINFRA-SC – Departamento Estadual de Infraestrutura de Santa Catarina

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPP – Empresa de Pequeno Porte
EUA – Estados Unidos da América
EXPOFEMI – Feira de Exposição e Inovação do Milho
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FOB – Free on Board
FUNAGRI – Fundo Geral para a Indústria e Agricultura
FUNDESE – Fundo de Democratização do Capital das Empresas
FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM – Imposto sobre Circulação e Mercadoria
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IFC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IGP-M – Índice Geral de Preços - Mercado
INCO – Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO - International Organization for Standardization
JK – Juscelino Kubitschek
LPF – Lavoura Pecuária Floresta
MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária
MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ME – Micro Empresa
MEI – Micro Empresa Individual
NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PAGRI – Programa Agroindústria
PAM – Produção Agrícola Municipal
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNSA – Plano Nacional de Sanidade Animal
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPMa – Produção Pecuária Municipal
PPMb – Política de Preços Mínimos
PROCAPE – Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTF – Produtividade Total dos Fatores
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RECOOP – Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias
REGIC – Região de Influência das Cidades
RFB – Receita Federal do Brasil
SEBRAE/SC – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina
SED/SC – Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SIDRA – Sistema de Recuperação Automática
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UE – União Europeia
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UNC – Universidade do Contestado

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNIARP – Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

UPF – Universidade de Passo Fundo

USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

USP – Universidade de São Paulo

VBP – Valor Bruto da Produção

VPG – Valor Ponderado de Grandeza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO I - DA OCUPAÇÃO À GÊNESE DOS AGRONEGÓCIOS: AS METAMORFOSES DA ESTRUTURA ECONÔMICO-PRODUTIVA DO OESTE CATARINENSE (1940-1990)	42
1.1 GÊNESE E PROCESSO DE OCUPAÇÃO	42
1.2 A REPRODUÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL (PPM).....	52
1.3 OS AGRONEGÓCIOS DA ERVA-MATE E DA MADEIRA NA BASE DA ACUMULAÇÃO	57
1.3.1 Os agronegócios de carnes e grãos: o transbordamento da acumulação de capital regional	64
1.4 O ESTADO E AS MEDIDAS INSTITUCIONAIS NA ALAVANCAGEM E CONSOLIDAÇÃO DOS AGRONEGÓCIOS COMO BASE ECONÔMICA DA REGIÃO OESTE CATARINENSE	83
1.5 OS AGENTES QUE ATUAM NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E A RELAÇÃO RURAL-URBANA NO OESTE CATARINENSE (1940-1980)	94
CAPÍTULO II - REESTRUTURAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E A COMPLEXIDADE NA BASE PRODUTIVA (1990-2003)	102
2.1 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS, A TECNOLOGIA E AS NOVAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS NA DÉCADA DE 1990 ...	103
2.2 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DENTRO DA PORTEIRA .	112
2.3 AS NOVAS FORMAS DE FINANCIAMENTO NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO	125
2.4 O PROGRESSO TÉCNICO E O APERFEIÇOAMENTO DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE	140
CAPÍTULO III - O CICLO ECONÔMICO BRASILEIRO APÓS 2003 E A COMPLEXIDADE GEOECONÔMICA NO OESTE CATARINENSE.....	149
3.1 O CICLO DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA E OS AGRONEGÓCIOS APÓS 2003	151
3.1.1 A complexidade econômica brasileira e os agronegócios após 2003.....	151
3.1.2 A complexidade econômica catarinense e os agronegócios após 2003	176

3.1.3 A complexidade econômica do Oeste catarinense e os agronegócios após 2003	212
3.2 AGRONEGÓCIOS E COMPLEXIDADE: O ESTADO, O MERCADO EXTERNO E O MERCADO INTERNO.....	251
3.3 OS NOVOS NEGÓCIOS E O APROFUNDAMENTO DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA REGIONAL.....	280
CAPÍTULO IV - COMPLEXIDADE GEOECONÔMICA E AS ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO NO OESTE CATARINENSE.....	286
4.1 A NOVA CARACTERIZAÇÃO REGIONAL: DINÂMICA GEOECONÔMICA E ASPECTOS POPULACIONAIS	287
4.2 A ATUAÇÃO DOS AGENTES ECONÔMICOS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE	301
4.2.1 O papel da estrutura bancária nas mudanças econômicas regionais.....	334
4.2.2 As firmas empresariais e sua influência na dinâmica geoeconômica regional	350
4.2.3 Complexidade econômica regional e o sistema de transporte da região	384
4.3 COMPLEXIDADE DA ECONOMIA REGIONAL E ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO REGIONAIS	397
4.4 COMPLEXIDADE GEOECONÔMICA E HIERARQUIA URBANA: CENTRALIDADES, FUNÇÕES E AS CIDADES	427
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	451
APÊNDICES	481

1 INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa conectada a pensar o Brasil para além do seu litoral, ou seja, pensar o Oeste. Trata-se, mais especificamente, de uma pesquisa sobre as transformações econômicas ocorridas no Oeste de Santa Catarina, valendo-se, para fins de recorte espacial da pesquisa, da mesorregião Oeste catarinense (Mapa 01), delimitada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹. Apesar de a pesquisa levar em consideração, do início ao fim, um recorte espacial delimitado pelo IBGE, o conceito de região é intrínseco à presente pesquisa. Não são poucas as dificuldades associadas à sua definição, sobretudo na geografia. A região permite referir-se a várias escalas, podendo servir para localizar qualquer tipo de bairro, província ou um conjunto de municípios, estados e até países (CONTEL, 2015). Neste sentido, considera-se que, nesta tese, sempre que for tocado no termo região, estar-se-á se referindo à “força motriz” que constitui uma região, isto é, forma, função, estrutura e processo² (SANTOS, 1990). Trata-se de considerar que a organização do espaço regional está sempre em marcha, em situação de mudança.

¹ Embora seja de conhecimento que o IBGE lançou novos estudos sobre a regionalização brasileira com base nas regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias (IBGE, 2017) e nas áreas de influência das cidades (IBGE, 2020), no presente estudo optou-se pela utilização do recorte espacial sobre a mesorregião Oeste catarinense, delimitado pelo IBGE em 1990. A mesorregião Oeste catarinense é composta por 118 municípios: Abelardo Luz, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Alto Bela Vista, Anchieta, Arabutã, Arroio Trinta, Arvoredo, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caçador, Caibi, Calmon, Campo Erê, Capinzal, Catanduvas, Caxambu do Sul, Chapecó, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Descanso, Dionísio Cerqueira, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Fraiburgo, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Guatambu, Herval d'Oeste, Ibiã, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuaçú, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Itá, Itapiranga, Jaborá, Jardinópolis, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Lajeado Grande, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Luzerna, Macieira, Maravilha, Marema, Matos Costa, Modelo, Mondai, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro, Ouro Verde, Paial, Palma Sola, Palmitos, Paraíso, Passos Maia, Peritiba, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Ponte Serrada, Presidente Castelo Branco, Princesa, Quilombo, Rio das Antas, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Salto Veloso, Santa Helena, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São João do Oeste, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Saudades, Seara, Serra Alta, Sul Brasil, Tangará, Tigrinhos, Treze Tílias, Tunápolis, União do Oeste, Vargeão, Vargem Bonita, Videira, Xanxerê, Xavantina e Xaxim.

² Resumidamente, para Milton Santos (1990), **forma** é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ao arranjo ordenado de objetos a um padrão. A forma é responsável por revelar ao pesquisador uma parcela da totalidade. **Função** sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. A razão de uma forma é a sua função, que pode tomar contornos variados a depender do desenvolvimento técnico, das demandas sociais, econômicas, isto é, de seu contexto. A **estrutura** compreende a organização da sociedade, na qual existem formas adequadas para o cumprimento de funções. Assim, estrutura é a própria sociedade com as suas características econômicas, sociais, políticas e culturais. Por fim, **processo** é a ação contínua, o movimento do passado para o presente em direção ao futuro e que traz o dinamismo à forma, à função e à estrutura do espaço geográfico, transformando-as e sendo transformada por eles. A dinâmica de um processo pode ser analisada em diferentes momentos, que são responsáveis por contextualizar uma estrutura social, uma forma geográfica e uma função em um período específico. Portanto, **forma, função, estrutura e processo** agem em conjunto, gerando novas informações do espaço geográfico.

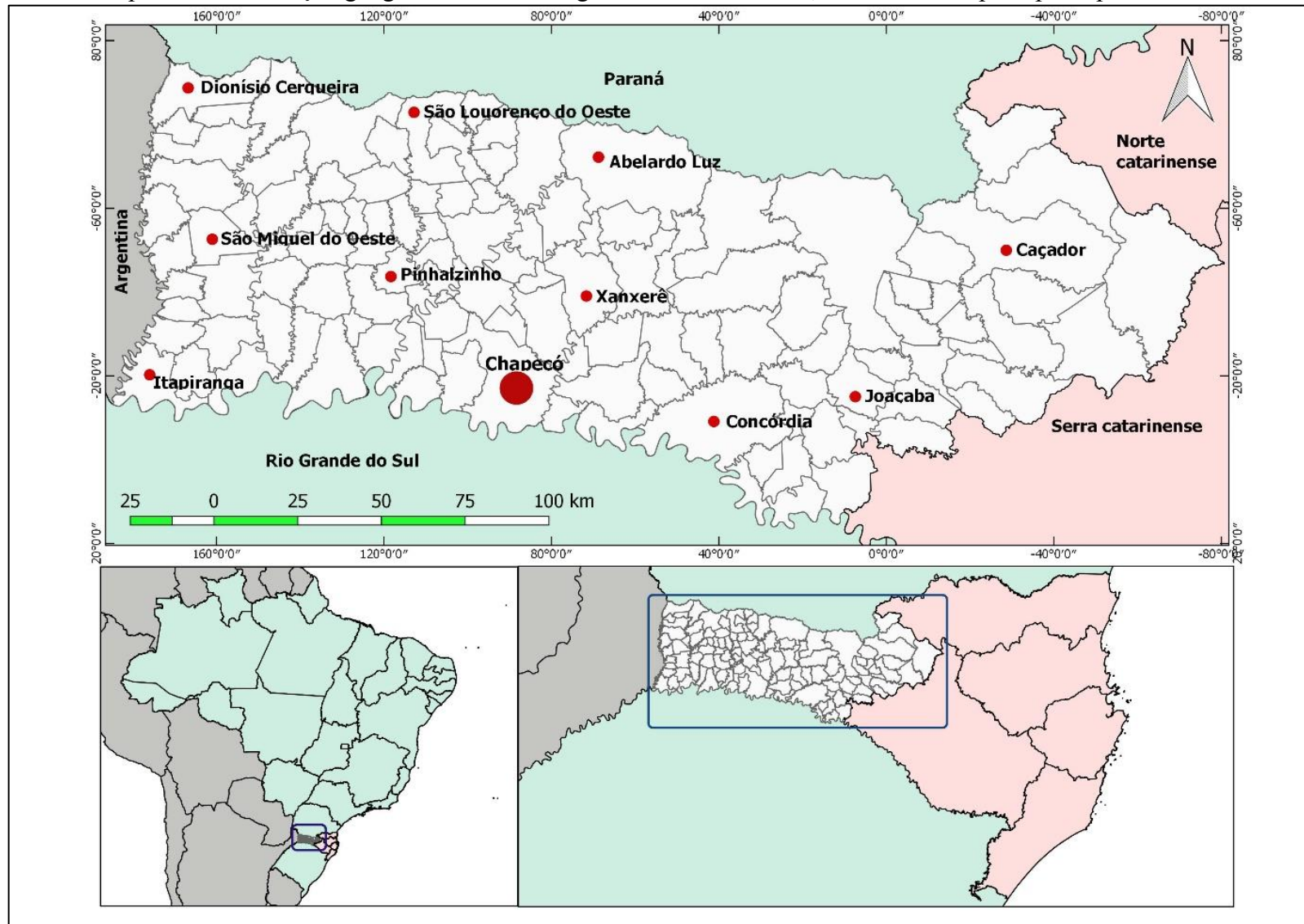
Para além disso, o estudo da região (mesorregião) Oeste catarinense aqui apresentado não apenas considera que a dinâmica da organização do espaço regional está sempre em movimento, mas também considera que ela é resultado de um processo historicamente determinado sob determinadas condições econômicas, sociais, políticas e culturais. Assim, os argumentos tecidos e os dados apresentados neste trabalho fazem parte de um processo histórico de construção das características e das dinâmicas que atuam nesta região até o momento presente.

Pela classificação do IBGE, das seis mesorregiões que compõe o estado de Santa Catarina, a mesorregião Oeste catarinense é a maior em área e em número de municípios. No quesito população, dados do censo demográfico de 2010 apontam que a mesorregião Oeste catarinense é a terceira mais populosa do estado (a mesorregião Sul catarinense contempla 46 municípios, uma área de 11.995,1 km² e um total de 925.065 habitantes; a mesorregião da Grande Florianópolis contempla 21 municípios, 7.806,5 km² e 994.095 habitantes; a mesorregião Vale do Itajaí contempla 54 municípios, 14.859,1 Km² e 1.508.980 habitantes; a mesorregião Serrana contempla 30 municípios, 13.860,5 km² e 406.741 habitantes; a mesorregião Norte catarinense contempla 26 municípios, 10.262,3 km² e 1.212.843 habitantes; por sua vez, a mesorregião Oeste catarinense contempla 118 municípios, 36.659,4 km² e 1.200.712 habitantes).

No mapa 01, é possível identificar a localização geográfica do Oeste catarinense³, sua divisão municipal e as principais cidades.

³ Em diferentes partes da tese, ao invés de usar o termo “mesorregião Oeste catarinense”, recorte espacial da pesquisa, também são usados os termos “Oeste catarinense”, “região Oeste de Santa Catarina” e/ou “Oeste do estado”, para, na verdade, referir-se ao mesmo espaço do recorte espacial da presente pesquisa.

Mapa 01 – Localização geográfica da mesorregião Oeste catarinense, divisão municipal e principais cidades



Fonte: Base cartográfica do IBGE

Do ponto de vista populacional, o último censo do IBGE aponta que a mesorregião Oeste catarinense possui pouco mais de 1,2 milhão de habitantes (IBGE, 2010), o que representa cerca de 20% da população total do estado de Santa Catarina. Do ponto de vista econômico, o Oeste catarinense foi responsável, em 2010, por 19,2% do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina. A renda per capita da mesorregião é de R\$ 20,5 mil, o que significa, no escopo das seis mesorregiões do estado, a terceira melhor renda per capita, ficando atrás somente do Norte catarinense e do Vale do Itajaí (IBGE, 2010).

Ademais, o PIB do Oeste catarinense passou de R\$10,66 bilhões em 2002 para R\$46,91 bilhões em 2017, ou seja, um crescimento de mais de 300% no período. Esse crescimento, no entanto, foi inferior ao crescimento estadual, que passou de R\$54,48 bilhões em 2002 para R\$ 277,19 bilhões em 2017, totalizando crescimento de mais de 400% no período. Desse modo, embora a produção de riqueza no Oeste catarinense tenha apresentado forte crescimento no período mencionado, perdeu participação no total estadual. Em 2002, o Oeste catarinense foi responsável por 19,56% do PIB estadual, e em 2017 essa participação caiu para 16,91% (IBGE, 2017). Essa queda da participação do PIB do Oeste catarinense no PIB estadual, no entanto, precisa ser relativizada, como apontam Cario, Bittencourt, Seabra e Nicolau (2012), em razão de que diferentes economias regionais bem sucedidas demonstraram mudanças nas participações regionais na composição do PIB.

O processo de industrialização que consegue desenvolver e absorver novas tecnologias imprime mudanças em todas as etapas das cadeias produtivas e no interior das regiões nas quais essas mudanças acontecem. Os setores promotores do progresso técnico, os quais provocam as mudanças estruturais e geram condições para maior interação dinâmica dos segmentos que ofertam e que demandam insumos no mercado; acabam forçando desequilíbrios regionais, o que é típico do desenvolvimento capitalista. Neste contexto, como demonstram Cario, Bittencourt, Seabra e Nicolau (2012), em geral as economias desenvolvidas favorecem o setor de serviços ao se desindustrializarem. As atividades de serviços passam a representar a maior fonte geradora de valor e de absorção de emprego. É esse tipo de processo que ocorreu em Santa Catarina e na região Oeste catarinense, o que representa que, gradualmente, a indústria perde funções ao passo que deixa de representar possibilidade de desenvolvimento. Nisto consiste, por exemplo, que novos serviços agregadores de valor surgem de forma contínua e crescente; cresce a demanda por serviços em maior proporção que os manufaturados à medida que a renda per capita aumenta; e ocorre transferência, para o exterior, de atividades industriais intensivas em trabalho e de menor valor agregado. Nas mesorregiões da Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte catarinense,

por exemplo, esse processo foi mais acentuado, o que elevou os PIBs regionais das três regiões a crescimentos superiores ao da mesorregião Oeste, acentuando-se, em todos eles, o setor de serviços.

Paralelamente, Cario, Bittencourt, Seabra e Nicolau (2012) explicam que o movimento de perda da importância da indústria na composição do PIB está associado à alta produtividade do setor primário, o qual, diante da elevada demanda externa e preços favoráveis das exportações, provoca, por consequência, a apreciação cambial. Devido a isso, os outros setores manufaturados e intensivos em tecnologia passam a se deparar com inserção externa dificultada. Com isso expandem-se, de forma significativa, as importações de produtos e insumos industrializados, provocando regressão da estrutura industrial. Embora essas considerações sejam válidas para a região Oeste catarinense, o setor da indústria, sobretudo, como será apontado, nos segmentos de alimentos, móveis, madeiras e máquinas e equipamentos, é bastante expressivo. Ou seja, os apontamentos supracitados não incorrem em afirmar que a indústria desaparece. A produção de carnes, por exemplo, possui vantagens competitivas construídas ao longo de anos, o que explica o sucesso exportador desse setor. E, mesmo que se trate de um setor que expandiu suas atividades fortemente para as regiões Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, o Oeste catarinense permanece como um centro dinâmico de produção desse segmento. Assim, embora sejam válidas, as considerações de Cario, Bittencourt, Seabra e Nicolau (2012) também merecem um pouco de relativização.

Na verdade, ao longo da presente pesquisa, notar-se-á que outros negócios, além dos agronegócios, contribuem na dinâmica econômica regional. Daí cabe a afirmação de que a relevância do tema e da região em estudo não está ligada somente aos agronegócios⁴, mas na complexidade econômica regional. Em termos de exportações, por exemplo, a região Oeste catarinense passou, em valor FOB, de US\$355 milhões no ano de 2003 para US\$1,04 bilhão em exportações no ano de 2019. As relações comerciais desses valores se deram com mais de 30 países, principalmente com Estados Unidos, Chile e China. A produção de soja da região saiu de 280 mil toneladas em 2002 para 1,2 milhão de toneladas em 2018. A produção de leite, de 602 milhões de litros no ano 2000, aumentou para 2,3 bilhões em 2018. O rebanho de

⁴ Diferentemente de uma vasta bibliografia que define agronegócio apenas ao que está ligado à produção de *commodities* e ao tamanho da área produtiva, define-se, aqui, o agronegócio como uma cadeia produtiva “que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e pelo seu consumo final” (CONTINI et al., 2006, p. 6). Didaticamente, o agronegócio é apenas um marco conceitual para delimitar o sistema integrado de produção, comercialização, distribuição e consumo de uma mercadoria (JANK, 2005). Nessa perspectiva, incluem-se os tipos de agronegócio em escala que se dedicam à produção de fibras, grãos e carnes, e os pequenos, dedicados à produção de frutas, olerícolas e produtos que exigem o primado da qualidade (GONÇALVES, 2004).

bovinos passou de 1,3 milhão de cabeças no ano 2000 para 2,1 milhões em 2018. O rebanho de suínos passou de 3,7 milhões de cabeças no ano 2000 para 6 milhões em 2018. As indústrias de máquinas e equipamentos, de placas de madeira, de papel e celulose, de móveis, de embalagens, de produtos de nutrição animal, dentre outros setores, não apenas aumentaram seus patrimônios e receitas como também passaram a gerar mais empregos na região.

No entanto, conforme sinalizam Ronçani e Goularti Filho (2015), os avanços em termos econômicos e sociais no Oeste catarinense e no estado de Santa Catarina poderiam ter sido maiores, pois ocorreu queda na participação dos investimentos do governo federal via BNDES e do governo estadual via BADESC. Ronçani e Goularti Filho (2015) salientam que houve um afastamento das políticas nacionais por parte do governo estadual catarinense entre 2000 e 2010, que implicou na diminuição dos recursos de crédito para o fomento do desenvolvimento catarinense. Os principais impactos disso se deram na indústria, sendo que, principalmente, a queda dos desembolsos do BADESC interferiu na dinâmica produtiva estadual (RONÇANI e GOULARTI FILHO, 2015).

Diante disso, a importância econômica da região Oeste catarinense já justificaria a tese. Entretanto, outras justificativas se fazem presentes. Em primeiro lugar, vale apontar que diferentes trabalhos (teses e dissertações)⁵ que abordam a temática da dinâmica geoeconômica da região Oeste catarinense reforçam a importância do tema. Neste sentido, o conjunto de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, considerando o período que vai do ano 2000 até 2021, revelam um contexto de conhecimentos sistematizados sobre a temática abordada nesta tese. Assim, no que pode ser definido como estado da arte, as principais dissertações e teses que versam direta ou indiretamente sobre a temática dessa pesquisa são:

- a) Pertile (2008) abordou sobre a formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina, com foco no processo de produção de carnes no Oeste do estado. Em seu trabalho, com destaque na produção de aves e suínos, a autora aponta as principais mudanças socioespaciais ocorridas no Oeste catarinense, tendo em vista o processo de formação histórica, econômica, social e tecnológica.

⁵ As teses e dissertações citadas foram selecionadas com auxílio do sistema de filtragem do banco de teses e dissertações da CAPES (local onde, obrigatoriamente, todos os programas de pós-graduação stricto sensu do Brasil devem ter cadastrado os dados sobre teses e dissertações defendidas para acesso público). Das teses e dissertações defendidas no período 2000-2021, localizou-se um total de 18 versando sobre a temática da dinâmica geoeconômica do Oeste catarinense. Dessas, 9 são teses e 9 são dissertações. Do total de teses e dissertações, 7 foram defendidas na UFSC, 1 na USP, 1 na UFRGS, 1 na UFSM, 1 na UPF, 1 na UFU, 2 na Unesp campus Presidente Prudente, 3 na Unioeste campus Francisco Beltrão e 1 na Unesp campus Rio Claro.

- b) Fujita (2008) abordou os problemas urbanos e ambientais de uma forma geral na formação urbana do Brasil. Contudo, a autora fez a avaliação desses problemas à luz do plano empírico por meio da realização de um estudo de caso que analisa os diferentes planos diretores do município de Chapecó (SC), seus contextos, limites e alcances.

- c) Em contexto de escala estadual, a dissertação de Lage (2009) analisou as corporações multinacionais e sua inserção na economia catarinense durante a década de 1990. Lage (2009) traçou um panorama histórico das empresas multinacionais contemporâneas, sob a ótica dos fenômenos recentes de concentração de capital, destacando os mecanismos desenvolvidos por esses agentes na busca de operações de fusões, aquisições e o investimento externo direto.

- d) Henn (2011) vê a cidade de Chapecó para além de um polo regional, ou seja, como uma cidade média no Oeste catarinense. A dissertação da autora aponta que a definição de cidade média está atrelada principalmente ao processo de produção do espaço urbano e sua importância na intermediação entre as pequenas cidades e os grandes centros urbanos. O trabalho de Henn (2011) teve por objetivo investigar as funções e os fatores que contribuíram para o crescimento de Chapecó e que a elevaram ao nível de cidade média.

- e) O estudo de Golo (2013) aponta para as reconfigurações espaciais ocorridas no Oeste de Santa Catarina a partir do rural e do urbano, considerando o período 1917-2013. Em sua dissertação, Golo (2013) salienta que pensar a respeito do Oeste catarinense envolve uma análise eminentemente política e econômica e, por consequência, requer uma análise mais atenciosa com Chapecó, considerada a capital do Oeste catarinense. Golo (2013) afirma que essas questões devem ser entendidas num contexto político em que somente a partir de 1910 o Oeste catarinense passou a ter seus limites consolidados.

- f) Em recorte espacial que considera a região Sul do Brasil, Souza (2014) analisou o setor de laticínios, que nos últimos tempos recebeu investimentos de pequenos e grandes grupos de capital local, regional, nacional e internacional voltados à produção e processamento do leite. Esses investimentos se deram com notória expressão na região Oeste catarinense.

- g) Serpa (2014)⁶ analisou a passagem da produção da pequena propriedade colonial para a produção agroindustrial, com a formação das agroindústrias na região da grande Chapecó, considerando o período de 1920 até 1980.

⁶ Trata-se de uma dissertação de programa de pós-graduação em história da Universidade de Passo Fundo (UPF), mas que foi incluída nesse estado da arte por apresentar análise pertinente à pesquisa ora desenvolvida.

- h) Filho (2014) estudou, em sua tese, a geografia das feiras de negócios em Santa Catarina, desde sua origem, evolução e a dinâmica das transformações ocorridas. Neste contexto, insere-se o Oeste catarinense como a mesorregião do estado com maior dinamicidade no setor agropecuário.

- i) Baseado no recorte espacial da região Sul do Brasil, Farias (2015) analisou os principais fatores do dinamismo geoeconômico responsáveis pelo desenvolvimento das cooperativas agropecuárias. Deu foco aos movimentos recentes de desenvolvimento econômico e espacialização territorial de seu capital, perpassando principalmente as décadas de 1980, 1990 e 2000.

- j) Com delineamento espacial sobre a microrregião geográfica de Chapecó, Hentz (2016) analisou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal como estratégia de reprodução socioeconômica.

- k) Pautada pelas questões da geografia urbana, Motter (2016) analisou a descentralização das atividades comerciais e de serviços e a formação de novas centralidades inerentes ao consumo produtivo local-regional, a partir dos subcentros e eixo comercial na cidade de Chapecó.

- l) Exterckoter (2016) analisou, em sua tese, a relevância da resiliência como abordagem teórica adequada para o estudo do desenvolvimento da mesorregião Oeste de Santa Catarina e do papel da agricultura familiar neste processo. O autor defendeu que a resiliência é uma abordagem teórica válida para os estudos que focam na compreensão do processo de desenvolvimento de regiões afastadas dos centros econômicos mais pujantes e que apresentam forte influência do rural, como é o caso do Oeste catarinense.

- m) Moraes (2018) analisou a formação territorial do Oeste de Santa Catarina no período de 1880 a 1940, com objetivo de desconstruir a interpretação de que os processos de formação possuem seu momento de gênese na implementação dos núcleos coloniais (a partir da segunda metade do século XX).

- n) Numa perspectiva mais ampla, tendo estudado o Sul do Brasil, mas com importantes considerações sobre o Oeste catarinense, Camilo (2018) analisou a dinâmica geoeconômica da comercialização, logística e transporte na cadeia produtiva do leite, no intuito de compreender a atual configuração das relações estabelecidas entre os principais agentes que compõe o complexo produtivo em questão.

- o) Zanella (2018), por sua vez, discutiu o processo de ocupação e formação agroindustrial na região Oeste de Santa Catarina, desde a sua formação inicial, por pequenos

produtores mercantis, até as novas estruturas de mercado, através de sua inserção no circuito espacial produtivo.

- p) Grosseli (2020), desenvolveu uma pesquisa sobre a verticalização urbana exclusivamente de Chapecó, com objetivo de diagnosticar o processo de verticalização urbana na referida cidade. Para isso, a autora utilizou-se de bases de dados empíricos, mas também do processo de ocupação urbana a partir da construção de novos edifícios entre 2010 e 2017.

- q) A pesquisa de Martins (2020) ocorreu sobre a indústria madeireira. Mais especificamente, Martins (2020) objetivou compreender a origem e o desenvolvimento da indústria madeireira no município de São Lourenço do Oeste/SC, estabelecendo relações com o panorama político e econômico do Brasil nas últimas décadas.

- r) Por fim, Hentz (2021), em sua tese, analisou as particularidades da agroindústria de carnes (suínos e aves) e sua relação com os componentes do consumo produtivo na cidade de Chapecó/SC. Neste trabalho, a autora caracterizou os setores agroindustriais de carnes, identificou o perfil dos produtores inseridos nessas cadeias produtivas, analisou a territorialização do consumo produtivo e o impacto do mesmo nas relações campo-cidade, e investigou se o consumo produtivo pode ser considerado relevante na compreensão das relações campo-cidade.

Em que pese a importância dessas teses e dissertações, muitas ficam presas apenas na consolidação do sistema agroindustrial, outras no sistema de integração, outras no processo de ocupação do Oeste catarinense, outras na capacidade de adaptação da agricultura familiar ao capitalismo e outras, ainda, na resistência dos produtores excluídos dos pacotes tecnológicos de modernização dos agronegócios. Por outro lado, servindo como uma segunda justificativa para o tema, verificou-se um forte crescimento da economia brasileira, catarinense e do Oeste catarinense após 2003, que afetaram significativamente a estrutura produtiva regional (BIELSCHOWSKY, 2013; 2014). Contudo, existem poucos trabalhos diretamente desenvolvidos sobre isso. É, pois, nesse sentido, que se propõe o seguinte tema: **A dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense: dos agronegócios à complexidade econômica regional.**

Neste contexto, o problema de pesquisa da presente tese se dá sobre a seguinte questão: Quais os fatores determinantes para a diversificação geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense a partir de 2003? Decorrente da questão central, outras questões são importantes, tais como: 1) Qual a relevância da base produtiva regional ligada aos agronegócios para o desenvolvimento geoeconômico de diferentes segmentos produtivos? 2)

Quais fatores promoveram a reestruturação, a especialização e a diversificação produtiva? 3) Como os novos agentes, instituições (públicas e privadas) promoveram economias de aglomeração e uma nova organização espacial na mesorregião em estudo? 4) Quais diferenciações produtivas encontram-se nas economias de aglomeração? 5) Como os agentes regionais influenciaram na rede e hierarquia urbana da mesorregião, promovendo transformações das estruturas produtivas, comerciais, populacionais?

A hipótese principal da tese é que o ciclo de crescimento da economia brasileira após 2003, na perspectiva apontada por Bielschowsky (2013; 2014), promoveu a dinamização de setores consolidados vinculados aos diferentes agronegócios antes da porteira, dentro da porteira e pós-porteira⁷. Contudo, outros segmentos indiretamente vinculados a esses agronegócios emergiram, promovendo novas estruturas regionais produtivas. São segmentos, em muitos casos, intensivos em capital, conhecimento, inovação, tecnologia, entre outros aspectos que induziram a diversificação, a especialização e a aglomeração produtiva em diferentes centros dinâmicos da mesorregião.

Em outras palavras, a hipótese está assentada na afirmação de que os agronegócios se constituíram nos principais vetores econômicos do Oeste catarinense ao longo de décadas (entre 1960 e 2000), mas deram espaço e até mesmo forjaram o surgimento de novos negócios de origem e/ou vinculados a eles, o que interfere diretamente na formação de economias de aglomeração com alta complexidade econômica e diversificação produtiva. O ciclo de crescimento econômico brasileiro após 2003 possibilitou a emergência de diferentes setores produtivos diferenciados. Assim sendo, o objetivo geral da tese é desvendar a complexidade geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense a partir de 2003. Os objetivos específicos são: 1) investigar a origem e a relevância dos agronegócios na estruturação da base produtiva da mesorregião; 2) desvendar o processo de reestruturação, especialização e diversificação da estrutura produtiva da mesorregião; 3) demonstrar o impacto do ciclo de crescimento

⁷ Segundo Gonçalves (2005, p. 34-36), “essas atividades dividem-se em: (i) pré-porteira – agroindústrias de bens de capital da agricultura, que responde pelo fornecimento dos insumos e equipamentos – agroindústria de fertilizantes, defensivos, sementes, agroindústria de tratores e colheitadeiras, agroindústria de alimentação animal, agroindústria de equipamentos de irrigação e armazenamento; (ii) dentro da porteira – agropecuária, que representa o processo biológico de produção, majoritariamente realizado no campo – lavouras permanentes, lavouras temporárias, extrativismo vegetal e animal, criações aquícolas, a pasto e em confinamento; e (iii) pós-porteira – agroindústrias de processamento (beneficiamento de pluma e outras fibras, fiação e tecelagem, vestuário e outros têxteis finais, sucos e produtos similares, bebidas e refrigerantes, café e outros matinais, leite e laticínios, papel, celulose e outros materiais gráficos, móveis), agrosserviços da preparação e logística (packing-houses, estruturas de seleção e empacotamento, agrosserviços de armazenamento, agrosserviços de transporte), agrosserviços transacionais (corretoras especializadas em produtos, lobistas e grupos de pressão, corretoras das Bolsas de Mercadorias) e de distribuição (atacadistas, varejistas, empresas exportadoras)”.

econômico pós-2003 e o dinamismo geoeconômico da mesorregião; 4) desvendar o desdobramento do processo de diversificação produtiva na rede e hierarquia urbana da mesorregião e as suas economias de aglomeração resultantes.

Visando o alcance dos objetivos, metodologicamente a presente pesquisa está dividida em quatro passos: 1) levantamento bibliográfico (livros, teses, dissertações e artigos científicos); 2) levantamento de dados (IBGE, IPEA, EPAGRI, SEBRAE/SC, MAPA, DataSebrae, prefeituras municipais); 3) trabalhos de campo e visitas técnicas (em diferentes prefeituras, órgãos públicos, empresas, propriedades agropecuárias, dentre outros)⁸; e 4) trabalhos técnicos para análise dos dados coletados (confecção de mapas, organogramas, gráficos, tabelas) em cruzamento com a base bibliográfica levantada.

Nesta perspectiva, do ponto de vista teórico, para fundamentar a tese, utiliza-se inicialmente a categoria de Formação Econômica e Social (Marx e Engels, 2011), combinada com as teorias da formação socioespacial de Santos (1977)⁹. Mamigonian (1996) e Lênin (1985)¹⁰ são usados como referências para a Pequena Produção Mercantil e o seu papel no desenvolvimento do capitalismo em áreas do Sul do Brasil e, conseqüentemente, do Oeste catarinense. Essa base teórica, que pode ser entendida como a utilização de um método específico, leva em conta, dialeticamente, a natureza e a sociedade, ao mesmo tempo em que promove condicionantes gerais e específicos numa abordagem em caráter de totalidade, “através da qual toda a formação social é entendida como espacial e temporalmente determinada” (PEREIRA, 2003, p. 99).

⁸ Conforme consta nos apêndices da tese, os trabalhos de campo foram realizados com pessoas públicas e dirigentes ou representantes de empresas privadas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e abertas, com objetivo de compreender o processo de formação dos negócios e seus desdobramentos na economia regional. Os trabalhos técnicos se deram especificamente nas empresas provadas, com objetivo de conhecer o processo de transformação de produtos da base produtiva regional. De maneira geral, a realização das visitas técnicas foi prejudicada em função das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia do novo Corona vírus (Covid-19), o que, no entanto, não torna a realização das mesmas em pesquisas como esta menos importante.

⁹ Pode-se dizer que a categoria formação socioespacial (Santos, 1977) é derivada da teoria econômica e social de Marx e Engels (2011). Conforme Santos (1977), a categoria de formação socioespacial foi criada para compreender a evolução de uma sociedade dada em sua realidade concreta. Ela deve ser entendida em conjunto da noção de espaço geográfico (produto e condição de reprodução das relações sociais), passando então a assumir o status de formação histórica e geograficamente localizada. Assim, cada formação socioespacial é singular, onde os processos gerais interagem com as características particulares, gerando combinações geográficas específicas. À essa luz será analisada a região Oeste catarinense.

¹⁰ A chegada dos imigrantes alemães e italianos do Rio Grande do Sul no Oeste catarinense representou a implementação de novas estratégias produtivas e econômicas. Essas ocorreram num momento de aprofundamento das relações capitalistas de produção. Mamigonian (1996), em convergência com a categoria de formação socioespacial de Santos (1977), salienta que qualquer estudo rigoroso sobre formação socioespacial deve levar em conta a espacialização e a localização das atividades produtivas, como Lênin (1985) fez ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, de modo que talvez tenha sido o intelectual que melhor analisou economias nacionais, suas inserções no mundo e as regiões existentes dentro delas.

Um estudo fundamentado na categoria formação socioespacial de Santos (1977), deve olhar inicialmente para a gênese da sua formação, isto é, a materialidade histórica expressa no espaço geográfico. Essa perspectiva propicia uma interpretação holística encontrada nos escritos de Marx, “ao mesmo tempo em que permite analisar a especificidade de cada lugar histórica e geograficamente, sem, contudo, desprezar o conhecimento do conjunto” (PEREIRA, 2003, p. 101). Ademais, é pertinente valer-se de Cholley (1964)¹¹, quando infere que cada local possui um desenvolvimento definido, em alguma medida, pelas suas próprias forças resultantes de uma complexa trama de elementos de ordem natural e humana, responsáveis pelas formações sociais que são singulares em razão de múltiplas e determinadas combinações.

No que diz respeito ao conceito de região, utiliza-se Kaiser (1973)¹², Santos (1985)¹³ e Brito (2007)¹⁴. Para o estudo da dinâmica geoeconômica da região, torna-se indispensável a apresentação da periodização das mudanças que ocorreram do ponto de vista do progresso técnico das estruturas produtivas regionais. Neste sentido, sobre o processo de inovação e progresso técnico, utiliza-se a proposta de Schumpeter (1961) e dos neoschumpeterianos¹⁵.

¹¹ A. Cholley (1964) adentra na perspectiva das combinações geográficas, justamente naquelas que alcançam maior complexidade, pois “resultam da interferência conjunta dos elementos físicos, biológicos e humanos.” A convergência desses elementos ocorre, “sempre, por ocasião do exercício de uma das atividades necessárias à vida dos grupos humanos: atividade agrícola, de criação industrial, etc.” (Cholley, 1964, p. 141). Para Mamigonian (2005, p. 3), “coincidentalmente o procedimento de trabalhar com combinações (A. Cholley) é o mesmo de trabalhar com múltiplas determinações (Marx). A explicação provável para esta coincidência está na origem histórica da geografia moderna e do marxismo, ambos herdeiros da filosofia clássica alemã (Kant e Hegel)”.

¹² Para Kaiser (1973), reconhecer os limites regionais não é mais tarefa dos geógrafos, não é mais seu objeto principal de pesquisa. Na contemporaneidade, tende-se a considerar a região muito mais um campo de ações concomitantes de complexas e intensas variáveis do que uma inscrição espacial precisa, equilibrada e de caráter homogêneo. Os elementos essenciais da realidade regional apontados por Kaiser (1973) são: o caráter concreto e a realidade histórica da região que enquadra a dimensão física como ponto inicial da realidade regional; o equilíbrio de forças em que pesa a importância do passado; as relações e características comuns dos seus habitantes, como sua organização econômica e social; a sua organização a partir de um centro urbano.

¹³ Indo além de Kaiser (1973), a região, para Santos (1985), seria definida como o resultado de possibilidades nela presentes, geradas pelo capital fixo e pelas relações políticas, sociais e culturais. Os fixos, de fato resultados de uma razão técnica, jamais deixam de ter um conteúdo político. Refletir sobre a região, portanto, envolve a compreensão das relações entre as formas e seus conteúdos estabelecidos num determinado espaço, interagindo entre si (SANTOS, 1985).

¹⁴ Conforme Brito (2007, p. 108), as regiões dos países subdesenvolvidos eram transformadas e organizadas de acordo com interesses externos. Esses interesses, porém, nem sempre atingiam as regiões da mesma maneira, pois dependiam das especificidades locais que eram importantes para a reprodução do capital. As forças de modernização, vindas do exterior, eram seletivas em suas formas e ações, não atingiam todo o espaço num mesmo período de tempo, formando uma história espacial seletiva (SANTOS, 1979). A formação das regiões nos países subdesenvolvidos está conectada com os espaços dos países desenvolvidos, pois é a partir de suas modernizações e, conseqüentemente, de sua expansão, que se entende essa fragmentação do mundo em regiões funcionais.

¹⁵ No entendimento de Schumpeter (1961), a inovação é um fenômeno fundamental da vida econômica capitalista, que produz o desenvolvimento, o progresso e a evolução econômica. Para Schumpeter (1961), as inovações podem ocorrer da seguinte forma: (a) introdução de um novo bem aos consumidores, ou então de nova

Para tratar dos ciclos de crescimento da economia brasileira, tem-se como proposta teórica os ciclos de Clement Juglar (economista francês), que foi trazido para o Brasil por Rangel (1982)¹⁶. Para tratar das economias de aglomeração, serão utilizados Marshall (1916), que trata dos distritos marshallianos com capacidade de aglomerar, Corrêa (1987) e Tinoco (2003)¹⁷, bem como Scott (2005), que trabalha com a capacidade de aglomeração das cidades-região, Conceição e Feix (2014), que trabalham com a ideia de aglomerações produtivas locais, Storper e Vanables (2005), que trabalham com “o burburinho” como uma força econômica de aglomeração nas cidades, e Diniz e Mendes (2021), dentre outros. No que se refere à discussão sobre agentes que atuam na organização do espaço regional, serão utilizados escritos de um economista americano – Chandler (1977)¹⁸, além de Corrêa (1989a), para pensar quais são os agentes que atuam na organização do espaço e que determinam mudanças de ordem principalmente econômica na região Oeste catarinense. Ainda para desvendar o processo de organização do espaço regional e de diferenciações econômicas no interior da região estudada, utilizar-se-á os conceitos de forma, função, processo e estrutura de Santos (1990)¹⁹ e Contel (2015).

qualidade de um certo bem; (b) introdução de um novo processo de produção, ainda não experimentado; (c) abertura de um novo mercado, ou seja, um mercado em que o produto de determinada indústria nunca tivera acesso antes; d) descoberta de uma nova fonte de matéria-prima ou de produtos semiacabados; e) reorganização de uma indústria qualquer, como a criação ou a ruptura da posição de um monopólio. Neste sentido, ao analisar o desenvolvimento do sistema agroindustrial do Oeste catarinense, pode-se dizer, *a la Schumpeter*, que o progresso técnico apresenta uma natureza caracterizada pela continuidade e descontinuidade, um ritmo associado ao seu dinamismo e uma direção relacionada aos melhoramentos, adaptações e rupturas. Desse modo, o progresso técnico é fruto da combinação do dinamismo econômico, da ciência e das estruturas sociais. É, pois, nesse sentido, que se utiliza os referenciais teóricos neoshumpeterianos, que destacam o *path dependency* (competências acumuladas historicamente), o ambiente e a seleção, que tendem a validar ou não uma inovação realizada por meio de sua aplicação e/ou difusão.

¹⁶ Rangel (1982) assinalou que o desenvolvimento econômico no capitalismo se dá de forma cíclica e não-linear, através de flutuações das atividades econômicas, com a sucessão de períodos de forte crescimento ou de boom e períodos de crescimento reduzido, depressivo ou de crise profunda. Com essa teoria, é possível embasar o fato de o crescimento econômico do Oeste catarinense estar diretamente atrelado aos ciclos de crescimento da economia nacional, alinhados à atuação do Estado.

¹⁷ Corrêa (1987) aponta que economias de aglomeração podem ser classificadas em: (a) economias de localização, que são economias de escala externas às firmas, mas internas a um setor de atividade de um centro urbano; e (b) economias de urbanização, que são externas às firmas, mas internas ao centro urbano. Nos anos de 1990, diferentes autores passaram a dar novos sentidos à teoria da aglomeração e, assim, “não é mais o estudo da localização industrial que interessa, mas sim o estudo do crescimento das cidades e das indústrias que aí se localizam” (TINOCO, 2003, p. 50). Essa nova preocupação passa a ver as economias de aglomeração como dinâmicas. Nesta ótica, pretende-se analisar a formação de economias de aglomeração no Oeste catarinense.

¹⁸ Chandler (1977) aponta que as mudanças de estratégias e estruturas de grandes empresas que ocorreram nos EUA está interligado com o processo histórico de formação e evolução de grandes empresas, sendo que adotaram estratégias como as fusões e aquisições, criação de outros modelos de organização interna e concorrência externa, criação de departamento de pesquisa e desenvolvimento de produtos, outras formas de comercialização, estrutura verticalizada, burocratização, controle da informação, dentre outras.

¹⁹ Em sua vasta obra, que trata dos conceitos de região e regionalização, Milton Santos chama atenção para o fato de que as condições de desenvolvimento no sistema capitalista – cada vez mais internacionalizado – assim como as formas contemporâneas de deslocamento de bens, pessoas e informações, feriram de morte os arranjos

Ademais, para a análise das redes urbanas e hierarquia urbana, utilizar-se-á Christaller (1966), Motta (1960) Corrêa (1967), Markusen (1996), Scott (2005), Bessa (2012), Scott e Storper (2015), dentre outros. Além disso, para a análise sobre estratégia de desenvolvimento econômico e as novas externalidades regionais focadas na complexidade econômica regional, utilizar-se-á Hirschman (1958), Diniz e Crocco (1996), Storper e Vanables (2005), Markusen (2005), Monasterio e Cavalcante (2011), dentre outros.

Dessa forma, para demonstrar esse conjunto de ideias, e sobretudo para confirmar a tese, dividiu-se o texto em quatro capítulos, com suas subdivisões, os quais levam à compreensão da organização da dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense. No primeiro capítulo, aborda-se o processo de ocupação do Oeste catarinense, a pequena produção mercantil e a gênese dos agronegócios (erva-mate, madeira, grãos e animais), no período 1940-1990. Também é ressaltado neste capítulo o papel do Estado e outros agentes que promoveram o desenvolvimento da dinâmica produtiva da região.

No segundo capítulo, aborda-se a reestruturação, especialização e diversificação da complexidade produtiva da região, considerando o período entre 1990 e 2003. Para tanto, levou-se em consideração a inovação em processo e produto, as mudanças de natureza técnica ocorridas no pré-porteira, dentro da porteira e no pós-porteira, além das novas formas de financiamento das atividades produtivas. Buscou-se relacionar, no capítulo dois, o período de crise da década de 1990 com a necessidade de reestruturar a produção pela inovação e pelo progresso técnico.

No terceiro capítulo, o segundo mais extenso da pesquisa, o foco se dá sobre o ciclo de crescimento econômico ocorrido após 2003, os agronegócios e os novos negócios que emergiram. Nesse capítulo, apresentam-se aspectos que apontam para os avanços na produtividade, na tecnologia e nos montantes de produção e valores gerados, nas exportações e nas inovações tecnológicas. Esses aspectos são entendidos no âmbito do ciclo de crescimento da economia brasileira, do estado de Santa Catarina e da região Oeste catarinense. Neste capítulo, além do exposto, também é dada ênfase ao papel do mercado interno, do mercado externo e do Estado, ao surgimento de novos negócios, bem como a relação desse conjunto de mudanças com a formação das economias de aglomeração.

regionais existentes até então, com repercussões empíricas e teóricas para o debate regional. Para ampliar e dar dinamismo à análise regional, Milton Santos fala da necessidade de ser incorporada à categoria da “totalidade” na geografia – e nos estudos regionais – levando em conta também as noções de estrutura, processo, função e forma (Santos, 1990). A “força motriz” dos processos de formação regional – e de organização do espaço e dos lugares – seria a “totalidade social”, que é tanto um “[...] estado, mas é também a totalização em marcha. É uma situação, e uma situação em mudança” (Santos, 1990, p. 177).

No quarto, mais extenso e último capítulo, discorre-se sobre a diversidade e a complexidade produtivas nas economias de aglomeração da região Oeste catarinense. As economias de aglomeração são analisadas a partir dos principais agentes públicos e privados que atuam na organização do espaço regional. Assim, abordou-se a importância de agentes ligados ao setor de serviços: complexo educacional (sobretudo ensino técnico e superior), estrutura bancária e as firmas empresariais. Os principais setores econômicos nos quais se encontram as firmas empresariais são: complexo de carnes, de grãos, de leite, de móveis, de papel e celulose, de metalmecânico, de câmaras de refrigeração, dentre outros. Por fim, foram esboçados alguns fundamentos teóricos sobre economia regional e como a complexidade geoeconômica²⁰ do Oeste catarinense permeia esses fundamentos, além de ter sido apresentada a hierarquia urbana regional, com as principais centralidades urbanas, suas funções e complexidade econômica exercidas pelas cidades referência para as economias de aglomeração da região.

²⁰ O termo complexidade geoeconômica se configura em um importante conceito utilizado ao longo da tese. Por complexidade geoeconômica compreende-se o conjunto das atividades econômicas encontradas nas economias de aglomeração ao longo da geografia regional, as quais envolvem instituições públicas e privadas dedicadas à produção com uso intensivo de tecnologia, pesquisas e inovações voltadas ao desenvolvimento da economia regional, considerando sempre o conjunto das atividades, isto é, o antes o durante e o depois das unidades produtivas. A complexidade geoeconômica regional somente pode ser qualificada e apreendida através de um denso e sistemático levantamento de dados e trabalhos de campo capazes de desvendar a realidade econômica regional.

CAPÍTULO I

DA OCUPAÇÃO À GÊNESE DOS AGRONEGÓCIOS: AS METAMORFOSES DA ESTRUTURA ECONÔMICO-PRODUTIVA DO OESTE CATARINENSE (1940-1990)

Segundo Goularti Filho (2016), a base produtiva da economia catarinense passou por intenso processo de diversificação e ampliação entre 1940 e 1990. No Oeste do estado, a agricultura começou a se industrializar, passando do complexo agrocomercial para o complexo agroindustrial. O referido período compreende uma fase de transição, em que ainda perduram traços do padrão de crescimento derivado e baseado na pequena produção mercantil. Ao mesmo tempo, começaram a surgir elementos de um padrão novo, calcado no médio e grande capital industrial, que se torna pujante na região.

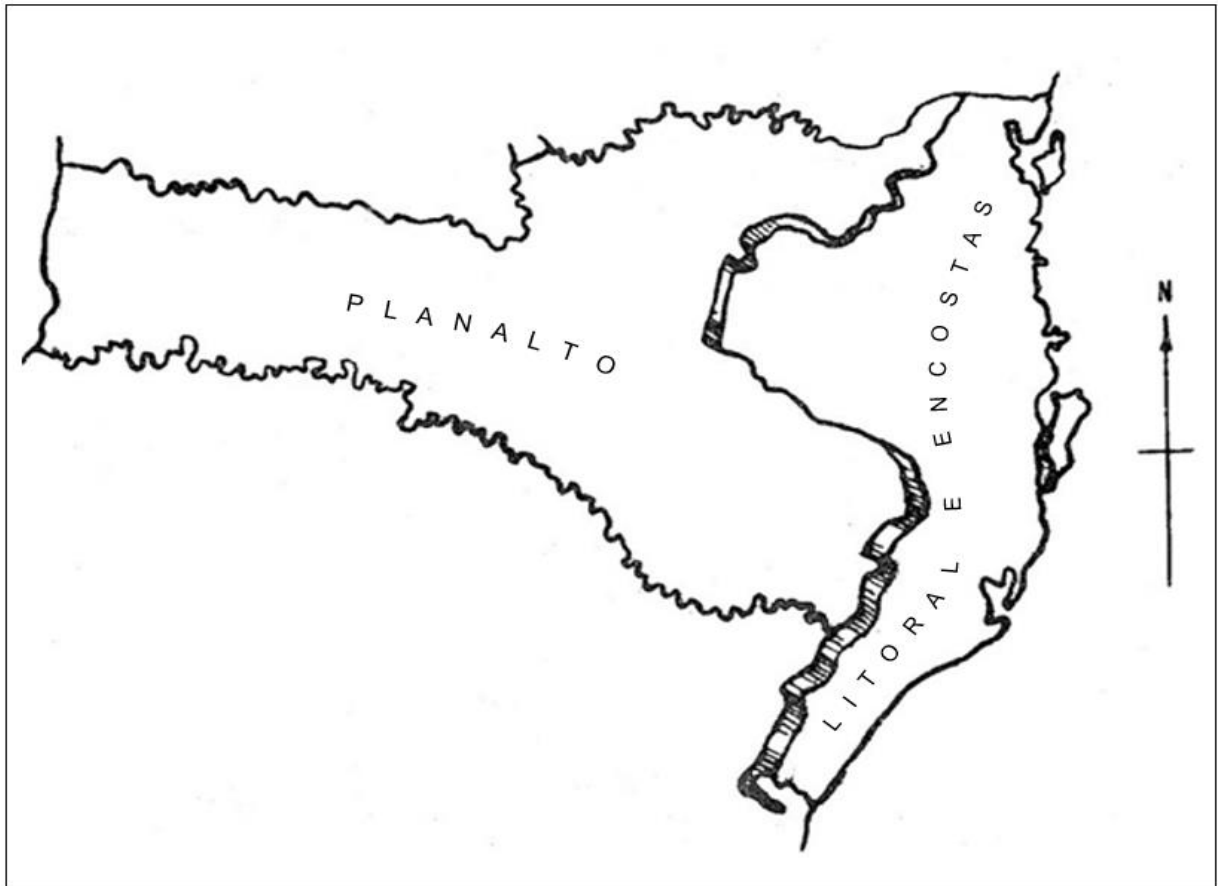
Para melhor compreensão, o objetivo deste capítulo é investigar o processo de ocupação, a pequena produção mercantil e a origem e relevância dos agronegócios [e suas metamorfoses] na estruturação da base produtiva da região. Para tanto, dividiu-se o capítulo em cinco partes: a primeira aborda especificamente o processo de ocupação da região; a segunda parte se dá sobre a reprodução da Pequena Produção Mercantil (PPM); a terceira parte é sobre a gênese dos agronegócios; na quarta parte é abordado o papel do Estado nos investimentos produtivos da região; e na quinta e última parte do primeiro capítulo aborda-se a dinâmica urbano-regional resultante desses processos.

1.1 GÊNESE E PROCESSO DE OCUPAÇÃO

Para aperfeiçoar a leitura da dinâmica geoeconômica da região Oeste catarinense, é importante apontar as divisões físico-regionais do estado de Santa Catarina, bem como as diferentes etapas de ocupação do território estadual. Assim, torna-se possível a compreensão do contexto físico e humano, do ponto de vista geográfico, nos quais a região em estudo se encontra.

Conforme definiu Peluso Jr (1952), o estado de Santa Catarina está inserido em um contexto físico-geográfico que permite levantar duas grandes diferenciações de áreas: uma área apresenta um altiplano levemente inclinado na sua porção Oeste, e outra área se desdobra numa borda do planalto até o mar, na sua porção Leste, conforme demonstra a Figura 01.

Figura 01 – Planalto, litoral e encostas de Santa Catarina

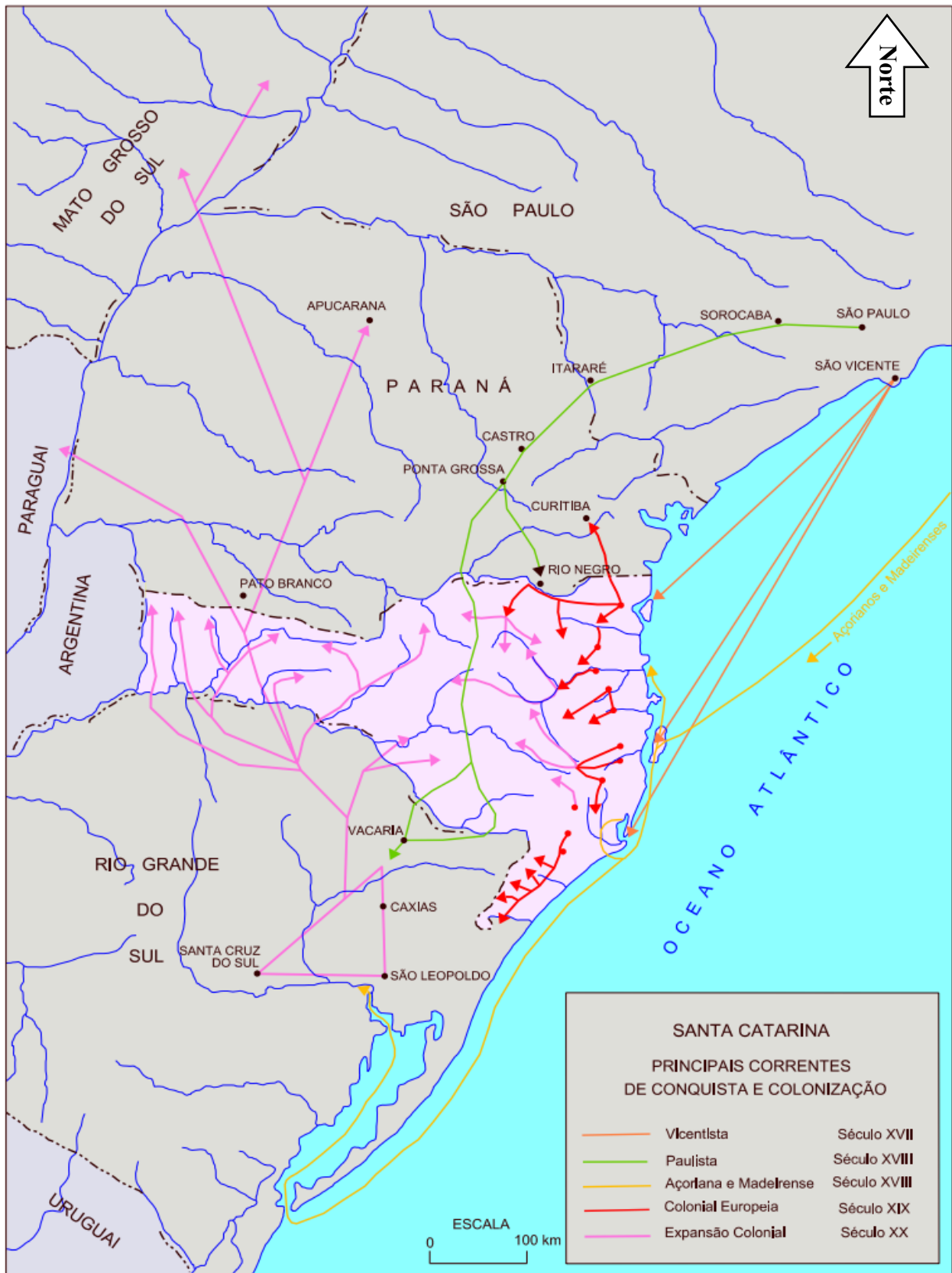


Fonte: Adaptado de Peluso Jr (1952)

A divisão atribuída ao estado de Santa Catarina na sua esfera física (Figura 01), tal como Peluso Jr (1952) apontou, significa que as esferas física e humana são complementares na leitura da dinâmica geoeconômica do Oeste do estado, e não dicotômicas, como por vezes é encontrado na literatura. Neste sentido, leva-se em consideração uma visão clássica da geografia, quer dizer, “uma visão globalizadora e de totalidade da natureza e da sociedade, de maneira semelhante” (MAMIGONIAN, 1996, p. 199).

Outrossim, dada a divisão do ponto de vista físico do estado de Santa Catarina, parte-se para a divisão do ponto de vista humano, na qual é possível usar quatro etapas para explicar a ocupação e/ou o povoamento do estado. Essas quatro etapas podem ser identificadas a seguir, no Mapa 02.

Mapa 02 – Etapas de ocupação do estado de Santa Catarina²¹



Fonte: Adaptado de Mamigonian (1958). Mapa organizado por Carlos A. F. Monteiro e desenhado por O. Silva

²¹ A localidade Caxias, que faz parte do triângulo de S. Leopoldo e S. Cruz do Sul, refere-se a Caxias do Sul.

Conforme o mapa 02, a primeira etapa da ocupação é marcada por duas correntes de povoamento começadas em meados do século XVII, com a chegada dos vicentistas paulistas entrando pelo Norte e indo em direção ao Sul do estado; outra corrente de ocupação ocorreu pelo planalto e deslocou-se para os campos meridionais. Nesses campos, como na região de Lages, por exemplo, desde o século XVII instalaram-se grandes instâncias de gado, que usavam os índios da região como peões, “numa associação de relações feudais de propriedade e de trabalho”, conforme salienta Mamigonian (1999, p. 68).

A segunda etapa de povoamento do estado ocorreu em núcleos esparsos, no século XVIII, no litoral do estado. Trata-se de um sistema de colonização que contou majoritariamente com casais açorianos e madeireiros. De acordo com Mamigonian (1999), a colonização no litoral de Santa Catarina configura-se na maior intervenção geopolítica e geoeconômica de Portugal no Sul do Brasil. Desta colonização criou-se uma forte produção agrícola, com destaque para uma fase que exportou grandes quantidades de farinha de mandioca. Ademais, no estado do Rio Grande do Sul, ocorreu processo similar de entrada de açorianos no Brasil, sendo esta pelo porto de Rio Grande/RS, chegando até Porto Alegre, por volta de 1737.

A terceira etapa de povoamento de Santa Catarina, ocorrida a partir dos anos 1820, refere-se às colônias de povoamento alemão próximo a Rio Negro e São Pedro de Alcântara – de 1829, ainda que sejam colônias que se firmaram somente a partir de 1840. Outras colônias, como a de Dona Francisca e a de Blumenau, no médio vale do rio Itajaí-Açú, também se consolidaram nesse período. Além disso, essa terceira etapa de povoamento conta com as colônias italianas que se instalaram no Sul do estado na segunda metade do século XIX²².

A quarta e última etapa se refere à ocupação no Oeste do estado. Esta ocorreu no início do século XX, momento em que algumas empresas de colonização e capital comercial intensificaram a venda e loteamento das terras no Oeste catarinense. As terras foram comercializadas em pequenos lotes, vendidos na sua grande parte aos imigrantes italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul (ESPÍNDOLA, 2016a), como pode ser visto no Mapa 02. Neste contexto, o Oeste catarinense, como pôde-se perceber nesta breve descrição e no Mapa 02, contou com um processo de ocupação desvinculado dos demais processos que povoaram as outras regiões do estado. No caso do Oeste, do ponto de vista da ocupação

²² Vale frisar que as colônias alemãs, como a de São Pedro de Alcântara, somente existiram por conta do interesse do império, ou seja, o império trouxe os imigrantes, deu as terras, distribuiu sementes, dentre outras ações. Portanto, tratou-se de um processo de ocupação viabilizado pelo financiamento, na época, do império.

voltada para reproduzir relações capitalistas, o povoamento esteve ligado aos denominados italoaúchos (ESPÍNDOLA, 2016a), oriundos do estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo do tempo, constituiu-se como uma região caracterizada pela produção ligada à agropecuária de pequeno porte. Isso só foi possível em função da sua base produtiva assentada na Pequena Produção Mercantil (PPM) (Goularti Filho, 2001), e em função das possibilidades de acumulação de capital dessa agricultura de pequena escala, juntamente com os investimentos realizados pelos governos estadual e federal na região. Assim, não se trata de uma pequena produção qualquer, semelhante a que sempre existiu na história da humanidade, mas de uma pequena produção mercantil, que propiciou as bases para o desenvolvimento capitalista na região (LÊNIN, 1985).

Sobre a ocupação do Oeste do estado de Santa Catarina, no contexto da ocupação da região Sul do Brasil (Mapa 02), Waibel (1979) reforça, no décimo capítulo de seu livro que trata da geografia tropical e do Brasil, que, de forma geral, a terminologia “colonização europeia” se refere à instalação e posse de pequenos lotes de terra para a classe de pequenos proprietários rurais em diferentes localizações do Sul do Brasil, formando comunidades próprias. Essa população europeia vinda para o Brasil se instalou em locais onde a geografia física pudesse proporcionar alguma vantagem. No estado de Santa Catarina, diferente do que acontece no Rio Grande do Sul e no Paraná, há um planalto acima da Serra do mar (Figura 01), mais ou menos regular até a fronteira com a Argentina, com diminuição de altitude nas aproximações dos grandes rios, como o rio Uruguai. Além disso, todo o Sul do Brasil possui clima subtropical, com precipitação bem distribuída ao longo do ano e temperatura média de 21°C, contudo, com grande amplitude térmica.

Tais aspectos físicos favoreciam o povoamento do Sul do Brasil por imigrantes europeus. Neste contexto, com a independência do Brasil, em 1822, o governo imperial julgou mais importante ocupar a parte meridional do país, pois estava mais sujeita a ser tomada pelos índios ou pelos argentinos e uruguaios. Até esse momento, o homem branco ocupava poucas porções da região Sul, sendo o litoral e o caminho das tropas as principais. A colonização, portanto, tinha o objetivo de acabar com índios – “povo sem utilidade” (WAIBEL, 1979). Para isso, viu-se a necessidade de um novo tipo de colono, pois os índios e açorianos não serviam para a colonização na mata. Esse colono precisava ser, ao mesmo tempo, um soldado e um agricultor capaz de cuidar e cultivar a terra. Num primeiro momento, em 1824, no Rio Grande do Sul, os alemães foram esses colonos. Grande parte deles dominava alguma função,

tanto na indústria quanto na agricultura – o que contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo em todo o Brasil meridional.

Waibel (1979) destaca que os resultados alcançados em cada colônia diferiam muito, dependendo do tipo de colonização. Ademais, diferente dos Estados Unidos, o Brasil não teve colonização espontânea. Sempre foi uma atividade organizada e pré-determinada, muitas vezes pelo Estado, mas também por proprietários particulares e companhias privadas. Em Santa Catarina, diferentemente do que ocorreu no Rio Grande do Sul, a preocupação do governo com a colonização era menos expressiva. Com isso, as companhias privadas de colonização tomaram a iniciativa e cumpriram com êxito esse papel, sobretudo no loteamento e comercialização de terras no estado. Assim, as companhias privadas viam a colonização como uma oportunidade de negócio. A primeira a se instalar em Santa Catarina, em 1849, com sede em Joinville, foi a empresa alemã Kolonization von Hamburg (WAIBEL, 1979).

A ocupação da parte ocidental do estado não teve ligação com as colônias alemãs e italianas do Norte e do Sul do estado, sendo que iniciou apenas por volta de 1915, quando a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande cortou o vale do rio do Peixe no sentido Norte-Sul, ou seja, mais tarde que as colônias alemãs e italianas mais próximas ao litoral do estado. Com a estrada de ferro, as relações comerciais do Oeste foram estreitadas com São Paulo, e não com o litoral do estado. Além da estrada de ferro, o caminho das tropas fortalecia a relação de comércio com São Paulo e permitia que a ausência da necessidade de abrir caminhos para o litoral do estado, no acidentado e dificultoso relevo da Serra do mar, não fosse um problema. No entanto, da mesma forma que ocorreu no Rio Grande do Sul, se repetiu o fato de os alemães, no ocidente de Santa Catarina, terem ocupado os vales baixos, e os italianos os vales altos, ou seja, as serras (WAIBEL, 1979).

Neste sentido, por volta de 1910-1930²³, empresas colonizadoras internacionais, como a Southern Brazil Lumber and Colonizations, nacionais, como a Sociedade Territorial Mosele, a Eberle e a Ahrons e Cia, e de capitais comerciais de Porto Alegre (Bertaso) (ESPÍNDOLA, 1999), dentre outras colonizadoras, retalharam o Oeste de Santa Catarina em pequenos lotes, que variavam de 15 a 35 hectares de terra. Esses lotes, quase que na sua

²³ Vale salientar que, segundo Alba (2008), no século XVIII, o Oeste catarinense já era povoado por índios Guaranis e Kaingangs. Além disso, antes do século XX, a região já havia sido marcada pela presença dos Bandeirantes, que estavam em busca de novos territórios e de índios Guaranis para escravização. No início do século XVIII, os portugueses também iniciaram a conquista de novos territórios na região e o recrutamento dos Kaingangs. Desse modo, por volta de 1810, os portugueses ocuparam os campos de Guarapuava (PR), em 1846 os campos de Palmas (PR), e em 1856 os campos de Erechim (RS). Neste contexto, a região de Chapecó também foi marcada por essas passagens e/ou ocupações portuguesas, mas sem terem se efetivado.

totalidade, foram vendidos aos imigrantes de descendência alemã e italiana vindos do Rio Grande do Sul (Mapa 02).

Após a 1ª Guerra mundial, com a atuação das companhias colonizadoras no extremo ocidente de Santa Catarina, na região chamada ex-contestado²⁴, desde a margem leste do rio Peperi-Iguaçu até a margem oeste do rio Irani, foi espaço de atuação das colonizadoras. Em 1940, em torno de 45 mil pessoas habitavam a região Oeste, principalmente italianos e alemães, mas também luso-brasileiros. Ademais, em 1940, a população de Santa Catarina contava com 363 mil habitantes de origem europeia. 235 mil eram alemães, 100 mil eram italianos e 28 mil eram eslavos²⁵ (WAIBEL, 1979).

Passado o período de comercialização das terras, intensificou-se no Oeste catarinense a derrubada da mata nativa (Pertile, 2008). Essa atividade foi de fundamental importância econômica para os colonos da região, pois resultou no aproveitamento comercial da madeira exportada para outros países, inclusive países da Europa e EUA. No entanto, o maior comércio de madeira foi estabelecido com a Argentina, vizinho do Oeste catarinense. Na época das cheias, a madeira era transportada em forma de balsas pelas águas do rio Uruguai até o destino comercial, a Argentina. A exploração da madeira ocorreu concomitantemente à

²⁴ O termo “ex-contestado” faz referência à guerra do Contestado, ocorrida no planalto central catarinense entre 1912 e 1916. A questão principal que forjou a guerra girava em torno da não aceitação dos colonos e caboclos que possuíam as terras da região em doar cerca de 15 quilômetros cada lado da estrada de ferro que estava sendo construída entre Porto União e Piratuba para a companhia responsável pela construção da linha férrea (Brazil Railway Company). A intenção da companhia era se apropriar da abundância de madeiras de alto valor que existia na região, especialmente a Araucária. Essa estrada de ferro costeia todo o vale do rio do Peixe, até entrar no Rio Grande do Sul, pelo município de Marcelino Ramos (MORAES, 2018).

²⁵ Segundo Waibel (1979), a colonização europeia em Santa Catarina deu certo porque os métodos agrícolas dos colonos eram bastante elogiados, pelo êxito na produção. Os métodos evoluíram, sendo que, o que antes era considerado agricultura nômade ou itinerante, passou por processos de modernização. Além disso, os europeus receberam dos índios técnicas importantes, como a rotação da terra e de cultura, assim como algumas cultivares: milho, feijão, mandioca, batata-doce. Também receberam dos índios ferramentas, como a cavadeira e o bastão de plantar. No entanto, os colonos de descendência europeia se desenvolveram de forma desigual. Havia três principais sistemas de produção: 1) O sistema de rotação de terras primitivas (derrubada da mata, seguida da queima da mesma para posterior plantio de milho, feijão ou mandioca. Dificilmente ocorre evolução social e econômica nesse sistema); 2) O sistema de rotação de terras melhoradas (presença de estradas, carroças, centros comerciais e moinhos. Substituiu-se o trabalho humano pelo trabalho animal. Esse é o sistema mais difundido dos três; no entanto, depois de 40 anos de uso da terra, esse modelo mostra estagnação e decadência); 3) O sistema de rotação de cultura combinada com a criação de gado (baseado na adubação da terra, que necessitava de pelo menos 20 animais por propriedade para produzir adubo suficiente para espalhar na terra. Envolve muito mais trabalho, capital e conhecimento. Posteriormente, surge a indústria de transformação, a eletricidade, o carvão, que somente poderiam ser acessados por financiamento via cooperativas, capitalistas ou bancos. Assim, Waibel (1979) aponta que apenas 5% dos colonos europeus do Sul do Brasil alcançaram esse terceiro sistema de desenvolvimento agrícola. 50% chegaram no segundo sistema e 45% sequer saíram do primeiro sistema. Economicamente, uns 25% estão bem, 50% estão moderadamente bem e outros 25% em condições miseráveis. Portanto, desse cenário, Waibel (1979) apresenta três possíveis razões que respondem à desigualdade de desenvolvimento dos colonos europeus: 1º: todos os colonos vindos eram pobres e com técnicas de manejo pouco avançadas; 2º: foi dada muita atenção à ideia de povoar e pouca atenção à ideia de realidade econômica; 3º: terra tinha, mas os colonos ocuparam lotes muito pequenos, o que acelerou o esgotamento de terra fértil.

extração e comercialização da erva-mate. Esta, da mesma forma que a madeira, fazia parte da vegetação natural da região, com aproveitamento comercial maior, principalmente nos locais por onde passavam as tropas que levavam o gado do Rio Grande do Sul até São Paulo. Os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, além da Argentina, eram importantes compradores da erva-mate catarinense nas primeiras décadas do século XX. Em 1920, a erva-mate correspondeu a 27% das exportações totais do estado, com a maior parte comercializada com a Argentina.

Para Goularti Filho (2016), foi com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e com a atuação das companhias colonizadoras que o Oeste passou a ser ocupado no modelo de produção capitalista. No entanto, o levantamento bibliográfico sobre o desenvolvimento da produção capitalista mostra que este está diretamente ligado ao desenvolvimento da pequena produção mercantil e à diversificação da dinâmica produtiva. Para Lênin (1985), uma produção mercantil pujante é capaz de propiciar as bases para o desenvolvimento capitalista de uma região. Parece ter sido isso que ocorreu no Oeste catarinense, visto que, nos dias de hoje, tanto a estrada de ferro quanto a extração da madeira deixaram de ter importância econômica para a região; entretanto, a base econômica formada na pequena produção mercantil garantiu o desenvolvimento do capitalismo na região. Essa visão permite olhar e compreender a realidade histórica tal como ela é, da mesma forma que Lênin (1985) mostrou. A estrada de ferro e as companhias colonizadoras podem ter contribuído para expandir o mercado e a diferenciação da produção, mas foi o desenvolvimento da pequena produção mercantil e a de um conjunto de produtos ligados inicialmente à agricultura e à pecuária que forjaram o desenvolvimento capitalista na região Oeste catarinense.

Lênin (1985) acrescenta que a reprodução da economia mercantil provoca o crescimento substancial do número de ramos industriais distintos e independentes, mas às vezes interligados. Esses ramos acabam por se dedicar não apenas à fabricação de produtos, mas à fabricação de cada componente necessário num ramo industrial à parte de um dado produto. Daí uma das explicações para a diversificação produtiva presente no Oeste catarinense até os dias de hoje. Dessa visão leninista, baseada na realidade concreta e na sua dinâmica historicamente construída, é possível perceber as razões pelas quais surgiram na região diferentes frigoríficos, alfaiatarias, moinhos, sapatarias, hotéis, restaurantes, oficinas mecânicas, dentre outros.

Feita a ressalva, cabe destacar que, durante o período de ocupação das terras no Oeste do estado, havia certo medo, por parte do governo brasileiro, de perder essas terras para a Argentina. Portanto, ocupá-las fazia parte da estratégia de governo para demarcar as terras pela presença humana após a Questão de Palmas ou de Missiones²⁶ para a Argentina, em 1895 (HEINSFELD, 1996). Desse modo, as terras ao ocidente começaram a ser demarcadas pelas companhias colonizadoras estrategicamente, apontando para a Argentina que essas terras já tinham donos – estratégia do governo brasileiro. Tratou-se de um movimento combinado da ocupação, cujo objetivo era não perder as terras dessa região para a Argentina e expandir a fronteira agrícola para o Oeste catarinense.

Tanto a demarcação das terras quanto a exploração de madeira se configuraram em grandes negócios para as companhias colonizadoras. Segundo relatos coletados em trabalhos de campo, antes de tomar posse das terras, os colonos assinavam acordos com as companhias, concordando que elas retirassem das terras as árvores mais bonitas e de maior valor (Araucária, Grápia, Cabriúva, Angico, Cedro, dentre outros). Segundo Goularti Filho (2016, p. 71),

Entre as companhias colonizadoras, a maior era a Brazil Development and Colonization, que recebeu 569.057 ha de terra e fazia parte do poderoso truste norte-americano Farquhar. Esta empresa também era proprietária da ferrovia e da serraria Southern Brazil Lumber & Colonization Company. Destacavam-se também as firmas gaúchas Bertaso e Maia & Cia., que receberam 224.924 ha e colonizaram Chapecó; a empresa Chapecó Pepery Ltda., com 345.254 ha, que colonizou Mondai; a Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, com 76.473 ha; a Firma Companhia Territorial Sul Brasil, com 30.576 ha, que colonizou Itapiranga. Ao todo, essas seis companhias detinham mais de 1,3 milhão de hectares.

Além do cenário de divisão de terras instalado no Oeste catarinense, também motivou a vinda dos colonos gaúchos para Santa Catarina “a falta de novas áreas a serem colonizadas e as transformações da economia fumageira em Santa Cruz nos anos 1940 e 1950” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 71). Ademais, o vale do rio dos Sinos (São Leopoldo, Novo Hamburgo, Igrejinha) e do rio Caí (São Sebastião do Caí, Montenegro), as áreas de cima da serra (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Gramado, Canela, Garibaldi) e o próprio meio Oeste catarinense também foram áreas de onde muitos colonos emigraram para a região Oeste e extremo Oeste catarinense. Neste sentido, a base do processo de ocupação do

²⁶ A questão de Palmas ou de Missiones fazia parte de um projeto geopolítico da Argentina e do Brasil, em que ambos reivindicavam territórios onde hoje se situa o Oeste catarinense e o Sudoeste do Paraná, para “impor um projeto de hegemonia sobre o Cone Sul da América” (HEINSFELD, 1996, p. 147). O Brasil saiu ganhador na disputa e o então território requerido por ambos os países passou a pertencer definitivamente ao Brasil.

Oeste catarinense foi motivada pela possibilidade desses colonos se reproduzirem enquanto pequena produção mercantil. No Rio Grande do Sul, como acontece em qualquer lugar em que o solo é explorado para agricultura, a terra também perdia sua fertilidade natural, além de que estava sendo partilhada pelos membros da família. Isso impedia que os colonos no RS ampliassem suas bases de produção. Além disso, no período da ocupação do Oeste catarinense, a agricultura do RS estava passando por uma especialização, pela diferenciação da produção no interior da pequena produção mercantil. Com isso, ocorria o processo de expropriação, de empobrecimento, especialmente das famílias menos capitalizadas. Somado a isso, estava a promessa do Eldorado, que representava as terras do Oeste catarinense, ou seja, a possibilidade real de os colonos do RS continuarem seus processos de acumulação. Assim, se por um lado ocorria a acumulação de capital por parte das companhias colonizadoras, que retalharam as terras e vendiam a madeira, por outro lado ocorria a acumulação de capital para os colonos que fomentavam a pequena produção mercantil. Com a instalação desses colonos ítalo-gaúchos, começaram a se formar na região pequenos núcleos urbanos e de propriedades que reproduziam, ou seja, davam sustentação à pequena produção mercantil²⁷.

Goularti Filho (2016) chama atenção no sentido de que a ocupação do Oeste catarinense não pode ser entendida apenas a partir do ponto de vista estratégico territorial para demarcação de terras comandadas pelo governo. Deve ser entendida no sentido de que a ocupação serviu para valorizar a terra, ou seja, como fonte de acumulação de capital. Assim, as fronteiras do Oeste têm ligação direta com o capital industrial e o capital mercantil, que atuavam de modo acordado com os governos locais, visando a valorização máxima de seu capital. Desse modo, o objetivo da ocupação, além de demarcar terras, também era de acumular capital por meio da venda da terra; por isso, o povoamento do Oeste, na época, serviu também para enriquecer as companhias colonizadoras.

A ocupação se deu acompanhada do ciclo econômico da madeira e da erva-mate, importantes como atividades econômicas do período (Pertile, 2008; Campos, 1987), e como atividades que serviram de base para acumular capital, que seria, mais tarde, investido em outros setores econômicos (von Dentz e Espíndola, 2019a). Foi dessa maneira, juntamente com as estratégias de governo, as elites locais-regionais, e sobretudo com a pequena produção

²⁷ Cabe salientar que o processo de ocupação do Oeste catarinense, que se estendeu até 1950, faz parte do movimento mais amplo de expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, datada da primeira metade do século XX, que chegou às regiões Norte e Centro-Oeste no mesmo século, mas que ocorreu de forma mais profunda até 1950 no Oeste catarinense e paranaense.

mercantil, que se ganhava fôlego na região; inúmeras culturas agrícolas e pecuárias passaram a fazer parte do cenário produtivo da região.

A partir do momento em que as atividades agropecuárias passam a figurar no cenário produtivo da região, vê-se uma forte ligação desse crescimento vinculado às políticas governamentais em esfera nacional e estadual. Assim como no Brasil e em Santa Catarina, a modernização da agricultura no Oeste catarinense ocorreu principalmente a partir de 1960, com a implementação de pacotes tecnológicos e ação das cooperativas – que serviram como canalizadoras de crédito para o desenvolvimento do setor agropecuário – aliados ao uso do capital (crédito) no campo. Graziano da Silva (1998) se refere a essas transformações quando faz alusão à chamada Revolução Verde, datada de 1960, momento a partir do qual avança na agricultura brasileira o processo de modernização. Com isso, na medida em que os colonos foram deixando de produzir para a subsistência e passaram a produzir para o comércio, as novas técnicas de produção trazidas pelo processo de modernização da agricultura se apresentavam como meios que otimizavam o rendimento das atividades agrícolas, ou seja, davam a possibilidade de fazer os trabalhos agrícolas renderem mais, principalmente com a introdução da mecanização.

Para além disso, a ocupação do Oeste catarinense e a formação econômica da região é decorrente da reprodução da Pequena Produção Mercantil (PPM) e da gênese diversificada de agronegócios. Por isso, nos próximos dois itens, será abordado sobre a Pequena Produção Mercantil e a formação dos agronegócios.

1.2 A REPRODUÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL (PPM)

Este item trata da reprodução da pequena produção mercantil. A ocupação inicial da região Oeste catarinense, apresentada no item 1.1, está dada; contudo, ela está em movimento. É, pois, nesse processo de movimento, que emergiu e se reproduziu a pequena produção mercantil. A pequena produção mercantil conseguia reunir condições para o desenvolvimento do capitalismo na região, valendo-se dos diferentes aperfeiçoamentos técnicos, ou seja, do progresso técnico (SCHUMPETER, 1961), combinado com as condições naturais encontradas na região (CHOLLEY, 1964).

Neste sentido, com a chegada e instalação dos primeiros agricultores alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul em pequenas propriedades, abre-se a possibilidade de um ciclo de ocupação no Oeste do estado, inicialmente nos vales de rios (alemães) e depois no

alto das serras (italianos). Neste contexto, nasceram os chamados núcleos coloniais do ocidente do estado, cujas atividades econômicas desenvolvidas, além da agricultura, davam conta de suprir as necessidades iniciais desses núcleos coloniais. Assim, a partir de 1910, instalaram-se na região serrarias, pequenas oficinas mecânicas e fabricantes de banha e derivados de carne de porco. Por volta de 1940, a produção de derivados de suínos visava atender o mercado local e, via transporte pela estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, parte da demanda de cidades do Sul e Sudeste do Brasil (ESPÍNDOLA, 1999).

Os pequenos complexos rurais foram formados localmente, segundo Goularti Filho (2001), por pessoas simples e modestas, denominadas pelo autor de “capitalistas sem capitais”, em geral filhos de artesãos e comerciantes que viviam dos movimentos comerciais estabelecidos no sistema colônia-venda. Por outro lado, o capital mercantil excedente, oriundo dessa base rural-mercantil, encontrava-se nas mãos de pequenos comerciantes locais. Dentre os principais, destacavam-se os produtores de alfafa, erva-mate, suínos e milho. O sistema colônia-venda era baseado na pequena propriedade, que era voltada para a comercialização do excedente produzido. Portanto, desde o início da ocupação, foi estimulado a formação de um mercado local, que rapidamente integrou-se à economia nacional (GOULARTI FILHO, 2001).

Espíndola (1999) destaca que alguns comerciantes se destacavam na compra e venda da produção local. Attilio Fontana, descendente de italiano, foi um dos que iniciou suas atividades comerciais no então município de Cruzeiro, atual Joaçaba, de onde começou a despachar produtos como alfafa e derivados de suínos, na sua maioria para São Paulo. Os comerciantes como Fontana faziam anúncios em meios de comunicação locais, principalmente em jornais, divulgando a venda de seus produtos e também a compra de produtos dos pequenos produtores rurais da região. Na figura 02, é possível observar um desses anúncios, no qual o comerciante Attilio Fontana demonstra seu negócio com a venda de produtos de origem nacional e a compra de produtos locais.

Figura 02 – Anúncio de compra e venda de produtos no Vale do rio do Peixe – SC

Matriz: **FONTANA & CIA.** Filial: PERDIZES e AGUA DOCE
Bom Retiro

Santa Catarina – End. Teleg. **FONTANA** – Linha Sul E. F. S. P. R. G.

Compras e vendas exclusivamente a dinheiro

Mantem sempre em suas casas o maior sortimento da zona, como sejam: fazendas, armazéns, ferragens, louças, calçados, chapéus, fogões, camas, roupas feitas, perfumarias, joias, etc.

Grande estoque de secos e molhados

COMPRADORES DIRETOS DAS MAIS IMPORTANTES FÁBRICAS E FIRMAS DO PAÍS, OFERECENDO, DESSA FORMA, À SUA FREGUEZIA, ARTIGOS DA MELHOR PROCEDÊNCIA

SEM TEMER CONCURRENCIA

Grandes exportadores de tudo quanto é PRODUTOS coloniais e serranos, à saber:

ESPECIALISTAS EM COMPRA DE SUINOS-VIVOS, PARA QUANTIDADES SEM LIMITES, E DE ALFAPA, MANTENDO COMPRADORES DIRETOS EM quasi todas as Estações entre Perdizes e Volta Grande

BANHA, MILHO, FEIJÃO, BATATA, COUROS SECOS, PELES, CERA, CRINAS, LÃ, TRIGO EM GRÃO

Consultar os preços da casa Fontana é saber ganhar dinheiro

Fonte: Adaptado do Jornal “O Cruzeiro” (1934)

Neste sentido, o modo como se deu a ocupação da região Oeste catarinense baseou-se no sistema colônia-venda, calcado sobre a pequena propriedade rural. O sistema colônia-venda é decorrente de, num primeiro momento, os colonos produzirem apenas para o próprio sustento, pois inexistia estrutura socioeconômica para pensar, do ponto de vista do comércio, em algo maior. Fortalecida a chamada economia de subsistência, pouco tempo depois da chegada dos primeiros imigrantes, num segundo momento, iniciou-se um processo de vender o excedente da produção, estimulando o fortalecimento de um mercado interno (Goularti Filho, 2016). Neste contexto, cabe recorrer ao anúncio da figura 02, no qual constata-se que a comercialização do excedente passou a fazer parte do cenário produtivo do ocidente catarinense.

Além disso, num contexto em que as relações capitalistas de produção começavam a ser aprofundadas, ainda que num sistema de pequena produção mercantil, os colonos que se instalaram na região e que já dominavam um universo de habilidades, passaram a usá-las de maneira ainda mais intensa, de modo que elas se transformaram em atividades comerciais e manufatureiras. Cita-se como exemplo as mercearias, as marcenarias, os moinhos, as fábricas

de queijo e salame, as fábricas de caixas, sapatos e fundição. Essas atividades se transformaram em um regime de produção, calcado na pequena propriedade rural, que, paulatinamente, permitiu a acumulação pulverizada de capital, e, ao mesmo tempo, gerou uma diferenciação social. Alguns colonos um pouco mais “espertos” e melhor capitalizados²⁸ começaram a ditar regras no trabalho e na pequena propriedade, tornando-se os primeiros “empresários” da região, que geralmente eram grandes madeireiros e proprietários de frigoríficos. Neste contexto, insere-se o caso de Attilio Fontana (figura 02), que mais tarde se transformaria no dono de um dos maiores frigoríficos da região.

Manifesta-se, portanto, no interior da pequena produção mercantil e do complexo rural, duas formas de predomínio da pequena produção: de um lado, as famílias especializavam-se na produção de um determinado produto que seria entregue ao comércio local, mas também ao nacional, para cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, dentre outras²⁹; de outro lado, os pequenos produtores rurais fabricavam suas próprias ferramentas de trabalho, além de praticarem a agricultura de autoconsumo (ESPÍNDOLA, 2002). Neste caso, nota-se a constituição de uma economia mercantil simples³⁰.

Em síntese, a consolidação da pequena produção mercantil no Oeste de Santa Catarina foi decisiva, numa segunda etapa do processo de ocupação da região³¹, para a criação de uma nova estrutura econômica e social. Comparativamente, Espíndola (2002) recorda que, no povoamento do nordeste dos EUA, no século XVII, a pequena produção mercantil foi um fator fundamental para a constituição de diversas atividades (pequenas oficinas, artesãos, manufaturas, pequenos comerciantes). Dessa pequena produção mercantil, baseada em produtores independentes, proprietários de um pequeno pedaço de terra e que possuíam condições próprias de trabalho e os meios de produção necessários, surgiu a produção de

²⁸ Conforme informações coletadas em trabalho de campo, realizado em fevereiro de 2019, alguns colonos vieram do RS com recursos maiores, ou seja, mais capitalizados, o que dava a eles certa esperteza e a possibilidade de se destacar economicamente no meio social estabelecido.

²⁹ Singer (1968) e Castro (1980) apontam a importância dos mercados do Sudeste do Brasil para a pequena produção mercantil do Oeste catarinense. Por outro lado, Cano (1990) defende que a expansão da agricultura do Sul do Brasil não se deu em função do crescimento do mercado paulista, já que nas fazendas de café de São Paulo os imigrantes desenvolveram uma agricultura produtora de alimentos. Cano (1990) defende que o mercado paulista foi importante para o comércio do Sul do Brasil apenas para produtos específicos, como cereais, cebola, manteiga, e sobretudo banha de porco.

³⁰ Lênin (1974, p. 22-23) entende produção mercantil como uma “organización de la economía social en la cual los productos se manufacturan por productores individuales y aislados, que se especializan cada uno en la elaboración de un determinado producto, de tal modo que, para la satisfacción de las necesidades sociales, es imprescindible la compraventa de los productos en el mercado”.

³¹ A primeira etapa do processo ocupação, como mencionado no primeiro item desse capítulo, é referente à chegada dos ítalo-gaúchos e à derrubada da mata e comercialização da madeira nas primeiras décadas do século XX. A segunda etapa refere-se à pequena produção mercantil se desenvolvendo e aprofundando as relações comerciais, pós-1940.

determinados produtos que serviam ao mercado interno. No Oeste catarinense, a pequena produção mercantil que se desenvolveu também contou com os aspectos mencionados para os EUA em seu processo de desenvolvimento. Isso ocorreu, obviamente, dentro das características naturais e sociais da região estudada.

Com o passar dos anos, essa estrutura produtiva, ainda que funcionando dentro do complexo rural, foi gerando excedente econômico, que foi acumulado nas mãos dos pequenos, médios e grandes comerciantes. Isso influenciou diretamente a vida econômica da região e, sobretudo, dos pequenos produtores. Neste contexto, conforme demonstrou Marx (1989), nas colônias de povoamento o produtor que possui condições próprias de trabalho e os meios de produção necessários enriquece a si próprio com o seu trabalho, podendo se tornar um pequeno capitalista. Neste sentido, relaciona-se a análise de Marx (1989) com o Oeste catarinense. Pode-se dizer que os comerciantes e pequenos produtores dessa região que direcionaram seus capitais acumulados para diversas atividades, dentro do complexo rural, conseguiram obter ganhos de capital ainda maiores.

Destarte, tal como foi apontado na tese de Silva (2005) sobre a indústria de equipamentos elétricos no Sul do Brasil, que, há um processo de transformação das dinâmicas econômicas nos diferentes setores produtivos. Entretanto, existem algumas interpretações estagnacionistas sobre o tema. Essas interpretações não fazem mais que dar um novo formato para leituras correntes nos anos 1960 acerca do desenvolvimento econômico da região Sul do Brasil como um todo. São interpretações que “não exploravam as possibilidades de superação dos reveses conjunturais presentes no potencial de acumulação das firmas regionais, bem como no grau de complexidade já alcançado por suas estratégias de integração no mercado nacional – com o que não raro acabavam por enxergar falsos entraves no processo de acumulação” (SILVA, 2005, 106). Silva (2005) sinaliza que a interpretação de Singer (1977) é uma dessas que parece equivocada, pois apontava que as dificuldades impostas pelos elevados custos de transporte (o Oeste catarinense era uma região isolada, de difícil acesso, sem nenhuma ligação asfáltica) seria um impeditivo para enfrentar a concorrência das firmas centrais, bem como para especialização industrial regional. Ou, ainda, Singer (1977) via como frágil o pequeno modo de produção, “cujo sistema agrícola arcaico teria levado a uma crise agrária de consequências perversas para o crescimento do mercado regional, fonte de realização de vendas de diversas indústrias, figura, pois, como exemplo principal dessas teses” (SILVA, 2005, p. 107).

Assim, no caso do estudo sobre a região Oeste catarinense, o capital comercial está diretamente interligado com a pequena produção mercantil, e muitos estabelecimentos comerciais surgiram da própria pequena produção mercantil. Portanto, o capital comercial e a pequena produção mercantil estão na gênese dos diferentes negócios que emergiram na região Oeste catarinense. Ambos são a base do processo de acumulação do capital regional. Essa base capitalista regional incipiente, mas desenvolvida para os padrões dos anos 1950 e 1960, desencadeou novos investimentos em diversos agronegócios. Conforme salienta Espíndola (2002), os investimentos foram realizados na área da produção de banha, conservas de carne, salames, salamis, salsichas, dentre outros. Mas também ocorreram investimentos na produção de grãos (milho, soja, feijão, trigo), bem como em outras atividades comerciais e industriais que compõem a base do conjunto das transformações ocorridas na região.

Por conseguinte, essa nova onda significou um novo impulso à indústria de carne do Oeste catarinense, o que implicou no fortalecimento de diferentes agronegócios, abordados no item 1.3.

1.3 OS AGRONEGÓCIOS DA ERVA-MATE E DA MADEIRA NA BASE DA ACUMULAÇÃO

Nas primeiras décadas do século XX, a erva-mate foi o principal produto econômico do Oeste catarinense, dividindo espaço com a extração da madeira. Dentro da indústria extrativista, a erva-mate teve seu auge nas décadas de 1930 e 1940; no entanto, desde 1910 já era extraída com importância econômica para a região. Trata-se de uma planta nativa de todo o Brasil meridional, e também da província de Misiones (Argentina) e de parte do Paraguai. Em Santa Catarina, a erva concentrava-se no alto do vale do rio Uruguai e no planalto Norte (região de Canoinhas, Caçador e Xanxerê).

A exploração da erva-mate no Oeste de Santa Catarina nunca ocorreu de forma isolada. Os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul também exploravam a planta, o que permitia que a produção, consumo e exportação da erva-mate de Santa Catarina ocorresse de maneira interligada a esses estados. Com isso, os estados conseguiam vantagens comerciais, sobretudo pela similaridade do produto exportado e pelo fato de a colheita do produto ocorrer numa mesma região, ou seja, nos planaltos (GOULARTI FILHO, 2016). De 1924 a 1948, a produção de erva-mate em Santa Catarina apresentou uma participação significativa em

relação à produção total do Sul do Brasil. Na tabela 01, é possível observar que Santa Catarina chegou a ser responsável por ¼ dessa produção.

Tabela 01 – Produção de erva-mate em Santa Catarina (t) e sua participação (%) no mercado do Sul do Brasil (1924-1948)

Ano	Produção (t)	(%) do total produzido no Brasil meridional
1924	17.675	7,4
1926	19.461	9,9
1928	32.503	12,2
1930	19.812	7,1
1932	20.859	16,5
1934	16.089	18,6
1936	14.490	15,1
1938	21.645	23
1940	8.987	10,7
1942	12.390	15,3
1944	14.060	21,2
1946	13,050	20,9
1948	12.177	18,5

Fonte: IBGE, anuário estatístico do Brasil (1934-1997)

Embora ausente na tabela 01, vale frisar que, em 1910, a produção de erva-mate foi de 5.761 toneladas, tendo quase quadruplicado em 1920, quando alcançou 19.852 toneladas. Conforme a tabela 01, a produção oscilou, mas manteve certa estabilidade entre 1924 e 1944. Nessa época, Goularti Filho (2016) aponta que 80% da produção de erva-mate exportada era destinada ao Chile e à Argentina, sendo que a Argentina ficava com as maiores quantidades compradas do Brasil. Com a crise dos anos 1930, a Argentina começou a cultivar e produzir grande parte da erva-mate necessária para abastecer seu mercado, gerando uma significativa queda nas exportações e na produção da erva-mate de SC. “Em 1929, a erva representava 16,2% das exportações catarinenses, caindo para 2,1% em 1943” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 78).

É possível notar algumas baixas na produção da erva-mate, de acordo com a tabela 01, como em 1930 e 1940, se comparado à produção do ano antecedente. Isso ocorreu porque a erva-mate é uma planta sazonal, com intervalo entre uma poda e outra que pode levar três anos. Com isso, o contingente de pessoas que trabalhavam na poda da erva tinha que migrar de região para região, sempre que a sazonalidade do produto exigia, o que muitas vezes interferia no total produzido. Nas atuais cidades de Chapecó, Palma Sola e Campo Erê, chegaram a se desenvolver sistemas de beneficiamento da erva-mate; no entanto, não

prosperaram devido às condições adversas da região, na época. Junto a isso, soma-se a distância entre a produção da região e os mercados consumidores. Assim, a industrialização incipiente da erva se viu fragilizada em relação à crise da primeira metade do século XX, e levou à diminuição da importância econômica do produto para a região (RADIN e CORAZZA, 2018).

Como pôde ser visto na tabela 01, o auge do ciclo da erva-mate na região Oeste catarinense foi na década de 1930, quando a produção ficou na faixa de 20 mil toneladas. A partir de 1930-40, começou o desenvolvimento da agricultura na região, o que fez diminuir, mas não desaparecer, a produção de erva-mate. Dessa forma, a planta continuou a ser cultivada e beneficiada para atender à demanda de consumo da própria região, o que acontece até os dias de hoje, sem, no entanto, exercer a importância econômica que exercia nas décadas de 1920 e 1930. Assim, mesmo que o ciclo da erva-mate tenha sido curto, o produto serviu para uma capitalização inicial dos colonos, sendo que, juntamente com a renda extraída do comércio da madeira, proporcionaram a inserção dos agricultores em atividades agrícolas e industriais.

Neste sentido, para a região Oeste catarinense, a madeira talvez tenha sido mais importante, do ponto de vista da acumulação de capital, do que a erva-mate. A premissa maior dessa afirmação encontra-se no fato de que o complexo madeireiro contava com uma disponibilidade abundante de recursos florestais, com destaque para a Araucária. De 1920 até 1960, período em que o Oeste catarinense foi povoado, a extração da madeira constituía-se na fonte mais rápida, fácil e disponível de acumulação de capital. A Araucária (Pinheiro) era facilmente encontrada em densos agrupamentos em todo Oeste catarinense, além de ser uma madeira presente nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, e partes de clima mais frio nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A província de Misiones, na Argentina, também era marcada pela presença da Araucária, mas a exploração comercial mais intensa da Araucária ocorreu em território brasileiro.

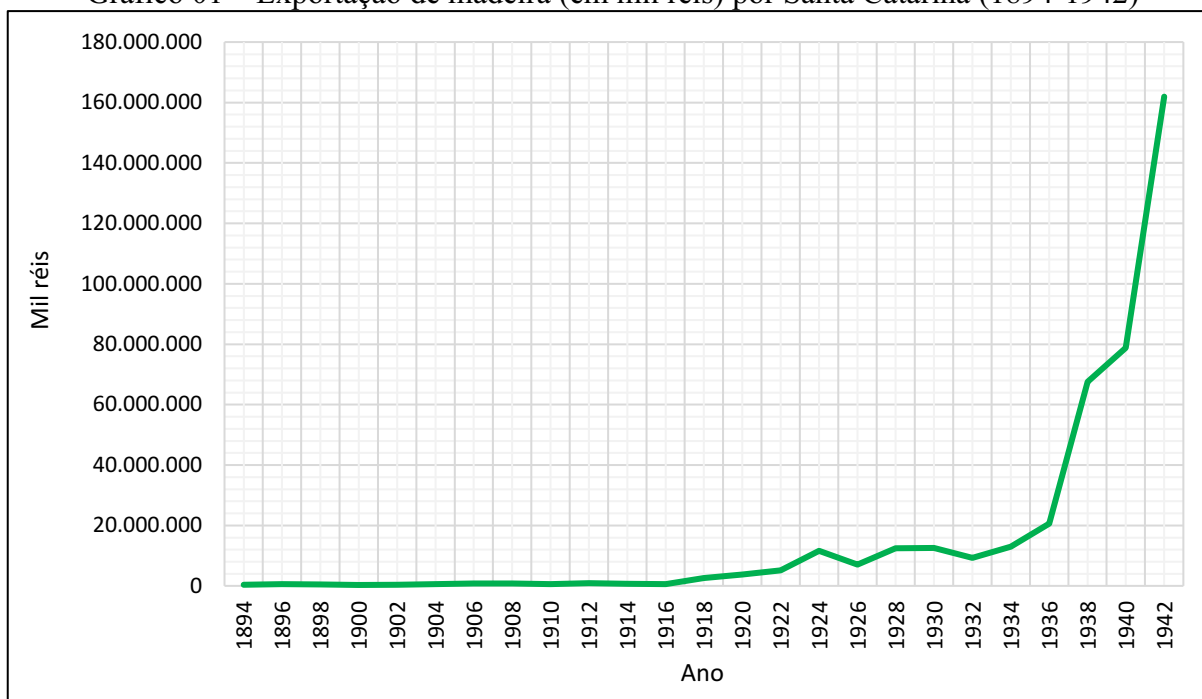
De acordo com Goularti Filho (2016), a reserva brasileira de Pinheiro no início do século XX era de cerca de 200 mil km² de superfície. Em 1955, o estado de Santa Catarina representava 12,2% da área total de floresta Araucária brasileira, o que significava 1.350.000 hectares de mata, e algo em torno de 27 milhões de pinheiros com diâmetro superior a 40 cm, o que significava possibilidade de corte e aproveitamento comercial. No mesmo período, Lago (1968) aponta que o Paraná deveria possuir em torno de 128 milhões de pinheiros, e o Rio Grande do Sul em torno de 6 milhões. Ao passo que a Araucária era extraída da mata,

outras madeiras de lei e com bom aproveitamento comercial também eram aproveitadas, como é o caso da Imbuia, do Cedro, do Angico Vermelho, da Grápia, da Peroba e da Canela.

O período de maior extração da madeira no Oeste catarinense foi nas décadas de 1920, 1930, 1940, 1950 e 1960. Seu predomínio dava-se principalmente próximo aos vales de rios, pois, por um bom tempo, os rios funcionaram como meio de transporte para levar a madeira extraída até a Argentina e o Uruguai em forma de balsas, onde a sua maioria era comercializada. Chapecó era um lugar, segundo Goularti Filho (2016), que centralizava os negócios relacionados à madeira, haja vista que ficava próximo (25km) do rio Uruguai (porto Goioên) e era lugar de abundância das Araucárias. Desse modo, a madeira foi a primeira riqueza que fixou o homem na terra, sendo que, por mais de quarenta anos, a vida econômica regional ficou baseada sobre o que a mata oferecia.

Além do fato de a extração da madeira ter sido uma atividade eminentemente de quem comprava a terra, ou seja, dos colonos que se estabeleciam na região, Goularti Filho (2016) aponta que, em 1948, havia, na região, em torno de 115 empresas madeireiras que produziram, naquele ano, cerca de 80.000 m³ de madeira. Algumas companhias colonizadoras, que tinham a função de comercializar a terra, juntavam esse serviço à atividade econômica de extração da madeira. Empresas como a Bertaso, que se instalou na década de 1920 na região de Chapecó, foi uma das companhias que, além de vender as terras, também atuava no setor madeireiro com serrarias, olarias e usinas de geração de energia. No Gráfico 01, é possível analisar a evolução das exportações de madeira em mil réis pelo estado de Santa Catarina no período 1894-1942.

Gráfico 01 – Exportação de madeira (em mil réis) por Santa Catarina (1894-1942)



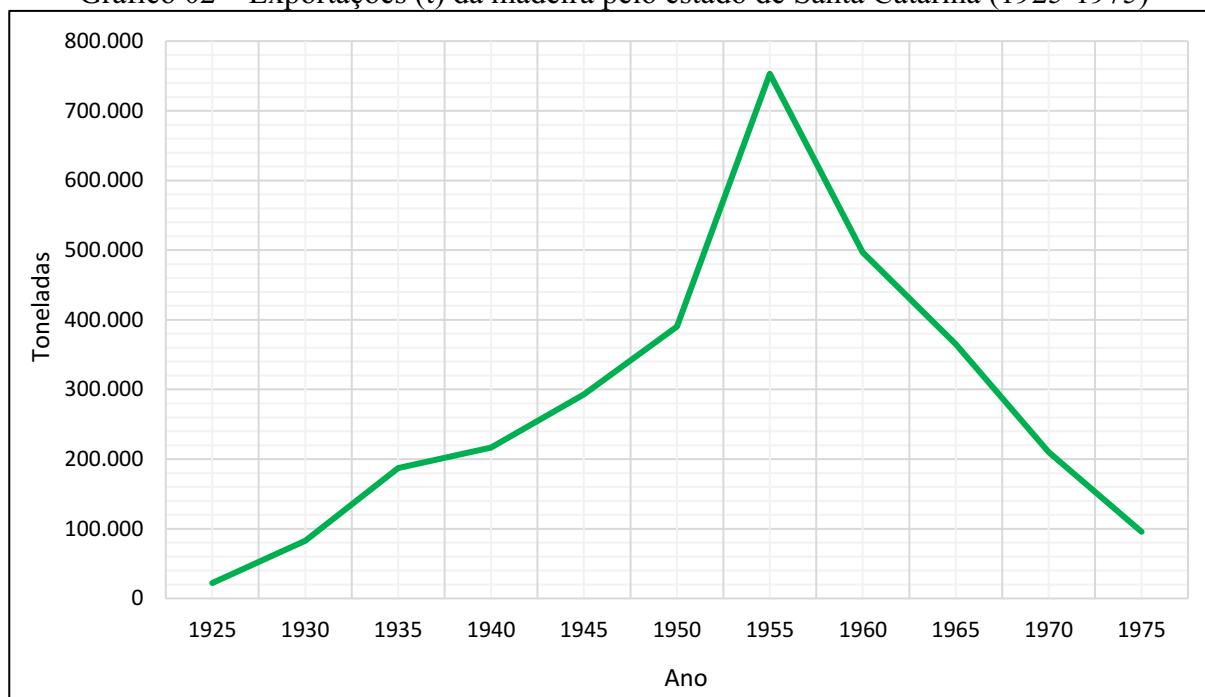
Fonte: Mensagem do Governador (1900-1944), adaptado de Goularti Filho (2016)

No gráfico 01, chama atenção o significativo aumento nos valores de madeira exportados pelo estado no período mencionado. Em função da falta de dados para demonstrar os valores exportados de madeira da região Oeste catarinense, apontou-se por considerar os dados que dizem respeito aos totais estaduais; no entanto, pelo que mostra a literatura (GOULATI FILHO, 2016; LAGO, 1968; GRIGGS, 1974), ao menos 50% do total de madeira extraída e exportada pelo estado de Santa Catarina diz respeito ao que foi extraído da região Oeste do estado. Dessa forma, embora os dados dos gráficos 01 e 02 sejam sobre os totais estaduais, é importante considerar que ao menos a metade desses totais dizem respeito ao que foi extraído da região Oeste do estado.

Como aponta o Gráfico 01, do final do século XIX até 1920, as exportações de madeira por Santa Catarina permaneceram quase inalteradas, com valores pouco significativos. No entanto, a partir de 1922, quando se intensificou a chegada dos imigrantes no Oeste, nota-se que o valor das exportações da madeira aumentou significativamente, atingindo mais de 160 milhões de réis de madeira exportada em 1942. A indisponibilidade torna impossível que a análise em valores de exportação se estenda pelos anos subsequentes a 1942. No entanto, encontra-se, no gráfico 02, em toneladas, as exportações de madeira por Santa Catarina no período de 1925-1975, o que permite ter-se uma ideia da importância

econômica do ciclo da madeira para o estado de Santa Catarina até a metade da década de 1950, quando as exportações entraram em declínio.

Gráfico 02 – Exportações (t) da madeira pelo estado de Santa Catarina (1925-1975)



Fonte: Adaptado de Kroetz (1975) e Goularti Filho (2016)

As exportações da madeira catarinense – gráficos 01 (valores) e 02 (quantidade) – indicam que a tendência de aumento das exportações se confirma, sendo que o ápice da exploração da madeira ocorreu em 1955, quando o estado chegou a exportar em torno de 750 mil toneladas do produto. No vale do rio do Peixe e no planalto Norte do estado, a indústria madeireira foi impulsionada com a instalação da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, localizada próximo à estação ferroviária de Calmon. Na época, meados de 1920-30, em Três Barras, encontrava-se a maior planta de serraria da América Latina, pertencente à Lumber. Além dessa grande companhia, havia na região centenas de pequenas serrarias de propriedade de colonos oriundos do RS. No entanto, o monopólio do comércio da madeira era feito pela Lumber, pois os colonos se viam obrigados a vender a madeira serrada para a empresa. Goularti Filho (2016) sinaliza que, em 1937, havia na região 201 serrarias que produziam em torno de 1,96 milhão de dúzias de tábuas, sendo que a maior parte dessa produção pertencia à Lumber.

Por outro lado, o Gráfico 02 também demonstra a decadência da importância econômica da madeira para o estado de Santa Catarina a partir de 1955. Essa queda está

atrelada, principalmente, a dois fatores: o esgotamento das reservas de madeira, sobretudo da Araucária, e a drástica redução das importações argentinas³² (Goularti Filho, 2016). Contudo, mesmo que o ciclo da madeira tenha entrado em decadência a partir da segunda metade do século XX, a extração e comercialização da madeira no Oeste catarinense serviram de base para acumulação de capital e, conseqüentemente, para a possibilidade de investimento nas atividades agrícolas, pecuárias e indústrias da região. Ademais, no Oeste catarinense não foi muito expressivo o interesse em continuar investindo no setor madeireiro, diferente do que ocorreu no planalto norte e serrano, onde a indústria madeireira e de papel celulose até hoje são importantes setores econômicos.

O ciclo da erva-mate e da madeira podem ser considerados agronegócios do ramo extrativista, que serviram de base de acumulação de capital para a expansão produtiva de outros setores. Ademais, a extração da erva-mate e da madeira era também uma ação necessária para abrir caminho aos novos cultivos de grãos. A retirada da madeira não significaria, portanto, a finalização da exploração da terra, mas o início de um ciclo voltado à produção de grãos.

Os mesmos colonos que derrubaram a mata, oriundos do Rio Grande do Sul, quando chegaram ao Oeste catarinense sabiam que as terras da região eram férteis, produtivas e propícias para o cultivo de grãos, tanto é que essa foi uma das promessas antes da migração. Ademais, eles se instalaram sabendo como e onde era mais propício o uso da terra para o cultivo de grãos. Isso permitiu a continuidade do processo de expansão de alternativas de renda ligado ao cultivo de grãos.

É importante dizer que, no mesmo momento em que a madeira e a erva-mate eram extraídas, o cultivo de grãos já acontecia em pequenos lotes, visando o abastecimento básico das famílias, mas ainda sem o intuito comercial. Ademais, a madeira e a erva-mate sempre foram, para as empresas de colonização, um negócio capitalista. Já para os agricultores que vieram ocupar as terras da região, eram o excedente das propriedades. Somente mais tarde, depois da exploração feita pelas empresas colonizadoras, é que a madeira e a erva-mate se tornaram negócios também para alguns agricultores. Entretanto, alguns comerciantes de origem da pequena produção mercantil oriundos do Rio Grande do Sul também investiram na madeira, pois vislumbra-se nesta atividade uma fonte de renda.

³² Griggs (1974) afirma que, a partir de 1950, a Argentina começou a explorar e a plantar suas próprias florestas, principalmente na província de Misiones. Soma-se a isso o fato de que a Argentina se viu impossibilitada de importar madeira, em consequência da 2ª Guerra Mundial.

1.3.1 Os agronegócios de carnes e grãos: o transbordamento da acumulação de capital regional

No Oeste catarinense, a diversificação para o setor alimentício manteve a expansão da renda para os agricultores e, ao mesmo tempo, exigiu novas relações de trabalho e novos espaços para a continuidade de sua ampliação. Decorrente da pequena produção mercantil, a emersão de novas atividades econômicas ligadas à produção de alimentos tornou-se um aspecto a ser destacado na estrutura produtiva da região. Entretanto, cabe inferir que os colonos que se instalaram na região já praticavam agricultura comercial no Rio Grande do Sul. Nas áreas de onde os colonos emigraram (arredores de Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul e São Leopoldo), já havia ocorrido a abertura do complexo rural e emergido uma gama diversificada de atividades produtivas. Neste contexto, antes do surgimento das atividades produtivas ligadas ao setor de alimentos no Oeste catarinense, no Rio Grande do Sul havia nascido várias indústrias de alimentos nas áreas de colonização alemã e italiana.

Neste sentido, o complexo rural que surge no Oeste catarinense trata-se de um complexo que nasce precocemente aberto, ou seja, nasce voltado para mercados consumidores consolidados ainda nos anos 1960 e 1970, principalmente em São Paulo, mas também em outras regiões. No Censo Econômico de 1905, os produtos de setor de alimentos representavam 30,8% do valor total da produção do estado de Santa Catarina, sendo que a banha de porco representava 12,1%, a manteiga e o queijo 7,5% e a moagem de cereais 6,6%.

A formação dos agronegócios de carnes e grãos no Oeste catarinense inicia-se entre (1930-1950)³³. A produção de grãos e carnes ia além do necessário para o consumo das famílias, pois tinham o objetivo comercial. Essas atividades agrícolas e pecuárias foram se transformando em negócios. Assim, na medida em que as técnicas de produção foram aperfeiçoadas, esses agronegócios passaram a se integrar às cadeias produtivas, ou seja, produtos processados nas indústrias passavam a ser indispensáveis para produção agrícola, tanto a montante quanto a jusante das unidades produtivas³⁴.

³³ Entre 1930-1950, enquanto avançava o sistema colônia-venda, a comercialização do excedente da pequena produção mercantil com o Sudeste do Brasil, iniciou-se um processo de relação social das atividades agropecuárias como negócios rentáveis para a população rural. Müller (1986) chamou essas atividades, num primeiro momento, de “complexo agrocomercial”. Já Graziano da Silva e Kageyama (1998) consideraram essas relações em transição para a agricultura industrializada, momento em que começa a implantação da indústria de bens de produção e a integração do mercado nacional.

³⁴ Segundo Gonçalves (2005), é preciso apontar os agronegócios como um grande e complexo setor econômico produtivo, que fez parte da capacidade que o Brasil teve de transformar seus complexos rurais em complexos produtivos dos agronegócios, ou seja, em complexos (agro) industriais. A complexificação ainda maior dos agronegócios pós-década de 1950, ocorreu, em grande medida, pelo fato de o sistema agroalimentar brasileiro

O cultivo de grãos, muitas vezes alinhado com a criação de animais, era visto como a nova possibilidade de fortalecer as relações comerciais já existentes na região. No Censo Econômico de 1905, identificou-se que a moagem de cereais representava 6,6% do valor da produção do estado de Santa Catarina, sendo que os produtos alimentares de modo geral (com forte participação da banha, queijo e manteiga) representavam 30,82% do total estadual. Em 1920, os alimentos passaram a representar 34,83% do valor da produção de Santa Catarina, ultrapassando setores como o ervateiro, o madeireiro e o setor têxtil (Goularti Filho, 2016). Até os anos 1940, a produção de grãos do estado de Santa Catarina tinha pouca participação da região Oeste; entretanto, a partir daí começaram a surgir os primeiros moinhos de trigo, milho e secadores de cereais.

É importante considerar que, a partir de 1950, o Brasil viveu um ciclo de crescimento, alinhado aos intensos processos de industrialização e urbanização. Vale salientar, conforme apontou Smith (1988, p. 217), que “a história do capitalismo não é simplesmente cíclica, mas é profundamente progressiva e também se expressa na paisagem”. A passagem da economia por ciclos de crescimento e ciclos de crise se desdobra num processo de transformação do capitalismo, sobretudo na periferia do mundo, de maneira que “o desenvolvimento desigual é tanto um produto quanto uma premissa geográfica do desenvolvimento capitalista [...]” (SMITH, 1988, p. 221).

Esses processos coincidiram com o período em que o Oeste catarinense se encontrava em fase de expansão do cultivo de grãos, sendo que tal expansão, em grande medida, foi puxada pela demanda nacional de alimentos. Conforme informações coletadas em trabalhos de campo³⁵, na década de 1950, com o início da construção de Brasília e o asfaltamento de inúmeras rodovias no Brasil, os agricultores do Oeste catarinense recebiam em suas propriedades comerciantes em busca de produtos como milho, arroz, feijão, amendoim, dentre outros, para abastecer o grande contingente de pessoas que trabalhavam nestas obras. Esses comerciantes pagavam altos valores pelos produtos, pois era um período em que a demanda era alta e a oferta era baixa, sendo que, em muitos casos, os agricultores

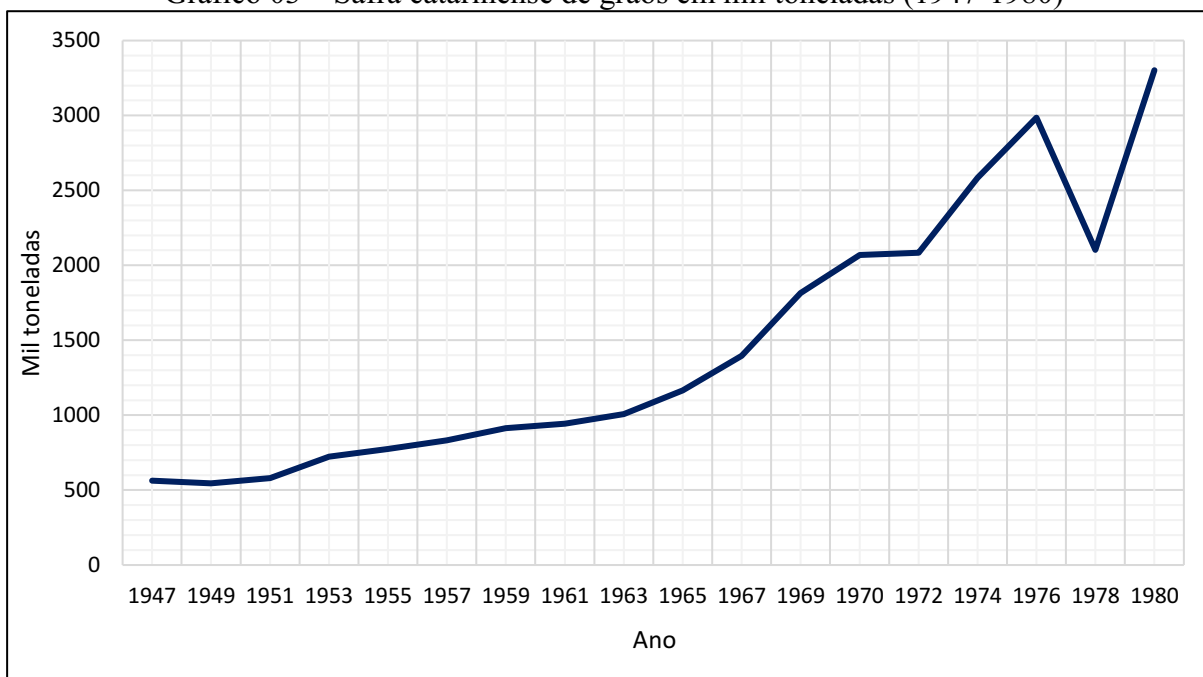
estar passando por um processo necessário de modernização. A população estava crescendo, os empregos cresciam, o governo criou grandes obras e grandes empresas, diferentes segmentos industriais passaram a funcionar com força no Brasil (como a indústria petrolífera, automobilística, têxtil, ferro, aço, cimento, dentre outras), o que demandava maior produção de alimentos. Neste conjunto histórico-social, o Oeste catarinense, via produção de alimentos, desempenhou papel fundamental para o Brasil no referido período. Na década de 1950, por exemplo, com a construção de Brasília, grande parte dos alimentos para abastecer os mais de 30 mil trabalhadores da nova capital federal foram levados do Oeste de Santa Catarina (informação coletada em trabalho de campo, em fevereiro de 2019).

³⁵ Trabalhos de campo realizados em propriedades de agricultores nos municípios de Anchieta, Tunápolis, Xaxim e Xanxerê, em fevereiro e março de 2020.

conseguiam comprar um carro zero quilômetro com a venda de uma safra de feijão, por exemplo.

No gráfico 03, é possível perceber a evolução da produção de grãos no estado de Santa Catarina, no período 1947-1980.

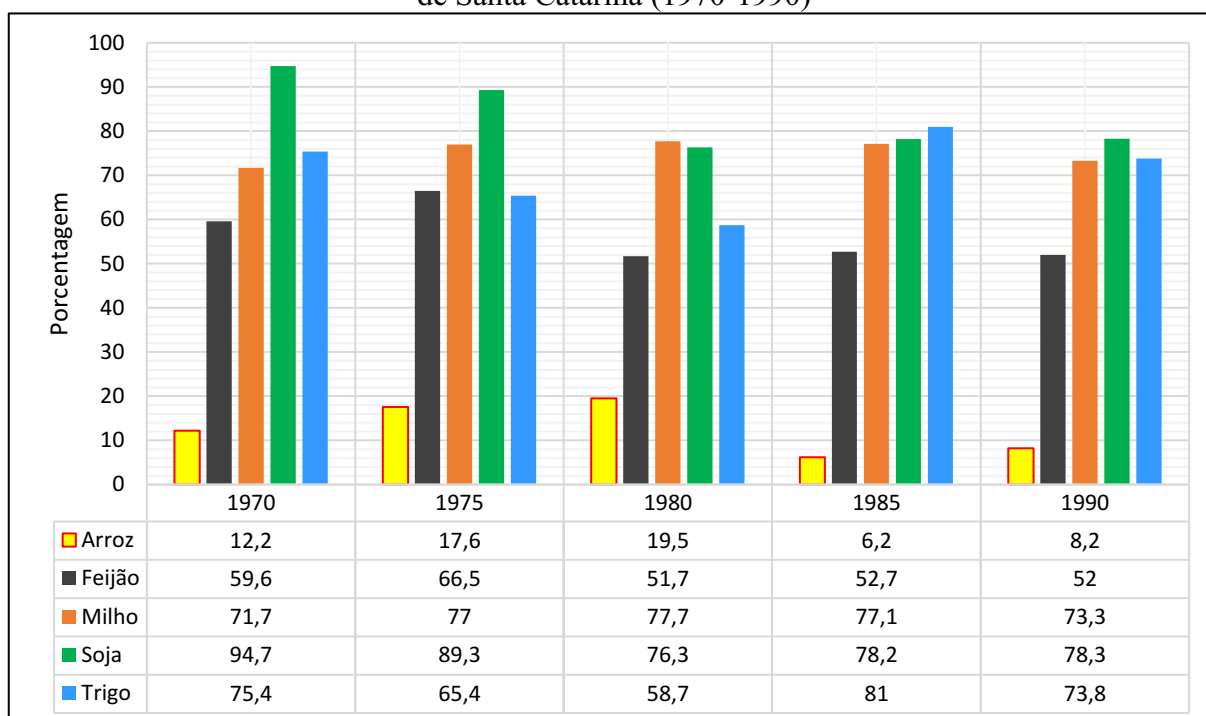
Gráfico 03 – Safra catarinense de grãos em mil toneladas (1947-1980)



Fonte: IBGE, Anuário estatístico do Brasil (vários anos); EPAGRI/CEPA, Síntese anual de agricultura de Santa Catarina (vários anos)

No período sinalizado no Gráfico 03, já havia forte concentração da produção de grãos do estado de Santa Catarina na região Oeste. Assim, a produção catarinense de grãos teve forte crescimento desde o final da década de 1940 até 1980, período em que passou de pouco mais de 500 mil toneladas para 3,3 milhões de toneladas de grãos produzidos. No caso das culturas de trigo, milho, soja e feijão, como aponta o Gráfico 04, mais da metade da produção estadual está concentrada na região Oeste. A produção do arroz é a que menos se concentra no Oeste do estado, muito em função de ser uma cultura cultivada em áreas alagadas e de irrigação, ocorrendo com maior predomínio no Sul do estado e na região do Vale do rio Itajaí.

Gráfico 04 – Participação (%) do Oeste catarinense no total da produção de grãos do estado de Santa Catarina (1970-1990)



Fonte: IBGE, Anuário estatístico do Brasil (vários anos); EPAGRI/CEPA, Síntese anual de agricultura de Santa Catarina (vários anos)

Do ponto de vista geral, o Gráfico 04 mostra que houve uma diminuição da participação (%) do Oeste catarinense no total estadual de produção de grãos. A média ponderada aponta que, em 1970, o Oeste do estado produziu 62,7% do total estadual de grãos que aparecem no Gráfico 04. Em 1980, produziu 56,8%, e em 1990 produziu 57%. Essa diminuição é pouco expressiva para que tenha ocorrido uma desconcentração. Ocorre que nas regiões serrana e do planalto Norte, a perda de importância econômica da madeira foi, ainda que tardiamente, dando espaço para o cultivo de grãos, principalmente soja e milho, que foram avançando para novas áreas devido à evolução ocorrida na tecnologia e adaptação de sementes, bem como no melhoramento dos solos. No caso da soja, em 1970 quase 95% do total estadual concentrava-se no Oeste do estado, sendo que em 1990 essa porcentagem caiu para 78%. As demais culturas, embora tenham ocorrido pequenas variações, permaneceram com uma porcentagem similar de concentração no Oeste do estado no período analisado no Gráfico 04, ou seja, cerca de 70%.

Neste sentido, houve uma diversificação agrícola mais equilibrada e o aumento do cultivo de alimentos voltados para o mercado interno. No entanto, o crescimento da produção de grãos no Oeste do estado se deu, em grande medida, em função do crescimento da criação de animais, sobretudo de suínos e aves. Com isso, viu-se a necessidade de aumentar a

produção de soja e milho para servir de alimento aos animais, cujo rebanho crescia ano após ano. Junto desse crescimento, ocorreu a construção de pequenos frigoríficos e o início de um processo de integração entre as atividades agrícolas e industriais (Graziano da Silva; Kageyama, 1998).

Do mesmo modo que ocorreu com a produção de grãos, a criação de suínos no Oeste de Santa Catarina teve primeiramente o intuito da subsistência, visando o abastecimento das unidades familiares, principalmente com carne e banha. Além disso, a criação de suínos é considerada uma das principais atividades associadas à tradição alimentar dos imigrantes ítalo-gaúchos que se instalaram no Oeste catarinense. Nas primeiras décadas do século XX, quando os primeiros imigrantes chegaram ao Oeste, a criação de suínos era uma atividade que exigia pouca mão de obra e possível de ser desenvolvida em pequenas áreas. Logo que os suínos nasciam, eram deixados soltos, e somente depois de um certo tamanho passavam a ser confinados em chiqueiros.

A alimentação dos suínos também era algo que gerava pouca preocupação aos colonos, pois eram tratados diariamente com restos de comida e produtos produzidos nas próprias propriedades, como milho, mandioca, abóbora, batata-doce e outros. Embora os suínos fossem criados “de qualquer forma”, era consenso entre os produtores que o milho era um produto de extrema necessidade para sua alimentação, haja vista que possui nutrientes essenciais para o bom crescimento dos porcos. Com isso, na maioria das propriedades rurais, a produção de milho no Oeste catarinense sempre esteve associada à criação de suínos. Consequente, a diversificação das atividades agropecuárias proporcionou aos colonos, além da autossuficiência na produção de alimentos, também um melhor aproveitamento das terras e da força de trabalho durante todo o ano, de modo a se obter renda com tais atividades.

A partir disso, os colonos viram a possibilidade de comercializar o excedente da criação de suínos. Grande parte dos animais eram comercializados vivos, mas alguns derivados, como a banha e o torresmo, foram de maior atração para os comerciantes desse ramo. Conforme Waibel (1949), a maior parte do excedente era vendida para comerciantes que enviavam esses produtos para o estado de São Paulo. Com o dinheiro das vendas, os colonos compravam os bens de produção necessários ao consumo doméstico que não dispunham, como o sal, o óleo para lampião, tecidos e roupas, ferramentas agrícolas, dentre outros produtos. Essa troca mantinha o otimismo entre os criadores e significava alguma ascensão social, dadas as condições de acesso aos bens de consumo na época.

De 1950 a 1980, a produção de suínos para comercialização foi considerada por Espíndola (1999), Campos (1987) e Correa (1997) a atividade econômica agropecuária mais rentável do Oeste catarinense e uma das mais rentáveis do Brasil. De acordo com informações coletadas em trabalho de campo, na região de São Miguel do Oeste, Pinhalzinho, Chapecó, Concórdia e Joaçaba, no período mencionado, mais de 90% das propriedades rurais trabalhavam com a criação de suínos. Assim, relata um agricultor que era difícil saber de alguém que não criava porcos, porque dava dinheiro. Os agricultores criadores de suínos ascenderam socialmente nessa época, juntamente com os comerciantes que obtiveram proveito de ganhos econômicos com a suinocultura.

No entanto, essa euforia com a suinocultura também se deu em função das medidas político-econômicas tomadas pela nova classe capitalista industrial brasileira. De acordo com Rangel (1985), os capitalistas industriais, em consonância com as oligarquias brasileiras da época, adotaram medidas como o uso seletivo dos recursos cambiais, a retirada das barreiras fiscais internas entre as unidades estaduais, o financiamento do poder de consumo da população, a instituição de reservas de mercado, a implementação de uma estrutura trabalhista e o direcionamento da estrutura produtiva do país voltada para o potencial agropecuário interno. Com isso, pretendia-se abastecer a demanda interna, numa sociedade cada vez mais urbanizada, de modo a impulsionar o processo de substituição de importações (Mamigonian, 2000; Espíndola, 2002).

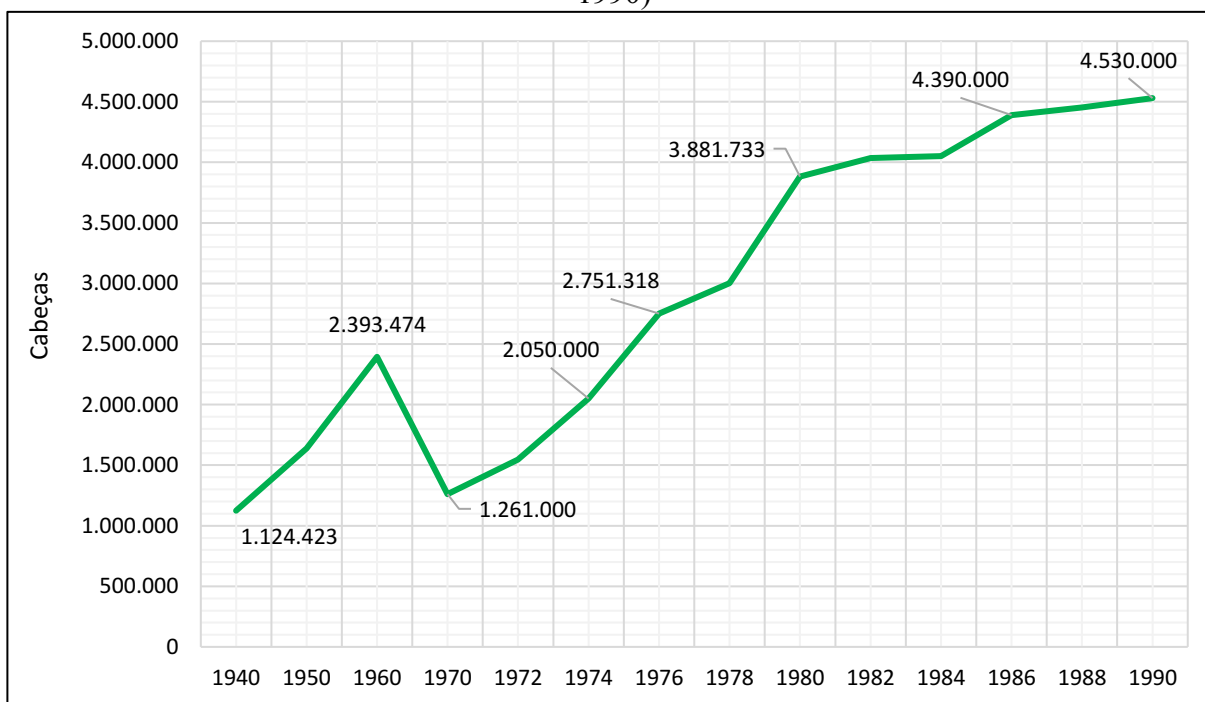
Neste cenário, em 1937 o estado de Santa Catarina³⁶ exportou 24.295 cabeças de suínos para outros estados. As exportações de banha, também para outros estados, no período 1932-37, nunca ficaram abaixo de 7 mil toneladas. Do mesmo modo, a linguiça era outro produto com grandes quantidades exportadas para a época (Espíndola, 2002). Em decorrência dessa especialização produtiva em torno da suinocultura, Santa Catarina foi responsável pela formação de uma divisão territorial do trabalho que interessava as oligarquias rurais regionais voltadas ao comércio interno (Rangel, 1990; Espíndola, 2002). Enquanto o Sul e o Nordeste do estado produziam salsicha, linguiça e salame, o Oeste catarinense já contava com inúmeras fábricas de banha, toucinho e torresmo. Ademais o Oeste direcionava os esforços na exportação de suínos vivos³⁷. Desse modo, Espíndola (2002) enfatiza que o Oeste do estado nasce especializado na oferta de animais, especialmente o suíno.

³⁶ Como já ocorreu anteriormente, por vezes usa-se os dados do estado de Santa Catarina em função da indisponibilidade de dados, sobre o período em análise, da região Oeste catarinense.

³⁷ De acordo com Espíndola (2002), entre 1931 e 1935 Santa Catarina exportou 6.094.965 Kg de carne suína, sendo 80% oriunda do Oeste do estado.

No Gráfico 05, é possível perceber o crescimento da produção de suínos no estado de Santa Catarina de 1970 até 1990, tendo em conta o rebanho de cabeças.

Gráfico 05 – Evolução do rebanho de suínos (cabeças) no estado de Santa Catarina (1940-1990)



Fonte: Epagri/Cepa (vários anos)

Conforme demonstra o Gráfico 05, o rebanho de suínos do estado de Santa Catarina cresceu em torno de 400% nas cinco décadas entre 1940-90, entretanto, a expansão começa antes de 1940. Os relatórios do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola do estado de Santa Catarina apontam que, na década de 1940, a produção de suínos era fortemente concentrada no Oeste do estado, chegando, muitas vezes, a 80% do total da produção estadual. As regiões do Vale do rio do Peixe e do rio Uruguai eram as que se destacavam na atividade, haja vista que possuíam um conjunto de frigoríficos especializados no abate e transformação da carne suína em alguns derivados específicos, como a banha, a salsicha e outros embutidos.

No entanto, o Gráfico 05 também aponta que, na década de 1980, o crescimento do rebanho suíno passou a ser menos expressivo do que na década de 1970. Isso se deu em decorrência de, nessa época, inúmeros suinocultores abandonarem as atividades. Conforme salienta Espíndola (1999), as novas exigências que as atividades agropecuárias como um todo passaram a cobrar dos agricultores começou a surtir efeito na vida econômico-produtiva dos

mesmos, de maneira que muitos deles se viram obrigados a abandonar suas atividades no campo, pois tratava-se de exigências que dependiam de poder de investimento, as quais nem todos os agricultores tinham condições de atender. Grosso modo, a suinocultura estava integrada ao processo de modernização da agropecuária como um todo, o que acabou deixando de lado do sistema produtivo um conjunto de produtores menos capitalizados e, portanto, com menos capacidade de cumprir com as novas exigências das empresas do setor suinícola.

Com isso, a suinocultura, que era comum em praticamente todas as propriedades rurais do Oeste catarinense, passou a tomar um caminho seletivo, na medida em que as empresas que foram tomando conta do setor de carnes exigiam os investimentos dos suinocultores no intuito de melhorar a qualidade do processo de produção e do produto. Em parte, esse argumento responde à razão pela qual, na década de 1980, o crescimento de rebanho de suínos tenha ocorrido em um ritmo mais lento. Ao mesmo tempo, permite afirmar que teve início um processo de concentração da produção de suínos, haja vista que, embora o crescimento tenha diminuído, ele continuou acontecendo. A concentração da produção começou a se mostrar tanto pela desistência de uma grande parte dos agricultores que se dedicavam a essa atividade quanto pela especialização territorial da produção, que, com o passar do tempo, dava ainda maior porcentagem da produção de suínos ao Oeste do estado³⁸.

O cenário de crescimento econômico ligado à suinocultura teve suas baixas. De acordo com Espíndola (2002), entre 1938 e 1942 as exportações de plantas e animais vivos começaram um ciclo de desvalorização, ao passo que os preços dos alimentos cresceram mais de 50%, comprometendo a capacidade de consumo da população. Devido à baixa dos preços, aliada à crise mundial de 1930, ocorreu no Oeste catarinense um processo de junção dos capitais dos pequenos comerciantes. Com isso, foi possível reduzir os custos operacionais e o domínio externo de grandes grupos atacadistas de São Paulo nas áreas de produção. Neste cenário, em meados de 1935, Atilio Fontana, um dos principais comerciantes do Oeste catarinense, se uniu com os Fuganti, outro comerciante com estabelecimentos para exportação e importação em São Paulo, Santa Maria/RS e Oeste catarinense. Essa união, segundo Espíndola (1999), permitiu a expansão das atividades comerciais pelo Oeste catarinense e algumas regiões do Paraná, além de, apesar da crise, manter o ciclo de crescimento ligado à criação de suínos.

³⁸ De acordo com Goularti Filho (2016), em 1970 o Oeste catarinense foi responsável por 64% da produção de carne suína do estado de Santa Catarina. Em 1985 esse percentual chegou a 80,5%, sendo que em 1995 o Oeste catarinense atingiu a marca de 81,7% da carne suína total produzida no estado de Santa Catarina.

De maneira muito parecida, começou a ocorrer na região uma pulverização de atividades econômicas de junção, instalação e compra-venda de estabelecimentos comerciais. Desse modo, o processo de acumulação de capital baseado na pequena produção mercantil tornava-se profícuo em novas áreas de colonização, sendo que os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro continuavam como fundamentais para a expansão da agropecuária, da indústria e do comércio de todo o Sul do Brasil, em especial do Oeste catarinense. A junção de estabelecimentos comerciais representou o fortalecimento de uma classe econômico-empresarial no Oeste do estado, que acumulava capital sobre os pequenos produtores de suínos e exploradores de madeira. Dessa classe que acumulava volumes maiores de capital, surgiram novas empresas e novos frigoríficos que davam fôlego econômico à “vocação” agropecuária da região.

Em meados da década de 1940 e adentrando na década de 1950, diferentes fatores contribuíram para a expansão da produ o de suínos no Oeste catarinense, dentre eles a peste suína ocorrida no RS, a queda na participa o da carne bovina no mercado e o baixo potencial produtivo de outras regiões. A combina o dos diferentes fatores produtivos e às políticas de desenvolvimento industrial (substitui o de importa es), além do setor agropecuário voltado ao abastecimento do mercado interno, contribuíram para elevar substancialmente a produ o de suínos no Oeste catarinense (ESPÍNDOLA, 2002). De acordo com a série de estatísticas agropecuárias de 1971, Santa Catarina abateu 480 mil cabeças em 1945, chegando a 719 mil cabeças em 1959, o que representa um crescimento de 66% nos abates. No mesmo período, Minas Gerais cresceu 27%, Paraná 14% e São Paulo 10%. Nessa época, a unidade da Sadia, em Concórdia-SC, abatia 7,27% do total estadual, ou seja, quase 35 mil suínos. Em 1959, a mesma unidade da Sadia passou a abater mais de 146 mil cabeças, o que representava mais de 20% do total estadual.

Diante dos dados, verifica-se que o crescimento ocorrido se enquadra em um contexto de expansão do mercado nacional. A crise da década de 1930 fez com que os pequenos e médios comerciantes, bem como os proprietários de frigoríficos, repensassem suas formas de inser o do mercado. Desse modo, há uma rela o de complementaridade entre expansão e crise, tanto nos grandes como nos médios e pequenos frigoríficos, na medida em que a crise obrigou a uma reformula o do processo produtivo (diminui o de custos) para, posteriormente, o comércio da produ o se expandir. Essa dinâmica permitiu um novo caráter   indústria processadora de carnes do Oeste catarinense, pois, com a lógica progressiva de

diferenciação de produtos, tornou-se necessário investimentos em inovação tecnológica, que mais tarde resultou em novos segmentos na indústria de carnes.

Diferentemente do que ocorreu com a suinocultura, a criação de aves no Oeste catarinense já nasceu vinculada às empresas³⁹ como Sadia e Perdigão. De acordo com Espíndola (2002), uma onda de investimentos no início de 1950 resultaram no nascimento de novas cadeias produtivas⁴⁰. Dentre elas está a cadeia produtiva de aves, que nasce no início dos anos 1950, com investimentos realizados pela Sadia e Perdigão. No caso da Sadia, de propriedade de Attilio Fontana, em conjunto com investimentos realizados por Roberto Gama, um médico veterinário próximo de Fontana, adquiriram uma chácara de 2,5 hectares e em torno de mil pintinhos (da raça New Hampshire), além de novos equipamentos e conhecimentos técnicos adquiridos no Rio de Janeiro; e com isso deram início ao processo de produção de frangos, no município de Concórdia. Em 1956, 11.178 aves foram abatidas em Concórdia.

Neste sentido, negócios parecidos com os iniciados por Attilio Fontana e Roberto Gama, no setor avícola, começaram a surgir em diferentes localidades das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Por um lado, esses negócios demandavam investimentos privados e o

³⁹ O nascimento, desenvolvimento e consolidação de empresas como a Sadia e a Perdigão na região Oeste catarinense, hoje fundidas na grande empresa BRF Brasil Foods, pode ser compreendida a partir da obra *Strategy and structure*, de Alfred Chandler. Chandler foi um estudioso norte-americano sobre processos de mudanças que ocorriam nas empresas, especialmente nas grandes empresas. A referida obra aborda os primórdios da grande empresa nos EUA, contendo longos estudos de caso sobre revolução e inovação organizacionais em quatro grandes empresas norte americanas: Du Pont, General Motors, Standard Oil e Roebuck. Na versão final de *Strategy and structure*, Chandler relatou as crises e sucessos que levaram as quatro empresas pioneiras a adotar uma estrutura multidivisional. Assim, com posteriores estudos empresariais mais abrangentes, contendo maior número de empresas analisadas, formulou generalizações acerca dos aspectos favoráveis e contrários à mudança organizacional, misturando as ideias que assimilou de Schumpeter. Para Chandler, as ideias de Schumpeter tornaram-se fundamentais nas análises dos quadros administrativos atuando em estruturas por eles mesmos concebidas. De modo geral, a obra de Chandler representa uma façanha monumental: o autor faz um tour de pesquisa comparativa e de conceitualização, exemplo este incomparável da disposição para generalizar de um historiador de empresa comercial (CHANDLER, 1998, p. 17). Dessa maneira, a obra central de Chandler – *Strategy and structure* – influenciou diretamente seus alunos da Harvard Business School em teses de doutorado que versavam sobre as estruturas e estratégias empresariais que vinham sendo adotadas em países que apresentavam elevado crescimento da produção industrial entre 1960 e 1980, como Inglaterra, Alemanha, Itália, França e outros. Uma versão da sua obra foi, inclusive, traduzida para o idioma russo nos anos 1970, assim como os chineses demonstraram muito interesse pelas ideias de Chandler no final do século passado.

⁴⁰ Os primeiros investimentos no setor avícola no Brasil foram realizados no início da década de 1940, no estado de São Paulo, quando alguns produtores introduziram a raça “Leghron”, com objetivo de iniciar um processo de produção processada de carne de frango, de maneira a inserir esse produto no mercado consumidor de São Paulo. Ademais, Espíndola (2002) ressalta que, já no final de 1950, nas proximidades de Mogi das Cruzes (SP), a inovação na estrutura das granjas e nas formas de manejo avícola impulsionaram o surgimento das primeiras cooperativas e associação de produtores de aves. No estado de São Paulo, os primeiros abatedouros de aves surgiram em 1957, no município de Cotia. Espíndola (2002) chama atenção para o fato de que, nos Estados Unidos, os primeiros abatedouros de aves são datados do início da década de 1940, ou seja, período similar ao início das atividades desse ramo no Brasil. Nos EUA, a inserção dessa atividade visou aumentar a oferta de carne no mercado, bem como oferecer uma alternativa ao mercado já consolidado de carnes vermelhas (ESPÍNDOLA, 2002).

interesse de produtores no setor. Por outro lado, além de ser um setor que logo começou chamar atenção do governo, em virtude da capacidade produtiva, a necessidade de novos investimentos demonstrava o caráter inovador das empresas frigoríficas ligadas à avicultura, o que desmonta a tese de que a avicultura empresarial iniciou em Santa Catarina somente depois da década de 1970⁴¹ (ESPÍNDOLA, 2002).

Na verdade, de maneira conjuntural, a partir dos anos 1950 o governo brasileiro começou a se preocupar mais diretamente com a agropecuária. O ápice da preocupação do governo com esse setor produtivo se deu com o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. Segundo Belik (1992), os principais objetivos elencados para o segmento de alimentação do Plano de Metas de JK eram os seguintes: trigo, armazéns e silos, frigoríficos e matadouros, mecanização da agricultura e fertilizantes. Consequentemente, o Plano de Metas de JK resultou no crescimento de um conjunto de atividades ligadas à indústria. Rangel (1985, p. 36) confirma estatisticamente a afirmação, apontando que “a produção industrial cresceu ao ritmo de 11,2% ao ano em 1957-62”.

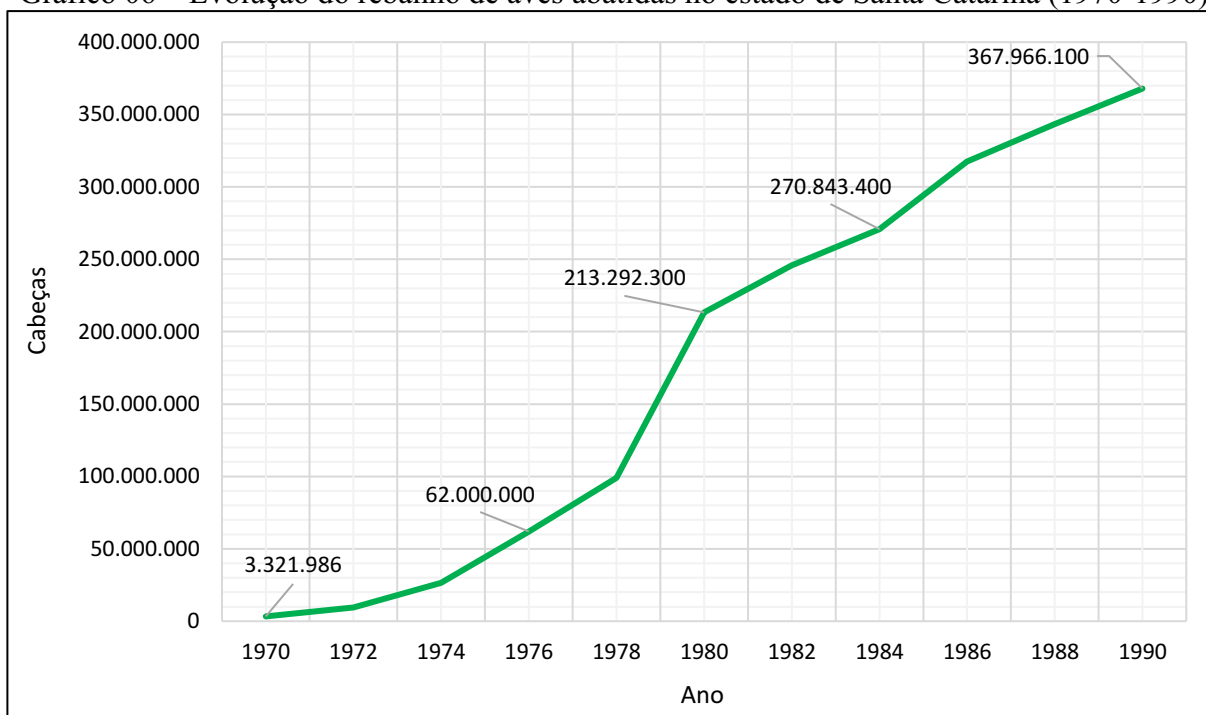
Nesta onda de crescimento, os frigoríficos de aves viveram uma das maiores fases de crescimento. No entanto, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, que foi onde a avicultura se desenvolveu primeiro, Espíndola (2002) afirma que, embora o crescimento tenha sido expressivo, ocorreu de maneira desigual. Enquanto no período de 1959-1962 a avicultura cresceu 792% no estado de Santa Catarina, no Rio Grande do Sul cresceu 408%, em São Paulo 68,7% e em Minas Gerais 41,17%. Dentre as razões que apontam o crescimento superior de Santa Catarina em relação aos demais estados, Espíndola (2002, p. 54) cita a instalação

De novas empresas (Reunidas Ouro em Capinzal – 1960 e Safrita em Itapiranga - 1962) e o fato de as já existentes direcionarem seus equipamentos à elaboração de produtos com maior valor agregado. O Grupo Sadia, por exemplo, teve um crescimento da ordem de 43% no período, portanto, superior aos estados do Paraná e Minas Gerais.

De acordo com os dados do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Epagri, o rebanho abatido de aves em Santa Catarina cresceu significativamente nas décadas de 1970-1990, como pode ser visto no Gráfico 06.

⁴¹ Vale destacar que a partir dos anos 1970, com a criação dos frigoríficos, começa a se estabelecer o processo de “parcerias” (sistema de integração) que exige modelo específico de produção, empregando novos processos com uso intensivo de tecnologia e juntando o processo de cria e engorda dos animais com seu processamento nas agroindústrias. Boa parte dos produtos finais passam a chegar no mercado externo, entretanto, a participação da produção do Oeste catarinense no mercado interno passou por forte crescimento entre 1960 e 1980.

Gráfico 06 – Evolução do rebanho de aves abatidas no estado de Santa Catarina (1970-1990)



Fonte: Epagri/Cepa (vários anos)

Embora a avicultura no Oeste catarinense seja outra atividade que tenha começado pela criação de subsistência, ou seja, para o consumo básico das famílias, logo passou a estar vinculada ao processo industrial. Os dados que aparecem no Gráfico 06, por exemplo, estão atrelados ao abate de aves pela indústria. A evolução do abate de aves no estado de Santa Catarina permite afirmar que o crescimento expressivo neste setor coloca o estado catarinense como um dos principais produtores de aves do Brasil. A atividade da produção de aves de corte representava, em 1970, quase que a totalidade da produção avícola do estado, sendo que 96% dos produtores eram integrados às indústrias que fornecem os insumos e assistência técnica necessária à produção.

Ademais, o Gráfico 06 aponta que a atividade avícola no estado de Santa Catarina, de 1970 a 1990, evoluiu acentuadamente. Enquanto em 1970 foram abatidas pouco mais de 3,3 milhões de cabeças, em 1990 esse total chegou a quase 368 milhões de cabeças. Uma das razões que pode ser considerada para explicar o crescimento substancial da produção de aves em Santa Catarina foi o fomento do mercado interno, sendo que, no período 1975-79, do total de carne de aves catarinenses exportado para outros estados, 32% foi para o Rio de Janeiro, 30% para São Paulo, 13% para Minas Gerais e 5% para o estado da Bahia (Epagri/Cepa, 1980). Desse modo, evidencia-se o crescimento no abate de aves (Gráfico 06), ligado aos

planos de governo de substituição de importações e novos investimentos, desde um viés estratégico, no setor agropecuário como um todo.

No entanto, é importante mencionar que esse forte crescimento do setor avícola teve seus impasses. De acordo com relatório agrícola Epagri/Cepa (1980), os trabalhos para obtenção de linhagens nacionais ficaram estagnados e nas mãos de uns poucos avicultores pioneiros da década de 1970. A obtenção por outros países de aves híbridas, altamente especializadas na produção de carnes e ovos, fez com que a seleção nacional de aves de raças puras fosse abandonada. Acontece que não se justificaria tentar melhorar a produção de uma raça pura nacional quando era possível importar facilmente híbridos comerciais com produtividade mais elevada. Por sua vez, esse desfecho de importação de pacotes genéticos, sob forma de caixas de pinto, desestimulou por completo o melhoramento genético avícola nacional (EPAGRI/CEPA, 1980).

Em 1970, com a entrada dos chamados grandes capitais no segmento avícola, se intensificou o processo de desenvolvimento da avicultura industrial, que caracterizou acentuadamente a expansão do setor avícola na economia brasileira. A formação de firmas integradoras possibilitou a diminuição relativa dos custos de produção, organização mais racional do uso dos insumos e produtos avícolas, e criou condições de atender, num período curto, eventuais demandas expressivas no mercado de carnes e ovos. A economia de escala passou a vigorar nas atividades avícolas, criando organizações integradoras de produção e comercialização, principalmente no Oeste catarinense, região que, na década de 1970, respondia por cerca de 68% da produção estadual de aves (Epagri/Cepa, 1980).

Contudo, de modo geral, o que chama atenção no período analisado no Gráfico 06 foi o gigantesco crescimento ocorrido no abate de aves no estado de Santa Catarina. Isso demonstra que a estrutura industrial desse setor estava aos poucos se aproximando do estado de São Paulo, que, até meados da década de 1970, era o estado que mais abatia aves no Brasil. De acordo com Espíndola (2002, p. 57), “somente a empresa Sadia ampliou a sua produção de 134.551 unidades abatidas em 1962 para 806.231 em 1967, o que traduz um crescimento no período de 599% e uma elevação anual de 475%”. Desse modo, em pleno ciclo depressivo da economia brasileira, houve um “boom” econômico-produtivo no setor de aves, mas, por outro lado, como visto no tópico anterior, houve uma estagnação no setor de suínos e a conhecida crise nacional na bovinocultura de corte.

A expansão da avicultura em Santa Catarina está atrelada, além do já exposto, às instalações ocorridas na década de 1960, com novos padrões de galinheiros, métodos de

manejo, alimentação e nutrição, vacinas e equipamentos, e regulamentação da importação de galinhas reprodutoras (avós), através do decreto nº 55.981, de 1965. Junto desses fatores, a diminuição do poder de consumo da população brasileira nesse período impulsionou o consumo de outros tipos de carnes. A substituição, sobretudo da carne bovina pela carne de frango, serviu de incentivo para a instalação de novos abatedouros de aves (Espíndola, 2002). No quadro 01, é possível ter uma noção dos movimentos de implantação e aquisição de empresas ligadas ao setor avícola ocorridos em Santa Catarina nas décadas de 1970 e 1980.

Quadro 01 – Movimentos ocorridos na indústria avícola do estado de Santa Catarina (1970-1980)

Empresa	Ano	Movimento	Localização
Sadia	1973	Implantação de Frigorífico	Chapecó ⁴²
	1978	Empresa Genética	Faxinal dos Guedes
Perdigão	1980	Aquisição de fábrica de rações	Catanduvas
M. Koerich ⁴³	1973	Implantação de empresa	São José
Chapecó	1974	Instalação de unidade	Xaxim
Frigoplan	1973	Instalação de unidade	Lages

Fonte: Adaptado de Espíndola (2002)

As empresas do quadro 01 que realizaram as referidas movimentações econômico-produtivas só conseguiram fazê-las em função da recuperação econômica resultada da implantação da correção monetária que, de acordo com Rangel (1985), trazia garantias às hipotecas, queda nas taxas de juros, criava um sistema de poupança e elevava os incentivos estatais e privados. Essas medidas impulsionaram a criação de um sistema de crédito ao consumidor, o que justificava a importância dos incentivos públicos e privados ao crescimento agroindustrial. Segundo Rangel (1985, p. 48),

De fato, o que houve foi que, no período 1967-73, o Brasil viveu uma conjuntura extremamente favorável, resultante da coincidência da fase a do seu ciclo endógeno com a etapa final da mesma fase do 4º Ciclo Longo, onde a correção monetária – tal como a instrução 70, do Ciclo Breve anterior – fora a peça chave das inovações institucionais que precedem a abertura dos juglares brasileiros.

O resultado disso foi a forte queda da taxa de inflação, que foi de 88,4% em 1963 para 15% em 1971. Junta-se à queda da inflação, no mesmo período, o crescimento industrial, que foi

⁴² A instalação da Sadia avícola em Chapecó contou com financiamentos e subsídios do governo estadual através do FUNDESC (Espíndola, 1999).

⁴³ Esse frigorífico iniciou os trabalhos abatendo 300 frangos/dia. Em 1976, sua capacidade foi ampliada para 3.000 frangos/dia (Espíndola, 2002).

0,2% para 12%. Além disso, Rangel (1985) destaca que a taxa de crescimento do setor alimentar foi de 9,1%, ou seja, o crescimento do setor ocorreu na esteira do crescimento econômico nacional.

Esse contexto favoreceu o setor avícola a expressar os resultados de crescimento aqui demonstrados. Em linhas gerais, o crescimento do mercado interno em vista do aumento salarial da população, as dificuldades no abastecimento de carne bovina e os bons estoques internos de milho do período 1965-72 foram os fatores mais importantes que possibilitaram o crescimento da avicultura brasileira, principalmente a catarinense. Nas décadas de 1980 e 1990, houve impasses mais acentuados no setor avícola. Esses, por sua vez, serão analisados com maior atenção no capítulo dois, entendendo que o momento de maior crise no setor serviu como fase de reestruturação da produção.

No que se refere à produção de leite no Oeste catarinense, vale salientar que, no final do século XIX e primeira metade do século XX, o que existia de produção de leite no estado de Santa Catarina estava concentrada nas áreas do litoral Norte, alto e baixo vale do Itajaí, grande Florianópolis e nos campos de Lages (produção típica dos latifúndios pecuaristas). Além disso, de acordo com relatório da Epagri/Cepa (1976), os índices de produtividade da pecuária leiteira eram muito baixos, pois o manejo da alimentação e o cuidado com os animais era deficiente. A qualidade sanitária era praticamente inexistente, sendo que o alto índice de doenças e pestes nos animais causava baixos índices de fertilidade, natalidade e produção do leite. Em 1975, a produção diária de leite por vaca no estado de SC era de 3 a 4 litros (Epagri/Cepa, 1976).

No entanto, a gênese da produção leiteira no Oeste de Santa Catarina, de maneira similar ao que já foi apontado para a suinocultura e avicultura, é decorrente do desenvolvimento de uma formação econômica e social baseada na pequena produção mercantil. Essa pequena produção mercantil se originou com a chegada dos imigrantes ítalo-gaúchos na região a partir das primeiras décadas do século XX. Desse modo, além do Oeste catarinense, em todo Brasil meridional, tal como aponta Souza (2014), a produção de leite encontrava-se concentrada em áreas onde se desenvolveu a pequena produção mercantil. Vale lembrar que o que antecedeu a pequena produção mercantil foi a agricultura e a pecuária de subsistência. Desse modo, conforme informações coletadas em trabalho de campo com um agricultor do município de Xanxerê, muitos dos imigrantes que se instalaram no Oeste catarinense já vinham do RS com uma ou duas vacas de leite. Em muitos casos, esses animais eram presentes oferecidos pelos pais ou avós dos imigrantes que se dirigiam às novas terras

do Oeste catarinense, que serviam como meio de sustento num momento inicial da colonização, e de incentivo econômico, caso a atividade leiteira chegasse a alcançar o viés comercial⁴⁴.

Neste sentido, Souza (2014) ressalta que, nas áreas onde se desenvolveu a pequena produção mercantil, com uma dinâmica econômica e social mais avançada do que nas áreas de latifúndio (como era o caso dos campos de Lages), a produção leiteira passou a fazer parte da vida cotidiana dos agricultores. Na década de 1950, o Oeste catarinense já contava com algumas pequenas cidades (Chapecó, Cruzeiro do Sul, Concórdia e outras) e inúmeras pequenas vilas (São Miguel do Oeste, São Carlos, Itapiranga, Xanxerê, São Lourenço do Oeste e outras), o que possibilitou a formação de um pequeno mercado consumidor do leite. A partir desse mercado inicial, surgiram as primeiras iniciativas para a transformação industrial do leite em produtos derivados (queijo, nata, requeijão, manteiga, leite em pó e outros). Essa lógica de processamento industrial da produção quebra a chamada reprodução simples do capital (MDM), na qual a Mercadoria gera Dinheiro, que gera mais Mercadoria, e passa para a lógica da produção ampliada do capital, ou seja, para um capitalismo mais desenvolvido (DMD'), no qual o Dinheiro gera Mercadoria, que gera mais Dinheiro (GONÇALVES, 2005).

Pode-se afirmar que a gênese da formação da bacia leiteira do Oeste catarinense está diretamente ligada ao modelo de produção mais avançado que o modelo semi capitalista. O modelo colonial feudal era predominante no país, sobretudo em áreas ligadas ao velho capital colonial português, tanto nos latifúndios quanto nas cidades a ele ligadas. Dessa forma, com o padrão de organização social e econômica predominante no Oeste catarinense, ou seja, a pequena produção mercantil, além da introdução de novas técnicas de produção, animais geneticamente melhorados e manejo das pastagens, estimulou-se a produção especializada, gerando maiores quantidades produzidas e, por consequência, tornou viável a instalação na região da indústria do leite. A indústria estimulou ainda mais a produção, ao mesmo tempo em que especializou o Oeste catarinense na região de maior produção leiteira do estado, intensificando, portanto, a divisão social e territorial do trabalho, tanto no estado de Santa Catarina quanto no Brasil.

Em função do fato de a atividade leiteira do Oeste catarinense estar assentada na pequena produção mercantil, sendo que uma das características das regiões de pequena

⁴⁴ Essa questão era tida como consenso entre os imigrantes que deixavam as terras no RS e se deslocavam para o Oeste catarinense. O governo e as empresas colonizadoras faziam, inclusive, promessas para incentivar a vinda dos colonos às novas terras. Uma delas era a questão de que tudo o que fosse produzido a partir da agricultura e da pecuária teria potencial comercial com outras regiões do Brasil.

produção mercantil é a formação de diversas vilas e núcleos urbanos, até meados de 1960 o modelo industrial leiteiro implantado na região foi menos concentrado (SOUZA, 2014). Isso favoreceu a formação de uma bacia leiteira pujante, determinando uma peculiaridade regional para a indústria de laticínio que nascia, com a finalidade de atender à crescente demanda por leite e seus derivados, que iria além da região⁴⁵.

Desse modo, a partir do momento em que a produção de leite passa a ser comercializada, serve como produto de geração de renda para os agricultores da região. Com a comercialização do leite e/ou transformação do mesmo principalmente em queijo, também para comercialização, há uma significativa contribuição para a formação de uma dinâmica econômica de cunho local, sendo que, com o passar dos anos, vai além do local, o que é inerente e contribui para o desenvolvimento da economia mercantil da região. Neste sentido, Lênin (1985, p. 13) destaca que

O desenvolvimento da economia mercantil provoca um crescimento do número de ramos industriais distintos e independentes. Esse desenvolvimento tende a converter não só a fabricação de cada produto, mas a fabricação mesma de cada componente do produto num ramo industrial à parte [...].

Desse modo, o surgimento da indústria do setor leiteiro no Oeste catarinense faz parte de um contexto de formação econômico-social no qual a industrialização passa a ser fator indispensável à produção.

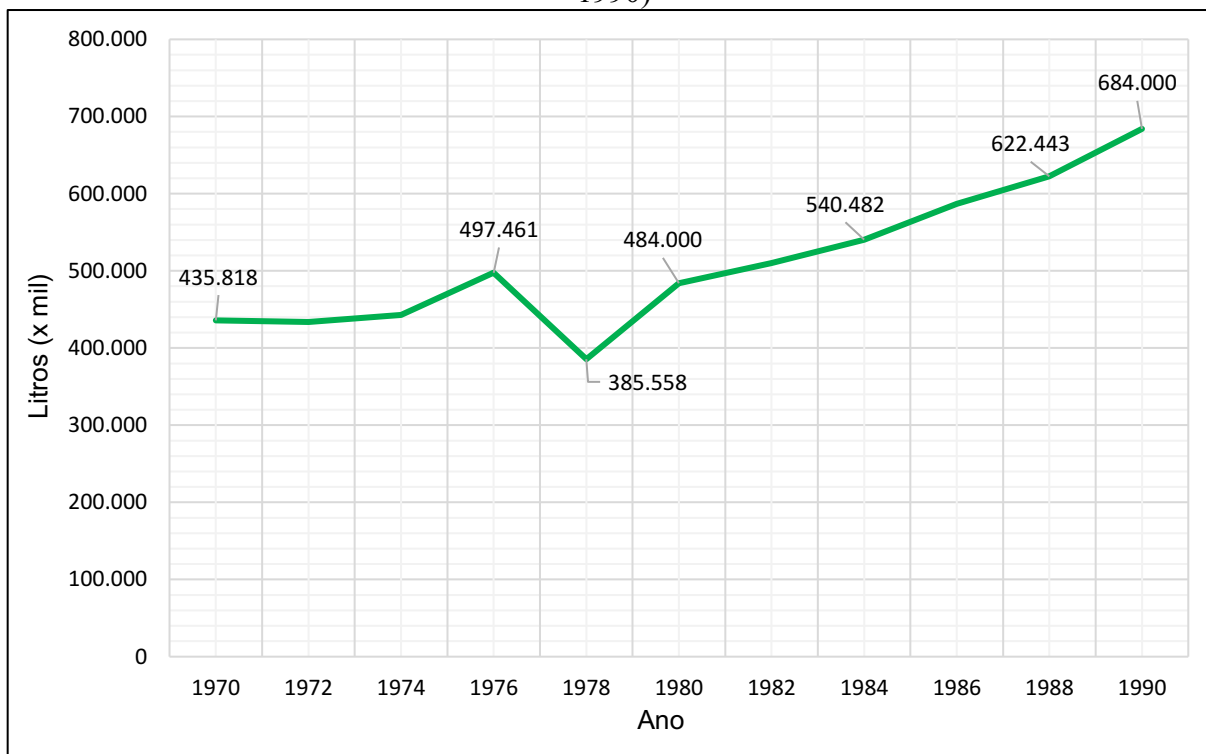
O movimento brasileiro de expansão do setor industrial fez com que uma parcela maior da população fosse inserida no mercado de trabalho e, por consequência, no mercado consumidor. Junto disso, o Brasil passou a viver intensamente o processo de migração de pessoas do campo para a cidade, como consequência da oferta de emprego ocorrida no setor industrial. Esse movimento, no caso do setor leiteiro, fez aumentar a demanda pelo produto, bem como seus derivados (iogurtes, queijos, margarinas, natas, dentre outros). Neste sentido, o Oeste catarinense se caracterizava por fortes indícios (habilidades dos agricultores, clima de

⁴⁵ Até os anos 1970, a produção de leite no estado de Santa Catarina era mais ou menos dispersa. Fazia-se presente nas pequenas propriedades do vale do Itajaí, nas colônias alemãs do Norte do estado, nas colônias italianas do Sul do estado e no planalto central. A partir de 1970, o Oeste catarinense – com a adoção de novas técnicas de manejo de pastagens, melhoramento genético das vacas, melhorias nas instalações de ordenha e resfriamento, nos incentivos do Estado na construção de unidades industriais de processamento do leite, com papel de extensão rural desempenhado pela Epagri, dentre outras razões – passou a desempenhar papel de liderança estadual na produção de leite. As demais regiões citadas acabaram especializando-se em outros segmentos produtivos. Na região Oeste do estado, entretanto, somado às características da pequena produção mercantil e aos fatores supracitados, a produção leiteira entrou no rol das atividades econômicas mais importantes da região.

temperatura amena, fertilidade do solo, dentre outros) que poderiam fazer da região uma importante produtora de leite.

No Gráfico 07, é possível analisar a evolução da produção de leite no estado de Santa Catarina, considerando o período que vai de 1970 a 1990.

Gráfico 07 – Evolução da produção de leite (em litros) no estado de Santa Catarina (1970-1990)



Fonte: Epagri/Cepa (vários anos)

Conforme aponta o Gráfico 07, a produção de leite no estado de Santa Catarina teve um crescimento de cerca de 50% entre 1970 e 1990⁴⁶. De acordo com relatório da Epagri/Cepa (1980), a produção estadual de leite teve uma queda em 1978 (Gráfico 07), em função de fortes geadas e estiagem ocorridas no referido ano. Na ocasião, a interferência do clima culminou até mesmo no abate de animais, por falta de recursos para manutenção da alimentação em períodos secos e de intenso frio. A partir de 1980, as condições climáticas foram mais favoráveis, além de ter ocorrido aumento, como explicou-se anteriormente, do consumo de leite e derivados no Brasil. Dessa forma, as condições satisfatórias dadas pelo mercado possibilitaram a continuidade no aumento da produção de leite na década de 1980.

⁴⁶ Somente a partir de 1970 há disponibilidade de dados por estado para análise nos relatórios da Epagri/Cepa e nas tabelas de recuperação de dados do sistema Sidra/IBGE.

De acordo com relatório da Epagri/Cepa (1985), uma das dificuldades que os produtores de leite do Oeste catarinense encontraram foi a sazonalidade da produção, sendo que no inverno a escassez de pastagens dificulta o mantimento de um bom nível de produtividade⁴⁷, para equilibrar com o período de verão, no qual há abundância de pastagens e alta produtividade. Ademais, essa questão foi agravada pela implicação nos preços do produto recebidos pelos agricultores. Ocorre que no verão, pelo aumento da produção na região, os agricultores recebem um preço reduzido pelo produto, ao passo que nos períodos de inverno, quando a produção baixa em função da falta de pastagens, os preços são elevados. Isso gera um desequilíbrio, ao invés de compensação, na renda obtida pelos produtores via atividade leiteira ao longo do ano, implicando na execução de outras atividades agropecuárias em concomitância com a atividade leiteira, para compensar as perdas geradas pela sazonalidade do leite.

Do ponto de vista técnico, para que houvesse um incremento na produção visando evitar as interferências da sazonalidade, o trabalho de extensão da Empresa de Pesquisa em Agropecuária do estado de Santa Catarina (Epagri) sugeriu aos agricultores, na década de 1980, algumas medidas a serem consideradas. Dentre elas estão: alimentação adequada o ano todo, a partir de áreas produtivas e rentáveis; controle dos rebanhos em níveis aceitáveis de doenças infectocontagiosas e parasitárias; exploração do leite a partir de um plantel especializado e adaptado à região de exploração; programação das partições das vacas; e programa de aproveitamento de animais (machos e fêmeas) de comprovado valor zootécnico no rebanho leiteiro (Epagri/Cepa, 1985). Com essas medidas, o estado passou a demonstrar crescimento no setor leiteiro, especialmente na região Oeste do estado.

Além disso, em 1980, aproximadamente 20% do leite produzido no estado era industrializado (Epagri/Cepa, 1985). De acordo com a Epagri/Cepa (1990), em 1989, a região Oeste catarinense foi responsável por 45% da produção estadual de leite. Esse percentual foi aumentando no decorrer dos anos. A partir disso, outras empresas processadoras de leite, além das que já existiam, começaram a se interessar pelo potencial produtivo da região. Desse modo, a partir da década de 1980, questões como estratégias competitivas de custos e estratégias competitivas de inovação em produto começaram a nortear o setor leiteiro, principalmente do Oeste do estado, onde concentrava-se a maior parte da produção. Isso foi

⁴⁷ No capítulo três, será dada maior atenção à produtividade dos diferentes segmentos da agricultura e da pecuária.

fundamental para que novas empresas de processamento do leite escolhessem o Oeste catarinense como local de instalação de suas plantas industriais⁴⁸.

Portanto, a partir da formação dos agronegócios, consolidaram-se diferentes segmentos que contribuíram significativamente na emancipação de tarefas antes restritas às propriedades rurais, as quais passaram a significar a geração e exploração de novos produtos e subprodutos. Neste sentido, apresentam-se informações históricas, econômicas e estatísticas sobre os principais agronegócios que se formaram e se consolidaram no Oeste de Santa Catarina ao longo do período de ocupação da região. Esse cenário de formação dos agronegócios do Oeste catarinense, da primeira metade do século XX, servirá de base para o cenário econômico-produtivo que se consolidou na região.

Diante do exposto, em que foi analisado a gênese e o processo de ocupação do Oeste catarinense, a formação e reprodução da pequena produção mercantil, a gênese e a formação dos principais agronegócios, dentre eles a erva-mate, a madeira, os grãos (soja, milho e trigo) e os de proteína animal (suínos, aves e bovinocultura de leite), é relevante apontar o papel das políticas públicas do Estado na consolidação dos diferentes agronegócios que se formaram na região. Neste sentido, no tópico 1.4, aborda-se sobre o papel do Estado na consolidação de uma base econômica no Oeste catarinense ligada aos agronegócios.

1.4 O ESTADO E AS MEDIDAS INSTITUCIONAIS NA ALAVANCAGEM E CONSOLIDAÇÃO DOS AGRONEGÓCIOS COMO BASE ECONÔMICA DA REGIÃO OESTE CATARINENSE

A região Oeste catarinense não teria dado os passos necessários para a consolidação da sua estrutura produtiva assentada nos agronegócios sem que a atuação do Estado estivesse presente nos processos de desenvolvimento econômico porque, a partir de 1950, a valorização dos produtos alimentícios no Brasil tornou o setor um dos mais rentáveis da economia, muito em função do chamado período do milagre econômico que o Brasil viveu nas décadas de 1960 e 1970 (RANGEL, 1985).

Desse modo, para entender as transformações ocorridas na estrutura produtiva do Oeste de Santa Catarina, é preciso analisar o tema num contexto mais amplo, ou seja, abarcando as escalas nacional e estadual. Consequente, assim como no Brasil, a modernização

⁴⁸ A Piracanjuba que se instalou no município de Maravilha, por exemplo, elegeu a região para se instalar pelas razões citadas. Neste quesito, o Oeste catarinense desbancou Rio Verde (GO), que era o município que disputava a instalação de uma filial da referida empresa.

da agricultura no Oeste catarinense ocorreu paulatinamente, tendo como marco histórico a década de 1960, quando as mudanças tecnológicas e a ação das cooperativas, aliadas ao uso do capital (crédito) no campo, tiveram avanços percebidos. A chamada “revolução verde” ficou conhecida na literatura como um marco, a partir do qual a modernização da agricultura ocorreu de forma mais intensa (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Com isso, na medida em que os colonos fixados nas terras da região foram sendo introduzidos no sistema de produção para o comércio, a modernização das técnicas agrícolas apresentava-se como importante ferramenta que otimizava o rendimento das práticas agrícolas, mas sobretudo davam a possibilidade aos agricultores de fazer o trabalho agrícola render mais, especialmente com a mecanização do plantio e da colheita.

Contudo, esses avanços técnicos seriam impossíveis de ocorrer sem a concessão de crédito subsidiado aos agricultores. Esse fato diz respeito ao Brasil como um todo. O crédito foi concedido via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), principalmente sobre o cultivo de lavouras temporárias (milho, soja, trigo, arroz, feijão, dentre outras) e produção pecuária (aves, bovinocultura de leite, suínos, dentre outros). Na medida em que a modernização do setor agrícola foi acontecendo, necessariamente novas formas de financiamento para sua difusão vinham se apresentando como fundamentais. Ademais, outras políticas de alcance macroeconômico almejavam que o Brasil deixasse de depender do mercado externo para obter produtos agrícolas. Nesse contexto, a política de substituição de importações contribuiu com a ideia de modernizar a agricultura, de maneira que o Estado sempre atuou como norteador do processo de modernização da agropecuária, visando o alcance das metas estabelecidas em nível macroeconômico, dentre elas tornar o país autossuficiente, mas também uma referência mundial no setor agropecuário.

A modernização das atividades agropecuárias, no entanto, ocorreu de modo desigual e em diferente nível de tecnificação nas pequenas, médias e grandes unidades produtivas. Graziano da Silva (1998) afirma que não se tratou de um processo homogêneo, tanto do ponto de vista espacial, quanto do ponto de vista das dinâmicas que o promoveram, seja ainda do ponto de vista dos agricultores que foram beneficiados. Em outras palavras, pode-se dizer que os agricultores que tinham as melhores condições de investimento, tanto no processo produtivo quanto na industrialização dos produtos, eram aqueles mais capitalizados e com maior poder individual de acessar o crédito. Daí a conclusão imediata de que, até hoje, é comum identificar no Oeste catarinense agricultores em maior e menor grau de capitalização.

Desde a implantação dos pacotes tecnológicos houve processos seletivos daqueles que fariam parte da modernização.

Com isso, pode-se inferir que a modernização da agricultura, além de todas as mudanças provocadas no espaço rural, visou, a todo momento, à entrada do capital no campo. Indiferentemente do que ocorreu em outras partes do Brasil, no Oeste de SC a agricultura está ligada à integração das unidades produtivas – pequena, média e grande – com as redes de produção locais e extralocais. Esse sistema de integração é voltado para a compra e venda de insumos industrializados, bem como a industrialização dos próprios produtos agrícolas, de modo que se adeque às demandas e exigências do mercado nacional e internacional de alimentos processados. Neste sentido, à medida que o Oeste catarinense se tornou uma região especializada no processamento de produtos derivados da agropecuária, maior foi sendo a intervenção do Estado e do governo estadual para a consolidação dessas atividades.

Em 1962, com a criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), ocorreu uma nova fase do sistema de crédito no estado de SC. Antes da sua criação, o foco do crédito em SC era destinado principalmente para o fomento ao consumo, mas passou a ser direcionado para o incentivo ao investimento com retornos a longo prazo. Além do BRDE, na década de 1960 foram criados outros mecanismos de financiamento do setor produtivo, como o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE) e o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), além da criação da Agência de Fomento de Santa Catarina (BADESC). Todas essas instituições de fomento foram criadas com o propósito comum de fomentar e incentivar a indústria de modo geral, e principalmente a agroindústria catarinense.

De acordo com Goularti Filho (2016), destacaram-se em SC três agências de fomento ao setor produtivo: o Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, que a partir de 1969 perdeu o caráter de banco de fomento, o BRDE e a BADESC. A desaceleração da economia brasileira no período 1962-67 criou uma nova configuração no sistema financeiro brasileiro, que passava a incluir novos ativos financeiros, modernização operativa, especialização de funções e endividamento extrabancário. Tavares (1983) aponta que essa nova configuração foi seguida de um processo de competição de acesso aos recursos pelos clientes, que culminou num processo de concentração do sistema bancário em SC. Assim, em 1964 havia 336 bancos comerciais no estado, sendo que em 1970 esse número caiu para 195. Nesse período, alguns

bancos foram incorporados por outros, como foi o caso do Banco INCO, incorporado pelo Bradesco (TAVARES, 1983).

No entanto, Goularti Filho (2016) assinala que a criação dos bancos de fomento ao desenvolvimento produtivo no estado de SC fez parte de um contexto nacional de criação de inúmeros bancos e agências de fomento em níveis estaduais. Assim, desde 1930, muitos estados do Brasil passaram a financiar o desenvolvimento regionalizado. Nesse contexto, a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE) em SC visava um novo padrão de crescimento que emergia na economia catarinense. No período de 1962-69, do crédito disponibilizado pelo BDE no estado de SC, 54% foi destinado ao setor industrial, 32% à agricultura e 14% ao setor comercial. Se for considerado o total de recursos destinados à indústria, vale destacar que em torno de 70% foi direcionado ao setor alimentar, ou seja, a região Oeste de SC foi bastante beneficiada por esses recursos (SCHMITZ, 1991; GOULARTI FILHO, 2016). Na tabela 02, é possível analisar os desembolsos totais do BDE no período de 1962 a 1969.

Tabela 02 – Desembolsos totais do BDE (1962-69) – considerando preços constantes de 1969

Ano	Desembolsos totais em NCr\$⁴⁹
1962	56.456,28
1963	111.488,71
1964	87.076,08
1965	155.342,80
1966	166.751,36
1967	273.981,68
1968	508.300,49
1969	822.556,77

Fonte: Adaptado de Schmitz (1991) e Goularti Filho (2016)

Como pode ser visto na tabela 02, para a época, foram significativos os valores desembolsados pelo BDE para financiar o crescimento econômico de SC. Vale destacar o salto de desembolsos realizados nos anos de 1968 e 1969, em relação a 1967, período no qual o valor mais que triplicou. A partir de 1968, com a reforma bancária promovida pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o BDE, no estado de SC, perdeu seu caráter de banco de investimento, e passou a ser um banco comercial, tendo, inclusive, mudado de nome para Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). Desse modo, o foco dos

⁴⁹ Sigla referente ao Cruzeiro Novo, moeda que circulou provisoriamente no Brasil no período entre 13 de fevereiro de 1967 até 14 de maio de 1970, durante o regime militar, no governo do Marechal Artur da Costa e Silva.

recursos destinados ao fomento da economia mudou, pois o BESC passou a atender o pequeno e microempresário com fornecimento de crédito a curto prazo (GOULARTI FILHO, 2016).

No contexto da região Sul do Brasil, em 1962 foi criado o BRDE, numa ação conjunta dos três governos: SC, PR e RS. O BRDE foi criado no contexto da necessidade de novas instituições financiadoras do desenvolvimento econômico, visando alavancar o potencial industrial que se mostrava vigoroso no Brasil meridional. Ademais, se os bancos locais dessem conta de financiar o desenvolvimento regional, talvez o BRDE inexistisse; no entanto, conforme aponta Fonseca (1988, p. 83),

[...] A criação do BRDE foi vista como materialização das propostas desenvolvimentistas que vigiam à época, as quais, em condições específicas e com suas peculiaridades, encontramos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná na década de 1950.

Durante o período 1963-1980, as indústrias têxtil e alimentar foram as que mais receberam recursos do BRDE, com 19,7% e 18% das operações contratadas, respectivamente. Além disso, setores como o eletrometalmecânico e o mineral não metálico foram beneficiados com parcela importante dos recursos desembolsados pelo BRDE. Em 1988, o BRDE entrou numa intervenção judicial, o que impede impossibilita o acesso aos dados correntes de desembolsos realizados pelo banco. No entanto, é possível acessar a porcentagem do total de desembolsos realizados pelo BRDE para cada um dos três estados que compõem a região Sul do Brasil (tabela 03). Assim, diferentemente do que ocorreu na década de 1980, entre os anos de 1992 e 1996 o estado de SC foi beneficiado com 287 milhões de dólares, o que representa, no período mencionado, 36,1% dos recursos totais do BRDE para os três estados da região Sul (GOULARTI FILHO, 2016). Na tabela 03, é possível verificar a porcentagem de participação de cada estado nos desembolsos realizados pelo BRDE no período 1980-1996.

Tabela 03 – Desembolsos do BRDE realizados nos estados da região Sul do Brasil (1980-96)

Ano	% Paraná	% Santa Catarina	% Rio Grande do Sul
1980	18,3	16,3	65,4
1981	22,1	14,3	63,6
1982	17,5	18,7	63,8
1983	18,3	19	62,7
1984	19,3	20,5	60,2
1985	20,2	23,9	55,9
1986	20,6	27,8	51,6
1992	58,3	33,3	8,3
1993	43,2	31,8	25
1994	25,9	40,3	33,8
1995	36,8	32,3	30,9
1996	26,5	37,4	36,1

Fonte: Relatório anual de atividades do BRDE (1980-96)

Como aponta a tabela 03, na década de 1980 os recursos do BRDE ficaram concentrados sobre o estado do RS, o qual sempre participou com mais de 50% dos desembolsos totais, considerando o total de três estados. Por outro lado, na década de 1990, comparado ao que foi a distribuição dos recursos na década de 1980, houve uma equiparação nos desembolsos do BRDE para os três estados. No entanto, a partir da década de 1980, em grande medida seguindo determinações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a atuação do BRDE começou a perder força, pois os estados membros entendiam que era preciso fortalecer suas agências individuais de fomento ao desenvolvimento. Em função desse cenário, a partir da segunda metade da década de 1970, no estado de SC, entrou em operação o BADESC, com objetivo de adequar o padrão de financiamento aos modelos básicos do BNDE, visando atender à realidade catarinense (Goularti Filho, 2016).

Segundo o primeiro relatório divulgado pelo BADESC (1976), seu desempenho estava atrelado ao que propunha o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Na verdade, o BADESC funcionou como instrumento para ajustar os objetivos do II PND à realidade catarinense, de maneira muito parecida ao que ocorreu em outros estados do Brasil. Assim, visando o desenvolvimento da economia, a atuação do BADESC até meados de 1983 era de maior intensidade no setor público, em áreas como energia elétrica, armazenamento de grãos, dentre outros. Já no setor privado, o BADESC manteve uma intervenção menos expressiva e pouco concentrada em áreas específicas. Goularti Filho (2016) sinaliza que, no período de 1975, quando o BADESC foi criado, até 1979, os desembolsos realizados se deram nas seguintes proporções: 12% para a agricultura, 8% para a pecuária, 33% para a

indústria dinâmica, 27% para a indústria tradicional, 10% para o comércio e 10% para o governo.

Quando o período dos empréstimos (desembolsos) realizados pelo BADESC é considerado em maior amplitude (Tabela 04), nota-se que os setores têxtil e agroindustrial têm maior participação, como demonstra a tabela 04.

Tabela 04 – Desembolsos do BADESC por setores em % (1975-1999)

Setores	Participação em %
Têxtil	17
Agroindústria	17
Comércio/serviços/turismo	15
Cerâmico	13
Bebidas	11
Infraestrutura	10
Eletrometalmecânico	10
Outros	7
Total	100

Fonte: BADESC, Relatório de atividades (vários anos)

Na tabela 04, é possível perceber que, a partir do momento em que o financiamento bancário passa a atuar com grande força no empreendedorismo industrial de SC, a participação da atuação do BADESC no setor agroindustrial, por exemplo, é a maior da tabela 04, juntamente com o setor têxtil. Em alguma medida, isso explica o forte desenvolvimento das agroindústrias no Oeste do estado, que se fortaleceram após os anos 2000, mas tiveram uma base de investimentos datada da década de 1970. No entanto, conforme Goularti Filho (2016), os recursos do BADESC para o Oeste foram quase que na sua totalidade destinados ao setor agroindustrial, pois, se considerado o total de recursos do BADESC distribuídos por mesorregião de SC, o Oeste participou com apenas 9% dos recursos totais no mesmo período dos dados da tabela 04, o que permite afirmar, considerando os 17% para o setor agroindustrial apresentado na tabela 04, que praticamente todo recurso do BADESC investido no Oeste de SC ocorreu neste setor.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, foram criados três programas de incentivo fiscal com base no Imposto sobre Circulação e Mercadorias (ICM), que mais tarde se transformou no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no estado de SC: o FUNDESC (extinto em 1975), o PROCAPE (extinto em 1984) e o PRODEC. Por intermédio desses três programas, além dos desembolsos do BRDE e do BADESC, de 1962 até 1999 o setor de alimentos do estado de SC recebeu 32,9% do total dos recursos liberados pelos

órgãos citados. Trata-se do setor que mais foi beneficiado no estado, seguido dos setores eletrometalmecânico (16,3%), têxtil-vestuário (16,1%), minerais (9,6%) e matérias plásticas (4,5%). Desse modo, os órgãos de financiamento do crescimento econômico do estado de SC, em acordo com o projeto de expansão das atividades industriais ligadas à agropecuária em escala nacional, foram importantes propulsores na transformação do Oeste catarinense, numa região especializada no setor de alimentos.

No entanto, em escala nacional, a concentração fundiária, desde a época dos senhores de engenhos e barões do café, foi um problema recorrente que, de uma forma ou de outra, repercutiu em todo território nacional. Em alguns períodos, como da década de 1950 até 1970, o forte crescimento econômico puxado pela industrialização amortecia o problema agrário. Isso forçou muitas pessoas a migrar do campo para a cidade, para se assalariar. Ao mesmo tempo, mecanizava-se a agropecuária, pois era preciso produzir alimentos em maiores volumes para a grande quantidade de pessoas que se destinavam a residir nas cidades. Desse modo, a industrialização intensa ocorrida após 1955 e “as políticas de crédito e de subsídios liberados pelo Estado encarregavam-se de modernizar a agricultura brasileira, tornando-a um ramo da indústria” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 257). Assim, ainda que tenham ocorrido importantes divisões de terras no Brasil, a exemplo do que ocorreu no próprio Oeste catarinense, a reforma agrária foi deixada de lado, de maneira que foi possível manter o interesse da burguesia industrial e das oligarquias. Paralelamente, o campo foi mecanizado, mesmo sem um projeto nacional de reforma agrária que tenha dado certo.

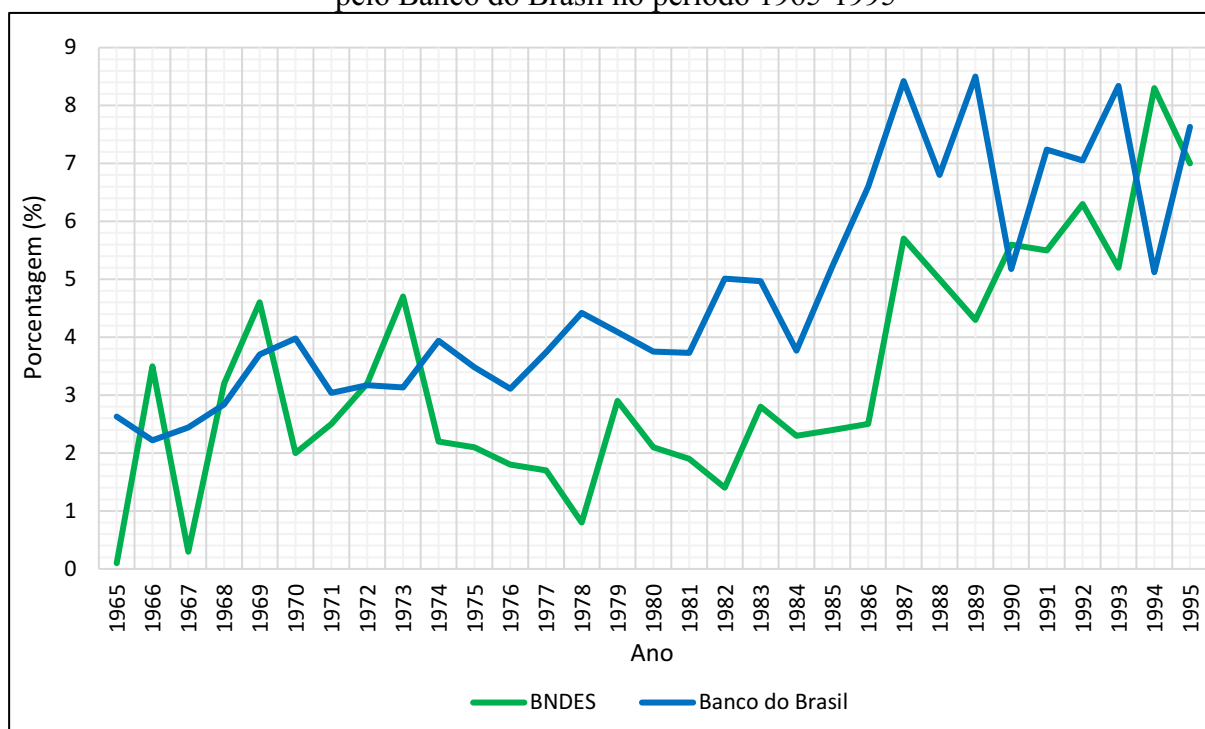
Neste sentido, segundo Graziano da Silva (1998), pode-se dizer que a modernização da agricultura foi conservadora e concentradora. Desse modo, como sugerem Graziano da Silva e Kageyama (1998), pode-se dividir o processo de modernização da agricultura brasileira em quatro principais períodos: 1) de 1850 a 1890 – período em que ocorreu a decomposição do chamado complexo rural, das chamadas *plantations*, nas quais havia apenas um produto de valor comercial; 2) de 1890 a 1930 – período marcado pelo auge do café, com expansão das atividades urbanas, nascimento e consolidação do capital industrial. Neste período ocorreu a separação do setor de produção de alimentos, que até então era ligado às fazendas, quebrando com a rigidez da estrutura autárquica. Isso permitiu o surgimento das primeiras indústrias de óleo, açúcar e álcool (RANGEL, 1990); 3) de 1930 a 1965 – período em que ocorreu a diversificação na agricultura voltada ao abastecimento do mercado interno. Nesse período, a indústria também se especializou para o fornecimento de bens de produção à agropecuária, o que dependia de financiamento bancário; e 4) de 1965 em diante – período em

que o setor de bens de produção foi internalizado na agricultura. Nesse período, a dinâmica começou a ser ditada pela ação do Estado, através da liberação de crédito. Com isso, surgiram os complexos agroindustriais (CAIs), que passaram a ser os novos determinantes da agropecuária dentro de uma estrutura complexa, heterogênea e globalizada.

Neste contexto é preciso algumas ponderações ao introduzir neste cenário o estado de SC. Uma primeira consideração é a de que, exceto os campos de Lages, SC possui uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, sendo que mais de 90% dos estabelecimentos rurais ficam abaixo dos 50 hectares de área no estado. Disso decorreu a reprodução da pequena produção mercantil, baseada no povoamento dos agricultores em pequenos pedaços de terra e na produção agropecuária de subsistência que, mais tarde, esteve estritamente voltada ao destino comercial. Contudo, como vem-se demonstrando, a evolução dessas relações comerciais, da produção agrícola e pecuária e a própria modernização agropecuária do Oeste catarinense ocorreu, em grande medida, em função dos desembolsos realizados pelo Estado. No caso dos investimentos realizados pelo BNDES no estado de SC⁵⁰, o gráfico 08 aponta que, de 1965 até 1995, houve importante crescimento da participação de SC nos investimentos do BNDES.

⁵⁰ Conforme salientado, muitas vezes os dados são sobre o estado de Santa Catarina e não se encontram disponíveis para a escala regional (mesorregião Oeste catarinense). Nos gráficos que tratam dos dados referentes aos desembolsos do BNDES e do Banco do Brasil, isso se faz presente.

Gráfico 08 – Participação de Santa Catarina (%) nos desembolsos realizados pelo BNDES e pelo Banco do Brasil no período 1965-1995



Fonte: Anuários estatísticos do Banco do Brasil e BNDES (vários anos)

Como pode ser visto no gráfico 08, o estado de SC, embora com algumas oscilações, apresentou crescimento significativo na participação total dos desembolsos do BNDES e do Banco do Brasil entre 1965 e 1995. Em 1965, do total dos desembolsos do BNDES no Brasil, SC participava com a apenas 0,3%, enquanto em 1995 essa participação saltou para mais de 7%. No caso do Banco do Brasil, enquanto em 1965 SC participava com 2,7% do total dos desembolsos nacionais, em 1995 chegou a 7,8% de participação. Esses dados retratam a importância do Estado no financiamento do desenvolvimento econômico catarinense. Em função da indisponibilidade de dados, torna-se impossível afirmar quanto (%) dos desembolsos do Banco do Brasil e do BNDES para SC foram aplicados no Oeste do estado. No entanto, sabe-se que esses desembolsos tiveram implicações no desenvolvimento dos agronegócios da região ocidental do estado.

Neste sentido, o Censo Agropecuário de 1995-96 permite uma relação com os dados do gráfico 08, no intuito de explicar que os desembolsos do BNDES e do Banco do Brasil repercutiram no desenvolvimento dos agronegócios do Oeste do estado, haja vista que, em 1995, a região era responsável por 56,9% da safra catarinense de grãos, sendo: 69,7% da produção de trigo, 67,8% da produção de milho, 62,3% da produção de soja e 51,5% da produção de feijão. No setor de carne, ainda com base nos dados do censo agropecuário de

1995-96, o Oeste catarinense representava 81,7% da criação estadual de suínos, 43% do rebanho de bovinos de corte e 46,3% do rebanho de aves. Desse modo, expostos os dados sobre desembolsos realizados por bancos regionais e federais no estado de SC, é de fundamental importância defender que o papel do Estado foi historicamente a base financeira para o desenvolvimento dos agronegócios no Oeste catarinense.

Neste contexto, cabe enfatizar sobre a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, a criação do Fundo Geral para a Indústria e Agricultura (FUNAGRI), a implementação do Programa Agroindústria (PAGRI), além do Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE). Mais especificamente no Sul do Brasil, como mencionado, a criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), em 1961, desempenhou papel específico no desenvolvimento agroindustrial. De acordo com Espíndola (2002), do total de recursos investidos no setor agroindustrial de SC, cerca de 40% foi aplicado no Oeste do estado.

Portanto, do mesmo modo que buscou-se demonstrar a importância da dinâmica agropecuária no Oeste catarinense e sua transformação ao longo dos anos, vale ressaltar que a elevação do crédito concedido pelo Estado não responde isoladamente pelos avanços ocorridos no setor agropecuário. A agricultura brasileira é parte integrante da dinâmica econômica nacional. Rangel (2012) e Graziano da Silva (1998) ressaltam que o desenvolvimento do motor econômico brasileiro fez com que a agricultura fosse vista como um setor estratégico para o crescimento nacional desde o início da segunda metade do século XX. É nesta ótica que o papel do Estado se torna fundamental para desenvolver os agronegócios, ou seja, para desenvolver a economia de modo mais amplo. Obviamente, no Oeste catarinense foi possível ver os reflexos desse projeto, conforme veio sendo demonstrado. De certa maneira, isso permite relativizar a “modernização conservadora” de Graziano da Silva (1998), uma vez que com as políticas de Estado dos anos 2000, os benefícios puderam chegar a todos os agricultores, ainda que não tenha sido nas mesmas quantidades. Então, houve uma modernização pulverizada da agricultura em regiões como o Oeste catarinense.

Neste sentido, no próximo item será focado na estrutura rural e urbana, de maneira interdependente, resultante das metamorfoses ocorridas nos agronegócios do Oeste catarinense. Com isso, procurar-se-á compreender que, desde o início da ocupação da região, a formação das cidades esteve ligada aos processos produtivos que aconteciam nos segmentos produtivos da agropecuária.

1.5 OS AGENTES QUE ATUAM NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E A RELAÇÃO RURAL-URBANA NO OESTE CATARINENSE (1940-1980)

O espaço é um produto da sociedade, ou seja, um produto dos agentes que atuam nele próprio. Na concepção de Lefebvre (1974), falar da produção do espaço significa falar do espaço social, isto é, do espaço produzido, transformado, modificado pelas ações humanas. Nisto consiste analisar como se dá a organização do espaço, do ponto de vista dos agentes que o moldam constantemente. Segundo Lefebvre (1974), o conceito de produção do espaço se desdobra, de um lado, na produção de produtos (as coisas, os bens, as mercadorias), e de outro lado na produção das obras (o conhecimento, as ideologias e as instituições). Assim, desde muitos anos, o capitalismo tem posto os pés sobre a agricultura e também sobre a cidade – mesmo que tanto em uma quanto em outra há realidades históricas anteriores ao capitalismo. Fato é que, segundo Lefebvre (1974), o capitalismo deixou de se apoiar somente sobre as empresas e o mercado, mas se apoia sobre o espaço, ou seja, o espaço que a sociedade capitalista produz.

Neste sentido, quando se fala dos agentes de produção do espaço, é preciso ir além da velha divisão entre espaço urbano e rural. Ambos, urbano e rural, atuam ao mesmo tempo, e muitas vezes de forma interligada, para cumprirem seus objetivos, suas funções. Basta ver como funcionam as agroindústrias, que dependem da matéria-prima vinda da agropecuária, mas também são totalmente dependentes dos trabalhadores urbanos. Assim, em se tratando de agentes de produção do espaço que atuam no modelo de produção capitalista, identifica-se um planejamento territorial, ou seja, uma organização do espaço, envolvendo tanto o campo quanto a cidade e dando sustentação aos desígnios do capital, de maneira que, inevitavelmente, haverá desigualdade social, como resultado intrínseco ao modo capitalista de produção. Dessa forma, busca-se apontar para os principais agentes que produziram o espaço do Oeste catarinense no período 1940-1980 e a relação rural-urbana que pode ser identificada neste período.

Até o início do século XX, do ponto de vista de ocupação agrícola e formação econômica, o Oeste catarinense era um vazio, ou seja, os agentes de produção de espaço e o capitalismo atuantes na região eram apenas incipientes. No entanto, desde a chegada dos primeiros colonizadores, em torno de 1910, formaram-se na região pequenas vilas, nas quais ocorriam as primeiras relações comerciais, ainda que de forma incipiente e em escala local. Assim, o processo de formação das cidades do Oeste catarinense iniciou-se com o processo de

ocupação da região, com o processo de produção agropecuária e com o fortalecimento da pequena produção mercantil. Desse modo, ao mesmo tempo em que a ocupação da região ocorria na área rural, surgiam as primeiras vilas, responsáveis por um comércio incipiente de produtos básicos.

Dessa forma, pode-se dizer que, junto do movimento de colonização, ocorreu um movimento de formação de uma rede urbana (Corrêa, 1989a), que assumiu diferentes formas de organização e expansão do capitalismo na região. Com isso, o chamado complexo rural, movido pelas relações comerciais incipientes, é notado cada vez mais atrelado ao complexo urbano, haja vista que, a partir do momento em que o complexo rural começa a produzir para além da subsistência, a comercialização do excedente produzido passa a ter forte crescimento nas cidades que compunham a região. Fresca (2004) infere que as redes não se manifestam homogeneamente, mas ao contrário, são cada vez mais heterogêneas, possuindo destaque para os lugares privilegiados perante as decisões e fluxos, sempre ligadas às melhores condições de produção e reprodução do capital.

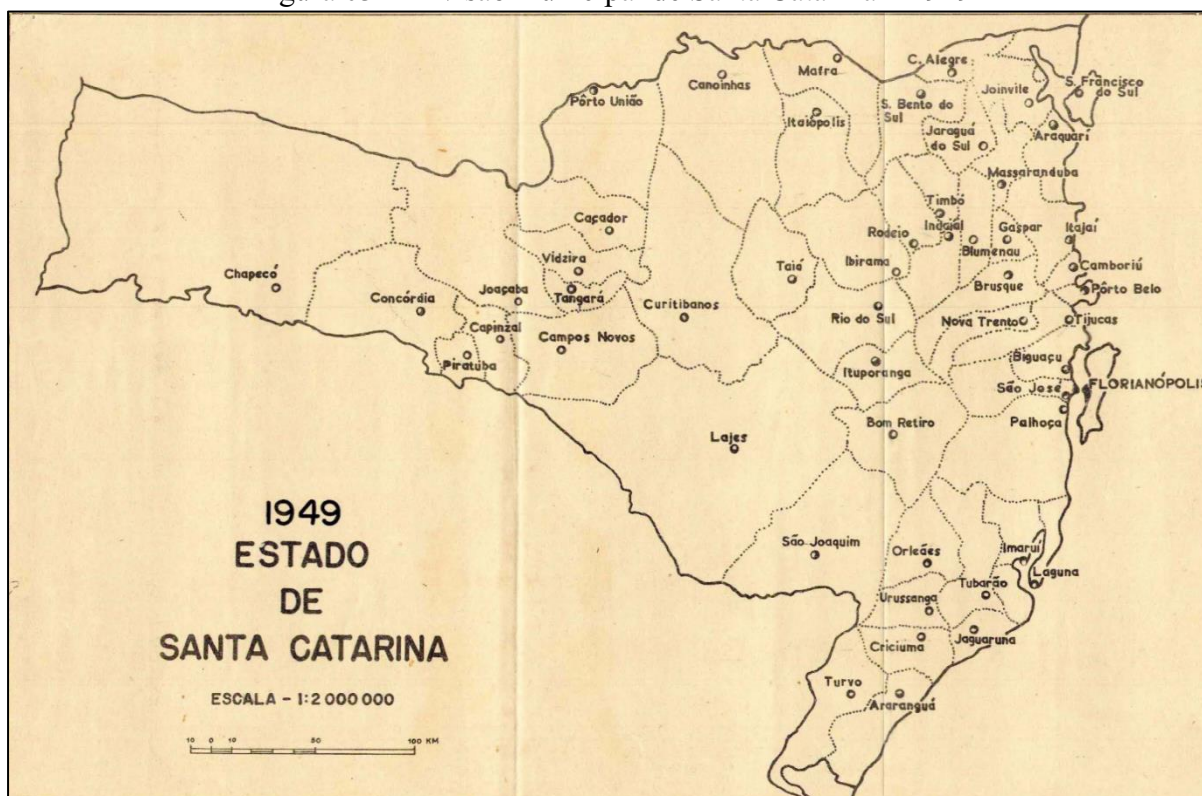
Neste viés, o papel das cidades do Oeste catarinense, exercido por núcleos urbanos como Chapecó, Joaçaba, Concórdia, São Lourenço do Oeste, Xanxerê e São Miguel do Oeste; cumpriram, historicamente, funções heterogêneas na rede urbana da região (Fresca, 2004). Tanto é assim, que se tratam de cidades que, desde o início da colonização, se tornaram vilas que concentraram atividades comerciais. Com isso, tornaram-se privilegiadas do ponto de vista de funções e oferta de serviços para uma área ao seu redor. No entanto, Corrêa (1989a) afirma que a rede urbana brasileira possui três características que se destacaram por volta da década de 1960: 1) a pequena complexidade funcional dos centros urbanos; 2) o pequeno grau de articulação entre os centros; e, 3) o padrão espacial com que a rede urbana estava construída. Essas características podem ser aplicadas à incipiente rede urbana do Oeste catarinense, pois a articulação entre os centros urbanos, pelo menos até os anos 1990, se deu com pouca complexidade funcional e um baixo grau de articulação entre os centros urbanos.

Na verdade, a rede urbana decorre de uma soma de tempos e processos (CORRÊA, 1989b). Desse modo, a divisão municipal do Oeste catarinense em diferentes momentos do século XX é fundamental para a compreensão da constituição da rede urbana e sua relação com a produção agropecuária da região. Na figura 03, em 1949 o Oeste catarinense⁵¹ era

⁵¹ Os mapas encontrados no acervo digital de mapas catarinenses (<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/>) são sobre a divisão política municipal estadual. Porém, o objetivo é centrar as atenções sobre a mesorregião Oeste do estado.

composto por apenas 8 municípios (Chapecó, Joaçaba, Concórdia, Piratuba, Caçador, Videira, Capinzal e Tangará).

Figura 03 – Divisão municipal de Santa Catarina – 1949



Fonte: Acervo digital de mapas catarinenses. Departamento estadual de Geografia e Cartografia (<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/>)

Chama atenção, nesta época, a vasta área que pertencia ao município de Chapecó, sendo que sua fronteira ocidental se dava com a Argentina e sua extensão no sentido Leste-Oeste ultrapassava 200km. Tratava-se do maior município em extensão territorial do Oeste catarinense e do estado de SC (Figura 03). Outro aspecto que chama atenção é que, dos 8 municípios que constituíam a divisão político-administrativa do Oeste catarinense em 1949, 4 deles estão até hoje entre os mais importantes centros urbanos da região (Chapecó, Concórdia, Caçador e Joaçaba). Com isso, confirma-se que a formação da rede urbana do Oeste catarinense está atrelada à oferta de alguns serviços consolidados como urbanos que, historicamente, algumas cidades concentraram na região. Trata-se de atividades essenciais à vida humana (hospitais, escolas, comércio em geral, casas bancárias, moinhos, ferrarias, marcenarias, dentre outros serviços).

Na década de 1950, o número de municípios emancipados foi maior. Como pode ser visto na figura 04, em 1957 a região Oeste de SC contava com 31 municípios. Do ponto de

vista político-administrativo, a partir de 1957 a área territorial de municípios como Chapecó e Joaçaba (Figura 04) era consideravelmente menor se comparado a sua extensão na década de 1940. Da década de 1940 até o final da década de 1950, um total de 23 municípios foram emancipados na região, dentre os quais destacam-se: Herval d'Oeste, Seara, Itá, Xaxim, Xanxerê, São Carlos, Palmitos, Mondaí, Itapiranga, Descanso, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. Nota-se que a maioria dos municípios emancipados na década de 1950 localizam-se nas proximidades do rio Uruguai (figura 04), local inicialmente ocupado pelos imigrantes e que divide SC do RS, de maneira que o rio serviu como importante meio de transporte para a madeira comercializada com a Argentina nas primeiras décadas do século XX. Além disso, recorrendo a Waibel (1979), as margens do rio Uruguai foram majoritariamente ocupadas por colonos alemães, e os italianos ficaram com as partes mais altas, ou seja, as serras.

Figura 04 – Divisão municipal de Santa Catarina – 1957

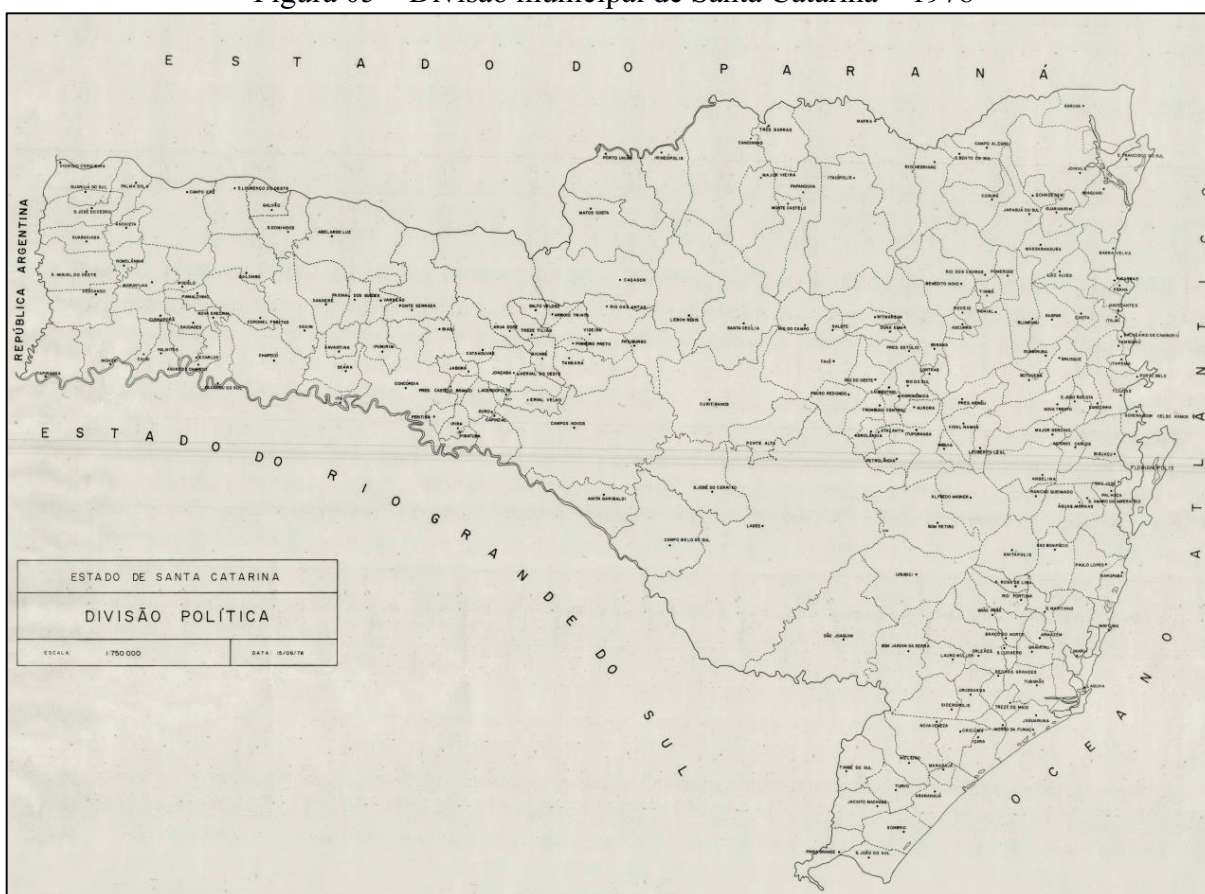


Fonte: Acervo digital de mapas catarinenses. Departamento estadual de Geografia e Cartografia (<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/>)

Na década de 1960, importante quantidade de municípios foram emancipados no Oeste catarinense. Ao todo, nesta década, foram 35 novos municípios que tiveram suas áreas

demarcadas com centro urbano consolidado. O grande número de emancipações da década de 1960 tem a ver com o período de grande crescimento econômico vivenciado pelo Brasil, encabeçado pela rigidez e autoridade dos governos militares e pela autonomia dirigida aos coronéis de exército que comandavam o regime militar em todo o território nacional. Nesta época, obras importantes foram realizadas na região, como a construção da BR-282, que corta a região no sentido Leste-Oeste. Dentre os 35 municípios criados no período de 1960-1980, destacam-se: São Lourenço do Oeste, Quilombo, Campo Erê, Coronel Freitas, Abelardo Luz, Maravilha, Guaraciaba, Cunha Porã e São José do Cedro (Figura 05). Até a década de 1980, 66 municípios faziam parte da divisão municipal do Oeste catarinense.

Figura 05 – Divisão municipal de Santa Catarina – 1978



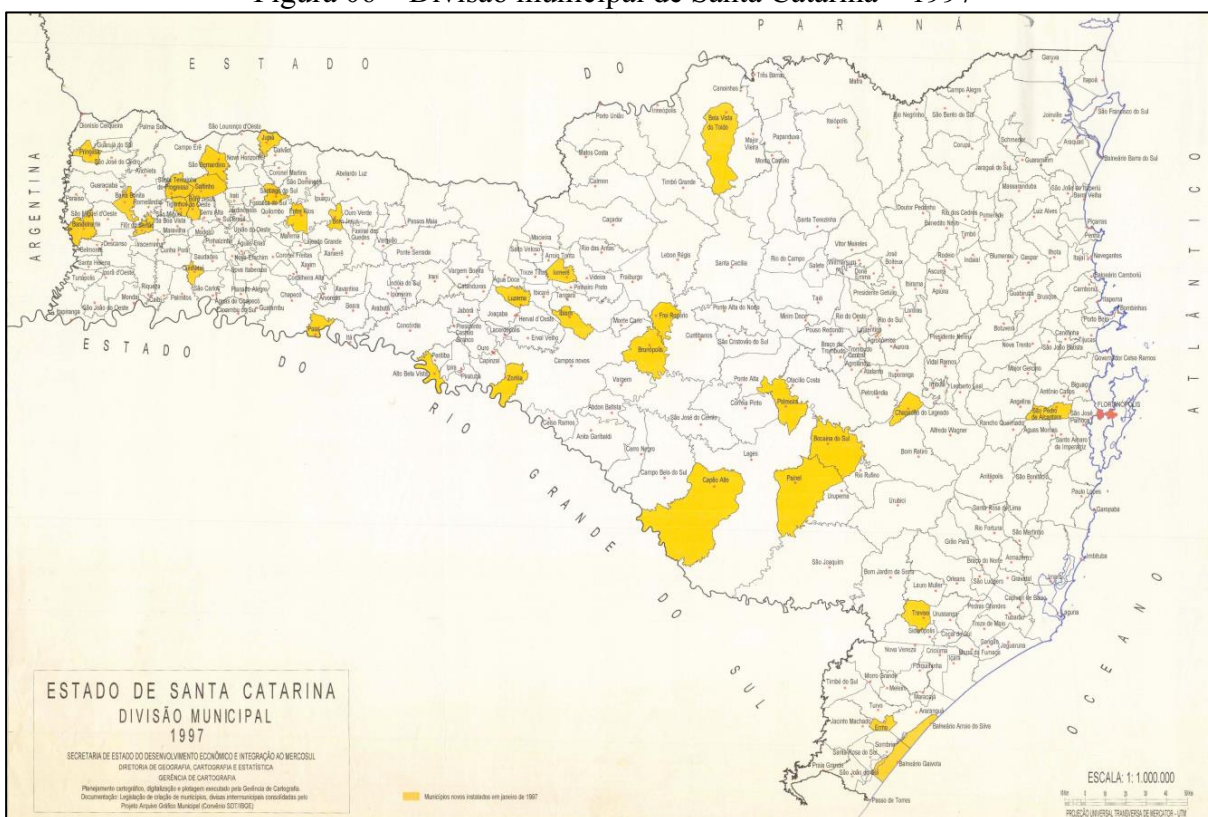
Fonte: Acervo digital de mapas catarinenses. Departamento estadual de Geografia e Cartografia (<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/>)

Na década de 1980, apenas 6 municípios foram emancipados na região. No entanto, a década de 1990⁵² foi o período em que o maior número de pequenos municípios foi

⁵² A década de 1990 foi o período de emancipação do maior número de municípios no Brasil. No Oeste catarinense não foi diferente. De acordo com o artigo 2º da lei complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, nenhum município seria criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes

emancipado, num total de 46. De maneira geral, trata-se de municípios com um grau de importância político-econômica regional menor, se comparado àqueles dos quais foram desmembrados⁵³, mas que passaram a exercer sua própria autonomia político-administrativa e a fortalecer as cidades que se destacavam do ponto de vista comercial, de oferta de serviços e de concentração industrial. Na figura 06, é possível observar como encontra-se, atualmente, a divisão municipal de SC. Ademais, é possível identificar os municípios que foram emancipados por último, isto é, em 1997, pintados em amarelo na figura 06, sendo este o último ano da criação de novos municípios no Brasil.

Figura 06 – Divisão municipal de Santa Catarina – 1997



Fonte: Acervo digital de mapas catarinenses. Departamento estadual de Geografia e Cartografia (<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/>)

Dada a evolução do número de municípios no Oeste catarinense, demonstrados nas figuras 03, 04, 05 e 06, e sintetizadas na tabela 05, cabe mencionar que a base econômica

requisitos: I - população estimada superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado; II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população; III - centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas); IV - arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.

⁵³ Um exemplo que pode ser citado é São Miguel do Oeste. Na década de 1990 municípios próximos, como Paraíso, Bandeirante e Barra Bonita, foram emancipados. No entanto, o desmembramento desses municípios do território administrativo de São Miguel do Oeste não diminuiu sua importância político-econômica para a região ao seu entorno.

ligada à agropecuária da região serviu de suporte, juntamente com a distribuição populacional e a criação dispersa de inúmeros núcleos urbanos, para a emancipação da grande quantidade de municípios. Trata-se de um conjunto de cidades de pequeno porte (atualmente entre 10 e 50 mil habitantes), que, desde meados das décadas de 1960-1970, desenvolveram diversas atividades que serviram, inicialmente, para centralizar a comercialização da produção oriunda do complexo rural. Ao mesmo tempo que essas cidades serviram ao complexo rural, elas nasceram deles, pois a base produtiva da região, depois da exploração da madeira e da erva-mate, foi a agricultura e a pecuária, até meados de 1970, quando a indústria de transformação passa a fazer parte da estrutura produtiva da região.

Ademais, com o levantamento realizado sobre o ano de emancipação dos 118 municípios que compõe atualmente a mesorregião Oeste catarinense (Tabela 05), nota-se que sua grande maioria, que abrigam pequenas cidades, de no máximo 10 mil habitantes, foram emancipados na década de 1990. Dessa maneira, se comparado a outras mesorregiões do Brasil e de SC, o Oeste catarinense é caracterizado por uma divisão municipal que resulta num grande número de municípios e geralmente com área pequena.

Tabela 05 – Quantidade de municípios emancipados por década – Oeste catarinense (1910-1990)

Década de emancipação	Quantidade de municípios emancipados
1910	2
1930	2
1940	4
1950	23
1960	35
1980	6
1990	46
Total	118

Fonte: Acervo digital de mapas catarinenses. Departamento estadual de Geografia

A consolidação de uma agropecuária diversificada está atrelada, ao longo do território da região, a uma gama de inúmeras cidades condizentes com os 118 municípios. No entanto, a atuação dos agentes na organização do espaço numa gama de cidades (entre 20 e 70 mil habitantes), com uma importância urbana regional-local diferenciada, serviram para centralizar serviços, sobretudo públicos e comerciais, demandados por uma área no seu entorno. Enquadram-se neste cenário cidades como Concórdia, São Miguel do Oeste, Joaçaba, Caçador, Xanxerê, São Lourenço do Oeste, além de Chapecó, que desponta dentre as demais. São cidades que, desde a década de 1950, centralizaram uma série de serviços e funções,

quando muitas ainda eram pequenos núcleos urbanos, mas já possuíam volume populacional, econômico e comercial destacados se comparado às demais.

Além disso, informações coletadas em trabalho de campo realizado em São Miguel do Oeste, em março de 2020, apontam que a grande maioria dos negócios que desde 1960 emergiram na região são decorrentes de capitais locais-regionais. Esse dado confirma a importância da agropecuária para o crescimento das cidades e refuta a tese de que houveram investimentos de outras partes do Brasil e do mundo que impulsionaram o desenvolvimento econômico do Oeste catarinense. Portanto, os agentes que atuaram na organização do espaço regional no período entre 1940 e 1980, foram, além dos poderes públicos federal, estadual e municipais, as próprias relações comerciais que se desenvolveram em virtude da demanda nacional e regional crescente por produtos alimentícios. Em virtude disso, criaram-se empresas locais nos mais diversos ramos da economia alimentar: processamento de carnes, leite, armazenagem e secagem de grãos, dentre outras, além de nascer e se fortalecer, neste período, uma rede de concessionárias de veículos automotores responsáveis pelo transporte dos bens necessários à população do grande número de municípios da região. Ademais, foram instalados hospitais e escolas, ou seja, os serviços básicos essenciais nos municípios criados na região.

Portanto, a rede urbana (Corrêa, 1989a) que se formou no Oeste catarinense, remonta à importância do processo de ocupação, juntamente com a pequena produção mercantil da região. Assim, a relação rural-urbana resultante dos agentes que organizaram o espaço regional desde o processo de ocupação do Oeste catarinense é produto de uma estrutura de produção agropecuária que se mostrou crescente⁵⁴. Assim, a partir do capítulo um foi possível demonstrar que o resgate histórico da geoeconomia regional contribui para explicar a realidade em que a região se encontra hoje. A compreensão, portanto, da gênese da formação econômica e social da região apresenta-se como fundamental para a leitura da realidade e da estrutura produtiva regional dos dias atuais.

Essa estrutura de produção passou por processos de crise e reestruturação. Esses processos acabaram intensificando a diversificação e a especialização produtivas na região. Sobre esses aspectos está pautado o capítulo que segue, número dois.

⁵⁴ Entretanto, apesar de o destaque na análise ficar em torno dos fatores econômicos, é importante ponderar que existem também relações de poder local, elites que constituíam pequenas oligarquias e patrimonialismo, condutas importadas de outras regiões e relações com o poder estadual. Assim, não é somente o fator econômico um fator determinante da estrutura rural-urbana que se formou no Oeste catarinense. Obviamente que a pequena produção não está isenta deste fenômeno. A racionalidade econômica explica o processo de emancipação por um viés, mas não é um tema somente de geografia econômica, mas também geografia política.

CAPÍTULO II

REESTRUTURAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E A COMPLEXIDADE NA BASE PRODUTIVA (1990-2003)

À medida que a indústria mecanizada, com um número de trabalhadores relativamente menor, fornece uma massa cada vez maior de matérias-primas, produtos semiacabados, instrumentos de trabalho, etc., a elaboração dessas matérias-primas e produtos intermediários se divide em inúmeras subespécies e incrementa, assim, a diversidade dos ramos da produção social. A indústria mecanizada impulsiona a divisão social do trabalho muito mais do que a manufatura, pois amplia em grau incomparavelmente maior a força produtiva dos setores de que se apodera (MARX, 2017, p. 516).

Os anos 1990, do ponto de vista econômico, foram de baixo crescimento, e as ações econômicas por parte do Estado foram quase inexistentes. Trata-se da década em que o Brasil atravessou um dos piores períodos de sua história econômica. No entanto, ao intitular a década de 1990 como a “década perdida”⁵⁵, cabe a ressalva de que, por se tratar de um período difícil para a conjuntura dos setores produtivos, eles tiveram que se adaptar ao período de crise, sendo forçados a processos de reestruturação técnico-produtivas capazes de permitir a manutenção de muitos negócios em atividade.

Neste segundo capítulo, busca-se apontar como se deu esse processo de reestruturação das atividades produtivas, de maneira que, a partir disso, no capítulo III, será possível analisar o “período de ouro” vivenciado pela economia brasileira, entre 2004 e 2014. Para tanto, dividiu-se o presente capítulo em quatro partes: 1) o processo de reestruturação que, de maneira geral, perpassou pelas atividades produtivas do Brasil, com ênfase no Oeste catarinense; 2) o processo de reestruturação ocorrido dentro da porteira, ou seja, no interior das unidades produtivas, especialmente naquelas ligadas aos agronegócios; 3) os novos padrões de financiamento das atividades produtivas decorrentes da reestruturação, sobretudo os realizados pelo Estado; e 4) a nova relação rural-urbana decorrente das reestruturações técnico-produtivas.

⁵⁵ Na verdade, o auge da crise econômica que o Brasil atravessou aconteceu na década de 1980, com repercussões importantes nos anos 1990. Assim, a década de 1980 já era marcada pela estagnação da economia brasileira e latino americana, aumento do endividamento externo, inflação elevada e desvalorização cambial.

2.1 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS, A TECNOLOGIA E AS NOVAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS NA DÉCADA DE 1990

A reestruturação das atividades produtivas é decorrente das mudanças engendradas pelas crises que ocorreram no sistema capitalista. Em maior ou menor grau, as mudanças ocorridas nos agronegócios foram reguladas, articuladas e centralizadas em decisões e investimentos realizados pelo Estado (Delgado, 1985; Graziano da Silva, 1998). O Estado nem sempre agiu tendo em conta unicamente os interesses nacionais, mas muitas vezes agiu em acordo com agentes hegemônicos internacionais, de maneira que, a partir dessa convergência de interesses, intensificou-se, na agropecuária brasileira, o processo de instalação de novos equipamentos, ou seja, novas tecnologias. Apesar da crise ocorrida nos anos 1990, o período representou um contexto de aprofundamento do capitalismo, tanto no interior das propriedades rurais quanto nas plantas industriais. Neste sentido,

Com as mudanças estruturais da agricultura brasileira, ensejadas durante o século XX e presente na agricultura até os dias de hoje, é preciso ter claro que isso representou a irradiação, por todo espaço produtivo setorial, da lógica da reprodução ampliada do capital lastreada na ação tipicamente capitalista de aplicar dinheiro (D) na produção de mercadorias (M) com o objetivo de obter mais dinheiro (D') (GONÇALVES, 2005, p. 8).

A partir disso, um conjunto de ações e processos foram preponderantes, na década de 1990, para desencadear nas mudanças que marcaram a reestruturação das atividades produtivas em todo o Brasil. Neste sentido, em decorrência da abertura comercial, das baixas taxas de crescimento econômico, da queda do valor da produção, da queda da taxa de emprego e da diminuição do saldo da balança comercial, desde os anos 1980 o conjunto da economia brasileira, incluindo seus diferentes ramos produtivos, sofreu fortes ajustes. Desse modo, o processo de reestruturação das atividades produtivas dos anos 1990 precisa ser visto em função da modernização “natural” que ocorreu no setor produtivo, mas também em função da conjuntura, em que as empresas brasileiras se viram forçadas a desenvolver estratégias diferenciadas visando à manutenção de seu desempenho competitivo.

Do ponto de vista das mudanças econômicas brasileiras que impulsionaram o processo de reestruturação da indústria, há dois momentos importantes a serem considerados

na década de 1990. O primeiro se deu com a implementação do Plano Collor⁵⁶, de maneira que suas principais consequências foram a racionalização de custos, estratégias de reorganização da produção e aumento das importações. O segundo se deu com a implementação do Plano Real⁵⁷, tendo como principais resultados a racionalização de custos, recuperação da credibilidade da moeda brasileira e diminuição da inflação. Com o plano, as empresas, de modo geral, tiveram que buscar rebaixamento de custos, diminuição de atividades terceirizadas, eliminação de linhas produtivas, ampliação da capacidade produtiva e redefinições patrimoniais (CASTRO, 1997).

Neste cenário, à luz da tese de Espíndola (2002), mesmo que na década de 1990 as agroindústrias do Oeste catarinense já apresentassem um grau de capacidade tecnológica instalada relativamente alto, comparado até mesmo aos de países desenvolvidos, esse padrão foi resultado dos processos de reestruturação técnico-produtivas decorrente dos anos 1980 e 1990. Dessa maneira,

As empresas intensificaram a instalação de equipamentos automatizados para as áreas de abate, desossa, processamento, resfriamento, congelamento, embutimento; estimularam a absorção de novos insumos químicos nos processos de mistura e maturação; implantaram técnicas de melhoramento genético que alteraram as etapas de alimentação, manejo e processamento industrial; introduziram novos equipamentos nas áreas de recepção da matéria-prima e novas técnicas de alimentação animal; instalaram novas técnicas de acondicionamento e conservação dos produtos e criaram uma gama de produtos altamente diferenciados entre si e com elevado grau de valor (ESPÍNDOLA, 2002, p. 79).

Ademais, o processo descrito deriva do acesso, por parte das grandes empresas, ao mercado externo. Com isso, foram adquiridas novas máquinas com capacidade técnica superior, permitindo aumentar a produção e a produtividade (Rizzi, 1993). Todavia, a reestruturação não é decorrente apenas das máquinas adquiridas fora do país. Segundo Espíndola (2002), as empresas de abate e processamento de carnes do Oeste catarinense, desde a sua origem, combinavam a compra de máquinas e equipamentos (tecnologia em estado puro) do exterior com a instalação de oficinas mecânicas anexas às unidades

⁵⁶ O Plano Collor foi implantado em 15 de março de 1990 e seu objetivo principal foi reduzir a inflação via reforma monetária. Tratava-se de substituir o Cruzado Novo pelo Cruzeiro. Com isso, o governo de Fernando Collor de Melo almejava reter os ativos monetários e liberalizar as importações.

⁵⁷ O Plano Real, implantado em julho de 1994, ainda no governo de Itamar Franco e consolidado no governo de Fernando Henrique Cardoso, teve como marca a estabilização monetária brasileira. No entanto, manteve-se as taxas de juros elevadas (em torno de 20% ao ano). Como consequência, considerando o período 1994-98, ocorreu um decrescimento do PIB de 5,9% para 0,7%, aumento do desemprego de 5,1% para 7,5%, aumento das importações – que significou déficit na balança comercial –, diminuição do consumo das classes menos remuneradas e uma progressiva desnacionalização da economia brasileira. Essas consequências estão atreladas à adoção sem precedentes das políticas neoliberais no governo FHC.

industriais. Com isso, as empresas, no cenário econômico que se apresentava, eram obrigadas a criar e consertar suas máquinas para as atividades industriais, de maneira que tal ação representaria diminuição de custos de produção.

Desde a década de 1950, quando a produção de bens de capital começou a se desenvolver industrialmente no Brasil, muitas empresas viram-se na obrigação de desenvolver artesanalmente esses ramos produtivos em suas unidades fabris. Rangel (1980) e Mamigonian (1966) demonstram isso, reforçando, ainda, que tais práticas, como a instalação de oficinas artesanais, foram acentuadas pelo estrangulamento cambial do período. Junto a isso, ao mesmo tempo em que as empresas desenvolviam uma capacidade própria de criação e conserto de seu maquinário, ocorreu de maneira combinada com a aquisição de equipamentos importados e produzidos pela indústria de bens de capital nacional.

Em alguns casos, as empresas de bens de capital que necessitavam de inovações em suas unidades industriais trabalhavam em conjunto com os órgãos técnicos (públicos e/ou privados), visando o desenvolvimento e implementação de novas técnicas no sistema de produção dessas empresas. De acordo com Espíndola (2002), um exemplo disso é a Embrapa, que surgiu em 1973 como prestadora de serviços, mas, através de parcerias estabelecidas com empresas frigoríficas, passou a produzir diferentes novos instrumentos para o sistema produtivo, como insensibilizadores pneumáticos para abate de animais, embutidoras, rotuladeiras automáticas, congeladores de embriões, dentre outros. Ademais, tais produtos eram tão qualificados, do ponto de vista da eficiência produtiva, como os produtos importados. Portanto, o papel do Estado, neste caso via Embrapa, foi de fundamental importância, em relação à reestruturação do sistema produtivo brasileiro.

Com as inovações tecnológicas ocorrendo no processo produtivo, os comandos manuais continuaram sendo usados. De acordo com Rizzi (1993), havia uma combinação entre atividades automatizadas e atividades manuais. No caso da cadeia produtiva de frango, por exemplo, essa combinação é derivada da existência de uma linha manual de corte, decorrente das exigências do mercado consumidor externo por produtos de melhor acabamento, e da maior competitividade em face do menor custo de trabalho da indústria brasileira e, por outro lado, da existência de uma linha de corte totalmente automatizada, com as máquinas programadas por computadores, executando os cortes padronizados no produto (frango). Sintetizando, Espíndola (2002, p. 82-83) aponta que as agroindústrias do Oeste catarinense,

[...] Desde a sua origem, passaram por um intenso processo de introdução de novas tecnologias, que se articulavam e combinavam com tecnologias criadas no interior de oficinas artesanais, e com bens criados por empresas nacionais. Através de parcerias com empresas multinacionais, empresas nacionais e instituições de pesquisa e treinamento passaram a desenvolver e criar tecnologia novíssima.

Essas constatações, datadas da década de 1980, tiveram continuidade na década de 1990, impulsionando os vetores modernizantes já existentes. No entanto, na década de 1990 ganha força a aquisição de novos equipamentos e as inovações dos produtos. Isso ocorre em função da necessidade de reduzir custos – do ponto de vista econômico a década de 1990 apresentou muitas dificuldades ao setor produtivo – e em função de atender as novas exigências de qualidade de produto, sobretudo do mercado externo. Desse modo, as mudanças estratégicas de relacionamento entre fornecedor e cliente acentuaram-se no período. Empresas como Perdigão e Sadia investiram pesado na implementação de novas tecnologias, como os testes de atordoamento com atmosfera modificada de CO₂⁵⁸.

A introdução de novas tecnologias se deu em diferentes esferas. Houve adoção de novas técnicas na produção agropecuária (tratando-se da produção de matéria-prima para engorda animal – milho e soja, principalmente), no transporte de animais (caminhões adaptados com estruturas metálicas e encaixe perfeito de caixas que levam frangos e suínos), no interior dos aviários e chiqueirões (novo sistema de bebedouros por gotejamento e de despacho de ração de acordo com a necessidade para engorda, principalmente nas cadeias produtivas de suínos e frangos), dentre outras. Na estrutura geral de aviários e chiqueirões, nos quais frangos e suínos são criados em sistema de confinamento, ocorreu a introdução da climatização do ambiente, de maneira que uma estrutura de caldeiras (para aquecimento) e de água fria e ventiladores (para resfriamento) controlam a temperatura ideal nos ambientes de criação⁵⁹.

No estado de Santa Catarina, a inserção de novas tecnologias significou importante contribuição na divisão estadual da produção industrial. O Oeste do estado ficou majoritariamente destinado à transformação da produção agropecuária. Segundo dados da Fundesc (1971), a região Oeste catarinense, em 1969, representava 86,5% do abate estadual

⁵⁸ Segundo Espíndola (2002, p. 83), o atordoamento com atmosfera controlada de CO₂ é feito em túnel de passo simples e ocorre pouco após as aves serem penduradas na esteira. Essa tecnologia acaba com a incidência de hemorragia, sanguinolência e fraturas causadas às partes das carcaças, em especial às mais nobres. Antes da implantação desse sistema, as perdas financeiras reais chegavam a afetar a produtividade e a competitividade. Os benefícios atingiram diretamente a qualidade das carcaças e o rendimento do processo.

⁵⁹ Junto da introdução de novas tecnologias ocorreu, nos anos 1990, a concentração da produção, pois nem todos os agricultores eram portadores do capital necessário para implementar em seus aviários/chiqueirões esses novos sistemas e o financiamento disponível na época atingia somente uma parcela dos produtores.

de suínos. Em 1984, esse percentual chegou a 90,8%. Essa concentração no Oeste do estado se deu em função do fortalecimento de alguns grupos empresariais na região, que mais tarde se espalharam para todo o Brasil, através da aquisição de outros pequenos e médios frigoríficos, unidades de mistura de ração, dentre outros. Segundo Goularti Filho (2016), o bom desempenho de grupos como a Sadia, a Perdigão, a Ceval e a Coopercentral Aurora se deu muito mais em função de outros fatores do que a partir da ação individual do empresário inovador e da ideologia de trabalho de seus donos (Fontana, Brandalise, De Nês, Hering e outros). “Em boa medida, a explicação para o ‘sucesso’ dessas empresas reside no longo processo de modernização conservadora e nas benesses da política agrícola (incluindo subsídios e financiamento) deliberadas pelo Estado” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 263).

No quadro 02, é possível identificar o conjunto de empresas adquiridas pelos grandes grupos do setor agroalimentar do Oeste catarinense entre os anos 1950 e 1990.

Quadro 02 – Aquisição de empresas pelos grandes grupos agroindustriais do Oeste catarinense (1953-2000)

Grupo	Empresa adquirida	Setor	Ano	Localidade
Sadia	Marciense	Farinha de trigo	1953	Marcelino Ramos (RS)
	Toledo	Suínos/ração	1964	Toledo (PR)
	Várzea Grande	Bovinos	1976	Várzea Grande (MT)
	Incobrasa	Soja	1979	Joaçaba (SC)
	Damo	Processamento de suínos	1980 1989	Duque de Caxias (RJ) Frederico Westphalen (RS)
	Três passos	Suínos	1985	Três Passos (RS)
	Corcovado	Ração/soja		Três Passos (RS)
	Sudanisa	Bovinos		Barra do Garças (MT)
	Mouran	Bovinos	1989	Andradina e Araçatuba (SP)
	Chapecó	Aves	1989	Francisco Beltrão (PR)
	Wilson	Suínos Bovinos	1992	Ponta Grossa (PR) Maringá (PR)
	Copaza	Soja	1991	Campo Grande (MS)
	Comabras	Suínos	1992	Ponta Grossa (PR) e São Paulo
Rezende	Aves/suínos	1999	Uberlândia (MG)	
Perdigão	Unifrico	Suínos	1977	Salto Veloso (SC)
	Armazém Medianeira	Ração	1979	Catanduvas (SC)
	Saulle Pagnoncelli	Suínos	1980	Herval d'Oeste (SC)
	Reunidas Ouro	Suínos	1980	Capinzal (SC)
	Suely	Ração	1984	Orleans, Içara, Jaguaruna, Taió (SC)
	Canta Galo	Aves	1984	Criciúma (SC)
	Coop. Taparese	Grãos	1985	Gaurama, Severiano A., Aratiba (RS)
	Borela	Aves/grãos	1985	Marau (RS)
	Frigoplan	Bovinos	1986	Lages (SC)
	Ideal	Aves	1988	Serafina Corrêa (RS)
	Utinga (Swift)	Industrializados	1989	Santo André (SP)
	Avisco	Aves	1989	Ipê (SC) Rio Claro (SP)
	Batavia	Aves	1999	Carambeí (PR)
		Extrafino	Óleo vegetal	1974
Barriga-verde		Ração	1976	Chapecó (SC)

Ceval	Seara	Suínos	1980	Seara (SC)
	Frill	Aves	1980	Joaçaba (SC)
	Safrita	Aves/suínos	1981	Itapiranga (SC)
	Rio da luz	Suínos	1983	Jaraguá do Sul (SC)
	Germani	Industrializados	1988	Paraná
	La Villette	Suínos	1988	São Paulo
	Mogiana	Aves	1989	Nuporanga (SP)
	Contibrasil	Aves	1989	Paraná
	Swift	Suínos/ração	1989	Marechal C. Rondon (PR)
	Bordon	Suínos/aves/bovinos	1990	Dourados (MS)
	Guipeba	Soja	1995	Argentina
	Eliane	Suínos/aves	1995	Criciúma (SC)
Chapecó	Fricar	Suínos	1982	São Carlos (SC)
	Amparo	Aves	1989	Monte Alegre do Sul (SP)
	Diplomata	Aves	1995	Cascavel (PR)
	Prenda	Suínos	2000	Santa Rosa (RS)
Aurora	Marafon	Suínos	1969	Chapecó (SC)
	Pepery	Suínos	1982	São Miguel do Oeste (SC)
	São Gabriel	Suínos	1996	São Gabriel do Oeste (MS)

Fonte: Adaptado de Goularti Filho (2016) e Espíndola (1999)

Com as aquisições apresentadas no quadro 02, grupos empresariais como Aurora, Perdigão e Sadia se consolidaram no processamento vegetal, mas sobretudo animal do Oeste catarinense. No entanto, embora o ocidente catarinense tenha sido seus locais de origem e fortalecimento, o quadro 02 aponta que, desde a década de 1950, esses grupos atuavam em escala interestadual, visando ampliar seus negócios via conquista de mercados consumidores mais significativos. As inúmeras unidades adquiridas nos estados do PR, SP, MS, MT e MG tinham esse objetivo, além de se tratar de locais estratégicos do ponto de vista geográfico, pois aproximava as empresas do mercado consumidor do Sudeste e Nordeste do Brasil. Assim, o processo de reestruturação das atividades produtivas e as novas estratégias de investimentos empresariais estiveram relacionadas com o grande número de pequenas e médias unidades empresariais adquiridas pelos grupos empresariais maiores.

Paralelamente, tal reestruturação, acompanhada de novas estratégias, consolidou o processo seletivo de integração dessas empresas com os agricultores familiares do Oeste catarinense. Nesse sistema, os agricultores entram com a criação dos animais, propriedade, mão de obra e financiamento das estruturas dos criatórios, e as empresas com o fornecimento de animais, ração, assistência técnica e a garantia da compra desses animais. Esse processo de reestruturação se aprofundou a partir de 1994, provocando uma alta concentração da produção em todos os agronegócios, mas sobretudo na suinocultura. Testa et al (1996) aponta que, em 1980, havia 67 mil suinocultores no Oeste catarinense, sendo que 3.860 desses eram integrados. Em 1985, o número de suinocultores foi reduzido para 45 mil, e o número de integrados aumentou para 18.232. Em 1990, eram apenas 30 mil suinocultores e, desses, 24

mil eram integrados. Desse modo, o sistema de integração implantado pelos grandes grupos empresariais reduziu drasticamente o número de produtores e concentrou a produção naqueles mais capitalizados, capazes de atender às exigências de melhorias técnico-estruturais impostas pelas empresas.

Por outro lado, o uso de novas tecnologias no sistema produtivo forjou a emergência de outros segmentos produtivos. Na área de transporte, por exemplo, ocorreu o desenvolvimento de um setor destinado a produzir novas carrocerias de caminhão, responsáveis pelo transporte de rações e animais. Essas novas carrocerias passaram a ser produzidas por empresas especializadas neste segmento, como a Triel HT (empresa fundada em 1984, localizada em Erechim-RS, especializada na oferta de soluções tecnológicas em implementos rodoviários, logística agroindustrial e viaturas especiais. No ano de 2020, o Grupo TRIEL-HT contava com 5 unidades fabris e exportava seus produtos para países de cinco continentes). Com as novas carrocerias, diminuiu consideravelmente a mortalidade e o stress dos animais, contribuindo para a qualidade do produto⁶⁰.

A introdução de novos equipamentos no setor agropecuário do Oeste de SC é, em grande medida, decorrente da indústria de origem nacional. Contudo, em alguns equipamentos, o processo de desnacionalização do setor foi bastante expressivo nos anos 1990. Muitas empresas que eram de origem nacional foram incorporadas por grupos internacionais. Com isso, a década de 1990 foi fortemente marcada pela expressiva entrada de empresas europeias e norte-americanas no setor agropecuário brasileiro, de maneira que o Brasil passou a ser um grande importador de equipamentos necessários à sua capacidade produtiva (Espíndola, 2002).

Neste cenário, as empresas de processamento de produtos agropecuários intensificaram as alterações nas linhas de produção. A Sadia, por exemplo, depois de instalado alguns equipamentos necessários para o pré-cozimento de alguns produtos, alterou algumas linhas de produção e lançou no mercado novos produtos. O mini quibe, o croquete, a tortinha, a empanada e a coxinha, além de tipos de pizzas, foram alguns dos produtos lançados a partir de meados de 1990. Esses novos produtos eram lançados no bojo das novas exigências do mercado consumidor nacional e internacional. A ideia era transformar os produtos industrializados em semiprontos, pois o ritmo da rapidez presente na vida urbana, que passava a fazer parte da maioria da população, demanda produtos prontos ou semiprontos.

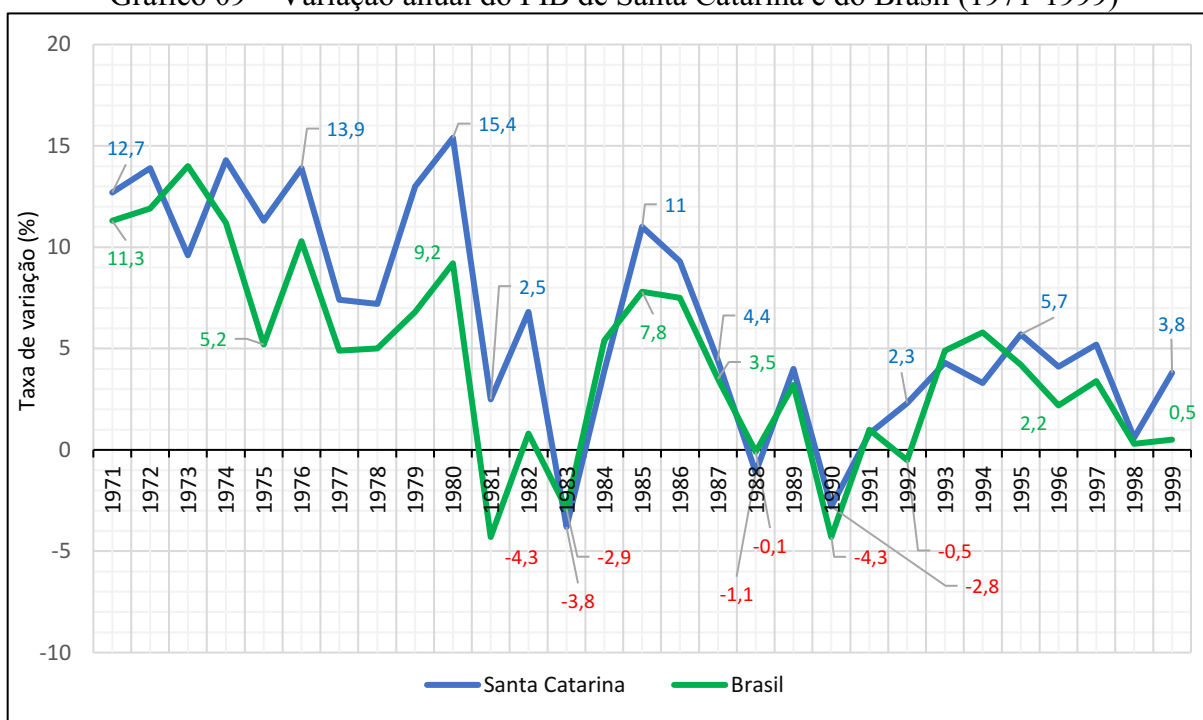
⁶⁰ No caso das aves, a carroceria tem teto com isolamento térmico, nebulizadores e ventiladores para controlar a temperatura interna pelo painel do caminhão. Para o transporte de suínos, o piso móvel funciona como um elevador para o embarque dos animais (ESPÍNDOLA, 2002).

Dessa maneira, uma das estratégias das empresas ligadas ao setor agropecuário, na década de 1990, foi ampliar a oferta da diversidade de produtos semiacabados e de maior valor agregado.

Espíndola (1999) salienta que, de maneira geral, a década de 1990 trouxe avanços para as agroindústrias do Oeste catarinense, mas os retrocessos foram maiores devido à crise econômica e às decisões políticas tomadas pelo governo. Se por um lado ocorreu um intenso processo de implementação de novas tecnologias, tendo em vista a ampliação dos tipos de produtos que passaram a ser ofertados, por outro lado, tendo em conta a política econômica neoliberal adotada no período, inúmeras empresas nacionais produtoras de máquinas e equipamentos entraram numa crise econômico-financeira que resultou, em alguns casos, na desnacionalização do setor.

Na verdade, a crise econômica dos anos 1990, que surtiu efeito no Oeste catarinense, se traduz nos números dos PIBs nacional e estadual. O gráfico 09 aponta as taxas de variação dos PIBs brasileiro e catarinense no período 1971-1999.

Gráfico 09 – Variação anual do PIB de Santa Catarina e do Brasil (1971-1999)



Fonte: IBGE. Coordenação de Contas Nacionais (vários anos)

A partir do gráfico 09, é possível perceber que a crise bateu forte no setor produtivo, pois SC e o Brasil vinham crescendo a taxas muito elevadas até a década de 1980, quando ocorreu uma brusca queda das riquezas produzidas no país e no estado. Mesmo com a

recuperação econômica ocorrida na metade da década de 1980, seguido de outra queda nas taxas de crescimento (sendo que em 1990 o Brasil e SC tiveram seu pior momento econômico, tendo variado seus PIBs negativamente em -4,3% e -2,8%, respectivamente), novamente ocorreu uma recuperação das porcentagens de crescimento na metade da década de 1990, mas pouco significativa para reanimar a economia. Dessa forma, os índices de crescimento positivos dessas duas décadas ficaram longe do que foi o período de crescimento anterior (década de 1970), com taxas de crescimento que ultrapassaram os 10% ao ano.

Além do exposto, o gráfico 09 permite afirmar que, na década de 1970, o PIB de SC sempre apresentou resultados acima da média nacional, de maneira que, no período 1971 a 1979, a média nacional de crescimento foi de 8,6%, e a média do estado de SC foi de 11,5%. Por outro lado, na década de 1980, a diferença na taxa de crescimento foi ainda maior: 3% para a nacional e 5,2% para a catarinense. Nos anos 1990, a chamada “década perdida”, apresentou uma média de crescimento nacional de 1,6%, e do estado de SC de 2,7%, tendo diminuído ainda mais a diferença de crescimento entre Brasil e SC na década de 1990 (Gráfico 09).

Assim, nos anos 1990, a integração da economia brasileira subordinada aos interesses imperialistas dos Estados Unidos, isolou as unidades da federação na elaboração de seus planos estaduais de desenvolvimento. O endividamento externo e a crise fiscal e financeira pelas quais o Brasil passava não deu condições para novos planos e objetivos nacionais, entretanto, tratava-se de uma realidade ditada pelos interesses externos e que fazia da decadência da economia brasileira um fator fundamental para os interesses de economias centrais, como a dos EUA. Com isso, a cada ano que o Brasil deixava de crescer através do seu projeto próprio, aumentava o interesse das multinacionais no país. Por essas razões, o neoliberalismo forjou uma profunda crise, a qual engendrou uma série de mudanças que, economicamente, impediram o Brasil de avançar, mas que, ao mesmo tempo, forçou o aumento da competitividade e levou à ocorrência das reestruturações produtivas e à implementação de novas estratégias por parte dos setores produtivos.

Neste sentido, no tópico a seguir aborda-se com mais atenção as principais mudanças, em termos de reestruturação produtiva, ocorridas dentro da porteira, isto é, no interior das unidades produtivas. Essas mudanças, da mesma forma que sinalizadas até o momento, são decorrentes da crise dos anos 1990.

2.2 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DENTRO DA PORTEIRA

O processo de reestruturação da capacidade produtiva, desde um olhar para dentro das unidades produtivas, pode ser vinculado, à luz do que identificou Goularti Filho (2016), à especialização regional, à integração econômica e à diversificação produtiva. Tratam-se de três movimentos que sintetizam a divisão regional do trabalho no âmbito do processo de reprodução ampliada do capital. Por isso é importante discorrer sobre como se deu a reestruturação produtiva dentro da porteira.

O processo de reestruturação das atividades produtivas pode ser visto de maneira mais marcante no interior das unidades produtivas, ou seja, dentro da porteira das propriedades rurais, para o caso dos agronegócios. Em todos os setores, tanto de produção agrícola (grãos) quanto de produção pecuária (animais), houveram mudanças trazidas pela chamada modernização das atividades produtivas dos agronegócios.

Medeiros (2009) aponta que as mudanças ocorridas da porteira para dentro, além de terem elevado a produtividade do trabalho, também dispensou um contingente de pessoas do campo e aprofundou a divisão social e territorial do trabalho. Assim, um conjunto de setores deixaram de ser contabilizados como parte da agropecuária e passaram a ser computados como parte da indústria e do setor de serviços, como é o caso do reparo de equipamentos e benfeitorias, os trabalhadores autônomos ou empresas que realizam o trabalho de preparo do solo, plantio e colheita, dentre outros.

Diante disso, as mudanças de ordem técnica ocorridas no interior das propriedades rurais do Oeste catarinense é parte integrante da modernização da agricultura brasileira. Por isso, ao recorrer-se à gênese da indústria de máquinas e implementos agrícolas no mundo, nota-se que, a partir dessas mudanças, a agricultura em esfera mundial pôde se modernizar do ponto de vista do maquinário usado. Neste sentido, Fonseca (1990) aponta que, até o século XVIII, a agricultura utilizava instrumentos rudimentares, fabricados artesanalmente através do ferro e/ou da madeira. O aumento da necessidade por produtos agrícolas forjou técnicas mais sofisticadas, que pudessem aumentar a produtividade, visando atender à demanda crescente por alimentos.

Vian et al (2013) apontam que os primeiros implementos agrícolas usados para a colheita de grãos foram inventados nos EUA e foram usados somente a partir do final do século XVIII. Já na metade para o final do século XIX, a Inglaterra e os países da Europa, onde o capitalismo estava mais avançado, deixaram de ser o centro técnico mais avançado do

mundo. Entre 1850 e 1870, os EUA, a Austrália, a Argentina, o Brasil, dentre outros, tornaram-se países supridores de produtos essenciais, como trigo, lácteos, carne, açúcar, café, dentre outros. Fonseca (1990) salienta que os EUA assumiram o papel principal no desenvolvimento tecnológico e na fabricação de equipamentos agrícolas. Um dos fatores determinantes, que fez os EUA se destacarem no desenvolvimento e fabricação de tecnologia de máquinas agrícolas, foi a expansão de suas fronteiras agrícolas para o Oeste. No meio Oeste norte-americano, encontra-se o solo de pradaria, de característica dura e difícil de adentrar com arado, de modo que os equipamentos de madeira e ferro até então utilizados não eram fortes o suficiente para quebrar esse solo. Nesse cenário, o ferreiro John Deere, em Illinois – EUA, desenvolveu, em 1837, arados de ferro forjado liso, que quebraram o solo duro da pradaria.

Segundo Fonseca (1990), com a guerra civil norte-americana, as inovações sobre os instrumentos de trabalho utilizados na agropecuária avançaram ainda mais. Assim, iniciou-se o processo de conversão da tração humana e animal para a força mecânica. Os EUA foram pioneiros na mecanização da agricultura, no cultivo do trigo, por volta de 1880, na região de Dakota, com a utilização de tratores e colheitadeiras a vapor para as atividades de plantio e colheita (Vian et al, 2013). A diferença em relação ao processo de mecanização agrícola dos EUA para outros países do mundo é que, nos primeiros anos do século XX, a mecanização já estava disseminada, e não se limitava apenas às grandes fazendas monocultoras, mas expandiu-se quase que para a totalidade dos agricultores norte-americanos (FONSECA, 1990). Por isso, ainda no final do século XIX, as empresas de máquinas agrícolas aumentaram significativamente suas escalas de produção. Já em outras partes do mundo, como no Brasil, a disseminação do uso de máquinas agrícolas ocorreu apenas a partir da metade do século XX, através de programas do governo, para os agricultores em geral.

Na medida em que a demanda por maquinário mais sofisticado aumentava, maior era a necessidade de capital investido nesse setor. Nesse cenário, empresários como John Deere passaram a organizar suas empresas de máquinas agrícolas de outra forma, visando atender essa demanda crescente. Assim, com o passar dos anos, a estrutura de mercado se reinventou para algo próximo do que Vian et al (2013) chamam de oligopólio concentrado-diferenciado. “A diferenciação de produtos, especialmente pela fidelização à determinada marca, os ganhos de escala e de escopo passam a ditar a dinâmica deste mercado” (VIAN et al. 2013, p. 726). A partir disso, a indústria de máquinas agrícolas nos EUA se consolidou e entrou na fase da inovação tecnológica do maquinário, com repercussões na segunda metade do século XX.

Ademais, antes da segunda guerra mundial, a tração animal já tinha sido completamente substituída pelos tratores nos EUA. Fonseca (1990) salienta que o primeiro trator movido a gasolina foi fabricado em 1892, na Dakota do Sul, por John Deere, sendo que sua fabricação se intensificou no início do século XX. Na década de 1920, o processo de mecanização agrícola se intensificou nos Estados Unidos, em função de programas agrícolas implementados pelo Estado. Com a segunda guerra mundial, ocorreram grandes avanços tecnológicos e inovações nesse setor, o que também aumentou a divisão do trabalho dentro das fábricas. Em 1920, já existia um projeto básico de trator⁶¹, que pode ser considerado como uma inovação primária, uma espécie de padrão tecnológico a ser seguido e melhorado, como pode ser visto na figura 07 (VIAN et al, 2013).

Figura 07 – Evolução dos primeiros modelos de tratores agrícolas (1892-1926)



Fonte: Adaptado de Vian et al (2013).

O modelo Fordson, de 1917, foi o primeiro trator de maior sucesso de vendas, pois era montado numa linha de produção em série de baixo custo e com peças padronizadas. De acordo com Fonseca (1990), em 1925 o modelo Fordson representava 70% do total de venda de tratores dos Estados Unidos. O segredo de Ford foi aplicar aos tratores os mesmos princípios utilizados para a fabricação de carros, ou seja, simplicidade no projeto, baixo custo e facilidade de manutenção. Com isso, a reestruturação da produção dentro da porteira, via mecanização das atividades agrícolas nos EUA, seguiu a passos largos e se disseminou pelas propriedades rurais.

No Brasil, o forte crescimento econômico ocorrido a partir dos anos 1930 se aprofundou nos anos 1950, com o “Plano de Metas” do governo JK. Esse crescimento econômico vertiginoso provocou uma alta importação de maquinários e implementos de todas

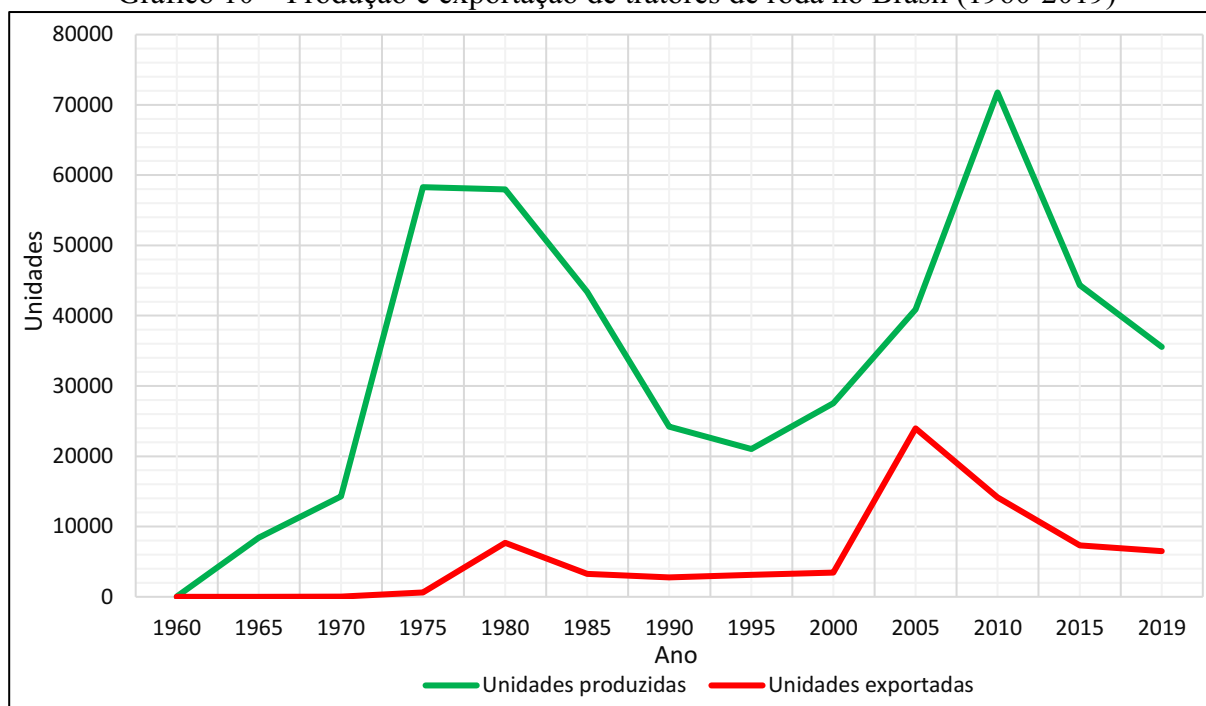
⁶¹ A importância da inserção dos tratores e implementos agrícolas são indiscutíveis para a modernização da agricultura no Brasil e em regiões como o Oeste catarinense. Entretanto, tão ou mais importante foi o processo de modernização ocorrido nas indústrias, nos aviários de frangos, nos chiqueirões de porcos, que passaram contar com equipamentos de última geração, mais eficientes e mais específicos nas funções exercidas dentro de suas estruturas. Assim, relativiza-se a importância dos tratores com a importância do processo de modernização ocorridos em outros segmentos da agropecuária, da indústria, do comércio e dos serviços.

as espécies no Brasil. Em função disso, na medida em que se apresentava como possível, o governo brasileiro investiu em pesquisa e inovação, bem como em assimilação da capacidade técnica de produtos importados, a fim de criar um potencial próprio de desenvolvimento e produção das máquinas necessárias para o crescimento econômico do país. A indústria automobilística, neste contexto, representou uma grande oportunidade de o país se desenvolver em setores como siderurgia, química pesada, metais, vidro, aço, dentre outros, embora tratava-se de uma indústria desenvolvida majoritariamente por empresas e capital internacional (NETO, 1985). É neste contexto que surgiu, no Brasil, a indústria de máquinas agrícolas, sendo a grande responsável pela reestruturação produtiva dentro da porteira.

Pode-se dizer que a mecanização das atividades agropecuárias iniciou, no Brasil, com a instalação da indústria de tratores, em 1959, pela CBT – Companhia Brasileira de Tratores (Neto, 1985), que acabou sendo desnacionalizada mais tarde. A indústria automobilística, que é anterior à indústria de tratores, contribuiu para que a indústria de tratores se efetivasse no país, pois com ela ocorreu a expansão do setor de autopeças, que, num momento inicial, apresentava-se com uma considerável capacidade ociosa. Assim, a indústria de tratores e implementos agrícolas aproveitou dessa capacidade ociosa para o governo brasileiro aprovar, na década de 1950, dez projetos de fabricação de motores a diesel. Embora a ideia de nacionalização do setor existisse e quase se concretizou, foram as multinacionais que tomaram conta desse setor e se instalaram no Brasil para acelerar a fabricação dos mesmos. Dos dez projetos, apenas seis foram efetivados e começaram a fabricar tratores: Massey Ferguson (Canadá), Fendt (Inglaterra), Valmet (Finlândia), Ford (EUA), Deutz (Alemanha) e Oliver (EUA).

Nota-se que todas as marcas que inicialmente se instalaram no Brasil são de capital estrangeiro, de maneira que a pressão das grandes corporações estrangeiras contribuiu para que uma indústria nacional de tratores tivesse sérios problemas para se concretizar. Isso, inclusive, ajudou a retardar a mecanização agrícola no Brasil, haja vista que, conforme apontou Neto (1985, p. 59), “em 1959 havia um trator para cada 588 trabalhadores rurais no Brasil, contra uma relação de um trator para cada cinco trabalhadores nos EUA”. Apenas em 1978 o Brasil atingiu a marca de 50 mil tratores produzidos, deixou de importar tratores e passou a ser um grande exportador mundial de tratores, com cerca de 6 mil unidades exportadas em 1978. No gráfico 10, é possível analisar a evolução da produção brasileira de tratores, bem como a exportação brasileira de tratores, considerando o período 1960 até 2019.

Gráfico 10 – Produção e exportação de tratores de roda no Brasil (1960-2019)



Fonte: Anfavea, 2019

Conforme aponta o gráfico 10, a indústria brasileira de tratores teve seu auge de produção na década de 1970, seguida de uma forte queda na produção na década de 1990, e uma recuperação da produção em 2010. No ano em que o Brasil mais produziu tratores, 2010, foram fabricadas mais de 71 mil unidades. Quanto à exportação de tratores, o Brasil passou a representar importância no mercado mundial desse segmento somente em 1975, quando a produção nacional já atingia índices altos. No entanto, a década de 2000 foi a que ocorreu maior exportação do produto, tendo alcançado mais 23 mil unidades exportadas em 2005. É importante salientar que, conforme apontam tanto a linha da produção quanto a linha da exportação (Gráfico 10), a década de 1990 foi o pior período para a indústria de tratores e máquinas agrícolas em geral. De 2015 em diante, a produção e as exportações também vieram demonstrando fortes quedas, resultado da crise política e econômica que o Brasil atravessava desde 2016.

A partir da década de 1960, portanto, com o pontapé inicial na produção nacional de tratores e implementos agrícolas (com a CBT fundada em 1959), é que as maiores mudanças de ordem técnica começaram a ocorrer dentro da porteira das unidades produtivas no Brasil. Nas regiões onde a ocupação se deu com lotes de terra menores, de até 50 hectares, como no Oeste catarinense, a mecanização agrícola marcou profundas mudanças nas lavouras. Nessa região, a entrada de tratores e alguns implementos agrícolas, como o arado e a semeadeira,

representaram uma verdadeira revolução no padrão de produção, na produtividade e no melhor aproveitamento da terra e do tempo. Ademais, tratava-se de mudanças ocorridas em uma época e num contexto de expansão da fronteira agrícola no Brasil, o que demandava a mecanização, ou seja, uma nova estrutura produtiva agrícola a partir do uso da máquina (do trator)⁶².

Assim, nas décadas de 1980 e 1990, as mudanças se deram principalmente na implementação de novas técnicas para melhor aproveitamento do tempo de produção, o chamado *just in time*. O próprio sistema de integração implementado por empresas frigoríficas como a Sadia e a Perdigão, ainda na década de 1960, possibilitou o planejamento dos estoques de aves e suínos para o abate (ESPÍNDOLA, 2002). Isso contribuiu para a reestruturação produtiva ocorrida dentro das propriedades rurais, pois trataram-se de mudanças ocorridas nas propriedades que eram requisitadas pelas empresas. Junto dessas mudanças, vieram novas diretrizes ligadas aos cuidados com o meio ambiente para serem levadas em conta no processo produtivo.

Espíndola (2002) salienta que, além das novas técnicas inovadoras adotadas no interior das propriedades rurais, com a evolução da indústria de máquinas, foram comuns outros aspectos, como a adoção de programas de qualidade visando obter a certificação da ISO 9000, ISO 9001 e ISO 14001, no quesito de qualidade ambiental⁶³. A ISO 14001, por exemplo, busca especificamente melhorar a gestão ambiental da indústria, bem como sua adequação ao ecossistema em que está inserida. Por outro lado, a busca pela obtenção dessas certificações e a entrada de grande quantidade de equipamentos tecnicamente manipulados nas propriedades rurais, exigiu investimentos na qualificação da mão de obra, de maneira que era preciso conhecimentos novos para manusear as máquinas incorporadas nos processos produtivos.

Em muitos casos, como aponta Espíndola (2002), as próprias empresas pagaram cursos universitários, técnicos e tecnológicos para seus funcionários, da mesma forma que os agricultores, principalmente as novas gerações de agricultores, tiveram que buscar ampliar os

⁶² A partir da segunda revolução industrial, ao se referir à expansão da agricultura nos EUA, Gonçalves (2005) faz uma comparação interessante ao afirmar que os tratores da John Deere foram mais importantes para o desenvolvimento da economia continental do que os carros de Henry Ford, haja vista que os tratores abriam novas áreas agrícolas e também davam a possibilidade de o capital se expandir de outras maneiras, como pela indústria de químicos (fertilizantes e defensivos), pela indústria de peças, de sementes, dentre outras. No Oeste catarinense, apesar de ter ocorrido tardiamente, o processo foi semelhante.

⁶³ ISO significa International Organization for Standardization (Organização Internacional de Padronização), entidade fundada em 1947, na Suíça, que congrega organismos de normatização nacionais, cuja principal atividade é a de elaborar padrões para especificações e métodos de trabalho.

conhecimentos técnicos para estar à altura das novas exigências que vieram junto com os novos aparelhos tecnológicos. No caso das empresas que ofereceram o aperfeiçoamento profissional aos seus empregados, essa possibilidade era vista como positiva pelo quadro de empregados, pois produzia um sentimento de pertencimento à empresa e representava a possibilidade de aumentar os salários. Contudo, na realidade, sabe-se que essas políticas adotadas nas empresas são uma forma de promover maior exploração dos trabalhadores, haja vista que, com o aperfeiçoamento, além de realizarem atividades para as quais foram contratados, são, na maioria das vezes, estimulados a executarem outras tarefas em nome do investimento profissional que a empresa fez sobre seus trabalhadores.

Portanto, Espíndola (2002) reforça que, quando as empresas investiram no aperfeiçoamento de seus trabalhadores, mais tarde isso significou uma absorção maior da capacidade privada de produção desses trabalhadores. Assim, os esforços por parte dos trabalhadores dentro das empresas são coletivos, mas a exploração é feita de maneira individual. No entanto, embora seja preciso fazer essas críticas, a introdução de novos equipamentos e técnicas de produção tanto nas propriedades rurais quanto nas indústrias são vistas como inevitáveis, pois são inerentes às tendências nacionais e internacionais em termos de segmentação de mercado, diferenciação de produtos, preocupação ambiental, desenvolvimento tecnológico, aumento da demanda por alimentos e refeições rápidas (*fast food*), dentre outros.

Além disso, conforme demonstrou Espíndola (2012), a reestruturação produtiva ocorrida dentro da porteira é decorrente do progresso técnico e do desenvolvimento tecnológico, que ocorreram em laboratórios nos centros de estudo e pesquisa animal e vegetal. No estudo apresentado por Espíndola (2012) sobre a cadeia produtiva de frangos⁶⁴ no Brasil, fica explícito que o melhoramento genético representou grandes avanços na criação animal (frangos) dentro da porteira. Segundo Espíndola (2012, p. 92),

O programa de melhoramento genético consiste na seleção (animais de uma geração que serão pais da geração subsequente) e no cruzamento (animais pertencentes a raças ou espécies diferentes). [...] Em se tratando de técnicas, destacam-se a Inseminação Artificial (IA); a Transferência de Embriões (TE); a micro manipulação e produção in vitro de embriões; e, mais recentemente, a clonagem e produção de animais transgênicos. Ademais, os avanços nas áreas como a tecnologia da informação (TI), aliada à crescente integração entre a genética molecular e a

⁶⁴ Embora fez-se mais apontamentos sobre as mudanças ocorridas dentro da porteira na cadeia produtiva de frangos, deve-se considerar que é possível fazer apontamentos específicos sobre cada cadeia produtiva, como, por exemplo, na suinocultura, na bovinocultura, no leite, na soja, no milho, no trigo, dentre outras.

quantitativa, abre um enorme leque de possibilidades para a melhoria das técnicas de seleção e cruzamento.

Dessa forma, o melhoramento genético repercutiu de tal maneira no interior das propriedades rurais que, em 1925, o frango permanecia no aviário, em processo de engorda, por 125 dias até o abate. Em 1964, o número de dias caiu para 63 e em 2005 era preciso apenas 42 dias do frango no aviário para o abate. Do ponto de vista das mudanças que ocorreram dentro da porteira, essa redução do ciclo de crescimento e engorda do frango representaram muito em produtividade e competitividade por parte das empresas e dos produtores. Neste contexto, vale salientar que a intervenção do Estado foi primordial, pois em 1975 foi criado, com sede em Concórdia - SC, o Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves (CNPISA), isto é, a Embrapa suínos e aves. Dessa forma, grande parte da reestruturação produtiva ocorrida dentro da porteira se deve ao incentivo feito pelo Estado mediante, por exemplo, a instalação e manutenção de pesquisas de melhoramento genético na Embrapa.

Espíndola (2012) argumenta, ainda, que, na medida em que o progresso técnico se fez presente na cadeia produtiva de aves, uma série de novos equipamentos se fizeram necessários nas propriedades rurais, para readequar a produção aos novos padrões técnicos incorporados no setor. Um exemplo a ser citado é a programação e controle do bem-estar das aves via climatização dos aviários. Com isso, os padrões dimensionais dos aviários foram modificados de 100 metros de comprimento por 12 de largura, para aviários de 125 metros de comprimento por 12,5 metros de largura. Essas mudanças possibilitaram maior número de aves por metro quadrado. Os aviários que, até a década de 1970, alojavam 12,8 mil frangos, passaram a alojar mais de 25 mil frangos no início dos anos 2000. Atualmente, conforme informações coletadas em trabalhos de campo, um único aviário, com temperatura interna totalmente controlada por sistemas automatizados, pode chegar a alojar 100 mil frangos.

Na figura 08, é possível visualizar um aviário de 26 mil frangos, com sistema automatizado de controle de temperatura, fornecimento de água e de ração.

Figura 08 – Aviário de frangos com 14 dias de vida



Fonte: arquivo pessoal. Fotografia de trabalho de campo realizado em Xaxim-SC, fevereiro de 2020

Cabe salientar que a reestruturação produtiva ocorrida dentro da porteira, em grande medida, conforme demonstram as teses de Farias (2015) e Padilha (2019), se deu a partir da atuação de diferentes cooperativas que surgiram e outras que passaram a atuar na região Oeste catarinense. As cooperativas também passaram por processos de reestruturação e diversificação nas suas estruturas produtivas. Entretanto, elas podem ser consideradas importantes canalizadoras de recursos, para que as unidades produtivas possam se modernizar. Conforme Farias (2015), desde que as cooperativas surgiram, ocorreu uma espécie de mediação entre os produtores e a estratégia produtiva nacional, pois as cooperativas possuíam organização própria, montada e articulada com os produtores. Com isso, através das cooperativas, pode-se dizer que houve certa facilidade na difusão de tecnologias de exploração dos solos, proporcionando o aumento significativo da produtividade das lavouras, por exemplo.

Farias (2015) também salienta que, ao receber oficialmente crédito do governo através do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), em meados da década de 1960, as cooperativas passaram a representar o papel de indutoras para os produtores incorporarem nos seus processos produtivos tecnologias mais avançadas. Assim, caso as cooperativas não existissem, muitos agricultores não teriam conseguido acessar financiamentos e,

posteriormente, desenvolvimento tecnológico, pela falta de condições de operacionalização das políticas de crédito agrícola por parte do Estado e dos próprios bancos.

Na região Oeste catarinense, além de outras pequenas cooperativas, a cooperativa que mais contribuiu para o desenvolvimento dos sistemas produtivos ligados à agropecuária da região foi a Cooperativa Central Aurora Alimentos. De acordo com Farias (2015), o surgimento da Cooper Central Aurora é decorrente da formação econômica e social de pequenos proprietários mercantis da região, responsáveis pela criação e desenvolvimento do cooperativismo agropecuário nesta região. Essa criação se deu sob o comando de agricultores e lideranças oriundas da classe dos comerciantes regionais, a exemplo de Auri Bodanese⁶⁵, um dos principais idealizadores da Cooperativa Aurora. Segundo Farias (2015), depois de muitas tentativas com sucessivos fracassos, no final da década de 1960 iniciou-se o processo que marcaria a história do cooperativismo regional e do Sul do Brasil, ou seja, nasce a Cooperativa Central Oeste Catarinense (Aurora Alimentos), atualmente uma das maiores empresas nacionais do setor de alimentos. Auri Bodanese, seu idealizador, dizia que a intenção era formar “uma cooperativa que teria todas as outras como filiadas. Não se trataria apenas de mais uma cooperativa e sim de uma cooperativa industrial (SILVESTREIN, 1999, p. 39).

Entretanto, para concretizar a implantação do projeto que daria origem à agroindústria Cooper Central Aurora, foi preciso atravessar um caminho difícil, sobretudo para romper as barreiras políticas e econômicas do estado de Santa Catarina para conseguir as aprovações necessárias do projeto da agroindústria. Depois de aprovado o projeto, outro caminho sinuoso foi no sentido de conseguir os recursos financeiros necessários para dar início ao processo (FARIAS, 2015). Embora o estado de Santa Catarina possuísse projetos de incentivos fiscais destinados ao desenvolvimento industrial “bem montado”, a exemplo do FUNDESC, o projeto que visava a implantação da Cooper Central Aurora esbarrava na

⁶⁵ Filho de descendentes italianos vindos da região de Vêneto, por volta de 1872, nascido em 3 de julho de 1934, Auri Bodanese trabalhou em diversos ramos do comércio em Erechim (RS), inclusive como entregador de jornal. Por volta dos 15 anos, tornou-se motorista de caminhão. Após o serviço militar, no final da década de 1950, a família Bodanese migrou para a região do Alto da Serra, no município de Chapecó (SC), onde seu pai estabeleceu um pequeno comércio de compra e venda de produtos agropecuários. Aos 31 anos de idade, portanto, em 1965, Auri Bodanese elegeu-se vereador por Chapecó. Em 1967, iniciou a sua história com o cooperativismo ao se tornar presidente da Cooperativa Triticula do Oeste, a qual, ao ser reativada, tornou-se Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó. Em 15 de abril de 1969, surgiu a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda, tendo como presidente Auri Bodanese. Assim, destacou-se como uma das principais lideranças do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil, representante político e comercial dos migrantes gaúchos que enfrentaram as adversidades naturais e socioeconômicas da ocupação do Oeste catarinense, liderou a elaboração de uma estrutura cooperativista que veio, em décadas posteriores, modificar as relações de produção colocando no cenário concorrencial um sistema de cooperativas que, posteriormente, iria tornar-se um dos grandes complexos agroindustriais (FARIAS, 2015, p. 225-226).

resistência burocrática dos departamentos do estado. Somente na década de 1970, quando Atilio Fontana, do grupo Sadia, ocupava o cargo de vice-governador de Santa Catarina, e no cargo de secretário dos negócios da região Oeste do estado estava Plínio Arlindo de Nês⁶⁶ (dono da agroindústria Saic de Chapecó), é que o projeto da Cooper Central Aurora começou a deslanchar. Além da burocracia governamental, que demorava a liberar os recursos, conforme aponta Silvestrin (1999), sabe-se que também se tratava de um jogo de interesses, pois a Aurora significaria uma concorrente à altura das agroindústrias que já atuavam em Chapecó e na região.

Essas pressões, jogos de interesses e interferências políticas acabaram sendo superadas, pela razão principal de que ocorreu, entre as cooperativas filiadas à Cooper Central Aurora, um levantamento de capital e a aquisição em definitivo do frigorífico Marafon, autorizado pelo governo do estado, que até então alegava inviabilidade econômica na compra. Neste sentido, com o esforço dos associados das oito cooperativas ligadas à Cooper Central Aurora, surgiu a marca “Aurora”, sendo “a primeira grande indústria do cooperativismo no Oeste catarinense (SILVESTRIN, 1999, p. 88). Atualmente, conforme Padilha (2019), as cooperativas que fazem parte da Aurora são: Cooperalfa – Chapecó/SC, Coopervil – Videira/SC, Caslo – São Lourenço do Oeste/SC, Cooper Itaipu – Pinhalzinho/SC, Coolacer – Lacerdópolis/SC, Cooper Auriverde – Cunha Porã/SC, Cooper A1 – Palmitos/SC, Copérdia – Concórdia/SC, Coopercampos – Campos Novos/SC, Cocari – Mandaguari/PR, Camisc – Mariópolis/PR, Cotrel – Erechim/RS, Coasgo – São Gabriel do Oeste/MS (AURORA, 2017). Assim, a criação da Cooperativa Central Aurora foi importante para o crescimento, por exemplo, da Cooperativa Agroindustrial Alfa, em função da sua forte vinculação entre produção e industrialização. Fatores como esse foram determinantes para que as empresas

⁶⁶ Nasceu em Encantado (RS), no dia 08 de março de 1921, mudando-se para Santa Catarina aos 21 anos de idade. Desenvolveu atividades ligadas ao ramo empresarial, especialmente madeireiro e frigorífico. Foi líder político e comunitário. Como empresário, foi gerente-proprietário da Rádio Garantia, em Encantado, de 1940 a 1941; chefe da empresa Migliorini e Cilier, em Faxinal dos Guedes, entre 1942 e 1944; gerente-proprietário da Madeireira Itaoste, de 1943 a 1951; fundador da S.A. Indústria e Comércio Chapecó, em 1952, e presidente até 1988; fundador e primeiro presidente da Cooperativa de Consumo Chapecó Ltda, em 1960; membro do conselho fiscal da Sadia Avícola S.A., de 1976 a 1977; presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BADESC, de 1976 a 1979; sócio-gerente da Cachoeirinha Agropecuária Ltda, de 1979 a 1990; presidente do conselho de Administração da Chapecó Alimentos, de 1988 a 1991; e presidente do Conselho de Administração da Chapecó Avícola S.A, de 1976 a 1991. Como político, foi vereador em Chapecó, entre 1946 a 1955; prefeito de Chapecó, entre 1956 a 1960; deputado estadual, de 1962 a 1966; Secretário de Estado da Secretaria de Negócios do Oeste entre 1969 a 1975; presidente da Fundação Hospitalar e Assistencial Santo Antonio, de 1960 a 1962; fundador e presidente da Sociedade Ginásio de Chapecó; coordenador da Comissão de Fundação da Fundeste – Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste, e presidente em 1970; presidente do Conselho Deliberativo da Fundeste, de 1972 a 1982; presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados de Santa Catarina (FARIAS, 2015, p. 226).

cooperativas pudessem competir no complexo mercado concorrente, que se ampliava cada vez mais nas últimas décadas do século XX.

A criação da Cooper Central Aurora, em 1969, de caráter industrial, ocorreu no bojo da necessidade regional de se ter uma empresa que atuasse com a capacidade de abrangência supramencionada. Esperava-se, com a efetivação da Cooper Central Aurora enquanto uma empresa de atuação regional, novas oportunidades de agregação de valor à produção de suínos, além de proporcionar a regulamentação do mercado regional que até então encontrava-se sob domínio de poucos frigoríficos privados. Esses frigoríficos, conforme aponta Silvestrin (1999), manipulavam os preços pagos aos agricultores. Mais tarde, em meados da década de 1990 e início dos anos 2000, a Cooper Central Aurora alcançou sua consolidação enquanto empresa do ramo agropecuário e passou a dispor de envergadura financeira suficiente para buscar valores financeiros junto às instituições públicas e privadas de financiamento da produção, tendo em vista a reestruturação das atividades produtivas em andamento e a estruturação de novas linhas de produção. Neste contexto, além de suínos, a cooperativa passou a atuar na produção e processamento dos setores de soja, milho, trigo, frangos e leite, com inúmeras variedades de produtos, distribuídos para o mercado interno e para o mercado externo.

O crescimento da Cooperativa Aurora, segundo seu relatório de atividades (AURORA, 2017), se deu também no número de funcionários. No ano 2000, a cooperativa contava com 6.100 funcionários, ao passo que, no ano de 2015, atingiu 26.485 funcionários, ou seja, um crescimento de 334% no período. Vale destacar, conforme aponta Padilha (2019), que, dentre as maiores cooperativas do Sul do Brasil, a Aurora apresentou, no ano de 2015, o maior número de funcionários. Mesmo com o uso intensivo de tecnologia nas suas plantas industriais, a Aurora aumentou significativamente o número de funcionários em função da necessidade de aumentar o processamento de produtos requisitados por novos acordos comerciais alcançados pela empresa tanto no mercado interno quanto no mercado externo. Neste sentido, Padilha (2019, p. 232) aponta que a Cooper Central Aurora “destacou-se na produção de suínos, aves e leite. Em 2015, a cooperativa abateu 4,47 milhões de suínos, 233,1 milhões de aves e recebeu 482,3 milhões de litros de leite. Entre 2005 e 2015, o recebimento de leite cresceu 406,5%, 154,4% de aves e 95% de suínos”. Em termos de faturamento bruto, a Cooper Central Aurora passou de R\$647 milhões no ano 2000 para R\$7,267 bilhões no ano de 2015. Isso representou um crescimento, no período, de 1.094% (PADILHA, 2019).

Esse crescimento é derivado do aumento do poder de financiamento pelo Estado sobre as empresas cooperativas. Conforme aponta Padilha (2019), a Cooper Central Aurora buscou recursos em diferentes bancos públicos e privados; entretanto, os principais agentes financeiros foram o BNDES e o BRDE, os quais, entre 2003 e 2016, destinaram, respectivamente, montantes de R\$446 milhões e R\$387,6 milhões somente para a Cooper Central Aurora. Esses valores foram investidos principalmente na aquisição de máquinas e estruturas frigoríficas nos segmentos de suínos e aves nas plantas industriais do Oeste catarinense (PADILHA, 2019). Portanto, a exemplo da resumida explanação sobre o papel desempenhado pela Cooper Central Aurora na região Oeste catarinense e em toda sua área de abrangência, as cooperativas desempenharam papel fundamental na reestruturação da produção que ocorreu dentro da porteira. Paralelamente, a atuação do Estado via financiamento e destinação de recursos pelas cooperativas foi marcante, uma vez que as empresas cooperativas possuem organização gerencial e garantias para conseguir financiamento que os agricultores, individualmente, não conseguiriam. Neste sentido, a reestruturação da produção dentro da porteira na região Oeste catarinense contou com suporte expressivo das cooperativas, a exemplo da Cooper Central Aurora, aqui citado, e do Estado.

Feitos esses apontamentos, de maneira geral, conforme salientam Bielschowski et al (1999), apesar da forte crise econômica pela qual o Brasil atravessou na década de 1990, causando uma readequação do setor produtivo e uma série de mudanças estruturais até agora demonstradas, na segunda metade da década de 1990 houve uma recuperação de investimentos, considerada um pequeno ciclo de modernização. Neste contexto, encontram-se as mudanças ocorridas dentro da porteira, através da atuação das cooperativas e das injeções de recursos via programas governamentais, pois trata-se de uma onda de investimentos que visou a reposição e a readequação de equipamentos (mais avançados), a diminuição do desperdício e influenciou diretamente no crescimento econômico que marcou a década de 2000.

Concomitantemente às mudanças ocorridas da porteira para dentro, em termos de modernização do processo produtivo, ocorreu um remodelamento do sistema de financiamento em geral. Esse remodelamento do sistema de financiamento acompanhou a reestruturação técnico-produtiva no interior das unidades produtivas. Neste sentido, visando maior compreensão em torno das mudanças ocorridas no sistema de financiamento das atividades produtivas, no tópico 2.3 será abordada essa temática, bem como seu impacto no processo de reestruturação da produção.

2.3 AS NOVAS FORMAS DE FINANCIAMENTO NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO

Gonçalves (2005) aponta que, desde que a agricultura começou a se destacar como um setor importante da economia brasileira, o Estado tem sido o principal financiador dos processos produtivos no setor. Dentre outros meios de intervenção, o Estado injetou grandes quantidades de capital na forma de crédito, de maneira a animar o setor mediante os objetivos econômicos e sociais do país. Tal postura do Estado foi destacada por Gonçalves (2005), quando o mesmo se apresentou como desenvolvimentista, acreditando que a agricultura pudesse ser um dos setores mais propícios para a injeção de crédito visando o desenvolvimento econômico.

A partir de 1930, quando novos padrões de financiamento foram inseridos na conjuntura econômica brasileira e o Brasil entrou numa fase de industrialização, Fürstenau (1987) indica que o fato de o Brasil ter saído de um modelo primário-exportador para entrar numa fase de ascensão da industrialização representou muito para que as formas de financiamento se alterassem. Dessa maneira, os limites impostos pelo modelo primário-exportador foram rompidos, haja vista que ocorreram mudanças conjunturais nesse período. As políticas governamentais de financiamento da produção agropecuária foram modificadas, com destaque para,

O uso pioneiro de alguns instrumentos e a criação de algumas novas entidades, que iriam assumir uma decisiva e crescente importância no desenvolvimento subsequente da agricultura e da pecuária do País. Tal foi o caso, notadamente, do crédito rural público ministrado pela CREA (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial), instituída em 1937 pelo Banco do Brasil, e, em grau menor, da CFP (Comissão de Financiamento da Produção), oficialmente estabelecida em 1943, e que mais tarde iria encarregar-se do controle e da execução da política de preços mínimos (SZMRECSÁNYI e RAMOS, 1997, p. 228).

Segundo Szmrecsányi e Ramos (1997), o fornecimento de crédito rural gerenciado por instituições como CREA e CFP foram favorecidas devido a uma estrutura institucional que se estabeleceu anos antes. Trata-se do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), que direcionava os rumos estratégicos da política comercial externa do Brasil. Com as decisões do conselho, o financiamento via crédito ganhou força e resultou na intensificação da diversificação da produção agrícola neste período. Assim, Medeiros (2006, p. 54) aponta que

No esforço de formação do mercado interno e do rebaixamento do custo de vida para as classes trabalhadoras urbanas que surgiam, ocorre um direcionamento das atenções do governo ao aumento e diversificação da produção dos gêneros agrícolas voltados ao mercado interno.

Com isso, o crédito rural fez com que os agricultores obtivessem as vantagens de disponibilidade de recursos financeiros para a produção, aliados ao estabelecimento de taxas de juros e prazos de pagamento favoráveis a eles (MUNHOZ, 1982). Concomitantemente, começou a funcionar a política de garantia de preços mínimos, instituída durante a Segunda Guerra Mundial, aliada à criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), cuja função era justamente traçar as estratégias financeiras relacionadas à produção.

A partir de 1950, a estrutura produtiva agropecuária entra numa nova fase, em virtude do reordenamento vinculado à política de substituições de importações das décadas anteriores. Portanto, as mudanças que foram ocorrendo nas formas de financiamento da agropecuária estavam atreladas à uma série de questões da conjuntura político-econômica e da própria reestruturação produtiva da agropecuária na época. Ou seja, as mudanças não ocorreram pelo acaso, mas em função das transformações que conjuntamente ocorreram, inclusive nos setores da indústria e dos serviços. No caso da indústria, cria-se nela a principal fonte de formação e consolidação do capital, pois, a partir de 1930 até 1960, o Brasil viveu um período de forte industrialização de bens de serviços duráveis.

No segundo governo de Getúlio Vargas, quando já estava avançado o processo de industrialização no Brasil, a CREA passou por uma grande reorganização, de maneira que uma das principais funções passou a ser o empréstimo subsidiado aos produtores rurais. Com essa nova estrutura institucional, o número de contratos aumentou significativamente, passando de 19 mil em 1950 para 68 mil em 1955 (SZMRECSÁNYI e RAMOS, 1997). Além disso, “a partir do início da década de 1960, as taxas de juros do crédito rural oficial tornaram-se negativas em termos reais [...]” (SZMRECSÁNYI e RAMOS, 1997, p. 237), o que indica a intenção governamental de manter a produção agropecuária sempre ativa. Assim, o objetivo principal de facilitar o financiamento agrícola pelo Estado, no período de 1946 a 1964, estava relacionado ao desejo de aumentar a lucratividade da produção agropecuária, sem provocar uma elevação dos preços pagos pelos consumidores, pois impactaria negativamente as políticas do governo.

A partir de 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o sistema de crédito rural no Brasil passou por nova reestruturação. A criação do SNCR influenciou diretamente na dinâmica da agropecuária, pois

Somente com a introdução da política de crédito rural, como carro-chefe da modernização do setor agropecuário, desloca-se o eixo da política por produtos para a política de mercadoria rural em geral. O crédito subsidiado é provido de maneira generosa e por intermédio do sistema bancário institucionalizado. A própria necessidade de financiamento se torna crescente, uma vez que tanto a elevação da capacidade produtiva quanto as necessidades de financiamento de capital e trabalho na agricultura passam a depender cada vez mais de recursos adquiridos no mercado. As fontes usuárias tradicionais, ligadas ao capital comercial, cedem lugar à rede bancária (DELGADO, 1985, p. 21).

Além do exposto, o relatório do Banco do Brasil de (2004) enfatiza ainda mais as colocações de Delgado (1985) ao afirmar que, desde a institucionalização do SNCR, em 1965, alguns objetivos fundamentais vêm sendo cumpridos no setor agropecuário, como: estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural; favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização dos produtos agropecuários; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores, sobretudo os considerados pequenos e médios; e incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando aumentar a produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo. Além disso, o relatório do Banco do Brasil (2004) aponta que os recursos disponibilizados pelo Estado em forma de crédito rural podem ser agrupados em: 1) custeio – quando atende às despesas do ciclo produtivo; 2) investimento – quando é destinado à aquisição de bens de serviços que gerem benefícios por mais de um ciclo de produção e; 3) comercialização – quando atende às despesas de produção.

A partir disso, ocorre um aprofundamento das relações do Estado com o setor agropecuário, pois o financiamento passa a ser a fonte principal de crescimento da produção agropecuária. Neste sentido, Delgado (1985) salienta que as novas políticas de financiamento da agropecuária ocorrem num contexto de expansão das atividades econômicas e da fronteira agrícola. O final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 foram períodos nos quais essas questões podem ser destacadas. Dessa maneira, o capital é a figura central dessa dinâmica, sendo o SNCR e a política de crédito rural os grandes propulsores do setor agropecuário (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Neste sentido, segundo Delgado (1985), em 1977 destaca-se a ocorrência de uma inflexão no montante de crédito rural concedido, em virtude de alguns elementos contencionistas presentes na política monetária nacional. Segundo o autor, na década de 1980 essa inflexão se aprofundou devido aos impactos negativos que ocorreram na economia em

escala nacional e internacional. Delgado (1985, p. 82) aponta que as principais causas da queda no fluxo de crédito concedido pelo Estado à agricultura estão no fato de que a

[...] Captação dos fundos para aplicação em crédito favorecido à agricultura e outros setores declinou sensivelmente. Conquanto algumas das causas desse declínio possam ser atribuídas à conjuntura, com a queda da Renda Nacional e das disponibilidades líquidas manipuladas pelo Banco Central e Banco do Brasil, há também mudanças estruturais que afetaram de maneira profunda a mobilização dos depósitos à vista.

Frente à realidade de escassez de fontes de recursos para subsidiar a produção agrícola no período mencionado, o Estado brasileiro passou a adotar diversas medidas para sanar tal problema; dentre elas estava a criação da Caderneta de Poupança Rural (CPRa), dedução de imposto de renda para depósitos relacionados a financiamentos rurais, fundos de commodities, fundos constitucionais regionais e captação de recursos externos regulados pela resolução n. 63/65 do Banco Central do Brasil (GONÇALVES, 2005). Todas essas ações adotadas visaram à captação de recursos, haja vista que a execução de programas de apoio à produção agrícola estava longe de ser o suficiente para manter o fomento à produção do referido setor. Na interpretação de Gonçalves (2005), esse cenário é o mais propício para a conjuntura do setor agropecuário entender que o velho padrão de financiamento da agropecuária já estava esgotado e que, com isso, era necessário a criação de um novo padrão visando uma reação do setor.

Daí a introdução do capital financeiro na dinâmica da produção agropecuária. A princípio, com a queda abrupta do crédito concedido pelo Estado, os agricultores se viram na situação de recorrer aos empréstimos a partir do crédito informal, que por sua vez era baseado numa taxa de juros bem mais elevada. Nesse momento, as empresas vinculadas ao setor agropecuário, sobretudo as produtoras de sementes, fertilizantes, agrotóxicos e comercialização e transporte da produção, viram no cenário de escassez dos recursos públicos uma possibilidade de se lançarem no ramo de financiamento da produção agropecuária, especialmente de grãos. Desse modo, esse processo passa a ser cada vez mais financeirizado, principalmente com a adoção dos contratos futuros, através da atuação dos grandes grupos empresariais do setor. No entanto, essas novas formas de financiamento em nenhum momento anulam a presença do Estado no financiamento do setor. É preciso tomar alguns cuidados ao abordar o tema, pois, quando se infere que outras formas de financiamento passaram a fazer parte num cenário em que o financiamento público minguou, pode parecer que o Estado se tornou ausente, mas na verdade passa longe disso.

Neste cenário, na década de 1990, o Banco Central do Brasil criou o regulamento de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC), no ano de 1995. O ACC representa “antecipações parciais ou totais de recursos resultantes de vendas a termo para o mercado internacional” (GONÇALVES, 2005, p. 69). Além dos ACCs, é de se destacar o surgimento do Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CMEG), que era um contrato emitido pelo detentor da mercadoria, podendo ser uma cooperativa, um agropecuarista, dentre outros, que servia para garantir a comercialização do produto por um preço estabelecido no contrato. Além dos ACCs e do CMEG, surgiu a Cédula de Produtor Rural (CPRb), normatizada pela Lei n. 8929 de 1994. Através da CPRb, foi possível que uma agroindústria, exportadora ou beneficiadora de produtos adiantasse recursos monetários e insumos para o produtor rural, com o recebimento futuro do valor equivalente, adicionados juros na forma de produto físico.

Havia a possibilidade de acessar a CPRb de duas formas: a física e a financeira. A CPRb física era baseada no fornecimento de insumos ou capital, para que os produtores pudessem trabalhar em suas atividades produtivas, com o comprometimento de entrega da mercadoria em data pré-estabelecida. No caso da CPRb física, cada produtor tinha a opção de emitir inúmeras CPRbs em uma mesma safra. Já na CPRb financeira, o comprador do produto agrícola tinha a obrigação de fornecer ao produtor rural dinheiro ou insumos, e este tinha o dever de pagar em dinheiro esse empréstimo. Desse modo, devido às especificidades citadas, que tornavam a CPRb dinâmica no mercado de títulos, progressivamente ela foi substituindo outros contratos, como o de Soja Verde⁶⁷.

Com isso, ocorreu a financeirização da CPRb, sendo essa uma proposta de modernização promovida pela Bolsa de Mercadorias e Futuros, que posteriormente foi regulamentada pela medida provisória n. 2017/2000, e mais tarde se transformou na Lei Federal n. 10200 de 2001. Na visão de Gonçalves (2005), essa mudança ocorrida na CPRb possibilitou avanços importantes, pois foi decorrente

[...] Da inserção da ideia de financeirização plena desse ativo, tal como propugnado pela BM&F, o que permitiu que outros agentes econômicos como investidores externos, fundos de investimentos e fundos de pensão pudessem participar do financiamento do setor rural, ampliando de forma decisiva o espectro de fontes de recursos para aplicação nos agronegócios. Isso diminuiu os custos da venda antecipada da produção, sendo que tanto o agricultor como a cooperativa poderão optar pela liquidação com entrega do produto ou liquidação financeira. Nessa

⁶⁷ O **contrato de soja verde** surgiu como um mecanismo alternativo para obtenção de financiamento em um período em que havia escassez de crédito oficial. O termo diz respeito à compra antecipada de soja, com pré-pagamento por parte das indústrias esmagadoras e/ou tradings por meio de contratos a termo (definição disponível em: www.agrosecurity.com.br. Acesso em 24 jul. 2019).

modalidade define-se por contrato um preço de referência (ou índice de preços) para determinar o valor de resgate no vencimento (GONÇALVES, 2005, p. 72).

Depois que a financeirização passou a compor o financiamento da agropecuária, os agronegócios como um todo passaram a ser um canal de investimento muito procurado no mercado financeiro, uma vez que a taxa de lucro obtida nas operações é considerada alta. No entanto, a abertura das formas de financiamento da agropecuária permite que até mesmo uma pessoa fora desse ramo possa obter ganhos reais através de uma simples compra de títulos. Assim, neste momento, o objetivo de financiar o setor econômico agropecuário tornou-se algo que vai além do ato de financiar, pois se constitui num setor estratégico de intervenção do sistema capitalista, de modo que até mesmo pessoas que atuam ou trabalham em outros ramos podem ganhar com as atividades de compra de títulos agropecuários, por exemplo.

No entanto, ao demonstrar-se a entrada e o aumento significativo das empresas no financiamento agropecuário, bem como o aprofundamento da presença do mercado financeiro no financiamento agrícola, não representam a ausência ou a diminuição do papel do Estado no financiamento do setor agropecuário. Ao contrário, grande parte dos avanços ocorridos no processo de financiamento do setor teriam tido resultados negativos sem a atuação do Estado. O próprio montante de crédito disponibilizado via Plano Safra representa o crescimento, quase que ininterrupto, da importância que o Estado tem atribuído ao setor agropecuário. Na tabela 06, é possível visualizar a evolução do crédito subsidiado disponibilizado pelo Estado ao setor agropecuário no Brasil, de 1995 até 2018.

Tabela 06 – Evolução do crédito rural concedido no Brasil (valores constantes – 1995-2018)

Ano	Valor constante (R\$)	Varição Anual
1995	38.153.719.100	-
1996	33.436.766.246	-12,4%
1997	51.516.525.963	54,1%
1998	51.871.460.828	0,7%
1999	47.822.082.505	-7,8%
2000	51.816.578.611	8,4%
2001	59.979.136.746	15,8%
2002	64.409.435.566	7,4%
2003	72.712.693.024	12,9%
2004	87.120.147.933	19,8%
2005	85.336.927.522	-2,0%
2006	88.192.073.068	3,3%
2007	97.138.806.006	10,1%
2008	109.457.203.808	12,7%
2009	121.300.590.128	10,8%
2010	126.890.179.636	4,6%
2011	133.233.796.391	5,0%
2012	153.057.558.577	14,9%
2013	176.652.341.050	15,4%
2014	198.120.632.731	12,2%
2015	172.973.358.126	-12,7%
2016	165.416.393.007	-4,4%
2017	183.800.000.000	11,1%
2018	188.400.000.000	2,5%

Fonte: Banco Central do Brasil⁶⁸, 2017

Como pode ser visto na Tabela 06, entre 1995 e 2018 o crédito rural concedido pelo Estado quase quintuplicou, saindo de mais de 38 bilhões de reais para mais de 188 bilhões de reais. Na verdade, o aumento dos investimentos no setor agropecuário foi ainda maior, pois, principalmente dos anos 2000 em diante, houve um crescimento de outras formas de financiamento da agropecuária brasileira, como veio sendo apontado.

Quando se leva em consideração o crédito concedido para a agricultura de pequena escala, isto é, a agricultura familiar, também confirma-se o crescimento dos valores repassados pelo Estado aos agricultores, neste caso, via política específica para a agricultura familiar, ou seja, o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A concessão de crédito pelo Estado via Pronaf, em bilhões de reais, registrou grande crescimento após os anos 2000, conforme apontado na tabela 07.

⁶⁸ Dados disponibilizados pelo Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural do Banco Central do Brasil e pelos anuários do Plano Safra divulgados anualmente pelo MAPA.

Tabela 07 – Evolução do crédito concedido via Pronaf no Brasil (valores constantes –1996 a 2018)

Ano	Valores em reais (R\$)	Variação anual (%)
1996	1.472.043.474,22	--
1997	3.449.958.908,94	134,37
1998	3.408.773.101,51	1,19
1999	4.153.971.331,93	21,86
2000	4.141.295.575,63	-0,31
2001	4.485.860.212,26	8,32
2002	4.270.572.086,26	-4,80
2003	5.060.216.910,08	18,49
2004	6.625.347.891,47	30,93
2005	8.314.327.478,73	25,49
2006	10.143.079.743,47	22,00
2007	9.468.529.582,41	-6,65
2008	10.817.081.072,20	14,24
2009	13.452.744.084,40	24,37
2010	13.503.489.601,45	0,38
2011	14.128.257.531,33	4,63
2012	16.358.978.153,12	15,31
2013	19.947.912.118,38	18
2014	24.684.232.557,59	19,4
2015	21.747.157.289,94	-13,8
2016	22.218.625.593,25	2,2
2017	21.489.707.889,29	-3,1
2018	21.127.768.212,34	-1,7

Fonte: Banco Central do Brasil, 2017

É importante apontar que a região Sul do Brasil foi a mais beneficiada pelos recursos do Pronaf, em razão de concentrar grande número de agricultores familiares, ou seja, agricultores que têm posse de terra de até 4 módulos fiscais⁶⁹ – no caso do Oeste catarinense⁷⁰, isso representa até, no máximo, 60 hectares de área – caracterizando-se como pequena propriedade. No entanto, deve-se considerar outros fatores, como a presença de

⁶⁹ Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado para cada município, levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em: Pequena Propriedade: o imóvel de área compreendida até 4 módulos fiscais; Média Propriedade: o imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais; Grande Propriedade: o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

⁷⁰ No Oeste catarinense, pode-se generalizar que todos os municípios pertencem à classe que define um módulo fiscal contendo entre 5 e 20 hectares de área (INCRA). Como uma pequena propriedade pode ter até 4 módulos fiscais, significa que, para o Oeste catarinense, toda propriedade rural que tenha entre 5 e 60 hectares de área é considerada pequena propriedade e, portanto, pode ser contemplada com os recursos do Pronaf.

cooperativas credenciadas para a distribuição do crédito, os agricultores possuem grau maior de capitalização nas propriedades (o que facilita na hora de obter os recursos, pois os bancos exigem garantias e contrapartidas para concessão de crédito, de modo que acabam privilegiando aqueles agricultores que já fazem parte de suas carteiras de negócios) e grau maior de instrução (o que torna a relação crédito-propriedade rural quase que direta em regiões como o Oeste catarinense) (MATTEI, 2014; MATTEI e FOSSÁ, 2017). Neste sentido, cabe salientar que outras regiões do Brasil, como a Nordeste, também possuem grande número de pequenas propriedades rurais, mas esta é uma região que carece de maior motivação econômica para captar maior quantidade de recursos. O próprio caráter cooperativista e associativista, que são marcas do contexto das pequenas propriedades rurais do Sul do Brasil, não acontece na região Nordeste da mesma forma. Castro, Resende e Pires (2014, p. 16-17) apontam cinco razões principais pelas quais o crédito do Pronaf se concentra na região Sul do Brasil:

- A maior integração dos agricultores familiares da região Sul aos mercados e a maior dependência da aquisição de insumos agrícolas para garantir a produção;
- a melhor estrutura de divulgação e operacionalização montada pela assistência técnica oficial nos estados da região Sul comparativamente às demais regiões;
- a pressão do movimento sindical junto ao governo e aos bancos; a existência de uma rede bancária mais bem distribuída pelos municípios em relação às demais regiões;
- a presença da assistência técnica pública na maioria dos municípios – EMATERs e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); e
- o surgimento do cooperativismo de crédito.

Nos trabalhos de campo realizados no Oeste catarinense, agricultores relataram que o Pronaf é importante no plantio qualificado das lavouras, compra de máquinas agrícolas novas, compra de material necessário para cultivo das lavouras (defensivos e fertilizantes agrícolas). Além disso, linhas específicas de crédito do Pronaf⁷¹ deram aos agricultores a possibilidade

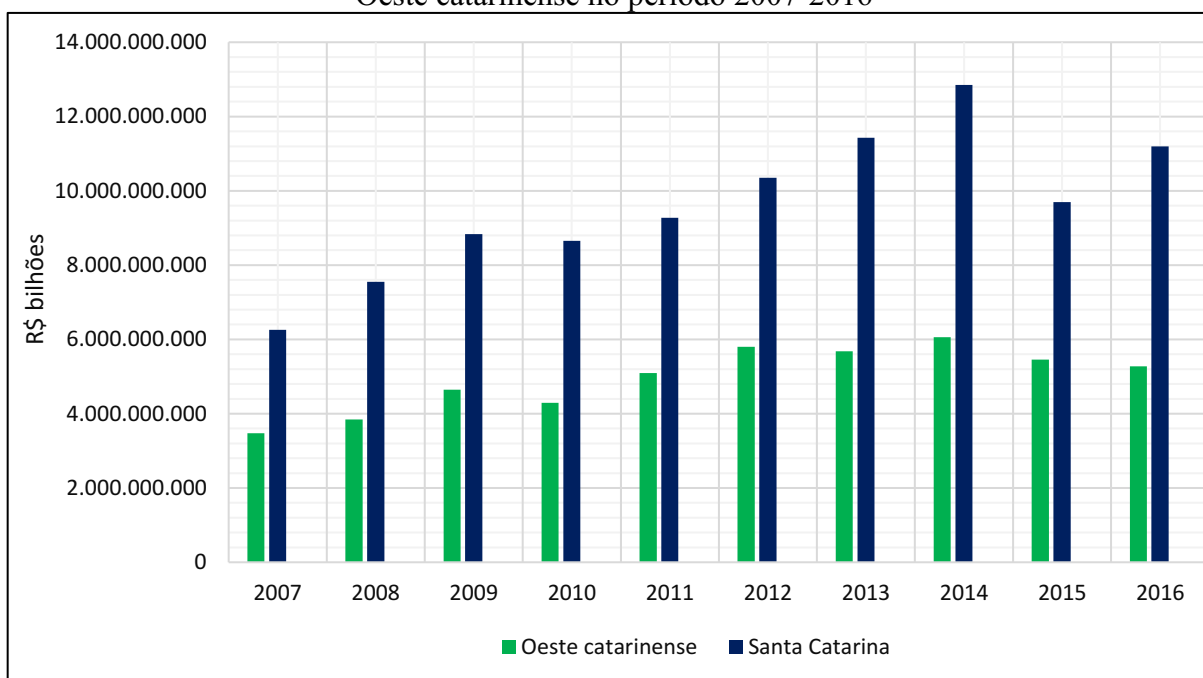
⁷¹ Há pelo menos 8 linhas de crédito específicas do Pronaf que podem ser citadas: 1) Pronaf Agroindústria (financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural); 2) Pronaf Mulher (financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil); 3) Pronaf Agroecologia (financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento); 4) Pronaf ECO (financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva); 5) Pronaf Mais Alimentos (financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família); 6) Pronaf Jovem (financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam

de reformar casas, construir unidades de armazenamento e processamento da produção, dentre outras questões. Neste sentido, os dados apontados na tabela 07 demonstram que o crédito do Pronaf alcançou maior relevo em 2014, com 24 bilhões de reais concedidos. Considerando o período 1996-2018, o valor concedido aumentou 12 vezes, passando de 1,5 bilhão de reais para mais de 21,1 bilhões de reais (Tabela 07). Consequente, é notável que em 2017 e 2018 ocorreu diminuição do valor do Pronaf em relação aos anos anteriores, decorrentes da crise econômica pela qual o Brasil atravessa desde 2016.

Nota-se, a partir dos dados das tabelas 06 e 07, a importância do Estado no financiamento do setor agropecuário, pois sem esse crédito muitas das atividades nas propriedades rurais se tornariam completamente inviáveis. Mattei (2014) enfatiza que, no caso da agricultura familiar, a evolução nos recursos disponibilizados pelo Pronaf é visível, de maneira que o número de contratos do Pronaf na safra 2000/2001 no Brasil foi de pouco mais de 893 mil, sendo que na safra 2009/2010 chegou a 1,36 milhão de contratos assinados. No caso específico do crédito disponibilizado para a região Oeste catarinense, o gráfico 11 aponta para a evolução em comparação com o total disponibilizado para o estado de Santa Catarina.

maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos; 7) Pronaf Microcrédito - Grupo "B" - financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 20 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF -DAP); 8) Pronaf Cotas-Partes (financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro).

Gráfico 11 – Evolução do total de crédito rural concedido para o estado de Santa Catarina e Oeste catarinense no período 2007-2016



Fonte: Adaptado de Banco central do Brasil (2017)

Com o gráfico 11, é possível perceber a evolução do crédito e confirmar a participação elevada do Oeste catarinense no crédito rural contratado pelo estado de SC. De maneira geral, o Oeste catarinense representa em torno de 55% do total estadual de crédito rural contratado. Contudo, os dados apresentados no gráfico 11 não se referem exclusivamente ao crédito contratado via Pronaf. A participação do Pronaf no total de crédito rural contratado em SC, no entanto, mantém um índice alto de representação. De maneira geral, entre 2007 e 2016, o Pronaf representou 61% de todo o crédito rural contratado em SC, sendo que essa representação foi crescendo ao longo dos anos. Em 2007, o Pronaf representava 56% do total de crédito rural estadual, e em 2016 alcançou 68,7% do total (MATTEI e FOSSÁ, 2017).

Dessa maneira, no ano de 2016, por exemplo, embora o Pronaf tenha representado quase 69% dos contratos celebrados no estado, sua participação no total de recursos disponibilizados pelo sistema de crédito ficou em 24%. Esse dado permite afirmar que persiste a grande concentração de recursos na agricultura de grande escala, isto é, na chamada agricultura patronal, mesmo que os agricultores familiares sejam a ampla maioria do total de agricultores do estado de SC, sobretudo da região Oeste (MATTEI e FOSSÁ, 2017). Por outro lado, mesmo que isso caracterize a distribuição desigual do crédito rural entre pequenos e grandes produtores rurais, em nada diminui-se a relevância do Pronaf para a agricultura de

pequena escala do Oeste catarinense, pois sem esse programa a agricultura denominada familiar na região estaria distante de uma fonte acessível de financiamento das atividades que ocorrem no interior das propriedades rurais e, conseqüentemente, ter-se-ia uma região com o predomínio da pobreza rural.

Dada a relevância sobre o Pronaf e considerando o contexto nacional de financiamento dos agronegócios, chama-se atenção para as políticas que mais recentemente o Estado tem adotado no Brasil, dando espaço para outras formas de financiamento da agricultura, como a de pequena escala. Como salienta Castro (2017), não é que o Estado tenha diminuído sua importância no financiamento da agricultura brasileira, mas ocorreu uma reestruturação no modelo de financiamento que era realizado quase que exclusivamente pelo Estado. Atualmente, pode-se dizer que se vive num modelo de financiamento mais complexo e com participação compartilhada entre financiamento estatal e crédito via operações de mercado. Dessa maneira, o Estado continuou atuando diretamente no financiamento agropecuário, mas passou a funcionar, além de um fornecedor de crédito, como “um direcionador da produção, deixando à iniciativa privada a tarefa de suprir grande parte da demanda por recursos financeiros” (CASTRO, 2017, p. 40).

Com a adoção de novos pacotes tecnológicos, incluindo técnicas novas de manejo, novas máquinas agrícolas, sementes geneticamente melhoradas e utilização de agrotóxicos culminaram num avanço significativo da estrutura produtiva agropecuária brasileira, mas também na exigência de um novo padrão de financiamento dessas atividades, que, pela primeira vez, esteve mais voltado ao desempenho da iniciativa privada (CASTRO, 2017). Os principais resultados das transformações ocorridas, tanto na estrutura produtiva quanto nas formas de financiamento do setor, como já são sabidos, foram um aumento significativo na produtividade das lavouras, o melhoramento genético e qualidade nas cadeias de origem animal, e uma franca expansão das fronteiras agrícolas em todo o Brasil.

Portanto, numa sintetização em forma de linha do tempo, pode-se dizer, baseando-se em Castro (2017), que na década de 1970 os recursos do Estado destinados aos agronegócios quase quadruplicaram, com um aumento considerável da produção agrícola. Assim, até o final da década de 1970, o SNCR garantiu recursos abundantes e subsidiados para o setor, oriundos do Estado. A partir de 1980, houve uma forte modificação na estrutura de financiamento do crédito rural no Brasil, pois o país encontrava-se afetado pela crise fiscal, pela recessão dos EUA, pela elevação dos juros internacionais e pelo esgotamento das fontes externas de

financiamento. Essa mudança no modelo de financiamento, na verdade, ficaria mais clara com as políticas adotadas a partir da segunda metade da década de 1990.

Em 1990, o governo federal promoveu a redução das aquisições diretas e empréstimos, deixando a cargo da iniciativa privada o custeio e a comercialização da produção agrícola. O relatório do Banco do Brasil (2004) aponta que até 1994 o financiamento da agropecuária brasileira esteve fortemente atrelado aos recursos oficiais do Estado, sendo que a participação do governo foi fundamental, dentre outros motivos, através da instauração da Política de Preços Mínimos (PPMb). No entanto, a década de 1990 como um todo, do ponto de vista das possibilidades de financiamento da produção, foi terrível, pois criou um descompasso entre o custo do financiamento e o preço recebido pelos produtos agropecuários. Castro (2017) aponta que foram criadas algumas medidas para reversão desse quadro, destacando-se: a estabilização da economia (Plano Real), a definição de taxas pré-estabelecidas para o crédito rural, a criação de programas para adiamento das dívidas rurais (securitização rural – 1996, Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA – 1998, Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias – RECOOP – 1998 e Programa de Fortalecimento da Instituições Financeiras Oficiais – 2001), e a criação de novas linhas de crédito.

A partir dos anos 2000, a crescente incrementação da financeirização⁷² na agropecuária refletiu no aumento de investidores e especuladores financeiros. Conforme Medeiros (2017), o final do século XX e início do século XXI marcaram o aprofundamento do processo de financeirização, bem como a expansão internacional dos grandes grupos monopolistas. Daí o fato de ter entrado na moda o termo globalização. Esse processo representou, na verdade, o amadurecimento do capitalismo monopolista, tal como Lênin havia demonstrado. Neste sentido, Padilha (2019) ressalta que na agricultura o processo de financeirização foi evidenciado pelo aumento do número de empresas agrícolas e agroindustriais no mercado de ações, surgimento dos títulos financeiros do agronegócio, monopolização do comércio de insumos, tecnologias e alimentos, processos de fusões e aquisições entre o setor, negociação de produtos agropecuários no mercado futuro, ampliação

⁷² Entende-se a financeirização como processo de domínio da economia geral pela dinâmica do capitalismo financeiro, cuja expansão realiza-se de diferentes formas. A financeirização da economia, no sentido de especulação, é um mecanismo do capital financeiro, e não sua essência. Assim, enquanto o capitalismo financeiro trata-se de uma fase do próprio modo de produção capitalista, a “financeirização” pode ser compreendida como uma das formas de ação do capital financeiro. Como afirmou Wood (2014), o capital financeiro fará o seu melhor para ganhar dinheiro em booms produtivos onde quer que esteja ou possa fazer isso, e agravará crises ou até mesmo as gerará, por lucrar com a especulação ou retirar-se no momento em que a produção rentável declinar (PADILHA, 2019, p. 43).

da compra e venda de commodities em bolsas de mercadorias, variação de preços e produção, dependendo do comportamento de ações e do mercado futuro em bolsas, crescente utilização de instrumentos financeiros para segurança ou especulação, e papel cada vez mais importante dos bancos e sistema financeiro no processo de capitalização do setor.

Ademais, Padilha (2019) aponta que, desde o início dos anos 2000, mas principalmente após a crise financeira de 2008, o mercado de commodities agrícolas passou por forte expansão e, em função disso, um dos fatores apontados é a crescente migração de capitais especulativos para as bolsas de mercadorias. “A elevação no número das operações de compra e venda de derivativos e títulos financeiros ligados ao agronegócio e a especulação em torno dos produtos agrícolas impactou diretamente sobre o preço dos produtos”. Para além disso, o impacto também se deu na “expectativa sobre a valorização ou desvalorização do produto no mercado futuro”, o que acabou interferindo diretamente na produção real, no presente (PADILHA, 2019, p. 374). Neste sentido, corrobora-se com Medeiros (2017), quando infere que o avanço do mercado de títulos de commodities agrícolas, sobretudo no mercado de futuros, trouxe à tona uma das principais características do capital financeiro para a agricultura: a antecipação dos investimentos em relação à ocorrência da produção real. Portanto, os investimentos em títulos ocorrem antes das safras, fazendo com que os preços futuros apresentem variações não mais em função das expectativas das safras, mas em função das expectativas dos investidores sobre as safras. Ressalta-se que “a possibilidade de investidores de fora do setor agropecuário atuarem nas commodities aprofundou esta dinâmica, pois permitiu a participação de agentes interessados unicamente no ganho com a variação dos valores dos títulos” (PADILHA, 2019, p. 374). Tal processo, como foi ressaltado, aprofundou-se no final do século XX e nas primeiras décadas do presente século.

O crescimento da financeirização fez com que, de certa forma, ocorresse uma dependência dos produtores rurais, sobretudo os que produzem volumes maiores de grãos, com relação às tradings. Um exemplo é o fato de que a grande maioria dos grandes produtores de grãos tiveram o financiamento de suas atividades realizados majoritariamente por apenas cinco empresas: ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus e Amaggi. Para que se tenha uma ideia da diferença de valor despendido ao financiamento das atividades agropecuárias, Castro (2017) aponta que, no ano de 2004, o Banco do Brasil destinou R\$4,4 bilhões para o financiamento agrícola via CPRb, ao passo que as tradings, grandes agroindústrias e fornecedores de insumos agrícolas destinaram mais de R\$15 bilhões.

A fase de maior participação da iniciativa privada no financiamento do setor agropecuário teve seu auge na década de 2000. Entretanto, o Estado se consagrou como sendo historicamente o maior financiador do setor agropecuário brasileiro, mesmo que se tenha atravessado período com montantes de crédito despendidos abaixo do necessário para o setor. Ademais, o Estado atua neste setor para além do dispêndio de crédito, mas também com pesquisa de ponta, melhorando a genética dos segmentos produtivos e propondo inovações tecnológicas ao longo do tempo. Neste sentido, os dados da tabela 06 mostram que, embora tenham ocorrido oscilações nos recursos disponibilizados pelo Estado, sua importância nunca deixou de existir. Dessa maneira, a partir de 2004, pode-se dizer que houve uma espécie de retomada dos bancos públicos como maiores fornecedores de crédito rural no Brasil, atendendo a cerca de 50% da oferta e chegando a 60% em alguns anos (BELIK, 2015).

Além disso, ao passo que os bancos privados ofereceram recursos em valores menores e em poucas linhas de crédito, os bancos públicos ofereceram recursos em valores maiores, mas em uma grande diversidade de linhas de crédito. Isso demonstra que os bancos públicos, além de fornecerem volume total maior de recursos, também beneficiaram maior número de agricultores com suas linhas de crédito, se comparado aos bancos privados. Contudo, tanto com o financiamento público quanto com o privado, viu-se aumentar a diversificação das formas de financiamento da agropecuária brasileira. A ocupação de mão de obra cada vez mais qualificada no campo ajudou na adoção, por parte dos produtores rurais, de novos mecanismos de financiamento, dentre os quais destacam-se: empréstimos diretos realizados entre produtores e compradores, troca direta de insumo por produto, venda antecipada, certificado de mercadoria com emissão garantida, cédula do produtor rural e operação de venda e prêmio para o escoamento do produto (CASTRO, 2017).

Portanto, a descrição apresentada sobre as mudanças ocorridas nas formas de financiamento da agropecuária brasileira permite afirmar que o Estado é a principal fonte de financiamento deste setor no Brasil. A diversificação nas formas de financiamento ocorridas, sobretudo nos anos 2000, abriu a possibilidade de novos financiadores e continuou contando com o importante papel do Estado. Neste contexto, as estruturas produtivas do campo estreitaram suas relações com as estruturas financeiras sediadas nas cidades. Na medida em que a produção agropecuária foi adentrando numa necessidade crescente de capital para produzir, a relação do campo com as cidades foi aperfeiçoada, pois é nas instituições sediadas nas cidades que o campo busca o financiamento para suas atividades. No entanto, o estreitamento da relação campo-cidade também se deu em função do avanço da

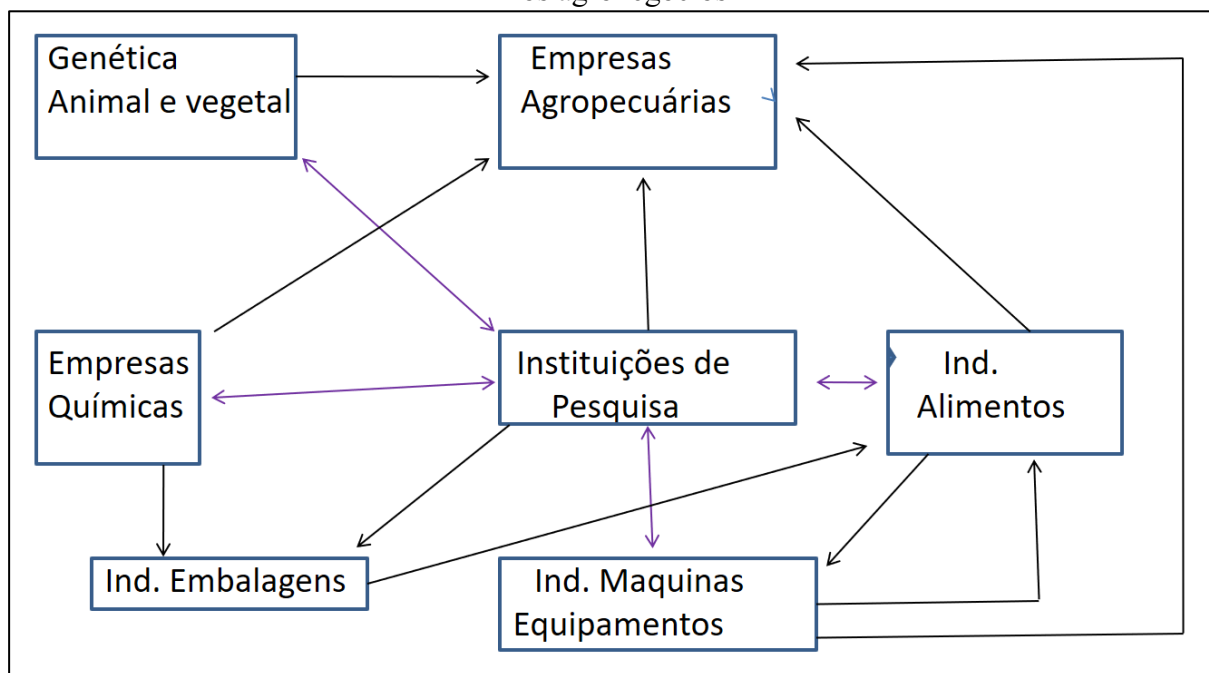
industrialização da produção agropecuária. Neste sentido, o item 2.4, tendo em conta os agentes produtores do espaço, tanto urbano quanto rural, aborda sobre o aperfeiçoamento das relações campo-cidade.

2.4 O PROGRESSO TÉCNICO E O APERFEIÇOAMENTO DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE

A década de 1990, em todo o Brasil, esteve longe de ser uma das melhores do ponto de vista do progresso social e econômico. No entanto, o período de crise presente em quase toda a década foi marcado por algumas reestruturações importantes nos setores produtivos. O progresso técnico certamente foi um dos aspectos que mais marcou a década, de modo que a crise econômica forjou a reestruturação produtiva que, em grande medida, é representada pela evolução das estruturas técnicas presentes nas indústrias. Essas mudanças técnicas que visaram diminuir os custos e aumentar a produção ocorreu em diferentes medidas em todos os setores produtivos. No Oeste catarinense, seguiu-se a mesma perspectiva, haja vista que as empresas que vinham se fortalecendo nos anos 1970 e 1980 tiveram que colocar o pé no freio nos anos 1990 e pender para o lado da reestruturação produtiva.

Pode-se dizer que a “década perdida” de 1990 ajudou a forjar um cenário em que a tomada de decisões sobre as atividades econômico-produtivas dos complexos dos agronegócios do Oeste catarinense passasse a ocorrer estrategicamente dentro dos escritórios das empresas. O sistema de integração da produção de suínos e aves, por exemplo, passaram por um aperfeiçoamento técnico intensivo, integrando setores da economia e formando elos entre eles, a exemplo do que é demonstrado no organograma 01.

Organograma 01 – Sistema de integração dos setores econômicos a partir da complexidade nos agronegócios



Fonte: elaboração própria

Conforme o organograma 01, há uma confluência de setores que operam integradamente na execução dos processos que envolvem as cadeias produtivas dos agronegócios. As empresas agropecuárias, por exemplo (Organograma 01), estão diretamente ligadas às empresas de genética animal e vegetal, à indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, às empresas químicas (que estão ligadas ao setor de embalagens), às instituições de pesquisa (que estão ligadas à indústria de alimentos, de máquinas e equipamentos e de genética). Ou seja, é um conjunto pujante e complexo que faz o motor econômico estar em funcionamento.

No decorrer da instalação desse novo padrão tecnológico de produção, criou-se uma nova quantidade de detalhes técnicos que passaram a fazer parte dos processos produtivos. Assim, ao mesmo tempo em que a mão de obra exigida pelo avanço das técnicas passou a ser de maior qualidade, criou-se um modelo de gestão dos processos produtivos, aqui entendidos como negócios, que permitiu tomadas de decisões remotas, mas totalmente capazes de provocar mudanças de ordem organizacional no seio dos processos de produção. A própria possibilidade de tomar decisões remotamente se traduz na constatação de que o progresso técnico foi e continua sendo fator determinante na vida das empresas. Junto disso, o papel da cooperação social dentro das fábricas é fundamental. Da maneira como afirmou Smith (1988, p. 177), “o capital se beneficia com as forças sociais de cooperação inerentes ao trabalhador e

as usa não somente para executar uma recombinação técnica do trabalho na fábrica, mas simultaneamente para reduzir os custos da produção e tornar possível uma variedade de processos de produção que, sem a cooperação, seria impossível”.

No entanto, a essencialidade da cooperação social no interior das fábricas, embora esteja no progresso técnico dos processos produtivos, passou a ser substituída pela cooperação técnica, sendo que máquinas passaram a produzir máquinas, ou seja, passaram a fazer o que a cooperação social fazia, em grande quantidade, no interior das fábricas. Assim,

Quanto maior a concentração de capital e com ela o desenvolvimento das forças produtivas, mais sua aparência parece real. Cada vez menos a divisão específica do trabalho determina a forma dos instrumentos de produção, como ocorreu até o período manufatureiro. Ao contrário, é o plano técnico do sistema produtivo que determina a divisão específica do trabalho na fábrica. Isto leva a uma mudança na maneira pela qual se dá a combinação do trabalho. Com a produção de máquinas por máquinas e com a completa transformação do trabalhador num mero apêndice das forças produtivas, a cooperação simples é superada por uma forma mais desenvolvida de cooperação (SMITH, 1988, p. 177-178).

Decorrente disso, empresas como BRF foods, JBS, Aurora, Cooper Alfa, Tirol, dentre outras, aumentaram suas produções significativamente após o período de reestruturação ocorrido nos anos 1990. Esse aumento ocorreu, dentre outros motivos, em função do processo de transformação da matéria-prima (suínos, frangos, leite, etc), pois o centro da atenção dos grupos que atuam no setor agroindustrial passou a estar diretamente ligado à gestão da produção, envolvendo a parte financeira e de domínio tecnológico (SPOSITO, 1998). “A centralidade territorial do poder industrial aproxima-se mais e mais da centralidade que se produz pelo e para o setor comercial e de serviços” (SPOSITO, 1998, p. 32). Dessa maneira, o crescimento produtivo, vinculado ao crescimento populacional, de renda, de poder de consumo e de comercialização do potencial produtivo, permitiu que ocorresse a instalação de novos equipamentos urbanos altamente atrativos em escala local-regional. É o caso dos shoppings centers e dos hipermercados, por exemplo. Esses novos equipamentos, ao mesmo tempo em que são resultado do progresso técnico e do crescimento econômico, serviram de suporte atrativo para as empresas que, ao decidirem expandir seus negócios, têm nos equipamentos urbanos a possibilidade de aumentar o consumo produtivo e de agradar a nova mão de obra qualificada, e melhor remunerada, que passou a atuar nas empresas.

Nesse contexto, no Oeste Catarinense, cidades como Concórdia, Xanxerê, Joaçaba, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Caçador e Chapecó são cidades que se

destacaram na captação do capital local-regional para construir uma gama de infraestruturas e de estabelecimentos diferenciados, que serviram de elementos atrativos para a instalação e ampliação de empresas, isto é, dos setores produtivos. Conseqüente, desde o processo de ocupação, a fonte principal de geração de riqueza da região Oeste catarinense é derivada das cadeias produtivas dos agronegócios. Portanto, empresas ligadas às cadeias produtivas dos agronegócios no Oeste catarinense, como BRF Brasil Foods, Aurora, Tirol, dentre outras, são os agentes que atuam na organização do espaço regional, os quais são responsáveis pela implementação do progresso técnico em seus processos produtivos e também pelo estreitamento das relações entre o campo e a cidade.

A ocorrência disseminada de novos serviços urbanos demandou novos contingentes de mão de obra, o que é uma prova de que as possibilidades de emprego na região foram diversificadas, sobretudo com maior parcela de atuação nos setores do comércio e serviços. No entanto, a base produtiva ligada aos agronegócios também ampliou seu espectro de linhas, onde foi possível empregar maior contingente de mão de obra. Assim, ao mesmo tempo em que o progresso da técnica substituiu uma parcela da mão de obra pelas máquinas, é verificado que se criaram inúmeros novos setores – dentro das cadeias produtivas – capazes de captar parte da mão de obra despendida pelas máquinas (quadro 03). Isso demonstra, por exemplo, o impacto da modernização dentro, mas também fora da porteira.

Neste sentido, as cadeias produtivas ligadas aos agronegócios do Oeste catarinense são um exemplo de como a crise de 1990 forjou um novo cenário em que o progresso técnico expurgou mão de obra, mas abriu possibilidade para anexar mais mão de obra nas cadeias produtivas. Com isso, mesmo que setores da economia, como comércio e serviços, tenham absorvido maior parte da mão de obra nos últimos tempos, as cadeias produtivas dos agronegócios continuam a exercer papel preponderante na absorção de mão de obra e na sua qualificação. No quadro 03, demonstra-se o número de empresas envolvidas e o estoque de empregos gerados no detalhamento das atividades econômicas das cadeias produtivas de suínos e aves do município de Chapecó no ano de 2016. Os dados contidos no quadro 03 são de um levantamento feito pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC (2018), com objetivo de apontar possibilidades de investimentos em pontos estratégicos para o desenvolvimento do estado de SC. Desse modo, apresenta-se o quadro 03.

Quadro 03 – Detalhamento das atividades econômicas ligadas às cadeias produtivas de suínos e aves em Chapecó – SC

Segmento de atividade econômica	Número empresas	Estoque de empregos
Atividades principais		
Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	12	35
Fabricação de produtos de carne	6	25
Fabricação de alimentos e pratos prontos	4	7
Total	22	67
Atividades fornecedoras		
Criação de suínos	12	148
Serviço de inseminação artificial em animais	1	2
Serviço de manejo de animais	2	5
Fabricação de alimentos para animais	10	26
Fabricação de medicamentos para uso veterinário	1	3
Fabricação de embalagens plásticas	9	12
Fabricação de materiais plásticos para uso industrial	9	10
Distribuição de energia elétrica	1	2
Captação, tratamento e distribuição de água	1	13
Comércio atacadista de animais vivos	1	8
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com fracionamento e acondicionamento associados	4	13
Comércio atacadista de alimentos para animais	16	37
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário (partes e peças)	17	30
Comércio atacadista de máquinas e equipamentos de uso industrial (partes e peças)	42	44
Comércio atacadista de mercadorias em geral (com predominância de insumos agropecuários)	7	19
Comércio varejista de combustível para veículos automotores	56	134
Comércio varejista de lubrificantes	3	5
Comércio varejista de material elétrico	41	73
Comércio varejista de medicamentos veterinários	13	42
Transporte rodoviário de carga (exceto produtos perigosos e mudanças – municipal)	82	145
Transporte rodoviário de carga (exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional)	647	1.671
Total	975	2.442
Atividades de máquinas e equipamentos		
Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão	6	8
Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos (exceto válvulas)	3	3
Fabricação de aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	2	2
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas	1	3
Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	19	22
Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e	3	4

ambiental		
Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária (exceto para irrigação)	3	43
Fabricação de máquinas-ferramenta	7	9
Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	50	62
Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específicos (sem especificação anterior)	19	36
Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras (exceto para veículos)	2	2
Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	16	19
Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	7	7
Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	6	20
Instalação de máquinas e equipamentos	82	108
Total	226	348
Atividades comerciais e serviços de apoio		
Impressão de material para uso publicitário	20	27
Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos	9	13
Serviços de acabamentos gráficos	2	3
Esgoto e atividades relacionadas	3	5
Coleta de resíduos	9	19
Coleta de resíduos não-perigosos	8	18
Coleta de resíduos perigosos	1	1
Tratamento e disposição de resíduos	3	3
Total	55	89
Atividades ligadas aos clientes finais		
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – hipermercados e supermercados	110	200
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns	204	405
Comércio varejista de laticínios e frios	6	10
Comércio varejista de carnes – açougues	14	34
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializados em produtos alimentícios (sem especificação anterior)	70	125
Total	404	774
Total Geral	1.682	3.720

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2016

Levando em consideração o espectro geral de atividades apresentadas no quadro 03, é possível perceber e afirmar sobre a grande diversificação de atividades (empresas e empregos) que fazem parte de cadeias produtivas dos agronegócios; neste caso, tendo em vista a disponibilidade de dados, levou-se em consideração as cadeias de suínos e aves. Assim, pode-se dizer que há, no cenário de atividades econômicas ligadas às cadeias produtivas dos agronegócios, uma relação estreita e cada vez mais aprofundada sobre o

progresso técnico e a diversificação dos setores de empregos e empresas. Concomitantemente, verifica-se um estreitamento das relações campo-cidade, uma vez que as cadeias produtivas interligaram o fornecimento e a demanda de matéria-prima com setores localizados no campo, mas também nas cidades. Conforme apontou Smith (1988), a relação campo-cidade precisa ser tratada com cautela, pois

A separação da cidade e do campo não se origina com o capitalismo, mas é, ao contrário, herdada pelo capitalismo em sua origem. Somente com a libertação dos camponeses da terra e com sua migração para a cidade é que se consuma a separação final entre a cidade e o campo. A separação da cidade e do campo é, por si mesma, um produto da divisão social do trabalho, mas vem a se tornar o fundamento, como dizia Marx, para a divisão do trabalho (SMITH, 1988, p.164 e 165).

Neste sentido, a forma como muitas vezes se concebe a relação campo-cidade ignora o fato de que se trata de uma relação que é produto da divisão social do trabalho, sendo que essa divisão é herdada pelo capitalismo, e aprofundada por ele. Por isso, para além de se tratar de uma relação de interdependência, dado seu progresso no uso da técnica, é também uma relação hierárquica, uma vez que, na produção de suínos e aves, por exemplo, embora ela ocorra em áreas rurais, quem dita as regras, isto é, toma as decisões sobre gestão e procedimentos técnicos que ocorrem no seio da produção são as empresas, que comandam os processos dos seus escritórios equipados com sofisticados recursos tecnológicos, e que estão nas cidades.

Essas empresas contam com sistemas totalmente informatizados, capazes de transmitir informações em tempo real. Isto é resultado da informatização, que passou a equipar os aviários e chiqueirões – para continuar com o exemplo das cadeias produtivas dos suínos e aves – e também do fato de que o nível de conhecimento técnico necessário aos produtores rurais foi elevado, visando o mantimento dos sistemas de informações alimentados com os dados necessários inerentes aos processos produtivos. Assim, conforme os dados apresentados, pode-se inferir que a cidade passou a ter forte poder sobre o campo, pois é na cidade que estão a produção dos equipamentos, o processamento do material genético, dos produtos veterinários, etc. Prova disso é que em torno de 90% das 1.682 empresas contabilizadas no quadro 03 estão inseridas e dependem da dinâmica urbana, sobretudo aquelas ligadas ao comércio, à indústria e aos serviços.

Ademais, o papel do progresso técnico, como vem sendo demonstrado, apresenta-se cada vez mais fundamental, na medida em que (quadro 03) verifica-se um número expressivo de empregos, 3.720 no total, mas também um número expressivo de empresas, 1.682 no total.

Esses números permitem dizer que há grande quantidade de empresas com poucos funcionários, pois a inserção das tecnologias tornou a mão de obra humana dispensável em muitos setores. Por outro lado, criou grande quantidade de serviços especializados, o que é refletido no grande número de empresas. Assim, por mais que nas cadeias produtivas de frangos e suínos (Quadro 03) é notado poucos empregados por empresas, em média 2,8 empregados cada empresa, a diversificação de setores e serviços causada pelo progresso técnico fez com que surgisse uma diversidade de setores a serem atendidos pela mão de obra humana, ainda em que pequena quantidade.

Outrossim, nota-se, ainda, como aponta o quadro 03, que as atividades fornecedoras são as que conseguem manter maior número de empregos. Isso ocorre porque as atividades fornecedoras contemplam os setores de fabricação, transporte e comércio da produção, sendo atividades que demandam maior quantidade de empregados. No setor das atividades fornecedoras, o total de empregos foi de 2.442, nas atividades ligadas aos clientes finais foi de 774, nas atividades comerciais e serviços de apoio foi de 89, nas atividades de máquinas e equipamentos foi de 348 e nas atividades principais foi de 67. Dessa forma, a grande quantidade de empresas, e principalmente de empregos envolvidos com as cadeias produtivas dos agronegócios, permite dizer que a aglomeração de atividades ligadas direta ou indiretamente às cadeias produtivas pulveriza nas cidades um conjunto interdependente de pequenas empresas especializadas em alguma das atividades citadas.

Com isso, no entanto, nota-se que há setores que ainda podem ser explorados, como é o caso do setor de desenvolvimento e fornecimento de tecnologias para toda a cadeia de processamento de carnes. Ademais, sabe-se que outras cadeias produtivas da região Oeste catarinense (como as cadeias de ovinos, hortifrutigranjeiros, cevada, trigo, peixes, milho, dentre outras) ainda estão longe de abrigarem toda a complexidade diversificada e especializada de empresas e empregos demonstradas no quadro 03. Ao mesmo tempo em que se notou o papel fundamental do progresso técnico nas cadeias produtivas de suínos e frangos, um dos desafios da região pode ser a expansão do progresso técnico para outros agronegócios, ou seja, para outras cadeias produtivas nas quais a região poderia aprofundar sua especialização produtiva, assim como já demonstrado para o caso de suínos e aves.

Outra questão a ser considerada é que o número de empresas em relação ao número de empregados do quadro 03 permite afirmar que a grande maioria das empresas são de pequeno porte. Portanto, embora a região seja sede de grandes empresas, sobretudo do ramo agroindustrial, há a necessidade das pequenas empresas, para suprir a demanda das cadeias

produtivas complexas. Essa dinâmica contribui para que novos negócios possam emergir na região, e para que o progresso técnico se difunda nas mais diversas atividades. Com isso, assiste-se a um aprofundamento das relações campo-cidade na região Oeste catarinense, de maneira que a presença marcante da tecnologia nos processos produtivos requer que a produção ocorra conectada das redes de informação, dos sistemas rápidos de transporte e das estruturas industriais que transformam o produto do campo, mas que também produzem o que as cadeias produtivas necessitam para funcionar.

As mudanças demonstradas neste capítulo, sobretudo forjadas pela crise econômica e pelo papel do progresso técnico nos anos 1990, desencadearam em um período de forte crescimento da economia nacional, estadual e regional. Dessa forma, no capítulo três será abordado o ciclo de crescimento econômico dos agronegócios do Brasil, do estado de Santa Catarina e do Oeste catarinense verificados a partir dos anos 2000. Com isso, poder-se-á apresentar mais elementos que ajudarão no objetivo de compreender a dinâmica geoeconômica do Oeste catarinense.

CAPÍTULO III

O CICLO ECONÔMICO BRASILEIRO APÓS 2003 E A COMPLEXIDADE GEOECONÔMICA NO OESTE CATARINENSE

Embora o desenvolvimentismo seja um termo bastante ambíguo por definição, nutrido tanto por conceitos teóricos como por experiências de política econômica, um denominador comum refere-se ao objetivo de combinar crescimento econômico com reestruturação produtiva e distribuição de renda, concedendo ao Estado um papel ativo (PRATES, FRITZ e DE PAULA, 2020, p. 235).

A partir do início da década de 2000, a economia brasileira apresentou um ciclo de expansão, em decorrência de fatores internos e externos. Segundo Bielschowski (2013), internamente, o crescimento do mercado, a evolução do fornecimento de crédito, os investimentos públicos e privados em diversificação e inovação contribuíram significativamente para tal crescimento; externamente, a liquidez financeira mundial, a baixa taxa de juros no mundo, os investimentos externos diretos, a elevação do preço das *commodities* e a elevada demanda mundial por produtos alimentares e minerais são outros fatores que contribuíram para o crescimento econômico nacional.

Nesta conjuntura, as diferentes cadeias produtivas dos agronegócios tiveram um dos maiores ciclos de expansão já vividos no Brasil (ESPÍNDOLA, 2016a). Nos quatro primeiros anos da década de 2000, o PIB brasileiro cresceu em média 2,3% ao ano. No mesmo período, o PIB do agronegócio brasileiro cresceu a 4,2% ao ano (CEPEA, 2015). Se considerado o período 1998-2002, a agropecuária brasileira cresceu em média 4,6% ao ano. Além disso, apesar de em 2009 a economia ter sofrido impacto negativo decorrente da crise econômica mundial, o governo brasileiro continuou impulsionando o crescimento econômico do país.

Segundo Espíndola e Cunha (2020), os diferentes segmentos da agropecuária brasileira foram capazes de abastecer tanto o mercado interno (acabando com as antigas crises de abastecimento de alimentos) quanto participar ativamente do mercado externo, com percentuais cada vez mais elevados. Espíndola e Cunha (2020) apontam que, no ano de 2016, internamente os segmentos agropecuários geraram mais de 30% do total de empregos do Brasil, e um valor bruto de produção de cerca de R\$530 bilhões. Desse total, a maioria refere-se às lavouras (65%), e cerca de 35% refere-se à produção pecuária. Ademais, a participação dos agronegócios no PIB brasileiro de 2016 foi de 23,5% do total, isto é, R\$ 1,1 trilhão (BRASIL, 2017). Além disso,

Nas exportações, o agronegócio alcançou a cifra de US\$ 84,9 bilhões e um saldo na balança comercial de US\$ 71,7 bilhões (BRASIL, 2017). Entre 2000 e 2016, enquanto as exportações de carne suína cresceram de 135 mil toneladas, em 2000, para 720 mil toneladas, em 2016, as exportações de carne bovina passaram de 356 mil toneladas para 1,34 milhão, contra um aumento de 916 mil para 4,3 milhões de toneladas de carne de frango. Em contrapartida, as exportações de grãos de soja cresceram de 11,5 milhões de toneladas para 51,5 milhões, no mesmo período. O aumento das vendas externas fez-se ainda em outros segmentos. Enquanto o suco de laranja subiu de 1,27 milhão para 2,31 milhões, as vendas de açúcar aumentaram de 6,5 milhões de toneladas para 28,9 milhões, e as de café saíram de 967 mil toneladas para 1,8 milhão de toneladas (BRASIL, 2017). Assim sendo, o Brasil detém, do total das exportações mundiais: 76,1% de suco de laranja; 48,4% de açúcar; 42,6% de soja em grãos; 38,3% de carne de frango; 26,8% de café; 22,4% de farelo de soja; 22,2% de milho; 18,6 % de carne bovina; 12,3% de óleo de soja e 10,3% de carne suína (USDA, 2017) (ESPÍNDOLA e CUNHA, 2020, p. 372).

Paralelamente às expressivas participações dos agronegócios nas riquezas geradas no Brasil, no ano de 2010 o PIB brasileiro se aproximou dos 8% de crescimento, um dos maiores do mundo no referido ano. Esse crescimento teve reflexo em diferentes partes do território brasileiro, sendo que no Oeste catarinense, região predominantemente marcada por uma agricultura de pequena escala pujante, o crescimento pôde ser visto tanto na produção (com elevação das quantidades produzidas e melhorias na produtividade) quanto na indústria (com a ampliação de diferentes plantas industriais ligadas principalmente aos agronegócios de suínos, aves, leite e gado de corte) e nos serviços (com o crescimento do consumo de produtos de melhor qualidade, em grande medida oriundos da própria região).

Neste sentido, no presente capítulo busca-se fazer um levantamento do crescimento econômico ocorrido no Brasil, no estado de Santa Catarina e no Oeste catarinense, ao mesmo tempo em que se procura apontar as razões para esse crescimento e o papel dos agronegócios neste contexto. Junto disso, pretende-se demonstrar que os agronegócios se configuraram em um dos setores que mais recebeu investimentos, de maneira que, neste cenário, o estado de SC e a região Oeste catarinense foram positivamente afetados por esse ciclo de expansão dos investimentos. Assim, demonstra-se a importância dos agronegócios para o crescimento econômico ocorrido e para o aprofundamento da especialização produtiva, da concentração da produção, da diversificação da produção e para a consolidação de uma estrutura urbano-regional que pode ser explicada através da formação de economias de aglomeração (TINOCO, 2003) – discussão mais aprofundada no capítulo quatro.

Neste sentido, o presente capítulo divide-se em três partes: 1) demonstra-se o ciclo de crescimento econômico ocorrido no Brasil, em Santa Catarina e no Oeste catarinense e a participação dos agronegócios no período pós-2003; 2) aponta-se para a complexidade

produtiva nos agronegócios e o papel do Estado, do mercado interno e do mercado externo nesta complexidade; 3) por fim, aponta-se para os novos negócios que surgiram em potencial na região Oeste catarinense, o que provocou o aprofundamento da complexidade econômica regional.

3.1 O CICLO DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA E OS AGRONEGÓCIOS APÓS 2003

O ciclo de crescimento da economia após o ano 2003 será abordado, num primeiro momento, em escala nacional, seguido da escala estadual, e por último em escala regional.

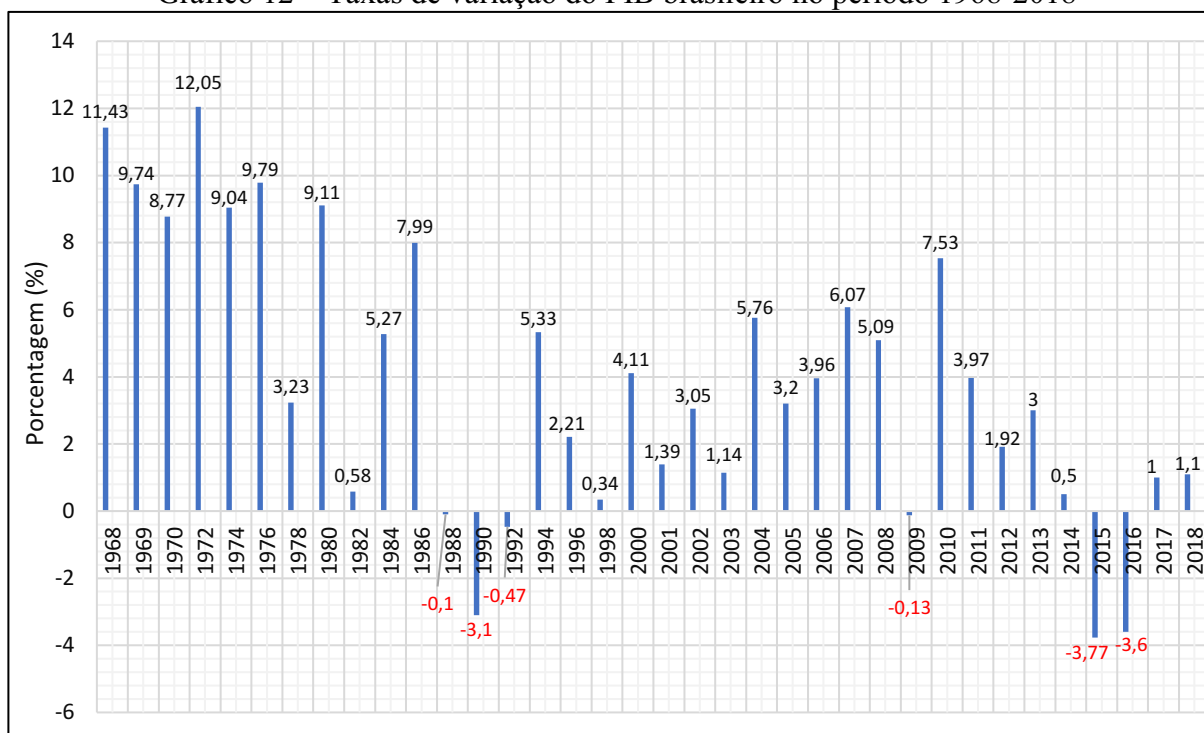
3.1.1 A complexidade econômica brasileira e os agronegócios após 2003

Como visto no capítulo dois, a década de 1990 foi, do ponto de vista de crescimento econômico e de investimentos nos setores produtivos, uma das piores décadas já registradas na história do Brasil. Com a retomada do crescimento econômico nos anos 2000, o cenário passou a ser outro. Entretanto, a partir de 2015, a economia voltou a desacelerar e apresentar índices de variação negativa do PIB (Gráfico 12), o que, inclusive, contribuiu para o impedimento da continuidade do segundo mandato do governo Dilma Rousseff. Ao olhar para o comportamento do PIB brasileiro em um espaço de tempo maior ou apenas a partir dos anos 2000, nota-se que a economia brasileira foi marcada por períodos de variações positivas e negativas do PIB, conferindo ao Brasil um comportamento econômico cíclico, como apontaram Rangel e Benjamin (2012)⁷³.

Em grande medida, o crescimento econômico ocorrido no Brasil depois de 2000 é decorrente do caráter desenvolvimentista impregnado nas políticas dos governos de Lula e Dilma. Essas políticas induziram os bons índices apresentados pela economia brasileira, sobretudo no período 2002-2013. Trata-se de governos que apresentaram políticas adversas ao neoliberalismo, dando maior atenção à distribuição de renda, geração de empregos, universalização de serviços básicos à sociedade (saúde, educação, moradia, energia elétrica, dentre outros), distribuição maciça de crédito subsidiado e investimentos grandes em obras de infraestruturas necessárias para um país com a economia em expansão. Neste sentido, no gráfico 12 é possível observar as taxas de variação do PIB brasileiro entre 1968 e 2018.

⁷³ Vale dar mais atenção ao caráter cíclico da economia brasileira no livro *Obras Reunidas*, de Ignácio Rangel. Um dos textos que pode ser usado para melhor entender essas questões é “A história da dualidade brasileira”, de 1981. Houve edições da obra depois do seu lançamento, em 1981.

Gráfico 12 – Taxas de variação do PIB brasileiro no período 1968-2018



Fonte: IBGE, 2018

Os dados da variação da taxa do PIB (Gráfico 12) mostram que, de maneira geral, a economia brasileira variou acima da linha horizontal zero, ou seja, positivamente. No entanto, chama atenção as altas taxas de crescimento entre 1968 e 1980; ao mesmo tempo, a partir de 1986, chama atenção os baixos índices de crescimento, e até mesmo variações negativas do PIB, como em 1988, 1990 e 1992. Enquanto na década de 1970 o PIB brasileiro cresceu em média 7,4%, na década de 1990 o crescimento médio foi de apenas 1,4%. Depois da chamada década perdida, a partir dos anos 2000 o Brasil retomou seu crescimento econômico. De 2000 até 2013⁷⁴, a média de crescimento do PIB brasileiro foi de aproximadamente 3,8% ao ano. No entanto, de 2014 até 2018, o Brasil teve variação negativa do PIB de -4,7%.

Os dados de variação do PIB (Gráfico 12) demonstram, como explicitou Rangel (2012)⁷⁵, o período de maior crescimento da economia brasileira, no chamado milagre econômico, datado do final da década de 1960 até início da década de 1980 – período governado pelos militares. Esse período foi importante para implementar políticas de expansão e aprimoramento de novas técnicas de produção em diferentes setores da economia.

⁷⁴ Em 2013, ocorreu uma série de mobilizações nas ruas do Brasil. Muitos cientistas políticos afirmam que essas mobilizações foram o pontapé inicial para o golpe de Estado ocorrido em 2016, com a deposição da então presidente Dilma Rousseff. A partir de 2014, a economia brasileira apresentou forte queda, se comparado aos anos anteriores, o que sem dúvidas muniu os interessados pelo golpe de Estado.

⁷⁵ Citação do livro Obras reunidas, referente à **Economia Milagre e Antimilagre**, escrito em 1985.

Outrossim, as barras de crescimento positivo e negativo que aparecem no gráfico 12 confirmam a teoria de Rangel (2012) sobre o comportamento cíclico da economia brasileira. Quer dizer, a teoria dos ciclos econômicos se faz presente, haja vista que o comportamento econômico brasileiro é marcado por períodos de forte crescimento e outros de crise (retração econômica). Ademais, para Rangel e Benjamin (2012), as variações da economia brasileira estão atreladas às diferentes políticas econômicas internas adotadas por diferentes governos, mas também por forças externas, ou seja, dependente do contexto econômico mundial.

Segundo Bielschowsky (2014), os investimentos realizados pelo Brasil em três poderosas frentes de expansão pós anos 2000, que o autor designa como três motores do desenvolvimento (poucos países do mundo possuem essa capacidade), foram responsáveis por grande parte das mudanças na conjuntura econômica do Brasil, levando-o a patamares de crescimento econômico superiores ao que muitos países desenvolvidos ou em caráter de “emergentes” apresentaram no período. Neste sentido, os três motores que o autor aponta são:

- um amplo mercado interno de consumo de massa – que será tanto mais amplo quanto melhor vier a ser a distribuição da renda – e também uma estrutura produtiva potencialmente capaz de vir a realizar localmente boa parte da produção em larga escala correspondente, nos setores primários, industriais e de serviços, sem prejuízo de ampliar as exportações;
- uma forte demanda nacional e mundial por seus abundantes recursos naturais; e
- perspectivas favoráveis quanto à demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura (econômica e social) (BIELSCHOWISKY, 2014, p. 115).

No ano em que o texto de Bielschowsky (2014) foi escrito não havia cenário para crise econômica e para o desmonte da estrutura de Estado nacional criado pelos governos progressistas pós-2003. Em 2014, Bielschowsky projetava que, se esses três motores continuassem em expansão, o desenvolvimento brasileiro poderia ser vigoroso pelas próximas décadas. Como se sabe, embora com o golpe de Estado de 2016 o direcionamento da economia brasileira foi no sentido de voltar a privilegiar as políticas neoliberais (maior poder ao livre mercado, maior poder à iniciativa privada, cortes nos programas assistenciais de atendimento social, etc.), vale insistir no fato de que as mudanças e a importância econômico-social promovidas no Brasil no período 2000-2014 deram um novo caráter econômico-social ao país. Esse novo caráter se deve muito aos três motores de desenvolvimento econômico sinalizados por Bielschowsky (2014).

Ademais, de acordo com relatório desenvolvido pelo BNDES em 2018, a média de crescimento de 2003 a 2008 foi de 4,2%, o que torna o desempenho da economia, em termos de crescimento, bastante positivo. Com a melhoria no mercado de trabalho e com as taxas de

desemprego que caíram de 10,2% em 2002 para 8,1% em 2008, e com aumento significativo do emprego formal, viu-se um significativo aumento do mercado consumidor interno (BNDES, 2018). Outro ponto que alavancou o crescimento econômico entre 2003 e 2008 foi a concessão de crédito, juntamente com a melhoria do cenário macroeconômico, que possibilitaram um considerável aumento do crédito em relação ao PIB, que passou de 25,8% do PIB em 2002 para 39,7% do PIB em 2008 (BNDES, 2018).

Em relação à política econômica adotada pelos governos pós-2003, pode-se afirmar que houve consolidação do tripé macroeconômico⁷⁶, principalmente sobre as contas públicas. No período 2003-2008, o superávit primário médio foi de 3,4% do PIB, o que abriu a possibilidade para a queda dos indicadores de dívida, juntamente com a melhoria do seu perfil, sobretudo no que diz respeito à diminuição acentuada da parcela da dívida⁷⁷ indexada ao câmbio (BNDES, 2018). Além disso, vale frisar que parte do bom desempenho econômico no período 2003-2008 esteve relacionado ao contexto externo. O mundo crescia, mais do que somente na retaguarda dos países desenvolvidos, com os países subdesenvolvidos e com participação destacada da China. Como é de amplo consenso na literatura, esse cenário favoreceu o aumento no preço das commodities, beneficiando diferentes países exportadores, incluindo o Brasil.

Outro ponto a ser destacado é o da produtividade, que, apesar de se tratar de um curto período, apresentou crescimento significativo. Ainda que a evolução do PIB pós-2003 tenha majoritariamente sido atrelada ao aumento da população ocupada e, portanto, ao aumento do consumo interno, a produtividade também se recuperou bem. Tanto a produtividade do trabalho quanto a produtividade total dos fatores (PTF)⁷⁸, na segunda metade da década de 1990 e na primeira década dos anos 2000, cresceram em torno de 1% ao

⁷⁶ Trata-se da combinação do regime de metas de inflação, metas para o superávit primário e câmbio flutuante.

⁷⁷ A dívida líquida do setor público passou de 59,9% do PIB, em dezembro de 2002, para 37,6% do PIB, em dezembro de 2008. Ou seja, uma diminuição significativa.

⁷⁸ A PTF indica a eficiência com que a economia combina a totalidade de seus recursos para gerar produto. De acordo com ELLERY JR. (2017, p. 618), um dos argumentos favoráveis às reformas pró-mercado no Brasil era que essas reformas poderiam reverter a queda da produtividade total dos fatores (PTF) observada na década de 1980 e levar a um crescimento da produtividade que, por sua vez, levaria a um crescimento de longo prazo do produto per capita. De fato, a realização das reformas testemunhou o fim da queda da PTF, mas, por outro lado, não foi observado o crescimento esperado da PTF. Por conta disso, surgiu uma significativa literatura que tenta explicar por que as reformas não conseguiram aumentar a produtividade no Brasil e na América Latina. Uma das explicações tem como argumento central que as reformas não foram completas; os efeitos sobre a produtividade apenas se realizariam no caso de se completar as reformas. Análises feitas para o Brasil também sugerem que as reformas não causaram um crescimento significativo da produtividade, uma vez que o crescimento da produtividade total dos fatores (PTF), a partir de 1992, apenas acompanhou a fronteira tecnológica, ou seja, não ocorreu uma aproximação entre a PTF brasileira e PTF de países centrais, como os USA. Dessa forma, é possível dizer que as evidências empíricas para o Brasil sugerem que as reformas não foram capazes de induzir uma convergência entre a produtividade no Brasil e no resto do mundo.

ano, o que representou um crescimento importante, considerando que entre os anos 1980 e os anos 1990 o desempenho da PTF tenha sido muito inferior. Entretanto, no Brasil, o aumento da PTF entre 1990 e 2010 não se sustentou a partir da segunda década dos anos 2000. Em grande medida, isso ocorreu porque não foram mantidos os investimentos necessários em PTF e, conforme apontou Ellery Jr (2017), no Brasil as reformas necessárias para a continuidade do aumento da PTF ocorreram apenas parcialmente.

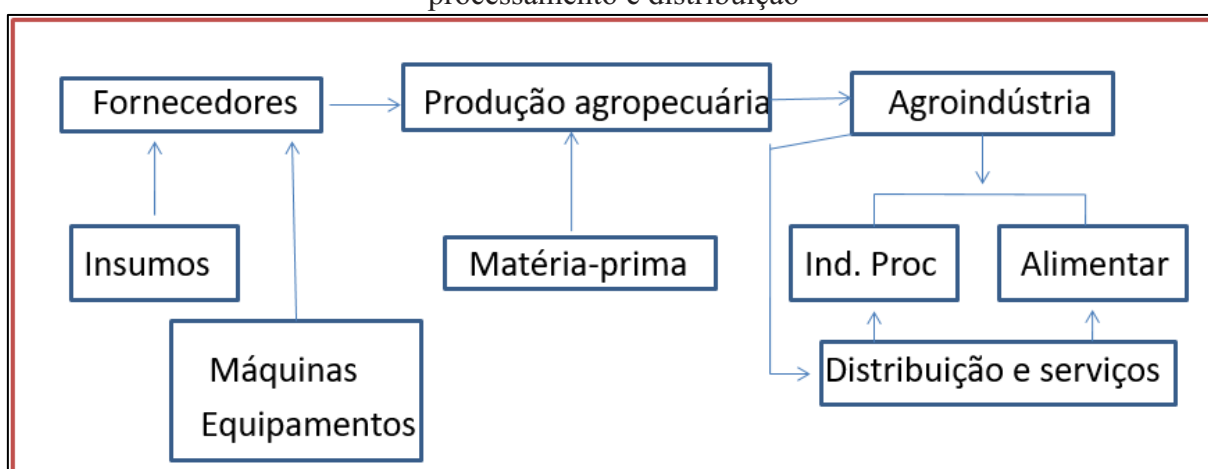
No período 2009-2014, a economia brasileira apresentou um crescimento médio de 2,8% ao ano. Embora em 2009 o crescimento econômico tenha sido marcado por uma forte baixa, decorrente da crise internacional de 2008, o Brasil foi um dos países do mundo que mostrou mais rápida recuperação. No entanto, se comparado ao período 2003-2008, o período 2009-2014 pode ser caracterizado pela desaceleração do crescimento, que esteve associado tanto ao contexto externo mais conturbado como à série de medidas intervencionistas que o governo federal apresentou na época, com intenção de frear um decréscimo ainda maior da economia brasileira. Em 2011 e 2012, por exemplo, a economia demonstrava um superaquecimento, mas o governo da então presidente Dilma apostava nas políticas de estímulo fiscal e monetário (aumento do crédito público, desonerações tributárias em vários setores da economia, congelamento de preços administrados, intervenção no setor elétrico, adoção de política fiscal mais expansionista⁷⁹ e de política monetária menos preocupada com alcançar a meta da inflação).

Por outro lado, a desaceleração do crescimento possibilitou a manutenção de algumas taxas positivas, que melhorou alguns indicadores macroeconômicos, como o desemprego, que atingia 8,1% em 2008 e reduziu para 6,8% em 2014 (BNDES, 2018). Isso não quer dizer que, de 2014 em diante, a situação macroeconômica tendia a melhorar; ao contrário, acumularam-se desequilíbrios na economia. A inflação se manteve insistentemente próxima ao limite superior da meta, mesmo com a manutenção das políticas de controle de preços. Para completar, os dados fiscais se deterioraram progressivamente, de maneira que o superávit primário médio caiu de 3,4% do PIB, entre 2003 e 2008, para 1,7% do PIB, entre 2009 e 2014 (BNDES, 2018). Dessa maneira, apesar do crescimento ainda menor do PIB, houve uma considerável desaceleração da produtividade nesse período, de maneira que, como sugere Barbosa Filho (2014), estaria ocorrendo uma má alocação do capital, o que fez reduzir a produtividade da economia e as perspectivas de crescimento futuro que, em grande medida, determina os investimentos de capital no país.

⁷⁹ Marcada pela redução progressiva de superávits primários e adoção de controversos critérios de contabilidade.

Além das análises de comportamento da economia brasileira contidas no relatório do BNDES (2018) e nos apontamentos de Bielschowsky (2014), convém reforçar que os diferentes segmentos produtivos dos agronegócios envolvem uma série de atividades em fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos, a agroindústria, o processamento e a distribuição e consumo dos produtos. Trata-se de setores complexos que desencadeiam atividades desde a produção de matéria prima até o comércio e serviços, conforme pode-se ver no organograma 02.

Organograma 02: Complexidade produtiva dos agronegócios: fornecedores, produção, processamento e distribuição



Fonte: Elaboração própria

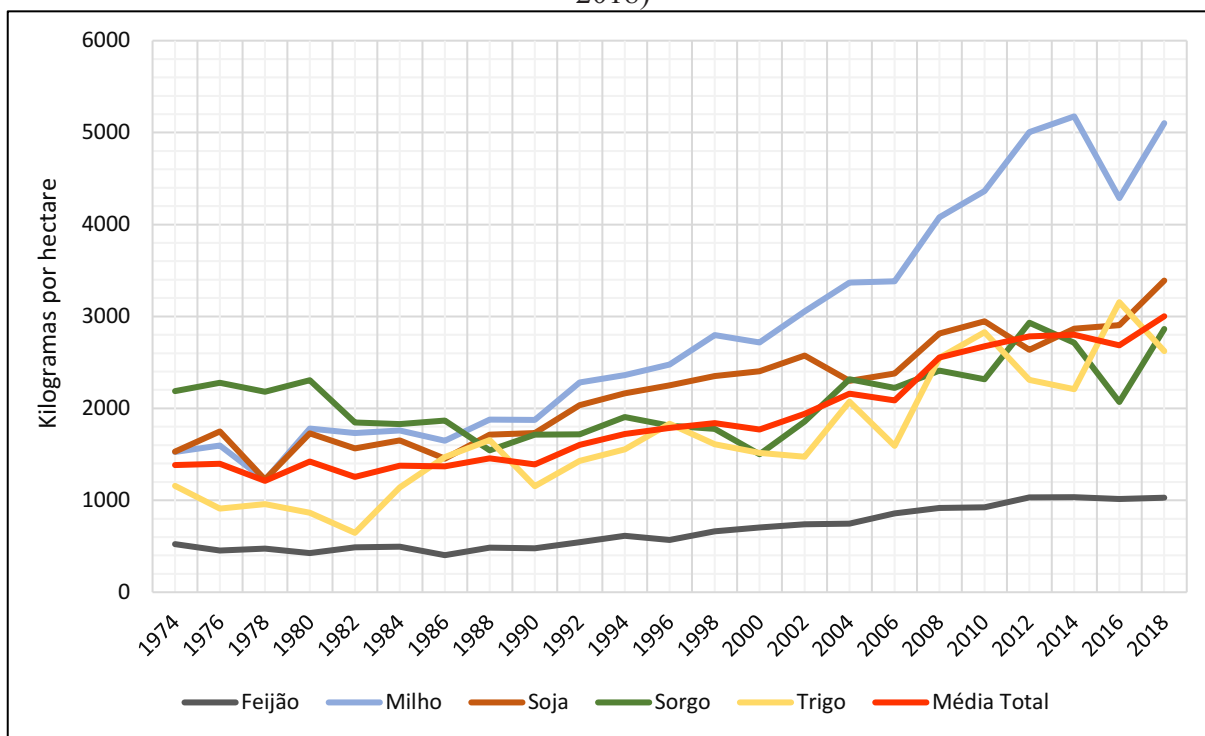
Além da complexidade produtiva e dos elos formados nas cadeias produtivas dos agronegócios (Organograma 02), é pertinente ressaltar, conforme aponta Espíndola (2016b), que o setor dos agronegócios elevou significativamente a capacidade de produção e exportação do Brasil. Em área plantada de grãos, o Brasil passou de 43,9 milhões de hectares, na safra 2002/03, para 57,7 milhões na safra 2013/14. Na produção de grãos o crescimento foi ainda maior, pois passou de 122 milhões para 188,2 milhões de toneladas, no mesmo período. Neste cenário, a produção de soja, entre 2003 e 2013, cresceu 62%, passando de 52 milhões para 84 milhões de toneladas.

Além disso, o Brasil deu um salto na produtividade de grãos, especialmente da soja. Na década de 1970, a produtividade era de 1.748kg/ha⁸⁰, tendo alcançado 3.362kg/ha em 2017. Com isso, o que elevou a produção de grãos no Brasil foi principalmente a melhoria da

⁸⁰ Esse salto de produtividade se deve especialmente ao trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA), que desenvolveu tecnologia de ponta em melhoramento genético, para levar a produção da oleaginosa e outras culturas agrícolas até as áreas tropicais do Cerrado. Sobre esse tema, ver Von Dentz (2018).

produtividade. Essa constatação permite ir além da simples consideração de que aumentou a área plantada de grãos (soja) no país. No gráfico 13, é possível perceber a evolução da produtividade das principais culturas agrícolas de grãos do Brasil, no período 1974-2018.

Gráfico 13 – Evolução da produtividade do feijão, milho, soja, sorgo e trigo no Brasil (1974-2018)

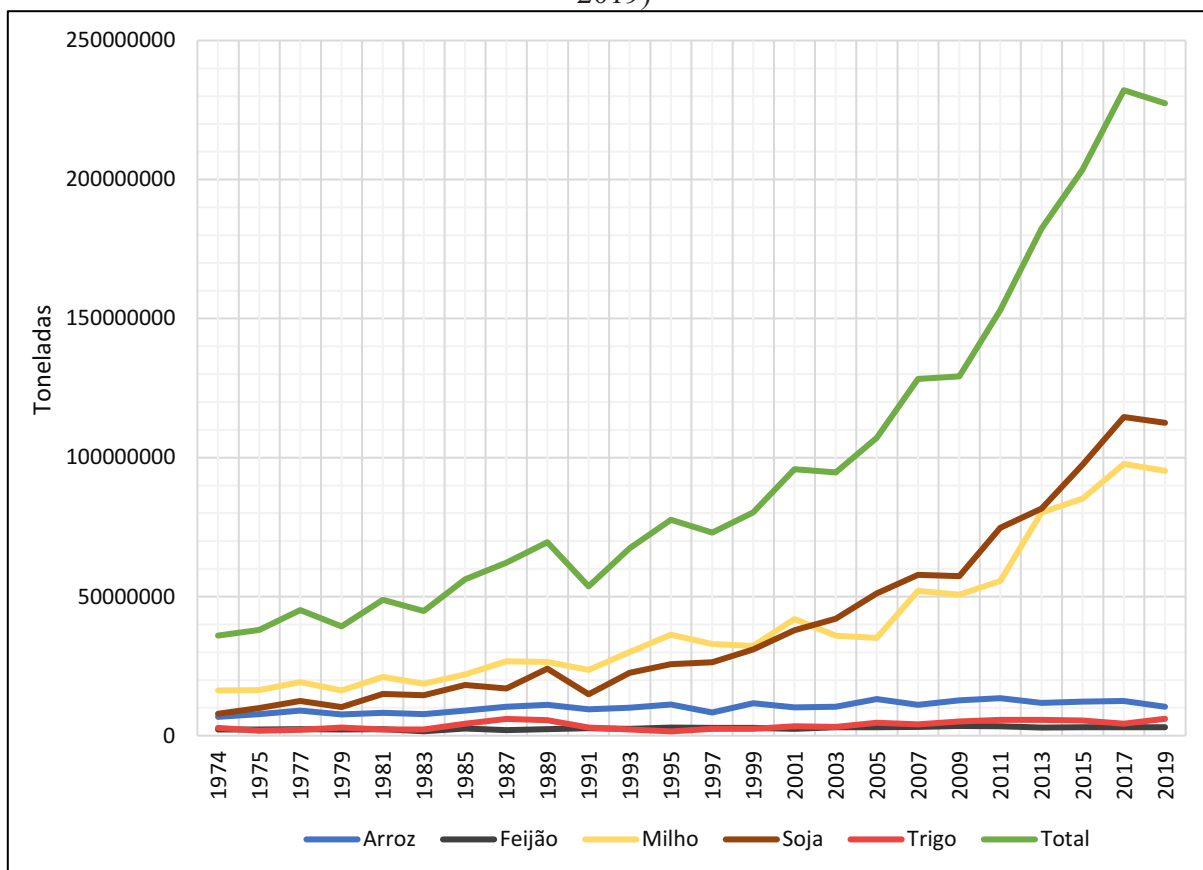


Fonte: Sistema Sidra, IBGE, vários anos

No gráfico 13, explicita-se que algumas culturas, como é o caso do milho, mais que triplicou a produtividade no período 1974-2018, passando de 1.500kg/ha para mais de 5.100kg/ha. No caso da soja, atualmente o grão mais produzido no Brasil, a produtividade mais que dobrou no período considerado no gráfico 13, passando de 1.500kg/ha para mais de 3.300 kg/ha. As demais culturas agrícolas do gráfico 13 (trigo, feijão e sorgo) também tiveram importante acréscimo na produtividade, passando de cerca de 1.400kg/ha para cerca de 3.000 kg/ha. Dessa maneira, todos os produtos agrícolas do gráfico 13, exceto o sorgo, pelo menos dobraram a produtividade no Brasil entre 1974 e 2018. Na média geral dos cinco produtos expostos no gráfico 13, houve aumento de cerca de 114% de produtividade. Esses dados demonstram o potencial da pesquisa brasileira no melhoramento genético e da qualidade dos solos para aumentar a produtividade.

No gráfico 14, é possível analisar a evolução da produção de grãos no Brasil, em toneladas, considerando o total produzido e a evolução das principais culturas produzidas (soja, milho, feijão, arroz e trigo) no período 1974-2019.

Gráfico 14 – Evolução da produção (t)* das principais culturas de grãos no Brasil (1974-2019)



Fonte: Sistema Sidra, IBGE, vários anos. *Toneladas

Nota-se um forte crescimento da produção, sobretudo a partir dos anos 2000, resultado do crescimento da área cultivada por essas culturas agrícolas, como poderá ser visto no gráfico 15, mas também dos ganhos em produtividade obtidos, como pôde-se perceber no gráfico 13. Conforme aponta o gráfico 14, a produção total de grãos⁸¹ no Brasil teve um aumento significativo nas últimas décadas. No entanto, foi a partir do início dos anos 2000 que o crescimento se mostrou mais expressivo. Enquanto em 1974 a produção total de grãos era de pouco mais de 38 milhões de toneladas, no ano 2000 chegou à marca de 98 milhões de

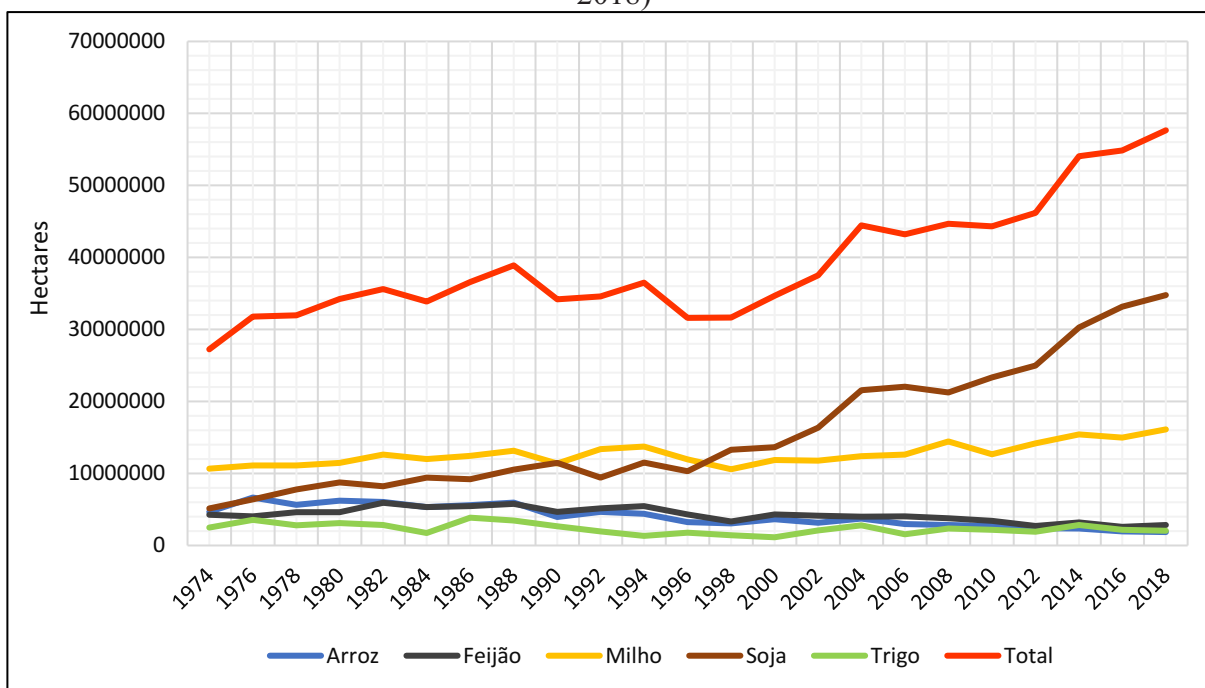
⁸¹ No gráfico 14, foi levado em conta apenas as principais culturas agrícolas de grãos (soja, milho, trigo, feijão, arroz), de modo que a linha verde apresenta o total de grãos produzidos considerando somente as culturas que aparecem no gráfico 14.

toneladas, e no ano de 2019 atingiu 227 milhões de toneladas. Assim, o crescimento ocorrido a partir de 2000 foi superior ao ocorrido de 1974 até 2000.

Das principais culturas de grãos produzidas no Brasil, nem todas tiveram crescimento expressivo, sendo que as culturas da soja e do milho⁸² foram as que mais cresceram, muito em função do aumento da demanda interna por esses produtos nas cadeias produtivas de suínos, frangos e bovinos, bem como pelo aumento da demanda global por milho e soja (nesse cenário o Brasil se transformou no segundo maior produtor mundial e no primeiro exportador mundial de soja), os quais puxaram a grande subida da produção de grãos no país (Gráfico 14). As culturas de arroz, trigo e feijão⁸³ tiveram um leve crescimento da produção. Em função disso, no caso da cultura do trigo, até hoje o Brasil é insuficiente na produção do grão, tendo que importar o produto de países como Argentina, EUA e países da União Europeia.

No que diz respeito à área plantada, o Brasil apresentou grande incremento de hectares para o cultivo de grãos, sobretudo da soja. No gráfico 15, é possível verificar a evolução da área plantada dos principais grãos produzidos no Brasil, considerando o período 1974-2018.

Gráfico 15: Evolução da área plantada (ha) das principais culturas de grãos no Brasil (1974-2018)



Fonte: Sistema Sidra, IBGE, vários anos

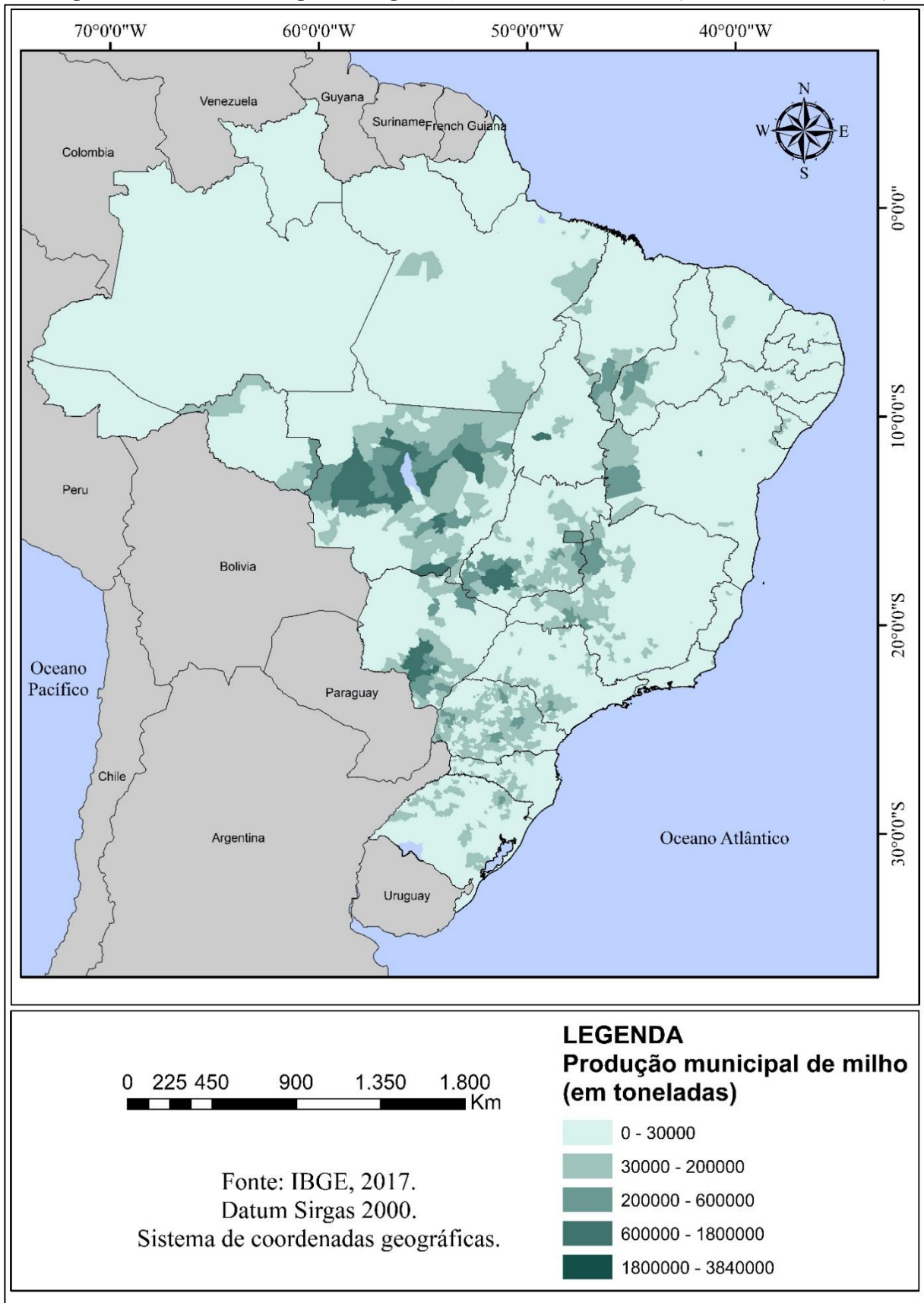
⁸² Os dados da produção de milho do gráfico 14 são de 1ª e 2ª safra.

⁸³ Os dados da produção de feijão são de 1ª, 2ª e 3ª safra.

Conforme apontam os dados do gráfico 15, a evolução da área plantada de grãos no Brasil é puxada pelas culturas do milho e principalmente da soja. Em 1974, o cultivo da soja ocupava uma área de pouco mais de 5 milhões de hectares, sendo que em 2018 essa área foi de 34 milhões. No caso do milho, considerando o mesmo período, passou de pouco mais de 11 milhões de hectares para cerca de 16 milhões. A cultura do arroz perdeu área, de maneira que, em 1974, ocupava em torno de 5 milhões de hectares, e em 2018 eram apenas 2 milhões. O feijão também perdeu área, mas menos do que o arroz. A cultura do trigo manteve-se estável, isto é, na faixa dos 3,5 milhões de hectares de área plantada no Brasil. Juntos, os cinco produtos que aparecem no gráfico 15 passaram de um total de 27 milhões de área plantada em 1974 para 57,6 milhões de área plantada em 2018. Portanto, o cultivo de grãos no Brasil passou por um processo intenso de melhoramento da produtividade (gráfico 13), mas também adicionou grande quantidade de área cultivada (Gráfico 15). Isso resultou na grande quantidade de grãos produzidos no Brasil, conforme apontado no gráfico 14.

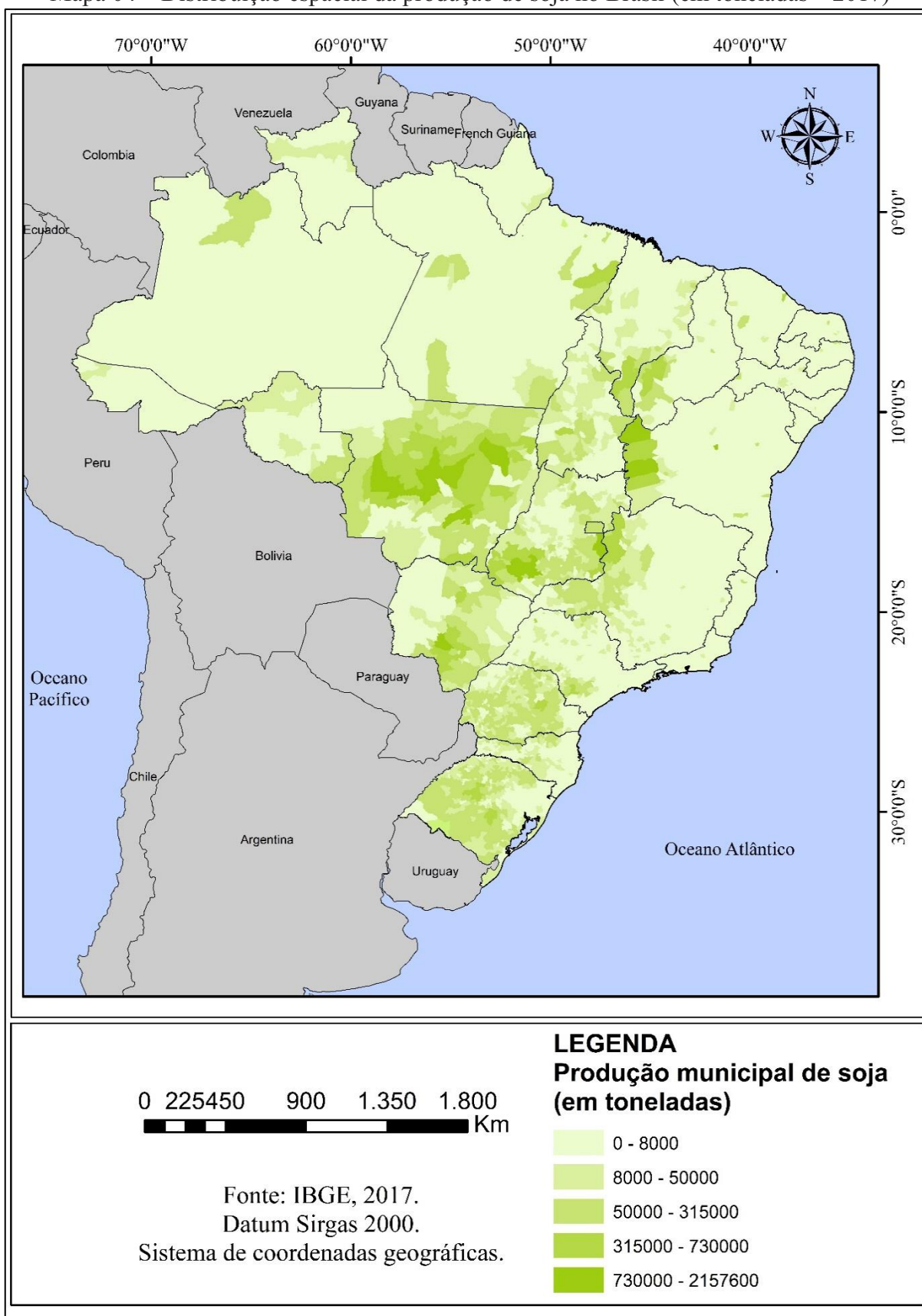
Nos mapas 03 e 04, apresenta-se, respectivamente, as principais áreas do Brasil onde predominam a produção de soja e milho, que são as duas principais culturas agrícolas do país.

Mapa 03 – Distribuição espacial da produção de milho no Brasil (em toneladas – 2017)



Fonte: Sistema Sibra, IBGE, 2017

Mapa 04 – Distribuição espacial da produção de soja no Brasil (em toneladas – 2017)



Fonte: Sistema Sidra, IBGE, 2017

No caso do mapa 03, que apresenta distribuição espacial da produção de milho no Brasil⁸⁴, verifica-se que os municípios dos estados das regiões Sul e Centro-Oeste são os que mais produziram. Destaque deve ser dado ao estado do Mato Grosso, segundo maior produtor nacional de milho, que aproveita o período de chuva após a colheita da soja para a produção de milho safrinha, na chamada 2ª safra. O estado do Paraná, maior produtor nacional de milho, apresenta grande produção nas áreas central, Oeste e Norte do estado. Observa-se também produção importante de milho no Oeste e Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina. A região central e Sul do estado de Mato Grosso do Sul é outra importante produtora do grão. As áreas do Sul, Sudeste e Leste de Goiás, bem como o triângulo mineiro e Oeste de Minas Gerais também concentram parte importante da produção nacional de milho. Na região Nordeste do Brasil, vale destacar a importante produção de milho no Oeste da Bahia e Sul do Maranhão e Piauí (Mapa 03).

No que se refere à distribuição espacial da produção de soja em toneladas no Brasil, levando-se em consideração a quantidade produzida em toneladas do ano de 2017, o mapa 04 aponta que a produção da oleaginosa abrange uma área maior do que a produção de milho, comparando com o mapa 03. Dessa forma, nota-se que a soja está presente na maior parte do RS (somente a região litorânea e partes da serra gaúcha são ausentes de manchas com produção de soja) e na maior parte de SC e PR (nestes dois estados, apenas a faixa litorânea é ausente de manchas com produção de soja – o PR é o segundo maior produtor nacional do grão). Em direção à região Centro-Oeste, nota-se que a soja está em grande parte do MS e tomou conta do MT (maior produtor nacional do grão) e de GO. Na região Sudeste, nota-se maior produção em áreas do Sul e Oeste de SP e no triângulo mineiro e Oeste de MG. Na região Nordeste, nota-se forte produção no Oeste da BA e no Sul do PI e do MA. Na região Norte, nota-se a presença da soja em praticamente todo o estado do TO, no Sul do PA, em RR, no Sul de RO e outras áreas isoladas do AM, AP e AC.

Além do crescimento da produção de grãos ocorrido no Brasil, os agronegócios de origem animal também se configuram em um importante setor responsável por contribuir no crescimento da economia nacional. No caso da produção de leite, o gráfico 16 aponta para o grande crescimento ocorrido, sobretudo no período 2000-2015. De forma semelhante ao que ocorreu nos agronegócios de grãos, no caso do leite o Brasil passou de pouco mais de 7 bilhões de litros de leite produzidos em 1974 para 20 bilhões no ano 2000, ou seja, em 26 anos a produção de leite quase triplicou.

⁸⁴ Os dados do mapa 03 levam em consideração o total de milho produzido em 1ª e 2ª safras no ano de 2017.

De 2000 até 2015, a produção de leite passou de 20 bilhões de litros para 35 bilhões de litros, o que ligeiramente permite afirmar que o crescimento da produção de leite no Brasil foi maior no período 2000-2015 do que no período 1974-2000. Em grande medida, isso se deve a uma série de incentivos promovidos pelo governo aos produtores de leite (sobretudo aos pequenos produtores das regiões de relevo irregular e onde o povoamento aconteceu em pequenas áreas, como, por exemplo, Norte e Noroeste do RS, Oeste catarinense, Sudoeste do PR, Sul e Sudeste de MG, dentre outras), ao melhoramento genético das vacas, e ao melhoramento do preço do produto. Além disso, o aumento da produtividade do leite⁸⁵, que em grande medida resultou do melhoramento genético das vacas, da melhoria na assistência técnica especializada e no melhoramento do manejo de pastagens, do tratamento adequado de doenças comuns, como a mastite, e no fornecimento adequado de sais minerais necessários para o aumento da produção⁸⁶.

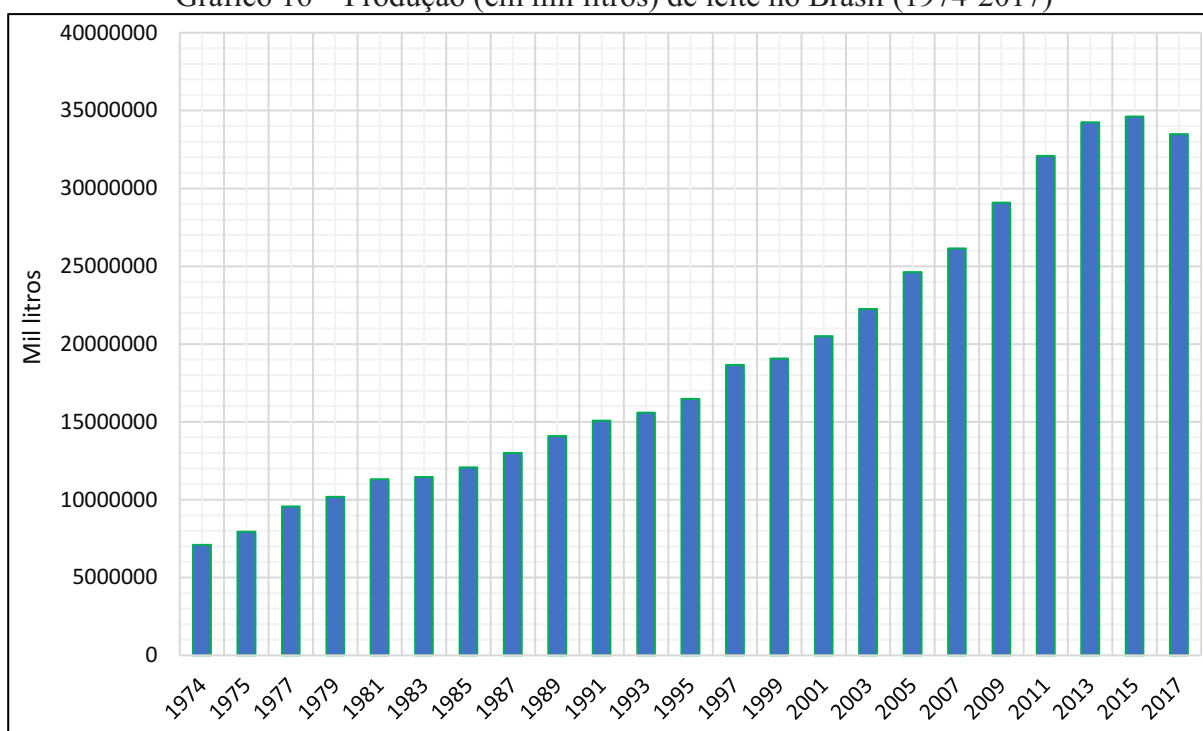
Por outro lado, nota-se, no gráfico 16, que, a partir de 2015, a produção de leite no Brasil começa a cair, o que se deu em função da diminuição do número de produtores. Vale frisar que essa redução, em grande medida, é decorrente das políticas adotadas pelo governo em 2016 e 2017, que decidiu importar leite de países vizinhos, como Uruguai e Argentina⁸⁷, o que fez com que o preço do leite tivesse forte queda, ao mesmo tempo em que o custo de produção se manteve inalterado para os produtores brasileiros. No gráfico 16, é possível observar a evolução da produção brasileira de leite (em mil litros), no período que vai de 1974 até 2017.

⁸⁵ Segundo relatório da Embrapa leite, no estado de SC, em 1996 uma vaca produzia 1.686 litros de leite por ano. Em 2017, essa quantidade aumentou para 2.836 litros. Trata-se de, em um intervalo de vinte anos, um aumento de 60% da produção de leite por vaca (EMBRAPA, 2018).

⁸⁶ Embora a produtividade do setor leiteiro no Brasil tenha melhorado, principalmente depois de 2003, deve-se considerar que a base da alimentação do gado leiteiro no Brasil é o pasto. Em países como os EUA, a alimentação está focada no uso de insumos, o que interfere diretamente na produtividade, elevando o custo produtivo, que é compensado pela maior escala de produção. No Brasil, existem grandes áreas de pastagem pouco ou nada utilizadas como forma de alimentação, e ainda assim o pasto é a base da produção de leite, o que diminui o custo da produção e torna a atividade viável economicamente.

⁸⁷ Segundo reportagem apresentada no jornal Balde Branco (2017), no primeiro semestre de 2017 ocorreu a importação de grandes quantidades de leite no Brasil; no mês de janeiro do referido ano foram importados 152 milhões de litros de leite. O comportamento dos preços e a variação da oferta e demanda do produto permite o entendimento de que a importação de leite fez baixar o rendimento líquido obtido pelos produtores do Brasil, o que prejudica e muitas vezes impede a continuidade das atividades para muitos produtores do setor leiteiro.

Gráfico 16 – Produção (em mil litros) de leite no Brasil (1974-2017)

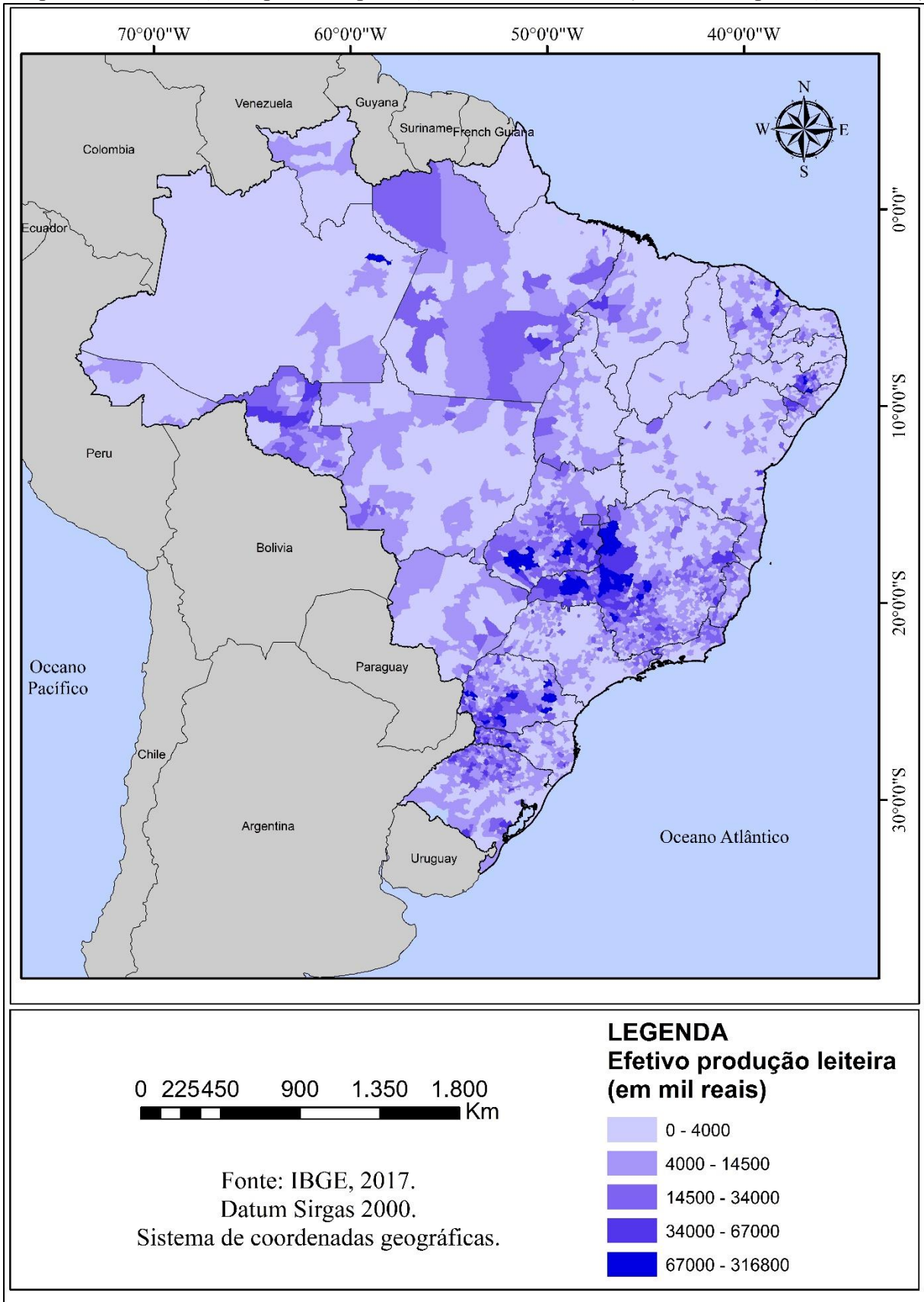


Fonte: Sistema Sidra, IBGE, vários anos

De acordo com o gráfico 16, pode-se afirmar que houve um crescimento contínuo na produção de leite no Brasil de 1974 até 2015. Apenas nos anos de 2016 e 2017 ocorreu uma leve diminuição no total de leite produzido no Brasil, comparando com os anos anteriores. Ademais, de 1974 até 2000, a produção brasileira de leite saiu de pouco mais de 7 bilhões de litros para 20 bilhões, enquanto em 2015 atingiu a marca dos 34,6 bilhões de litros. Dessa forma, confirma-se o mesmo ocorrido para os agronegócios de grãos, sobre o fato de que o aumento expressivo da produção de leite ocorreu depois de 2003 e é decorrente do aumento do número de vacas ordenhadas (SOUZA, 2014), e também do forte crescimento apresentado na produtividade.

Do ponto de vista do valor da produção de leite no Brasil, o mapa 05 aponta que, em 2017, o leite foi um produto de grande relevância econômica para todo o território nacional, com maior destaque para algumas regiões. Nota-se que o Noroeste do RS, Oeste catarinense e Sudoeste e Nordeste do PR, juntamente com o triângulo mineiro, Sul e Oeste de MG e Sul e Sudeste de GO formam os dois maiores aglomerados de produção leiteira do Brasil (Mapa 05).

Mapa 05 – Distribuição espacial da produção de leite no Brasil (em valor da produção – 2017)

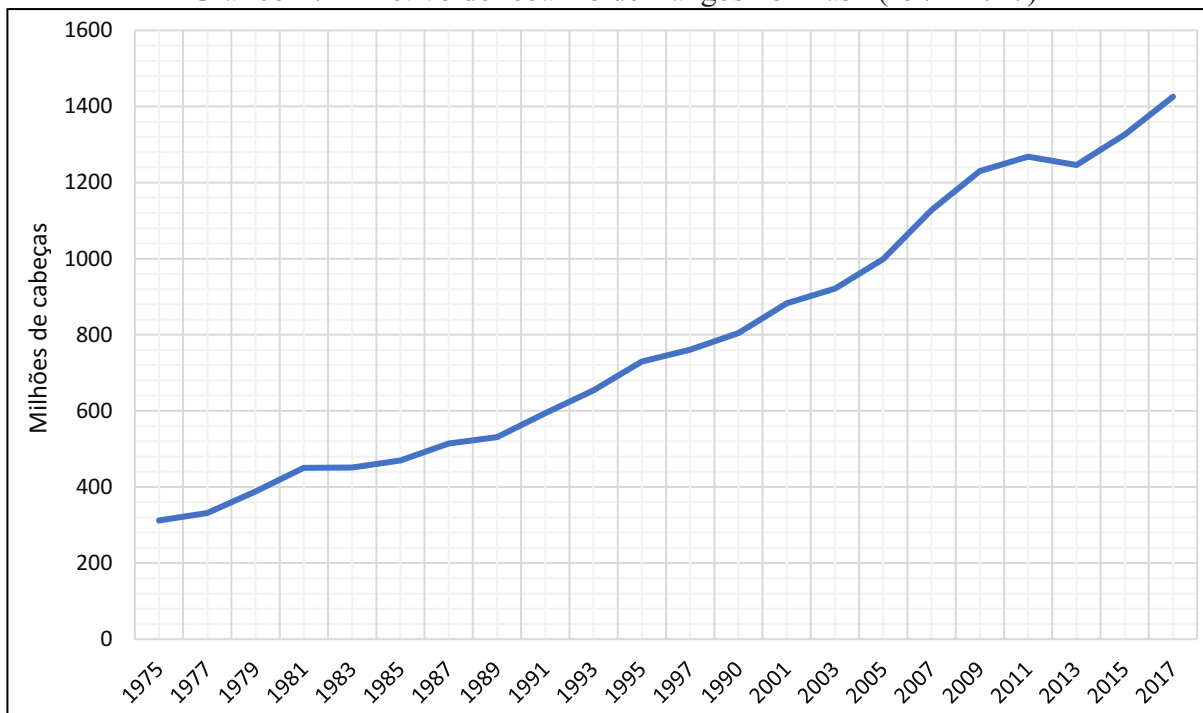


Fonte: Sistema Sidra, IBGE, 2017

Além das regiões já citadas que se destacam na produção de leite, há outras regiões onde a produção leiteira é forte, como os estados do PA, RO, SE, AL, TO, SP, RJ, ES, PE, CE, MT e MS (Mapa 05). Vale lembrar que o leite foi por muito tempo um produto comum das propriedades rurais, usado para a subsistência, mas que ganhou relevo em todo o Brasil após 2003, em razão dos investimentos que sobretudo a pequena agricultura recebeu via Pronaf. Em função desses investimentos, as duas maiores bacias leiteiras do Brasil (uma localizada no RS, SC e PR e a outra em MG e no GO) se consolidaram como fortes produtoras de leite, sendo atualmente as maiores responsáveis pelo abastecimento do mercado interno de leite e derivados (iogurte, queijo, requeijão, dentre outros – Mapa 05).

No caso do agronegócio de frangos, conforme aponta o gráfico 17, pode-se dizer que, dos agronegócios de origem animal, foi o que apresentou maior crescimento, ao menos quando é levado em conta o efetivo de rebanho (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Efetivo de rebanho de frangos no Brasil (1974-2017)



Fonte: Sistema Sidra, IBGE, vários anos

Em 1975, o rebanho de frangos no Brasil era de 311,9 milhões de cabeças, de maneira que esse segmento atingiu 921,3 milhões de cabeças no ano de 2003. Assim, no período 1975-2003, o rebanho brasileiro de frangos triplicou. Quando se leva em consideração os dados do ano de 2017, percebe-se que este atingiu 1,4 bilhão de cabeças, o que permite afirmar que, no período 2003-2017, ocorreu um crescimento aproximado de 65%.

Ademais, é válido considerar, como demonstra o gráfico 17, que, em 2005, o Brasil ultrapassou a marca de 1 bilhão de cabeças de frangos, o que significa um número considerável para a cadeia produtiva. Além disso, não apresentou diminuições marcantes ao longo do período que se apresenta no gráfico 17. Dessa forma, pode-se apontar para um crescimento contínuo ocorrido no rebanho de frangos no Brasil no período 1975-2017.

Além do citado, em termos de quantidade produzida, o agronegócio de frangos passou de uma produção de 7 milhões de toneladas no ano de 2002 para 12,75 milhões de toneladas no ano de 2014 (Espíndola, 2016b). O montante produzido em toneladas de frangos permite interpretar que houve aumento considerável na quantidade de animais, ou seja, no rebanho total, mas também houve redução do tempo necessário para os frangos ficarem prontos para o abate. Neste sentido, vale frisar sobre a relevância do papel dos ganhos em produtividade obtidos pela cadeia produtiva de frangos no Brasil, sobretudo após os anos 2000, momento a partir do qual é possível verificar que o crescimento da produção foi mais acelerado.

Neste sentido, conforme demonstrado no capítulo dois, o papel da tecnologia, do melhoramento genético e do incremento de sistemas aperfeiçoados nos processos de produção e industrialização da produção de frangos foram fundamentais para o expressivo crescimento observado no rebanho de frangos no Brasil. Espíndola (2012) sinaliza que, enquanto no ano de 1925 os frangos permaneciam nos aviários até ficarem prontos para o abate em média 125 dias, em 1964, quando o rebanho de frangos no Brasil ainda estava abaixo das 200 milhões de cabeças, o número de dias havia diminuído para 63, e no ano de 2005, momento em que o Brasil atingiu a marca de 1 bilhão de cabeças de frango, o número de dias necessários para a engorda da ave havia baixado para apenas 42. Isso mostra a efetividade do trabalho desenvolvido nos centros de pesquisa, como é o caso do Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves (CNPISA), situado em Concórdia - SC. Reforça-se a alta capacidade de financiamento que o Estado despendeu nas atividades ligadas aos agronegócios de origem animal, e é resultado do aumento da demanda interna pelo produto, juntamente com o aumento das exportações.

No mapa 06, é possível visualizar a distribuição do efetivo de rebanho de frangos pelo território brasileiro, em número de cabeças, considerando os dados do ano de 2017.

Mapa 06 – Distribuição espacial do rebanho de frangos no Brasil (em cabeças – 2017)

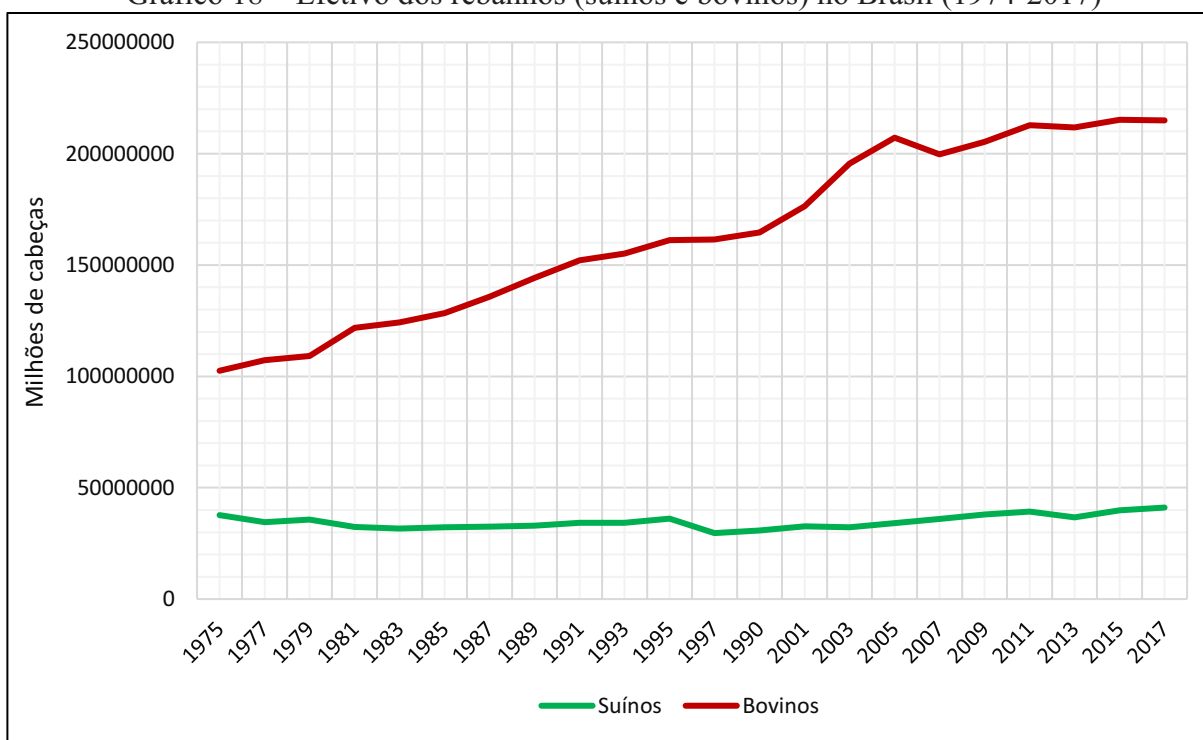


Fonte: Sistema Sidra, IBGE, 2017

Conforme o mapa 06, a distribuição espacial do rebanho de frangos no Brasil (que na nomenclatura do IBGE é nominado efetivo de galináceos) encontra-se concentrado no Oeste catarinense e nas regiões Norte e Oeste do estado do PR (maior produtor nacional de frangos). Por outro lado, nota-se uma participação importante no rebanho nacional dos estados do RS (parte Norte e Noroeste), SP, MS (arredores de Dourados), Triângulo Mineiro (arredores de Uberaba e Uberlândia), GO (Sul e Sudeste) e MT (região Sul e Central). Há outros estados que participam com menor relevância, como estados da região Nordeste, RO, RJ e ES. Portanto, pode-se dizer que, embora a produção de grãos tenha entrado com força em novas áreas, sobretudo na região Centro-Oeste do Brasil, isso não ocorreu na mesma proporção com a produção de frangos. Assim, a maior parte da produção se concentra no Sul do Brasil.

Já com relação aos agronegócios de bovinos e suínos (Gráfico 18), nota-se que o rebanho de bovinos, mesmo sem apresentar crescimento ininterrupto, aponta para um crescimento muito superior do que o rebanho de suínos no Brasil (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Efetivo dos rebanhos (suínos e bovinos) no Brasil (1974-2017)



Fonte: Sistema Sidra, IBGE, vários anos

Em 1975, o rebanho de suínos era de pouco mais de 37,6 milhões de cabeças, de maneira que esse número não foi ultrapassado até 2007, quando atingiu 38 milhões de cabeças. Após 2007, se manteve estável e com leve crescimento, atingindo, em 2017, pouco mais de 41 milhões de cabeças. O rebanho de suínos no Brasil, no período 1975-2017, teve

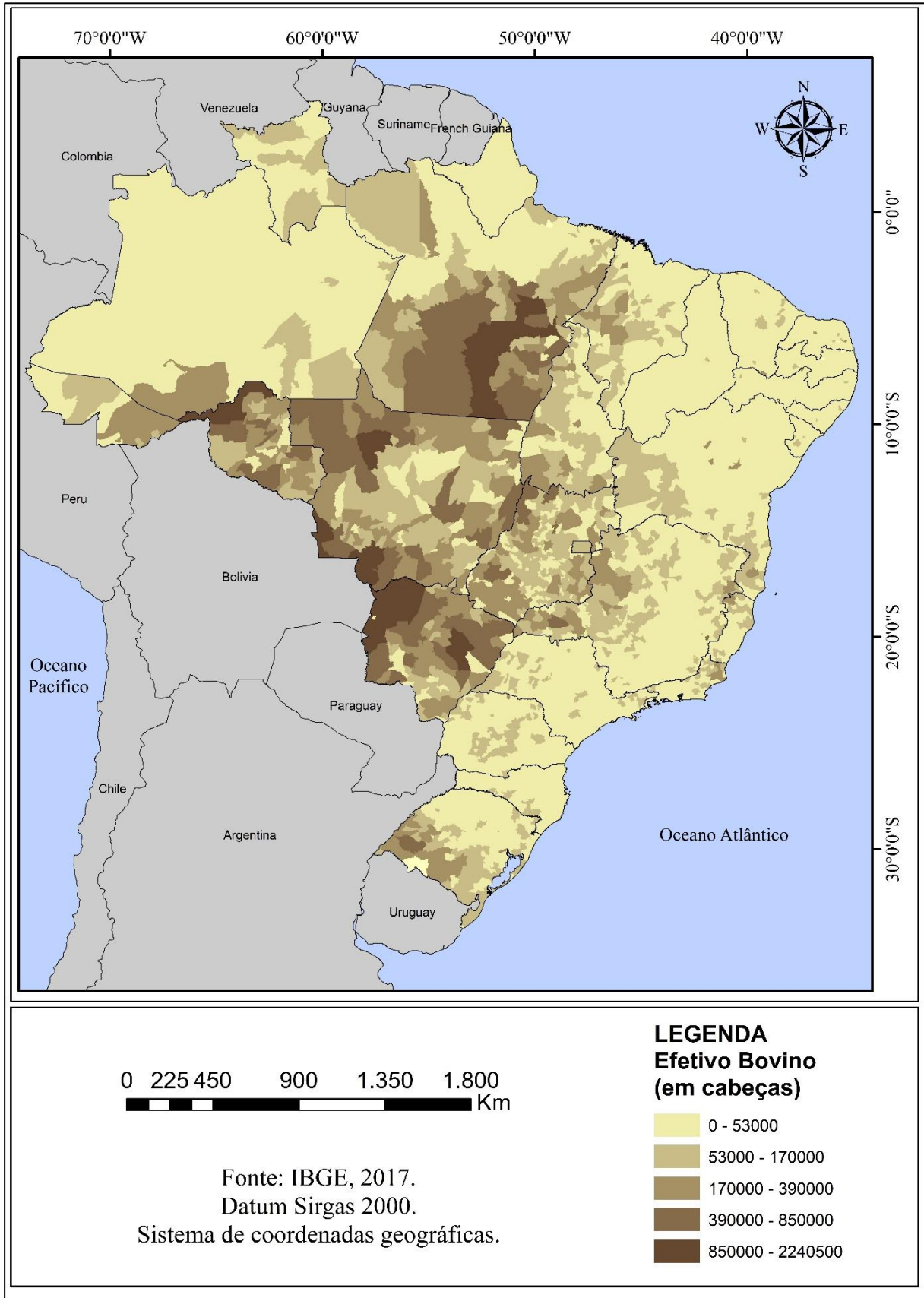
um crescimento de 15,8%, de modo que somente depois de 2007 o segmento apresentou crescimento mais expressivo. No caso do efetivo de rebanho de bovinos, apresenta-se outra situação. Em 1975, o Brasil contava com 107 milhões de cabeças, sendo que houve crescimento ininterrupto do efetivo de rebanho até 2005, quando atingiu 207 milhões de cabeças, ou seja, no intervalo de 30 anos, o rebanho de bovinos quase dobrou no Brasil. Depois de 2005, houve pequena queda no rebanho bovino, mas o crescimento voltou a ocorrer em 2011, tendo atingido um efetivo de 215 milhões de cabeças em 2017.

Embora o efetivo de rebanho de suínos apresente crescimento pouco vultuoso (Gráfico 18), deve-se considerar que há uma espécie de reação, mesmo que pequena, desse segmento a partir de 2002, sendo que em 2002 a produção brasileira de carne suína foi de 2,8 milhões de toneladas, enquanto em 2014 foi de 3,4 milhões de toneladas (Espíndola, 2016). No efetivo de rebanho bovino, o crescimento foi mais notável a partir de 2003, haja vista que, de 2003 até 2005, por exemplo, o rebanho de bovinos no Brasil passou de 195 milhões de cabeças para 207 milhões, ou seja, um crescimento de 6% em apenas 2 anos. Se considerado o período 2003-2017, o crescimento no efetivo de cabeças do rebanho bovino no Brasil foi de 10%.

No mapa 07, é possível identificar as principais áreas do Brasil nas quais se encontram os rebanhos de bovinos, considerando os dados de 2017. Diferentemente do que é verificado na produção de frangos, nota-se forte concentração na região Centro-Oeste, especialmente nos estados de MS e MT (maior produtor nacional de bovinos) e, em menor grau de importância, no estado de GO. Além destes, nota-se forte concentração no Sul, Sudeste e Leste do PA e no estado de RO. Nos estados de TO, MA, BA, MG e RS (campanha gaúcha – Mapa 07), também é notada certa concentração de rebanho bovino.

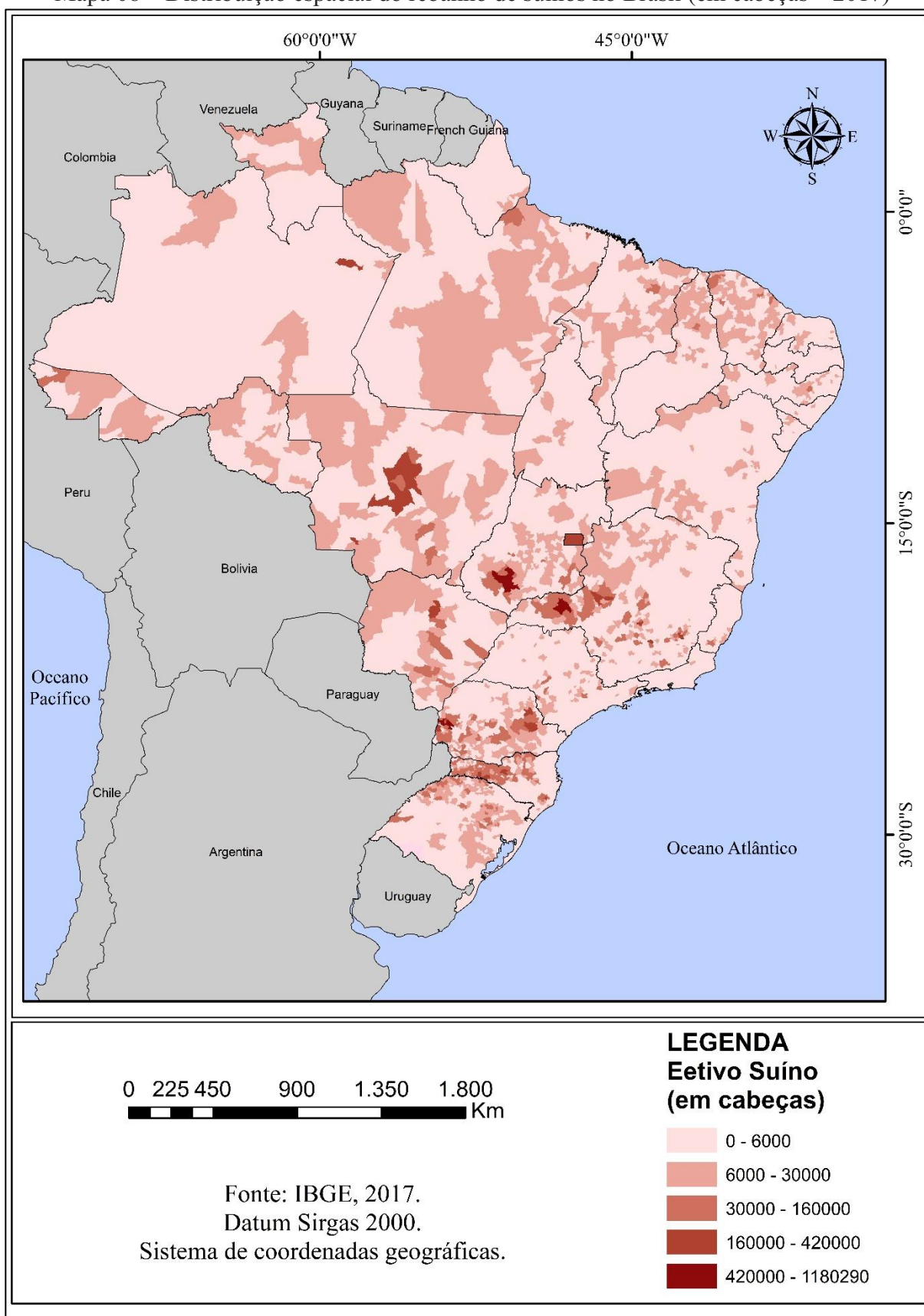
No entanto, é a região Centro-Oeste do Brasil que concentra a maior parte do rebanho nacional de bovinos. Vale salientar que o rebanho bovino se concentra em áreas de expansão da fronteira agrícola (Norte do MT e Sul do PA), uma vez que a criação de gado é introduzida nas áreas recém desmatadas. Além disso, a entrada de gado na fronteira agrícola permite o posterior aproveitamento das áreas para o cultivo de grãos, especialmente a soja. Logo após o mapa 07, aparece o mapa 08, com a distribuição espacial do rebanho de suínos no Brasil.

Mapa 07 – Distribuição espacial do rebanho de bovinos de corte no Brasil (em cabeças – 2017)



Fonte: Sistema Sidra, IBGE, 2017

Mapa 08 – Distribuição espacial do rebanho de suínos no Brasil (em cabeças – 2017)



Fonte: Sistema Sidra, IBGE, 2017

Conforme aponta o mapa 08, a região Sul concentra a maior parte da produção de suínos do Brasil. O estado de SC (especialmente a região Oeste, maior produtora nacional de suínos), juntamente com o centro e Oeste do PR e Noroeste do RS, concentram mais de 70% da produção nacional de suínos. Por outro lado, nota-se que os estados do MS, MG (especialmente triângulo e Oeste mineiros), GO (Sul e Sudeste do estado) e região central do MT apresentam áreas importantes de rebanhos de suínos. Dessa forma, embora tenha ocorrido uma desconcentração da produção de suínos da região Sul do Brasil e uma maior participação do Centro-Oeste, nota-se que a região Sul continua sendo a maior produtora do país. Outras regiões, como Norte e Nordeste do Brasil, possuem alguma importância na representação nacional de rebanho de suínos, mas trata-se de uma representação menor em relação ao Sul e Centro-Oeste.

Dada espacialização dos principais agronegócios do Brasil, na tabela 08 é possível perceber os quatro países que mais produziram os principais produtos da agropecuária mundial no ano de 2018. Nota-se que, com exceção do trigo, o Brasil figura como um dos quatro maiores produtores mundiais em todos os produtos (soja, milho, algodão, leite, suínos, bovinos e frangos). Além disso, sabe-se que, diferentemente de outros países do mundo, o Brasil é um dos únicos que dispõe de áreas de expansão e condições edafoclimáticas diferenciadas para o crescimento da produção de grãos e animais. Por essa razão, as equipes técnicas de instituições públicas, como a Embrapa e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), apontam que o Brasil tem grandes possibilidades de se tornar o maior produtor mundial de soja, milho, bovinos e frangos em médio prazo. No entanto, de acordo com os dados de 2018 (Tabela 08), o Brasil não aparece como maior produtor mundial em nenhum dos produtos (os dados considerados para o ranking da tabela 08 são da quantidade produzida). A posição do topo é cadenciada por EUA, China e Índia. Os EUA são o maior produtor mundial de soja, leite e frangos; a China é a maior produtora mundial de trigo e suínos; e a Índia a maior produtora mundial de algodão e bovinos, considerando somente os produtos da tabela 08, com os dados do ano de 2018.

Tabela 08 – Países com maior produção mundial nos principais agronegócios animal e vegetal em 2018

Posição/Produto	Soja	Milho	Algodão	Trigo	Leite	Suínos	Bovinos	Frangos
1º	EUA	EUA	Índia	China	EUA	China	Índia	EUA
2º	Brasil	China	China	Índia	Índia	UE	Brasil	Brasil
3º	Argentina	Brasil	EUA	Bangladesh	China	EUA	China	UE
4º	China	UE*	Brasil	Vietnã	Brasil	Brasil	EUA	China

Fonte: USDA – Departamento de agricultura dos Estados Unidos (2018). *União Europeia

O Brasil (tabela 08) aparece como segundo maior produtor mundial de soja, bovinos e frangos. Ademais, é o terceiro maior produtor mundial de milho e quarto maior produtor mundial de leite, suínos e algodão. Vale salientar que a China é um importante produtor mundial dos agronegócios apontados na tabela 08, da mesma forma que a Índia, a Argentina, os EUA e o bloco de países da União Europeia. Em linhas gerais, pode-se dizer que o grupo de países que aparecem na tabela 08 são as grandes forças mundiais dos principais agronegócios, responsáveis por mais de 60% da produção mundial dos produtos que estão na tabela 08.

No caso específico do Brasil, embora o país seja uma das grandes forças mundiais nos diferentes segmentos de agronegócios, é necessário frisar que a produção de cada produto encontra-se distribuída pelo território de forma desigual, como apontado nos mapas 03, 04, 05, 06, 07 e 08. No caso dos agronegócios de grãos, a distribuição desigual da produção no território se dá em função da necessidade de terra plana, para favorecer a mecanização agrícola, além de áreas onde o regime de precipitação seja regular o suficiente para garantir boa produtividade das culturas e as temperaturas médias estejam na faixa dos 25°C – considerado ideal para culturas como soja, milho, algodão, feijão e outras. Já no caso dos agronegócios de origem animal, os mesmos fatores também são válidos, mas não da mesma maneira, haja vista que, atualmente, existem diferentes regiões do Brasil onde o relevo é bastante irregular, e, no entanto, são especializadas na produção de leite, frangos e suínos, por exemplo. Isso ocorre porque a produção animal se dá principalmente em forma de confinamentos (chiqueirões, aviários e estrebarias), em espaço reduzido, visando o desenvolvimento das atividades que levam à produção, ficando em segundo plano a necessidade de um relevo plano e chuvas regulares.

No item 3.1.2, apresenta-se a discussão sobre a economia e os agronegócios, mas tendo como foco o estado de Santa Catarina.

3.1.2 A complexidade econômica catarinense e os agronegócios após 2003

A economia catarinense, sobretudo após 2003, passou a tornar-se de alta complexidade nos processos produtivos, em razão da trajetória de progresso técnico construído ao longo dos anos. Conforme Giovanini (2018), a partir do final do século XX apareceram diferentes perspectivas teóricas para explicar essa complexidade econômica. Os neo-schumpeterianos proporcionaram uma visão mais holística e dinâmica de mudança estrutural nas economias nacionais, de modo que essas mudanças refletem, no caso brasileiro, nas economias estaduais. Nesta perspectiva teórica, além do aperfeiçoamento técnico nas cadeias produtivas que envolvem agropecuária e indústria, o setor de serviços assume papel destacado, sendo crescente o número de evidências favoráveis à argumentação de que ele exerce efeito importante sobre a dinâmica econômica como um todo.

Os neo-schumpeterianos evidenciaram a importância das atividades voltadas para a inovação e melhoramento tecnológico. Os sistemas nacionais de inovação, por exemplo, mostram que a realização de inovações não depende apenas de rotinas que acontecem no interior das firmas empresariais, mas principalmente da capacidade dos países em desenvolver novos conhecimentos e novas atividades produtivas (GIOVANINI, 2018). Assim, a complexidade econômica do estado de Santa Catarina que aqui será apresentada aponta que cada setor econômico (agronegócios, indústria, comércio, serviços) é de extrema importância para o estado, porém cada setor depende de um conjunto de atividades complementares; por isso a ideia de complexidade faz sentido.

Neste sentido, a economia catarinense foi formada basicamente a partir de capitais locais e especializações regionais, sobretudo até os anos 2000. A base econômica estadual encontrou frentes de expansão com base nas atividades agropecuárias, industriais e comerciais. Neste contexto, contribuiu muito, desde o início do século XX, a qualidade dos recursos humanos originários dos fluxos migratórios de outros países e estados. Apesar de ainda hoje contar com um sempre renovado contingente de micro e pequenas empresas, diversas empresas se desenvolveram e tornaram-se expoentes da produção nacional e até mesmo internacional. Com o passar dos anos, o aperfeiçoamento dos processos produtivos acentuou na economia catarinense a complexidade impregnada nos diferentes setores produtivos. Essa complexidade disseminou-se pelas diferentes regiões do estado, tendo maior impulso no setor de turismo (região litorânea), bem como nos serviços intensivos em conhecimento e atividades portuárias (Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba).

Paralelamente, áreas do estado tradicionalmente conhecidas por um determinado segmento produtivo acabaram introduzindo outros negócios e diversificando a dinâmica produtiva. Assim, o aumento da complexidade nas diferentes regiões do estado de Santa Catarina fez com que o Norte do estado, por exemplo, historicamente conhecido pela produção madeireira e de papel e celulose, também incorporasse o setor de grãos e de carnes com maior importância. No Oeste do estado, conforme será apresentado mais detalhadamente no capítulo quatro, tradicionalmente conhecido pela produção alimentar, tornou-se importante produtor do complexo metal mecânico, de máquinas e equipamentos, móveis, energia e outros. Nota-se, entretanto, ainda que mantenha alguma importância econômica em áreas do estado, que o setor têxtil e de vestuário sofre impactos significativos em razão de o estado ainda sofrer com as políticas de abertura comercial da década de 1990, prejudicando a produção industrial neste setor (ROÇANI e GOULARTI FILHO, 2015).

Neste sentido, conforme apresenta o programa estadual de planejamento econômico, apesar de Santa Catarina possuir apenas 1,1% do território brasileiro, os agronegócios catarinenses destacam-se internacionalmente em termos de produtividade, competitividade e inovação tecnológica. Nisto está impregnada a alta complexidade produtiva, que contribui para a diversificação dos ramos produtivos regionais, dando dinamismo aos agronegócios, mas também a novos negócios que vão surgindo. A expressiva participação de Santa Catarina na produção e no mercado de diversos produtos decorre, também, da significativa estrutura de apoio e da cooperação entre os setores público e privado, relacionados às diversas cadeias produtivas do estado. Essa complexidade da economia catarinense confere aos seus setores produtivos a posição de estarem entre os mais competitivos do Brasil.

Neste contexto, é importante lembrar que a economia do estado de Santa Catarina, historicamente, mostrou-se com potencial produtivo pujante. Mamigonian (1986) sinalizou que o bom desempenho econômico das regiões catarinenses sempre esteve associado a um tipo específico de imigração e à presença da pequena produção. Desse modo, no Norte do estado se destacaram, desde a chegada dos imigrantes, grupos familiares (Consul, Hering, Weg e outros) ligados aos negócios elétricos, têxteis e metal mecânicos, que tiveram origens modestas, mas conquistaram espaço comercial nacional e internacional. No Oeste, outros grupos familiares deram origem ao que depois se transformaria em grandes indústrias do setor alimentício, como a Sadia, a Perdigão e a Seara. E no Sul do estado, grupos familiares (Zanette, Guglielmi e outros) tiveram inicialmente as atividades ligadas ao carvão e desenvolveram um forte setor econômico ligado à indústria cerâmica (Goularti Filho, 2016).

Neste sentido, a imigração europeia deu origem a vários pequenos comerciantes e industriais, que contribuíram decisivamente para engendrar uma acumulação pulverizada de capital e uma concorrência acirrada. Como resultado, ocorreu a prosperidade de alguns capitalistas em detrimento de outros, o que, conseqüentemente, gerou uma diferenciação social no interior da pequena propriedade, predominante no estado. Os capitalistas que prosperaram começaram a puxar o processo de industrialização da produção local, e mais tarde se tornaram importantes empresários do setor industrial (Goularti Filho, 2016). Dessa forma, tanto a produção local derivada da agricultura e da pecuária quanto sua transformação industrial e sua comercialização estão nas raízes da formação econômica de Santa Catarina.

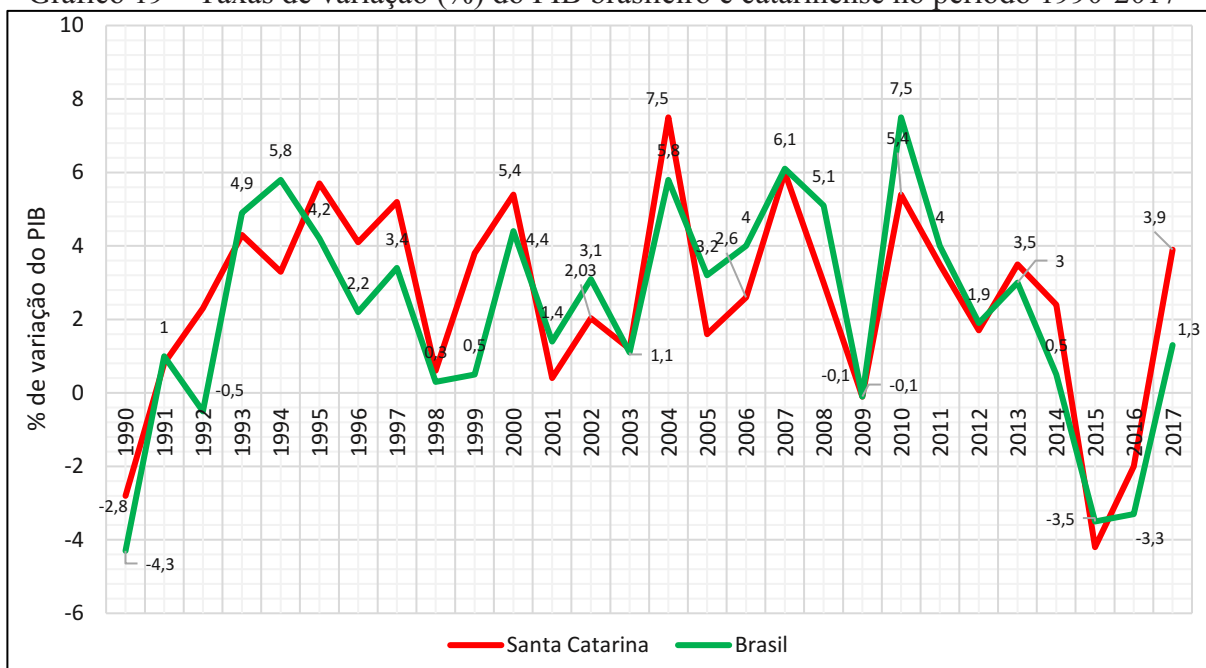
Nas décadas de 1970 e 1980, o estado de SC já dispunha de uma estrutura econômica industrial bem desenvolvida e capaz de levar sua produção para diferentes regiões do mercado interno, sobretudo para as regiões Sul e Sudeste e para o mercado internacional, sobretudo países asiáticos e do Oriente Médio. O dinamismo econômico de SC fez com que, mais tarde, entre os anos 1990 e 2000 (Gráfico 19), as taxas de crescimento do PIB do estado estivessem por muitos anos acima das taxas apresentadas pelo PIB brasileiro. Conforme apontam os dados do gráfico 19, entre 1990 e 2017 SC apresentou taxas de variação do PIB superiores às taxas de variação do PIB brasileiro em 15 dos 27 anos do referido período. Se for considerada somente a década de 1990, ou seja, 1990-2000, quando a forte crise afetava toda a economia brasileira, a variação inferior do PIB de SC em relação ao PIB brasileiro aconteceu somente nos anos de 1993 e 1994. Assim, o dinamismo econômico, em grande medida derivado do poder industrial instalado em SC na década de 1990, fez o estado sofrer menos com a crise.

Além disso, a superioridade da variação do PIB catarinense sobre o PIB brasileiro na década de 1990 pode ser demonstrado pela média de crescimento do PIB. Enquanto o PIB de SC cresceu em média 2,8% ao ano no período 1990-2000, o PIB brasileiro cresceu em média 1,9% ao ano. Já no período 2001-2014, o PIB de SC apresentou um crescimento médio de 2,85% ao ano, ou seja, manteve o crescimento da década de 1990. Por outro lado, no mesmo período, o PIB do Brasil cresceu em média 3,4% ao ano, ou seja, um crescimento superior ao catarinense e uma importante recuperação econômica, se comparado ao crescimento apresentado na década de 1990 (Gráfico 19). Entre 2015 e 2017, período em que o Brasil como um todo apresentou forte queda na economia, a variação do PIB catarinense foi negativa de -2,3%, enquanto a variação negativa do PIB brasileiro foi de -5,5%.

Dessa maneira, o comportamento da economia do estado de SC, embora siga a tendência do que ocorre no Brasil, possui uma capacidade de “sofrer menos” em momentos de

crise – basta comparar os dados da retração ocorrida em nível nacional e em nível estadual entre 2015 e 2017, e até mesmo na década de 1990. Em grande medida, isso é resultado de uma economia diversificada, dinâmica, complexa e com grande capacidade de transformação da produção, o que agrega maior valor aos bens produzidos e torna possível, em períodos de tempo mais curto, medidas que possam mitigar a desaceleração da economia e até mesmo reabilitar o crescimento após os momentos de crise. No gráfico 19, é possível observar as taxas de variação do PIB brasileiro e catarinense, entre 1990 e 2017.

Gráfico 19 – Taxas de variação (%) do PIB brasileiro e catarinense no período 1990-2017⁸⁸



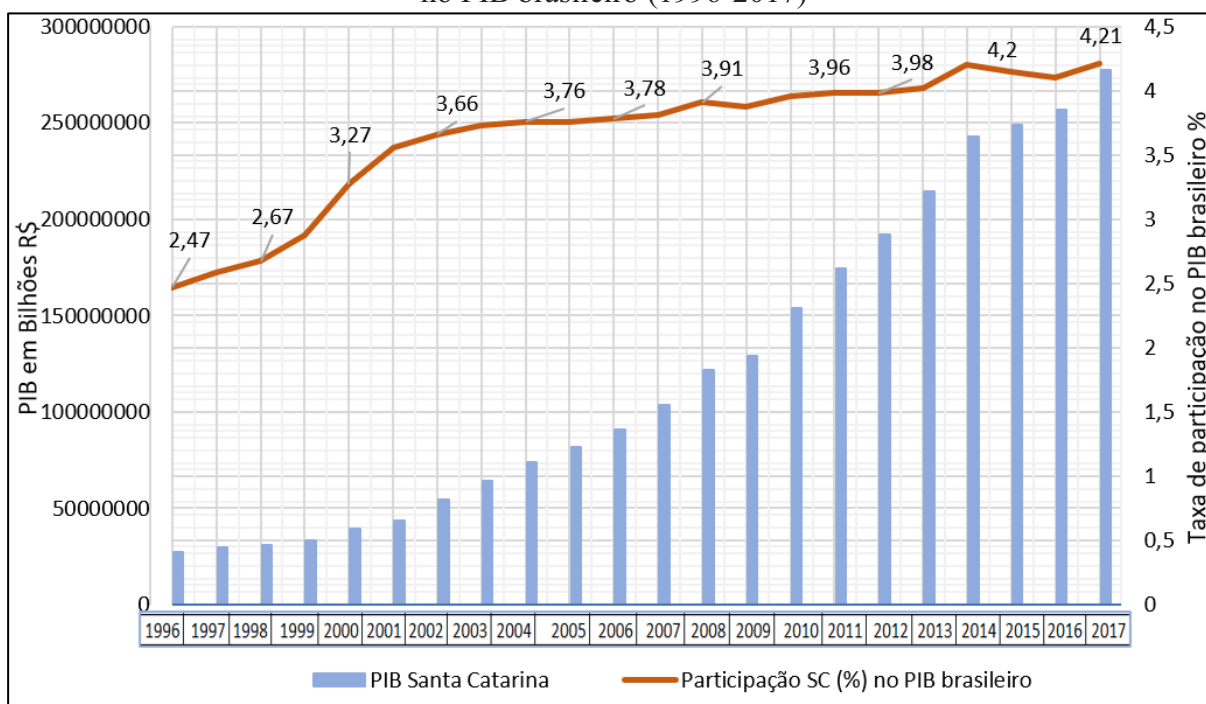
Fonte: IBGE. Coordenação de Contas Nacionais (vários anos)

No gráfico 20, é possível identificar o crescimento do PIB catarinense em valores correntes e a evolução do percentual de sua participação no PIB brasileiro. Nota-se, portanto, que o PIB catarinense passou por um processo de crescimento contínuo, em termos de valores correntes, no período 1996-2017, sendo que passou de aproximadamente R\$27,3 bilhões em 1996 para mais de R\$277 bilhões em 2017. Assim, em valores correntes, o PIB catarinense cresceu mais de dez vezes no período mencionado, uma vez que, no ano de 2017, os dados do IBGE apontaram o estado de SC com o sexto maior PIB do Brasil, atrás somente dos estados de SP, RJ, MG, RS e PR, nesta ordem. Em termos de percentual de participação do PIB de SC no PIB brasileiro, é notável o crescimento ocorrido, de maneira que, em 1996, o PIB

⁸⁸ As porcentagens de variação do PIB foram calculadas sobre os valores reais, ou seja, valores atualizados de acordo com a inflação.

catarinense participava com 2,47% no PIB nacional. Esse percentual foi crescendo, como pode ser observado na linha do gráfico 20, e atingiu 4,21% no ano de 2017. Dessa forma, paralelamente ao crescimento em valores correntes do PIB catarinense, o estado apresentou um crescimento contínuo no percentual de participação do PIB nacional (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Evolução do PIB de Santa Catarina (em valores correntes) e sua participação (%) no PIB brasileiro (1996-2017)

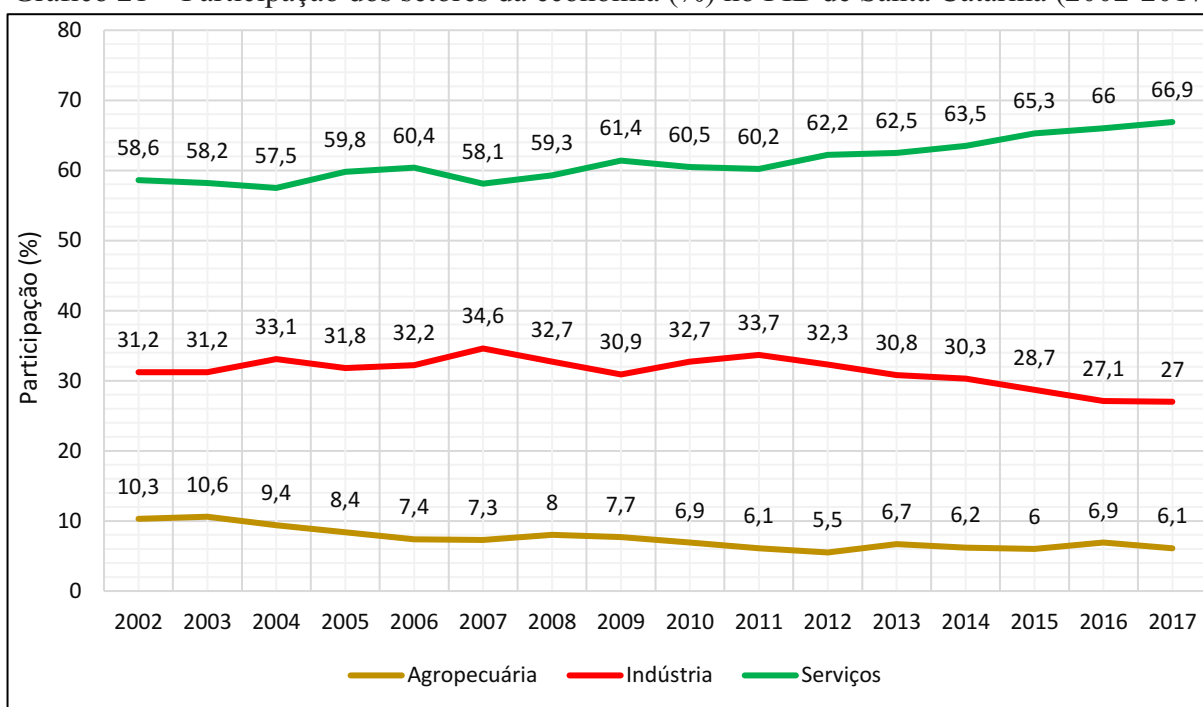


Fonte: IBGE. Coordenação de Contas Nacionais (vários anos)

Ainda que no gráfico 19 tenha sido possível identificar que o PIB catarinense apresentou variações negativas menos expressivas do que o PIB brasileiro e, além disso, o impacto da crise econômica da década de 1990 tenha sido maior em escala nacional do que em escala estadual, vale frisar que, tal como aponta o gráfico 20, em termos de valores correntes, o PIB catarinense cresceu mais na década de 2000 do que na década de 1990. Em termos de participação do PIB catarinense no PIB nacional, somente a partir dos anos 2000 SC passou de 3% na participação do PIB nacional para 4,21% em 2017. Portanto, as políticas de desenvolvimento econômico em vigor no Brasil após 2003, em termos de geração de riquezas, distribuição de renda e valorização do salário mínimo, foram mais efetivas do que as da década de 1990 – mesmo que essa tenha sido uma década de crise, de controle da inflação e de consolidação da política monetária (Plano Real).

Outrossim, esse tópico começou apontando que teria ocorrido o crescimento do setor de serviços na composição do PIB catarinense. No gráfico 21, é possível identificar a evolução da participação em percentual dos três principais setores da economia (agropecuária, indústria e comércio e serviços) no PIB catarinense, levando-se em conta o período 2002-2017. Paralelamente à diminuição da participação do setor da indústria e agropecuária, ocorreu o aumento do setor de serviços, com ganho de mais de 8% de participação no PIB estadual entre 2002 e 2017.

Gráfico 21 – Participação dos setores da economia (%) no PIB de Santa Catarina (2002-2017)



Fonte: IBGE, Coordenação de contas nacionais (vários anos)

Conforme aponta o gráfico 21, ocorreu redução importante na participação do PIB estadual dos setores da agropecuária e da indústria, ao passo que o setor de serviços apresentou crescimento na participação. No caso da agropecuária, os dados apontam que, em 2002, o setor participava com 10,3% do PIB estadual, de maneira que foi diminuindo, até atingir 6,1% em 2017. Na indústria, a diminuição na participação do PIB foi semelhante, mas manteve-se na faixa dos 32% entre 2002 e 2012, quando entrou em declínio, tendo atingido 27% de participação em 2017. Por outro lado, o setor de serviços foi crescendo ano a ano, sobretudo a partir de 2012, momento em que a indústria mais perdeu participação. Dessa maneira, o setor de serviços passou de 58,6% de participação em 2002 para 66,9% em 2017.

Como comentado no tópico anterior, os dados da composição do PIB por setores da economia precisam ser relativizados pois, como os setores atuam na economia de forma interdependente, não necessariamente determinado setor tenha realmente perdido importância na composição do PIB, haja vista que esse setor pode ter passado a ser maior fornecedor de outro setor. Um exemplo é o caso da agropecuária, na qual é contabilizado somente a produção bruta de grãos e de animais que saem das propriedades rurais; no entanto, grande parte dessa produção vai para o processamento na indústria e utiliza, para ser produtiva, bens de capital adquiridos do setor de serviços. Assim, trata-se de uma questão a ser relativizada. Além disso, para o setor agropecuário, é fato que, em função da falta de terras apropriadas para aumentar as áreas agrícolas e de pecuária extensiva no estado de SC, sua produção tende a estagnar e, necessariamente, perder importância frente aos setores da indústria e dos serviços.

Ademais, embora o setor industrial de SC tenha perdido importância na participação do PIB, os dados do gráfico 21 permitem afirmar que esse setor é pujante, de maneira que os aglomerados e distritos industriais presentes no estado de SC reúnem uma população de empresas em espaços geográficos diferenciados (Dall'Acqua, 2003). Neste sentido, Marshall (1916) apontou que um distrito industrial é um lugar onde se reúnem condições de densidade de população, de infraestrutura e de atmosfera industrial. Em SC, isso se faz presente em diferentes segmentos econômicos e nas diferentes regiões do estado (setor agroalimentar no Oeste, setor metalmeccânico e elétrico no Norte, setor têxtil no vale do Itajaí, setor de tecnologia na grande Florianópolis e setor cerâmico no Sul do estado). Assim, é inconcebível dar pouco relevo ao setor industrial e deixar de mencioná-lo como fundamental na dinâmica econômica diversificada do estado de SC, em função do gráfico que aponta para queda da sua participação no PIB do estado.

Neste sentido, é a própria qualidade do trabalho empregada nas indústrias de transformação que dá a possibilidade de geração de uma massa salarial diferenciada, que estará movimentando setores mais sofisticados dos serviços, como no caso da linha de automóveis e autopeças, por exemplo. O setor de serviços, para além disso, conseguiu apresentar crescimento na participação do PIB estadual em razão de que, na década de 2000, ocorreu no Brasil e no estado de SC a valorização constante do salário mínimo, os baixos índices de desemprego (em 2013, o Brasil foi considerado um país do pleno emprego, com índices de desemprego que estiveram abaixo de 5%), os fortes investimentos do Estado e da

iniciativa privada e um aumento considerável de tecnologias que trouxeram ganhos aos setores produtivos.

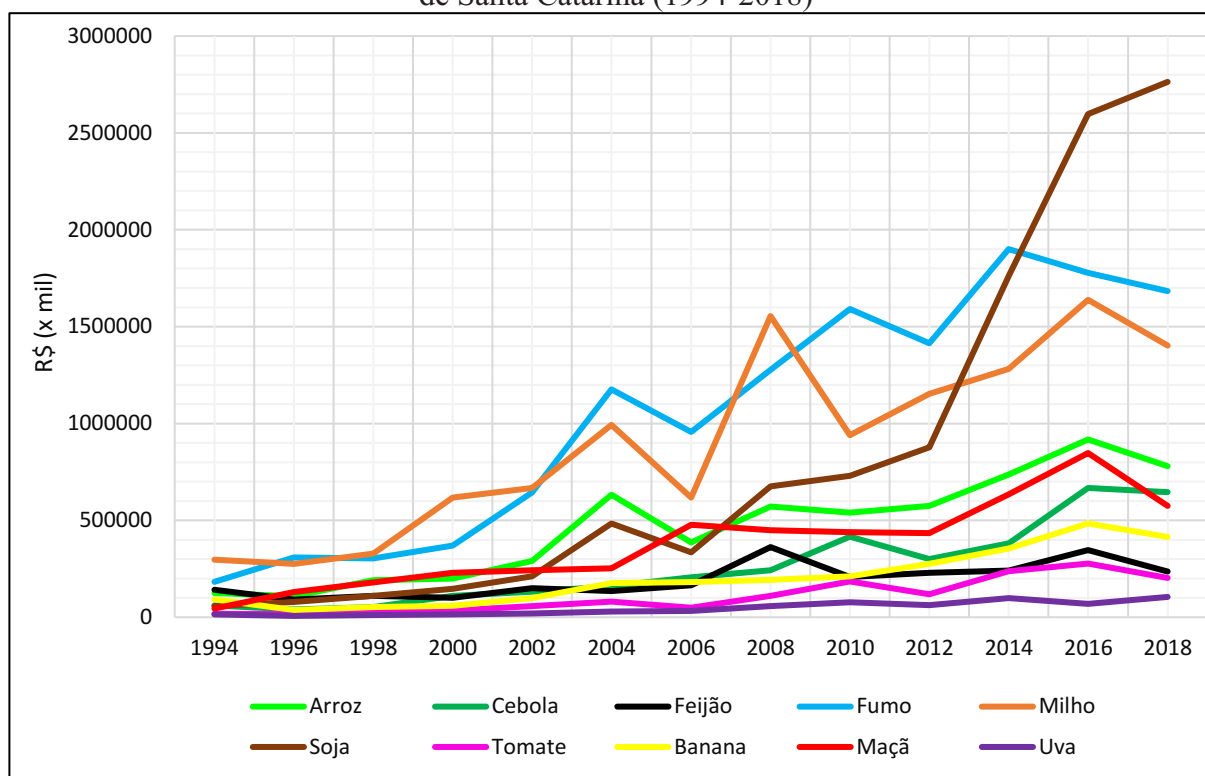
Além disso, o setor de serviços foi fortemente movimentado, apresentando os crescimentos do gráfico 21, em razão de que ocorreu em diferentes regiões do estado de SC os chamados agrupamentos de empresas especializadas na prestação de serviços. A dinamização da complexidade econômica estadual e o crescimento da renda da população do estado catarinense foram suportes para que o setor de serviços viesse numa crescente. Ademais, a produtividade do trabalho, atrelada ao processo das técnicas de produção, acabou por liberar mão de obra da indústria e da agropecuária, as quais, em alguma medida, foram absorvidas pelos serviços cada vez mais especializados e pelo comércio em geral, que passou a oferecer possibilidades de consumo antes inexistentes (boutiques, minimercados especializados, dentre outros).

Um exemplo a ser citado, na região da foz do rio Itajaí, foi o aumento acentuado de empresas ligadas à prestação de serviços logísticos. Dall'Acqua (2003) interpreta o crescimento dos serviços a partir do conceito de *cluster*⁸⁹, o qual significa que, dependendo da profundidade de sofisticação, pode assumir inúmeras formas; no entanto, a grande maioria assume empresas de produtos ou serviços finais, “fornecedores de insumos especializados, componentes, equipamentos e serviços, instituições financeiras e empresas em setores correlatos” (p. 98). O setor de serviços, neste sentido, interconectado com o setor industrial, está imbuído de um conjunto de *clusters* diversificados, haja vista que cada região do estado é dotada de uma especialização produtiva, mas que é complexa e não exclusiva de um ou outro setor produtivo.

Entretanto, em que pese a importância dessa pujança econômica nos setores industrial e de serviços, da mesma forma que foi feito para o Brasil no item anterior, para o estado de SC será dada maior atenção ao setor produtivo dos agronegócios. Assim, demonstra-se a evolução dos principais agronegócios catarinenses e sua localização produtiva, que levará a uma análise regionalizada da economia do estado. Neste sentido, no gráfico 22 apresenta-se a evolução do valor da produção das principais culturas da agricultura catarinense.

⁸⁹ Dall'Acqua (2003) define *cluster* baseada em Porter (1990, p. 211), como “um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares”.

Gráfico 22 – Evolução do valor da produção (R\$) das principais culturas agrícolas do estado de Santa Catarina (1994-2018)

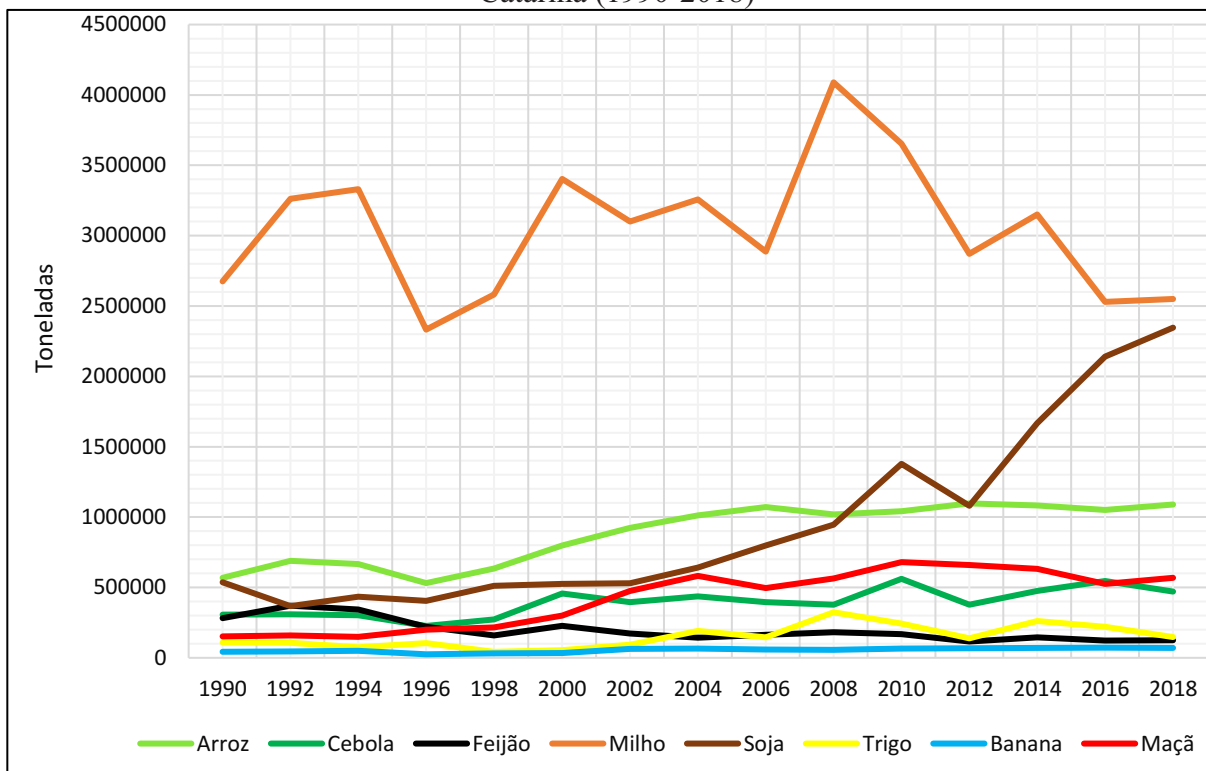


Fonte: IBGE (vários anos) – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Em valor de produção, a soja é o principal produto da agricultura catarinense, sendo que foi a cultura que mais cresceu em valor de produção, saindo de mais R\$577 milhões em 1994 para mais de R\$2,7 bilhões em 2018. Esse crescimento da soja foi de mais de 400% no período, o que aponta para a importância do grão na economia estadual. As culturas de fumo e milho, nesta ordem, foram as seguintes que mais cresceram no período, sendo que o do valor da produção do fumo ultrapassou o do milho em 2008 (Gráfico 22). Junto da soja, fumo e milho, as culturas de arroz, maçã, cebola e banana foram as que mais cresceram no estado. As culturas do feijão, tomate e uva fecham o quadro dos principais agronegócios catarinense em valor de produção, tanto nas lavouras temporárias quanto nas permanentes.

No gráfico 23, num comparativo com o gráfico 22, é possível perceber que há diferenças do valor de produção para a quantidade produzida (em toneladas), sendo que algumas culturas do gráfico 22, por possuírem quantidade de produção muito baixa, estão ausentes do gráfico 23, como é o caso do fumo e do tomate. Isso não significa que a importância do fumo e do tomate esteja ausente das propriedades rurais; no entanto, foi detectado que a quantidade produzida do fumo e do tomate é inferior aos demais produtos que aparecem no gráfico 23.

Gráfico 23 – Evolução da quantidade produzida (t*) das principais culturas agrícolas de Santa Catarina (1990-2018)



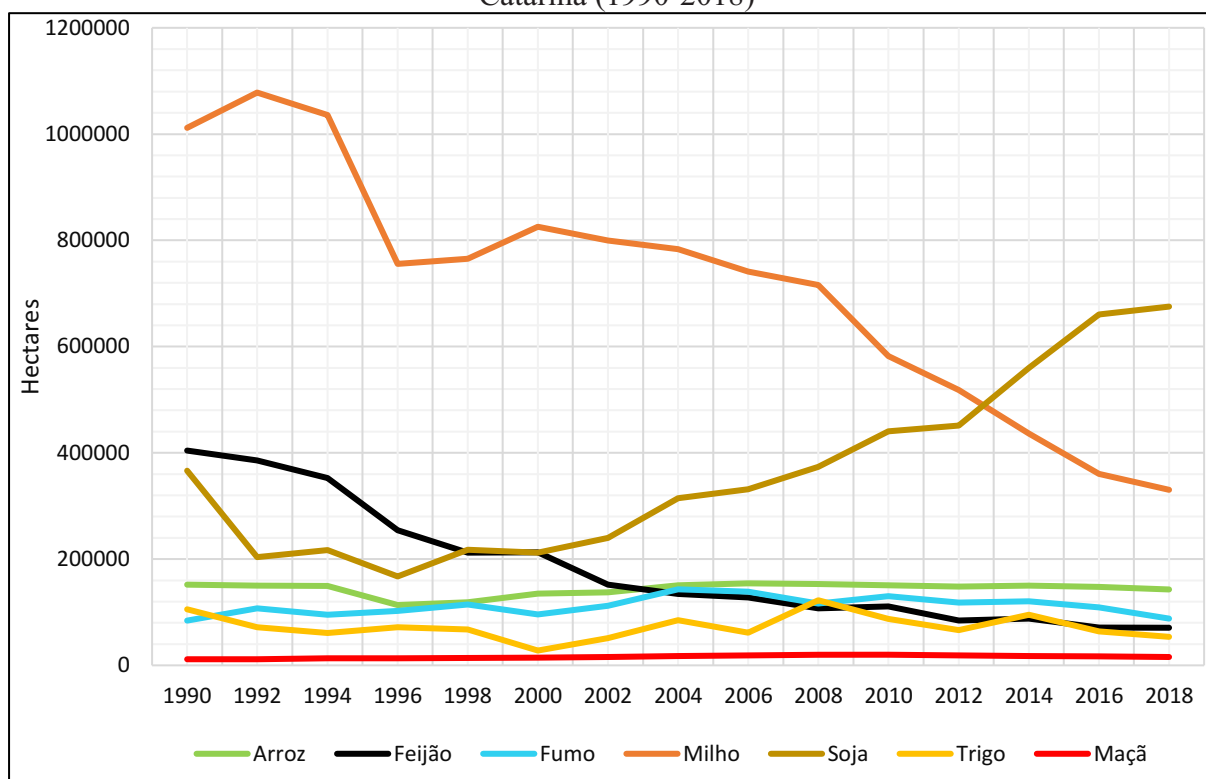
Fonte: IBGE (vários anos) – Produção Agrícola Municipal (PAM). t* = toneladas

Conforme apontam os dados do gráfico 23, a cultura que mais cresceu em quantidade produzida foi a soja, que passou de pouco mais de 537 mil toneladas em 1990 para mais de 2,3 milhões de toneladas em 2018. No entanto, em quantidade produzida a soja ficou abaixo do milho, que em toda a série foi a cultura de maior produção, tendo passado por variações ao longo do período, mas se manteve na casa das 3 milhões de toneladas em 2018. A cultura do arroz também passou por crescimento importante, passando de pouco mais de 500 mil toneladas em 1990 para mais de 1 milhão de toneladas em 2018. A cultura do trigo passou por leve crescimento, saindo de 100 mil toneladas em 1990 para mais de 150 mil toneladas em 2018. O feijão foi a única cultura do gráfico 23 que apresentou diminuição da produção no estado, passando de 370 mil toneladas em 1990 para 140 mil toneladas em 2018. A cultura da cebola passou de 285 mil toneladas em 1990 para 470 mil toneladas em 2018. Os dados das culturas permanentes de maçã e banana também apresentaram alta. A banana passou de mais de 42 mil toneladas em 1990 para mais de 70 mil toneladas em 2018. A maçã, principal fruta produzida em SC, passou de 160 mil toneladas em 1990 para mais de 567 mil toneladas em 2018. Santa Catarina é o maior produtor nacional de maçã, sendo que, em 2018, foi responsável por aproximadamente 40% da produção nacional.

A comparação entre os gráficos 22 e 23 permite afirmar que nem todo produto agrícola com grande valor de produção possui uma produção alta em toneladas, como é o caso do fumo, da uva e do tomate. No caso do trigo, a relação é inversa, pois, embora o produto apareça como um dos mais importantes do estado em termos de quantidade produzida, seu valor de produção segue caminho diferente, estando ausente dentre os maiores do gráfico 22. No entanto, ambos os gráficos permitem afirmar que as principais culturas agrícolas catarinenses, em valor de produção e quantidade produzida, são as culturas da soja, do milho, da maçã e do arroz. Por outro lado, no gráfico 24 é possível perceber que um produto com grande produção e até mesmo grande quantidade produzida pode não figurar entre os que mais ocupam área de cultivo.

Neste sentido, como pode ser identificado no gráfico 24, diferentemente do que ocorre no conjunto das culturas agrícolas dos gráficos 22 e 23, apenas as culturas de milho, soja, feijão, arroz, fumo, trigo e maçã figuram entre as que mais ocupam área no estado de SC. Portanto, culturas agrícolas como a cebola, a uva, a banana e outras, possuem boa representatividade em valor de produção e em quantidade produzida, mas ocupam áreas pequenas para seus cultivos. O gráfico 24 aponta que a cultura da soja foi a que mais cresceu em área plantada no estado de SC, passando de 200 mil hectares para mais de 675 mil hectares cultivados do grão, no período 1990-2018. Por outro lado, a cultura do milho perdeu grande quantidade de área plantada, de maneira que, em 1990, eram mais 1 milhão de hectares plantados, tendo atingido somente 330 mil hectares em 2018. Essa diminuição no plantio de milho ocorreu em função de a soja ter se tornado mais lucrativa do que o milho, sendo que o milho perdeu terreno exatamente para soja. Outra explicação para a forte queda da área cultivada do milho é que grande parte do milho plantado não chega a ser colhido em grão, pois é transformado em silagem para o rebanho leiteiro. As lavouras com essa característica estão ausentes da contabilidade dos dados.

Gráfico 24 – Evolução da área plantada (ha) das principais culturas agrícolas de Santa Catarina (1990-2018)



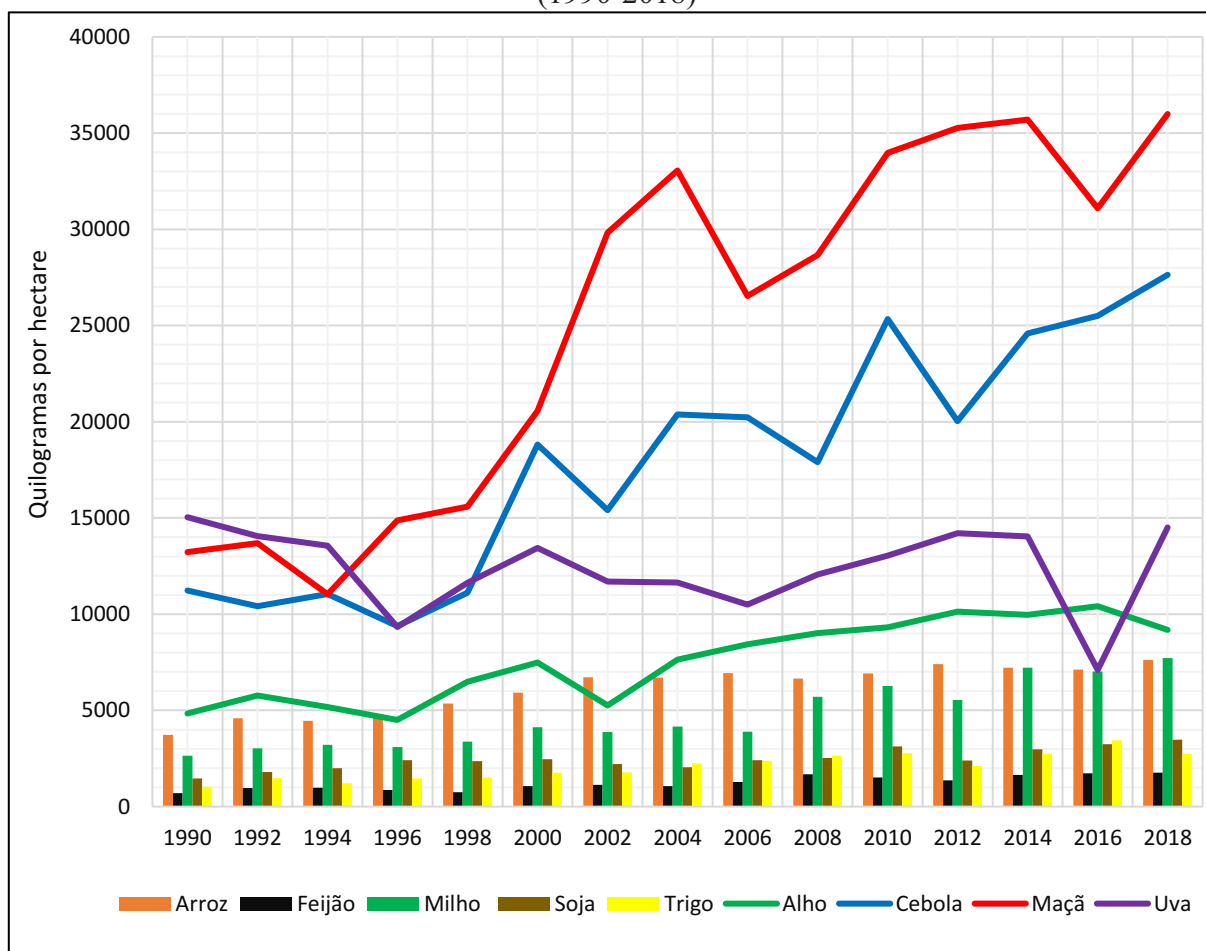
Fonte: IBGE (vários anos) – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Além disso, os dados do gráfico 24 apontam que a cultura do feijão vem perdendo área de plantio, assim como a cultura do trigo. O feijão passou de quase 400 mil hectares de cultivo em 1990 para 70 mil hectares em 2018; já o trigo passou de 72 mil hectares plantados em 1990 para 53 mil hectares em 2018. A cultura do arroz perdeu 10 mil hectares de área plantada entre 1990 e 2018. Por outro lado, as culturas do fumo e da maçã tiveram um pequeno ganho de área plantada, de maneira que o fumo passou de 84 mil hectares em 1990 para 88 mil hectares em 2018, e a maçã passou de 11,7 mil hectares em 1990 para 15,7 mil em 2018.

A relação entre os gráficos 22, 23 e 24 permitem afirmar que, embora as principais culturas agrícolas de SC, exceto a soja, tenham perdido área plantada ou tenham tido pequeno aumento de área plantada, tiveram aumento maior no valor da produção e na quantidade produzida. Com isso, pode-se dizer que, no período analisado, ocorreu a valorização monetária dos produtos e o aumento da produção por hectare, ou seja, da produtividade. De imediato, isso pode ser apontado para a cultura do milho, que perdeu grande quantidade de área plantada, mas isso não implicou na diminuição abrupta da quantidade produzida (gráficos

22 e 24). Desse modo, no gráfico 25, pode-se analisar os ganhos de produtividade que ocorreram nas principais culturas agrícolas catarinenses no período 1990-2018.

Gráfico 25 – Evolução da produtividade das principais culturas agrícolas de Santa Catarina (1990-2018)



Fonte: IBGE (vários anos) – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Das principais culturas agrícolas de SC, exceto a uva, tanto das lavouras temporárias quanto das permanentes, ocorreram ganhos significativos de produtividade. A cultura que mais cresceu em produtividade foi a maçã, que passou de 13,2 mil kg/ha em 1990 para 35,9 mil kg/ha em 2018. SC é líder nacional na produção de maçã, e isso se deve muito ao ganho de produtividade que a fruta apresentou nesse período e às condições climáticas do estado para o cultivo da fruta. A cultura da cebola também apresentou ganho expressivo de produtividade, passando de 10,4 mil kg/ha em 1990 para 27,6 mil kg/ha em 2018. O ganho de produtividade na cultura do alho foi menos expressivo, mas também ocorreu, passando de 5,7 mil kg/ha em 1990 para 9,1 mil kg/ha em 2018. Vale frisar que as quantidades produzidas por hectare das culturas da maçã, cebola, alho e uva são mais expressivas, porque trata-se de

culturas que têm nas suas características produzir grandes quantidades em menores áreas. No caso dos grãos, é comum que seja necessário maiores áreas cultivadas para obter-se quantidades produzidas maiores. Contudo, os ganhos de produtividade nos grãos também foram importantes em SC.

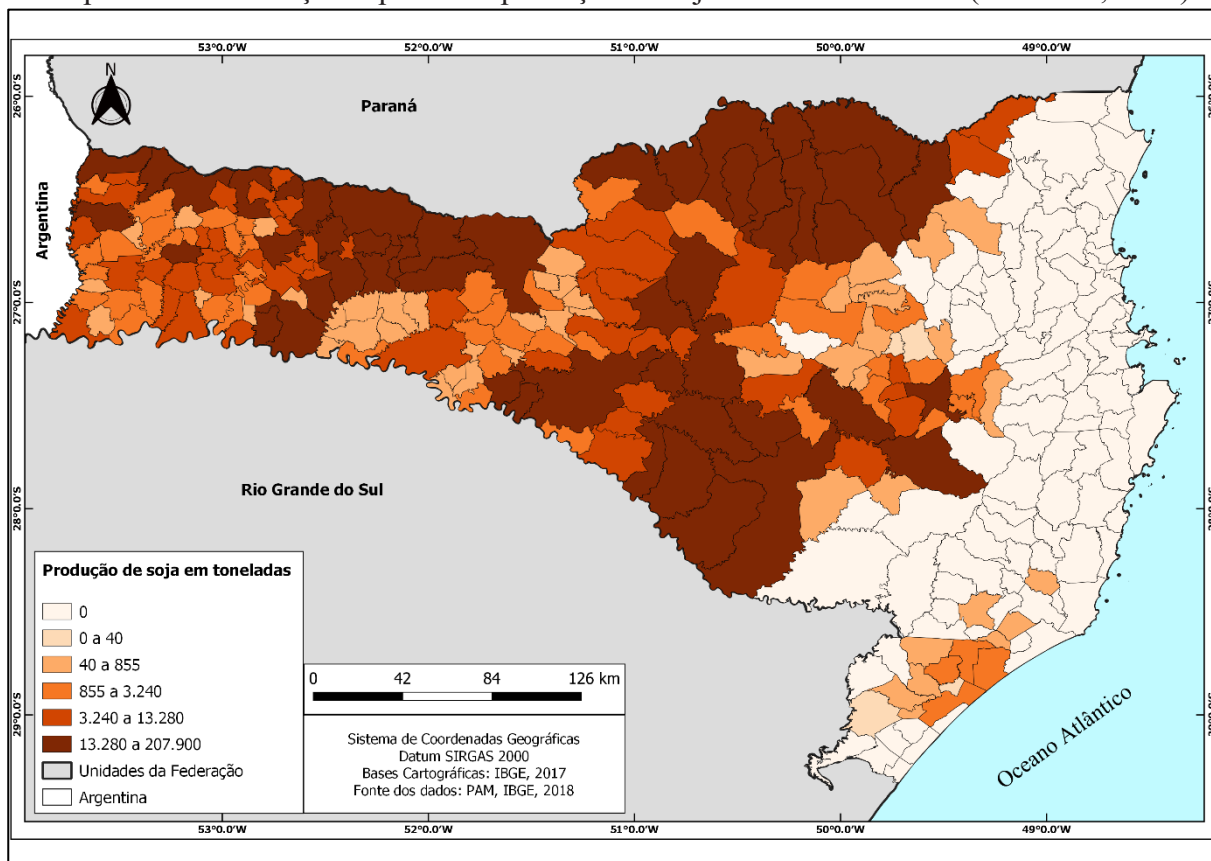
Tal como aponta o gráfico 25, a cultura do milho foi a que mais ganhou em produtividade, passando de 2,6 mil kg/ha em 1990 para 7,7 mil kg/ha em 2018. Com dados próximos, a cultura do arroz passou de 3,7 mil kg/ha em 1990 para 7,6 mil kg/ha em 2018. Nota-se que o aumento da produtividade do milho foi superior ao arroz, o que permitiu que o milho continuasse como um dos principais grãos cultivados no estado, apesar da sua grande perda em área plantada (Gráfico 24). A soja também evoluiu na produtividade, passando de 1.000 kg/ha em 1990 para 3,4 mil kg/ha em 2018. Por fim, as culturas do feijão e do trigo passaram, respectivamente, de 694 kg/ha em 1990 para 1,7 mil kg/ha em 2018, e de 1.000 kg/ha em 1990 para 2,7 mil kg/ha em 2018. Os dados da evolução da produtividade em SC demonstram, comparando com a produtividade dos mesmos produtos no Brasil, que as culturas da maçã, da cebola, de feijão, do trigo e do milho foram superiores às do Brasil.

Como mencionado para os dados apresentados sobre o Brasil, o aumento significativo da produtividade das diferentes culturas agrícolas é resultado dos investimentos em tecnologia e pesquisa, que foram capazes de desenvolver genéticas mais avançadas, capazes de fazer os produtos produzirem mais em menos espaço. Além disso, a tecnologia foi bastante usada no melhoramento da qualidade dos solos, o que influencia diretamente na qualidade do desenvolvimento das plantas. Outro ponto a ser considerado foi a melhoria na assistência técnica que ocorreu nas propriedades rurais de SC. Com isso, na medida em que surgia um problema com determinada cultura agrícola, os profissionais capacitados a resolver os problemas estiveram mais próximos dos produtores. Esses investimentos em pesquisa, tecnologia e assistência técnica foram financiados por empresas privadas e pelos próprios produtores rurais, mas principalmente pelas políticas públicas dos governos estadual e federal. A Epagri é a empresa pública de SC responsável pela assistência técnica, tendo a mesma cumprido papel fundamental nos últimos anos. Assim, o impacto dos investimentos públicos na melhoria da produtividade das diferentes culturas agrícolas refletiu nos resultados alcançados, a exemplo do que se mostrou no gráfico 25.

Neste sentido, áreas determinadas do estado de SC são responsáveis pela produção das culturas agrícolas que aparecem nos gráficos 23, 24 e 25. Por isso, importa fazer-se uma sinalização dessas áreas, tanto das principais lavouras temporárias quanto das permanentes.

No caso da cultura da soja, no ano de 2018, a produção total do estado de SC, em toneladas, representou 1,99% da produção nacional do grão. Dessa forma, no mapa 09 é possível identificar as principais áreas do estado onde predomina a produção de soja, tendo como base os dados em toneladas do ano de 2018.

Mapa 09 – Distribuição espacial da produção de soja em Santa Catarina (toneladas, 2018)



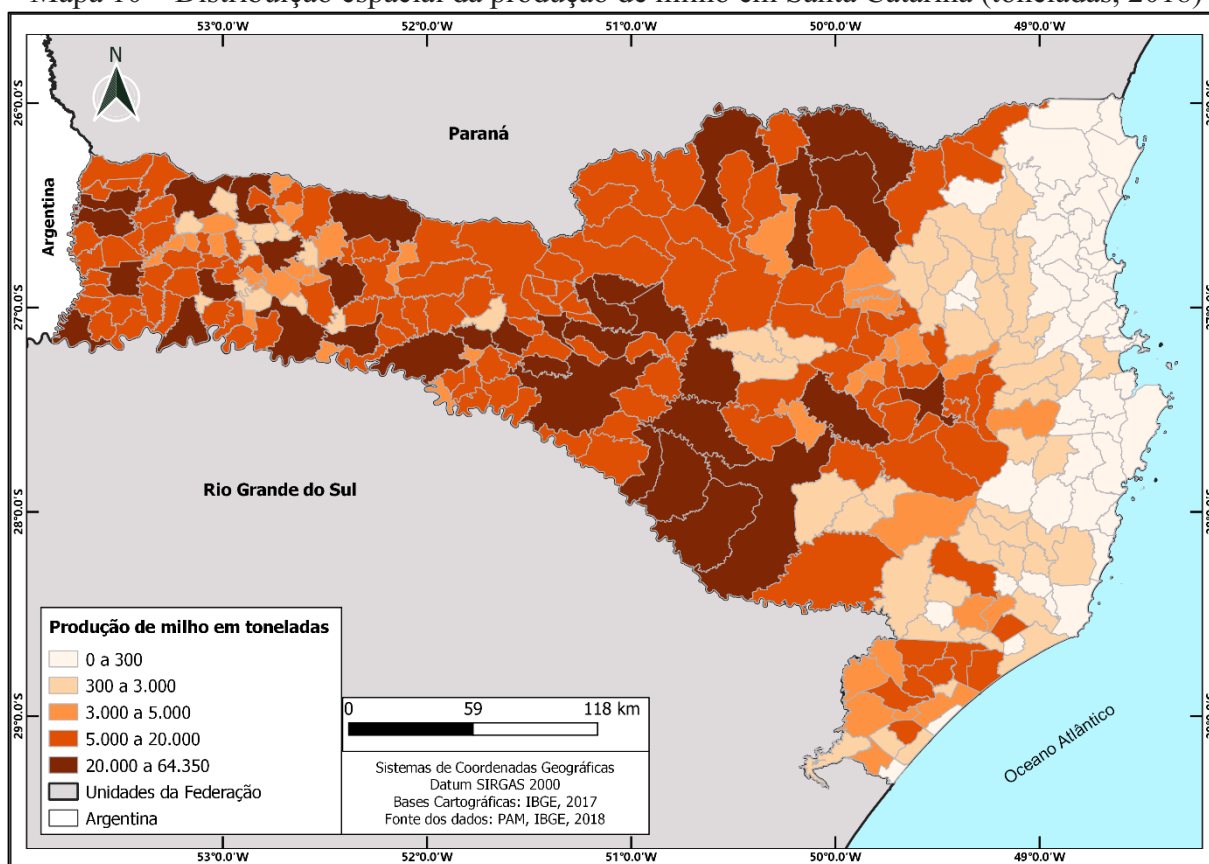
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2018)

Como aponta o mapa 09, a maioria dos municípios de SC produzem soja. Pode-se dizer que todo o Oeste do estado e grande parte da região do planalto são áreas de produção significativa do grão. As áreas onde as cores do mapa aparecem em tonalidade mais forte são aquelas que se destacam na produção, de modo que se tratam das áreas onde o relevo é mais favorável à mecanização das lavouras, ou seja, menos irregular, como nas regiões de Campo Erê, Abelardo Luz, Xanxerê, Campos Novos, Lages, Mafra e Canoinhas. No Oeste do estado, grande parte da produção de soja é transformada em ração para alimentar as produções de suínos, aves e bovinos; no entanto, isso ocorre em proporções diferentes nas regiões Norte e do planalto catarinense, pois são áreas mais próximas do litoral, e por isso são favorecidas pela proximidade dos portos, sobretudo do porto de São Francisco do Sul, no Norte do estado,

à exportação do grão. Assim, a maior parte da produção de soja localizada nas áreas mais próximas ao litoral acabam sendo exportadas na sua maioria, enquanto na região Oeste o grão é mais aproveitado para a ração animal.

No mapa 10, pode-se identificar as principais áreas de SC com predomínio da produção de milho, também considerando a quantidade produzida em toneladas, com os dados de 2018.

Mapa 10 – Distribuição espacial da produção de milho em Santa Catarina (toneladas, 2018)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM, 2018)

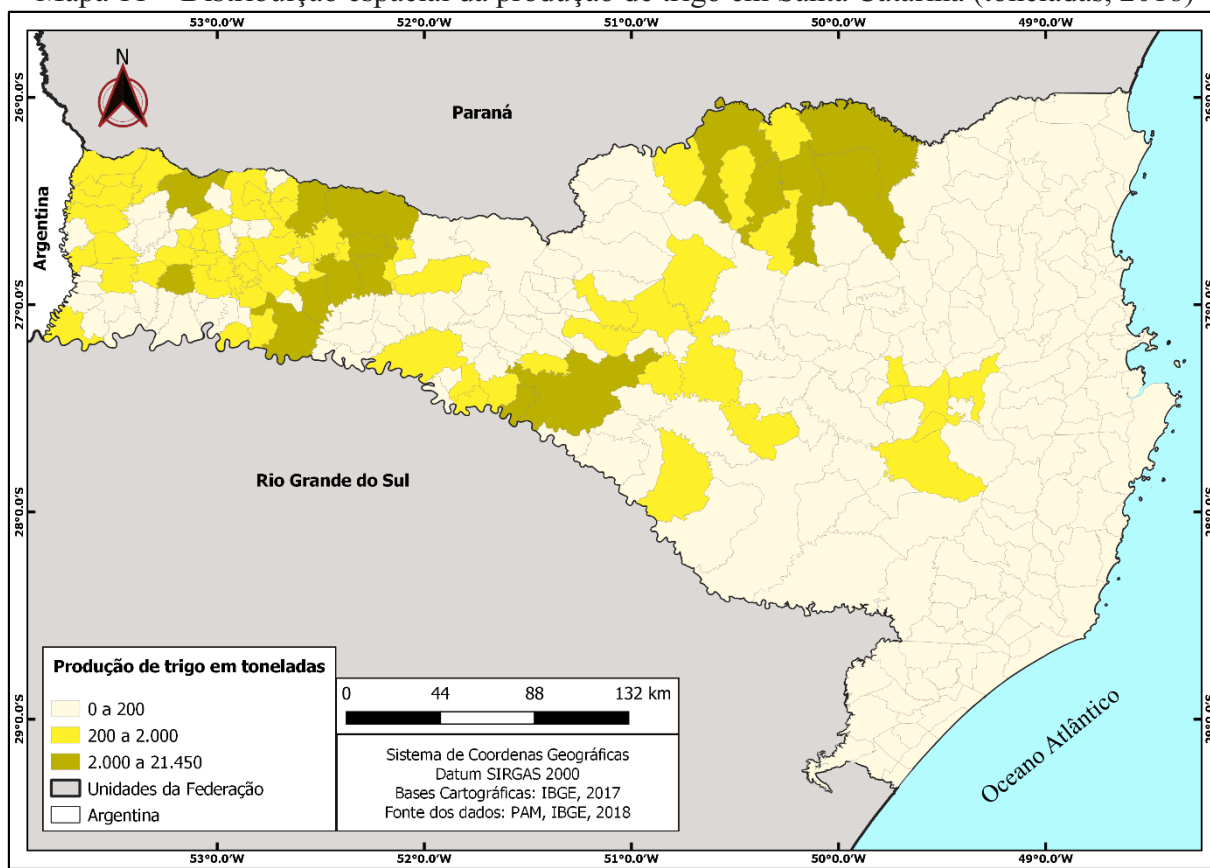
O estado de SC, como apontado para a cultura da soja, possui baixa representatividade na participação nacional sobre a produção de milho. No entanto, o montante produzido no estado no ano de 2018 – 2,5 milhões de toneladas – representou 3,09% da produção nacional do grão. As principais regiões produtoras, conforme aponta o mapa 10, são as semelhantes às regiões apontadas para o mapa da soja. No entanto, no caso do milho, nota-se, pelo mapa 10, que sua produção chega mais próximo das áreas litorâneas e, com isso, chega mais próximo de cobrir todas as áreas do estado com alguma quantidade de milho produzido. Isso, no entanto, ainda permite afirmar que a faixa litorânea do estado de SC

foi a que menos produziu milho no ano de 2018, com a grande maioria dos municípios tendo produzido entre 0 e 300 toneladas do grão, ou seja, quase nada (Mapa 10). Isso ocorre pelo fator determinante do solo, ou seja, o solo do litoral é mais arenoso e pobre em nutrientes necessários para o cultivo de lavouras como o milho. Ademais, o estado de SC possui grande parte da sua faixa litorânea muito próximo à serra do mar, o que impede, do ponto de vista das irregularidades no relevo, que ocorra a mecanização da produção em áreas mais extensas, como é verificado para o milho.

Por outro lado, nota-se, no mapa 10, que a produção do milho é mais forte em todo o Oeste catarinense (Chapecó, Concórdia, Abelardo Luz, Campo Erê), na região do planalto central (Lages, Campos Novos) e na região Norte do estado (Canoinhas, Mafra, Rio Negrinho). Diferentemente da soja, que nas regiões do planalto central e Norte do estado possui quantidades importantes que são exportadas, o milho é o produto que compõe cerca de 80% da ração de suínos e aves; por isso, em SC, sua produção é utilizada majoritariamente para esse fim. No entanto, para a produção de suínos e aves que possui, o estado não é autossuficiente no fornecimento do milho, tendo que importar o produto de outros estados, como de PR e MS, e de outros países, como do Paraguai. Além disso, vale sinalizar que boa parte do milho cultivado no estado, que não aparece nos dados do mapa 10, é transformado em silagem antes de ocorrer seu amadurecimento total. A silagem é usada sobretudo para alimentar a bovinocultura do leite no período de inverso.

Além do milho e da soja, no mapa 11 é possível analisar as principais áreas de SC com a produção de trigo. Para isso, foram considerados os dados de quantidade produzida em toneladas, do ano de 2018.

Mapa 11 – Distribuição espacial da produção de trigo em Santa Catarina (toneladas, 2018)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM, 2018)

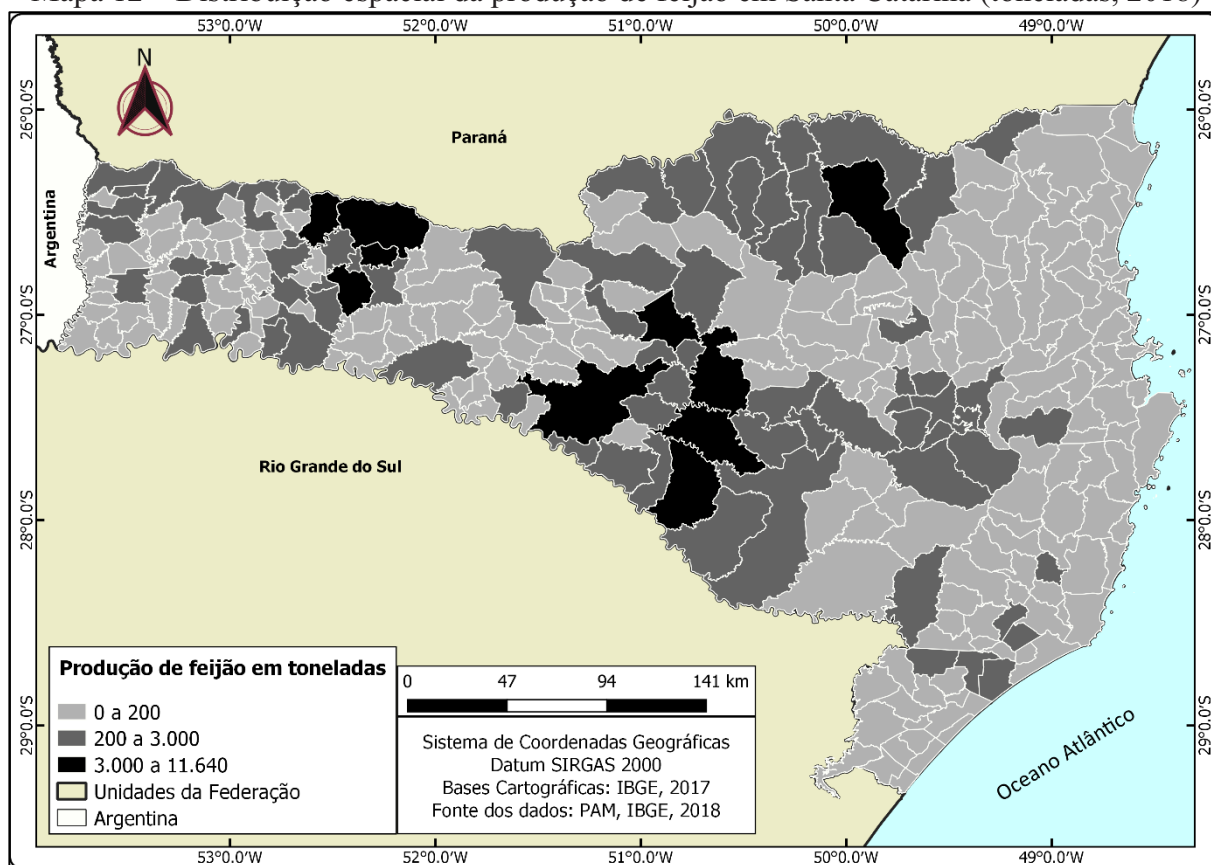
Conforme apontam os dados do mapa 11, a distribuição espacial da produção de trigo é mais restrita, se comparado às culturas da soja e do milho. No entanto, continua a concentrar-se, na sua maior parte, na região Oeste do estado, de maneira que a região Norte (Canoinhas, Mafra) também se destaca na cultura do trigo, e na região do planalto central do estado (Campos Novos) a produção é mais expressiva. No Oeste do estado, nota-se que a produção se concentra nos municípios de Chapecó, Xanxerê, Abelardo Luz e Campo Erê, de maneira que esses municípios possuem melhores áreas (mais planas) para a mecanização das lavouras de trigo. Além disso, são áreas com altitudes mais elevadas, onde o frio é mais intenso, sendo esse um componente fundamental para que o desenvolvimento adequado da cultura do trigo aconteça, haja vista que esta é uma cultura de inverno, a qual necessita de temperaturas baixas de 10°C para melhor se desenvolver⁹⁰.

⁹⁰ Vale sinalizar que as pesquisas desenvolvidas pela Embrapa Trigo, sediada em Passo Fundo - RS, estão tornando possível o cultivo do trigo em regiões de clima quente e de solos ácidos. Com isso, estados como MT e GO estão entrando na cadeia produtiva do trigo. Isso provavelmente inferirá pouco impacto na produção catarinense do grão, haja vista que muitos agricultores cultivam o grão para a prática de rotação de cultura, deixando uma camada orgânica de palhas para proteção do solo.

Por outro lado, o trigo é menos cultivado se comparado ao milho e à soja, devido ao alto risco da produção. É preciso que as condições climáticas sejam perfeitas para que o trigo tenha um bom rendimento por hectare. Ademais, seu preço é pouco atrativo para os produtores, o que acaba fazendo seu cultivo ser menos expressivo no estado, se comparado a outras culturas. Mesmo assim, em 2018, Santa Catarina produziu 147,7 mil toneladas de trigo, o que correspondeu a 2,72% da produção nacional do grão.

Outro produto catarinense que está entre os mais produzidos no estado é o feijão. Embora seja pouco expressivo se comparado à soja e ao milho, representou 4,27% da produção nacional do grão em 2018. No mapa 12, é possível analisar a distribuição espacial da produção de feijão no estado de SC, considerando a quantidade produzida em toneladas, no ano de 2018.

Mapa 12 – Distribuição espacial da produção de feijão em Santa Catarina (toneladas, 2018)



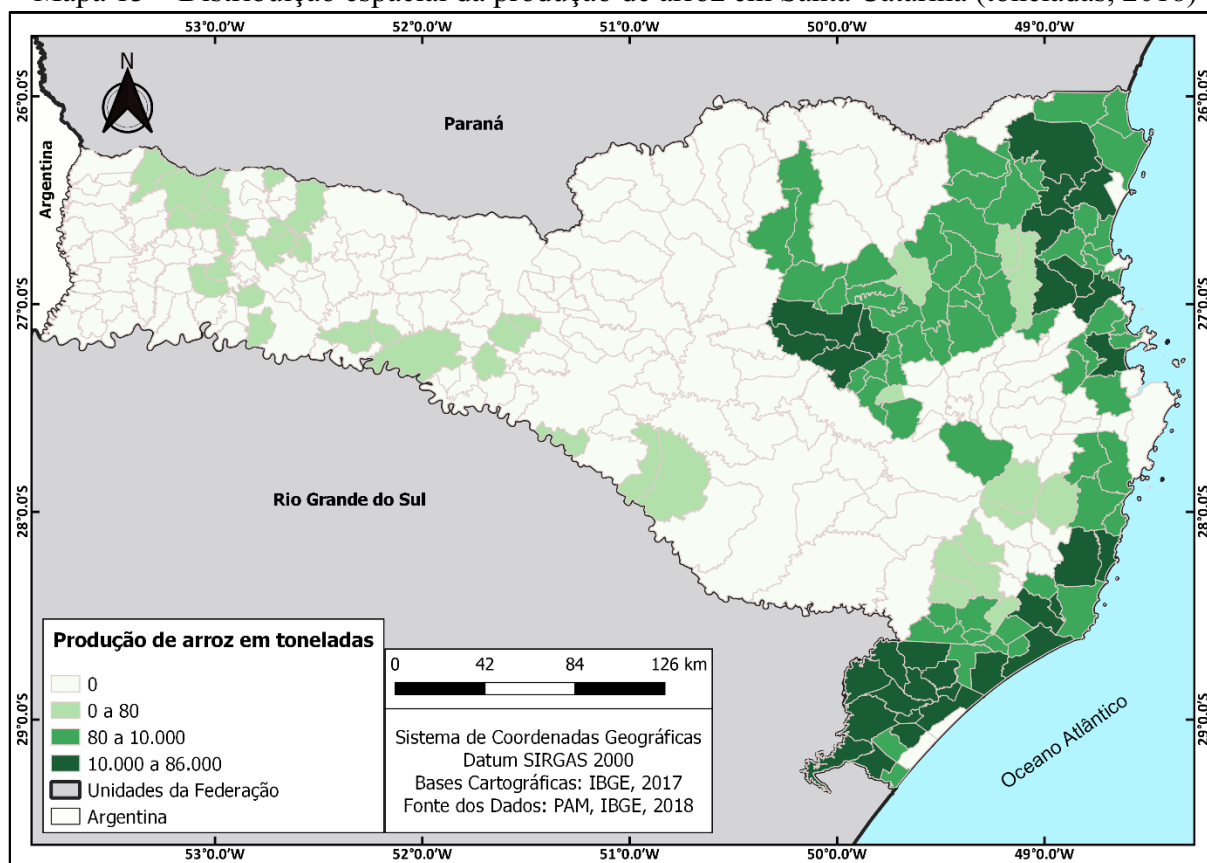
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM, 2018)

De acordo com o mapa 12, a produção de feijão em SC encontra-se concentrada em municípios do Oeste, do planalto e do Norte do estado. No Oeste, nota-se maior produção em Abelardo Luz e seu entorno; no planalto central, nota-se maior produção em Campos Novos e

no seu entorno; e no Norte do estado, nota-se uma produção de feijão mais expressiva no município de Itaiópolis e no seu entorno. Da mesma forma que nas culturas de milho, soja e trigo, a produção do feijão concentra-se em municípios nos quais o relevo é mais plano e, portanto, favorável à completa mecanização da produção. No entanto, conforme demonstrado nos gráficos 23, 24 e 25, a cultura do feijão ganhou em produtividade, mas perdeu área de produção e em quantidade produzida. Dessa forma, ainda que figure entre os principais agronegócios de SC, sua importância econômica decaiu bastante nos últimos anos.

Dentre os principais agronegócios de grãos do estado de SC, o último a ser analisado na sua distribuição espacial da produção é o arroz. No ano de 2018, a produção catarinense do grão em toneladas representou 9,27% da produção nacional. No mapa 13, é possível identificar as principais áreas onde o arroz é produzido, considerando os dados de 2018.

Mapa 13 – Distribuição espacial da produção de arroz em Santa Catarina (toneladas, 2018)



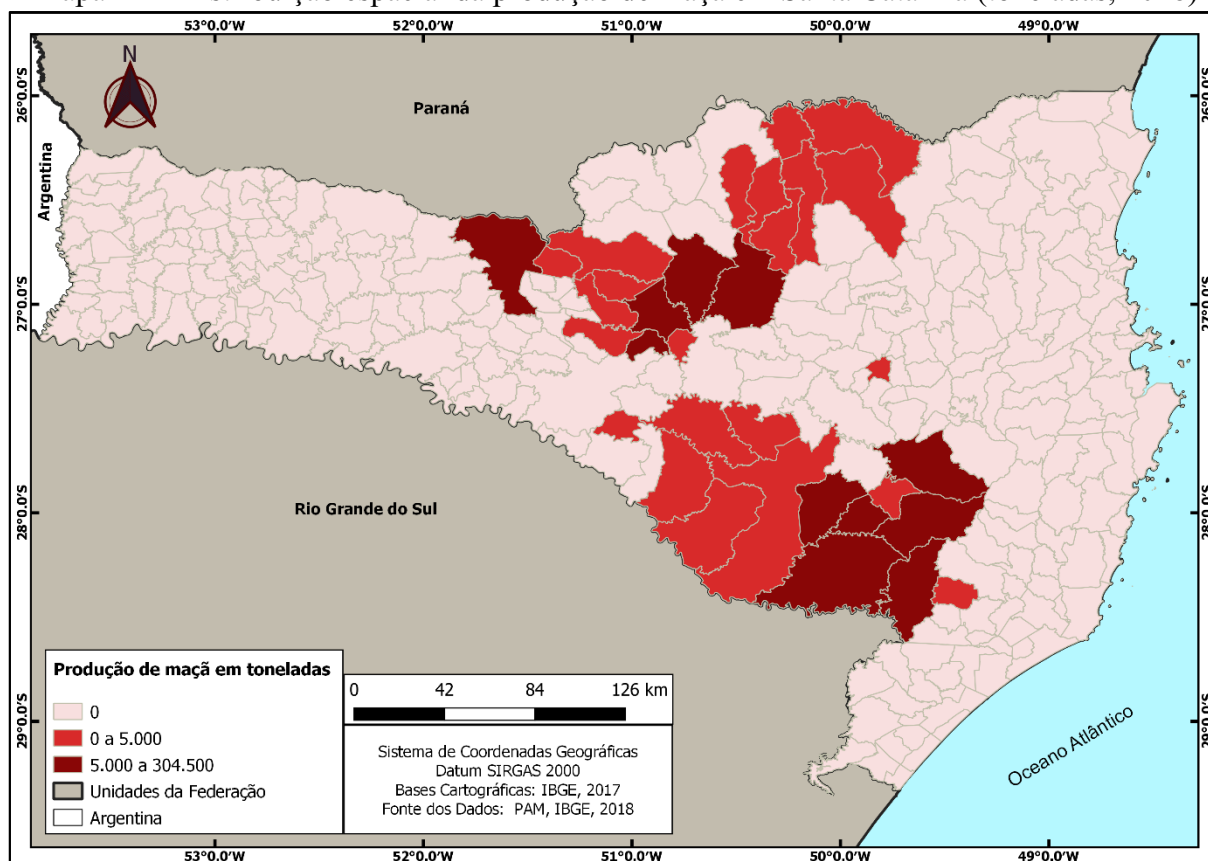
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM, 2018)

Conforme aponta o mapa 13, diferentemente do apontado para os agronegócios da soja, do milho, do feijão e do trigo, a produção do arroz está concentrada no litoral catarinense. Nota-se que, com exceção do entorno de Florianópolis, toda a faixa litorânea,

mas principalmente o Sul do estado, concentra a maior parte do cultivo do arroz em SC. Além da faixa litorânea, nota-se que o cultivo do arroz ocorreu em maior quantidade no vale do rio Itajaí, sobretudo nos municípios de Taió e Pouso Redondo. Essas áreas se destacam na produção de arroz por serem planas e passíveis de alagamento, haja vista que o arroz precisa de áreas alagadas para produzir. Por essa razão, é quase inexistente a produção de arroz nas regiões do planalto e do Oeste do estado, onde o próprio tipo de relevo e as condições climáticas são inadequadas para que as áreas sejam alagadas e o arroz seja cultivado.

Além dos grãos, os agronegócios da cebola e da maçã estão entre os que produziram maiores volumes em toneladas nos últimos anos. No caso da maçã, no ano de 2018 o estado de SC foi responsável por 47,5% da produção nacional da fruta, o que torna o estado o principal produtor brasileiro de maçã. No mapa 14, é possível identificar as principais áreas produtoras, considerando a quantidade produzida em toneladas no ano de 2018.

Mapa 14 – Distribuição espacial da produção de maçã em Santa Catarina (toneladas, 2018)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM, 2018)

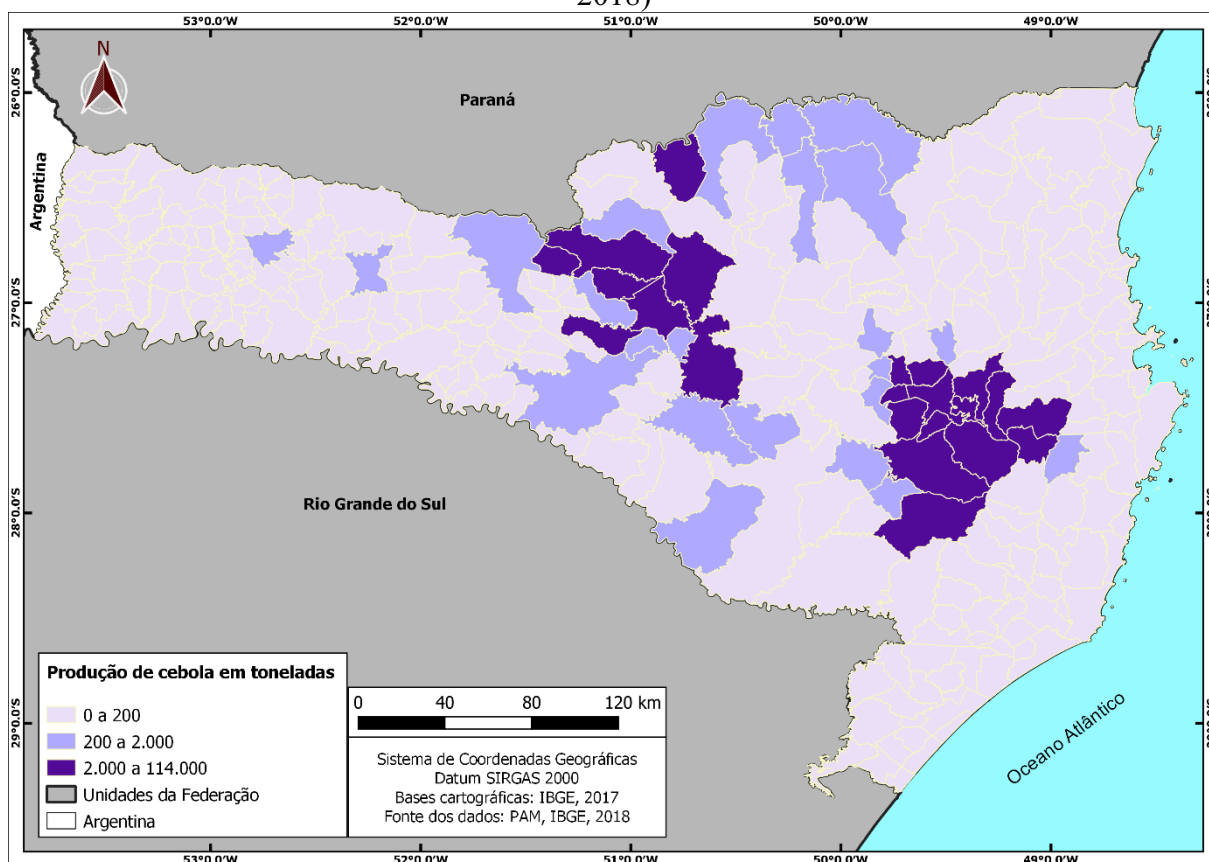
Diferentemente dos agronegócios de grãos, o rendimento em toneladas por hectare de frutas, como a maçã, é muito superior. Enquanto, por exemplo, a produtividade da soja no

estado de SC foi de 3,4 mil kg/ha no ano de 2018, a produtividade da maçã foi de quase 36 mil kg/ha. Isso explica as grandes quantidades produzidas da fruta, embora sua área de cultivo seja pequena. Como demonstra o mapa 14, há dois blocos de municípios que concentram toda a produção estadual da fruta. Um deles fica em São Joaquim, na região da Serra catarinense, e engloba o seu entorno; o outro bloco se localiza em Fraiburgo, e engloba os municípios no seu entorno. A maçã é uma fruta típica de clima frio, que necessita de áreas para cultivo nas quais as temperaturas mais altas sejam de até 25°C no verão e que tenha pelo menos 600 horas de frio no inverno, com temperaturas abaixo dos 7,2°C, para que a planta complete seu período de dormência. Por essas razões, como pode ser visto no mapa 14, as áreas com o cultivo da maçã são pequenas se comparado às outras culturas, pois são áreas, tanto na região de São Joaquim quanto na região de Fraiburgo, que atendem às necessidades da macieira.

Além dos agronegócios de grãos e da maçã, a cebola está entre os principais agronegócios do estado de SC. Em 2018, foram colhidas mais de 470 mil toneladas do legume no estado. Essa quantidade representou 30,3% da produção nacional. No mapa 15, é possível identificar as principais áreas produtoras de cebola do estado de SC, considerando os dados da quantidade produzida no ano de 2018. Como aponta o mapa 15, a produção de cebola em SC está aglutinada em duas principais áreas: uma tem como referência o município de Caçador e alguns municípios do seu entorno, no meio Oeste do estado; a outra área tem como referência o município de Bom Retiro e alguns municípios do seu entorno, na região Serrana, nas áreas com altitudes mais elevadas do estado e, portanto, onde o frio é mais intenso.

No Norte do estado, nos arredores de Canoinhas, também se encontram municípios com produção expressiva de cebola, assim como em municípios isolados das regiões do planalto e do Oeste do estado. No entanto, a importância dessas áreas em produção é inferior ao que o mapa 15 aponta para os municípios e entorno de Caçador e Bom Retiro. Dessa forma, de maneira similar ao que foi apontado para o agronegócio da maçã, embora a produção catarinense de cebola seja responsável por 30% da produção nacional, encontra-se concentrada em duas principais áreas produtivas. Vale salientar que nestas áreas também predomina a produção de alho e de tomate, mas em quantidades e valores de produção inferiores ao da cebola. Conforme aponta o mapa 15, pode-se confirmar essas especificações sobre o agronegócio da cebola a partir da identificação das principais áreas que produzem o legume.

Mapa 15 – Distribuição espacial da produção de cebola em Santa Catarina (em toneladas, 2018)

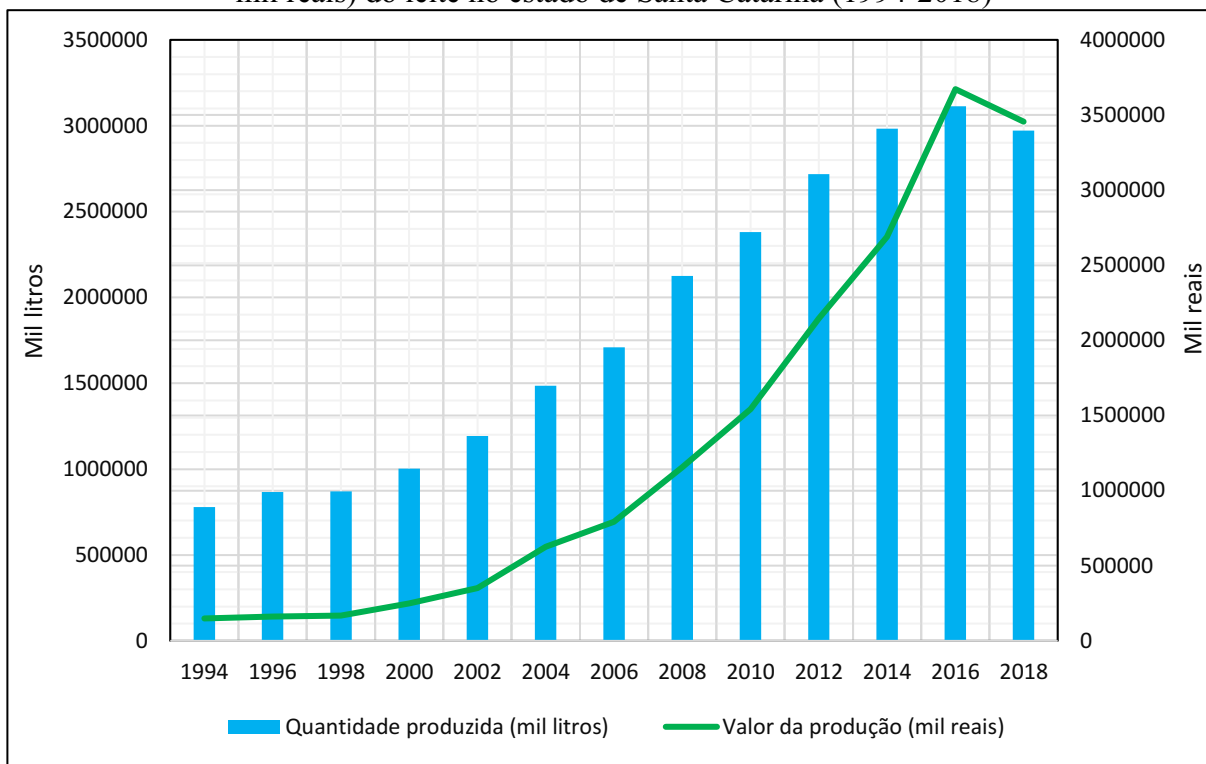


Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM, 2018)

Com a demonstração da capacidade produtiva dos agronegócios que dependem da terra para produzir, notou-se o avanço da cultura da soja nos últimos anos, a diminuição do cultivo do feijão, mas o predomínio de uma base produtiva diversificada dos diferentes agronegócios em todo o estado. Ademais, nota-se que os agronegócios de grãos, exceto o arroz, concentram-se no Oeste do estado, mas adentraram com expressividade no planalto e no Norte do estado, e que os agronegócios da maçã e da cebola se concentram em áreas mais frias e elevadas do planalto e da serra, o que, do ponto de vista climático, se faz importante para o cultivo específico dessas culturas. No entanto, há os agronegócios ligados aos animais para analisar. Estes, por sua vez, são os que mais movimentaram a economia do estado em quantidades produzidas e valores de produção, se comparados aos agronegócios de grãos, maçã e cebola.

Neste sentido, a capacidade econômico-produtiva dos agronegócios de origem animal indica que os agronegócios do leite, de suínos, de frangos e bovinos de corte são os principais em SC. No gráfico 26, é possível analisar a evolução da quantidade produzida (em mil litros) e do valor da produção (em mil reais) do leite no estado de SC, entre 1994 e 2018.

Gráfico 26 – Evolução da quantidade produzida (em mil litros) e do valor da produção (em mil reais) do leite no estado de Santa Catarina (1994-2018)



Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPMa, vários anos)

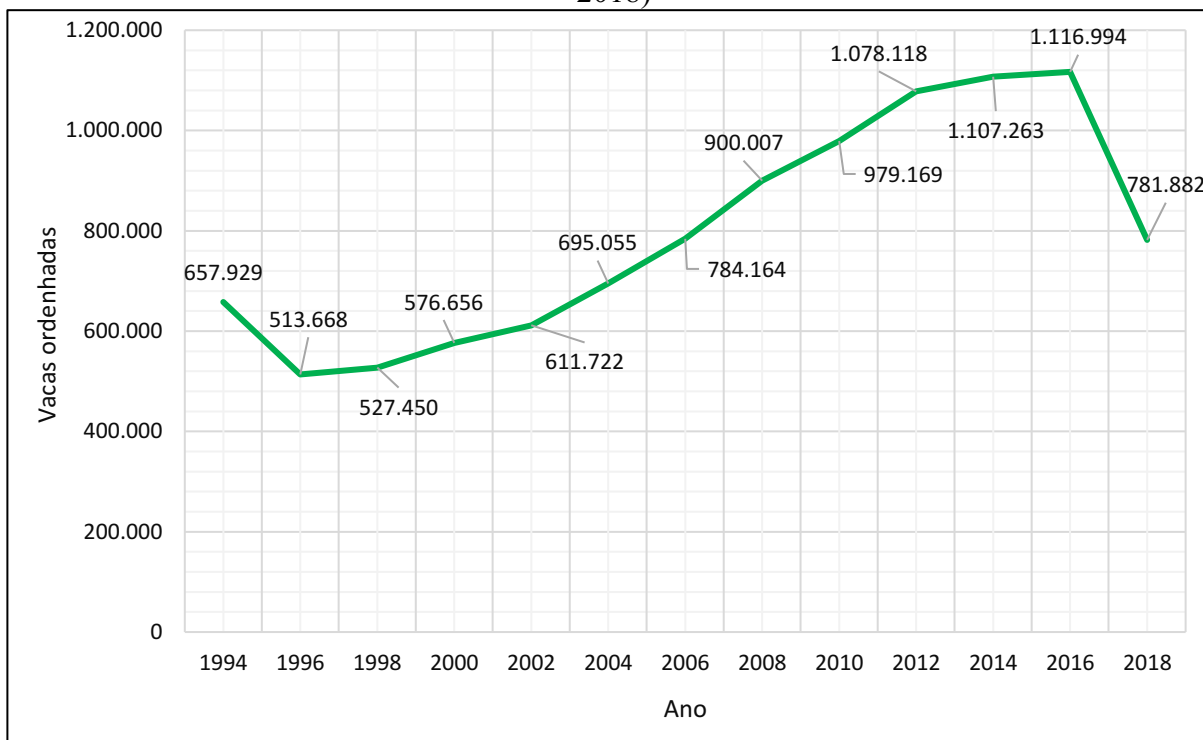
Conforme apontam os dados do gráfico 26, enquanto nos anos 1990 a quantidade produzida e o valor da produção do leite mantiveram-se estagnados, a partir dos anos 2000 iniciou-se um processo de forte crescimento de ambos os indicadores. Em 2016, o estado de SC registrou seu pico de 3,1 bilhões de litros de leite produzidos e de R\$3,67 bilhões de valor da produção, somente no agronegócio do leite. O forte crescimento registrado nos anos 2000 é resultado de uma série de implicações, como: maior poder de financiamento da produção pelo Estado, via Pronaf; melhoramento genético das vacas lactantes; melhoramento das pastagens; melhoramento da assistência técnica nas propriedades rurais; expansão do consumo interno de leite e derivados (iogurte, requeijão, queijo, nata, creme de leite, leite condensado, dentre outros); expansão das exportações de derivados, dentre outras.

No entanto, conforme indica o gráfico 26, a partir de 2016 começou a diminuir a quantidade produzida e o valor da produção do leite no estado. Na verdade, essa diminuição iniciou em 2017, quando o financiamento via Pronaf passou por baixas significativas pela primeira vez desde o início da década de 2000, o que levou muitos produtores a abandonarem a atividade leiteira a partir de 2017, haja vista que, sem o financiamento público, para muitos pequenos produtores do estado de SC tornou-se inviável continuar com a atividade. Além

disso, em 2017, o governo brasileiro realizou acordos internacionais que colocou no mercado interno leite de outros países, ou seja, ocorreu a importação do produto, o que fez com que os preços pagos aos produtores rurais baixassem, afetando diretamente a vida econômica da atividade leiteira, sobretudo dos pequenos produtores. Essas são algumas das razões principais que explicam a primeira queda na produção em 2018, desde 1998, no estado de SC.

O forte crescimento da quantidade produzida e do valor da produção visualizados no gráfico 26 é decorrente, em boa medida, do crescimento do número de vacas ordenhadas no estado de SC. No gráfico 27 é possível identificar tal evolução.

Gráfico 27 – Evolução do número de vacas ordenhadas no estado de Santa Catarina (1994-2018)



Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPMa, vários anos)

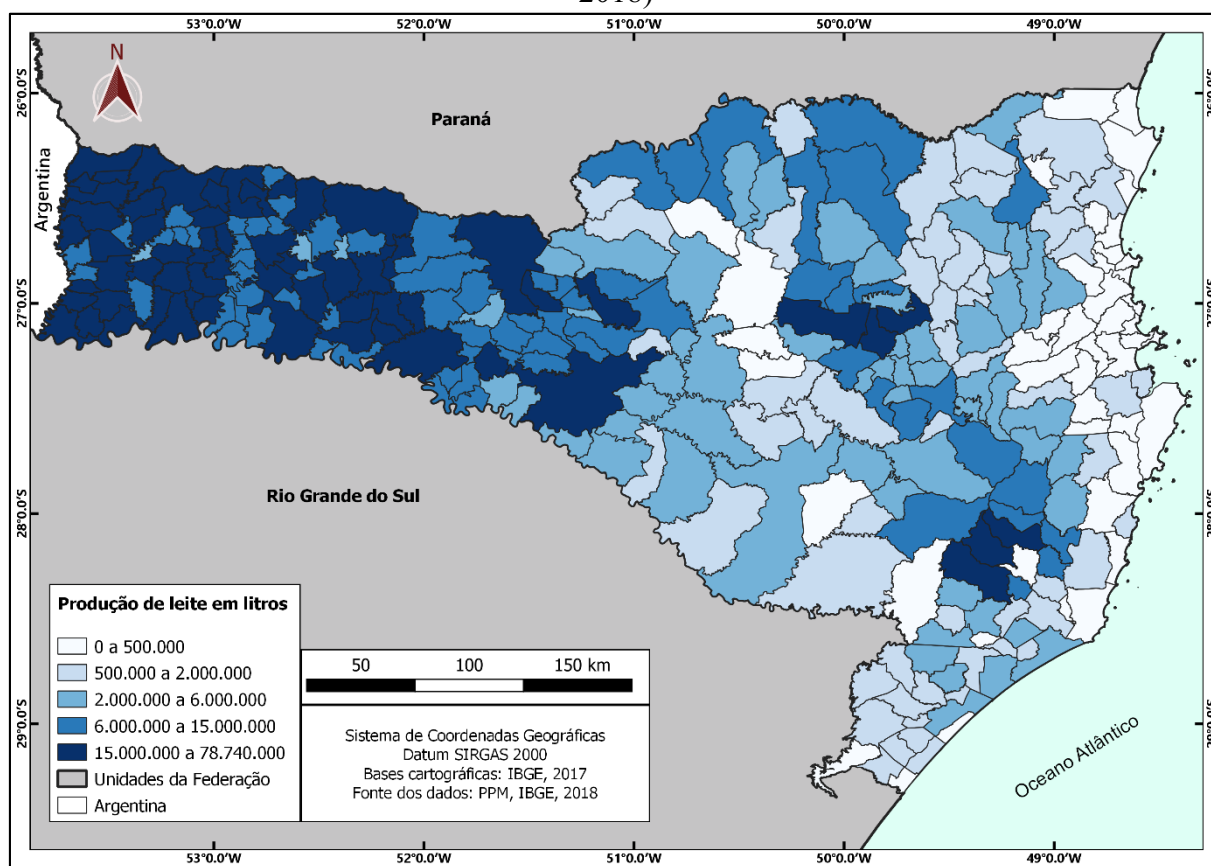
Conforme aponta o gráfico 27, a década de 1990 apresentou diminuição no número de vacas ordenhadas no estado de SC. No entanto, a partir do ano 2000, o estado iniciou um processo de recuperação desse número e de crescimento constante, até o ano de 2016. Dessa forma, a diminuição do número de vacas ordenhadas na década de 1990 foi resultado das políticas do governo dessa época, que deixou de realizar investimentos no setor leiteiro, sobretudo nos pequenos produtores, o que resultou na desistência de muitos produtores da atividade. Do ano 2000 em diante, esse quadro foi revertido, em grande parte, pela razão de o Pronaf ter passado por um forte crescimento no poder de financiamento das atividades

agropecuárias, sobretudo da pequena propriedade. Assim, do ano 2000 até 2016, o número de vacas ordenhadas praticamente dobrou no estado de SC, passando de 576,6 mil vacas para 1,1 milhão.

Por outro lado, a exemplo do que foi apontado para o gráfico 26, o gráfico 27 também demonstra uma forte queda no número de vacas ordenhadas do ano de 2016 para o ano de 2018, com uma perda de mais de 330 mil animais ordenhados no período. A quantidade produzida e o valor da produção, no entanto, tiveram reduções menores, se comparadas à redução do número de vacas ordenhadas. Isso ocorreu pelo fato de o estado de SC ter apresentado ganhos de produtividade do leite. Segundo relatório da Embrapa gado de leite, baseado nos dados da Produção Pecuária Municipal (PPMa) do IBGE, em 1996 a média de produção de leite por vaca/ano em SC foi de 1.686 litros, sendo que em 2017 essa média passou para 2.836 litros, bem acima da média nacional, que no ano de 2017 foi de 1779 litros de leite por vaca/ano. Ou seja, a queda na quantidade produzida e a queda no valor da produção do leite no estado de SC do ano de 2016 para 2018 só não foram maiores porque o estado apresentou forte crescimento na produção de leite por vaca/ano, isto é, na produtividade do leite por animal.

Embora seja preciso sinalizar que as políticas governamentais pós-2017 trouxeram perdas para o setor leiteiro de SC, no ano de 2018 o estado produziu mais de 2,97 bilhões de litros de leite, o que representou 8,78% da produção nacional. Quanto às vacas ordenhadas, no ano de 2018 o estado contava com mais de 781 mil animais, o que representava 4,78% do total de vacas ordenhadas no Brasil. Esses dados também confirmam que SC possui uma média de produção de leite por vaca/ano superior à média nacional, haja vista que a produção catarinense de leite em litros representa, para a produção nacional, quase o dobro da porcentagem do número de vacas ordenhadas. Neste contexto, no mapa 16 é possível visualizar as principais áreas de SC responsáveis pela produção do leite, de maneira que, assim como sinalizado para os agronegócios de grãos, de maçã e da cebola, a produção do leite está distribuída de forma desigual pelo território catarinense. Para essa verificação, apresenta-se o mapa 16, com a distribuição espacial da produção de leite no estado de SC, a partir da quantidade produzida em litros no ano de 2018.

Mapa 16 – Distribuição espacial da produção de leite no estado de Santa Catarina (em litros, 2018)



Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPMa, 2018)

Conforme aponta o mapa 16, a produção de leite do estado de SC encontra-se concentrada na região Oeste do estado, sobretudo nos arredores dos municípios de Treze Tílias, Chapecó, Concórdia, Abelardo Luz, Maravilha, Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, todos com produção superior a 15 milhões de litros de leite no ano de 2018. Além do Oeste do estado, encontra-se municípios com produção destacada no Sul do estado, como Orleans, e no vale do rio Itajaí-Açú, como Presidente Getúlio e Taió. Com menor expressão, mas também com volumes significativos produzidos, entre 6 e 15 milhões de litros, pode-se citar, na região Norte do estado, os municípios de Mafra, Itaiópolis e Canoinhas. Por fim, na região central do estado, destaca-se a produção de leite nos municípios de Videira e Campos Novos.

A concentração da produção de leite na região Oeste do estado é decorrente de algumas questões, dentre elas pode-se citar a existência de inúmeras agroindústrias processadoras do produto, muitas delas de pequeno porte (Gran Mestri, Cedrense, Paraíso, Terra Viva, dentre outras), mas com uma importância local significativa na captação do leite produzido, em sua grande maioria nas pequenas propriedades da região. Outras agroindústrias

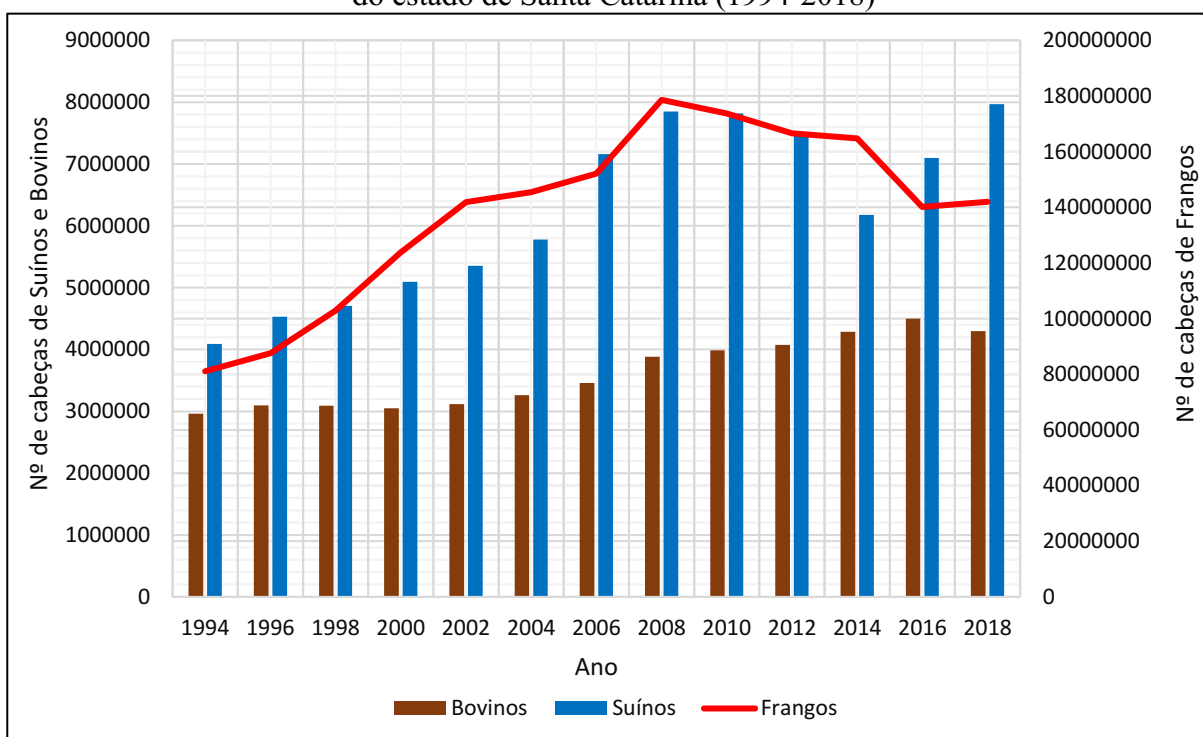
pertencem aos grupos cooperativos, e trabalham com os produtores rurais no modelo de integração, sendo este o caso da Cooperativa Aurora, Cooper Alfa, Cooper Itaipu e outras. Há, ainda, agroindústrias de grande porte instaladas na região, que completam o conjunto de agroindústrias responsáveis pela captação do leite nas propriedades rurais para industrialização. Neste grupo enquadram-se Piracanjuba e Tirol. Dessa forma, esse conjunto de laticínios que atua no Oeste de SC, alinhado com a estrutura fundiária de pequenas propriedades e com a produção do leite como atividade intrínseca aos pequenos produtores, são as principais razões pelas quais a produção de leite está concentrada no Oeste do estado.

Neste sentido, os agronegócios de frangos, suínos e bovinos completam o conjunto dos principais agronegócios de origem animal e vegetal do estado de SC. Nos agronegócios de frangos e suínos, diferentemente de todos os agronegócios apresentados, trata-se de segmentos que se dirigem à produção em confinamento (isso ocorre também na produção de leite, mas com menor importância se comparado aos frangos e suínos), ou seja, em pequenos espaços, nos chamados aviários e chiqueirões, onde é possível produzir grande quantidade de frangos e suínos, com estruturas de confinamento modernas. Nessas estruturas é possível que o produtor rural conduza de forma automatizada a temperatura, a umidade do ar, a disponibilidade de ração, de água e a luminosidade. Ou seja, trata-se de sistemas de produção com base tecnológica avançada presente nos aviários e chiqueirões. Por essa razão, é possível que um produtor rural que disponha de área de terra pequena se dedique à produção de frangos e suínos, por exemplo, por se tratar de atividades que trabalham com a produção confinada.

Por outro lado, ainda que a produção de bovinos também possa ocorrer em confinamento, no estado de SC sua maior parte ocorre no modo extensivo, ou seja, com os animais soltos em áreas cercadas de pastagem. Essa pode ser uma das razões que faz o rebanho bovino ser ligeiramente menor que os rebanhos de suínos e frangos, pois, como o território de SC é pequeno se comparado a outros estados, a área extensiva para criação de bovinos impossibilita que o rebanho seja mais numeroso. Dessa forma, segundo os dados da Produção Pecuária Municipal do IBGE (2017), em 2017 SC obteve o 13º maior rebanho bovino do Brasil, com 4,3 milhões de cabeças; no mesmo ano, SC obteve o 2º maior abate de frangos do Brasil, com 859,61 milhões de cabeças abatidas, ficando atrás somente do estado do PR; no rebanho de suínos, considerando os dados do ano de 2017, o estado de SC foi o maior produtor nacional, atingindo a marca dos 11,5 milhões de cabeças de suínos abatidas.

Neste sentido, no gráfico 28 é possível verificar a evolução do rebanho total de suínos, frangos e bovinos no estado de SC, considerando o período que vai de 1994 até 2018. Para leitura do gráfico 28, considera-se que os números do lado esquerdo representam o quantitativo de cabeças de bovinos e suínos, e os números do lado direito o quantitativo de cabeças de frangos.

Gráfico 28 – Evolução do número total de cabeças dos rebanhos de bovinos, suínos e frangos do estado de Santa Catarina (1994-2018)



Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPMa, vários anos)

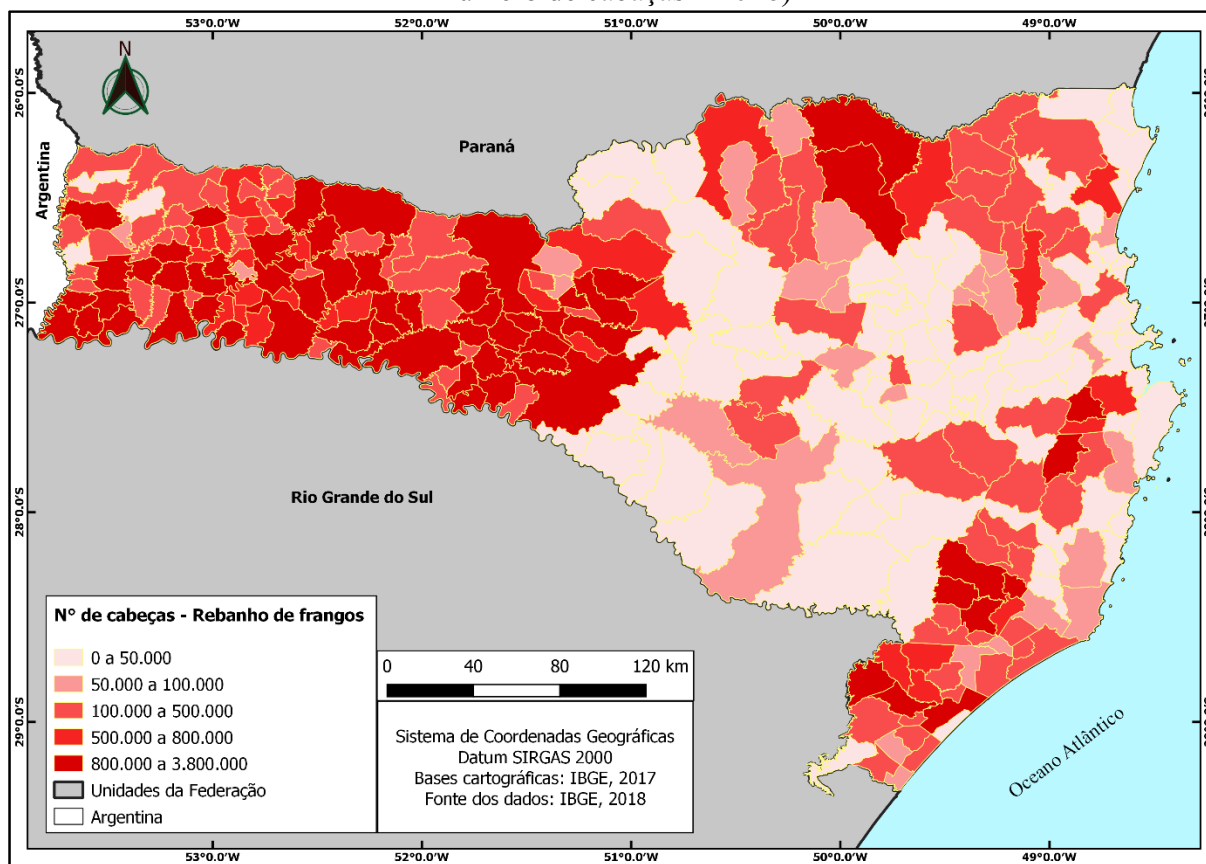
Conforme aponta o gráfico 28, o rebanho de frangos passou por forte crescimento desde 1994 até 2018, quando atingiu seu pico. Enquanto em 1994 o rebanho de frangos do estado de SC era de 81 milhões de animais, em 2018 atingiu mais de 178 milhões, ou seja, num período de 12 anos o rebanho de frangos mais que duplicou no estado. No entanto, a partir de 2008, o quantitativo de cabeças de frangos começou a decair e apresentar uma leve retomada apenas em 2018. De acordo com relatório da Epagri/Cepa (2018), essa queda ocorreu em função da persistente crise econômica pela qual o país atravessava e por situações que causaram a paralização dos abates por alguns dias no ano de 2017. Tal situação refere-se à paralização dos caminhoneiros no Brasil, o que afetou diretamente os agronegócios de frangos. Além disso, houve a restrição das importações realizadas pela União Europeia e

novas exigências impostas pelos pujantes mercados importadores da carne de frango do Oriente Médio.

O relatório da Epagri/Cepa (2018) aponta que ocorreu redução no número de produtores de frangos para abate em SC. Enquanto no ano de 2013 havia 7.507 produtores de frango no estado, em 2017 esse número reduziu para 6.684, ou seja, uma diminuição de mais de 800 produtores no intervalo de quatro anos. Essa redução é decorrente da crise supramencionada, mas também da tendência sinalizada por von Dentz e Espíndola (2019b), de que a produção de frangos e de outros agronegócios no estado de SC vinham passando por um processo de concentrar-se naqueles produtores com maior capacidade de investimento de capital em tecnologia. As reduções sinalizadas no agronegócio de frangos também refletiram na redução do Valor Bruto da Produção, de modo que, em 2016, o VBP de frangos foi de R\$7 bilhões, e no ano de 2017 reduziu para R\$6,28 bilhões (Epagri/Cepa, 2018).

Neste sentido, de modo que seja possível compreender quais são as principais áreas responsáveis pela produção de frangos do estado de SC, apresenta-se o mapa 17, com a distribuição espacial do rebanho de frangos em número de cabeças, considerando os dados do ano de 2018. Apesar das baixas sinalizadas anteriormente, vale mencionar que, no ano de 2018, o estado de SC possuía 9,66% do rebanho de frangos do Brasil. No entanto, um relatório da Epagri/Cepa (2018) aponta que o estado de SC foi responsável por abater 859,61 milhões de cabeças de frangos, o que representou, no ano de 2017, 14,78% do número de cabeças de frangos abatidas no Brasil. Dessa forma, em cabeças de frangos abatidas, o estado de SC foi o segundo principal produtor de frangos do Brasil. Conforme os dados do mapa 17, é possível notar, da mesma forma que se vem demonstrando nos outros agronegócios, que a produção de frangos no estado de SC encontra-se distribuída de forma desigual.

Mapa 17 – Distribuição espacial do rebanho de frangos no estado de Santa Catarina (em número de cabeças – 2018)



Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPMa, 2018)

Conforme aponta o mapa 17, a produção de frangos no estado de SC está concentrada na região Oeste, sobretudo nos arredores de municípios como Chapecó, Concórdia, Capinzal, Quilombo, Maravilha e Itapiranga. Essa concentração ocorre em função de, historicamente, a região Oeste ter se destacado na criação de frangos, o que deu à região, assim como outros segmentos de carnes, uma vantagem competitiva de estrutura de produção, se comparado às demais áreas do estado. Ademais, o Oeste catarinense é portador de uma estrutura moderna de produção, que envolve desde o nascimento até a engorda final do frango, e de uma estrutura moderna de abate e processamento dos animais. Os municípios supramencionados possuem instalações industriais que recebem a produção de frangos da região para abate e processamento, de maneira que essa estrutura industrial abastece grande parte do mercado consumidor das regiões Sul e Sudeste do Brasil, e também destina fatias da produção para o mercado externo, sobretudo para países do Oriente Médio, Ásia, UE e América do Sul.

As estruturas industriais de abate e processamento de frangos são, na sua maioria, agroindústrias que trabalham de forma integrada com os produtores, garantindo a compra do

produto e o fornecimento de insumos para seu desenvolvimento, como ração, assistência técnica e reposição de animais que morrem até os 10 dias de vida. Dessa forma, um conjunto de pequenos e médios frigoríficos de frangos se desenvolveram e atuam na dinâmica econômica de forma independente em inúmeros municípios da região. No entanto, há dois grupos industriais que se destacam na região: a Aurora, com sede em Chapecó, e a BRF Brasil Foods (empresa resultado da fusão entre Sadia e Perdigão), com sedes em Concórdia e Videira. Ambas as empresas possuem escritórios comerciais na cidade de São Paulo, mas a base da produção continua ocorrendo no Oeste catarinense.

No entanto, o mapa 17 também aponta que, embora ocorra uma forte concentração do rebanho de frangos no Oeste do estado, outras regiões apresentam quantidades significativas em seus números. É o caso do Norte do estado, em municípios como Mafra e Itaiópolis, os quais possuem rebanhos acima de 1 milhão de cabeças de frangos; no Sul do estado, em municípios como Lauro Muller, Orleans e Urussanga, também há rebanhos acima de 1 milhão de animais; e em municípios próximos à Grande Florianópolis, como Águas Mornas e Antônio Carlos, há rebanhos de frangos mais expressivos. Esses quantitativos de rebanhos encontrados, distantes da região Oeste, se desenvolveram principalmente na década de 2000, quando se tornou muito atrativo produzir frangos, em vista do retorno econômico obtido pelos produtores e pelas empresas processadoras. Com isso, nessas regiões nasceram frigoríficos locais, que deram sustentação para os produtores que demonstraram interesse e passaram a se dedicar à atividade de criação de frangos. Portanto, nas regiões Sul, Norte, e próximo à Grande Florianópolis, a maior parte da produção de frangos é destinada a frigoríficos de abrangência e origem local.

No agronegócio de suínos, o gráfico 28 aponta para um crescimento do rebanho no período 1994-2008. Nesse período, o número de cabeças de suínos no estado de SC passou de 4,08 milhões para 7,85 milhões. A partir de 2008, repetindo o que ocorreu com o rebanho de frangos, o rebanho de suínos iniciou uma queda no número de cabeças, tendo atingido seu menor número, depois de 2008, no ano de 2014, quando registrou 6,18 milhões de cabeças. Essa queda, em suma, se deve aos mesmos motivos já mencionados para o agronegócio de frangos, além do impacto negativo provocado pela crise internacional de 2008, que fez muitos países europeus e asiáticos diminuírem as compras de carne suína do estado de SC (Epagri/Cepa, 2018). A partir de 2014, a suinocultura catarinense voltou a crescer, de maneira que fechou o ano de 2018 com 7,97 milhões de cabeças, ultrapassando, inclusive, os 7,85

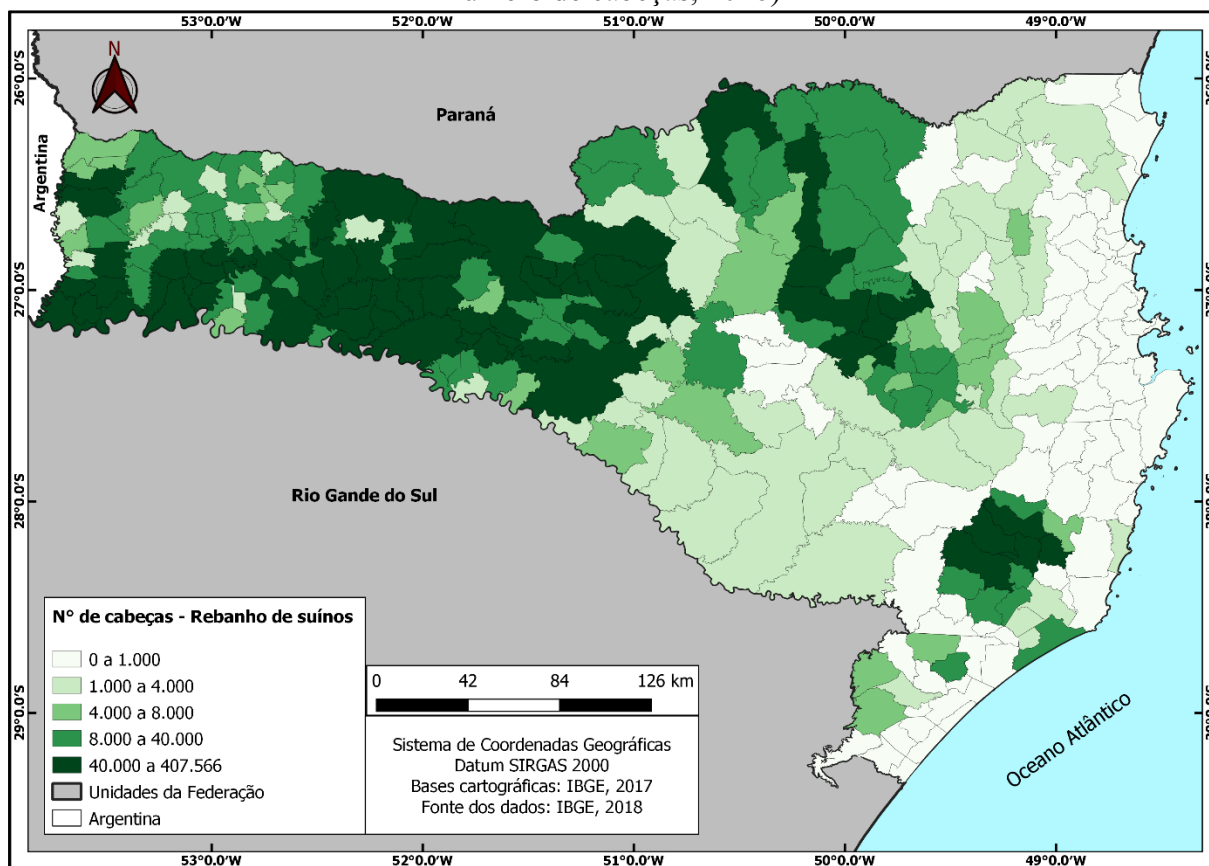
milhões de cabeças registrados em 2008, o que confirma a reação da suinocultura catarinense depois da forte queda ocorrida em 2014.

No entanto, o relatório da Epagri/Cepa (2018) aponta para redução do número de suinocultores no estado. Enquanto em 2013 a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) contabilizou 8.926 criadores de suínos no estado de SC, no ano de 2017 esse número havia reduzido para 7.712. Dessa maneira, em quatro anos o estado perdeu mais de 1.200 suinocultores. Por outro lado, no ano de 2013, SC exportou um quantitativo de 145,3 mil toneladas de carne suína, o que gerou um valor exportado de US\$ 337,40 milhões; no ano de 2017, a quantidade exportada foi de 276,41 mil toneladas, o que representou US\$ 639,06 milhões. Dessa forma, no período de quatro anos a quantidade exportada e o valor gerado com a exportação de suínos quase dobrou, ao passo que a quantidade de suinocultores sofreu redução. Isso demonstra que o processo de concentração da produção de suínos no estado de SC vem ganhando força e ocorre de maneira mais acentuada do que no agronegócio de frangos.

Ainda assim, os dados do relatório da Epagri/Cepa (2018) apontam que o estado de SC é líder nacional no rebanho de suínos e no peso de carcaças abatidas; no entanto, sua participação vem diminuindo em consequência de outros estados, como PR, MT e GO terem ampliado suas produções e abate de suínos. Assim, no ano 2000, o estado de SC abateu 521,14 mil toneladas de suínos, o que representava 38,76% da produção nacional. No ano de 2017, o estado abateu 1.026,340 toneladas de suínos, o que representou 26,83% da produção nacional (EPAGRI/CEPA, 2018). Dessa maneira, embora o número de suínos abatidos no estado de SC tenha praticamente dobrado do ano 2000 para o ano 2017, sua participação na produção nacional reduziu 12%, o que demonstra que ocorreu uma descentralização da produção brasileira de suínos, uma vez que a concentração do abate de suínos no estado de SC era maior. Isso, no entanto, fez com que o estado de SC permanecesse na liderança da produção nacional de carne suína, com mais de 26% de participação no ano de 2017.

No mapa 18, é possível visualizar a distribuição espacial do rebanho de suínos nos municípios do estado, considerando o quantitativo do número de cabeças do ano de 2018. Assim, é possível perceber que, embora SC seja líder nacional na suinocultura, há regiões do estado onde essa produção é ausente, como é o caso da maioria dos municípios localizados na faixa litorânea catarinense. Para melhor analisar a distribuição espacial da suinocultura catarinense, leia-se o mapa 18.

Mapa 18 – Distribuição espacial do rebanho de suínos no estado de Santa Catarina (em número de cabeças, 2018)



Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal (PPMa, 2018)

Conforme aponta o mapa 18, é notável a concentração do rebanho de suínos na região Oeste do estado, sobretudo nas redondezas dos municípios de Itapiranga, Palmitos, Chapecó, Xanxerê, Concórdia e Videira. Trata-se dos municípios nos quais se localizam as plantas industriais de abate e processamento dos animais, sobretudo das consolidadas agroindústrias Aurora Alimentos, JBS (no ano de 2009 a JBS comprou a Seara Alimentos, uma empresa que atuava há mais de 50 anos no Oeste catarinense, por aproximadamente US\$ 700 milhões) e BRF Brasil Foods. Como estratégia logística, essas agroindústrias procuram concentrar grande parte dos suinocultores integrados nas redondezas das plantas industriais. Conforme relatório da Epagri/Cepa (2018), no ano de 2017, somente os municípios de Concórdia, Videira, Seara, Braço do Norte, Campos Novos, Xavantina, Palmitos, São Carlos, Irani e Lindóia do Sul concentraram 26,66% do total do rebanho estadual de suínos.

Além da forte presença do rebanho de suínos no Oeste do estado, o mapa 18 aponta que há rebanho significativo de suínos nas redondezas dos municípios de Canoinhas, Papanduva e Pouso Redondo, na região centro Norte do estado e nas redondezas do município de Braço do Norte, na região centro Sul do estado. Além da atuação dos grandes grupos

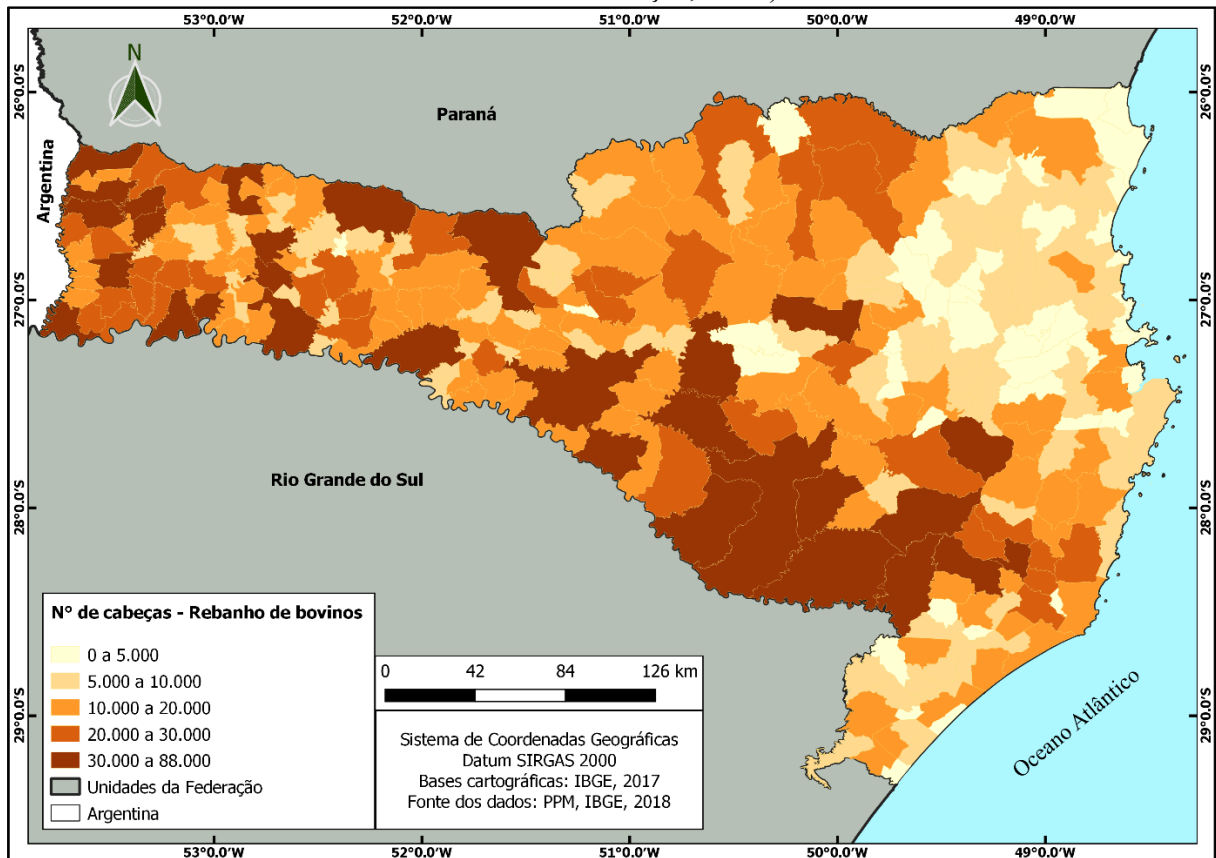
empresariais do setor agroalimentar na suinocultura catarinense, do mesmo modo que foi apontado para o agronegócio de frangos, vale salientar sobre a atuação de grande quantidade de pequenos e médios frigoríficos em todo o estado, que servem para absorver parte do rebanho suíno. Portanto, embora a concentração do abate do rebanho suíno esteja presente nas grandes agroindústrias, há uma gama de pequenos e médios frigoríficos que contribuem para que a concentração da produção de suínos nas mãos de poucos suinocultores não seja ainda maior⁹¹.

Por fim, o gráfico 28 demonstra a evolução do rebanho de bovinos no estado de SC. No ano de 1994, o rebanho de bovinos em número de cabeças no estado era de 2,96 milhões de animais, sendo que atingiu a marca de 4,30 milhões de cabeças em 2018. Diferentemente dos agronegócios de frangos e suínos, a bovinocultura demonstrou um crescimento constante no período 1994-2018, sendo que houve diminuição no número de cabeças somente de 2016 para 2018, quando o estado passou de 4,5 milhões de cabeças para 4,3 milhões. Essa queda é resultante da baixa ocorrida nos preços do boi gordo em 2017 e 2018, haja vista que a oferta no Brasil estava em alta, o que fez os preços baixarem. No entanto, da mesma forma que demonstrado no caso dos suínos e frangos, no agronegócio de bovinos ocorreu a diminuição do número de produtores. Enquanto no ano de 2013 a Cidasc contabilizou 36.783 bovinocultores no estado de SC, em 2017 foram contabilizados apenas 33.276 criadores de bovinos. Esse dado confirma a existência de um processo de concentração da produção na bovinocultura e, portanto, nas três principais cadeias produtivas de carnes de SC: frangos, suínos e bovinos.

Embora o agronegócio de bovinos figure entre os principais do ponto de vista econômico no estado de SC, os dados do número de cabeças do rebanho de bovinos do ano de 2018 apontam para uma representação de 2,01% do rebanho brasileiro de bovinos. Dessa forma, o relatório da Epagri/Cepa (2018) aponta que SC possui o 13º maior rebanho bovino do Brasil. No entanto, conforme pode ser verificado no mapa 19, algumas regiões do estado respondem pela maior parte do rebanho bovino estadual, ao passo que outras têm participação pequena. Dessa forma, no mapa 19, é possível analisar a distribuição espacial do rebanho de bovinos no estado de SC, considerando o número de cabeças do ano de 2018.

⁹¹ Relato de um agricultor entrevistado durante realização de trabalho de campo no interior do município de Cunha Porã, em março de 2020.

Mapa 19 – Distribuição espacial do rebanho de bovinos no estado de Santa Catarina (em número de cabeças, 2018)



Fonte: Produção Pecuária Municipal – IBGE (PPMa, 2018)

Conforme apontam os dados do mapa 19, a maior parte do rebanho de bovinos do estado de SC encontra-se concentrado no Oeste do estado e nos campos de Lages. Na região Oeste, o mapa 19 aponta que alguns municípios se destacam com rebanhos que ultrapassam 30 mil animais, sendo esse o caso de Chapecó, Concórdia, Itapiranga, Guaraciaba, São Lourenço do Oeste, São José do Cedro, dentre outros. Na região do planalto central, municípios como Lages, Capão Alto, Paineira, São Joaquim, São José do Cerrito, dentre outros, são alguns dos que ultrapassam as 30 mil cabeças de bovinos cada um. Além dessas duas regiões que se destacam, o mapa 19 aponta para áreas no Norte e no Sul do estado que também se destacam, mas em menor número, sendo esse o caso do município de Braço do Norte e sua redondeza, no Sul do estado, e do município de Mafra e sua redondeza, no Norte do estado. Tais informações, baseadas no que representa o mapa 19, convergem com o relatório da Epagri/Cepa (2018), o qual aponta que, no ano de 2018, o maior número de abate de bovinos ocorreu, nesta ordem, na região de Chapecó, com 15% dos abates do estado, na região de Joaçaba, com 12% dos abates do estado, na região de São Miguel do Oeste, com 11% dos abates do estado (as três localizadas no Oeste do estado). Na sequência apareceram,

nesta ordem, as regiões de Lages (planalto central), de Tubarão (Sul do estado) e Canoinhas (Norte do estado), com o maior número de abate de bovinos do estado.

Com isso, tem-se o panorama geral das configurações geoeconômicas do estado de SC no que diz respeito aos principais agronegócios em atuação no estado, sendo eles: soja, milho, trigo, arroz, feijão, cebola, maçã, frango, suíno, leite e bovino de corte. Consequente, no tópico 3.1.3, será feito o mesmo esforço, no intuito de demonstrar a dinâmica econômica e as principais forças econômicas dos agronegócios; no entanto, desta vez, visando as especificidades presentes na região Oeste catarinense, no período posterior ao ano 2003.

3.1.3 A complexidade econômica do Oeste catarinense e os agronegócios após 2003

No item 3.1.2, foi possível perceber que o Oeste catarinense possui, no setor produtivo dos agronegócios, um de seus pontos fortes, sobretudo quando é considerado o período posterior ao ano 2003. Santos e Silveira (2001), ao tocarem no tema da “guerra dos lugares”, inferiram que cada região deve ser considerada como um verdadeiro tecido, no qual as condições locais de infraestrutura, recursos humanos, fiscalidade, organização sindical e forças reivindicatórias são responsáveis por atrair determinados setores produtivos. Dessa forma, a dinâmica presente numa região é decorrente das peculiaridades dessa região, mas também das exigências feitas pelo mercado global. Neste sentido, pode-se dizer que,

[...] Algumas áreas do país acabam por se consagrar a atividades mais competitivas, ligadas ou não à exportação, seja na agricultura, na indústria, ou ainda nas atividades de suporte, indispensáveis ao circuito total de produção. É por isso que há uma tendência à agregação de atividades similares ou complementares sobre um mesmo lugar, criando verdadeiras especializações produtivas. Tal agregação tem efeitos econômicos importantes: em primeiro lugar, a acumulação de atividades semelhantes ou complementares numa área cria uma espécie de efeito de massa, uma nova economia de escala, que acaba por reduzir os custos globais e individuais; em segundo lugar, a proximidade entre tais atividades produz um efeito de vizinhança, que implica facilitar a difusão de informações gerais e específicas não apenas ligadas aos processos, mas interessando também ao próprio funcionamento do mercado, o que representa importante vantagem. Ademais, estes dois primeiros conjuntos criam outros, relacionados à possibilidade de implantação, sustentação e desenvolvimento de serviços especializados locais (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 299).

Neste sentido, os apontamentos de Santos e Silveira (2001) ajudam a compreender a especialização produtiva criada ao redor das atividades produtivas dos agronegócios da região Oeste catarinense, mas também permitem compreender que isso envolve um tecido de outros inúmeros negócios, ou seja, de outras inúmeras atividades produtivas que sustentam os

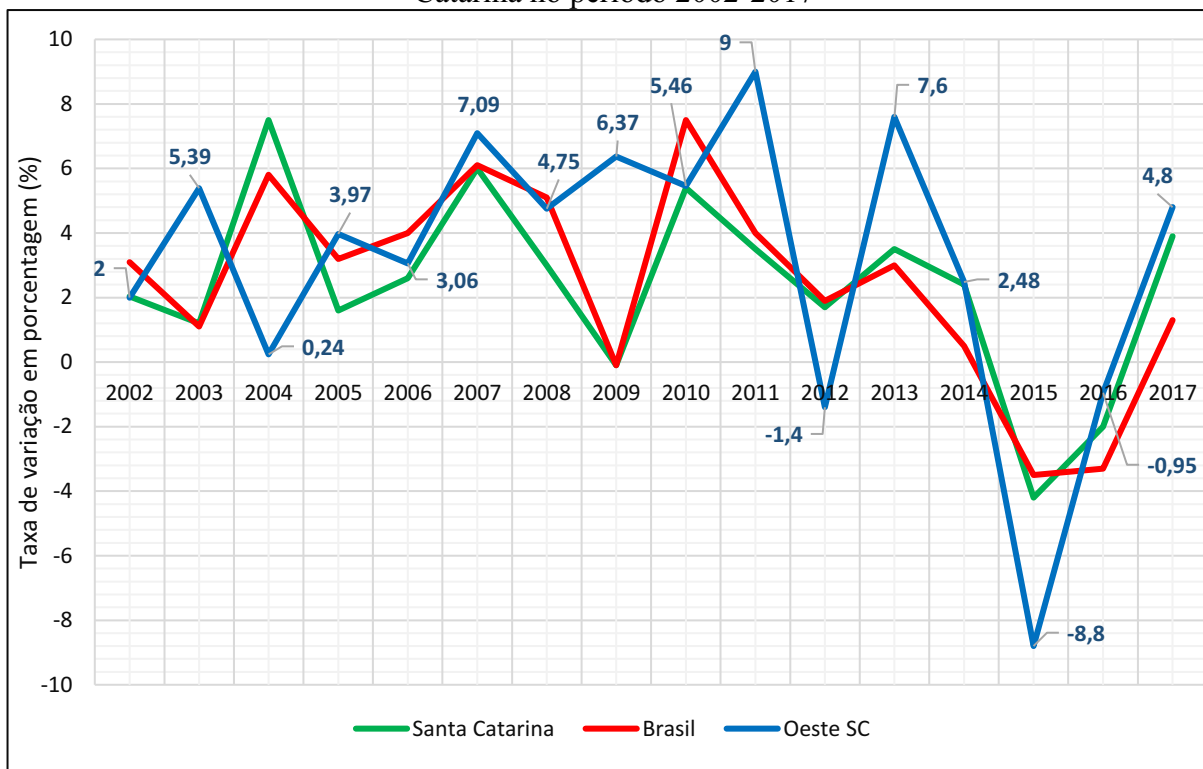
agronegócios e servem de base para diversificar a economia. Assim, os agronegócios da região Oeste catarinense não apenas se fortaleceram, mas também forjaram novas atividades econômicas, isto é, os novos serviços e novos segmentos industriais. Dessa maneira, compreender a importância dos agronegócios, sobretudo nos encadeamentos que eles representam para trás e para frente das propriedades rurais na região Oeste catarinense em nenhuma hipótese significa ficar preso neles, pois, como ver-se-á neste item, a participação dos agronegócios do Oeste catarinense em porcentagem nas escalas estadual e nacional vem diminuindo. Em certa medida, isso está atrelado aos avanços tecnológicos e à diversificação da base produtiva apoiada nos agronegócios, mas também em novos negócios. Quanto à diminuição da participação dos agronegócios do Oeste catarinense no total produzido em níveis estadual e nacional implica dizer que houve crescimento em produção e produtividade dos mesmos, e que eles abriram possibilidades e serviram de base para o surgimento de outros negócios.

Essas considerações são postas para que a análise sobre os agronegócios seja ampla e abranja a possibilidade de pensar neles a partir de um viés intersetorial, envolvendo indústria e serviços, imbricadamente. Dessa maneira, será possível caminhar no sentido de desvendar a organização da dinâmica geoeconômica da região a partir dos agentes de produção do espaço, os quais estão baseados nos agronegócios, mas vão além deles. Isso permite incorporar à discussão, brevemente, que, paralelamente à modernização dos agronegócios, sobretudo no período pós 2003, ocorreram investimentos significativos na região Oeste catarinense, como a construção da Usina Hidrelétrica da Foz do Chapecó, em 2007 (VIGNATTI, 2013). Esse é um exemplo de geração do efeito multiplicador na economia regional, haja vista que muitos municípios têm na geração, transmissão e distribuição de energia sua grande fonte de arrecadação financeira. Trata-se, dessa forma, de um efeito multiplicador do tipo “bola de neve”, em que negócios atraem negócios, constituindo, assim, economias de aglomeração⁹² dinâmicas (TINOCO, 2003; ESPÍNDOLA, 2017).

Neste sentido, no que se refere à taxa de variação do total de riquezas produzidas no Oeste catarinense, o gráfico 29 demonstra essa variação, de maneira que é possível compará-la com a taxa de variação do PIB do Brasil e do estado de SC (considerou-se o período 2002-2017, por conta da disponibilidade dos dados no IBGE).

⁹² No capítulo 4 será dada maior atenção ao conceito de economias de aglomeração, bem como sua aplicação na região Oeste catarinense.

Gráfico 29 – Taxas de variação (%) do PIB brasileiro, catarinense e do Oeste de Santa Catarina no período 2002-2017



Fonte: IBGE. Coordenação de Contas Nacionais (vários anos)

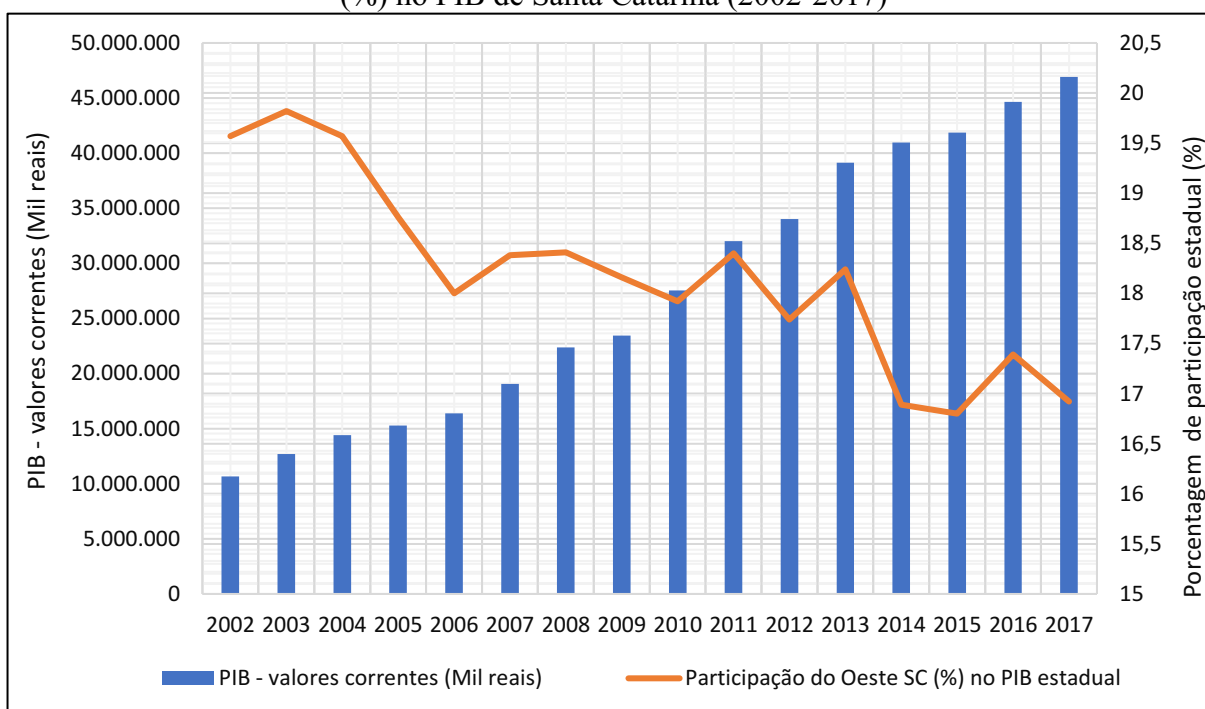
Conforme aponta o gráfico 29, com exceção dos anos 2004, 2012 e 2015, considerando o intervalo de tempo entre 2002 e 2017, a variação das riquezas produzidas no Oeste catarinense sempre estiveram em patamar similar ou acima das taxas apresentadas para o Brasil e para o estado de SC. Tanto é assim que, ao realizar-se a média dos dados do gráfico 29, enquanto no período 2002-2017 o crescimento médio do PIB brasileiro foi de 2,48% ao ano e do PIB de SC foi de 2,37% ao ano, o PIB do Oeste catarinense apresentou média de crescimento de 3,19% ao ano. Chamam atenção as altas taxas de crescimento apresentadas em alguns anos, como os 7,09% em 2007, 6,37% em 2009 (essa chama ainda mais atenção, haja vista que foi o ano posterior à grande crise internacional de 2008, que fez as economias do mundo inteiro sofrerem retrações, assim como ocorreu no Brasil e em SC; mas no Oeste catarinense, ao contrário, ocorreu um crescimento significativo do PIB no ano de 2009), 9% em 2012 e 4,8% em 2017. Ao mesmo tempo, chama atenção a forte queda ocorrida no PIB do Oeste catarinense no ano de 2015, tendo atingido variação negativa de -8,8% nesse ano.

De maneira geral, o fato de o crescimento econômico do Oeste catarinense ter se apresentado acima das médias nacional e estadual, se deve, em grande medida, ao ciclo de crescimento econômico vivenciado pelo país e pelo estado entre 2002 e 2014, mas sobretudo

ao fato de a região apresentar forte dinamismo econômico nos agronegócios. Em se tratando do setor alimentar, assim como apontou Dicken (2010), as regiões nas quais a economia tem maior vinculação à produção e processamento de produtos do setor agroalimentar, as crises econômicas tendem a chegar mais tarde e ir embora mais cedo, pois as pessoas podem optar por deixar de consumir inúmeros produtos de diferentes setores, mas o alimento certamente está entre os últimos itens que as pessoas deixam de consumir em períodos de crise.

No entanto, o fato de o PIB do Oeste catarinense ter apresentado, no geral, crescimento a taxas maiores do que o estado de SC e o Brasil, não necessariamente implica em maior participação da região no PIB do estado de SC. Sobre esse aspecto, apresenta-se o gráfico 30, de modo que se possa perceber o crescimento do PIB do Oeste catarinense em valores correntes e sua participação, em porcentagem, no PIB estadual.

Gráfico 30 – Evolução do PIB do Oeste catarinense (em valores correntes) e sua participação (%) no PIB de Santa Catarina (2002-2017)



Fonte: IBGE. Coordenação de Contas Nacionais (vários anos)

Conforme demonstra o gráfico 30, o PIB do Oeste catarinense em valores correntes apresentou crescimento constante no período 2002-2017, passando de R\$10,6 bilhões em 2002 para R\$46,9 bilhões em 2017. No acumulado do período, o PIB do Oeste catarinense apresentou crescimento a preços correntes de mais de 340%. Por outro lado, isso repercutiu de maneira diferente na participação da região no PIB estadual. Conforme o gráfico 30, no ano

de 2002 o PIB do Oeste catarinense participava com 19,5% no PIB estadual. Essa porcentagem de participação foi decaindo, de maneira que, no ano de 2017, representou 16,9% do PIB estadual. No acumulado do período 2002-2017, o Oeste catarinense perdeu 2,6% de participação no total das riquezas produzidas no estado de SC. Ainda assim, participa com porcentagem expressiva no PIB do estado, mas perdeu participação em razão de, em outras regiões do estado, como o Norte catarinense, ter crescido significativamente os investimentos no setor industrial (como a instalação da indústria automobilística da BMW no município de Araquari), sendo este o setor econômico que gera maior valor agregado das riquezas produzidas.

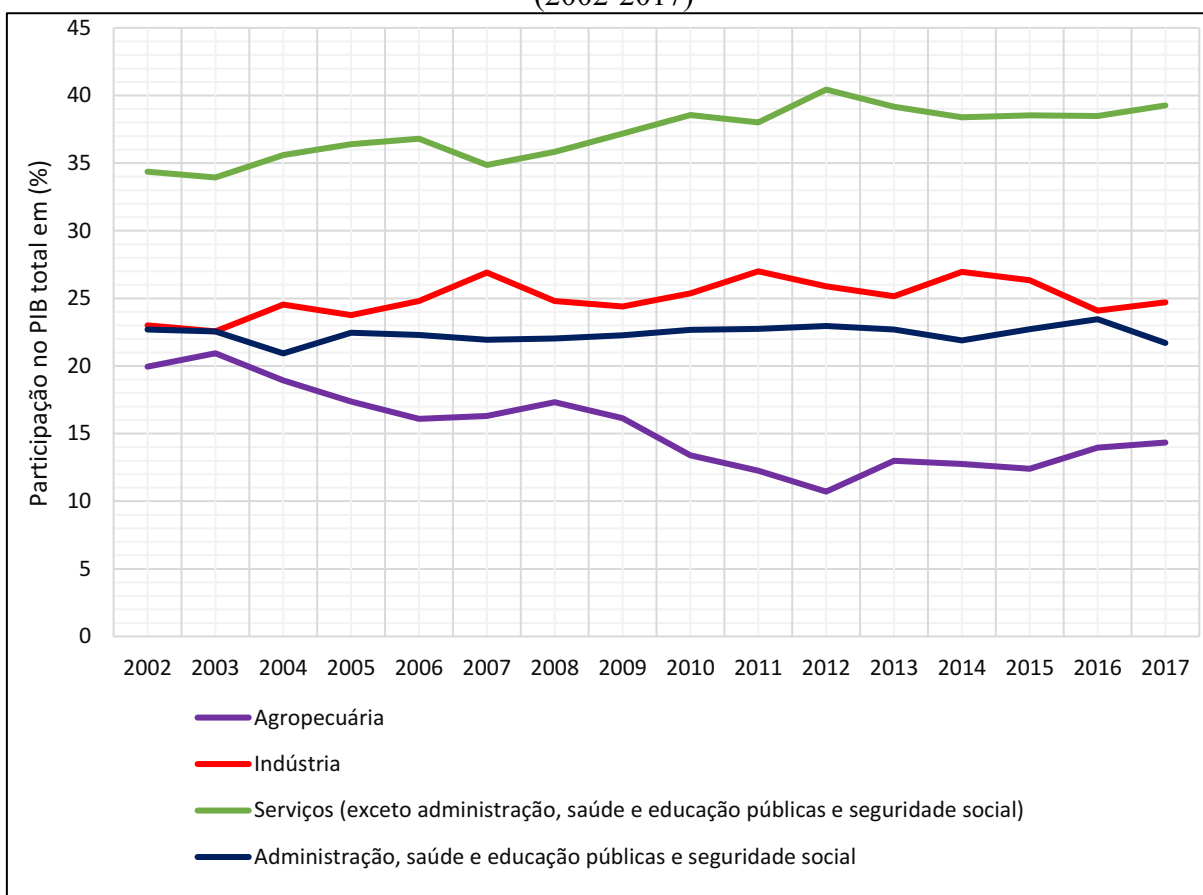
Neste sentido, no gráfico 31 apresentam-se os dados da participação em porcentagem dos principais setores da economia do Oeste catarinense na composição do PIB. Para isso, o IBGE dividiu a composição do PIB em quatro setores principais: agropecuária, indústria, serviços (exceto administração, saúde e educação públicas e seguridade social) e administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Ademais, o cálculo para saber a porcentagem de participação de cada setor do PIB foi feito sobre os valores correntes em reais (R\$).

Conforme aponta o gráfico 31, o setor econômico do Oeste catarinense que se manteve sem grande alteração na sua participação no total do PIB da região foi o de administração, saúde e educação públicas e seguridade social, ficando na faixa de 21,5% de participação. Isso demonstra que esse setor detém presença marcante na região e consegue manter a capacidade de crescimento ao longo dos anos, considerando que, para manter sua participação no total do PIB, é preciso manter uma média de crescimento anual. No entanto, nota-se, no gráfico 31, que houve uma pequena baixa na participação do setor, pois no ano de 2002 sua participação foi de 23% do total, e no ano de 2017 foi de 21,7% (linha azul forte, gráfico 31).

Além disso, conforme o gráfico 31, o setor da indústria foi o segundo setor econômico do Oeste catarinense que menos sofreu variação, de maneira que, no período 2002-2017, permaneceu entre 22,5% e 27% de participação no total do PIB da região. Chama atenção a forte participação da indústria no PIB da região, tendo representado em geral uma quarta parte de todas as riquezas produzidas, e nos anos de 2007, 2011 e 2014 chegou a atingir 27% de participação. Em grande medida, a participação significativa da indústria no PIB da região está ligada ao processamento de matérias-primas oriundas da agricultura e da pecuária. O setor de processamento de carnes e leite da região, por exemplo, estão entre os

mais avançados do Brasil, do ponto de vista das quantidades processadas e das tecnologias empregadas. Ademais, vale lembrar que, enquanto o setor industrial do estado de SC caiu de 31,2% na participação do PIB do estado em 2002 para 27% em 2017, no Oeste catarinense houve aumento na participação do setor industrial no PIB da região, saindo de 22,8% em 2002 para 24,7% em 2017.

Gráfico 31 – Participação (%) dos setores da economia no PIB da região Oeste catarinense (2002-2017)



Fonte: IBGE. Coordenação de Contas Nacionais (vários anos)

Ademais, conforme aponta o gráfico 31, o setor de serviços (exceto administração, saúde e educação públicas e seguridade social) é o que compreende maior participação no PIB da região. No ano de 2002, a participação do setor de serviços no PIB era de 34,7%, atingiu 40,4% de participação em 2012, e no ano de 2017 participou com 39,2% no PIB da região Oeste catarinense. Foi o setor que mais cresceu no período mencionado no gráfico 31, o que pode ser explicado pelo forte aumento do poder de consumo da população no período. A própria valorização do salário mínimo é um fator fundamental a ser considerado, haja vista que cerca de 15% da população da região Oeste catarinense encontra-se acima dos 60 anos de

idade, o que coloca essa população na faixa de consumo ligada ao salário mínimo, pois são aposentados nesta condição em sua maioria, estimulando sobretudo o comércio de bens não duráveis. Há outros fatores que contribuíram para o crescimento do setor de serviços, de modo que a própria modernização dos processos produtivos demandou maior incremento de mão de obra, insumos, equipamentos, manutenções, operações financeiras, dentre outros, os quais fizeram o setor de serviços crescer acima dos demais setores.

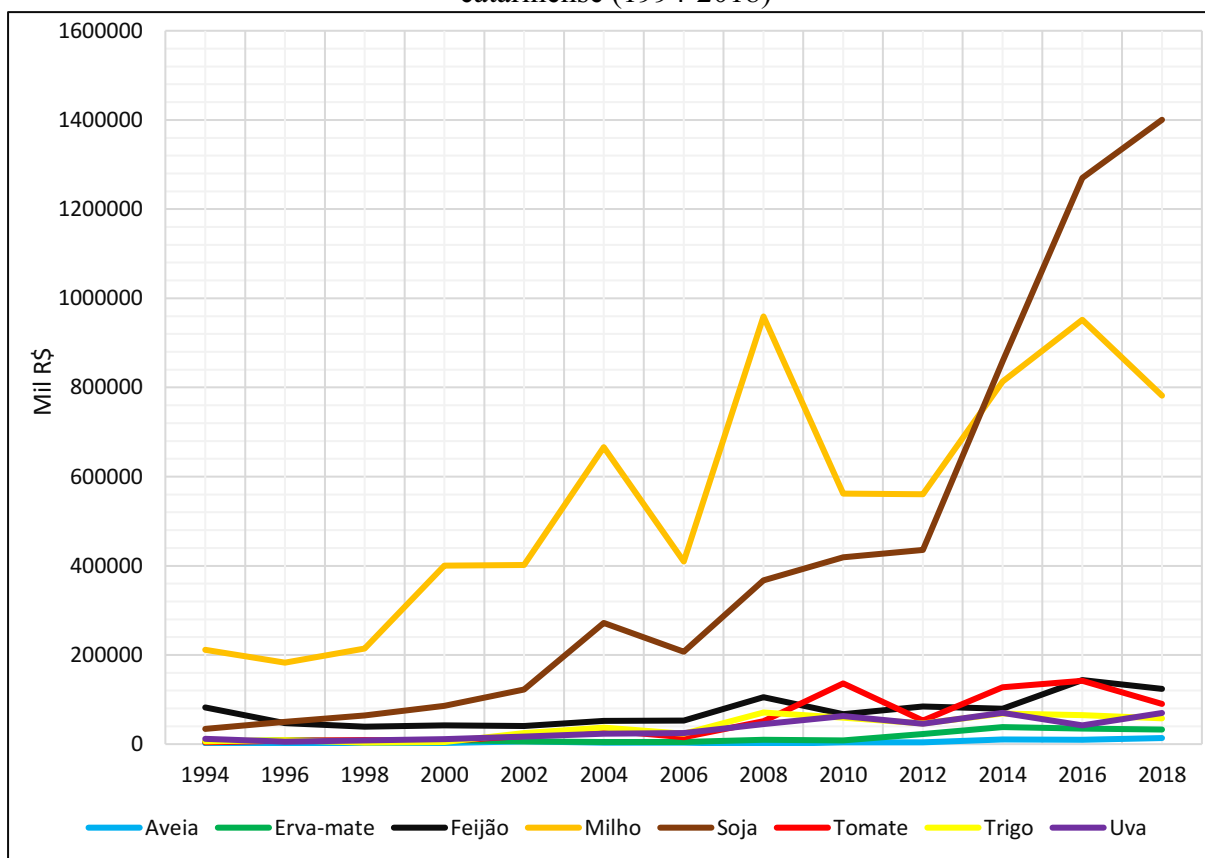
O setor agropecuário, por sua vez, foi o único do gráfico 31 a demonstrar queda na sua participação no PIB da região. No entanto, participou com índices bem acima da média estadual. Enquanto no estado de SC o setor agropecuário participou em média, no período 2002-2017, com 7% do PIB, no Oeste catarinense essa porcentagem, no mesmo período, foi de 15,37%, ou seja, mais que o dobro da média estadual. Essa comparação demonstra a importância do setor agropecuário na divisão regional do trabalho e da produção, de maneira que o Oeste do estado se confirma como a região mais especializada na produção do setor agroalimentar. Por outro lado, assistiu-se, tal como demonstra o gráfico 31, à queda na participação da agropecuária no PIB da região Oeste, de maneira que, no ano de 2002, a participação desse setor foi de 20%, e em 2017 decaiu para 14,3% do PIB total da região.

Em linhas gerais, essa perda na participação se deu em função do crescimento ocorrido nos setores da indústria e dos serviços. Neste sentido, em grande medida, o crescimento da indústria e dos serviços se deu em função do fornecimento de matéria-prima e do aumento das demandas por produtos acabados na agropecuária. Isso demonstra a necessidade de olhar-se para os setores da economia de forma interligada, pois, ao perder participação no PIB, determinado setor da economia pode ter sido o responsável por impulsionar outro. No Oeste catarinense, ademais, o fortalecimento das agroindústrias induziu e viabilizou o crescimento da agropecuária. Sobremaneira, quem estimulou e dinamizou a indústria foi o mercado interno fomentado pós 2003 e a demanda externa. Neste contexto, quem permitiu a agroindústria ser competitiva foi o sistema de produção integrado com os agricultores e as novas tecnologias desenvolvidas e embarcadas nos processos produtivos. Assim, parte-se de uma leitura de conjunto dos setores da economia na dinâmica econômica regional, não em sentido particular, como se os setores operassem de maneira desconectada entre eles⁹³.

⁹³ Ressalta-se, conforme sinteticamente demonstrado no organograma 02, que há uma relação direta entre o antes e o depois da porteira, pois com o desenvolvimento da agropecuária, o setor industrial ligado a ela foi se industrializando antes e depois da porteira.

Dessa forma, visando maior exploração do potencial produtivo dos agronegócios do Oeste catarinense, considerando as variáveis de quantidade produzida (em toneladas), produtividade (em quilogramas por hectare), área plantada (em hectares) e valor da produção (R\$), serão analisados, por apresentarem maior participação nas movimentações econômicas da região, os seguintes agronegócios: aveia, erva-mate, feijão, milho, soja, tomate, trigo, uva (considerando lavouras temporárias e permanentes), leite, frangos, suínos e bovinos (considerando os agronegócios de origem animal). Para melhor análise dos dados, considerar-se-á primeiramente os agronegócios da agricultura e, na sequência, os agronegócios da pecuária. Neste sentido, no gráfico 32, apresenta-se a evolução do valor da produção (R\$) das culturas agrícolas supramencionadas do Oeste catarinense, considerando-se o período 1994-2018.

Gráfico 32: Evolução do valor da produção (R\$) das principais culturas agrícolas do Oeste catarinense (1994-2018)



Fonte: IBGE (vários anos) – Produção Agrícola Municipal (PAM)

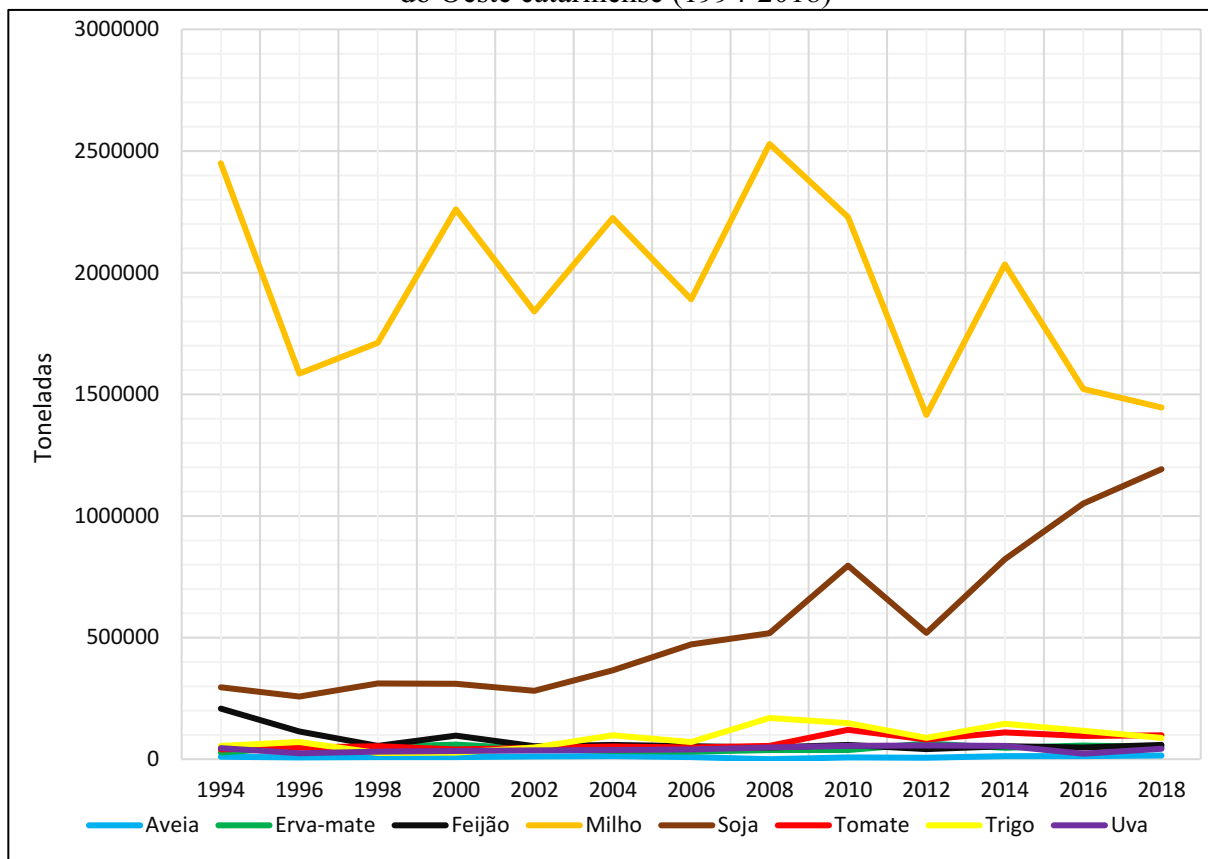
Conforme apontam os dados do gráfico 32, as culturas da soja e do milho são as duas que despontam em valor da produção no Oeste catarinense, de maneira que a soja se tornou o grão de maior importância econômica na região desde o ano de 2014 (Gráfico 32). O milho

passou por altos e baixos no seu valor de produção, todavia permaneceu a maior parte do período como o grão de maior importância econômica da região, de maneira que fechou a série, no ano de 2018, na segunda colocação. Fato é que o milho passou de um valor de produção de mais R\$182 milhões em 1994 para mais de R\$781 milhões em 2018. A cultura da soja, que apresentou o maior crescimento de todas as culturas do gráfico 32, saiu de um valor de produção em 1994 de R\$50 milhões para mais de R\$ 1,4 bilhões no ano de 2018, o que representou um crescimento acumulado de 2.700%. Dado expressivo crescimento da cultura da soja, pode-se deduzir que as demais culturas agrícolas perderam espaço para a soja, de maneira que nenhuma outra cultura apresentou crescimento tão acentuado.

As demais culturas também apresentaram crescimento econômico em termos de valor da produção, porém trata-se de uma importância econômica abaixo do que o demonstrado para o milho e principalmente para a soja. A cultura do feijão apresentou pequeno crescimento em valor de produção na região Oeste catarinense, saindo de R\$82 milhões em 1994 para R\$123,6 milhões em 2018. A cultura da uva passou por processo semelhante ao do feijão, no entanto apresentou crescimento contínuo, saindo de R\$12 milhões em 1994 para R\$70 milhões em 2018. A cultura do trigo passou de R\$6 milhões para R\$58 milhões, considerando o mesmo período. A cultura da aveia passou de R\$1,5 milhão para R\$13,6 milhões. A erva-mate passou de R\$5 milhões para R\$32 milhões. O tomate apresentou crescimento um pouco maior, passando de R\$5,8 milhões em 1994 para R\$90 milhões em 2018. Dessa forma, exceto as culturas do milho e da soja, todas as demais culturas apresentaram baixo crescimento em seus valores de produção, no período apresentado no gráfico 32. Embora a região Oeste catarinense seja o celeiro agrícola do estado de SC, está situada em área de clima subtropical, de modo que nesta área é inviável, pela questão climática, completar a realização de duas safras de culturas de verão, como ocorre em grande parte do Centro-Oeste brasileiro, pois o frio impede tal feito. Ainda assim, o valor da produção das culturas agrícolas produzidas no Oeste de SC (considerando lavouras permanentes e temporárias) representou 32,16% do total estadual e 0,91% do total nacional no ano de 2018.

Neste sentido, no gráfico 33 apresentam-se as quantidades produzidas (toneladas) das principais culturas agrícolas (considerando lavouras temporárias e permanentes do Oeste catarinense). Da mesma forma que no gráfico 32, as culturas agrícolas que aparecem no gráfico 33 são aquelas que apresentaram maiores volumes de produção em toneladas, considerado o período 1994-2018.

Gráfico 33 – Evolução da quantidade produzida (toneladas) das principais culturas agrícolas do Oeste catarinense (1994-2018)



Fonte: IBGE (vários anos) – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Conforme apontam os dados do gráfico 33, a quantidade produzida das principais culturas agrícolas do Oeste catarinense está concentrada no milho e na soja. O milho, no entanto, passou a ser menos produzido na região, de modo que em 1994 foram 2,4 milhões de toneladas produzidas do grão e em 2018 reduziu para 1,4 milhão de toneladas. Por outro lado, a soja apresentou forte crescimento, saindo de 295,5 mil toneladas produzidas em 1994 para 1,2 milhão de toneladas produzidas em 2018. Assim, é possível afirmar que a soja tomará lugar do milho na quantidade produzida, mas até o ano de 2018 o milho continuou como principal cultura produzida na região, pois possuía produtividade superior à soja. Esse dado confirma o que foi apontado para o gráfico 32 sobre valor da produção, sendo que o milho e a soja se sobressaem em relação às demais culturas, ao passo que as culturas do feijão, aveia, trigo, tomate, erva-mate e uva mantêm diferenças pequenas em toneladas produzidas.

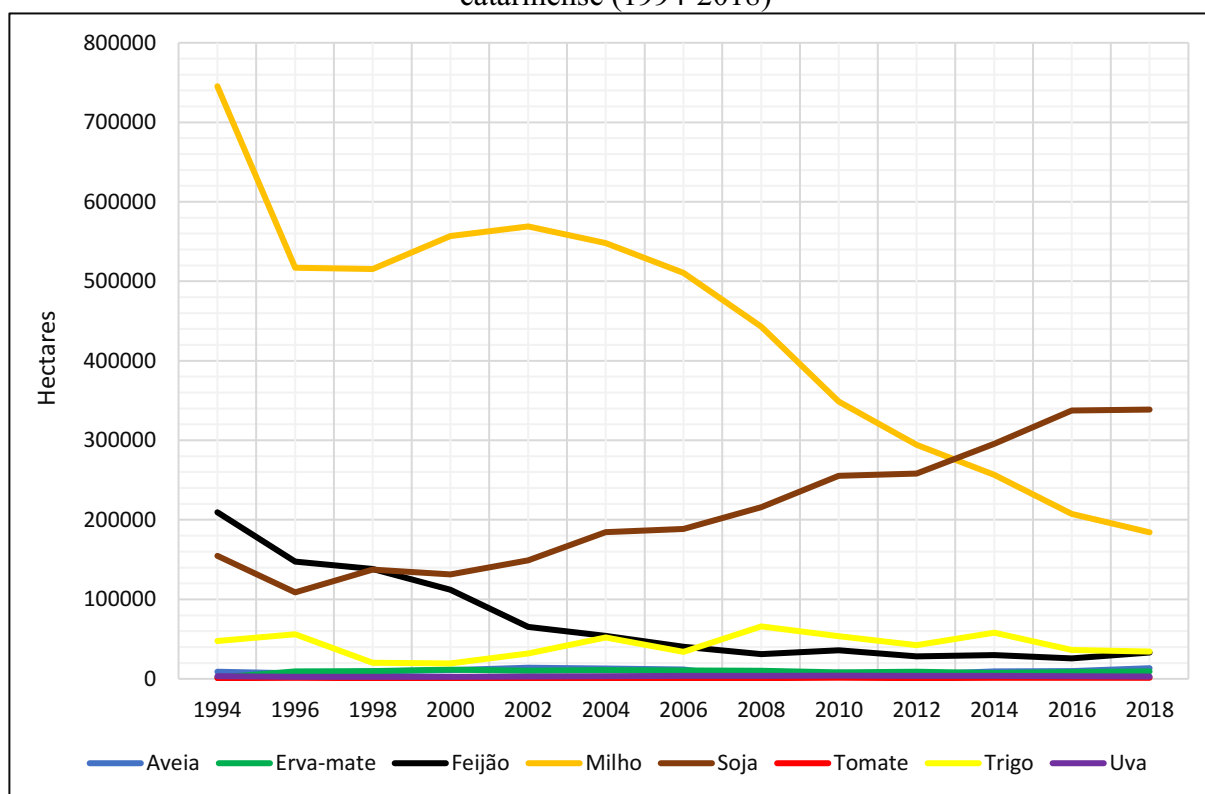
Ademais, de acordo com os dados do gráfico 33, a quantidade agrícola produzida na região Oeste catarinense demonstra que a aveia passou de 10,4 mil toneladas produzidas em 1994 para 15,1 mil toneladas em 2018. A erva-mate passou de 27,6 mil toneladas para 50,3 mil, no mesmo período. O tomate passou de 40,8 mil toneladas para 97,5 mil, considerando o

mesmo período. O trigo passou de 54,3 mil toneladas para 87,3 mil, também no mesmo período. Dessa forma, as culturas da aveia, da erva-mate, do tomate e do trigo, além da soja, já mencionada, compreendem o conjunto de produtos que apresentaram crescimento na quantidade produzida no período 1994-2018. Por outro lado, a cultura do feijão passou de 207,8 mil toneladas produzidas em 1994 para 59,1 mil toneladas no ano de 2018, e a cultura da uva passou de 45,6 mil toneladas de produção em 1994 para 43,5 mil toneladas produzidas em 2018. Com isso, além do milho, que também perdeu quantidade produzida, as culturas do feijão e da uva passaram a ser menos produzidas na região. Em linhas gerais, pode-se afirmar que o baixo crescimento em quantidade de produção de um conjunto de culturas agrícolas e o decréscimo de outras deram lugar à cultura da soja, dentro do espectro de produção agrícola, e deram lugar também, como poderá ser visto adiante, a outras atividades mais rentáveis.

No gráfico 34, o qual apresenta a evolução de área plantada, é possível notar estreita relação com os gráficos do valor de produção (32) e quantidade produzida (33). Neste sentido, conforme apontam os dados do gráfico 34, as perdas mais significativas de área plantada na região Oeste catarinense ocorreram nas culturas de milho e de feijão. No caso do milho, a perda de área no período 1994-2018 foi de mais de 500 mil hectares, haja vista que o milho passou de 745,3 mil hectares plantados em 1994 para 184,2 mil hectares em 2018. No caso do feijão, considerando o mesmo período, a perda de área plantada foi de mais de 160 mil hectares, tendo passado de 209,4 mil hectares plantados em 1994 para 33 mil em 2018. Por outro lado, ao passo que as culturas de milho e feijão perderam grande quantidade de área plantada, a cultura da soja foi a que incrementou maior quantidade de área dentre as principais cultivares agrícolas do Oeste catarinense.

Neste sentido, o ganho de área da soja no período mencionado no gráfico 34 foi de mais de 180 mil hectares, de modo que, no ano de 1994, essa cultura ocupou 154,6 mil hectares, e no ano de 2018 alcançou 338,6 mil hectares. Dessa forma, a partir do ano de 2014, a soja passou a ser a cultura que mais ocupou a área agrícola do Oeste catarinense, tendo ultrapassado a cultura do milho, que historicamente ocupou a primeira posição na região, e a cultura do feijão, que até o ano de 1998 encontrava-se na segunda colocação de área plantada na região. Portanto, com base no gráfico 34, pode-se dizer que a soja tomou a área das culturas do milho e do feijão no Oeste catarinense, corroborando com o que havia sido mencionado para os dados que trataram da área plantada no estado de SC.

Gráfico 34 – Evolução da área plantada (ha) das principais culturas agrícolas do Oeste catarinense (1994-2018)



Fonte: IBGE (vários anos) – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Além das culturas da soja, milho e feijão, o gráfico 34 aponta que a cultura do trigo apresentou perda na área plantada, de maneira que passou de 47,6 mil hectares plantados em 1994 para 34,1 hectares no ano de 2018. A cultura da uva também apresentou pequena perda na área plantada, saindo de 3,2 mil hectares no ano de 1994 para 2,8 mil hectares no ano de 2018. Por outro lado, as culturas da aveia, erva-mate e tomate apresentaram ganhos na área plantada, ainda que se trata de ganhos pouco representativos. Neste sentido, a aveia passou de 9 mil hectares plantados em 1994 para 13,4 mil em 2018. A erva-mate passou de 1,4 mil hectares plantados para 9,4 mil, considerando o mesmo período. O tomate, por sua vez, passou de 738 hectares de área plantada no ano de 1994 para 1,3 mil no ano de 2018. Dessa forma, o gráfico 34, embora apresente as culturas agrícolas de lavouras temporárias e permanentes que abrangem maior quantidade de hectares cultivados na região Oeste catarinense, mostra que a cultura da soja tomou conta do cenário produtivo da região, e a cultura do milho, embora tenha sido a que mais perdeu área plantada, aparece como a segunda cultura mais cultivada na região, em termos de área plantada. As demais culturas (trigo, tomate, uva, aveia, erva-mate e feijão), se comparadas às áreas plantadas de soja e milho, são irrelevantes, pois ficam abaixo da casa de dezenas de milhares de hectares plantados,

enquanto a soja e o milho entram na casa das centenas de milhares de hectares plantados (Gráfico 34).

No entanto, o fato de muitas culturas agrícolas terem demonstrado forte queda na área cultivada, não significa dizer que sua produção tenha necessariamente decaído, pois pode ter ocorrido ganhos em produtividade nas diferentes culturas agrícolas, como foi demonstrado no tópico anterior, nos dados sobre SC. Ademais, a perda de área plantada também não significa necessariamente que o valor da produção dessas culturas tenha diminuído, pois a cada ano, com a inflação dos preços de produtos agrícolas, seus valores podem sofrer acréscimos, fazendo com que, em função dos ganhos de produtividade e da elevação dos preços, o valor da produção aumente. Portanto, diminuição de área cultivada não está diretamente relacionado com diminuição de valor da produção e de quantidade produzida, haja vista que pode ocorrer valorização monetária de determinados produtos e aumento da produtividade.

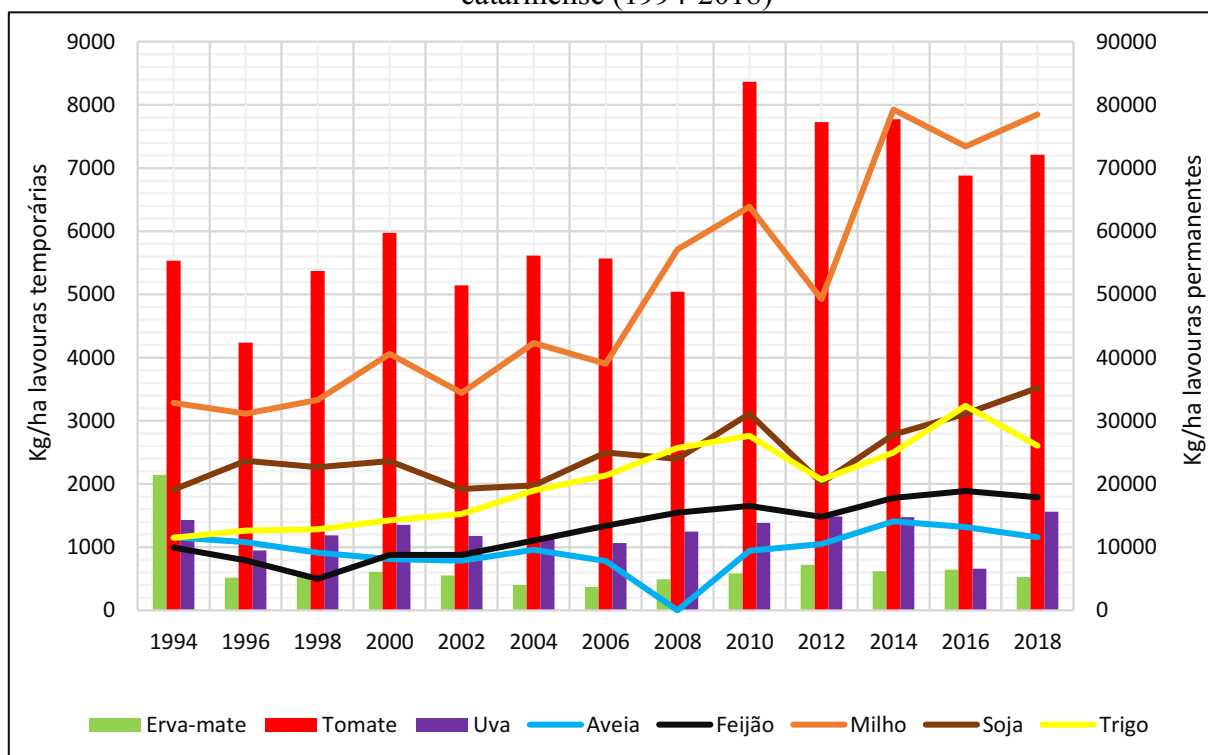
Neste sentido, o gráfico 35 aponta que, com exceção da erva-mate, todas as culturas agrícolas do Oeste catarinense apresentaram ganhos em produtividade. Esses ganhos se devem aos órgãos privados e principalmente aos públicos, que se dedicaram no desenvolvimento de pesquisas e inovação agrícola. Cabe reafirmar o importante papel cumprido pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e pela Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) no trabalho realizado em melhoramento genético e transgenia de culturas como a soja, o milho e o trigo, e em melhoramento da qualidade de solos, com investimentos na análise de solos de diferentes pontos da região, visando a aplicação adequada de insumos que porventura estivessem em falta.

Pode-se citar o exemplo do processo de acidez do solo, que é facilmente corrigido com misturas adequadas de calcário no solo após o período de colheita. Além disso, o papel desempenhado pela Epagri no acompanhamento técnico da produção agrícola nas propriedades rurais foi fundamental. De modo geral, todas as prefeituras dos pequenos municípios da região Oeste catarinense possuem um escritório da Epagri, onde atua pelo menos um técnico agrícola, ou agrônomo, ou zootecnista, ou veterinário, auxiliando e acompanhando o processo de produção nas propriedades rurais. A atuação da Epagri foi importante, além do citado, para quebrar um pré-conceito que havia entre os agricultores e os órgãos de pesquisa, pois, nos anos 1970 e 1980, os agricultores rejeitavam a presença dos técnicos nas propriedades, pois acreditavam que sabiam o suficiente para produzir. Desse

modo, a extensão rural promovida pela Epagri foi fundamental na quebra desse paradigma, pois demonstrou que a pesquisa e o acompanhamento técnico das lavouras trazem ganhos na qualidade e na quantidade da produção.

Dessa maneira, o gráfico 35 aponta para a evolução da produtividade das principais culturas agrícolas das lavouras temporárias e permanentes do Oeste de SC, considerando o período 1994-2018.

Gráfico 35 – Evolução da produtividade (kg/ha) das principais culturas agrícolas do Oeste catarinense (1994-2018)



Fonte: IBGE (vários anos) – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Conforme apontam os dados do gráfico 35, ocorreram ganhos de produtividade em todas as culturas agrícolas da região Oeste catarinense, exceto a erva-mate, que passou de 21,4 mil kg/ha no ano de 1994 para 5,3 mil kg/ha no ano de 2018 (em 2018, a produtividade da erva-mate no Brasil foi de 7,6 mil kg/ha, e no estado de SC foi de 5,9 mil kg/ha, o que demonstra que, no Oeste catarinense, essa cultura esteve abaixo da produtividade nacional e estadual). Nas lavouras temporárias, ocorreram melhorias de produtividade em todas as culturas, sendo que o milho, a soja e o trigo foram as que mais cresceram em produtividade. No caso do milho, no ano de 1994 a produtividade era de 3,2 mil kg/ha, chegando a 7,8 mil kg/ha no ano de 2018; assim, o milho se confirmou como a cultura temporária que mais evoluiu em produtividade (em 2018, a produtividade do milho no Brasil foi de 5,1 mil kg/ha,

e no estado de SC foi de 7,7 mil kg/ha, o que demonstra que no Oeste catarinense a produtividade do milho superou as médias nacional e estadual).

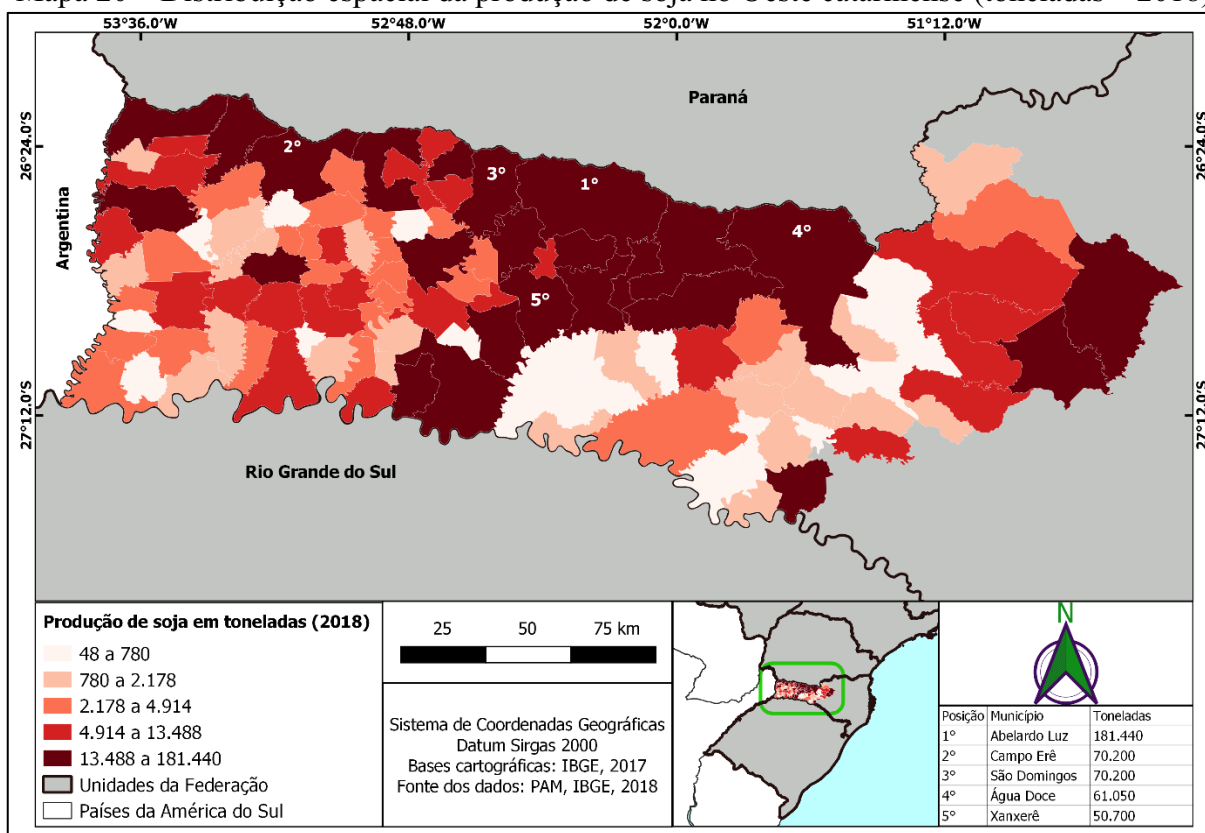
No caso da soja, a produtividade passou de 1,9 mil kg/ha no ano de 1994 para 3,5 mil kg/ha no ano de 2018 (em 2018, a produtividade da soja no Brasil foi de 3,3 mil kg/ha, e no estado de SC foi de 3,4 mil kg/ha, o que demonstra que o Oeste catarinense possui produtividade da soja acima das médias nacional e estadual). Na cultura do trigo, considerando o mesmo período, a produtividade passou de 1,1 mil kg/ha para 3 mil kg/ha por hectare, ou seja, o trigo apresentou ganhos em produtividade superiores ao da soja (em 2018, a produtividade do trigo no Brasil foi de 2,6 mil kg/ha, e no estado de SC foi de 2,7 mil kg/ha, o que mostra que o Oeste catarinense também apresentou produtividade do trigo superior às médias nacional e estadual). As culturas do feijão e da aveia passaram de 994 kg/ha para 1,8 mil kg/ha, e de 1 mil kg/ha para 1,15 mil kg/ha, respectivamente (em 2018, a produtividade do feijão no Brasil foi de 1 mil kg/ha, e no estado de SC foi de 1,7 mil kg/ha. Com relação à aveia, a produtividade do Brasil no ano de 2018 foi de 2 mil kg/ha, e do estado de SC de 1,4 mil kg/ha. Assim, a produtividade do feijão no Oeste catarinense foi superior às médias estadual e nacional, e a produtividade da aveia no Oeste catarinense foi inferior às médias estadual e nacional).

Portanto, das principais lavouras temporárias do Oeste catarinense, a aveia foi a que apresentou menor ganho em produtividade no período considerado no gráfico 35. Ademais, a uva apresentou pequeno ganho em produtividade, tendo passado de 14,3 mil kg/ha no ano de 1994 para 15,6 mil kg/ha no ano de 2018 (em 2018, a produtividade da uva no Brasil foi de 21,3 mil kg/ha, e do estado de SC de 14,5 mil kg/ha, o que mostra a produtividade da uva no Oeste catarinense é superior à média estadual, mas inferior à média nacional). O tomate apresentou ganho de produtividade maior do que a uva no mesmo período, pois passou de 55,3 mil kg/ha para 72 mil kg/ha (em 2018, a produtividade do tomate no Brasil foi de 71,9 kg/ha, e no estado de SC foi de 68,7 mil kg/ha, o que permite afirmar que a produtividade do tomate no Oeste catarinense supera as médias nacional e estadual). Assim, dentre os produtos que aparecem no gráfico 35, o tomate representou o maior ganho de produtividade fora do espectro das culturas agrícolas de grãos do Oeste catarinense.

Neste sentido, embora as inúmeras considerações sobre valor da produção, quantidade produzida, área plantada e produtividade sejam de grande importância para compreensão do cenário da agricultura do Oeste catarinense, nem todas as áreas da região são responsáveis pela produção dos produtos agrícolas mencionados. Por essa razão, da mesma

forma que apontado para as escalas nacional e estadual, apresentam-se os mapas que apontam as principais áreas da região Oeste catarinense responsáveis pela produção agrícola dos produtos que aparecem nos gráficos 32, 33, 34 e 35. Contudo, nesses mapas será levado em consideração somente a quantidade produzida, para identificar as áreas nas quais a produção está mais ou menos concentrada. No mapa 20, é possível identificar a distribuição espacial da produção de soja no Oeste catarinense, considerando a quantidade produzida em toneladas no ano de 2018.

Mapa 20 – Distribuição espacial da produção de soja no Oeste catarinense (toneladas – 2018)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM). IBGE, 2018

Conforme aponta o mapa 20, todos os municípios do Oeste catarinense produzem alguma quantidade de soja. Neste sentido, cabe mencionar que a soja produzida no ano de 2018 computou 1,2 milhão de toneladas, o que representou 50,8% do total de soja produzido no estado de SC e 1% do total produzido no Brasil. Portanto, mesmo que a região Oeste catarinense seja marcada pelo relevo irregular, que impede a mecanização em grande parte das áreas, e pela presença maciça da pequena propriedade rural, há uma produção considerável da soja na região, de maneira que, na corrente do que ocorreu em todo o Brasil, tornou-se o grão mais cultivado das lavouras temporárias da região. No entanto, há áreas que

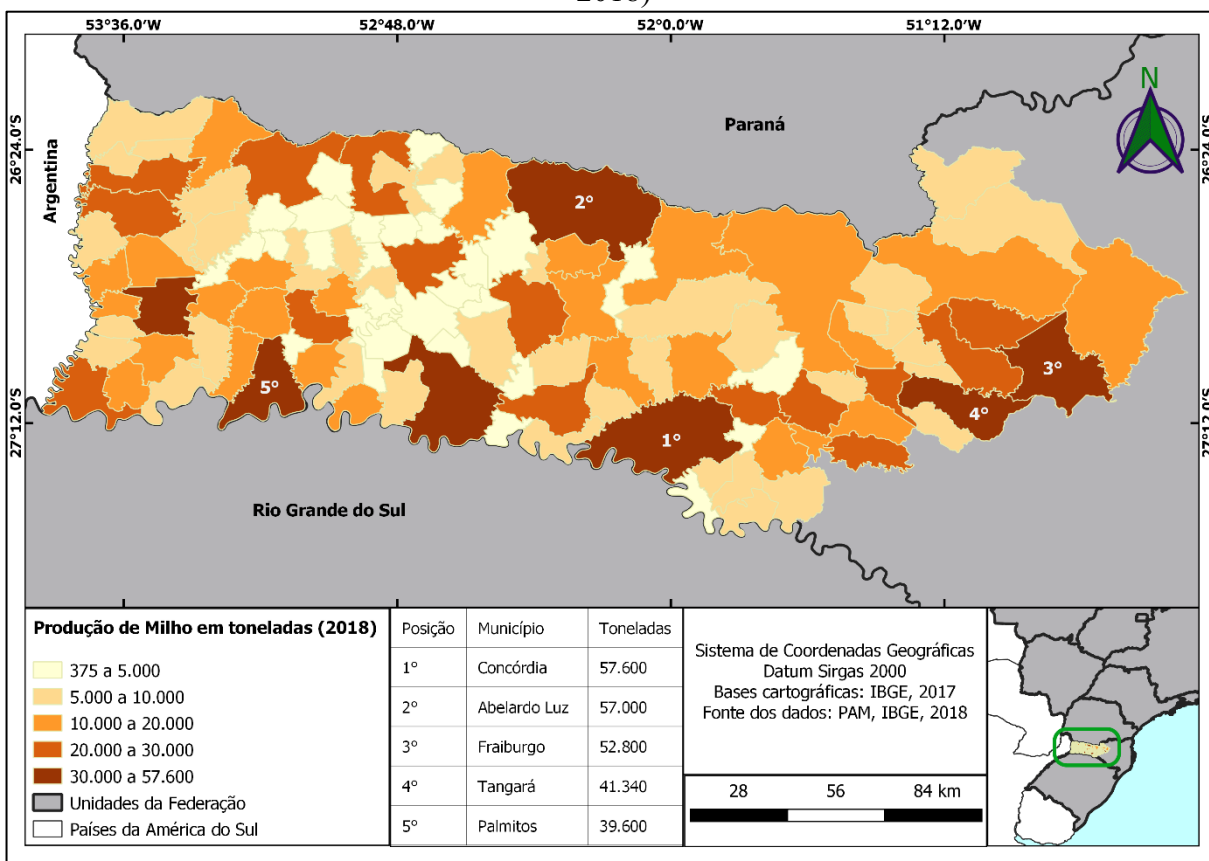
se destacam na produção em relação a outras, o que torna possível a diferenciação das principais áreas de produção do grão.

A faixa do Oeste catarinense que faz divisa com o estado do PR, por exemplo, é a área onde se encontra o maior número de municípios com produção de soja que superou 13,5 mil toneladas no ano de 2018. Trata-se dos municípios da região que possuem os melhores e maiores terrenos para o cultivo do grão, nos quais é possível a atividade de máquinas de maior porte e o monitoramento técnico realizado com maior precisão. Como aponta o mapa 20, dos 5 municípios do Oeste catarinense que mais produziram soja no ano de 2018, 4 estão localizados na divisa com o estado do PR. Ademais, a produção desses cinco municípios (Abelardo Luz, Campo Erê, São Domingos, Água Doce e Xanxerê), no ano de 2018, representou 36,4% do total de soja produzido no Oeste catarinense. Esse dado demonstra a concentração da produção do grão em algumas áreas da região. Além dos cinco municípios citados, há forte produção da soja no entorno dos municípios de Xanxerê, de Dionísio Cerqueira, de Maravilha e de Caçador. Por outro lado, em grande medida pelo fato de possuírem terras inapropriadas para a mecanização agrícola, municípios como Salto Veloso, Presidente Castello Branco, Barra Bonita, Arabutã, Arroio Trinta, Lacerdópolis, Iomerê, Cunhataí, Paial, Macieira, Xavantina e Pinheiro Preto apresentaram produção de soja abaixo de 500 toneladas em 2018.

Na cultura do milho, o mapa 21 demonstra que há similaridades em comparação com a soja no que diz respeito às principais áreas que produzem o grão. Isso ocorre, da mesma maneira que para o caso da soja, em função de o milho ter se tornado uma cultura totalmente mecanizável na região Oeste catarinense, o que requer terras menos irregulares para a operação do maquinário agrícola na produção do grão. Ademais, muitos agricultores buscam plantar a soja o mais cedo possível, nos meses de agosto e setembro, visando o plantio do chamado milho segunda safra, após a colheita da soja. Essa prática é comum na região, mas precisa ocorrer de maneira planejada e sem a presença excessiva ou ausência de chuvas, haja vista que a janela temporal de luminosidade e temperatura adequadas para a produção do milho na região é bem definida, ocorrendo entre os meses de agosto e abril. Assim, qualquer imprevisto climático pode impedir que a segunda safra possa ocorrer. Segundo informações coletadas em trabalho de campo realizado com um agricultor no município de Xanxerê, em março de 2020, os agricultores da região buscam plantar a soja na primeira safra porque sua lucratividade é maior em comparação ao milho, e as chuvas no período da primeira safra são mais regulares, o que torna a possibilidade de quebras na produção ser menor.

Nesta perspectiva, o mapa 21 demonstra a distribuição espacial da produção de milho na mesorregião Oeste catarinense, considerando os dados em toneladas obtidos por município no ano de 2018.

Mapa 21 – Distribuição espacial da produção de milho no Oeste catarinense (toneladas – 2018)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM). IBGE, 2018

Conforme o mapa 21, todos os municípios do Oeste catarinense produzem alguma quantidade de milho. De acordo com os dados do IBGE, no ano de 2018 o milho produzido no Oeste catarinense correspondeu a 56,7% do total produzido no estado de SC, e a 1,76% de todo o milho produzido no Brasil. Dessa forma, embora a cultura do milho tenha perdido espaço para a cultura da soja na região, a representatividade da produção do Oeste catarinense em relação à produção nacional e estadual do grão são superiores se comparado à representatividade da soja. Vale lembrar que a produtividade do milho é muito superior à da soja, o que torna possível que sua produção continue sendo expressiva na região, mesmo que, em termos de área plantada, tenha ocorrido queda.

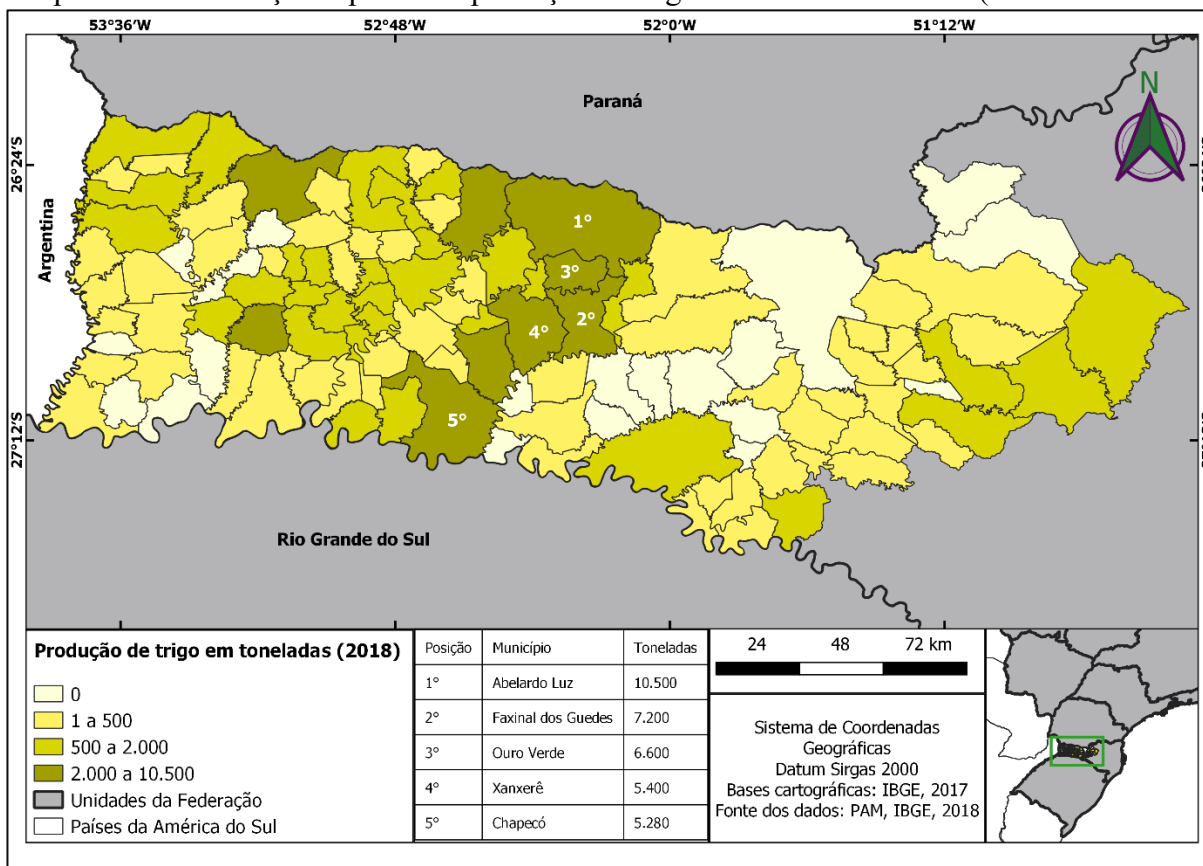
De acordo com o mapa 21, os municípios do Leste da região, da faixa que faz divisa com o estado do PR, da faixa que faz fronteira com a Argentina e da faixa que faz divisa com

o estado do RS são onde estão localizadas as áreas com os municípios que mais produzem o grão. Do ponto de vista locacional, no entanto, há um miolo na parte central da região, que pode ser identificado pela tonalidade mais clara da cor no mapa 21, onde se encontra um grupo de municípios com baixos volumes de milho produzidos. Nessas áreas estão os municípios nos quais o relevo é mais irregular, o que dificulta a mecanização das lavouras. Neste miolo encontram-se municípios como Saltinho, Irati e Cordilheira Alta, que produziram abaixo de mil toneladas de milho no ano de 2018. Esses três municípios produziram apenas 0,1% da produção de milho da região Oeste catarinense. Contudo, embora seja possível identificar um conjunto de municípios com baixa produção de milho, vale ressaltar que, desde a colonização da região, o milho é uma cultura agrícola que passou a fazer parte do cenário produtivo, pois serviu para fazer farinha, que por muitos anos foi um alimento básico das famílias, e para alimentar os diferentes rebanhos de animais, sendo outra prática comum nas propriedades rurais da região, como galinhas, suínos e bovinos.

Por outro lado, os cinco municípios que mais produziram milho no Oeste catarinense no ano de 2018 foram responsáveis por 17,1% da produção regional. Neste caso, os municípios que mais produziram na região foram, nesta ordem: Concórdia, Abelardo Luz, Fraiburgo, Tangará e Palmitos. Com base no mapa 21, pode-se citar grande produção do milho no município de Chapecó, no entorno de São Miguel do Oeste, no entorno de Dionísio Cerqueira, de Itapiranga, de Xanxerê e de Água Doce. Como salientado, trata-se dos municípios que possuem terras mais apropriadas para o cultivo do grão e que apresentam grandes ganhos em produtividade. O município de Xanxerê, por exemplo, é conhecido nacionalmente pelos altos investimentos em tecnologia de sementes de milho e por realizar, a cada dois anos, a Expo Femi (Feira de Exposição e Inovação do Milho), com objetivo de demonstrar resultados de produtividade e vender suas tecnologias de produção de milho para outras regiões do Brasil. Em 2019, o município de Xanxerê chegou a colher, em algumas lavouras, mais de 10 mil quilogramas de milho por hectare, o que é uma produtividade recorde no Brasil.

Em relação ao trigo, a quantidade produzida no Oeste catarinense é pequena, se comparada às quantidades de milho e de soja produzidas. No entanto, o trigo é uma das principais culturas agrícolas cultivadas na região. No mapa 22, é possível visualizar as principais áreas produtoras de trigo da região Oeste catarinense, considerando os dados da quantidade produzida em toneladas do ano de 2018.

Mapa 22 – Distribuição espacial da produção de trigo no Oeste catarinense (toneladas – 2018)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM). IBGE, 2018

Enquanto na cultura da soja o Oeste catarinense produziu, no ano de 2018, 1,2 milhão de toneladas e na cultura do milho produziu 1,4 milhão de toneladas, na cultura do trigo a região produziu bem menos, ou seja, 87,3 mil toneladas. Isso demonstra que a análise sobre a produção do trigo na região perde sentido se for feita comparando com a soja e o milho, pois trata-se de produções muito discrepantes. Mas, conforme o mapa 22, no ano de 2018, a região Oeste catarinense contabilizou, dos seus 118 municípios, 21 que apresentaram zero toneladas de trigo produzido (Jaborá, Água Doce, Irani, São João do Oeste, Ipumirim, Lindóia do Sul, Riqueza, Vagem Bonita, Santa Helena, Mondaí, Matos Costa, Arabutã, Pinheiro Preto, Barra Bonita, Calmon, Presidente Castello Branco, Flor do Sertão, São Miguel da Boa Vista, Paial, Arvoredo e Santa Terezinha do Progresso).

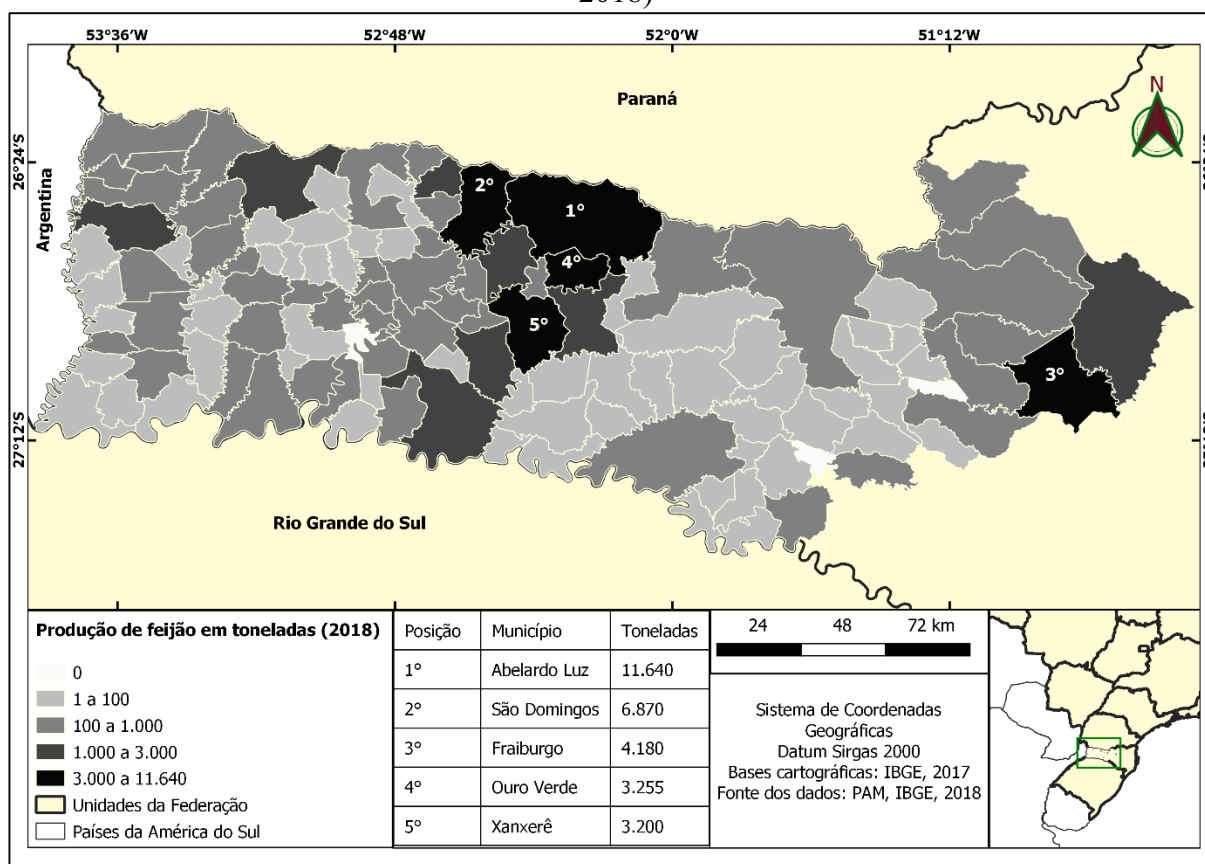
De acordo com os dados do IBGE, no ano de 2018 o trigo produzido no Oeste catarinense correspondeu a 59,2% da produção estadual e a 2,1% da produção nacional do grão. Dessa forma, o trigo confirma-se como uma das culturas agrícolas mais importantes do Oeste catarinense, por sua representatividade nas escalas estadual e nacional, e por ter demonstrado forte crescimento na produtividade. No entanto, sua produção está distribuída de

forma heterogênea pelos municípios da região. De acordo com o gráfico 33, os municípios que mais produziram trigo no ano de 2018 estão localizados na divisa com o estado do PR, no município de Xanxerê e no seu entorno, em Cunha Porã e no seu entorno, e em Fraiburgo e no seu entorno. Ademais, obedecendo a ordem de importância na quantidade produzida, os municípios de Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes, Ouro Verde, Xanxerê e Chapecó são os maiores produtores de trigo da região. Juntos, esses cinco municípios produziram, no ano de 2018, 34,9 mil toneladas do grão, o que representa 40% da produção de trigo da região. Dessa forma, é possível afirmar que a produção de trigo no Oeste catarinense é mais concentrada do que as produções de milho e de soja, mesmo que seja menor na sua quantidade produzida.

A cultura do trigo é uma cultura de inverno, sendo plantada nos meses de abril e maio e colhida nos meses de setembro e outubro, principalmente. Em comparação com os demais grãos, o trigo requer mais cuidados para uma boa colheita. Embora seja uma cultura que se adapta bem aos baixos volumes de chuva, por outro lado, mesmo sendo uma cultura de inverno, o desenvolvimento do grão de trigo pode ser bastante afetado caso ocorra geadas intensas no seu período de floração e de formação da espiga. Se uma lavoura receber temperaturas negativas com cargas de gelo depois ou durante a formação da espiga, sua qualidade poderá ser fortemente comprometida e até mesmo levar à perda total da lavoura. Por isso, mais do que no cultivo de outras culturas, o cultivo do trigo no Oeste catarinense possui esses percalços, o que explica o motivo de sua produção ser muito inferior à da soja e do milho, por exemplo. Ademais, o preço do trigo e sua lucratividade são menos atraentes para os agricultores pois, para obtenção de lucro com uma lavoura de trigo, é preciso que o clima ocorra num cenário ideal. Como geralmente é difícil que isso ocorra, os agricultores optam menos pelo cultivo do trigo, e quando o fazem é mais para obtenção de cobertura do solo com a palhada que fica depois da colheita do que para obter mais uma renda com essa produção.

Neste sentido, com quantidade total produzida na região inferior à do trigo, no mapa 23 apresenta-se a distribuição espacial da produção de feijão no Oeste catarinense. Como visualizado no gráfico 34, apesar de a cultura do feijão ter passado por forte queda na área plantada na região, continua entre as mais importantes do ponto de vista dos volumes produzidos. No mapa 23, levou-se em consideração os dados da quantidade produzida em toneladas do ano de 2018.

Mapa 23 – Distribuição espacial da produção de feijão no Oeste catarinense (toneladas – 2018)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM). IBGE, 2018

No ano de 2018, a região Oeste catarinense produziu 59,1 mil toneladas de feijão, o que representou 47,5% do total produzido no estado de SC e 2% do total produzido no Brasil. Dessa forma, embora a quantidade produzida do feijão seja menor do que a da soja, do milho e do trigo, sua representatividade em relação à produção nacional e estadual é significativa. No entanto, conforme demonstra o mapa 23, a produção regional do grão está bastante concentrada. Os cinco municípios que mais produziram feijão do Oeste catarinense são, nesta ordem: Abelardo Luz, São Domingos, Fraiburgo, Ouro Verde e Xanxerê. Juntos, esses cinco municípios produziram, no ano de 2018, cerca de 29 mil toneladas do grão, o que representou 49,2% da produção de feijão da região. Assim, a produção de feijão no Oeste catarinense está concentrada de forma similar à de trigo. Isso ocorre, em grande medida, em função da qualidade do solo nesses municípios e das características do relevo, que são menos irregulares e permitem a mecanização com uso de máquinas mais modernas. O feijão é um tipo de grão que produz as vagens a cerca de 5 centímetros do solo, o que exige que na sua colheita, por exemplo, as máquinas possam trabalhar praticamente encostadas ao solo. Nos cinco

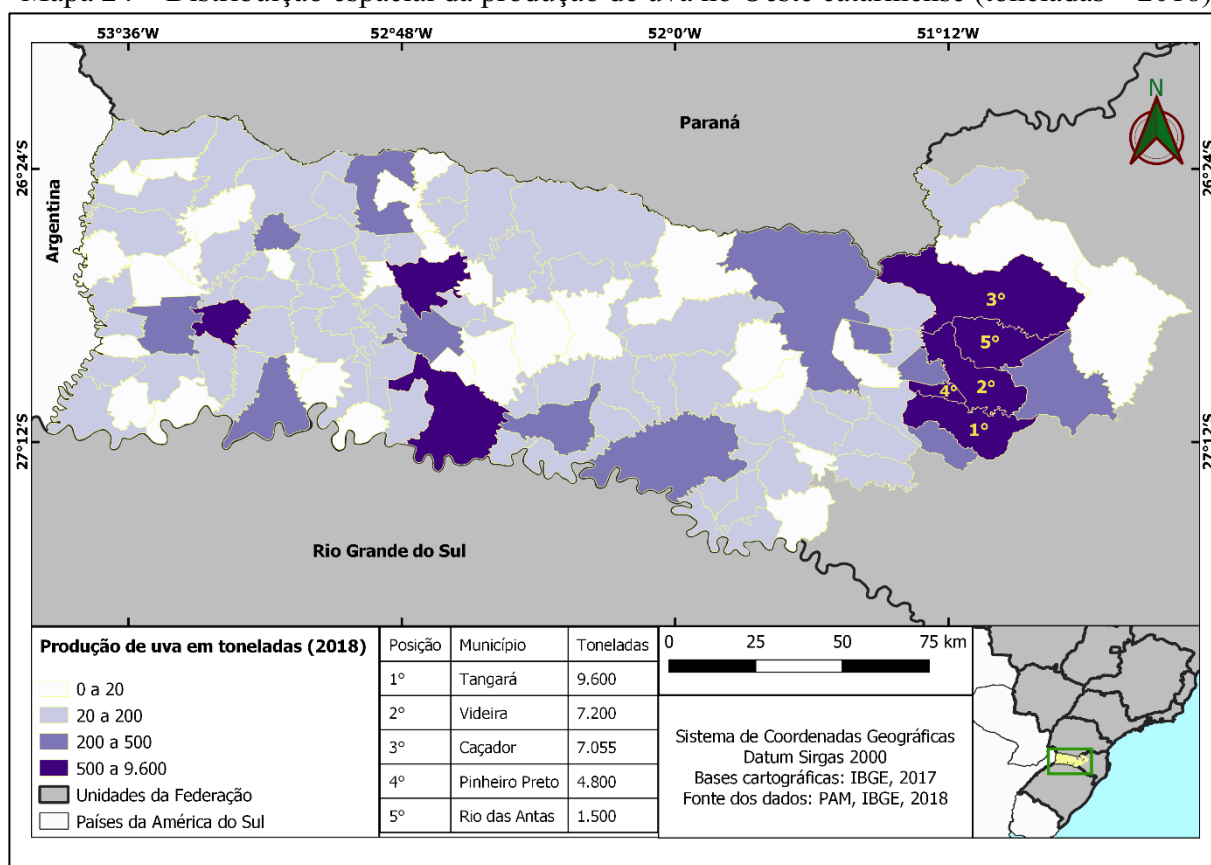
municípios mencionados, o relevo menos irregular contribui para a mecanização com essas características.

Por outro lado, é visível que a cultura do feijão perdeu espaço principalmente para a cultura da soja, haja vista que é uma cultura de verão, sendo cultivado no mesmo tempo da soja. Ainda assim, além dos cinco municípios que mais produzem feijão da região Oeste catarinense, nota-se maiores concentrações da produção na faixa da região que faz divisa com o estado do PR, no município de Guaraciaba e no seu entorno, no município de Maravilha e no seu entorno, nos municípios de Chapecó, Xaxim e Faxinal dos Guedes e na porção Leste da região, e no município de Lebon Régis e no seu entorno. Ainda de acordo com o mapa 23, dos 118 municípios da região Oeste catarinense, há 41 que no ano de 2018 produziram menos de 50 toneladas cada um, e 3 municípios (Nova Erechim, Lacerdópolis e Pinheiro Preto) não produziram feijão. Ademais, vale lembrar que mesmo nos municípios nos quais sua produção é mais expressiva, trata-se de quantidades muito inferiores as da soja e do milho, por exemplo, o que permite inferir que, no decorrer do tempo, a importância e a viabilidade econômica do feijão foi perdendo espaço, sendo que seu custo de produção tornou-se alto em relação à soja e ao milho, e seu valor de mercado, embora tenha se elevado, foi insuficiente para tornar essa cultura agrícola economicamente viável para os agricultores da região.

Analisadas as principais culturas agrícolas de grãos (soja, milho, trigo e feijão) produzidas no Oeste catarinense, ou seja, das lavouras temporárias, no mapa 24 será analisada a cultura da uva, fechando o conjunto das principais culturas agrícolas cultivadas na região⁹⁴. Para isso, será considerado, da mesma forma, a quantidade produzida em toneladas de uva de cada município, a fim de demonstrar a distribuição espacial da produção na região. Ademais, considera-se que para o mapa 24 também se levou em conta os dados do ano de 2018.

⁹⁴ Nos gráficos 32, 33, 34 e 35, que tratam do valor da produção, quantidade produzida, área plantada e produtividade, respectivamente, aparecem, além das culturas analisadas nos mapas 20, 21, 22, 23 e 24, as culturas da erva-mate, da aveia e do tomate. Essas três culturas não foram analisadas em mapas por se tratarem daquelas culturas que têm a produção regional extremamente concentrada, ou seja, em torno de 5 municípios, para cada cultura, e são responsáveis por mais de 75% da produção regional. No caso da erva-mate, são os municípios de Arabutã, Campo Erê, Catanduvás, Chapecó, Guatambu e Vargeão. No caso da aveia, são os municípios de Abelardo Luz, Ouro Verde, São Domingos, Ipuçu e Campo Erê. No caso do tomate, são os municípios de Caçador, Calmon, Fraiburgo, Lebon Régis, Macieira e Matos Costa.

Mapa 24 – Distribuição espacial da produção de uva no Oeste catarinense (toneladas – 2018)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM). IBGE, 2018

No ano de 2018, a região Oeste catarinense produziu 43,5 mil toneladas de uva, o que representou 74,6% da produção de uva de SC e 2,7% da produção de uva do Brasil. Dessa maneira, a cultura da uva configura-se como uma das mais relevantes culturas agrícolas do Oeste catarinense e a mais relevante da região dentre as lavouras permanentes. No entanto, essa produção está distribuída de forma desigual na região. Dos 118 municípios que compõem a região Oeste catarinense, 19 não produziram uva e 41 municípios registraram entre 4 e 50 toneladas de uva no ano de 2018. Por outro lado, os cinco municípios que mais produziram uva na região (Tangará, Videira, Caçador, Pinheiro Preto e Rio das Antas – obedecendo a ordem de importância) somaram o total de 30,1 mil toneladas, o que representou 69,3% da produção de uva da região.

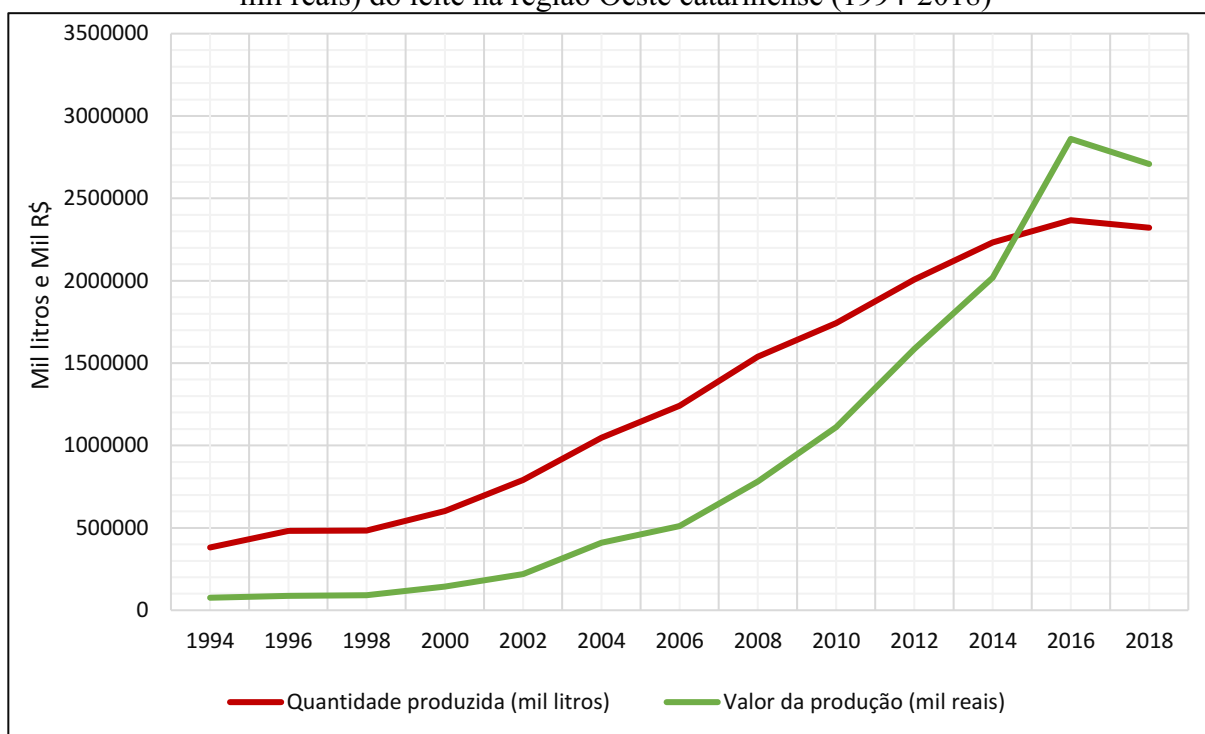
Dessa forma, é possível afirmar que a produção de uva no Oeste catarinense é altamente concentrada na porção Leste da região, isto é, no vale do rio do Peixe. É importante ressaltar que a cultura da uva necessita de período de frio bem definido para seu processo de dormência, que ocorre durante o inverno com temperaturas abaixo de 4°C. A região de Videira, Caçador e Tangará, que pode ser identificada no mapa 24, possui altitude maior em

relação às demais áreas do Oeste catarinense, o que privilegia a ocorrência de temperaturas mais baixas no inverno, contribuindo para que a produção de uva ocorra em maior volume.

Além disso, de acordo com o mapa 24, vale sinalizar que os municípios de Iraceminha, Quilombo e Chapecó se destacam na produção de uva na região, com quantidades produzidas que ultrapassaram 900 toneladas no ano de 2018. Ademais, para além dos municípios mencionados, a produção da fruta atingiu, no máximo, 500 toneladas por município no ano de 2018. Portanto, nota-se na cultura da uva um setor agrícola em potencial, que poderá crescer nos próximos anos, haja vista que alguns municípios da região possuem as características climáticas específicas para a produção da fruta e que, derivado da uva, o mercado de vinhos, sucos e geleias podem apresentar viabilidade econômica aos agricultores da região. No entanto, a uva é uma fruta que exige acompanhamento técnico constante para o tratamento de doenças que podem atacar as videiras. Esse é um dos motivos pelos quais o cultivo da uva ainda é pouco expressivo na região, uma vez que são raros os municípios onde é possível encontrar assistência técnica adequada para a produção da uva. A Epagri é o órgão estadual competente para esse tipo de trabalho, no entanto sua capacidade extensionista está aquém de acompanhar as lavouras permanentes de uva na região Oeste catarinense.

Neste sentido, a região Oeste catarinense tem demonstrado forte potencial nos agronegócios de grãos (soja, milho, feijão e trigo) e na uva. Para além dos agronegócios de lavouras temporárias e permanentes, há forte dinamismo nos agronegócios de origem animal na região, ou seja, nos agronegócios de bovinos, suínos, frangos e leite. Dessa forma, realizar-se-á o mesmo exercício de analisar individualmente cada um desses agronegócios. No gráfico 36 inicia-se essa análise a partir dos dados da quantidade produzida e o valor da produção do leite na região Oeste catarinense, considerando o período de 1994 até 2018.

Gráfico 36 – Evolução da quantidade produzida (em mil litros) e do valor da produção (em mil reais) do leite na região Oeste catarinense (1994-2018)



Fonte: Produção Pecuária Municipal (PAM). IBGE, vários anos

Conforme aponta o gráfico 36, o Oeste catarinense passou por intenso processo de crescimento da produção de leite, sobretudo a partir do ano de 2002, ainda que seja possível afirmar que desde 1994, primeiro ano da série presente no gráfico 36, ocorreu crescimento de maneira contínua até o ano de 2016, quando houve a primeira queda da série apresentada. Do ano 1994 até o ano 2000, o crescimento da produção de leite no Oeste catarinense foi de 63,2%, passando de 381 milhões de litros produzidos para mais de 600 milhões de litros. Por outro lado, do ano 2000 até o ano 2016, esse crescimento foi de aproximadamente 300%, passando, nesse período, de 600 milhões para mais de 2,3 bilhões de litros produzidos. Isso permite afirmar que o crescimento da produção de leite no Oeste catarinense pós anos 2000 foi mais expressivo se comparado ao crescimento registrado na década de 1990.

Ademais, vale ressaltar, conforme aponta o gráfico 36, que, na medida em que o crescimento da produção ocorreu, o valor da produção do leite também aumentou, de maneira que, no ano de 2014, o valor da produção do leite na região ultrapassou a quantidade produzida. Isso ocorreu principalmente em razão da evolução dos preços do produto, que, sobretudo a partir do ano de 2006, apresentou crescimento expressivo, mantendo-se num ritmo similar de crescimento até o ano de 2016, quando, da mesma forma que demonstrado para a quantidade produzida, apresentou a primeira queda no valor da produção. No entanto,

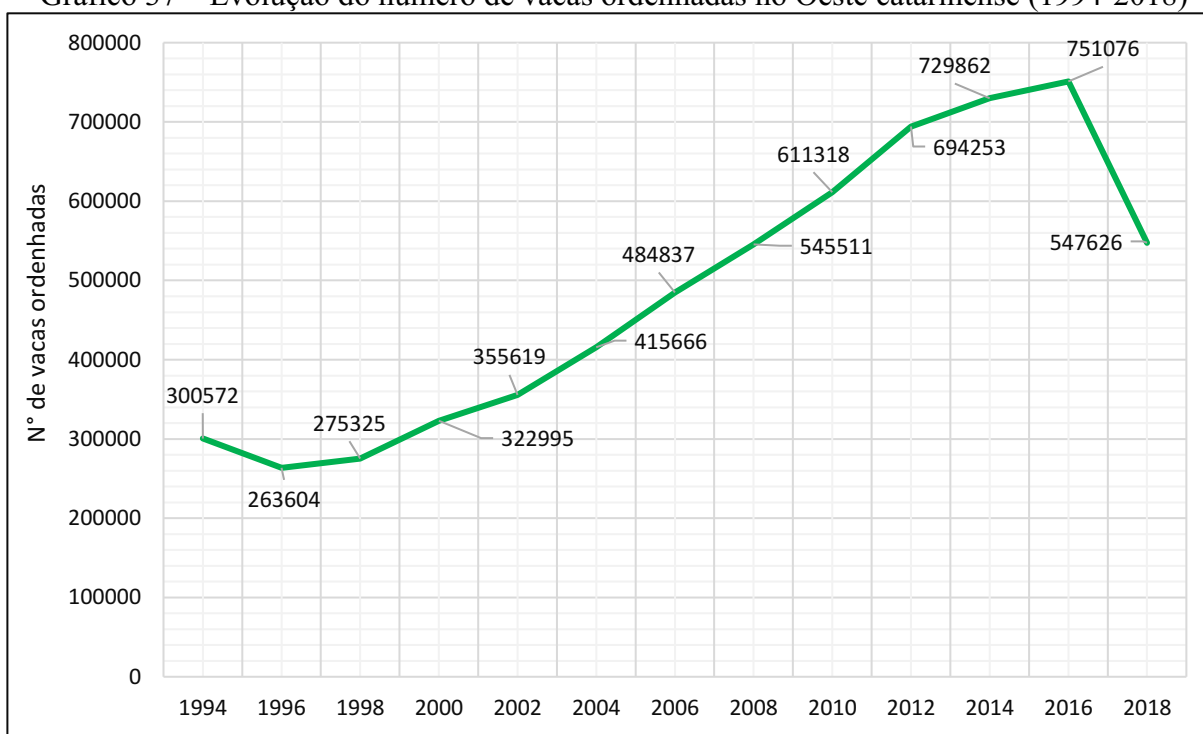
apesar da queda a partir de 2016, vale sinalizar para o forte crescimento acumulado na produção e no valor da produção do leite no Oeste catarinense. A produção do leite no período 1994-2018 apresentou crescimento de 500%, passando de 381 milhões de litros produzidos para 2,3 bilhões. O valor da produção do leite no mesmo período (1994-2018) apresentou crescimento de 3.400%, passado de R\$75 milhões para mais de 2,7 bilhões.

O fato de o crescimento percentual do valor da produção do leite ter sido expressivamente maior do que a quantidade produzida se deve, sobretudo, à valorização do preço do produto em valores correntes. Ainda assim, vale salientar que o fator principal pelo expressivo crescimento do valor da produção foi o aumento da quantidade produzida, de maneira que o primeiro está estritamente ligado ao segundo. Ademais, os crescimentos percebidos no gráfico 36 estão, em grande medida, atrelados às políticas públicas implementadas pelo governo federal na região. Como a região Oeste catarinense é fortemente marcada pela agricultura de pequena escala, o financiamento e crédito subsidiado concedido aos agricultores via Pronaf foi fundamental para o crescimento da produção leiteira. Isso interferiu de maneira mais ampla na cadeia produtiva do leite, haja vista que cresceram na região o número de técnicos, zootecnistas e médicos veterinários especializados na atividade leiteira, o que foi fundamental para as melhorias ocorridas na produção e no aumento das quantidades produzidas, o que está diretamente ligado ao aumento da quantidade de leite colhido por vaca.

Além disso, inúmeras pequenas, médias e grandes plantas industriais processadoras do leite viram no Oeste catarinense uma região em potencial para suas instalações. Dessa forma, empresas como a Tirol, a Aurora, a Piracanjuba, a Terra Viva, a Gran Mestri, dentre outras, realizaram implementação ou expansão das suas capacidades processadoras do leite. Com isso, aumentou também o número de produtos derivados do leite, como iogurte, requeijão, queijo, nata, creme de leite, leite condensado, dentre outros. A expansão e instalação dessas empresas somente foi possível na região porque, na década de 2000, ocorreu, em todo o Brasil, a ampliação das políticas de distribuição de renda, de diminuição do desemprego, de valorização do salário mínimo, o que significou um expressivo aumento do poder de compra da população de maneira geral, mas principalmente do leite e de seus produtos derivados. O mercado leiteiro é majoritariamente pertencente ao mercado interno brasileiro, de maneira que, quando o mercado interno desaquece, ocorre a desvalorização dos preços do leite, trazendo impactos em forma de “efeito cascata” para esse setor produtivo, atingindo todos os elos da cadeia produtiva.

Por essas razões, o gráfico 36 aponta que, em todo o período 1994-2018, somente a partir do ano de 2016 ocorreram quedas, tanto na quantidade produzida quanto no valor da produção do leite na região Oeste catarinense. Essa queda se deu, principalmente, em função das novas políticas adotadas pelo governo, resultado do golpe jurídico-parlamentar ocorrido no Brasil em 2016. Trata-se de políticas que sucatearam o setor leiteiro, haja vista que foi privilegiado a entrada de leite estrangeiro no Brasil, e ignorado sua capacidade, já demonstrada até então, de produzir com qualidade e quantidade o leite e seus derivados. Essa constatação também pode ser feita no gráfico 37, qual seja a demonstração sobre o número de vacas ordenhadas no Oeste de SC, considerando o período 1994-2018.

Gráfico 37 – Evolução do número de vacas ordenhadas no Oeste catarinense (1994-2018)



Fonte: Produção Pecuária Municipal (PAM). IBGE, 2018

Conforme demonstra o gráfico 37, há uma confirmação da análise e dos dados já examinados no gráfico 36, haja vista que pode ser identificado um número crescente de vacas ordenhadas na região Oeste catarinense, desde 1998 até 2016, quando ocorre uma queda expressiva do número de vacas ordenhadas. A desvalorização do leite na região trouxe muitos impactos negativos, pois, diferentemente dos demais agronegócios, o leite é a única atividade que remunera mensalmente os produtores, o que lhes permite pensar a vida econômica das famílias e das propriedades rurais. O pior, no entanto, é que essa redução, que em geral se vê ocorrer de maneira gradativa, ocorreu de uma forma abrupta do ano de 2016 para 2018, tendo

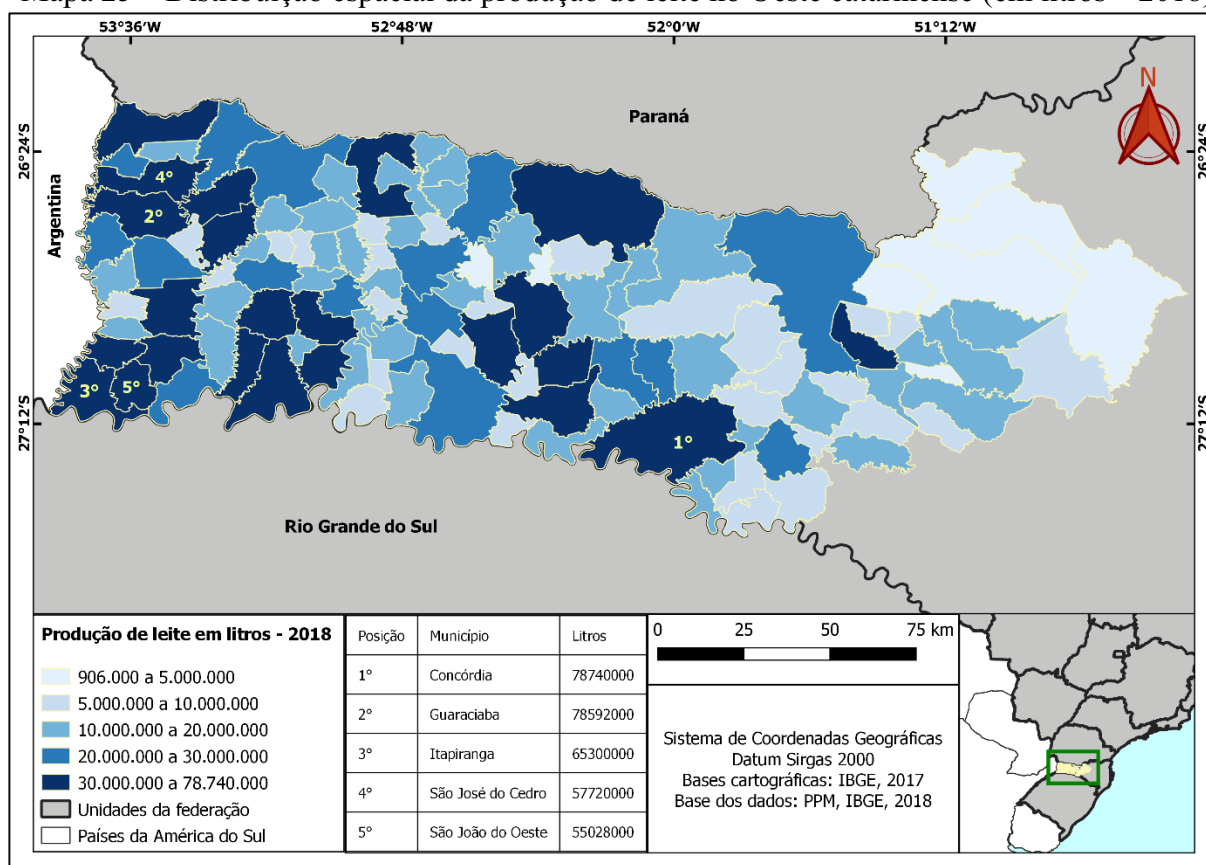
passado de mais de 750 mil vacas ordenhadas na região em 2016 para 547 mil em 2018. Esse dado permite afirmar que um número significativo de produtores de leite abandonou a atividade na região, passando a se dedicar a outras atividades econômicas, ou até mesmo terem vendido as propriedades rurais e buscado um emprego nas cidades⁹⁵. Essa informação pode ser considerada um indício de que o processo de concentração da produção de leite na região está em ritmo acelerado.

Contudo, o gráfico 37 permite afirmar que entre 1994 e 2000 o crescimento do número de vacas ordenhadas na região foi de aproximadamente 8%, passando de 300 mil para 323 mil. Por outro lado, entre o período que vai do ano 2000 até 2016, o crescimento do número de vacas ordenhadas foi muito superior, tendo atingido 132% ao passar de 300 mil para 751 mil. Como mencionado ao analisar o gráfico 36, cabe frisar que o crescimento acentuado ocorrido pós anos 2000 está diretamente relacionado às políticas do governo de fomento ao consumo e de fomento à produção do leite, sobretudo via Pronaf. Dessa maneira, mesmo com a forte queda no número de vacas ordenhadas ocorrida após 2016, pelos motivos já explicitados, é importante considerar que no período 1994-2018 ocorreu crescimento de 82% no número de vacas ordenhadas, passando de 300 mil para 547 mil vacas ordenhadas (Gráfico 37).

Dessa forma, o agronegócio do leite confirma-se como um dos mais importantes da região Oeste catarinense. Talvez esteja se tratando de um dos agronegócios mais pujantes, pelo fato de dar aos agricultores a possibilidade da renda mensal, o que o difere dos outros agronegócios, e pelo fato de a região ter investido capital e melhoramento nos sistemas produtivos do agronegócio de leite, tanto no que se refere à qualidade das vacas quanto no que se refere às novas técnicas de manejo introduzidas e consolidadas no setor. Ainda assim, embora o leite se configura numa atividade econômica presente em todos os municípios da região, há municípios que são responsáveis pela maior parte da produção. Ou seja, sua produção está distribuída de forma heterogênea na região Oeste catarinense. Para análise da distribuição espacial da produção leiteira da região, apresenta-se o mapa 25, considerando a quantidade produzida em litros por município no ano de 2018.

⁹⁵ Informação coletada em trabalho de campo realizado em propriedade rural de produção leiteira no município de Tunápolis, em fevereiro de 2020.

Mapa 25 – Distribuição espacial da produção de leite no Oeste catarinense (em litros – 2018)



Fonte: Produção Pecuária Municipal (PPMa). IBGE, 2018

No ano de 2018, a região Oeste catarinense produziu 2,3 bilhões de litros de leite, o que representou 78,1% da produção do estado de SC e 6,9% da produção do Brasil. Dessa forma, o leite, juntamente com os agronegócios já analisados, se configura em um dos principais segmentos econômicos da região Oeste catarinense, servindo como base da renda mensal de milhares de propriedades rurais, sobretudo de pequeno tamanho. De acordo com o mapa 25, todos os municípios da região Oeste catarinense produziram pelo menos 900 mil litros de leite no ano de 2018. Esse dado permite afirmar que a produção do leite se faz presente nos municípios, em termos quantitativos, num sentido homogêneo mais acentuado do que os demais agronegócios até aqui analisados. No entanto, ao mesmo tempo, há municípios que se destacam na produção do leite, o que denota que a desigualdade espacial na produção persista.

Conforme o mapa 25, os 5 municípios da região que mais produziram leite no ano de 2018 (nesta ordem: Concórdia, Guaraciaba, Itapiranga, São José do Cedro e São João do Oeste) foram responsáveis por 14,4% da produção de leite da região. Se comparado com outros agronegócios, como o trigo, o feijão e o milho, no caso do leite a concentração se

mostra menos acentuada nos cinco municípios que mais produziram o referido produto, o que permite afirmar que a distribuição espacial da produção de leite na região, ainda que alguns municípios se destaquem, ocorre de maneira menos desigual. Isso ocorre em razão de o agronegócio do leite, embora tenha passado por intenso processo de modernização e de regulamentações sanitárias nos últimos anos, ainda é uma atividade que dá ao agricultor a possibilidade de obtenção da renda mensal. Decorrente disso, muitas propriedades rurais acabam mantendo a produção do leite, mesmo que pequena, pois os agricultores sabem que, com essa renda, é possível abater as despesas básicas de uma propriedade rural, como a energia elétrica, produtos de higiene e combustíveis para motores⁹⁶.

Ademais, cabe destacar que, além dos 5 municípios que mais produziram leite no Oeste catarinense no ano de 2018, há outros que apresentaram volumes significativos na produção do leite, sendo esse o caso de Palmitos, Dionísio Cerqueira, Iporã do Oeste, Tunápolis, São Lourenço do Oeste, Abelardo Luz, Cunha Porã, Descanso, São Carlos, Xanxerê, Seara, Saudades, Anchieta, Xavantina, Xaxim, Treze Tílias e Caibi. Todos esses municípios produziram entre 30 e 55 milhões de litros de leite em 2018. Por outro lado, os municípios que demonstraram as menores quantidades produzidas de leite se localizam, principalmente, na porção Leste da região, sendo esse o caso de Catanduvas, Flor do Sertão, Capinzal, Entre Rios, Bom Jesus, Caçador, Macieira, Pinheiro Preto, Lebon Régis, Matos Costa e Calmon. A produção de leite desses 10 municípios representou 1,8% da produção regional. Portanto, a porção de municípios que respondem pela maior parte da produção, conforme aponta o mapa 25, estão localizados, na sua maioria, na fronteira com a Argentina, no município de Xanxerê e no seu entorno, no município de Palmitos e no seu entorno, no município e São Lourenço do Oeste no seu entorno e nos municípios de Abelardo Luz e de Treze Tílias.

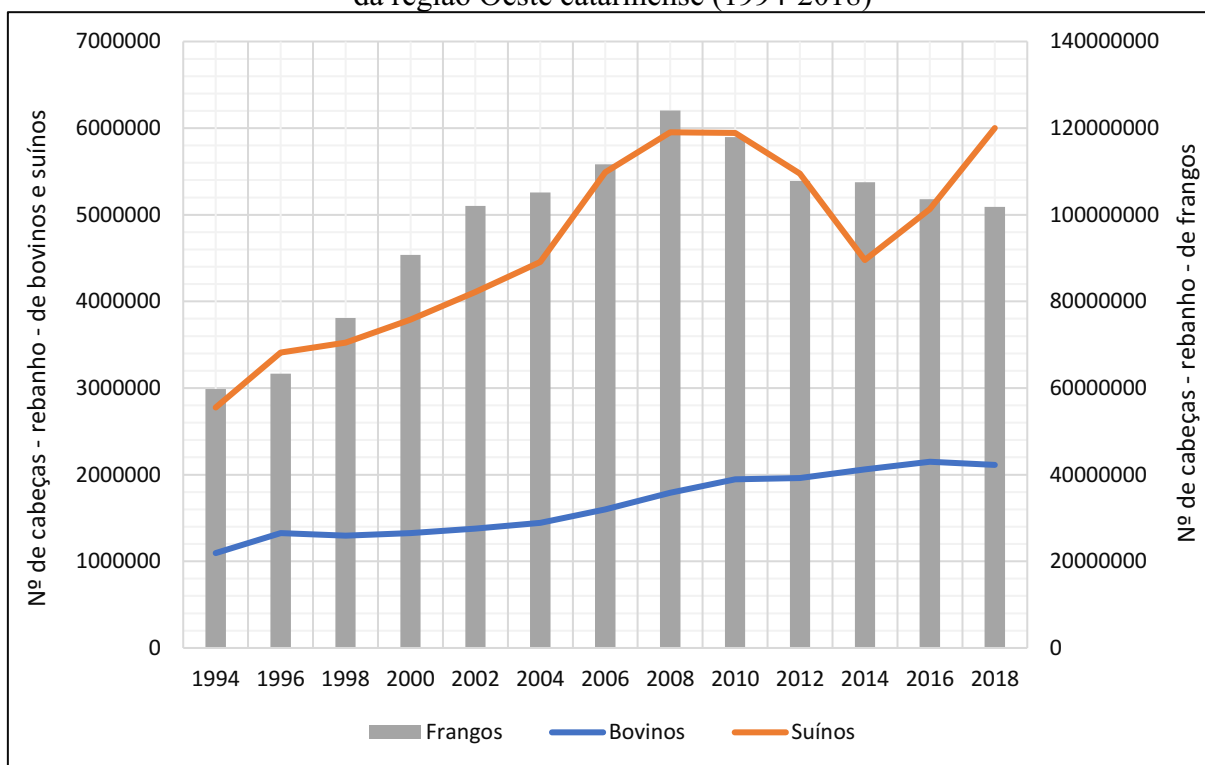
Vale frisar que os municípios que se destacaram na produção do leite, além de sediarem as empresas de laticínios com atuação consolidada na região (Aurora, Tirol, Terra Viva, Gran Mestri e Piracanjuba, por exemplo), também sediam outros laticínios de pequeno e médio porte, que exercem papel fundamental na compra da pequena produção leiteira distribuída nas pequenas propriedades rurais da região. Dessa forma, políticas públicas de fomento à comercialização do leite e seus derivados provocam um efeito dominó positivo nessa cadeia produtiva, haja vista que os benefícios vão desde o aumento do consumo,

⁹⁶ Informações coletadas em trabalho de campo realizado em propriedade rural do município de Anchieta, em fevereiro de 2020.

passando pelo aumento da atuação das unidades processadoras até chegar na valorização do preço pago aos agricultores das pequenas e médias propriedades rurais, que são quem de fato geram a produção. Dessa forma, no momento em que políticas públicas como o Pronaf apresentou seus maiores volumes de concessão de crédito, também foi o momento em que a região Oeste catarinense apresentou as maiores quantidades da produção do leite e de vacas ordenhadas. Assim, vale frisar que o melhor período, do ponto de vista econômico e produtivo, pelo qual a região Oeste catarinense passou no setor leiteiro foi entre os anos de 2010 e 2014.

Neste sentido, dada a importância do agronegócio do leite para a região Oeste catarinense, no gráfico 38 apresentam-se os dados da evolução dos rebanhos de bovinos, suínos e frangos da região.

Gráfico 38 – Evolução do número total de cabeças nos rebanhos de suínos, bovinos e frangos da região Oeste catarinense (1994-2018)



Fonte: Produção Pecuária Municipal (PPMa). IBGE, 2018

Conforme apontam os dados do gráfico 38, a região Oeste catarinense demonstrou ser capaz, entre o ano 1994 e 2018, de um forte crescimento nos agronegócios de origem animal. Isso foi resultado dos investimentos realizados em inovação e tecnologia na produção de suínos, frangos e bovinos, bem como nas unidades de processamento, ou seja, nas plantas

industriais. A região, por exemplo, foi alvo de fortes investimentos e da implantação de unidades industriais como a Cooperativa Aurora (processadora de frangos e suínos), a JBS (processadora de frangos e suínos) e a BRF (processadora de aves – principalmente frangos e perus). Ademais, as adaptações e os fortes investimentos realizados na região por essas empresas foram puxadas pelo aumento da demanda interna de consumo de produtos de origem animal e pelo aumento do comércio exterior de carnes, sobretudo pela China e por países do oriente médio.

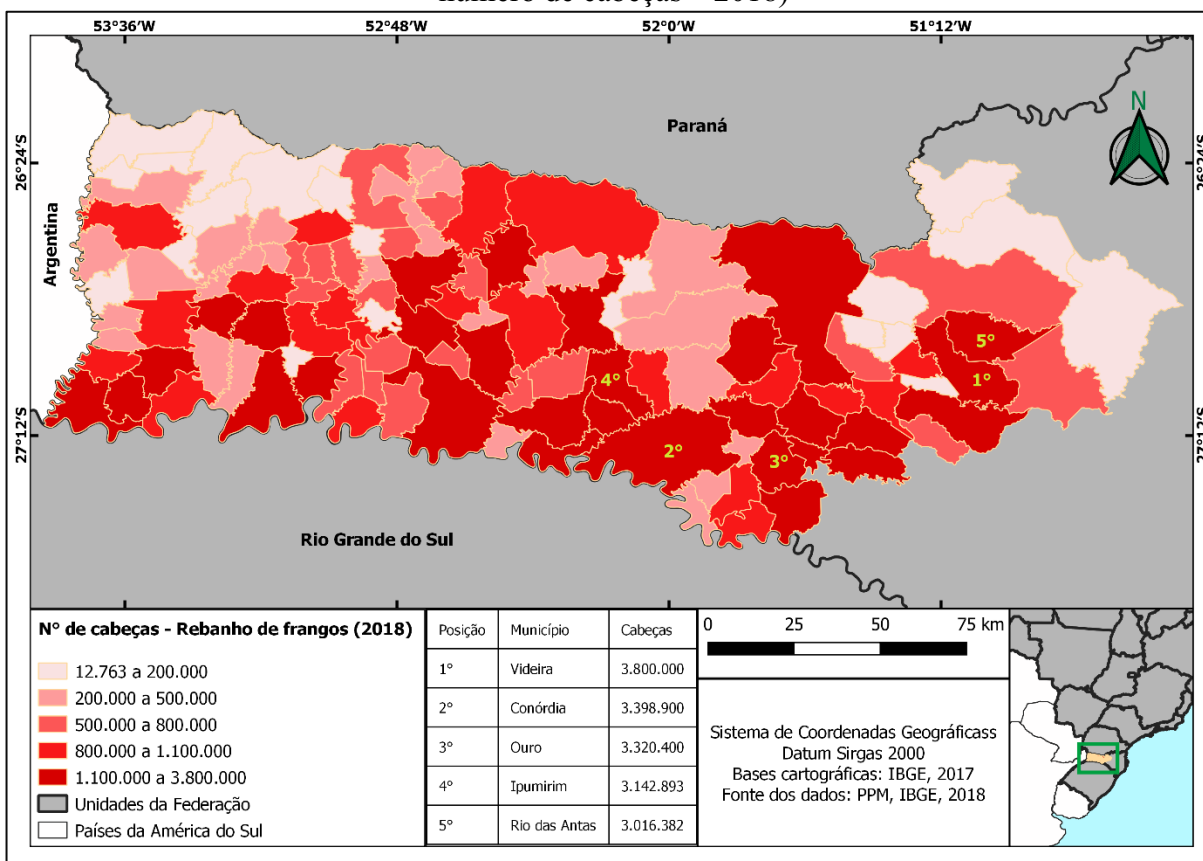
Dessa maneira, os dados apresentados no gráfico 38 demonstram que o rebanho de frangos da região Oeste catarinense apresentou crescimento de 70% no período 1994-2018. No mesmo período, o rebanho de bovinos apresentou crescimento de 106%, e o rebanho de suínos cresceu 136%. Esses crescimentos são derivados da passagem de um rebanho bovino de 1,09 milhão de cabeças no ano de 1994 para 2,1 milhões em 2018. No rebanho de suínos, considerando o mesmo período, o número passou de 2,7 milhões de cabeças para 6 milhões. No rebanho de frangos, o número passou de 59,7 milhões para 100 milhões de cabeças. Pode-se notar, pelo gráfico 38, que o rebanho de bovinos apresentou crescimento ininterrupto na série histórica apresentada, mas, por outro lado, os dados sobre suínos e frangos apresentaram quedas em seus rebanhos entre 2008 e 2014. Essas quedas, em grande medida, ocorreram em função da crise econômica de 2008, que afetou o comércio exterior desses produtos, e pela desvalorização dos preços internos dos produtos. No entanto, logo em seguida, a partir de 2014, o gráfico 38 aponta para uma recuperação no efetivo de rebanhos de suínos e frangos da região Oeste catarinense, o que denota a ocorrência de uma recuperação econômica nesses setores.

Em termos de valor bruto da produção (VBP) na região Oeste catarinense, dados disponibilizados pela Epagri durante a realização de trabalho de campo em fevereiro de 2018 apontam que, no segmento de frangos, o VBP passou de R\$4,2 bilhões no ano de 2013 para R\$4,9 bilhões no ano de 2017, o que representou um aumento de 15,5%. No segmento de suínos, o VBP passou de R\$2,8 bilhões no ano de 2013 para R\$4,01 bilhões em 2017, o que representou um aumento de 30%. Já no segmento de bovinos, o VBP passou de R\$443 milhões no ano de 2013 para R\$739 milhões no ano de 2017, o que significou um crescimento de 60%. Dessa maneira, é possível notar que o crescimento ocorrido na bovinocultura do Oeste catarinense foi superior ao crescimento verificado na suinocultura e no agronegócio de frangos. Esses crescimentos continuam permitindo afirmar que os três

agronegócios de origem animal se configuraram, nas duas últimas décadas, nos mais importantes segmentos econômicos de origem animal da região Oeste catarinense.

Esse dado, no entanto, não permite dizer que todos os municípios da região são responsáveis de maneira equilibrada pela produção de bovinos, suínos e frangos. Neste sentido, os próximos mapas tratarão de sinalizar para as áreas da região nas quais é possível perceber maior concentração da produção de cada segmento animal (frangos, suínos e bovinos). Assim, no mapa 26, é possível identificar a distribuição espacial do rebanho de frangos, considerando os dados por município do número de cabeças disponibilizados pelo IBGE no ano de 2018.

Mapa 26 – Distribuição espacial do rebanho de frangos na região Oeste catarinense (em número de cabeças – 2018)



Fonte: Produção Pecuária Municipal (PPMa). IBGE, 2018

No ano de 2018, a região Oeste catarinense somava um rebanho total de frangos de 101,7 milhões de cabeças, o que representou 71,7% do rebanho de frangos do estado de SC e 6,9% do rebanho de frangos do Brasil. Em termos de Valor Bruto da Produção (VBP), a carne de frango produzida no Oeste catarinense passou de R\$4,2 bilhões no ano de 2013 para R\$4,98 bilhões no ano de 2017 – dados da Epagri/Cepa. Todavia, tanto o valor bruto da

produção quanto o rebanho em cabeças de frangos estão distribuídos de forma heterogênea pelos municípios da região. Ainda assim, todos os municípios da região apresentaram algum quantitativo em número de cabeças de frangos, de maneira que o município que apresentou menor rebanho da região foi Matos Costa, com apenas 12,7 mil cabeças. Neste sentido, conforme aponta o mapa 26, os municípios de Matos Costa, Guarujá do Sul, Princesa, Lebon Régis e Anchieta somaram 95,7 mil cabeças de frango, no ano de 2018, representando apenas 0,09% do rebanho de frangos da região Oeste catarinense. Nestes cinco municípios, a ocorrência de aviários integrados às cooperativas de frangos é irrelevante em comparação com o rebanho de frangos de outros municípios, haja vista que o padrão mínimo do número de cabeças de frango por aviário é de 18 mil animais. Pode-se inferir, portanto, que nos cinco municípios com o menor rebanho de frangos do Oeste catarinense a produção está ligada aos métodos convencionais de criação, diferentemente do que é identificado nos aviários integrados às empresas frigoríficas ou cooperativas agroindustriais, com alta tecnologia embarcada.

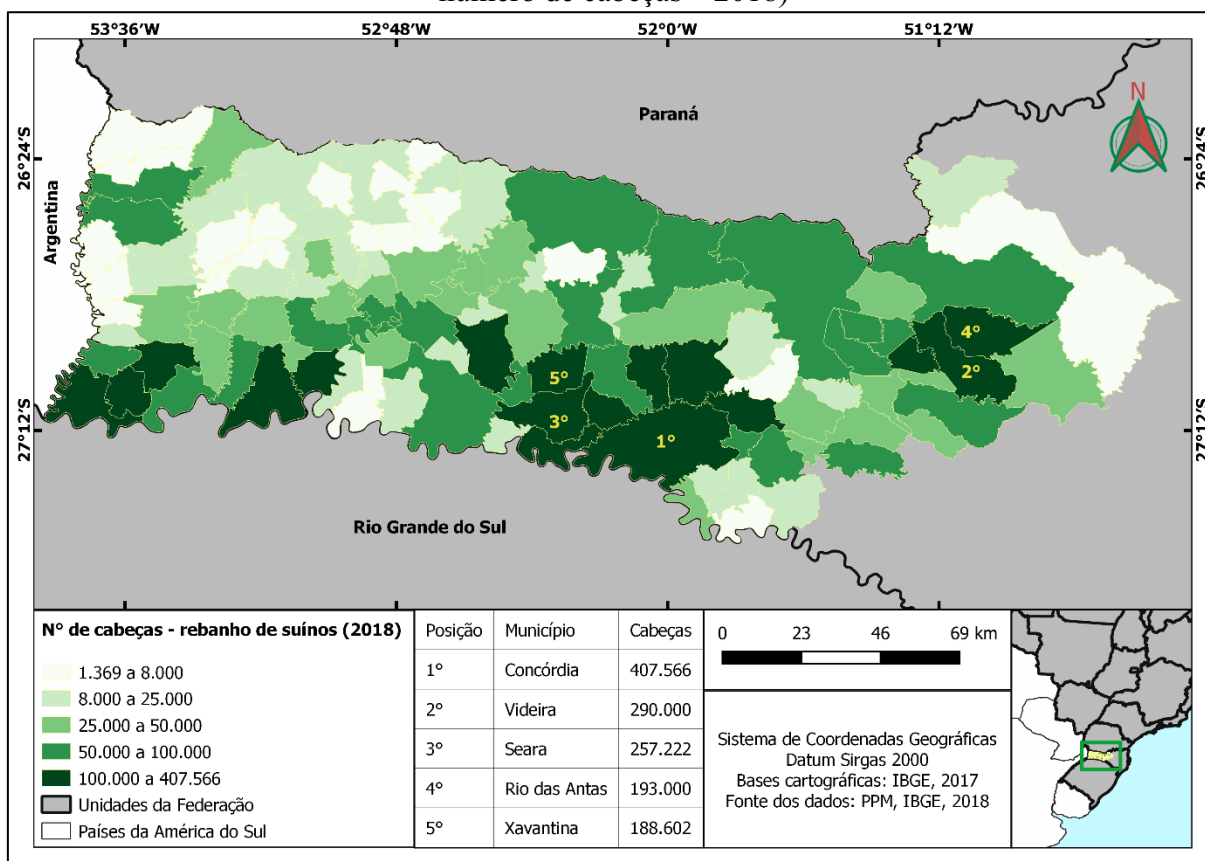
Por outro lado, conforme o mapa 26, os cinco municípios com o maior rebanho de frangos da região são, nesta ordem: Videira, Concórdia, Ouro, Ipumirim e Rio das Antas. Estes cinco municípios somaram 16,6 milhões de cabeças de frango, o que representou 16,6% do rebanho de frangos da região. Neste sentido, embora os cinco municípios com os maiores rebanhos de frango da região tenham participação relevante no rebanho total da região, trata-se de uma participação baixa se comparada aos agronegócios de grãos, que, em alguns municípios, a concentração da produção é bastante superior. Assim, a produção de frangos, ainda que em alguns municípios sua participação na produção regional seja baixa, está espacialmente melhor distribuída do que os agronegócios de grãos, assemelhando-se, de certa forma, ao agronegócio do leite.

Ademais, o mapa 26 permite apontar que há um conjunto de municípios que se destacam no quantitativo de cabeças de frangos no vale do rio do Peixe, no município de Joaçaba e no seu entorno, e no vale do rio Uruguai, sobretudo nos municípios de Chapecó e Itapiranga e seus entornos, além do município de Concórdia, já mencionado. Além desses, pode-se citar os municípios de Quilombo e Maravilha e seus entornos como áreas nas quais o número de cabeças do rebanho de frangos é alto. Muitos dos municípios citados sediam as agroindústrias frigoríficas que fazem o processamento da produção em carnes de diferentes cortes, cookies, linguiças, salsichas, dentre outros derivados. Em contraste, nota-se que no

extremo Oeste da região, na porção que faz divisa com o estado do PR, encontra-se pouca produção de frangos, assim como no extremo Leste da região.

Com o mapa 27, é possível partir para a análise da distribuição espacial do rebanho de suínos no Oeste catarinense, considerando, da mesma forma que no rebanho de frangos, o número de cabeças de suínos disponibilizado pelo IBGE no ano de 2018.

Mapa 27 – Distribuição espacial do rebanho de suínos na região Oeste catarinense (em número de cabeças – 2018)



Fonte: Produção Pecuária Municipal (PPMa). IBGE, 2018

No ano de 2018, a região Oeste catarinense contava com um rebanho de 6 milhões de cabeças de suínos, o que representava 75,3% do rebanho de suínos do estado de SC e 14,5% do rebanho de suínos do Brasil. Em representatividade, o agronegócio de suínos do Oeste catarinense, dentre os que mais se destacam economicamente, foi o que demonstrou participação mais expressiva em relação à produção nacional. Com isso, pode-se dizer que a região Oeste catarinense é a mais especializada no Brasil em produção de suínos, se destacando, desta forma, em escala estadual e nacional. Em termos de valor bruto da produção (VBP), a carne suína produzida no Oeste catarinense no ano de 2013 totalizou R\$2,8 bilhões, chegando a atingir R\$4,01 bilhões no ano de 2017. Assim, do ponto de vista econômico-

produtivo, o agronegócio de suínos assemelha-se aos anteriormente apresentados, no sentido de que se configura em um dos principais vetores de propulsão econômica da região, mesmo que os dados apresentem um VBP pouco inferior ao agronegócio de frangos e, ao mesmo tempo, um rebanho ligeiramente menor do que o agronegócio de frangos, por exemplo.

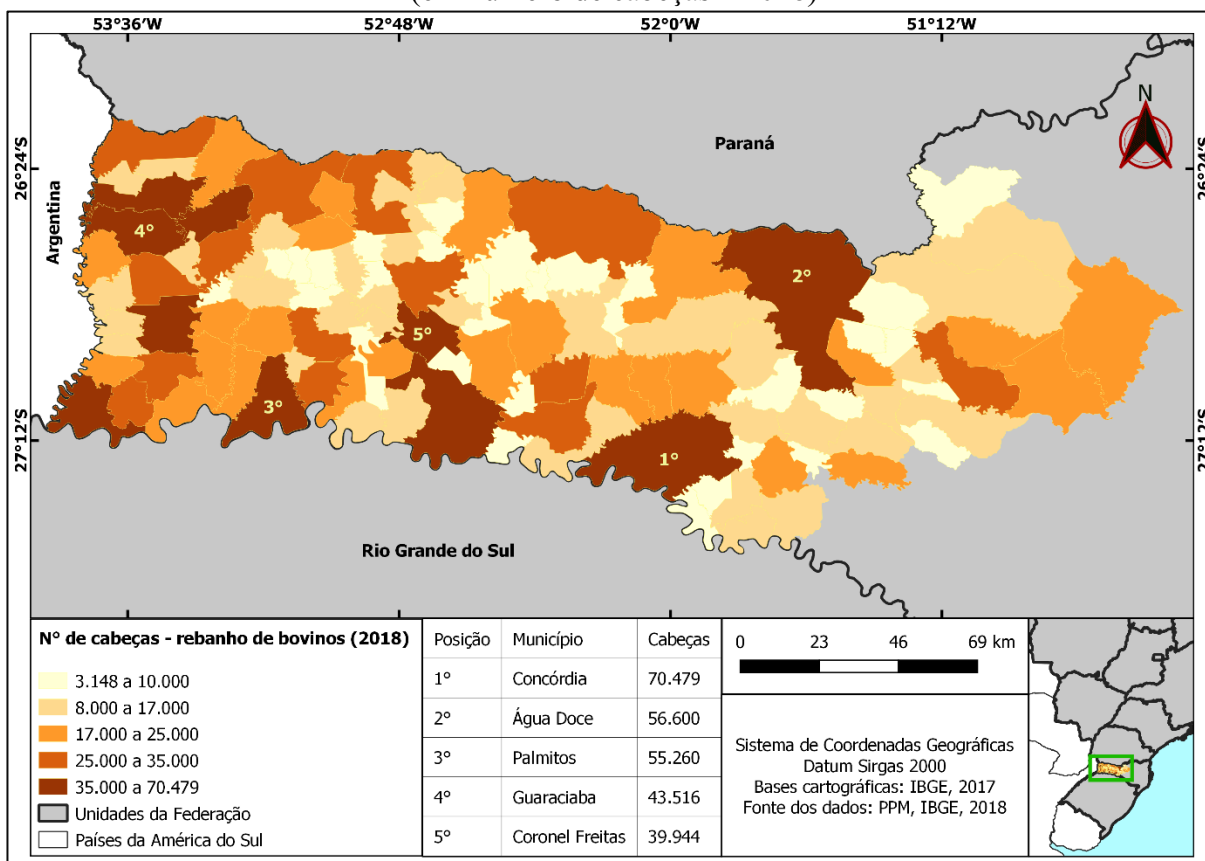
No entanto, com auxílio do mapa 27, ao analisar a distribuição espacial do rebanho de suínos da região Oeste catarinense, assim como demonstrados em outros agronegócios, conclui-se que se trata de um setor que apresenta alta concentração produtiva. Os cinco municípios da região que apresentaram os menores rebanhos de suínos (trata-se, na ordem do menor para o maior em número de cabeças, de: Ouro Verde, São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos, Calmon e Planalto Alegre) somaram 8,1 mil cabeças no ano de 2018, o que representou apenas 0,13% do rebanho de suínos da região. Por outro lado, os cinco municípios com os maiores rebanhos de suínos da região no ano de 2018 foram: Concórdia, Videira, Seara, Rio das Antas e Xavantina. Juntos, esses cinco municípios somaram um rebanho de 1,3 milhão de suínos, representando 22,2% do rebanho de suínos da região. Assim, dentre os agronegócios de origem animal, pode-se dizer que o de suínos é o que apresenta maior concentração produtiva na região Oeste catarinense. Além dos cinco municípios citados com os maiores rebanhos da região, destacam-se, ainda, os municípios de Palmitos, São Carlos, Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, Lindóia do Sul, Coronel Freitas e Xaxim, com rebanhos que ultrapassam os 100 mil animais. Destacam-se, ainda, municípios como Guaraciaba, São José do Cedro, Chapecó, Saudades e Itá, com rebanhos significativos de suínos.

Neste sentido, vale frisar que a introdução de tecnologias na produção de suínos no Oeste catarinense foi fator determinante na concentração da produção. Relatórios da Epagri do ano 2000 demonstram que, em 1970, o Oeste catarinense possuía em torno de 80 mil suinocultores e uma grande quantidade de pequenos abatedouros e frigoríficos que faziam o processamento da produção. Por outro lado, nos dias de hoje, estima-se que existam na região em torno de 25 mil suinocultores e dois grandes grupos agroindustriais responsáveis pelo processamento de mais de 70% da produção da região, sendo eles a Cooperativa Aurora e a BRF Brasil Foods. Ademais, as áreas, no mapa 27, nas quais a cor verde aparece mais forte são aquelas onde estão localizadas as principais plantas agroindustriais dessas empresas, sendo essa concentração da produção localizada principalmente nas áreas próximas das unidades processadoras, o que é uma das estratégias de planejamento logístico adotado pelas empresas, ajudando, inclusive, no estado de bem estar animal, haja vista que, quanto menor o

caminho percorrido pelo animais até chegar nos frigoríficos, menos estresse o animal terá. Essa questão é tão importante que alguns países do Oriente Médio e da Ásia fazem essa exigência para fechar contratos de compra de carne suína. Dessa forma, pode-se dizer que as exigências sanitárias, a alta tecnologia empregada e a adoção de estratégias que promovam o bem-estar animal serão cada vez mais adotadas na região.

Neste sentido, o agronegócio de bovinos é outro que se destaca do ponto de vista econômico na região. No mapa 28, é possível analisar a distribuição espacial do rebanho de bovinos, considerando os dados do número de cabeças por município do ano de 2018.

Mapa 28 – Distribuição espacial do rebanho de bovinos de corte na região Oeste catarinense (em número de cabeças – 2018)



Fonte: Produção Pecuária Municipal (PPMa). IBGE, 2018

No ano de 2018, a região Oeste de SC apresentou um quantitativo de rebanho de bovinos de 2,1 milhões de cabeças, o que representou 49,1% do rebanho do estado de SC e 1% do rebanho de bovinos do Brasil. Neste sentido, em comparação com os agronegócios de frangos e suínos, o agronegócio de bovinos é o que apresenta menor participação no total estadual, haja vista que, como verificado no mapa sobre a distribuição espacial de bovinos no estado de Santa Catarina, a região do planalto central e Norte catarinense apresentam grandes

quantitativos de rebanho bovino, em função das maiores áreas extensivas de criação. Mesmo assim, o Oeste catarinense concentra metade da produção bovina do estado de SC. Por outro lado, sua representatividade no rebanho nacional é pequena, tendo ficado em 1% de participação. Mas, sobretudo na última década, o Oeste catarinense tem demonstrado crescimento na produção de bovinos, ainda que tenha sido um crescimento distribuído de forma desigual pelos municípios da região.

Conforme o mapa 28, as áreas do Oeste catarinense que fazem divisa com o estado do PR, assim como as áreas que fazem fronteira com a Argentina, são as que apresentam maior número de cabeças do rebanho bovino. No entanto, há inúmeros municípios na divisa com o estado do RS e na parte central e Leste da região que apresentam rebanhos de bovinos que ficam acima das 17 mil cabeças por município. Dessa forma, o mapa 28 aponta que os cinco municípios com os maiores rebanhos de bovinos no Oeste catarinense (nesta ordem: Concórdia, Água Doce, Palmitos, Guaraciaba e Coronel Freitas) somaram, no ano de 2018, o quantitativo de 265 mil cabeças, o que representou 12,5% do rebanho da região. Por outro lado, os cinco municípios com os menores rebanhos da região Oeste catarinense (nesta ordem: Bom Jesus, Pinheiro Preto, Flor do Sertão, Ouro Verde e Catanduvas) somaram 24 mil cabeças, o que representa 1,1% do rebanho estadual. Dessa forma, mesmo que seja possível afirmar que o rebanho de bovinos da região Oeste catarinense está concentrado em alguns municípios, pode-se dizer que se trata de uma concentração menos acentuada, sobretudo se comparada com a concentração da produção de suínos e frangos. Ademais, vale considerar que a criação de bovinos nas pequenas propriedades rurais do Oeste catarinense historicamente fez parte da produção para subsistência das propriedades. Dessa maneira, embora tenha ocorrido intenso processo de especialização produtiva, ainda é possível encontrar, quase que na totalidade das propriedades rurais da região, algumas cabeças de bovinos.

Cabe mencionar que, a partir de 2002, inúmeros pequenos frigoríficos de abate de bovinos surgiram na região em virtude do rebanho que se mostrava cada vez mais em potencial de crescimento. Essa expansão se deu em função da significativa melhoria dos preços da carne bovina na década de 2000, da expansão do consumo, principalmente no mercado interno, e do melhoramento genético e implementação de novas raças, que resultaram num processo de engorda mais rápido e com carne de melhor qualidade. Raças como Angus, Brahman, Red Poll e outras se destacam entre as que passaram a ser mais criadas no Oeste catarinense. Outro ponto que vale destacar é o fato de que o estado de SC é

considerado livre da febre aftosa⁹⁷, o que é fundamental tanto para os pecuaristas quanto para os frigoríficos, pois têm maior segurança nas suas operações logísticas e comerciais que envolvem esse segmento produtivo. Em grande medida, graças ao trabalho de controle e monitoramento sanitário desempenhados pela Cidasc em todos os pontos do estado em que há travessia rodoviária com outros estados e com a fronteira com a Argentina, alcançou-se o status de livre de febre aftosa para a bovinocultura do estado de SC.

Dessa forma, o conjunto dos inúmeros dados apresentados em âmbito nacional, estadual e regional encarregaram-se de dar um panorama histórico e atual, mas também geoeconômico dos principais agronegócios de origens animal e vegetal. Consequente, explicitar-se-á sobre os fatores que impactaram decisivamente na dinâmica dos agronegócios da região Oeste catarinense pós anos 2000. Dentre os principais fatores, encontrou-se no Estado, no mercado interno e no mercado externo elementos que se configuram nas principais fontes de propulsão ou retração dos segmentos econômicos ligados aos agronegócios. A esse respeito será tratado no item 3.2.

3.2 AGRONEGÓCIOS E COMPLEXIDADE: O ESTADO, O MERCADO EXTERNO E O MERCADO INTERNO

Da maneira como demonstrado ao longo do texto, nesses três primeiros capítulos, reforçou-se que, para compreender o desenvolvimento dos agronegócios no Brasil, no estado de Santa Catarina e na região Oeste catarinense, torna-se relevante traçar uma espécie de linha do tempo, ou seja, a periodização, visando demonstrar os principais fatos históricos que marcaram a transformação da agropecuária brasileira e, portanto, fizeram aumentar significativamente a produção de alimentos, a geração de renda, de empregos, e o uso de tecnologia ao longo do último meio século. Neste sentido, de acordo com Vieira Filho e Fischlow (2017), quando se considera nas questões temporais dessa temática à interação multissetorial do processo de inovação ocorrido na agropecuária brasileira, a formulação de um quadro-síntese da linha do tempo é importante. Esse quadro-síntese acaba comprimindo o

⁹⁷ A febre aftosa é uma das doenças animais mais contagiosas. Trata-se de uma enfermidade infecciosa aguda que causa febre, seguida pelo aparecimento de vesículas (aftas), principalmente na boca e nos pés de animais de casco fendido, como bovinos, ovinos, caprinos, porcos e todos os ruminantes selvagens. A febre aftosa espalhou-se pelo mundo a partir do gado europeu, chegando à América do Sul por volta de 1850. Os primeiros registros da doença no Brasil foram feitos em 1870, no Sul. Em 1988, preocupado com os prejuízos econômicos provocados pela doença, o governo brasileiro colocou em prática o Plano Nacional de Sanidade Animal (PNSA), no qual a aftosa aparecia como prioridade (www.canalrural.com.br).

conjunto de informações e análises apresentadas nos três primeiros capítulos, que vai desde a ocupação do território – início do século XX – até a inserção da tecnologia mais avançada, após os anos 2000. Além disso, os processos de inovação, independentemente do setor que ocorrem, sempre visam a competição, uma vez que a competição fortalece a vertente mercadológica do capitalismo. Nas palavras de Smith (1988, p. 171), “a competição é o fluxo social que generaliza a necessidade de inovação por toda a economia”.

Por essa razão, no quadro 04 fez-se o esforço de esboçar, de maneira sistematizada e sintetizada, os principais marcos ocorridos em âmbito nacional na agropecuária como um todo. Com o quadro 04, pode-se perceber as razões que levaram a produção agropecuária no Brasil a patamares nunca antes vistos. Segundo Vieira Filho e Fischlow (2017), de 1961 até 2012, o índice de produção agropecuária aumentou mais de oito vezes, ao passo que, no mesmo período, o tamanho da população brasileira cresceu cerca 2,5 vezes. “Isso significa que o Brasil aumentou a sua produção agrícola per capita. Esse desempenho, conseqüentemente, ajudou a melhorar a segurança alimentar doméstica e a impulsionar o comércio exterior nas últimas décadas” (VIEIRA FILHO e FISCHLOW, 2017, p. 65). Ademais, embora no quadro 04 não tenha se dado atenção aos fatos históricos específicos da política agropecuária do estado de Santa Catarina, salienta-se que as políticas de impacto no setor agropecuário de âmbito nacional são as que mais causaram efeitos no estado e na região citados. Por isso a escolha em focar nos fatos históricos de âmbito somente nacional no quadro 04.

Quadro 04 – Principais fatos da história da transformação da agricultura brasileira (1960-2012)

Década	Ano	Fatos históricos
1960	1961	1. A produção da soja alcançou a importância da produção do trigo no Sul do Brasil. 2. A produção da carne de porco e de aves estimulou a demanda por farelo de soja. 3. A população urbana brasileira ultrapassou a população rural.
	1965	1. Origens da extensão rural (Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural – ABCAR). 2. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi estabelecido pelo governo federal. 3. Nessa época, o Brasil era importador de alimentos (como arroz, carne de boi, carne de frango, etc).
1970	1973	1. Criação da Embrapa.
	1974	1. ABCAR transformou-se na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural.
	1975	1. Tem-se a criação da Embrapa Soja, em Londrina-PR. 2. Criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), influenciado pelo elevado preço do petróleo de 1973.
1980	1981	1. Pesquisas foram conduzidas para a “tropicalização” da soja, adaptando sementes a climas mais seco e quente (bioma Cerrado). 2. Com o aumento da escala de produção no Centro-Oeste, estimulado pelo baixo preço da terra, facilitou-se a mecanização.

		3. No final da década de 1970 e início da década de 1980, tem-se a primeira expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste, após a criação da Embrapa.
	1985	1. A fixação biológica de nitrogênio desenvolvida pela Embrapa eliminou a necessidade de adubação química nitrogenada. 2. Na pecuária, o melhoramento genético das raças dos animais, e especialmente das plantas forrageiras contribuiu para suportar mais animais numa mesma área e diminuir o tempo de abate.
1990	1991	1. Ocorreu forte transformação institucional ligada à abertura de mercados e à estabilização monetária (Plano Real).
	1996	1. O governo instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). 2. Agricultura de precisão aumentou a eficiência do uso dos recursos. 3. O uso intensivo do plantio direto aumentou a produtividade e a conservação dos recursos naturais.
	1997	1. Foi desenvolvido pela Embrapa o “suíno light”, que permitiu que produtores tivessem acesso a um animal que atendia às novas exigências do mercado quanto ao alto teor de carnes magras e pouca gordura.
2000	2000	1. Nas últimas duas décadas ocorreu a segunda expansão da fronteira agrícola na direção do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). 2. Programa de modernização da frota de tratores agrícolas e implementos associados e colheitadeiras (Moderfrota).
	2001	1. Nascimento da bezerra “Vitória”, o primeiro clone bovino da América Latina. 2. Novas geotecnologias, tais como o sensoriamento remoto e o geoprocessamento, contribuíram para determinar o local exato, em todas as regiões brasileiras, onde cada atividade agrícola pode expressar a máxima capacidade produtiva de maneira sustentável, subsidiando a formulação de políticas públicas.
	2002	1. Processo de forte crescimento das economias emergentes.
	2003	1. Legalização do plantio de variedades geneticamente modificadas da soja.
	2005	1. O intercâmbio de germoplasma impulsionou os programas de melhoramento genético de plantas da Embrapa. 2. Legalização do plantio de variedades geneticamente modificadas de algodão.
	2008	1. Legalização do plantio de variedades geneticamente modificadas de milho.
	2009	1. A taxa de urbanização mundial atingiu 50%.
	2011	1. Desenvolvimento pela Embrapa do feijão transgênico.
	2012	1. A busca pela integração Lavoura Pecuária Floresta (LPF) foi apresentada, no intuito de contribuir com a sustentabilidade ambiental da produção.

Fonte: World Bank (2016)

Há inegável participação do Estado como indutor do desenvolvimento da tecnologia e da inovação nos fatos que historicamente marcaram os avanços da agropecuária brasileira. Para além disso, Bielschowsky (1996) aponta, no âmbito do pensamento nacional-desenvolvimentista brasileiro, que o crescimento econômico, alinhado com o desenvolvimento social, é inerente à realização de parcerias público-privadas. Essas parcerias, num plano ideal de convergência de interesses, têm a capacidade de promover, além do crescimento econômico e o desenvolvimento social de uma região e de uma nação (via política de valorização salarial, oferta de empregos, melhorias na infraestrutura, aperfeiçoamento técnico das estruturas produtivas e assim por diante), o aumento das riquezas produzidas, a ponto de colocá-las em potencial de consumo nos mercados externos. Nesta ótica, sempre que o papel do Estado caminhar na direção de expandir o mercado interno e o

mercado externo, o poder de junção de capital para forjar o desenvolvimento social e continuar promovendo o crescimento econômico estará na direção de se consolidar enquanto uma realidade concreta.

O setor produtivo dos agronegócios tem função estratégica e pode operar como fator decisivo na formação de uma dinâmica econômica que promova o crescimento econômico e o desenvolvimento social (Bielschowsky, 1996). No entanto, fazer apontamentos nesse sentido implica na planificação de uma nova estrutura econômica. Somente o projetamento de uma estrutura produtiva, que encontre no papel do Estado um elemento-chave para sua própria efetivação, poderá usar setores econômicos estratégicos, como é o setor dos agronegócios no Brasil, que podem funcionar como setores de geração de riqueza, isto é, produção de mercadorias, mas também como geradores do desenvolvimento social. Neste sentido, o desenvolvimento social promovido por políticas que evidenciem o crescimento econômico pode construir e manter regiões e países numa condição de bem estar social. Os investimentos em pesquisa, tecnologia e inovação, neste sentido, sempre serão indispensáveis. É necessário, no entanto, que seja encontrado o interesse comum capaz de propor a planificação da estrutura econômica – que pode ser nova, mas sem ignorar a formação econômica e social, isto é, a história que constituiu as regiões no que elas são atualmente em termos de estrutura econômico-produtiva.

Na região Oeste de SC, conforme demonstrado no item 3.1, explicitou-se o papel e o desempenho econômico-produtivo dos agronegócios na dinâmica geoeconômica da região. Está claro que os agronegócios preconizaram a estrutura produtiva do Oeste catarinense e, embora a dinamização mais recente tenha aberto caminho em outros segmentos produtivos, os agronegócios continuam exercendo papel preponderante na organização da dinâmica geoeconômica da região. No entanto, é incoerente afirmar que a estrutura produtiva da região em questão tenha resultado de uma política econômica planejada na sua totalidade. A própria formação socioespacial da região remonta ao setor dos agronegócios como aquele através do qual as elites empresariais da região desviaram verbas públicas para um beneficiamento econômico próprio ou exclusivo, sem almejar o desenvolvimento social como pano de fundo dos recursos públicos desviados.

A organização dos agronegócios do Oeste catarinense em forma de cadeias produtivas permite afirmar que elas passaram por diferentes enfoques no processo de planejamento (Dall'Acqua, 2003). Nenhum desses enfoques visou o desenvolvimento social da região, pois, como viu-se no item 3.1, a grande maioria dos agronegócios – que operam na

ordem de cadeias produtivas – possuem forte concentração da produção em municípios e áreas selecionadas da região. Essa concentração favorece a atuação de grandes empresas dos segmentos de grãos e de carnes, de modo que a concentração produtiva reflete na desigualdade social da região. No entanto, essas cadeias produtivas, ao mesmo tempo em que não promoveram o desenvolvimento social na sua totalidade na região Oeste catarinense, podem ser entendidas como síntese da atividade econômica correspondente “ao conjunto de distribuição de insumos, processos, produtos e comercialização de produtos” (DALL’ACQUA, 2003, p. 82). Trata-se de cadeias produtivas que centralizam grande parte das operações dos agronegócios na região, sendo elas, portanto, o destino de muitos investimentos públicos e as responsáveis por grande parte da produção de mercadorias do setor agroalimentar para o mercado interno e para exportações.

Neste sentido, embora o capital gerado nos agronegócios do Oeste catarinense historicamente poderia ser melhor investido no desenvolvimento social da região, visando diminuir as desigualdades no interior dela, também é preciso considerar que o crescimento produtivo ocorrido em setores como de carnes, lácteos e grãos, colocou o Oeste catarinense em outro patamar de produção e de processamento do setor agroalimentar. No estado de SC, embora tenha ocorrido uma leve descentralização do setor agroalimentar para outras regiões do estado, as cadeias produtivas do Oeste continuaram a se desenvolver e aumentaram suas capacidades produtivas, sobretudo após os anos 2000.

De acordo com o IBGE (2019), enquanto no ano de 2002 o PIB da agropecuária da região Oeste catarinense foi de R\$2,1 bilhões, no ano de 2017 atingiu R\$5,7 bilhões, o que significou um crescimento de 170% em valores correntes no período. Dessa forma, embora a participação da agropecuária no PIB total da região tenha decaído, vale salientar sobre o crescimento ocorrido em preços correntes, de maneira que a importância do aperfeiçoamento da capacidade de processamento de carnes, lácteos e grãos foi, em grande medida, responsável pelo aumento da produção ocorrida nas unidades produtivas agrícolas. Assim, conforme aponta Espíndola (1999), embora a concentração da produção tenha ocorrido sobretudo nos setores de frangos, suínos, leite, soja e bovinos, ocorreu concomitantemente um aperfeiçoamento técnico dentro da porteira capaz de apresentar crescimento expressivo na produção dos agronegócios ao longo dos anos, especialmente após os anos 2000.

Tal crescimento foi percebido também nas exportações. Conforme o gráfico 39, as exportações da região Oeste catarinense, em termos de valor FOB US\$ exportado, passaram de US\$426,9 milhões no ano de 1997 para US\$1,04 bilhão no ano de 2019 (Gráfico 39).

Enquanto no ano de 1997 as exportações da região representavam 15,5% das exportações do estado de SC, no ano de 2019 essa representação passou a ser de 10,2%, o que significa dizer que, apesar do forte crescimento verificado em termos de valores exportados (Gráfico 39), a participação da região Oeste catarinense perdeu representatividade em relação ao total exportado pelo estado de SC. Isso implica afirmar que, mesmo que os principais setores produtivos do Oeste catarinense responsáveis pelas exportações, sobretudo os agronegócios, tenham passado por forte crescimento nos valores e nos volumes exportados, outras regiões do estado de SC também apresentaram crescimento na produção do setor agroalimentar (como a região Norte e a região do Planalto catarinense). Concomitantemente, outros setores, sobretudo da indústria de transformação, passaram a fazer parte da pauta exportadora catarinense, como o de automóveis, motores elétricos, siderúrgico, dentre outros (Figura 09).

Dessa forma, conforme o crescimento das exportações verificado em valor FOB (US\$) da região Oeste catarinense no período 1997-2019 (Gráfico 39), o valor das exportações totais da região apresentou crescimento de mais de 100%, conforme o gráfico 39.

Gráfico 39 – Evolução das exportações do Oeste catarinense em valor FOB (US\$) no período (1997-2019)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2020)

Além da evolução das exportações da região Oeste catarinense apresentada em valor FOB (US\$), os dados apontados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para o estado de SC permitem afirmar que as exportações da indústria de

transformação perderam participação nas exportações totais do estado de SC, de modo que o setor passou de 97% de participação no ano de 2009 para 88,2% de participação nas exportações totais do estado no ano de 2018. Em compensação, o total de exportações de produtos agropecuários aumentou a representatividade nas exportações totais do estado de SC. Enquanto no ano de 2009 a agropecuária catarinense foi responsável por 2,55% das exportações totais, no ano de 2018 atingiu 11,2% de participação.

Dessa forma, a agropecuária catarinense representou crescimento de pelo menos 400% em valor FOB (US\$) no período 2009-2018 nas suas exportações totais. Assim, é possível afirmar que o crescimento do setor agropecuário nas exportações totais do estado de SC está fortemente atrelado ao desempenho produtivo dos agronegócios do Oeste do estado, além da expansão ocorrida neste setor em regiões como Norte e Planalto central de SC. No entanto, ainda que tenha sido evidenciado a diminuição da participação do setor da indústria de transformação no estado de SC (Figura 09), e isso tenha significado crescimento das exportações do setor agropecuário no estado de SC, a indústria de transformação continua sendo o grande propulsor das exportações do estado.

Consequente, na figura 09 é possível observar os principais produtos exportados e sua participação em porcentagem nas exportações totais do estado de SC, considerando os dados do ano de 2019. Ademais, a demonstração ilustrativa da figura 09 permite visualizar a superioridade da indústria de transformação nas exportações totais do estado de SC em relação ao setor agropecuário.

Figura 09 – Visão geral dos produtos exportados pelo estado de Santa Catarina – 2019



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Valor exportado em FOB US\$ (MDIC, 2019)

No ano de 2019, o estado de SC exportou um total, em valor FOB US\$, de 8,95 bilhões. Desse total, conforme a figura 8 demonstra, 31,2% diz respeito às exportações de carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (22% do total das exportações), e a carne suína fresca, refrigerada ou congelada representou 9,2% do total das exportações do estado. Dessa forma, a participação do setor de carnes nas exportações catarinenses é expressiva, se configurando no setor de maior representatividade nas exportações em valor FOB US\$ do estado de SC. Com isso, é necessário relativizar a participação da indústria de transformação nas exportações de SC, ainda que a intenção não signifique a mitigação da sua importância, haja vista que, embora as carnes de frangos, perus e suínos tenham a participação maior nas exportações do estado, são atividades que estão totalmente relacionadas ao setor do agropecuário.

Neste sentido, se faz necessário compreender que, nas exportações de carnes, independentemente de qual seja a origem animal, é indispensável que tal produto tenha passado por um processo de transformação, isto é, um processo industrial, de processamento do produto. No entanto, o setor industrial de carnes possui relação estreita com as unidades produtivas agropecuárias, isto é, as propriedades rurais, de maneira que a atuação dos agricultores no processo de engorda dos animais é precedente ao processo industrial. Com isso, assim como essa relativização pode ser aplicada a outros setores produtivos, cabe ressaltar que, embora as exportações de carnes do estado de SC estejam ligadas ao setor da indústria de transformação, apresentam relação estreita com o setor da agropecuária, de maneira que são os agricultores os diretamente responsáveis pela engorda dos animais que possuem como destino as unidades industriais frigoríficas, sobretudo da região Oeste do estado de SC. E, no entanto, esse setor é contabilizado somente como parte da indústria de transformação.

Ademais, embora no MDIC estejam indisponíveis os dados de exportação por produto de cada mesorregião, é possível inferir que a região Oeste catarinense, sobretudo aqueles municípios nos quais se localizam importantes plantas industriais de processamento de carnes e outros produtos derivados da transformação industrial (Caçador, Chapecó, Concórdia, Ipumirim, Itapiranga, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste, Seara, Vargem Bonita e Videira), apresentam papel fundamental na produção e processamento de suínos e aves para que o estado de SC se confirme como um dos protagonistas nacionais nas exportações desse segmento. Esse panorama, embora indisponível através dos dados de exportação por mesorregião, pode ser obtido de forma preliminar através da pesquisa individual por

município, na busca sistemática disponível no MDIC. Neste sentido, na tabela 09, é possível observar a participação em porcentagem dos principais produtos exportados pelos principais municípios exportadores do Oeste catarinense, considerando os dados do ano de 2019.

Tabela 09 – Participação dos principais produtos (%) nas exportações dos municípios selecionados do Oeste de Santa Catarina (FOB US\$ - 2019)⁹⁸

Município	Produto	M, CV, OM ⁹⁹	AV, PRA ¹⁰⁰	MA ¹⁰¹	PIA ¹⁰²	PRV ¹⁰³	MCU O ¹⁰⁴	MPD ¹⁰⁵	Outros
Caçador		60,2	-	-	3,7	11,8	-	12	12,3
Chapecó		-	36	21,6	16,8		12,7	3,8	9,1
Concórdia		31	46,4	-	16,5	0,64	-	4,9	0,56
Fraiburgo		5,4	-	0,18	-	42	0,25	50	2,17
Ipumirim		33,1	65	-	0,29	-	-	-	1,61
Itapiranga		-	96,65	-	3,35	-	-	-	0
Pinhalzinho		28	-	3,4	-	-	-	66,4	2,2
São Miguel do Oeste		1,4	87	8,34	-	0,44	-	0,48	2,34
Seara		-	83,3	-	16,7	-	-	-	0%
Videira		12,3	36	-	35,5	-	0,39	13,9	1,91
Média de participação por setores dos produtos exportados		18,28%	45%	3,15%	9,1%	5,19%	1,3%	15,15%	3,1%

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Valor exportado em US\$ FOB (MDIC, 2019)

Conforme apontam os dados da tabela 09, o segmento de animais vivos e produtos do reino animal (carnes resfriadas, congeladas ou frescas) foi o que representou, no ano de 2019, maior participação nas exportações dos principais municípios exportadores do Oeste catarinense, representando 45% das exportações totais do conjunto dos dez municípios da tabela 09. Chama atenção o município de Itapiranga, que apresentou 96,65% de suas exportações totais ligadas ao segmento de carnes. No mesmo segmento, o município de São Miguel do Oeste apresentou 87% de suas exportações, o município de Seara 83,3% e o município de Ipumirim apresentou 65% de suas exportações. Somente os municípios de Fraiburgo, Caçador e Videira estiveram ausentes de participação das suas exportações no segmento de carnes (Tabela 09).

⁹⁸ Foram considerados, para a tabela 09, somente os municípios do Oeste catarinense que tiveram valor FOB US\$ de exportação superior a US\$10.000.000,00.

⁹⁹ Madeira, carvão vegetal e obras de madeira.

¹⁰⁰ Animais vivos e produtos do reino animal (carnes resfriadas, congeladas ou frescas).

¹⁰¹ Máquinas e aparelhos (material elétrico, aparelho de gravação e reprodução de imagem e de som).

¹⁰² Produtos das indústrias agroalimentares (bebidas, vinagres, conservas).

¹⁰³ Produtos do reino vegetal (soja, tomate, milho e outros).

¹⁰⁴ Metais comuns utilizados em obras (pontes, pórticos, torres, pilares, armações).

¹⁰⁵ Mercadorias e produtos diversos (fogões, caldeiras, colchão, produtos plásticos, emborrachados, móveis e suas partes).

O segundo segmento que mais apresentou participação nas exportações, no espectro de municípios que compõem a tabela 09, no ano de 2019, foi o de madeira, carvão vegetal e obras de madeira, o qual representou 18,28% das exportações totais dos dez municípios selecionados da região Oeste catarinense. Chama atenção, neste segmento, a participação do município de Caçador, com 60% de suas exportações ligadas ao segmento de madeiras. O município de Concórdia participou com 31% de suas exportações neste segmento, o município de Ipumirim com 33,1% e o município de Pinhalzinho com 28% de suas exportações ligadas a este setor. Cabe salientar que Pinhalzinho é um centro de produção de móveis da região Oeste catarinense, o que permite afirmar que há diversificação produtiva na região, ainda que o setor de outros produtos diversos oriundos da indústria de transformação de lácteos e a própria agroindústria de carnes sejam setores presentes no referido município. Por outro lado, no município de Caçador, prevalece a produção de papel celulose e madeiras com formato planejado, atendendo às exigências, em termos das formas dos produtos, do mercado consumidor externo. Ademais, dos municípios da tabela 09, somente Chapecó, Itapiranga e Seara não apresentaram participação de suas exportações ligadas ao setor de madeira, carvão vegetal e obras de madeira.

O terceiro segmento de produtos que apresentou maior participação nas exportações dos principais municípios exportadores da região Oeste catarinense foi o segmento de mercadorias e produtos diversos, envolvendo fogões, caldeiras, colchões, produtos plásticos, emborrachados, móveis e suas partes. Esse setor, no ano de 2019, representou 15,15% das exportações totais dos dez municípios da tabela 09. Destaca-se a participação do município de Pinhalzinho, o qual obteve 66,4% das exportações totais oriundas deste segmento. Fraiburgo foi outro município que apresentou forte participação neste segmento, com 50% de suas exportações derivadas dele. O município de Videira teve 13,9% de suas exportações vinculadas a este segmento, Caçador teve 12%, Concórdia 4,9%, Chapecó 3,8% e São Miguel do Oeste 0,48%. Os municípios de Ipumirim, Itapiranga e Seara não tiveram participação nas exportações do segmento de produtos diversos.

Além disso, a tabela 09 aponta ainda que o setor de produtos das indústrias agroalimentares (bebidas, vinagres e conservas) foi responsável por 9,1% das exportações totais dos dez municípios da tabela. Pode ser destacado o município de Videira, que apresentou 35,5% de suas exportações vinculadas a este setor. Ademais, vinculados a este setor, com alguma participação nas exportações, apareceram os municípios de Chapecó (16,8%), Concórdia (16,5%), Seara (16,7%), Caçador (3,7%), Itapiranga (3,35%) e Ipumirim

(0,29%). Os municípios de Fraiburgo, Pinhalzinho e São Miguel do Oeste não apresentaram participação de suas exportações neste segmento.

Por fim, o segmento de produtos do reino vegetal (soja, milho, tomate e outros), representou 5,19% das exportações totais dos municípios da tabela 09, com destaque para o município de Fraiburgo, que apresentou 45% de suas exportações vinculadas a este setor. O segmento de máquinas e aparelhos (material elétrico, aparelho de gravação e reprodução de imagem e de som) representou, no ano de 2019, 3,15% das exportações dos dez municípios da tabela 09, com destaque para Chapecó, que apresentou 21,6% de suas exportações ligadas a este segmento. E o segmento de metais comuns utilizados em obras (pontes, pórticos, torres, pilares, armações) representou 1,3% das exportações totais dos municípios da tabela 09, com destaque para o município de Chapecó, que apresentou 12,7% de suas exportações ligadas a este segmento. Os demais setores que apresentaram participações pequenas nas exportações dos municípios da tabela 09, denominados como “outros”, representaram apenas 3,1% das exportações totais.

Dessa maneira, as exportações dos dez municípios da tabela 09 somaram, em valor FOB US\$, no ano de 2019, US\$771,26 milhões, o que representou 73,7% das exportações totais da região Oeste catarinense. Pode-se afirmar que os municípios da região Oeste catarinense considerados na tabela 09 são aqueles que concentram quase $\frac{3}{4}$ das exportações da região. A razão principal pela qual as exportações da região estão consideravelmente concentradas nesses municípios é que neles estão situadas as plantas industriais capazes de produzir e processar os produtos de acordo com as exigências do mercado externo. Municípios como Seara, São Miguel do Oeste e Itapiranga, por exemplo, considerando as exportações do segmento de carnes (suína e de frangos), atendem a todas as exigências sanitárias, de bem estar animal e de quantidade processada, visando o fornecimento de parcelas significativas das demandas de países como a China, Japão e Vietnã.

Neste contexto, vale inferir aspectos importantes considerados por Lamoso (2020). Trata-se, segundo a autora, de um entendimento quase generalizado dos pesquisadores brasileiros que analisam as exportações do Brasil nos últimos anos, afirmando que ocorre um forte movimento de “reprimarização” da economia. Isso estaria ocorrendo porque o país voltou a ter volumes e valores exportados muito superiores nas últimas duas décadas de produtos considerados primários (soja, milho, minérios, etc) do que produtos manufaturados e semimanufaturados, se comparado às exportações entre os anos 1960 e 1980. Neste contexto, Lamoso (2020) demonstra que realmente há uma composição recente nas exportações, em

escala nacional, que mostram que o fenômeno da reprimarização chegou ao Brasil, sobretudo em função do aumento nas exportações de *commodities* agrícolas e de minérios.

É preciso considerar, no entanto, que a conjuntura e a política econômica nacional têm orientado para um fortalecimento das exportações de produtos primários nos últimos anos, de maneira que essa reprimarização já atingiu estados industriais importantes, como é o caso do Paraná e do Rio Grande do Sul. “Reprimarização da pauta exportadora é o fenômeno que ocorre quando há maior exportação de produtos primários em detrimento dos produtos industrializados, quando as exportações já haviam atingido comportamento inverso nos anos setenta” (LAMOSO, 2020, p. 7). Portanto, no período em que um país deixa de exportar comparativamente mais bens industriais do que primários, tem-se a presença da reprimarização da pauta exportadora. Lamoso (2020) defende que é preciso compreender o que representam as *commodities* para entender a reprimarização da pauta exportadora. Assim, as *commodities* são mercadorias de baixo valor agregado, de baixa transformação industrial, além de se caracterizarem por serem mais ou menos homogêneas, com pouca diferenciação de qualidade.

Essa relativa padronização, bem como sua competitividade no mercado, ancora-se nos custos de produção. Nesta ótica, quanto mais for possível reduzir custos, maior a margem de lucro, uma vez que os preços são definidos no mercado internacional, e não pelos produtores que geram as produções, sobretudo na agricultura. Assim, Lamoso (2020) chama atenção ao enfatizar que a reprimarização pode ser aplicada para as exportações brasileiras como um todo, mas existem particularidades que mostram grandes diferenças entre as unidades da federação. Há estados, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará, que sempre participaram do comércio internacional na venda de *commodities*, e a eles não se aplicaria o termo “reprimarização”. Entretanto, Paraná e Rio Grande do Sul são exemplos desse termo, uma vez que são estados industrializados que viram suas pautas exportadoras migrarem de produtos manufaturados e semimanufaturados para produtos básicos, primários.

Mesmo assim, é complexo tratar desse tema, pois a dependência de *commodities*, para gerar competitividade, necessita de ciência e tecnologia no melhoramento genético de sementes, no uso de herbicidas e inseticidas mais eficientes, no sistema de transportes e logística, cada vez mais automatizados e pensados para atender especificidades das mercadorias produzidas. Assim, Lamoso (2020) recorda que os grandes laboratórios mobilizam bilhões de dólares em pesquisas, da mesma maneira que a Embrapa, empresa estatal brasileira, também injeta dinheiro para aumentar a produção agrícola e pecuária nas

condições edafoclimáticas do Brasil. Assim, mesmo que as exportações tenham maior participação de produtos agrícolas, para seguir com o mesmo exemplo, possui grande capacidade de movimentação econômica, ainda que não se trate de produtos industrializados ou semi-industrializados, antes de irem para seus mercados externos.

Ao mesmo tempo, a reprimarização impõe ao território suas demandas, mas são as decisões políticas que definem como os vetores globais serão absorvidos e administrados nacionalmente. No caso brasileiro, sobretudo após 2016, viu-se um retorno crescente das práticas econômicas neoliberais, com a redução e, em muitos casos, o desmonte total da capacidade de intervenção do Estado. As privatizações e o enfraquecimento dos bancos públicos (como o Banco do Brasil e o BNDES) levam ao cenário de sobreposição da pauta dos produtos básicos para exportação em detrimento dos produtos manufaturados.

Entretanto, o que chama atenção é o fato de que, apesar dessa verificação em nível nacional, há uma heterogeneidade da distribuição espacial da reprimarização das exportações brasileiras. No estado de Santa Catarina, por exemplo, mantiveram-se no topo dos produtos mais exportados aqueles considerados manufaturados (LAMOSO, 2020). No Oeste catarinense, conforme veio sendo demonstrado, esse fato se confirma, uma vez que a maioria das exportações da região são dos setores de móveis, papel e celulose, madeiras acabadas e semiacabadas, carnes congeladas e outros, os quais se configuram em cadeias produtivas complexas e verticalizadas, com capacidade alta de agregar valor aos produtos. Essa é uma das razões pelas quais regiões pequenas do ponto de vista territorial, com é o caso do Oeste catarinense, conseguem apresentar valores expressivos na geração de riquezas e nas exportações.

Sobre a demanda da China, cabe frisar, conforme apontam Nakhodo e Jank (2006), que é inegável o crescimento das importações deste país de produtos dos agronegócios brasileiros e, portanto, do estado de Santa Catarina. Entretanto, a demanda da China e de outros países emergentes não é o único fator que explica o sucesso das exportações catarinenses e brasileiras nesses segmentos, sendo, portanto, necessário acrescentar nessa discussão o aumento da demanda interna. Além disso, para exportar commodities agroindustriais é necessário mover uma complexa gama de indústrias correlatas e prestadoras de serviços de suporte que envolvem fertilizantes, agroquímicos, defensivos agrícolas, máquinas e implementos agrícolas, melhoramento genético, rações, medicamentos veterinários, armazéns, caminhões, trens, sistemas de transportes aéreos, terrestres e fluviais, dentre outros segmentos. Por essas razões, não é possível “comparar a natureza tecnológica do

complexo agroindustrial de hoje, altamente intensivo em capital e tecnologia, com o modelo intensivo em trabalho que dominava os ciclos do açúcar em Pernambuco, da borracha na Amazônia, do ouro e diamantes em Minas e do café no interior de São Paulo” (NAKAHODO e JANK, 2006, p. 15). Nesta compreensão faz sentido inferir que os agronegócios não são mais elos isolados da economia (antigo setor primário), uma vez que a complexidade produtiva, em tecnologia e trabalho e em processamento dos produtos, isto é, grau de industrialização, modificaram-se substancialmente.

Percebe-se, portanto, que essas compreensões estão em convergência com as afirmações de Lamoso (2020), a qual infere que a chamada reprimarização da economia precisa ser vista com cuidado e, do ponto de vista geográfico, é preciso relativizar, uma vez que há estados no Brasil, como é o caso de Santa Catarina, no qual não se aplica a ideia de que a economia foi reprimarizada. Ademais, é preciso ressaltar que a região Oeste catarinense é um claro exemplo de produtos agropecuários processados, os quais envolvem um conjunto complexo de indústrias de insumos, máquinas e processamento de produtos que dinamiza esses setores e que, direta ou indiretamente, movimentam outros setores. Em função disso, é preciso relativizar que todas as exportações aumentaram apenas em função da demanda da China, assim como é preciso relativizar o que chamam de reprimarização da economia, uma vez que houve uma crescente demanda interna e há regiões do Brasil, como o Oeste catarinense, que não dependem de exportações de commodities como a soja, minérios e etc., mas que possui alta capacidade de exportar produtos industrializados.

Feitas essas ressalvas, na tabela 10 é possível verificar os principais países para os quais se destinam as exportações dos principais municípios exportadores da região Oeste catarinense, considerando os dados exportados em valor FOB US\$ do ano de 2019. Além disso, procurou-se, na tabela 10, transformar os dados em porcentagem, para melhor compreender em que medida, do ponto de vista percentual, cada país que é destino das exportações dos municípios é responsável pela compra dos produtos do Oeste catarinense. Dessa forma, apresenta-se a tabela 10.

Tabela 10 – Participação dos principais países (%) no destino das exportações dos municípios do Oeste de Santa Catarina (FOB US\$ - 2019)¹⁰⁶

País/Mun.	Caçador	Chapecó	Concórdia	Fraiburgo	Ipumirim	Itapiranga	Pinhalzinho	SMO ¹⁰⁷	Seara	Videira	PMEM ¹⁰⁸
Chile	-	42%	44%	0,081%	-	1,5%	-	19%	33%	12%	15,1%
Uruguai	0,61%	12%	22%	1,5%	-	0,43%	5,2%	0,50%	0,51%	3,2%	4,6%
Bolívia	0,99%	1,8%	0,29%	0,22%	-	-	4,6%	-	-	0,49%	0,84%
EUA	44%	11%	0,021%	48%	30%	-	51%	0,68%	-	34%	21,8%
Canadá	1,1%	-	0,053%	0,22%	10%	-	-	-	0,67%	-	1,2%
China	13%	-	-	-	-	56%	0,26%	64%	5,8%	-	14,3%
Itália	5,8%	-	31%	-	-	-	-	-	-	-	3,7%
Paraguai	0,84%	3,5%	2,1%	-	-	-	3,1%	0,52%	-	1,1%	1,1%
França	3,7%	-	-	-	2,3%	-	1,7%	-	-	-	0,8%
Países Baixos	3,3%	-	-	2,6%	1,4%	0,47%	-	-	-	-	0,7%
Argentina	1,6%	5,5%	-	2,4%	-	-	0,22%	3,3%	0,44%	5,3%	1,9%
Colômbia	0,64%	4,8%	-	-	-	-	-	0,076%	-	5,2%	1,1%
Reino Unido	2%	-	-	11%	0,59%	0,46%	25%	-	-	-	3,9%
Bangladesh	0,38%	-	-	5,9%	-	-	-	-	-	0,35%	0,6%
República Dominic.	0,2%	5,3%	-	0,25%	-	-	-	-	-	-	0,5%
Suíça	-	-	-	0,86%	5,5%	3%	-	-	-	-	0,9%
Suécia	0,14%	-	-	5,4%	-	-	-	-	-	-	0,5%
Vietnã	1,2%	-	-	-	2,8%	-	-	-	5,9%	-	1%
Cingapura	0,26%	-	-	0,11%	0,049%	4,1%	-	-	5,6%	-	1%
Hong Kong	1,6%	4,6%	-	-	1,2%	3,8%	-	0,81%	8%	22%	4,2%
Japão	1,5%	-	-	0,25%	40%	23%	-	8,7%	17%	-	9%
Iraque	-	-	-	-	-	-	-	-	9,4%	-	0,9%
África do Sul	0,13%	-	-	3,4%	1,9%	3,1%	0,4%	-	1,1%	2,2%	1,2%
Outros	17%	9,5%	0,54%	11,9%	4,26%	4,14%	8,52%	2,41%	12,58%	14,16%	9,09%

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e serviços – Valor exportado em US\$ FOB (MDIC, 2019)

¹⁰⁶ Foram considerados, para a tabela 10, somente os municípios da mesorregião Oeste catarinense que tiveram valor FOB US\$ de exportação superior a US\$10.000.000,00.

¹⁰⁷ São Miguel do Oeste.

¹⁰⁸ Participação média (%) por país nas exportações dos municípios da tabela 10.

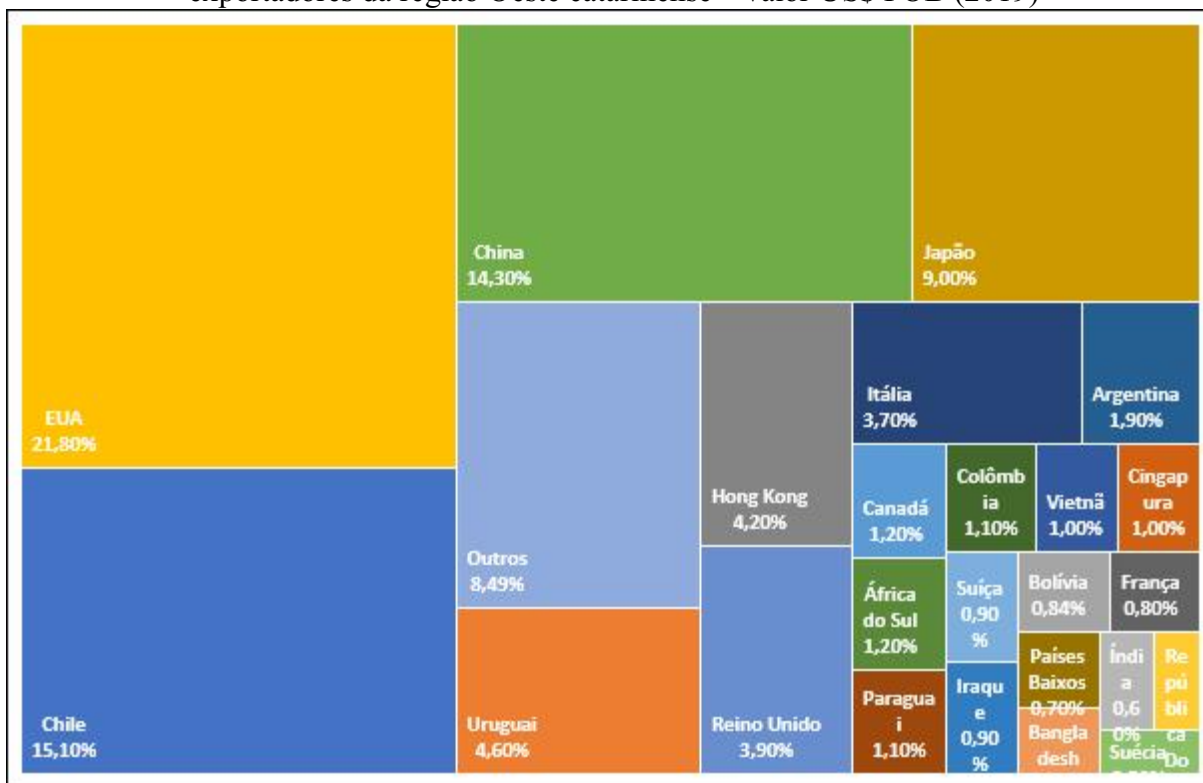
De acordo com a tabela 10, os dez municípios do Oeste catarinense que, em valor US\$ FOB, mais exportaram no ano de 2019, enviaram seus produtos para pelo menos 25 países. Há outros países para os quais os produtos da região Oeste catarinense se destinaram; no entanto, foram considerados aqueles que mantiveram participação comercial com pelo menos dois dos municípios da tabela 10, de maneira que esses países são os que mantiveram maior relação comercial com os municípios do Oeste catarinense no ano de 2019. Neste sentido, a tabela 10 aponta que os EUA foi o país que mais comprou os produtos do Oeste catarinense no ano de 2019, tendo participado com 21,8% do total do comércio exterior dos municípios da tabela 10. Em seguida, o Chile aparece como segundo maior parceiro comercial do Oeste catarinense, com 15,1% das exportações totais dos dez municípios da tabela 10. Em terceiro lugar, e quase empatado com o Chile, aparece a China, com 14,3% de participação no total das exportações dos municípios da tabela 10. Vale salientar que, para a China, são exportados principalmente carnes de suínos e aves, sendo este o principal motivo da expressiva participação atual da China nas relações comerciais com o Oeste catarinense. Juntos, China, Chile e EUA respondem por 51,2%, isto é, mais de metade das exportações dos dez municípios do Oeste catarinense, se configurando nos principais parceiros comerciais da região.

Por outro lado, os dados da tabela 10 permitem inferir que há importante relação comercial do Oeste catarinense com um conjunto de outros países. Neste sentido, cabe ressaltar que 9% das exportações dos municípios da tabela 10 foram para o Japão, 4,6% das exportações dos municípios da tabela 10 foram para o Uruguai, 4,2% foram para Hong Kong, 3,9% para o Reino Unido, 3,7% para a Itália e 1,9% para a Argentina. Para a África do Sul e Canadá as exportações foram de 1,2% cada país, para o Paraguai e a Colômbia foram de 1,1% cada país, para Vietnã e Cingapura as exportações foram de 1% cada país, para o Iraque e a Suíça as exportações foram de 0,9% cada país. 0,84% das exportações foram para a Bolívia, 0,8% para a França, 0,7% para os Países Baixos, 0,6% para Bangladesh e 0,5% das exportações foram para Suécia e República Dominicana. Dessa forma, os 23 países para os quais parte das exportações dos principais municípios exportadores do Oeste catarinense se destinam, representaram mais de 91% das exportações dos municípios da tabela 10 no ano de 2019.

Na figura 10, é possível visualizar a participação de cada país no comércio exterior dos dez municípios (Caçador, Chapecó, Concórdia, Fraiburgo, Ipumirim, Itapiranga, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste, Seara e Videira) que possuíram, no ano de 2019, maiores valores de exportação em US\$ FOB da região Oeste catarinense. Assim, evidencia-se, na

figura 10, a superioridade dos EUA, Chile, China e Japão como os países que mais compraram produtos da região Oeste catarinense.

Figura 10 – Participação (%) dos países no comércio exterior dos principais municípios exportadores da região Oeste catarinense – valor US\$ FOB (2019)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e serviços – Valor exportado em US\$ FOB (MDIC, 2019)

A apresentação dos dados contidos no gráfico 39, na figura 08, na tabela 09, na tabela 10 e na figura 10, permitem inferir, à luz de Rangel (1986), que, embora o Brasil esteja de fora daquilo que se denomina centro dinâmico da economia mundial, visto que se insere como periferia do capitalismo mundial, tem-se mostrado muito sensível aos movimentos externos. Os dados das exportações da região Oeste catarinense permitem estabelecer relação com as afirmações de Rangel (1986), na medida em que, ao mesmo tempo em que o Oeste catarinense se mostra uma região especializada na produção de bens (duráveis e não duráveis) para o mercado externo, apresenta-se como uma região vulnerável às demandas, exigências e decisões externas. Tal como Rangel (1986) aponta, trata-se de característica típica da periferia do mundo capitalista. Ademais, o Oeste catarinense carece de uma gama de produtos importados, o que é natural para regiões com produções especializadas, mas contribui para tornar a qualidade das relações comerciais do Brasil com o centro do mundo capitalista ainda mais em posição de periferia para o caso do Brasil e de suas regiões.

Além disso, é interessante notar, com base na figura 10, que, diferentemente da União Europeia, dos Estados Unidos, Canadá e México, e da Ásia, enquanto regiões de forte produção e consumo de mercadorias, o Brasil é um país no qual a maior parte do comércio exterior é realizado com países asiáticos, europeus e norte-americanos. Isso se reflete nas exportações do Oeste catarinense (Figura 10), que, no ano de 2019, apresentou cerca de 56% de suas exportações para a China, Estados Unidos, Hong Kong, Itália, Japão e Reino Unido, e cerca de 22% de suas exportações para países vizinhos como Chile, Argentina e Uruguai. Neste sentido, conforme apontam Diniz e Mendes (2021), a integração econômica do Brasil com os países da América Latina, sobretudo os do Mercosul, ficou devendo em termos de resultados satisfatórios, ao contrário das relações comerciais inter-regionais que ocorreram entre países da União Europeia, do bloco asiático e da América do Norte. Esse é um ponto para as empresas, e sobretudo o governo, se atentar, uma vez que podem estar sendo deixadas de lado oportunidades vantajosas para os setores produtivos do Oeste catarinense, sobretudo aqueles que possuem boa aceitação no mercado externo.

No entanto, a economia brasileira, além do mercado externo, possui um forte mercado interno, o que não pode ser ignorado. O Brasil construiu, ao longo de sua história econômica, equipamentos industriais capazes de atender suas necessidades de consumo em diversos segmentos, mas não em todos. Com isso, o comércio externo se soma ao comércio interno como fundamental para o desenvolvimento de uma nação. A ponderação, no entanto, precisa ser feita, pois, diferentemente do mercado externo, que tem suas receitas cambiais correndo constante risco de variação e podendo prejudicar sobretudo países da periferia do mundo, o mercado interno é aquele que,

Passa a ter papel fundamental porque, ao contrário do que ocorre com o mercado exterior, a capacidade de compra nativa deriva, quase exclusivamente, da atividade econômica que se exerce no próprio país. Dessa forma, na medida em que a produção interna se vai ampliando, o mercado interno ganha maiores dimensões e, assim, constitui-se em bases mais atraentes para que a atividade econômica continue a se exercer (BOUZAN, 1962, p. 74).

Neste sentido, Bouzan (1962) destaca que nem todos os países subdesenvolvidos dispõem de aparatos em abundância para promover o desenvolvimento do mercado interno. Mesmo os que tem, como é o caso do Brasil, buscam adotar práticas protecionistas, baseadas em política cambial e tarifária seletiva. No Brasil, a industrialização encontrou no mercado interno o ponto de apoio necessário para que pudesse evoluir. No entanto, essa evolução se mostra impedida de se replicar quando as condições para isso são inexistentes. Uma das

condições para que o mercado interno possa ser desenvolvido com êxito é o poder aquisitivo da população. Esse poder aquisitivo reflete na capacidade de consumo, a qual está diretamente ligada ao poder de compra do salário mínimo e ao comportamento do salário mínimo, em termos de poder de compra, ao longo dos anos.

No entanto, a questão salarial está intimamente ligada à questão do trabalho. Dedecca (2005) assevera que no Brasil é impossível tratar do trabalho sem considerar questões relevantes do processo de formação do mercado e das relações de trabalho no país. Neste sentido, o Brasil é um país marcado por problemas de oferta de trabalho. A história do emprego no Brasil é mais marcada por períodos de falta de oferta de emprego do que por períodos de pleno emprego. A década de 1990, neste sentido, foi uma das piores para a criação de empregos no Brasil. Dedecca (2005, p. 128) infere que

A nova dinâmica econômica, estabelecida a partir do início dos anos 90, jogou sistematicamente contra o mercado de trabalho. A baixa capacidade de geração de novas oportunidades de emprego, em um contexto de restrita regulamentação social, induziu que tal problema se manifestasse principalmente pela proliferação de ocupações de baixos rendimento e qualificação. Nesse contexto, pode-se dizer que o problema de emprego continuou extrapolando a situação de desemprego. As pesquisas que mensuram o desemprego tendem, portanto, a ser conservadoras em relação à extensão do problema do emprego no país. [...] Explicita-se que a crise do mercado de trabalho nos anos 90 não teve como raiz a regulação social existente. Foi justamente seu desenvolvimento limitado que explicou a recorrência da informalidade na estrutura ocupacional brasileira. A história do trabalho no Brasil é suficientemente perversa para produzir, ainda hoje, um quadro desfavorável de estruturação do mercado nacional de trabalho. O processo de industrialização 1930-90 não resolveu os problemas estruturais desse mercado. A política atual de reestruturação econômica tem agravado rapidamente tais problemas. Pode-se afirmar que esses problemas não decorrem de uma possível efetividade da regulação social. Ao contrário, eles são determinados pela recorrência de uma posição política conservadora no Brasil que manteve sob aciccate a regulação social.

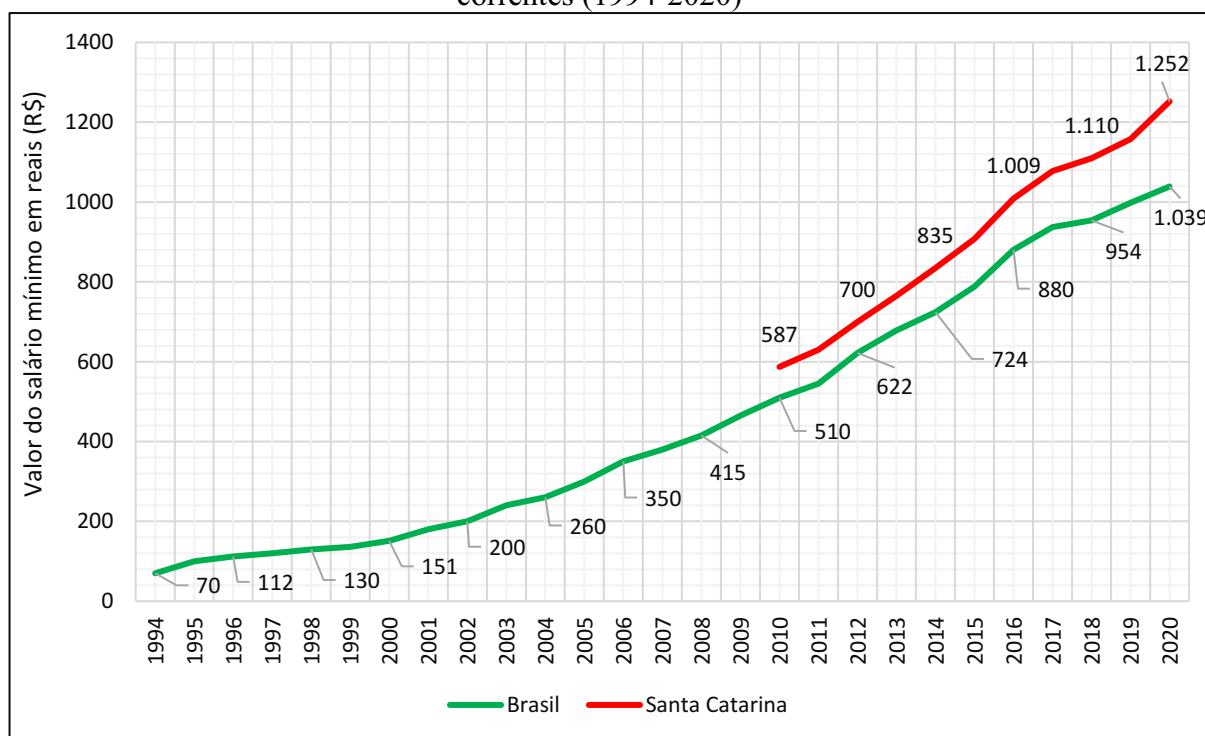
Ademais, Dedecca (2005) afirma que o problema do emprego no Brasil é marcadamente diferente do problema do emprego vivenciado em outros países do mundo. Numa comparação com os países europeus, o autor afirma que, enquanto na Europa, de maneira geral, ocorreu a reestruturação produtiva que aperfeiçoou amplamente a capacidade técnica dos trabalhadores, no Brasil essa reestruturação se deu com vistas ao conservadorismo, aperfeiçoando apenas uma parcela seleta dos trabalhadores e, conseqüentemente, garantindo apenas a uma parte dos trabalhadores salários melhores. Dessa forma, a política econômica dos anos 1990 imprimiu uma nova dinâmica ao mercado de trabalho brasileiro. O movimento tradicional de informalidade foi completamente ao encontro do desemprego. Assim, a consequência desse movimento conservador em longo prazo se

converteu em taxas significativas de desemprego, assim como em trabalho precário informal como a única alternativa de sobrevivência para a massa trabalhadora (DEDECCA, 2005).

O estudo de Dedecca (2005) aponta que foi preciso a flexibilização do modelo de proteção social no Brasil estabelecido na Constituição Federal, haja vista que o problema do emprego no Brasil vai além da sua estrutura produtiva atual, estando relacionado com o modelo conservador adotado nos países desde a sua primeira onda de modernização industrial nos anos 1930. Esse processo ocorreu de maneira articulada com uma trajetória particular de desenvolvimento da economia brasileira em todo o período que compreende 1930-1980. Nos anos 1990, a estagnação da economia brasileira em um ambiente de reorganização da estrutura produtiva possibilitou o agravamento do problema do emprego no país. Portanto, ainda que a política de valorização do salário mínimo nacional seja de extrema importância para o desenvolvimento do mercado interno, subjaz à esta questão o problema do emprego, isto é, do trabalho no país. Esse problema, em partes, foi corrigido no período 2003-2015, com períodos de pleno emprego, mas voltou à tona após 2016, com altas taxas de desemprego e a desvalorização do poder real de compra do salário mínimo.

Dessa maneira, em períodos em que a valorização do poder de compra do salário mínimo é considerado um objetivo das políticas de governo, retomam-se as possibilidades de impulsionar o mercado interno através do consumo em massa, sobretudo de pequenos bens, das classes sociais associadas e/ou dependentes do salário mínimo. No Brasil, a valorização do salário mínimo tem sido um dos principais elementos que possibilitaram a expansão do mercado interno após os anos 2000. A política de valorização do salário mínimo nos governos Lula e Dilma fomentaram a capacidade de consumo e permitiram ao Brasil manter índices razoáveis de crescimento em períodos de crise, como ocorreu no ano de 2009, logo na sequência da terrível crise internacional de 2008. Por outro lado, nota-se que, nos períodos em que as preocupações governamentais estiveram mais distantes das necessidades da população, ocorreram recuos no poder de compra do salário mínimo, bem como na sua valorização. Neste sentido, no gráfico 40 é possível verificar a expansão do salário mínimo no Brasil e no estado de Santa Catarina, considerando somente o período posterior à implementação do Plano Real, ou seja, de 1994 até 2020.

Gráfico 40 – Evolução do salário mínimo do Brasil e do estado de Santa Catarina em valores correntes (1994-2020)¹⁰⁹



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2020)

Conforme o gráfico 40, o Brasil apresentou evolução no valor do salário mínimo, sendo que passou de R\$70,00 no ano de 1994, para R\$1.039,00 no ano de 2020. Isso significou um aumento, em valores correntes, de 1.400%. No entanto, ao considerar-se a inflação, o aumento real do salário mínimo no período 1994-2020 foi de 100%¹¹⁰, ou seja, aumento consideravelmente menor do que o dos valores correntes. Isso mostra que, embora o aumento em valores correntes do salário mínimo tenha sido significativo no período, houve anos em que ocorreu a desvalorização real do salário mínimo, ou seja, o aumento do salário mínimo ficou distante de acompanhar o aumento da inflação, o que permite afirmar que o

¹⁰⁹ O salário mínimo regional é denominado de piso salarial estadual. Os pisos salariais estaduais estão previstos no artigo 7º, inciso V da Constituição Federal e na Lei complementar 103/2000. A Constituição Federal, através do seu art. 22, parágrafo único, dá aos estados da federação autonomia sobre pisos salariais. Assim, enquanto o salário mínimo é de competência exclusiva da União (âmbito nacional) e baseia-se na condição mínima de sobrevivência do cidadão, independentemente de qualificação profissional, o piso salarial pode ser estabelecido pelo estado (âmbito estadual), ao levar-se em conta as profissões específicas que se pretende beneficiar, considerando-se a qualidade e complexidade do trabalho, bem como o custo de vida de cada unidade da federação. Assim, o piso salarial estadual funciona como um mecanismo de distribuição de renda e como um influenciador salarial de muitas categorias profissionais. No estado de SC, a conquista do piso salarial estadual pelos trabalhadores e pelas centrais sindicais ocorreu através da aprovação da Lei Complementar 459/2009. Instituída a lei, no ano de 2010, o estado de SC passou a ter um piso salarial próprio. Por essa razão, no gráfico 40, os dados do estado de SC aparecem somente a partir do ano de 2010. Informações disponíveis em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/pisos_salariais.htm>. Acesso: 17 de junho de 2020.

¹¹⁰ Cálculo de inflação realizado através da calculadora eletrônica de inflação e deflação do Banco Central do Brasil, utilizando o índice de dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV).

crescimento dos valores do salário mínimo no Brasil nem sempre significou o aumento do poder de compra do consumidor que depende desse salário. Ainda assim, o gráfico 40 permite afirmar que, em valores correntes, enquanto entre os anos de 1994 e 2002 o aumento do salário mínimo tenha sido de 185%, entre os anos de 2003 e 2017 o aumento, também considerando os valores correntes, foi de 290%.

Mesmo que no período entre 2003 e 2017 o aumento tenha sido maior que no período entre 1994 e 2002, é possível dizer que a valorização do salário mínimo após anos 2003 ocorreu de maneira mais acentuada, o que conferiu maior poder de compra à população de baixa renda, ou seja, aquela que tem no salário mínimo sua principal fonte de renda. Nos anos de 2013, 2014 e 2015, por exemplo, do ponto de vista do poder de consumo concedido pelo valor do salário mínimo, verificou-se alto poder de compra, o que permite afirmar que os reajustes do salário mínimo, nestes anos, estiveram mais próximos de acompanhar o aumento do custo de vida. Esse dado é resultado das políticas de governo adotadas nesse período, de maneira que, após a redemocratização brasileira, pode-se dizer que o período 2003-2014 foi o que deu à classe de pessoas dependente do salário mínimo maiores oportunidades de manter um padrão de consumo minimamente razoável. Por outro lado, conforme pode ser acompanhado no gráfico 40, com o golpe de Estado ocorrido em 2016, nota-se avanços tímidos nos reajustes do salário mínimo, de maneira que, entre os anos 2017 e 2020 (período em que os governos progressistas estavam de fora), o avanço do salário mínimo em valores correntes foi de apenas 9,8%. Em comparação, do ano 2012 para o ano 2013, por exemplo, o reajuste do salário mínimo no Brasil em valores correntes foi de 12,3%.

A partir do gráfico 40, também é possível inferir sobre o salário mínimo regional, instituído no estado de SC a partir do ano de 2010. Desde sua implementação, o salário mínimo catarinense, conforme aponta o gráfico 40, sempre esteve acima do salário mínimo nacional. Ademais, do ano 2010 até o ano 2020, o salário mínimo de SC, em valores correntes, aumentou 113%, tendo passado de R\$587,00 para R\$1.252,00. Em comparação, no mesmo período, o salário mínimo nacional passou de R\$510,00 para R\$1.039,00, o que significou um aumento de 103%. Como explicado em nota de rodapé, o piso salarial para os trabalhadores do estado de SC permite que os mesmos tenham poder de compra um pouco superior aos que estão ligados ao salário mínimo nacional, haja vista que os reajustes do salário mínimo regional catarinense têm ocorrido acima da média nacional e o próprio valor do mesmo é um pouco superior ao valor do salário mínimo nacional. No entanto, essa diferença não é algo expressivo.

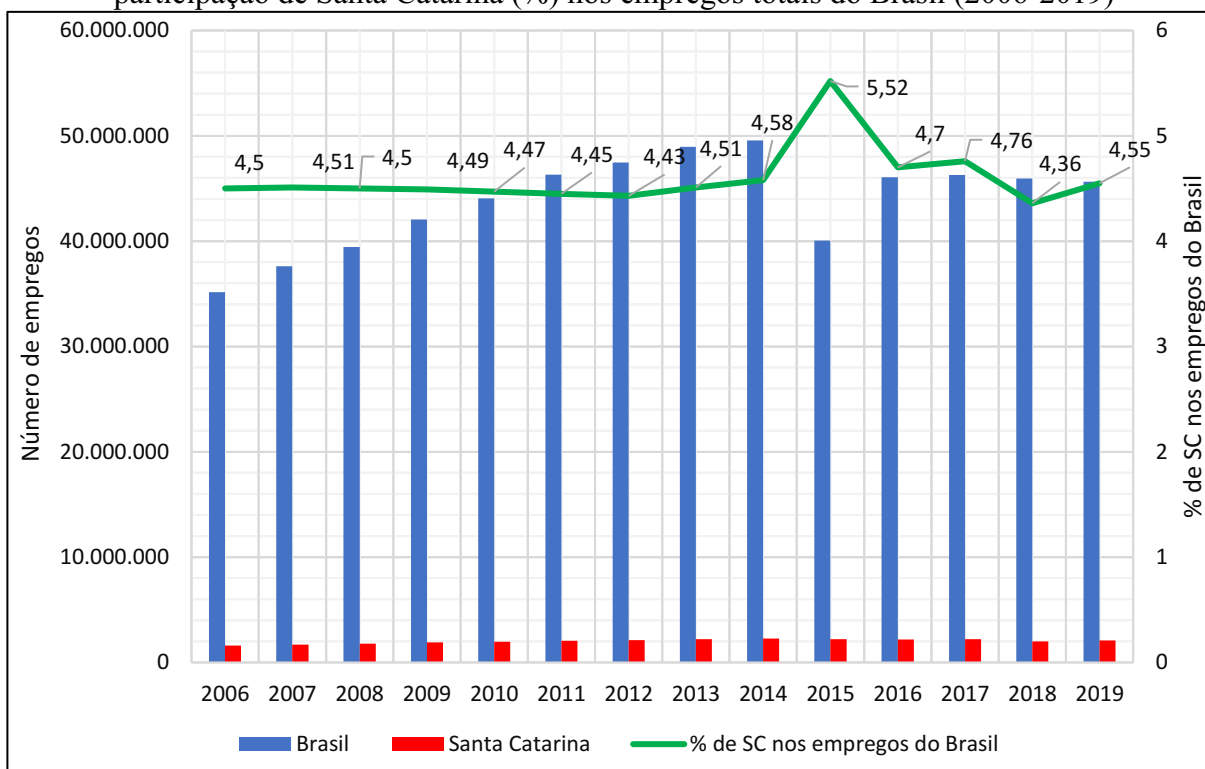
A superioridade do piso salarial de SC em relação ao salário mínimo nacional ocorre em função de o estado possuir uma estrutura produtiva mais pujante e com níveis de trabalho mais especializados se comparados ao Brasil. A indústria, por exemplo, está presente de forma marcante, em maior ou menor grau, em todas as regiões do estado de SC, enquanto que no Brasil nota-se maior disparidade da localização industrial, com o setor concentrado principalmente no Sudeste e no Sul do país. Dessa forma, embora a diferença seja pequena, o estado de SC mantém uma estrutura produtiva que permite superioridade do seu piso salarial dos trabalhadores do estado em relação ao Brasil. No entanto, também é válido salientar que o custo de vida no estado de SC é elevado, o que por natureza exige um piso salarial mais alto no estado. De toda forma, o piso salarial catarinense, da mesma maneira que o salário mínimo nacional, é um importante indutor do consumo interno do estado.

Diante disso, a política de reajuste do salário mínimo, tanto regional quanto nacional, é fundamental para que o mercado interno seja fomentado. Se essa política se fizer ausente da linha de frente da atuação de um determinado governo, passa-se ao aspecto de uma nação que entra em descaso com seu próprio crescimento econômico e com o seu próprio desenvolvimento social. Se o crescimento econômico estiver à margem das políticas públicas da União, dentre elas a da valorização do salário mínimo e a da criação de novos empregos, dificilmente o mercado interno poderá ser considerado uma alavanca estratégica para o crescimento de arrecadação de receitas. Essas questões tornam-se precisas de serem ditas, em função de que o mercado interno brasileiro tem se mostrado potencialmente capaz de absorver grande quantidade de bens, sobretudo da indústria agroalimentar (não duráveis), produzidos no país.

Neste sentido, a valorização do salário mínimo no Brasil, demonstrada no gráfico 40, embora tenha apresentado crescimento no período analisado, está aquém de proporcionar à população o melhoramento do poder de compra (ainda que no período 2004-2011 os ganhos tenham sido grandes, estiveram aquém da necessidade das classes sociais mais baixas). Tal variação do salário mínimo, que em tese deveria pelo menos acompanhar as taxas de inflação, foi acompanhada pela falta de uma política estatal voltada para a geração de empregos. Dessa maneira, no gráfico 41, é possível verificar que o número de trabalhadores formais no Brasil atravessou altos e baixos, confirmando sobre a política de valorização do salário mínimo a constante variação. No gráfico 41, conseguinte, pode-se analisar o número total de empregos

formais no Brasil e no estado de Santa Catarina, considerando-se o período 2006-2019, bem como a participação de SC, em porcentagem, nos empregos totais do Brasil.

Gráfico 41 – Número de empregos formais no Brasil e no estado de Santa Catarina e a participação de Santa Catarina (%) nos empregos totais do Brasil (2006-2019)



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2020)

De acordo com o gráfico 41, o número de empregos formais registrados no Brasil apresentou crescimento ininterrupto do ano de 2006 até o ano de 2014, quando o saldo passou de 35,1 milhões de empregos para 49,5 milhões de empregos. No mesmo período, o gráfico 41 também aponta que ocorreu crescimento ininterrupto do número de empregos formais no estado de SC, saindo de 1,6 milhão de empregos para 2,2 milhões. Entre os anos de 2006 e 2014, o crescimento no número de empregos no Brasil foi de 41%, e no estado de SC foi de 42%. Após 2014, nota-se, pelo gráfico 41, a forte queda no número de empregos, de maneira que, do ano de 2014 para o ano de 2015 o Brasil passou de 49,5 milhões para 40 milhões de empregos formais. Ao mesmo tempo, no estado de SC a queda foi menor, passando de 2,27 milhões de empregos para 2,21 milhões de empregos. O gráfico 41 aponta que, do ano de 2016 em diante, houve pequena recuperação do número de empregos formais, tendo passado para a casa dos 46 milhões de empregos no Brasil e 2,16 milhões de empregos no estado de SC. Essa recuperação, no entanto, ficou muito abaixo do necessário para retomar os números de empregos dos anos 2013 e 2014.

Após a pequena recuperação demonstrada no gráfico 41, nos anos de 2016 e 2017 voltou a ocorrer pequena queda no número de empregos formais no Brasil e em SC, de maneira que, no ano de 2019, último ano da série apresentada, o Brasil fechou com 45,6 milhões e o estado de SC com 2,07 milhões de empregos. Dessa maneira, considerando-se todo o período do gráfico 41, embora o Brasil tenha apresentado um acréscimo de 29% no número de empregos formais e o estado de SC de 30%, vale frisar que, após 2014, o registro de empregos formais tanto no Brasil quanto em SC entrou em declínio se comparado ao crescimento da geração de empregos ocorrido nos anos anteriores.

Neste sentido, a descontinuidade no crescimento do número de empregos formais no Brasil e no estado de SC, apresentados no gráfico 41, apontam para a descontinuidade nas políticas de governo ao longo dos anos visando o enfrentamento das crises econômicas – que em geral geram grandes quantidades de desempregados. Dessa forma, a diminuição do número de empregos formais do ano de 2015 para o ano de 2016 pode ser considerado um fator determinante para a queda da então presidente Dilma Rousseff. Por outro lado, se as políticas econômicas da então presidente Dilma foram insuficientes para manter o número elevado de empregos formais no Brasil com a crise econômica estabelecida pós-2014, fica claro que os governos que a sucederam pioraram a situação do emprego, uma vez que estiveram longe de desenvolver políticas eficazes o suficiente para fazer os indicadores de empregos formais voltarem a crescer no Brasil. Esse fato é mais trágico do que parece para a classe trabalhadora, pois, em vez de ter ocorrido a prometida retomada econômica pós-queda da presidente Dilma, o que se desenhou foi um conjunto de reformas (como a trabalhista, a administrativa e a da previdência) com definições ainda mais exigentes, taxativas e impositivas para a classe trabalhadora.

Na verdade, esses fatos são decorrentes do processo de centralização do capital e da concentração da produção, e isso tem consequências geográficas. Conforme apontou Smith (1988, p. 195),

No que tange ao nosso interesse pelo espaço, Marx foi ainda mais explícito: todo observador sem preconceito vê, afirma ele, que quanto maior for a centralização dos meios de produção, maior será o correspondente amontoamento dos trabalhadores num dado espaço; que quanto mais rápida a acumulação capitalista, mais miseráveis serão as habitações da classe trabalhadora.

A efetivação da reforma trabalhista e da reforma da previdência significaram, do ponto de vista da geração de empregos que pode alavancar o mercado interno, um mecanismo bem elaborado de restrição ao trabalho formal. As consequências são inúmeras, mas todas vão

ao encontro do exposto por Smith (1988), ou seja, na mesma direção em que se verifica o aumento do desemprego também se verifica o aumento da pobreza, com mais pessoas sem ter onde morar e a inegável piora da qualidade de vida da classe trabalhadora como um todo.

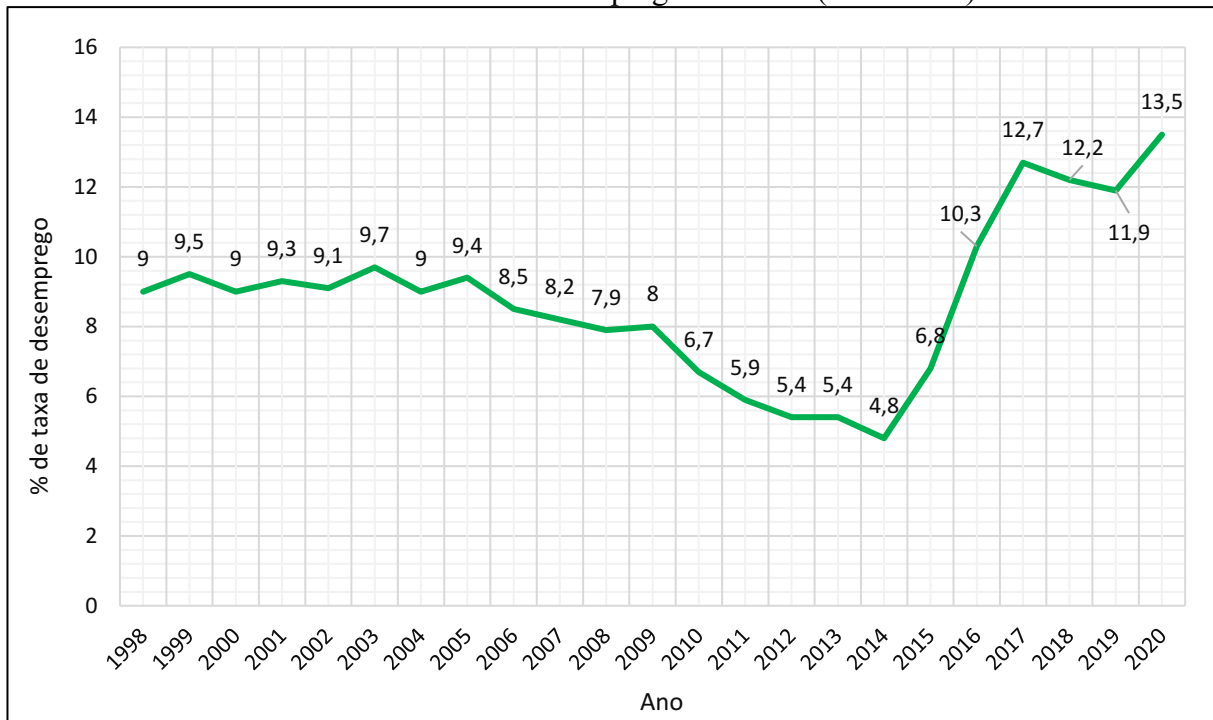
Neste sentido, ainda que o desastre causado pelas reformas políticas que atacaram os trabalhadores tenha sido profundamente irreparável, alguns estados do Brasil, como é o caso do estado de SC, por possuírem suas estruturas produtivas ligadas em maior grau ao setor da indústria de transformação, observou-se que a diminuição do número de empregos formais foi menor do que no Brasil. O gráfico 41 aponta que a queda do número de empregos formais do estado de SC foi pouco menor do que a queda apresentada no Brasil. No entanto, nota-se que a queda no número de empregos formais em SC seguiu a queda apresentada pelo Brasil. Dessa forma, exemplifica-se que dificilmente determinada unidade da federação criará grande número de empregos formais se essa não for a situação do país. Assim, os dados dos estados mantêm-se na tendência de seguir a conjuntura econômica nacional. Com isso, embora a queda no número de empregos do estado de SC tenha sido menor do que a do Brasil, a discrepância é pouco significativa para afirmar que SC está ligeiramente melhor do que o Brasil no número de empregos formais (Gráfico 41).

A instabilidade do número de empregos no Brasil e no estado de SC contribui para que o mercado interno passe por altos e baixos ao longo dos anos. É fato que a principal massa de consumo de produtos básicos é aquela ligada aos salários que vão até R\$3.000,00. De acordo com os dados apresentados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), essa é a faixa salarial na qual mais ocorrem demissões no Brasil. Neste sentido, embora o mercado interno brasileiro se confirme como um dos principais motores capazes de promover o crescimento econômico, estampa-se a irregularidade de mantimento de empregos da camada social que mais movimenta, do ponto de vista de consumo, esse mercado interno. Com isso, o país vive momentos de “milagre” econômico em função do fomento do mercado interno e períodos de variação econômica negativa, em virtude da ocorrência das altas taxas de desemprego, sobretudo nas camadas ligadas aos salários mais baixos¹¹¹.

Neste contexto, no gráfico 42, é possível analisar a taxa de desemprego no Brasil após o ano 2000.

¹¹¹ Há outros fatores determinantes que contribuem para que o crescimento econômico aconteça ou deixe de acontecer. No entanto, o enfoque neste momento se dá sobre os números de empregos formais como potenciais da movimentação do mercado interno.

Gráfico 42 – Taxa de desemprego no Brasil (1998-2020)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2020)

Conforme apontam os dados do gráfico 42, no período 1998-2020, pode-se dizer que, em geral, a taxa de desemprego no Brasil foi alta. Entre 1998 e 2005, por exemplo, em nenhum momento esteve abaixo de 9% ao ano. No entanto, de 2005 em diante os reflexos das políticas econômicas adotadas pelo Brasil começaram a surtir efeito na economia e, portanto, na oferta de emprego formal. Dessa maneira, entre 2005 e 2014, a taxa de desemprego caiu aproximadamente 5 pontos percentuais, passando de 9,44% para 4,8%. 2014 foi o ano da menor taxa de desemprego já registrada nas quatro últimas décadas (séculos XX e XXI), de maneira que chegou a ser considerada por economistas renomados, como Bielskovsky (2014), um momento de pleno emprego no Brasil. Trata-se de uma taxa de desemprego tão baixa que o Brasil começou a atrair mão de obra de outros países. Neste sentido, entre 2010 e 2014 foi o período que, segundo os dados de imigração (CAGED, 2019), mais chegaram pessoas de outros países para trabalhar no Brasil. Destacam-se a chegada de senegaleses, angolanos, venezuelanos, chilenos, peruanos, colombianos, haitianos, dentre outros. A mão de obra estrangeira foi utilizada principalmente nos serviços básicos da indústria de transformação. A indústria processadora de carnes no Oeste catarinense, por exemplo, empregou contingente expressivo de mão de obra estrangeira.

Portanto, o gráfico 42 expressa um dos gargalos do Brasil, isto é, a alta taxa de desemprego, sobretudo após 2016. Dessa maneira, nas primeiras duas décadas decorridas do

século XXI, entre 2005 e 2014, o Brasil, do ponto de vista da oferta do emprego formal, viveu um período de ouro. Ao mesmo tempo, como demonstrado, tratou-se do período econômico de maior crescimento, em grande parte, decorrente da alta taxa de empregos formais que contribuiu decisivamente para o aumento do consumo, fomentando o mercado interno. Com isso, pode-se afirmar que, enquanto persistir no Brasil taxas de desemprego como as que existem hoje (na casa dos 12% e até 13%), dificilmente será assistida a tão comentada retomada econômica pelos economistas clássicos ocidentais. Os governos de esquerda mostraram que não é possível o país apresentar crescimento econômico com taxa alta de desemprego. O crescimento econômico requer que o desemprego seja baixo, pois somente o poder de consumo da população, em um país com o potencial de consumo como é o caso do Brasil, injetará dinheiro sobre os bens (duráveis e não duráveis) produzidos.

Ademais, Marx (2017) afirmou que as crises fazem parte da natureza do sistema capitalista, mas que, se elas perdurarem por muito tempo, a responsabilidade se distancia da própria crise e se aproxima de quem está no controle do poder econômico. Dessa forma, a crise econômica que paira sobre o Brasil desde 2016 está totalmente relacionada com o comando fraco do poder econômico brasileiro, sobretudo do governo eleito em 2018, cuja responsabilidade de elaboração de política econômica para alavancar o crescimento da economia, nunca aconteceu. Além disso, o chefe atual do ministério da economia chama-se Paulo Guedes. Trata-se do homem cuja competência econômica consiste na venda dos bens públicos da União, no patrocínio da aprovação da reforma da previdência e do loteamento de cargos para a direita conservadora da política brasileira. Com poucas linhas escreve-se o bastante para concluir que esse modelo econômico preconizado por Paulo Guedes é totalmente inconcebível para trazer de volta ao Brasil o pleno emprego, o crescimento econômico alinhado com o consumo interno, com a distribuição de renda e o investimento público nas empresas capazes de alavancar a economia.

Consequente, ao vincular a questão salarial e o número de empregos formais no Brasil à temática do mercado interno, faz-se possível identificar regiões cujas taxas de desemprego e os baixos salários se manifestam de maneira menos expressiva. Uma dessas regiões é o Oeste catarinense, onde o processamento dos inúmeros produtos derivados das agroindústrias de carnes e laticínios, da indústria metalmeccânica e moveleira são exemplos a serem citados quando se vincula o crescimento desses setores ao crescimento do poder de consumo e, portanto, ao fomento do mercado interno. Dessa maneira, a franca expansão dos agronegócios do Oeste catarinense em segmentos produtivo e de processamento, bem como

outros setores produtivos que se desenvolveram na região, só se fizeram possíveis graças aos fortes investimentos em tecnologia realizados nesses setores e às políticas de Estado, que permitiram que os produtos da referida região pudessem ser consumidos em território nacional, em grande parte.

Outrossim, para além do fortalecimento das cadeias produtivas dos agronegócios do Oeste catarinense, o Brasil, enquanto um país com potencial de desenvolvimento do mercado interno em todas suas grandes regiões, permitiu que os produtos do Oeste catarinense chegassem e se firmassem em outros centros consumidores do país, como regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste¹¹². Neste sentido, o papel desempenhado pelo Estado foi fundamental, na medida em que tornou possível a circulação dessas mercadorias pelas vias rodoviárias e na medida em que tornou possível a circulação de informações pela via do sistema bancário, pela via da energia elétrica, pela via da telefonia e hoje, com maior força, pela via da internet. O Estado foi quem investiu na infraestrutura necessária para tornar possível o sistema de circulação de mercadorias e de circulação de informações. No entanto, o Estado cumpriu seu papel de incentivador do crescimento econômico através do subsídio de crédito. Os três bancos públicos de investimento direto (BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) foram os grandes incentivadores, do ponto de vista do financiamento de obras de grande porte (hidrelétricas, duplicação de rodovias, reformas de aeroportos, dentre outras), médio porte (mecanização agrícola, indústrias de transformação da matéria-prima, dentre outras) e de pequeno porte (construção civil, agricultura de pequena escala, empreendimentos comerciais urbanos, dentre outros).

Assim como defendeu Bielschowsky (2014), o processo de acelerada industrialização pelo qual o Brasil atravessou entre 1930 e 1980 teve seu auge na década de 1950, justamente a partir do momento em que o Estado passou a conduzir de maneira ainda mais presente o processo de desenvolvimento. Bielschowsky (2014) infere que o desenvolvimentismo preconizado pelo Estado foi o que subsidiou os investimentos necessários para a transformação estrutural da economia brasileira na entre 1950 e 1980. Ao ser traçado um paralelo desse período com o período 2003-2014, os argumentos de

¹¹² A partir dos anos 1990, muitas agroindústrias do Oeste catarinense buscaram se instalar, numa ideia de crescimento das plantas industriais, no Centro-Oeste brasileiro, região de expansão da fronteira agrícola. Isso permitiu a implementação de cadeias produtivas de suínos e aves, por exemplo, nesta região e, conseqüentemente, a introdução de produtos derivados dessas cadeias produtivas a preços mais baratos nas regiões Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, dadas menores distâncias percorridas para a distribuição dos produtos. No entanto, essa expansão não significou a diminuição da importância econômica da atuação das agroindústrias no Oeste catarinense; pelo contrário, aumentaram os abates, novos produtos demandados pelo mercado consumidor interno e externo foram lançados, e aumentaram significativamente as exportações da região, sobretudo no segmento de carnes.

Bielschowsky (2013; 2014) enfatizando que o desenvolvimentismo é puxado pelo Estado se sustenta, haja vista que, no período recente, se não fosse a intervenção do Estado, seja nos investimentos diretos ou nas parcerias estabelecidas pela iniciativa privada, seria impossível alcançar o pleno emprego, elevar gradativamente o poder de compra do salário mínimo, aumentar e qualificar os centros de pesquisa, inovação e desenvolvimento, e expandir a rede de qualificação de ensino profissional técnico no Brasil.

Na conceituação de Castro (1993), no período 1950-1980 existiu uma “convenção do crescimento”. Outrossim, essa conceituação pode ser aplicada ao período de desenvolvimento econômico vivido pelo Brasil entre 2003-2014, ainda que tenha se tratado de um desenvolvimento ocorrido em período mais curto, mas com intensidade impossível de ser identificada na década antecedente, isto é, década de 1990.

Portanto, a dinâmica geoeconômica do Oeste catarinense atrelada ao crescimento econômico ocorrido após 2003 é portadora de uma alta complexidade, com tecnologia novíssima embarcada e com novas exigências advindas do mercado. Essa complexidade, ao mesmo tempo que contribuiu para a concentração da produção, também contribuiu para a especialização e a diversificação da produção. Assim, acabou sendo gestado na região um novo desenho da dinâmica econômica. Neste sentido, conforme demonstrado até aqui, a formação de economias de aglomeração com alto grau de complexidade produtiva nelas embarcado podem ajudar a compreender a dinâmica geoeconômica recente do Oeste catarinense. Por essa razão, no quarto e último capítulo, aborda-se sobre as economias de aglomeração que se formaram na região, cuja leitura e análise se faz a partir da atuação do Estado e dos principais agentes privados de organização do espaço da região.

3.3 OS NOVOS NEGÓCIOS E O APROFUNDAMENTO DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA REGIONAL

Resultado da complexidade econômica nacional, estadual e regional antepostas foi a emergência de novos negócios. Em que pese a importância da complexidade econômica apresentada, nos novos negócios que emergiram na região Oeste catarinense ela se torna ainda mais aguda, o que impõe sobre a teia de setores produtivos regionais um alto grau de integração, cooperação e competitividade.

Esse tópico será breve, pois já ficou demonstrado que apareceram na estrutura produtiva regional novos negócios, novos segmentos, novos ramos de produção econômica.

Neste sentido, convém lembrar que esses novos negócios são resultado e consequência da produção econômica capitalista. Ou seja, são novos negócios que compõe o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações da região Oeste catarinense. Negócios como a produção de casinhas para cachorros surgem na região como opção viável, pois, anterior ao seu surgimento, havia um setor madeireiro e moveleiro pujante; com isso, tratava-se de fazer adaptações para introduzir o segmento de casinhas para cachorros na dinâmica produtiva regional. Além de esse tratar-se de um segmento vinculado ao setor de móveis e madeiras, é necessário apontar que novos processos e produtos foram introduzidos, além daqueles dos quais já se dispunha na região.

Por outro lado, os negócios de linhas mais sofisticadas, como o segmento de iluminação de casas e apartamentos era uma necessidade regional, uma vez que se pagava mais caro para trazer luminárias cheias de detalhes do litoral de Santa Catarina, de São Paulo, do Paraná ou do Rio Grande do Sul. Por mais insignificantes que possam parecer os pequenos, médios e grandes negócios que surgiram na região, eles cumprem um papel essencial de oxigenação da economia regional. Abrem-se possibilidades de manutenção e ampliação de fontes de renda, ao mesmo tempo em que são negócios destinados, num primeiro momento, a suprir a demanda regional e, num segundo momento, a se expandir para novos mercados consumidores no Brasil e no exterior.

Uma das maneiras encontradas para mostrar em dados concretos os negócios que mais cresceram e os que perderam força na região Oeste catarinense foi partir dos registros do Cadastro Central de Empresas, do IBGE. Numa série histórica, que mostra a evolução do número de empresas, sem considerar seus portes (pequena, média ou grande), em dezenove diferentes segmentos econômicos, é possível notar como é distinto o comportamento da criação e fechamento de novos negócios, dependendo do setor econômico abordado. Neste sentido, no quadro 05, é possível perceber tal comportamento entre os anos 2006 e 2019 (sendo este o período mais recente acessível no sistema de disponibilização de dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE), considerando-se a junção dos dados dos 118 municípios da mesorregião Oeste catarinense.

Quadro 05 – Evolução do número de empresas por setor da economia na mesorregião Oeste catarinense (2006-2019)

Ano ➡	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	2019	(%) de variação 2006-2019
Número de empresas por setor ↓									
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	490	501	516	510	538	495	473	598	22%
Indústrias extrativas	42	40	50	49	59	53	47	47	12%
Indústria de transformação	5.061	5.196	5.671	5.479	5.681	5.507	5.577	5.972	18%
Eletricidade e gás	22	45	52	60	60	68	89	201	813%
Águas, esgoto, atividades de resíduos e descontaminação	95	109	120	118	120	104	131	145	52%
Construção civil	903	1.116	1.711	1.994	2.490	2.522	2.588	3.129	246%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	18.763	19.471	20.194	19.380	19.437	18.052	17.648	18.410	-0,2%
Transporte, armazenagem e correio	4.831	4.839	5.389	5.727	6.720	6.322	6.154	6.513	34%
Alojamento e alimentação	2.899	2.979	3.124	2.637	2.583	2.341	2.259	2.280	-27%
Informação e comunicação	548	500	608	657	737	736	756	872	59%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	318	330	351	346	455	513	624	1.130	255%
Atividades imobiliárias	187	228	338	449	620	691	847	1.364	629%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.115	1.277	1.612	1.689	1.953	2.246	2.612	3.167	184%
Atividades administrativas e serviços complementares	1.609	1.725	1.828	1.863	2.152	2.225	2.465	2.794	73%
Administração pública, defesa e seguridade social	243	250	293	316	346	357	388	371	52%
Educação	743	735	798	617	700	1.263	1.334	1.417	90%
Saúde humana e serviços sociais	969	1.147	1.234	1.337	1.467	1.637	2.008	2.420	149%
Artes, cultura, esporte e recreação	1.339	1.447	1.388	1.326	1.225	1.141	1.127	1.118	-19%
Outras atividades de serviços	5.745	5.676	5.831	5.748	5.094	3.449	2.846	2.692	-113%
Total	45.922	47.611	51.108	50.303	52.473	49.722	49.973	54.640	19%

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2019

De acordo com o quadro 05, a região Oeste catarinense saiu de 45,9 mil empresas no ano de 2006 para 54,6 mil empresas no ano de 2019, o que representou crescimento de 19% no período. Esse crescimento teria sido menor se não fosse o expressivo aumento ocorrido de 2018 para 2019, período em que houve acréscimo de quase 5 mil empresas na região. Entre 2006 e 2018 houve períodos de crescimento e de queda, sendo essas oscilações não muito expressivas. O que realmente chama atenção foi o comportamento do número de empresas por setor econômico, pois alguns setores apresentaram crescimento expressivo no período 2006-2019, ao passo que outros perderam empresas. Neste cenário é que se pretende apontar para aqueles setores nos quais houve a geração de novos negócios, isto é, de novas empresas.

Segundo os dados apresentados no quadro 05, o setor de eletricidade e gás foi, em termos de porcentagem de crescimento, o que mais cresceu, saindo de 22 empresas em 2006 para 201 em 2019, o que significou crescimento de 813% no período. O segundo setor que mais cresceu na região foi o de atividades imobiliárias, saindo de 187 empresas em 2006 para 1.364 em 2019, o que representou crescimento de 629% no período. Tanto o setor de eletricidade e gás quanto o setor de atividades imobiliárias apresentaram crescimento ininterrupto no período considerado no quadro 05. O terceiro setor que mais cresceu na região foi o de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, o qual saiu de 318 empresas no ano de 2006, para 1.130 empresas em 2019, representando crescimento de 255% no período. Com crescimento semelhante apareceu o setor da construção civil, com crescimento de 246% no número de empresas, passando de 903 empresas em 2006 para 3.129 empresas em 2019. Com porcentagem de crescimento também expressiva encontra-se o setor de atividades profissionais, científicas e técnicas, o qual saiu de 1.115 empresas em 2006 para 3.167 empresas em 2019, representando crescimento de 184% no período. Já o setor de saúde humana e serviços sociais saiu de 969 empresas em 2006 para 2.420 empresas em 2019, o que significou 149% de crescimento no período.

Em faixas de crescimento menos expressivas, isto é, abaixo de 100% de crescimento, apareceram vários setores, tais como: Educação (90%), administração pública, defesa e seguridade social (52%), atividades administrativas e serviços complementares (73%), informação e comunicação (59%), transporte, armazenagem e correio (34%), água, esgoto, atividades de resíduos e descontaminação (52%), indústria de transformação (18%), indústrias extrativas (12%), agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (22%). O quadro 05 também mostra que ocorreu diminuição do número de empresas em quatro setores, com destaque para o setor de outras atividades e serviços, que perdeu mais de 3 mil empresas, atingindo -113% de variação; na sequência, aparece o setor de alojamento e alimentação, com

-27% de queda no número de empresas entre 2006 e 2019; o setor de artes, cultura, esporte e recreação apresentou queda de -19% no número de empresas e, por fim, o setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas apresentou pequena queda, perdendo cerca de 350 empresas no período, o que significou -0,2% de variação.

Cabe frisar que, embora esses setores tenham sido apresentados independentemente e podem ainda apresentar subdivisões, eles possuem alto grau de sincronismo, ou seja, são setores interdependentes que constituem o motor econômico regional, de modo que recebem influências de investimentos que vêm de fora da região, mas com grande capacidade de dinamismo regional. Neste sentido, corrobora-se com Lins (2017), uma vez que é possível perceber, pelos dados do quadro 05, que as empresas continuaram investindo na região Oeste catarinense, ao contrário do que se cogitava, de que o Oeste catarinense perderia suas empresas para as áreas de expansão agropecuária no Centro-Oeste do Brasil. A estrutura industrial da região em questão foi preservada e ganhou diversificação, pois outros setores demonstraram forte crescimento após 2003, como é o caso do setor de lácteo, de energia elétrica, da construção civil e negócios imobiliários e o moveleiro, sendo necessário ressaltar que as informações a esse respeito se limitam ao plano da variação do número de empresas.

Ademais, a conquista de mercados internacionais pelos setores produtivos do Oeste catarinense foi crescente após 2003. Os valores e produtos exportados, conforme será demonstrado no quarto capítulo, aumentaram significativamente, contribuindo para a consolidação, diversificação e especialização da estrutura produtiva regional. Neste sentido, vale lembrar que as influências externas sobre a região são muito maiores hoje do que eram em tempos passados. Com o advento do período técnico-científico-informacional, como apontado por Santos (1999), a região tornou-se um espaço muito mais complexo e dinâmico. Isso também influencia na criação e destruição de negócios, uma vez que os negócios que nascem precisam estar preparados para funcionar e se desenvolver, ao passo que os negócios que morrem, em geral, foram expurgados pelo sistema capitalista, que por natureza é competitivo e excludente.

Os novos negócios aprofundaram o grau de complexidade regional, e, apesar disso, ainda há espaço para aumentar o desenvolvimento produtivo e humano na região em estudo. Esse é um dos fatores que as empresas esperam para o futuro, ou seja, crescer no grau de sofisticação dos seus produtos e nos mercados internacionais. Entretanto, para isso, os negócios que buscarem se aperfeiçoar, assim como os novos que irão surgir, enfrentarão muitos desafios. A obtenção de certificações de produto, a adequação às normas técnicas e o

desenvolvimento de equipe comercial interna serão alguns desses desafios. Trata-se não apenas de desafios, mas de demandas por maiores investimentos visando conquistar novos espaços, sobretudo porque esse processo envolve adaptação para os processos e produtos.

Paralelamente, além dos negócios que emergiram, apresentados nos seus respectivos setores produtivos no quadro 05, é importante inferir que, na dinâmica produtiva das economias de aglomeração que se formaram na região Oeste catarinense, há um conjunto de bancos, universidades, institutos de pesquisa, além das empresas privadas que sustentam a renovação e a criação de diferentes negócios. Somente buscando compreender a região na sua totalidade, que é resultado de um processo em movimento historicamente determinando, será possível se aproximar da compreensão de como o espaço está organizado nela, de como seus agentes atuam e quais são as consequências socioeconômicas e socioespaciais decorrentes da atuação desses agentes.

Neste sentido, o quarto capítulo é dedicado a apresentar as economias de aglomeração que se formaram na região Oeste catarinense, considerando a diversidade e a complexidade produtiva encontrada em cada uma delas. É nesta complexidade da dinâmica produtiva regional que será possível analisar a organização espacial da dinâmica econômica regional. Para tanto, o quarto capítulo foi dividido em quatro partes. Na primeira parte, aborda-se a nova caracterização regional, apresentando-se a dinâmica geoeconômica e os aspectos populacionais recentes da região. Na segunda parte do capítulo, aborda-se a atuação dos agentes econômicos (instituições de ensino e centros de qualificação de mão de obra, estrutura bancária, as principais firmas empresariais e a estrutura do sistema de transporte da região) na organização do espaço da região em estudo. Na terceira parte, apresenta-se os fundamentos da economia regional e a produção econômica regional, apontando para a especialização e a diversificação produtivas encontradas nas diferentes economias de aglomeração da região. Por fim, na quarta parte do capítulo quatro, é abordado sobre a hierarquia urbana regional, suas centralidades, funções e dinâmica econômica encontrada nas cidades da região.

CAPÍTULO IV

COMPLEXIDADE GEOECONÔMICA E AS ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO NO OESTE CATARINENSE

Um dos fatos comprovados na geografia econômica é que o poder da aglomeração permanece forte, ainda que os custos de transporte e comunicação continuem declinantes (STORPER e VANABLES, 2005, p. 21).

[...] Entendemos como economias de aglomeração todo ganho de produtividade do agente advindo de sua co-localização com outros agentes. [...] Não é mais o estudo da localização industrial que interessa. Mas sim o estudo do crescimento das cidades e das indústrias que aí se localizam. As economias de aglomeração passam a não ser mais responsáveis apenas por atrair empresas a se localizar em uma cidade. Muito mais que isso, são responsáveis (não os únicos, obviamente) pelo dinamismo e pela capacidade de crescimento das empresas que aí se instalaram (TINOCO, 2003, p. 49-50).

O esforço de ler a dinâmica geoeconômica do Oeste catarinense a partir das economias de aglomeração, de acordo com o que foi pesquisado e encontrado a esse respeito, parece inédito. A questão, no entanto, não é o ineditismo, embora ele seja importante para a leitura da realidade econômico-regional, mas o arcabouço de informações regionais de natureza geoeconômica interrelacionadas, que permite, com similaridades e com diferenças nas suas complexidades produtivas, a identificação de diferentes economias de aglomeração em diferentes áreas da região.

Neste sentido, ficou claro que os diferentes agronegócios exercem papel preponderante na região. No entanto, os dados levantados e os trabalhos de campo realizados permitem ir além, pois os agronegócios deixaram de ser o único grande motor econômico-produtivo da região e, mesmo quando são, mostram-se atuando em conjunto com outros setores econômicos. Por essas razões, esse capítulo busca apontar as mudanças econômicas regionais ocorridas no Oeste catarinense a partir do que pode ser compreendido pelas economias de aglomeração, mas não se trata de simplesmente descrever essas mudanças. A perspectiva é encontrar e até mesmo constituir argumentos que explicam essas mudanças (MARKUSEN, 2005). Por isso o uso dos escritos sobre as economias de aglomeração (TINOCO, 2003), pois analisou-se que essa base de pensamento é capaz de contribuir para a compreensão das mudanças econômicas regionais ocorridas no Oeste catarinense.

Sendo assim, o presente capítulo divide-se em quatro partes: 1) Uma nova caracterização regional, com ênfase na dinâmica geoeconômica e nos aspectos populacionais da região; 2) Os agentes econômicos de organização do espaço regional, nos quais são abordados o papel da estrutura bancária, o papel das firmas empresariais e o papel do Estado na dinâmica regional; 3) Alguns fundamentos sobre economia regional, os quais qualificam a abordagem sobre economias de aglomeração e as especializações produtivas nas diferentes áreas da região; 4) A hierarquia urbana regional: suas centralidades e funções na dinâmica econômica regional.

4.1 A NOVA CARACTERIZAÇÃO REGIONAL: DINÂMICA GEOECONÔMICA E ASPECTOS POPULACIONAIS

Ao analisar o desenvolvimento econômico e a questão regional no Brasil, Cano (1991) aponta que somente a partir de 1950 é que a questão regional esteve presente na agenda da política econômica nacional. As contas dos planejadores do desenvolvimento econômico brasileiro das décadas de 1950 e 1960 apontaram, sem deixar dúvidas, a necessidade de descentralizar os investimentos que até então concentravam-se no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais. A política de investimentos em direção ao interior do Brasil objetivava, segundo Cano (1991), corrigir os desníveis regionais de renda, integrar o mercado nacional, desenvolver o sistema de comunicações nacional com a expansão das redes de TV e acelerar as migrações intrarregionais, num país que, até 1960, ainda era majoritariamente rural, com cerca de 55% da população total vivendo no campo (CANO, 1991).

Esse contexto fez fluir no Brasil a consolidação de convênios com os EUA e com a Europa, sobretudo para importação de máquinas necessárias ao novo projeto de industrialização previsto antes da década de 1960. O Estado, para fazer crescer o Brasil, precisou estabelecer os vínculos com o interior do país para, assim, poder colocar em prática o projeto de desenvolvimento nacional. Esse período, conforme sinaliza Cano (1991), foi bom para todos, pois o Estado amparou tanto as oligarquias quanto os grupos regionais através do fornecimento de crédito e de subsídios. Ademais, a “legislação trabalhista e o elevado crescimento do emprego foram capazes de acomodar as tensões sociais” (CANO, 1991, p. 09), o que contribuiu para a continuidade intacta do conservadorismo das elites, do governo e da classe política – que era constituída sobretudo pelas oligarquias das regiões Sul, Sudeste e

Nordeste do Brasil. No entanto, Cano (1991, p. 10) acentua que “as mazelas sociais não enfrentadas pela conservadora atitude das elites acirraram as contradições desse processo, que, no auge do seu debate ideológico (1961-1964), desaguaria para um novo, longo e duro período de vigência do autoritarismo político (1964-1985)”.

O regime da ditadura militar foi, para o interior do Brasil, um período de desenvolvimento seletivo, ou seja, algumas áreas podem ser apontadas como as que se desenvolveram, mas elas ficam longe de ter atacado a raiz do problema econômico-social brasileiro. O período da ditadura militar no Brasil fez aumentar consideravelmente os investimentos em infraestrutura, sobretudo com a construção das rodovias que até hoje são os eixos principais de ligação do interior do Brasil aos grandes mercados consumidores localizados na faixa litorânea do país. Neste contexto, pode-se citar a construção de rodovias federais como as BRs-163, 020, 277, 282, dentre outras. Muitas rodovias importantes encontram-se sem pavimentação asfáltica até hoje, sendo que apenas foram mapeados e abertos estradões de terra em meio à mata, como se verifica nos estados de MG, GO, MT e BA, por exemplo, onde até hoje há rodovias inacabadas. A própria BR-282, que atravessa o estado de SC no sentido Leste-Oeste, somente foi concluída no período do governo Lula, em 2006. Essas obras inacabadas também eram, e muitas são até hoje, herança dos governos militares, defendidos por muitos.

Neste contexto, o Oeste de SC se desenvolveu tardiamente quando comparado com o desenvolvimento ocorrido nos estados de SP, RJ e MG. Trata-se de uma região onde o capitalismo industrial, produtivo e comercial chegou mais tarde se comparado ao processo de ocupação e desenvolvimento da faixa litorânea do Brasil. Dessa forma, pode-se afirmar que as análises realizadas neste trabalho, ainda que sejam carregadas de abordagens históricas necessárias para a contextualização da região de estudo, são análises recentes. Dessa forma, no Oeste catarinense, a partir de 1960, com o aparecimento das primeiras indústrias de banha, toucinho e salame, começam a surgir os primeiros centros de produção e, conseqüentemente, do desenvolvimento do capitalismo na região. Trata-se de um desenvolvimento que é carregado de tecnologia, pois é recente; carregado de capital, pois toda mudança econômica pressupõe capital; e carregado de diferentes estratégias de investimento, pois o capital se dirige para onde encontrar maiores possibilidades de ampliar seus lucros.

Neste sentido, além das características do processo de ocupação do Oeste catarinense mencionadas no capítulo um, Cano (1991), ao caracterizar regionalmente o Brasil, fez pensar que é possível explorar outras características regionais do Oeste catarinense, capazes de

ajudar a entender melhor a formação das economias de aglomeração, mencionadas no item 4.3 com mais ênfase. Ademais, a caracterização das regiões do Brasil apresentada por Cano (1991) só fez sentido porque é possível realizar a comparação entre os dados das diferentes regiões. Por essa razão, os principais dados regionais do Oeste catarinense apresentados na tabela 11 só tem lógica se puderem ser comparados com as demais regiões do estado de SC. Em função dessa percepção, os dados da tabela 11 são resultado de uma síntese dos dados das mesorregiões catarinenses. Esse esforço é uma tarefa muito difícil, em razão de que as entidades públicas e privadas, que deveriam fornecer aos pesquisadores os dados de natureza socioeconômica, não oferecem e não os disponibilizam em seus websites. Isso tornou difícil, e às vezes quase impossível, encontrar os dados necessários a esta parte da pesquisa.

Apesar disso, a tabela 11 apresenta alguns dados regionais sobre as regiões do estado de SC. Nestes dados é possível a comparação entre as regiões, para situar o Oeste catarinense.

Tabela 11 – Santa Catarina: principais dados regionais¹¹³

Região	Superfície (% do estado)	Taxa de urbanização em % (2010)	População (% do estado)			PIB (% do estado)	
			1990	2010	% de crescimento da população (1990-2010)	1999	2015
Sul catarinense	12,5	81,4	15,7	14,8	1,38%	12,5	11,1
Grande Florianópolis	8,1	92,1	13,6	15,9	2,54%	13,7	16,2
Vale do Itajaí	15,5	87,6	20,8	24,1	2,5%	24,5	29,4
Norte catarinense	10,7	87,7	18,5	19,4	1,98%	22,8	21,5
Serrana	14,5	81,7	8,3	6,5	0,44%	5,6	4,9
Oeste catarinense	38,4	71,7	23,1	19,2	0,71%	20,9	16,9
Santa Catarina	100	84	100	100	1,7%	100	100

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2010. PIB municipal de 1999 e 2015

De acordo com o IBGE (2010), o crescimento populacional do estado de SC no período sinalizado na tabela 11 (1991-2010) ficou próximo ao crescimento apresentado pelo Brasil: cerca de 1,5% ao ano. No ano de 2010, o estado apresentou população total de 6,2 milhões de habitantes, o que representou 3,16% da população nacional. No entanto, os dados do IBGE também apontaram que o crescimento da população entre 1991 e 2000 foi de 1,64%

¹¹³ Os dados regionais foram levantados obedecendo o recorte do IBGE das mesorregiões do estado de Santa Catarina.

ao ano, ao passo que, entre 2000 e 2010, foi de 1,17% ao ano. Dessa maneira, após os anos 2000, o estado de SC apresentou pequena diminuição no seu crescimento populacional. Neste contexto, a tabela 11 aponta que a região Oeste catarinense, do ponto de vista populacional, foi a mais populosa do estado no ano de 1991, com 23,1% da população estadual, mas diminuiu para 19,2% da população estadual em 2010, o que a colocou como a terceira mesorregião mais populosa do estado. A tabela 11 aponta que as regiões Norte catarinense e Vale do Itajaí ultrapassaram o Oeste catarinense em população. Ademais, a taxa anual de crescimento populacional do Oeste catarinense (0,71%), no período 1991-2010, só foi superior à da região Serrana, o que demonstra que o crescimento da maioria das regiões, neste quesito, é superior ao da região Oeste do estado, que em 1991 havia sido a maior, em população.

Do ponto de vista econômico, o Oeste catarinense se apresentava como a terceira região de maior PIB do estado, tanto em 1991 quanto em 2010. No entanto, perdeu participação no PIB estadual, sendo que em 1991 representava 20,9% do PIB estadual e em 2010 caiu para 16,9%. Neste período, as regiões da Grande Florianópolis (pelo forte setor de serviços) e o Vale do Itajaí (pelo forte setor de transformação e serviços) foram as únicas que aumentaram a participação no PIB estadual. Por outro lado, do ponto de vista territorial, o Oeste catarinense se confirma como a região do estado com maior área, sendo responsável por 38,4% da superfície total do estado de SC. Trata-se da região responsável pela maior produção agropecuária do estado, como demonstrado no capítulo três, o que se explica em função da maior disponibilidade de área possível de aproveitamento agropecuário. O Oeste catarinense também se confirmou como a região menos urbanizada do estado (71,67% em 2010). Todas as outras regiões ficaram acima de 81% de urbanização, e a média estadual ficou em 85%, considerando os dados de 2010 (Tabela 11).

Embora o Oeste catarinense apresente a menor taxa de urbanização do estado, a população da região seguiu o mesmo caminho dos dados que retratam a conjuntura nacional e estadual. Na medida em que o setor produtivo industrial da região foi ganhando força – a partir dos anos 1960 – e na medida em que a agricultura foi dispensando mão de obra pela alta capacidade técnica que passava a ser empregada, as cidades da região tornaram-se destino da maioria da população que vivia no campo. Além disso, uma parcela significativa da população que vive no campo depende da renda do campo, mas sim da renda oriunda da cidade. Em muitas cidades da região, como Pinhalzinho, São Miguel do Oeste, Maravilha, Concórdia, Caçador, São Lourenço do Oeste, Quilombo, Chapecó, Xanxerê, Itapiranga e

outras, é comum que integrantes de famílias rurais que residem num raio aproximado de 5 quilômetros de distância da cidade tenham residência no campo, mas trabalham na cidade, principalmente no ramo industrial e de serviços. Schneider (2003) chama esse fenômeno de pluriatividade da agricultura familiar.

Neste sentido, a tabela 12 aponta para a evolução do grau de urbanização do Oeste catarinense, o qual demonstra que, embora o fenômeno da pluriatividade da agricultura familiar tenha se mostrado marcante, ocorreu processo intenso de migração do campo para as cidades no período 1960-2010. Soma-se a isso a imigração de pessoas de outros estados do Brasil para o Oeste catarinense, sobretudo PR, RS, BA, PE e outros, que vieram para algumas cidades da região atraídos pela oferta de emprego, baixo custo de vida e estrutura das cidades¹¹⁴. Neste sentido, a tabela 12 aponta a evolução da taxa de urbanização no estado de SC e na região Oeste catarinense, entre 1960 e 2010.

Tabela 12 – Evolução da taxa de urbanização (%) de Santa Catarina e do Oeste catarinense, conforme local de residência das pessoas (1960-2010)

Ano	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Santa Catarina	31,82	43,2	59,69	70,64	78,7	83,99
Oeste catarinense	20,5	25,42	38,19	50,7	62,9	71,67

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (vários anos)

Conforme a tabela 12, historicamente o Oeste catarinense apresentou taxa de urbanização menor do que o estado de SC. A característica da agricultura está presente de forma marcante na região até hoje, de maneira que, dos 118 municípios da região, 60 apresentaram taxa de urbanização inferior a 50% no ano de 2010 (IBGE, 2010), ou seja, mais da metade dos municípios da região são, do ponto de vista do local de residência, mais rurais do que urbanos. Paralelamente, os municípios que apresentaram as taxas de urbanização mais elevadas são os mesmos que apresentaram maior crescimento populacional no período 2001-2019 (Tabela 13), essencialmente por serem os municípios de concentração do maior número de empresas (sobretudo da indústria) e de estabelecimentos do setor de comércio e serviços, ou seja, setores econômicos que significam oportunidade de trabalho para a população.

¹¹⁴ Informação coletada em trabalho de campo, em entrevista com o deputado estadual Fabiano da Luz, do município de Pinhalzinho. Segundo ele, entre 2005 e 2014, a cidade de Pinhalzinho recebeu centenas de imigrantes de outros estados (RS, PR, BA, PE, CE, MG) para trabalhar nas indústrias, mas também recebeu muitas indústrias, que optaram por instalar filiais em Pinhalzinho, em função da estrutura urbana e da qualidade da mão de obra encontrada na cidade. Esses fatores também podem ser aplicados a cidades como São Lourenço do Oeste, Maravilha, Chapecó, Xanxerê, Concórdia e São Miguel do Oeste.

Neste sentido, a tabela 13 apresenta os quatorze municípios mais populosos do Oeste catarinense e que apresentaram maior acréscimo populacional da região no período 2001-2019, segundo o IBGE. Conforme os dados, dos 14 municípios mais populosos da região Oeste catarinense, 13 estão entre os que apresentaram as 14 taxas mais altas de urbanização da região. Ademais, no ano de 2019, o Oeste catarinense apresentou população total próxima de 1,3 milhão de habitantes, sendo que desses 56% residiam nos quatorze municípios mais populosos da região, todos com taxa de urbanização acima dos 77% (Tabela 13).

Tabela 13 – População total residente (2001-2019) e taxa de urbanização (2010) nos principais municípios do Oeste catarinense

Oeste catarinense e Municípios	Ano			Acréscimo de pessoas no período (2001-2019)	Taxa de urbanização
	2001	2009	2019 ¹¹⁵		2010
Chapecó	151.153	174.187	220.367	69.214	91,60%
Caçador	64.710	70.720	78.595	13.885	91,09%
Concórdia	63.611	70.393	74.641	11.030	79,95%
Videira	42.422	46.585	53.065	10.623	90,32%
Xanxerê	37.932	42.174	50.982	13.050	88,70%
São Miguel do Oeste	32.465	35.249	40.482	8.017	88,32%
Fraiburgo	33.597	36.469	36.443	2.846	87,67%
Joaçaba	24.185	25.322	30.118	5.933	92,24%
Xaxim	23.210	25.444	28.706	5.496	81,54%
Maravilha	18.610	23.099	25.762	7.152	81,84%
São Lourenço do Oeste	19.750	23.015	24.076	4.326	77,46%
Capinzal	20.738	18.996	22.848	2.110	85,48%
Herval d'Oeste	20.291	19.323	22.606	2.315	88,76%
Pinhalzinho	12.500	15.692	20.313	7.813	83,38%
População total dos municípios da tabela	565.174	626.668	729.004	163.830	86,31%*
% da população total da região nos municípios da tabela	50,34%	52,26%	56,32%	-	-
População total Oeste SC	1.122.501	1.198.990	1.294.228	171.727	-

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (vários anos) e Estimativas de População. *Taxa média de urbanização dos municípios da tabela 13

Conforme aponta a tabela 13, o único município da região que ultrapassou a casa da centena de milhar de pessoas foi Chapecó, com mais de 220 mil habitantes no ano de 2019. Todos os demais municípios do Oeste catarinense que aparecem na tabela 13 apresentaram

¹¹⁵ Os dados da população dos municípios do ano de 2019 são estimativas do IBGE.

população entre 79 e 20 mil pessoas, de maneira que somente Caçador, Concórdia, Videira, Xanxerê e São Miguel do Oeste apresentaram população superior a 40 mil habitantes. A tendência da concentração populacional nas maiores cidades da região se confirma ao analisar-se os dados da tabela 13, pois em 2001 os quatorze municípios detinham 50,34% da população da região, sendo que alcançou 56,32% em 2019. Os municípios de maior população também foram aqueles que apresentaram maior acréscimo de pessoas no período 2001-2019, sendo que Chapecó recebeu, no período, mais de 69 mil habitantes. O acréscimo populacional mais expressivo observado em Chapecó decorre do forte poder de expansão da oferta de empregos na cidade, sobretudo na diversificação do setor que emprega mão de obra (construção civil, agroindústrias, comércio, setores públicos, dentre outros) e do forte crescimento ocorrido no setor de serviços, especialmente nos ramos educacional, de saúde e do comércio em geral.

Ao mesmo tempo que Chapecó foi a cidade que mais cresceu em população, verifica-se, na tabela 13, ganho expressivo de população em municípios (cidades) menores, como Pinhalzinho e Maravilha. Entre 2001 e 2019, ambos apresentaram acréscimo populacional de mais de 7 mil pessoas, o que significou um crescimento acima da média regional, acima da média dos municípios que se encontram na casa dos 20 mil habitantes. De acordo com informações coletadas em trabalho de campo com o ex-prefeito de Pinhalzinho e atual deputado estadual para o mandato 2019-2022 (Fabiano da Luz), esse ganho de população ocorreu em função de se tratar de municípios que aproveitaram o momento econômico vivido pelo Brasil e pelo estado de SC, sobretudo entre 2004 e 2010. Trata-se de municípios que souberam organizar equipes técnicas para elaboração de projetos que viabilizaram tanto a atração de novas empresas e ampliação das já existentes quanto a captação de recursos, sobretudo junto ao governo federal, para melhoria da estrutura urbana, melhoria da infraestrutura rodoviária, implementação de centros de ensino destinados à formação de mão de obra qualificada, dentre outros. Essas questões foram fundamentais para atrair pessoas, empresas e máquinas de outros municípios da região, mas também de outros estados. Segundo o ex-prefeito, um número maior de municípios da região poderia ter sido beneficiado e ter crescido mais nesse período, mas nem todos souberam se organizar para montar projetos de captação de recursos e atração do setor produtivo.

Esses fatores de atração de empresas podem ser lincados com os apontamentos de Markusen (1995), que chama uma área com maior poder de atração e de manutenção de investimentos de *stick places*, no português, lugares pegajosos, ou seja, com capacidade de

atrair investimentos capitalistas. Neste sentido, conforme Markusen (1995), essas áreas também podem ser denominadas como novos distritos industriais, resultantes de políticas econômicas de descentralização dos distritos industriais tradicionais. Esses distritos industriais novos passam a demonstrar alto poder de aglutinação de atividades econômicas, se assemelhando, portanto, ao que foi possível verificar em pequenas cidades do Oeste catarinense, como foi o caso de Pinhalzinho e Maravilha. No entanto, quando analisadas as condições que Markusen (1995) considerou necessárias para afirmar sobre a existência de áreas pegajosas (*stick place*), percebe-se que as cidades como Pinhalzinho e Maravilha, que cresceram acima da média regional, não necessariamente atendem às condições descritas por Markusen (1995, p. 14) para considerar essas centralidades como distritos industriais, quais sejam essas condições:

1) a obtenção, na região, de taxas de crescimento na média ou acima da média do verificado para o conjunto das áreas pesquisadas; 2) a capacidade local de se evitar falências e perdas de postos de trabalho decorrentes dos efeitos das oscilações de curto e médio prazos, tanto dos ciclos de negócios, quanto dos do gasto público; 3) a oferta de bons empregos, a contenção das tendências à segmentação salarial e a prevenção de excessiva concentração da renda e da propriedade; 4) a livre organização dos trabalhadores e a sua participação nos processos decisórios das empresas; 5) o incentivo à participação e à contestação política em âmbito regional.

A partir da tomada de conhecimento sobre a economia regional do Oeste catarinense, obtida sobretudo nos trabalhos de campo realizados nas cidades que poderiam ser consideradas distritos industriais na definição de Markusen (1995), pode-se dizer que essas cidades atenderiam às condições dos pontos 1 e 3, mas não atenderiam por completo as condições dos pontos 2, 4 e 5, uma vez que: a) essas localidades não possuem estrutura organizacional capaz de evitar falências e oscilações significativas em períodos de crise. Basta ver que, no período de pandemia da Covid-19, inúmeras firmas fecharam as portas nessas localidades; b) nestas localidades inexistem a livre organização dos trabalhadores, e eles tampouco participam das decisões das empresas, sendo apenas funcionários que executam funções e recebem salário definido pela empresa; e c) não há uma organização trabalhista pujante, capaz de contestar abertamente ao que politicamente ocorre em âmbito regional. Assim, as centralidades que em parte atendem às condições de distritos industriais do Oeste catarinense propostas por Markusen (1995), parecem atender parcialmente às condições para de fato se tornarem distritos industriais, pois há altas taxas de crescimento e boa oferta de empregos na região.

Ademais, com os dados da tabela 13, subentende-se que há um conjunto de pequenos municípios da região que possivelmente tenham apresentado recuo em suas populações. Essa constatação resulta do fato de que, entre 2001 e 2019, a região Oeste catarinense apresentou ganho de 171,7 mil habitantes, dos quais 163,8 mil habitantes são o acréscimo populacional somado somente nos quatorze municípios da tabela 13. Assim, além de a população da região encontrar-se concentrada nos municípios mais populosos, nesses mesmos municípios o crescimento da população é maior, se comparado aos demais municípios da região. Isso evidencia a baixa capacidade de investimento dos pequenos municípios, refletindo no crescimento baixo e até mesmo negativo da população. Dessa forma, quando municípios pequenos sobrevivem economicamente com a operação de um número pequeno de empresas e indústrias, a consequência é que nesses municípios um número reduzido de empresas são responsáveis por empregar a maior parte da mão de obra deles. Paralelamente, esse tipo de estrutura produtiva fortalece os monopólios empresariais nos municípios pequenos da região (sobretudo aqueles com até 10 mil habitantes). Assim, é comum encontrar entre duas e cinco empresas que empregam a maioria da mão de obra em pequenos municípios, como Tigrinhos, Paraíso, Belmonte, Jupiá, dentre outros. Entretanto, isso não quer dizer que se trate de empresas e/ou municípios improdutivos; pelo contrário, em muitos casos esse tipo de estrutura serve de base para a especialização produtiva da região (setor agroindustrial, moveleiro, papel e celulose e outros).

Essa característica regional envolvendo municípios de pequeno porte em termos populacionais traz consigo a perspectiva de que as pessoas dos pequenos municípios mudam a residência para municípios maiores, em busca de oportunidades de trabalho e de estudo, principalmente. Os municípios mais populosos, no entanto, nem sempre são destino para onde grandes firmas atraem a mão de obra dos municípios vizinhos. Pelo contrário, como constatado em trabalhos de campo realizados nos municípios de Pinhalzinho e São Miguel do Oeste, a maioria das empresas que empregam a mão de obra dos municípios vizinhos são de pequeno porte, possuindo, de modo geral, em torno de 20 funcionários cada (conforme sinalizou em entrevista o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Planejamento Urbano de São Miguel do Oeste – fevereiro de 2019). Esse dado evidencia a capacidade do empreendedorismo produtivo na região, de modo que foi possível perceber que, nos municípios nos quais havia capacidade técnica e humana para investir em infraestrutura e atrair novos investimentos, o setor produtivo local conseguiu se desenvolver. Portanto, o empreendedorismo local sem os aportes do poder público não consegue o sucesso esperado.

Decorrente dessas questões, pode-se afirmar que, paralelamente ao crescimento de alguns municípios (cidades) e a estagnação de outros, os investimentos dos pequenos comerciantes, pequenos empresários e pequenos proprietários rurais dos pequenos municípios situados em um raio aproximado de 30km de distância dos quatorze municípios da tabela 13 se dirigem para os municípios maiores, onde a valorização da terra urbana é maior e onde a aquisição de imóveis para aluguel dá a possibilidade de geração de renda extra para proprietários de terra e donos de pequenos negócios nos pequenos municípios da região. Essas constatações vão ao encontro da formação de economias de aglomeração, tal como a abordagem despendida por Tinoco (2003), que serão melhor trabalhadas no item 4.3. Assim, pode-se afirmar que o crescimento urbano e a verticalização urbana acelerada, verificadas em cidades como Pinhalzinho, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Maravilha, Xanxerê, Concórdia, Chapecó, Caçador e Joaçaba, são decorrentes do desenvolvimento econômico-produtivo de pequenos proprietários que, após anos 2003, desenvolveram suas próprias empresas e acumularam capital para investir no setor imobiliário das cidades citadas, mas também são decorrentes do movimento que ocorre em nível regional, no entorno dessas cidades principais, isto é, das economias de aglomeração.

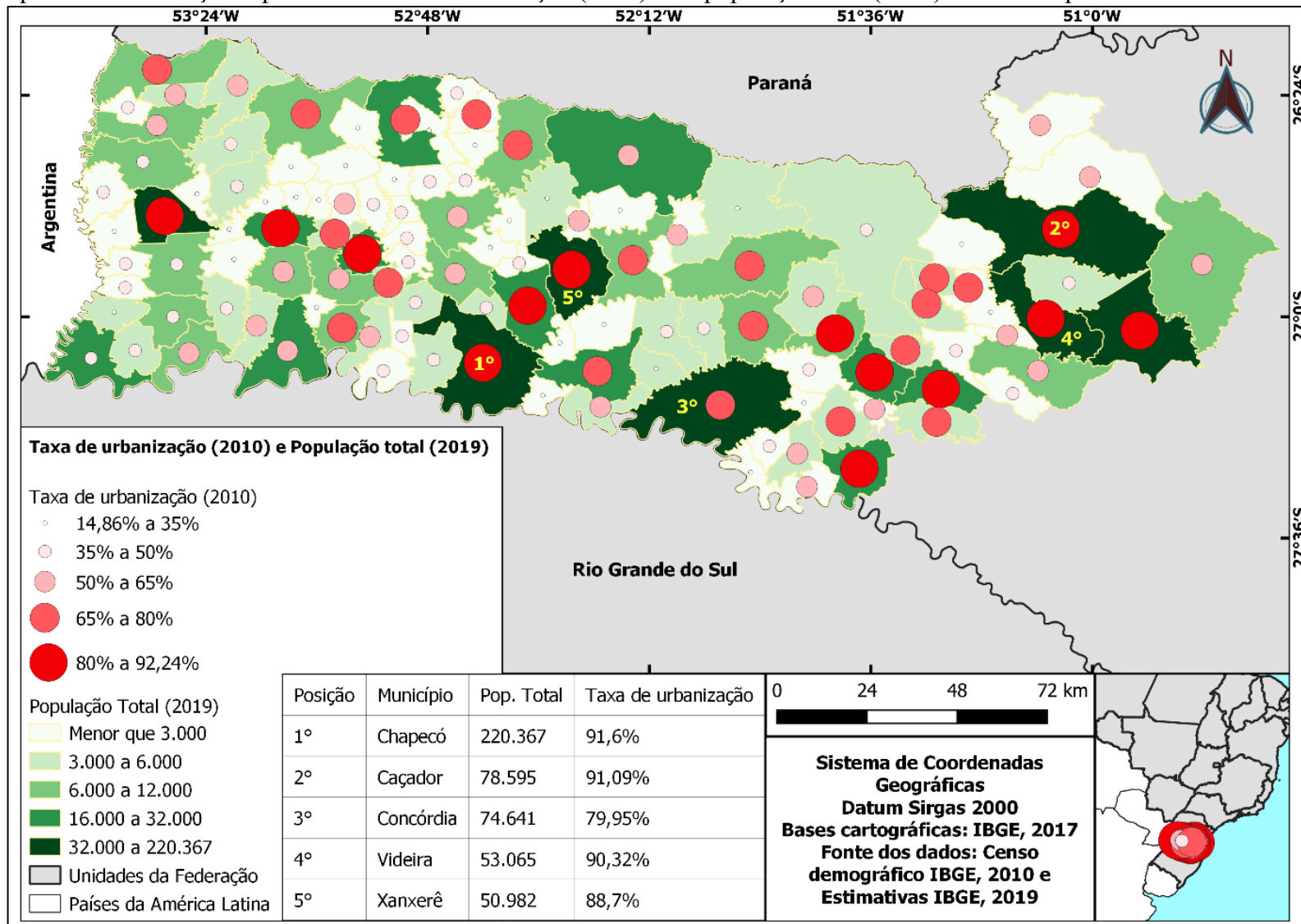
Neste sentido, a ida da parcela da população dos pequenos municípios da região para municípios (cidades) que apresentam maiores possibilidades de trabalho, confere a muitos municípios da região um grau de urbanização mais elevado (sendo esses os que apresentaram ganho de população). Paralelamente, os pequenos municípios, bem como aqueles com baixo desenvolvimento da indústria de transformação, apresentaram taxas de urbanização inferiores a 50% (em geral, são os que apresentaram estagnação e/ou perda de população).

Os municípios com as maiores taxas de urbanização e que apresentaram crescimento populacional mais expressivo após anos 2000 (Tabela 13) são aqueles que servem à região do seu entorno com serviços básicos essenciais, como a oferta de centros de ensino técnico e superior e a oferta de centros de tratamento de saúde (hospitais, clínicas e laboratórios de análises). A centralização dos serviços ligados à educação técnica e superior, bem como ao tratamento da saúde, são temas que carecem de estudos, quase ausentes de pesquisas qualitativas. Trata-se de setores que desenvolvem a qualidade de vida da população¹¹⁶.

No mapa 29, identifica-se a distribuição espacial da taxa de urbanização (2010) e da população residente (2019) nos municípios do Oeste catarinense, segundo o IBGE.

¹¹⁶ Mais adiante serão analisados os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), os quais ajudam a compreender que a instalação das instituições públicas e privadas ligadas aos setores da saúde e educação representaram, dentre outros aspectos, a melhoria da qualidade de vida na região Oeste catarinense.

Mapa 29 – Distribuição espacial da taxa de urbanização (2010) e da população total (2019) nos municípios do Oeste catarinense



Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2010 e estimativas do IBGE, 2019

De acordo com o mapa 29, uma das constatações que pode ser destacada, relacionando com os dados da produção agropecuária apresentados no capítulo três, é que os municípios que apresentaram grande produção de grãos ou de animais podem estar entre os que possuem as taxas mais elevadas de urbanização. O município de Concórdia, por exemplo, que está entre os maiores produtores de frangos e bovinos da região, apresentou alta taxa de urbanização (79,95%). Isso permite afirmar, de maneira geral, que as atividades ligadas aos agronegócios da região são de alta tecnologia embarcada, haja vista que, embora sejam atividades que demandam mão de obra qualificada, se caracterizam pelo alto grau de tecnologia empregado, o que dispensa a necessidade maior de mão de obra, ou seja, de as pessoas residirem no espaço rural. Assim, diferentemente do que ocorria antes dos anos 1990, atualmente um número reduzido de pessoas pode comandar uma propriedade rural, tanto nos segmentos produtivos das cadeias de produção animal quanto nos segmentos produtivos das cadeias de produção vegetal.

Dessa forma, na maioria dos municípios que apresentaram as maiores taxas de urbanização (Mapa 29), existem unidades de processamento animal, de grãos e de leite. A exceção se dá sobre o município de Caçador, que se destaca no setor de transformação industrial extrativista (pinus e eucalipto), com as fábricas de papel, celulose e indústria moveleira¹¹⁷. No item 4.3 será abordado sobre essas especializações produtivas nas diferentes áreas da região.

Neste sentido, o mapa 29 permite inferir, a partir da localização populacional e das taxas de urbanização, diferentes aglomerados urbanos na região. Pode-se destacar 6 aglomerados urbanos, os quais são citados utilizando o sentido Leste-Oeste do mapa 29: 1) Joaçaba, Caçador e Videira; 2) Concórdia; 3) Chapecó, Xaxim e Xanxerê; 4) Pinhalzinho e Maravilha; 5) São Miguel do Oeste; e 6) aglomerado urbano de São Lourenço do Oeste. Esses seis grupos são destacados em função da presença de maior número de empresas que atraem mão de obra, e da presença e oferta de serviços essenciais que servem a população dos municípios dos seus arredores. Assim, do ponto de vista das aglomerações urbanas, tem-se um ponto de partida em direção às economias de aglomeração (TINOCO, 2003)¹¹⁸.

¹¹⁷ O fato de a maioria dos municípios com as maiores taxas de urbanização da região apresentarem plantas industriais de processamento animal e vegetal não exclui o fato de existirem outros segmentos produtivos de relevo econômico atuando na região. No item 4.3, será destacado sobre as especializações produtivas que se encontram nas diferentes áreas da região.

¹¹⁸ Cabe a ressalva de que o estudo de Tinoco (2003) é aqui utilizado para se referir ao conceito de economias de aglomeração apenas, pois, de maneira geral, trata-se de um artigo científico que apresenta um estudo sobre o debate teórico e a interpretação da realidade econômica com base nos processos inovativos das empresas industriais (economias de aglomeração) da Região Metropolitana de São Paulo.

Antes disso cabe inferir, à luz do que Markusen (1995) chamou atenção, que a tentativa de desenvolver uma taxonomia fechada, que possa demarcar as divisas entre as economias de aglomeração, é uma tentativa que leva à frustração de quem pesquisa, de quem analisa a dinamicidade econômica regional. Isso porque ilustrar a diversidade das formas espaciais, dos graus de complexidade e de maturidade das empresas industriais, dos arranjos institucionais e dos resultados em termos de bem-estar possíveis de se encontrar nos estudos é um desafio de alta complexidade, mas que pode ser realizado sobre as economias regionais. Tanto é verdade que estudos como o de Conceição e Feix (2014) deram amplo destaque ao papel das economias de aglomeração e das relações entre os agentes econômicos, sociais e políticos nas dinâmicas econômicas regionais de diferentes arranjos produtivos locais no estado do RS.

Ademais, o fato de estar-se a todo momento enfatizando o espaço local e regional, abrangência direta das economias de aglomeração, não reduz a importância das influências macroeconômicas de ordem mais ampla, muitas vezes impressas pelas políticas de Estado e muitas vezes vindas até mesmo de mercados internacionais (CONCEIÇÃO e FEIX, 2014). Assim, da maneira como vem sendo tratado neste trabalho, é compreensível que todos os segmentos que envolvem uma ou mais cadeias produtivas de uma economia de aglomeração dificilmente estarão internalizados regionalmente, podendo alguns deles se localizarem em outras regiões do país e até mesmo fora do país. Por essas razões, no estudo do fenômeno das economias de aglomeração da região Oeste catarinense, é necessário levar em consideração o espaço local e regional, assim como suas ligações com escalas mais amplas, as quais envolvem outras regiões do país e até mesmo do mundo.

Na realidade, as economias de aglomeração são fortemente amparadas por áreas de atração com uma complexidade de múltiplas forças, sejam elas empresariais, estruturas industriais, ciclos de lucros, prioridades de governos, políticas regional e nacional. Assim, o estudo das economias de aglomeração é uma matriz metodológica a partir da qual é possível compreender determinadas dinâmicas econômicas das cidades inseridas em seus contextos regionais. Dessa forma, a compreensão do sucesso das aglomerações econômicas precisa se dar a partir de uma análise que vai além do local. Por isso, no capítulo 4 e no item subsequente a este, buscou-se fazer as análises sobre as economias de aglomeração de forma mais ampla. As empresas presentes na região Oeste catarinense – através de relações com o restante das corporações da qual fazem parte, da sua rede de negócios, da participação em associações patronais, e assim por diante – os trabalhadores e outras instituições, como órgãos

de governo e universidades, participam de um conjunto de relações, por vezes competitivas e por vezes cooperativas, que transcendem o limite das economias de aglomeração. Por isso, é insuficiente dizer onde estão as concentrações populacionais, as maiores e as menores taxas de urbanização da região para explicar a dinâmica econômica regional. É preciso investigar o que levou ao quadro atual e o que mantém as aglomerações, por vezes contínuas e por vezes não contínuas no espaço, da maneira como se identificam elas.

Neste sentido, torna-se necessário aprofundar-se nos estudos sobre os agentes que atuam na organização do espaço. Neste caso, sobretudo em relação aos agentes econômicos de organização do espaço. Ao buscar fazer esse estudo, chama atenção, ainda sobre o mapa 29, que os municípios entre 16 mil e 32 mil habitantes, os quais fazem parte dos mais populosos e desempenham papel preponderante em relação à concentração de atividades econômicas em relevo na região, não se apresentaram entre os que possuem maiores índices de urbanização da região. Isso ocorre em função de que os dados sobre taxa de urbanização mais atualizados e disponíveis até o momento são do ano de 2010 (mais de 10 anos de desatualização). Entretanto, é possível afirmar que, nos municípios da faixa populacional supracitada, ainda está em curso o processo que intensifica o grau de urbanização. Ademais, vale considerar que, no Oeste catarinense, as atividades econômicas ligadas aos agronegócios estão mais presentes do que em todas as outras regiões do estado de SC. Portanto, a industrialização e a tecnologia no campo aumentaram a migração campo-cidade, mas também impulsionaram o número de pessoas que trabalham na cidade, mas continuam com residência fixa no campo.

Outrossim, sem a análise dos agentes que atuam na organização do espaço econômico regional, torna-se pouco possível identificar quais e onde estão as economias de aglomeração. Da mesma forma, somente a leitura dos agentes que promovem a organização econômica espacial na região pode auxiliar na identificação das diferentes especializações produtivas, da qualidade de vida e da realidade socioeconômica das economias de aglomeração. Com isso, dar-se-á um passo importante rumo à compreensão da complexidade e da organização da dinâmica geoeconômica da região.

4.2 A ATUAÇÃO DOS AGENTES ECONÔMICOS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Na geografia econômica, na geografia urbana e na geografia dos agronegócios da região Oeste catarinense, a atenção depositada sobre os agentes econômicos que atuam na organização do espaço tem sido notadamente pequena. No próprio levantamento bibliográfico (estado da arte) realizado sobre teses, dissertações e periódicos publicados na área da Geografia em todo o Brasil, pouco foi encontrado sobre o papel desempenhado pelos agentes de organização do espaço nas transformações geográficas ocorridas nos últimos anos sobre a região Oeste catarinense. Estudos sistematizados, como os de Pertile (2008) e Souza (2014), buscaram se aproximar da compreensão de cadeias produtivas específicas dos agronegócios da região; outros, como os de Oliveira (2016), Motter (2016) e Golo (2013), delimitaram seus estudos ao espaço urbano, com diferentes enfoques, principalmente sobre a cidade de Chapecó. Neste sentido, naquilo que a proposta desse estudo permite alcançar, faz-se necessário abordar sobre os principais agentes econômicos que atuam na organização do espaço regional, os quais envolvem, impreterivelmente, pelo menos, aspectos da geografia econômica, da geografia agrária e da geografia urbana da região. Portanto, em que pese a importância dos estudos supracitados e dos demais estudos citados no estado da arte desta pesquisa, são estudos que não tiveram a preocupação de levantar quais são os agentes econômicos que atuam na organização do espaço, responsáveis pela dinâmica geoeconômica instalada na região Oeste catarinense.

Desta maneira, cabe recorrer a Corrêa (2000), o qual infere que os principais produtores dos espaços regionais são os agentes econômicos. Para Corrêa (2000), existem muitos agentes econômicos, mas todos eles são movidos pelas forças do Estado e pelas forças do capital. Em geral são os personagens que ocupam os cargos de cima da hierarquia do Estado e da estrutura econômica de uma região, os responsáveis pelo processo de tomada de decisões que irão imprimir no território novas transformações. Portanto, quando se busca denominar os principais agentes que atuam na organização do espaço econômico de uma determinada região, Corrêa (2000) aponta como necessário tratar o espaço como um produto que pode ser analisado através das relações que o produziram. Sendo produzido historicamente e espacialmente, a região, como uma fração do espaço, é rearranjada continuamente por processos que servem ao capital.

O capital, por sua vez, utiliza do espaço tanto para produção quanto para consumo dos bens (duráveis e não duráveis) produzidos. Consequente, conforme Monbeig (1957) alertou a todos os geógrafos, especialmente aos da geografia humana, que as análises geográficas ficam empobrecidas quando se esquece de considerar a atuação do capital no espaço. Monbeig (1957) afirmou que nenhuma atividade humana se realizará sem que haja capital para o seu desenvolvimento. Dessa forma, o capital tem um papel cuja análise é tão importante quanto as características de solo e de clima o são para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, por exemplo (MONBEIG, 1957).

Neste sentido, o espaço é, a todo momento, usado e apropriado de forma objetiva e racional pelos agentes econômicos, isto é, pelas diferentes instituições públicas ou particulares que nele atuam e nele se reproduzem. Na mesma perspectiva, Corrêa (2000) salienta que a atuação hegemônica da grande empresa e sua própria organização podem ser usadas como exemplo para caracterizar a produção do espaço (no Oeste catarinense, algumas empresas servem de exemplo: Aurora, BRF Brasil Foods, JBS, Parati, CooperAlfa, dentre outras)¹¹⁹. Dessa maneira, a produção de bens de consumo (duráveis e não duráveis) pode se dispersar espacialmente em decorrência do poder centralizado da tomada de decisões dessas empresas, o que é típico da atuação dos grupos hegemônicos, neste caso, grupos hegemônicos de atuação regional, mas que também se expandiram para a escala nacional e internacional, quando considera-se os mercados consumidores dos seus produtos. Assim, como demonstrado no capítulo dois, ocorrem sucessivos ciclos de modernização, substituição e incorporação de tecnologias que visam a inserção de novas áreas (regiões) na divisão estadual, nacional e internacional do trabalho, comandados pelas firmas com poder econômico hegemônico.

Como será visto no item 4.2.2, o movimento econômico-produtivo que influencia na dinâmica locacional das empresas permite inferir que, da mesma maneira que o Oeste catarinense pode ser o local de onde partem decisões empresariais que irão interferir nas transformações espaciais da região, um agente econômico de organização do espaço pode

¹¹⁹ Empresas como as citadas e outras de porte grande que atuam na região Oeste catarinense, inegavelmente imprimem certa dinâmica na ordem econômica da região. No entanto, o que muitas vezes fica de fora das análises, como apontou Chandler (1998) ao estudar a grande empresa nos EUA, é pensar: por quais razões as transformações no interior dessas empresas se deram da forma como se deram e no momento em que se deram? Em outras palavras, o que estimulou essas empresas a desenvolver certos produtos, novos mercados, novas fontes de matéria-prima? O que incentivou essas grandes empresas a desenvolver novos métodos de financiamento, novos meios de administrar ou organizar essas empresas? Essas questões, embora aqui tenha se dado pouca atenção, podem servir de norte para pesquisas focadas em estudos de caso sobre uma ou outra empresa e até mesmo sobre a atuação de grupos empresariais nos estudos sobre desenvolvimento econômico regional. Para tanto, a obra de Chandler (1998), embora esteja direcionada para o estudo da grande empresa nos EUA, pode ser de grande valor visando esclarecimentos sobre o tema, sem perder de vista as adaptações que precisam ser feitas aos estudos em uma nova realidade.

atuar no Oeste catarinense sob decisões recebidas de outras áreas de comando, como de um grande centro empresarial e financeiro, como a cidade de São Paulo, por exemplo. Isso ocorre em função de São Paulo, para seguir com o exemplo, ser o centro no qual são fechados os mais importantes acordos comerciais de empresas situadas no Oeste catarinense, sobretudo aquelas que colocam seus produtos no mercado consumidor da região Sudeste do Brasil e no mercado internacional.

Trata-se do centro de comando financeiro do Brasil, onde operam bolsas de mercados futuros, escritórios de multinacionais, isto é, onde operam aqueles agentes econômicos que atuam na organização do espaço, que têm as informações necessárias, em tempo real, as quais permitem a visão do comportamento do mercado para as empresas a curto e médio prazo, para tomarem decisões sobre ampliação ou restrição de certas operações econômico-produtivas nas mais diversas áreas do Brasil. Significa dizer que as empresas do Oeste catarinense que pertencem ao setor agroalimentar, mas também dos setores de móveis, logística, produtos elétricos, dentre outros¹²⁰, ao mesmo tempo em que tomam suas decisões de expansão ou retração das operações empresariais, são decisões dependentes daquilo que ocorre no centro de comando financeiro e de acordos comerciais, isto é, na cidade de São Paulo.

Por outro lado, há decisões empresariais de ordem local, sobretudo as que envolvem questões organizacionais internas do sistema produtivo, que independem do centro financeiro do Brasil. No entanto, cabe frisar que nenhuma grande empresa decidirá expandir suas estruturas produtivas caso as perspectivas de mercado apontem para um desaquecimento no setor em que a empresa está vinculada. Ou seja, as empresas, em geral, trabalham com vistas ao crescimento, à expansão das atividades produtivas, mas isso depende de como se comporta o mercado, como o governo regulamenta os impostos cobrados, como rende a exploração da mão de obra e, portanto, como se comporta a taxa de lucro. Esse conjunto de questões é que determinam se um agente econômico de produção do espaço terá capacidade futura de expansão, de mantimento ou de retração econômica, definindo se o seu poder de imprimir no espaço certa capacidade de organização é estável ou instável.

¹²⁰ Vale salientar que empresas como a BRF Brasil Foods, JBS, Cooperativa Aurora Alimentos, dentre outras que atuam no Oeste catarinense, possuem seus escritórios comerciais na cidade de São Paulo. Segundo informação coletada em trabalho de campo realizado com o gerente de produção da unidade de abate de suínos de São Miguel do Oeste, em março de 2020, a Aurora Alimentos possui escritório comercial em Itajaí (local onde se concentra maior parte das embarcações das mercadorias para exportação) e na Avenida Paulista – São Paulo (coração financeiro do Brasil, local onde são fechados maior parte dos acordos comerciais da empresa com os países para onde se dirigem seus produtos).

Para os agentes econômicos atuarem na organização regional do espaço em perfeitas condições, é fundamental que o Estado faça sua parte como um dos principais responsáveis para o favorecimento da atuação dos agentes econômicos. Trata-se, na verdade, de uma atuação conjunta entre o Estado e as firmas empresariais que operam na produção de mercadorias, pois as condições de oferta de mão de obra qualificada, jurídicas e de acesso ao crédito por essas firmas, por exemplo, são fornecidas pelo Estado. Markusen (1995) aponta que setores que recebem investimentos públicos representam ganhos importantes economicamente para o desenvolvimento regional. As universidades públicas, institutos públicos de ensino e pesquisa e outras sedes de governos estaduais, por exemplo, ajudam a explicar a importância que algumas cidades tomaram na hierarquia urbana regional. Markusen (1995) cita exemplos de cidades dos EUA como Madison, Ann Arbor, Sacramento, Austin e Boulder como algumas dentre as que mais rápido cresceram no país em função dos investimentos públicos.

Na região Oeste catarinense, embora exista demanda para que o Estado amplie sua presença através de instituições públicas de ensino e pesquisa, por exemplo, com a pouca presença do Estado até aqui verificada, foi possível provar que a dimensão das instituições públicas presentes na região é um espaço profícuo para o crescimento de seus fornecedores. Um alto grau de cooperação tende a existir entre clientes públicos e fornecedores locais, em uma relação que pode ser considerada relativamente imune aos riscos de perda, uma vez que funcionários públicos possuem uma questão central que é a estabilidade financeira pelo recebimento de seus salários e pelas aprovações de projetos que podem surtir efeitos no desenvolvimento local e regional (MARKUSEN, 1995). Concomitantemente, dentre outras formas de atuação, o Estado busca, na medida em que houver movimento político e projetos políticos de incentivo para tal ocorrência, a implementação de centros de ensino, por exemplo, capazes de qualificar a mão de obra necessária a ser empregada nas unidades empresariais, nos diferentes setores de produção.

Neste sentido, após os anos 2000 foi notável a atuação dos governos, em esfera Federal e estadual, na qualificação da mão de obra da região Oeste catarinense, através da instalação de inúmeros campi dos IFs (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia)¹²¹ e de uma nova universidade federal implantada na região (trata-se da UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul, com início das atividades em março de 2010). Em

¹²¹ Na região Oeste catarinense localizam-se diferentes campi de dois IFs que trabalham com autonomia, sendo ambos constituídos por diferentes reitorias: 1) IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – reitoria localizada em Florianópolis e 2) IFC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – reitoria localizada em Blumenau.

esfera estadual, ocorreu a instalação de um novo campus da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) no município de Pinhalzinho¹²², o que contribuiu notadamente para a formação da mão de obra qualificada necessária à atuação nas empresas, sobretudo naquelas que trabalham com a transformação de produtos alimentares. Dessa forma, na tabela 14, é possível identificar os diferentes campi do IFSC e do IFC, da UDESC e da UFFS, com seus cursos de formação profissional. A tabela 14 também aponta a modalidade e o nome dos cursos ofertados nas instituições públicas de ensino com presença de seus campi¹²³ na região.

Tabela 14 – Oferta de cursos ligados aos principais setores produtivos nos campi do IFSC e do IFC, da UDESC e da UFFS, no Oeste catarinense – 2020

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC		
Campus	Modalidade do curso	Nome do curso
Caçador	Superior – Bacharelado	Engenharia de Produção
		Sistemas de informação
	Técnicos concomitantes, subsequentes e integrados ¹²⁴	Logística
		Eletromecânica
		Informática
Chapecó	Superior – Bacharelado	Plásticos
		Administração
	Técnicos subsequentes e integrados	Engenharia de controle e automação
		Segurança do trabalho
São Carlos	Superior – bacharelado	Eletroeletrônica
		Mecânica
	Técnicos concomitantes	Informática
Engenharia civil		
		Agronegócio
		Edificações
		Agropecuária
		Logística

¹²² O campus da UDESC em Pinhalzinho está se preparando para, de acordo com anúncio realizado pelo reitor da universidade em dezembro de 2020, a implantação de um Núcleo de Ciência, Tecnologia e Inovação do Leite. Esse núcleo contará com equipamentos laboratoriais capazes de realizar análises da qualidade do leite. Atualmente amostras de leite da região Oeste catarinense precisam ser analisadas em laboratórios dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. De acordo com a reportagem, os investimentos aprovados para o campus da UDESC de Pinhalzinho permitirão que as análises do leite sejam feitas com mais rapidez e eficiência. Além disso, a instalação dessa estrutura laboratorial prevê melhor atendimento aos produtores de leite, às indústrias de processamento de leite e empresas de pesquisa como a Epagri e a Cidasc (Fonte: www.udesc.br/ceplan/noticia/reitor_apresenta_projeto_sobre_nucleo_do_leite_da_udesc_para_deputados_estaduais).

¹²³ Foram expostos, na tabela 14, somente os cursos relacionados com a formação de mão de obra para os principais setores produtivos da região (agronegócios, transformação industrial, sistemas computacionais, gerenciamento de negócios, secretariado, setor imobiliário, construção civil, comércio de atacado e de varejo, dentre outros).

¹²⁴ Nos IFs, cursos técnicos integrados são ofertados na própria instituição, integrados com o Ensino Médio; cursos técnicos concomitantes são ofertados aos alunos que realizam Ensino Médio em outra instituição; e cursos técnicos subsequentes são ofertados aos alunos que tenham concluído o Ensino Médio no próprio IF ou em outra instituição de ensino.

São Lourenço do Oeste	Técnicos concomitantes e subsequentes	Vendas
		Administração
		Informática para internet
		Agronegócio
São Miguel do Oeste	Superior – Bacharelado	Agronomia
	Superior de tecnologia	Tecnologia em Alimentos
	Técnicos concomitantes, subsequentes e integrados	Agropecuária
		Eletromecânica
		Administração
Alimentos		
Xanxerê	Superior – Bacharelado	Engenharia mecânica
	Técnicos concomitantes, subsequentes e integrados	Agroindústria
		Fabricação mecânica
		Alimentos
		Informática
Mecânica		
Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Inovação Catarinense – IFC		
Abelardo Luz	Técnicos concomitantes, subsequentes e integrados	Agropecuária
Concórdia	Superior – Bacharelado	Agronomia
		Medicina Veterinária
		Engenharia de Alimentos
Fraiburgo	Superior de tecnologia	Análise e desenvolvimento de sistemas
	Técnicos integrados e subsequentes	Informática
		Administração
		Segurança do trabalho
Luzerna	Superior – Bacharelado	Engenharia mecânica
		Engenharia de controle e automação
	Técnicos subsequentes e integrados	Automação industrial
		Segurança do trabalho
Videira	Superior – Bacharelado	Agronomia
		Ciência da computação
		Engenharia elétrica
	Técnicos subsequentes e integrados	Eletrotécnica
		Agropecuária
		Segurança do trabalho
		Eletrônica
		Eletroeletrônica
Segurança do trabalho		
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC¹²⁵		
Chapecó	Mestrado acadêmico	Zootecnia
	Superior – Bacharelado	Zootecnia – ênfase em produção animal sustentável
Pinhalzinho	Mestrado acadêmico	Ciência e tecnologia de alimentos
	Superior – Bacharelado	Engenharia de alimentos

¹²⁵ A reitoria da UDESC localiza-se em Florianópolis; no entanto, a universidade atua em todas as regiões do estado de Santa Catarina, sendo que no Oeste do estado possui apenas dois campi: Chapecó e Pinhalzinho.

		Engenharia química
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS¹²⁶		
Chapecó	Superior – Bacharelado	Administração
		Agronomia
		Ciência da computação
		Engenharia ambiental e sanitária

Fonte: Site de cada instituição (IFSC, IFC, UDESC e UFFS)

Conforme aponta a tabela 14, a presença do Estado (considera-se as instituições de ensino com estrutura de produção científica em níveis federal e estadual) a partir das instituições de ensino em funcionamento na região Oeste catarinense é notável, no que diz respeito à oferta de cursos de pós-graduação, superior, superior de tecnologia e técnicos, através da UDESC, UFFS, IFSC e IFC. Todas essas instituições nasceram ou foram fortalecidas após 2005, quando sobretudo o governo federal ampliou a política de expansão do ensino técnico, tecnológico, superior e da pós-graduação em todo o Brasil. A região Oeste catarinense, no ano de 2020, apresentou uma estrutura de qualificação profissional ligada aos governos federal e estadual, nas quais é possível identificar o funcionamento de 6 campi do IFSC, 4 campi do IFC, 1 campus da UFFS e 2 campi da UDESC. Ao todo, essas quatro instituições ofertam 65 cursos, entre técnicos, superiores, superiores de tecnologia e de pós-graduação. Destes, 39 são cursos técnicos (nas modalidades integrado com Ensino Médio, subsequente ao Ensino Médio e Concomitante ao Ensino Médio), 22 são cursos superiores, 2 são cursos superiores de tecnologia e 2 são cursos de pós-graduação em nível de mestrado.

Cabe ressaltar que além da importância dessas instituições e desses cursos para qualificação da mão de obra, a instalação das mesmas permitiu que um número significativo da população permanecesse na região, o que em anos passados era impossível e fazia muitas pessoas, principalmente jovens, migrarem para o litoral e outros estados em busca da qualificação profissional. Junto disso, o contingente de salários consideráveis injetados nos municípios que sediam as instituições de ensino federal e estadual também contribuiu para dinamização da economia regional, através do consumo dos produtos da região, o que acabou fomentando possibilidades novas de investimentos a partir de uma demanda criada e fortalecida por esses salários (professores, técnicos, estagiários, etc) que antes não existiam.

Dessa maneira, destaca-se a atuação do Estado no Oeste catarinense através das instituições de ensino, sendo elas responsáveis pela formação de mão de obra qualificada a ser

¹²⁶ A UFFS é uma universidade multicampi, com presença nos três estados do Sul do Brasil. No entanto, seu maior campus em oferta de cursos de graduação e pós-graduação localiza-se em Chapecó, assim como sua reitoria.

empregada nos setores produtivos da região (há estudantes que, ao se formarem, buscam outros espaços para atuar, em outras regiões do Brasil. No entanto, conforme relato coletado dos Secretários de Desenvolvimento Econômico dos municípios de Chapecó e São Miguel do Oeste, em trabalhos de campo, a grande maioria dos estudantes formados nas instituições de ensino citadas conseguem trabalho nas empresas da região). Neste sentido, cabe frisar que os Institutos Federais são centros de qualificação técnica e tecnológica de excelência, reconhecidos no Brasil e no mundo pela sua competência no ensino e na capacitação profissional, desenvolvimento de projetos e pesquisas ligados aos setores produtivos mais pujantes em cada localidade em que os campi estão instalados. Muitas empresas possuem parcerias com os institutos e com as universidades, de maneira que os alunos e professores podem desenvolver suas pesquisas e estágios em parceria com elas. Há casos em que o bom desempenho do aluno no período de realização do estágio cria para ele a possibilidade de ser contratado com vínculo empregatício formal pela empresa em que atuou como estagiário.

Ademais, com auxílio das informações da tabela 14, pode-se inferir que as Universidades e os Institutos Federais oferecem cursos diferentes, dependendo do local de atuação. Isso é resultado da política de governo que implementou e expandiu as UFs (Universidades Federais) e os IFs (Institutos Federais) no Brasil e na região, haja vista que, antes da instalação dos campi, foram realizados estudos de viabilidade técnica, de maneira que cada campus pudesse atuar na capacitação profissional que gerasse mão de obra possível de ser absorvida em cada cidade, de acordo com os segmentos produtivos predominantes. Nota-se que, em toda a região Oeste catarinense, a capacitação profissional ocorre em diversas áreas, como nos agronegócios (agricultura e pecuária), nas engenharias (elétrica, eletrônica, da computação, mecânica, civil, de automação, ambiental, de alimentos e química), assim como nas áreas de segurança do trabalho, logística, administração de empresas, informática, plásticos, desenho técnico, sistemas de informação, controle de qualidade da produção, gerenciamento de vendas, controle de estoques, dentre outros.

A atuação das instituições públicas na capacitação profissional nas mais diversas áreas do conhecimento é um dos argumentos que comprova a tese de que a dinâmica geoeconômica do Oeste catarinense deixou de estar baseada apenas no setor agroalimentar, e passou a atuar, concomitantemente aos agronegócios, naqueles setores indispensáveis para a operação de novas atividades produtivas, mas também dos próprios agronegócios. Acontece que os agronegócios passaram, conforme demonstrado sobretudo no capítulo dois, por intensa reestruturação produtiva. Dado que os agronegócios se configuram num setor de relevo

econômico considerável para a região, constata-se, para além disso, que há um conjunto de áreas ligadas à transformação industrial, à logística, ao comércio e aos serviços que merecem ser destacados. Assim, cada um desses setores conta com a operação de diferentes agentes econômicos, os quais atuam na organização do espaço.

Paralelamente à relevância das diferentes áreas de formação profissional encontradas nas diferentes instituições públicas de ensino, está a questão da espacialização da atuação dos diferentes campi das quatro instituições presentes na região. Com auxílio do mapa 30, é possível perceber que, além do papel cumprido pelo Estado na qualificação profissional da mão de obra, existiu a preocupação espacial de implantação dos campi de IFs e UFs. Neste sentido, essa preocupação com a espacialização dos campi levou em conta a localização das cidades com carência de mão de obra qualificada. Com isso, embora o mapa 30 aponte para uma espacialização dos campi mais ou menos bem distribuída pelas áreas do Oeste catarinense, nota-se que, no extremo oeste (fronteira com a Argentina – Mapa 30), somente a cidade de São Miguel do Oeste aparece com um campus do IFSC (e sem a presença de campus universitário). Essa área ao extremo oeste da região Oeste catarinense poderia ser palco de atuação de mais campi de IF e de UF, haja vista que as cidades como Maravilha, Itapiranga e São José do Cedro, além de São Miguel do Oeste, por exemplo, abrangem um conjunto de atividades econômico-produtivas ligadas ao comércio, aos serviços, à indústria e aos agronegócios, que carecem de mão de obra melhor qualificada, assim como projetos de pesquisa que possam melhorar a produtividade do trabalho, o desempenho econômico-produtivo dos agronegócios e da capacidade industrial instalada.

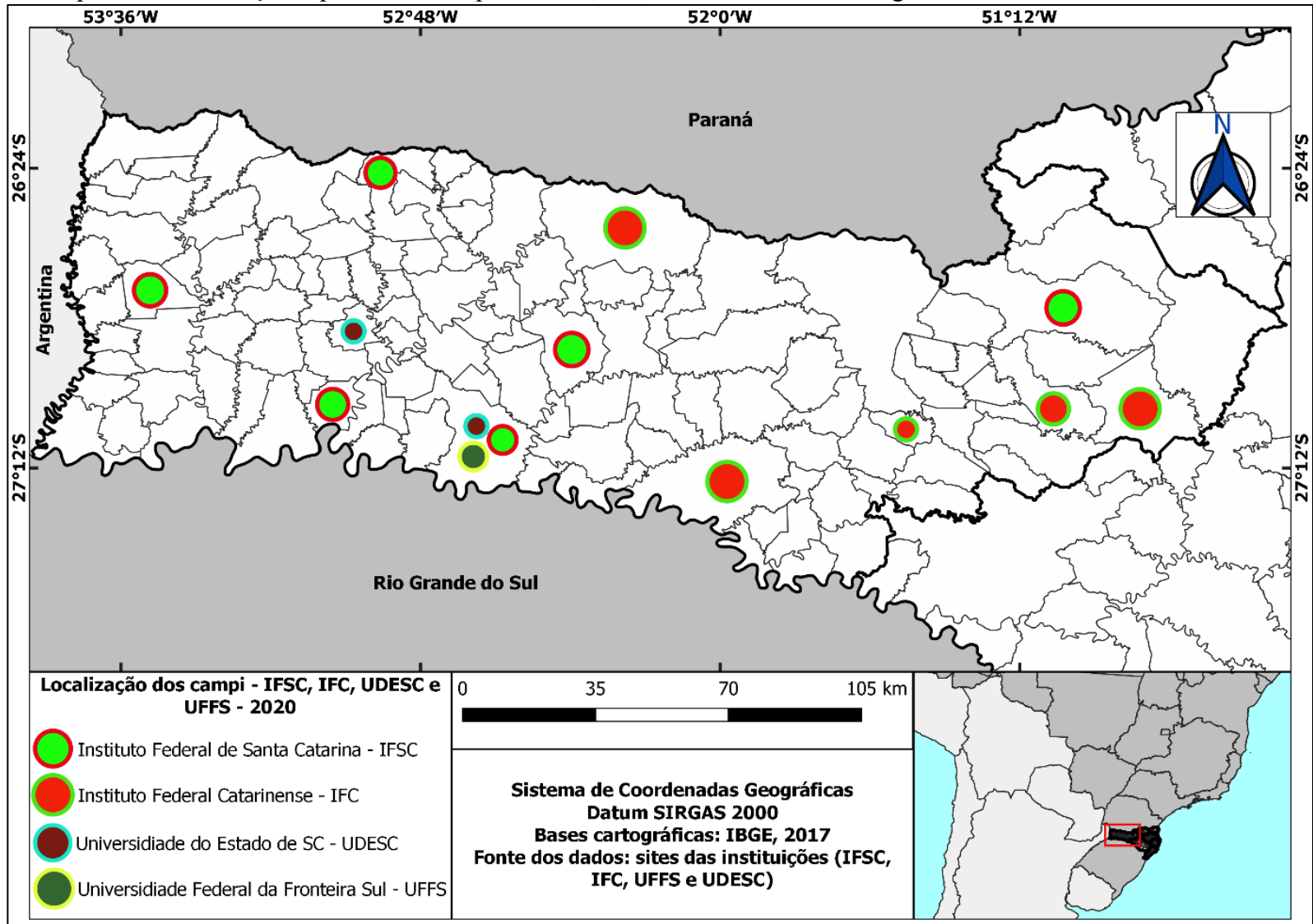
No mesmo sentido, a área considerável entre Xanxerê e Luzerna também se apresenta com ausência de campus de IF e UF (Mapa 30). Nesta área, o município de Joaçaba, por exemplo, poderia ser local de funcionamento de uma instituição pública de ensino, pois, além de se tratar de uma cidade que cumpre papel centralizador de serviços e ocupação de mão de obra do seu entorno, possui, no setor industrial de processamento de madeiras (pinus e eucalipto), carência de mão de obra qualificada. Por outro lado, nota-se que há áreas da região bem servidas pelo Estado com diversos campi que formam mão de obra qualificada demandada. O município de Chapecó é o único da região no qual se localizam três campi de diferentes instituições (IFSC, UFFS e UDESC). Isso ocorre em função de se tratar da cidade com a maior concentração populacional da região (cerca de 220 mil habitantes), com o maior número de empresas da região (cerca de 10 mil empresas) e, portanto, com os setores de

comércio, serviços e indústria mais pujantes. Isso gera, por consequência, a necessidade de formação de mão de obra qualificada em maior número da região.

Ademais, a cidade de Chapecó acaba contribuindo para formação de mão de obra qualificada para outras cidades da região, uma vez que é onde encontra-se a infraestrutura de laboratórios mais avançados, de empresas para realização dos estágios, etc. Assim, ao mesmo tempo em que Chapecó concentra e dá opção à região, para aperfeiçoamento e formação de mão de obra qualificada, também faz com que outras áreas continuem ausentes das instituições de ensino públicas. Esse pode ser considerado um dos fatores que propicia o desenvolvimento desigual na região, uma vez que se verifica a ausência de equidade na formação profissional nas áreas da região em que o número de empresas é considerável.

Neste sentido, no mapa 30, é possível visualizar a distribuição espacial dos diferentes campi das quatro instituições públicas (federais e estadual – IFSC, IFC, UFFS e UDESC) que apareceram na tabela 14. Com isso, pode-se ter a noção espacial da distribuição dessas instituições nas áreas do Oeste catarinense.

Mapa 30 – Distribuição espacial dos campi do IFSC, IFC, UFFS e UDESC na região Oeste catarinense – 2020



Fonte: Sites de cada instituição (IFSC, IFC, UDESC e UFFS)

Além do exposto, vale frisar que todos os campi universitários e de institutos federais atualmente em atividade na região Oeste catarinense foram instalados depois da entrada de Lula na presidência da república¹²⁷. Portanto, antes de 2004 nenhum dos campi que aparecem no mapa 30 existia. A região Oeste catarinense era desassistida de instituições públicas (estaduais e federais) de atuação na formação de mão de obra qualificada. Na atuação em pesquisa agropecuária, o Estado, antes de 2004, fez-se presente na região somente no município de Concórdia, através da implementação de uma unidade da Embrapa, em 1975, ano em que o Brasil ainda estava sob regime da ditadura militar. Inicialmente, essa unidade atuou na pesquisa de suínos e, mais tarde, a partir de 1978, passou a atuar também na pesquisa de aves, especialmente frangos e perus. Atualmente, a unidade da Embrapa de Concórdia é conhecida em todo o Brasil como Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves, servindo de base para pesquisas ligadas ao melhoramento genético dos animais. Mesmo que sua instalação tenha ocorrido na década de 1970, deve-se ressaltar que nos anos 1990 a Embrapa, em todo o Brasil, passou por um processo de sucateamento das estruturas físicas e drástica diminuição das verbas para pesquisa científica. A partir de 2004, a empresa voltou a receber recursos do governo federal em quantidades razoáveis, capazes de retomar muitas pesquisas estacionadas.

Neste sentido, o papel do Estado é fundamental, sem o qual seria difícil imaginar que os agentes econômicos de organização do espaço pudessem atuar da maneira como atuam. Assim, sem essa estrutura de qualificação de mão de obra mantida pelo Estado, os segmentos produtivos ligados aos setores da indústria de transformação, por exemplo, atuariam com enormes dificuldades, caso a mão de obra de qualidade fosse escassa. Eles (agentes econômicos de organização do espaço) até mesmo poderiam deixar de atuar em locais onde atuam, pois, a mão de obra qualificada, mesmo que a tecnologia tenha tomado espaço de muitos trabalhadores, continua sendo elemento essencial para que determinada firma escolha se instalar em uma localidade e possa permanecer em operação.

Ademais, ao passo que ocorreu o aumento do uso da tecnologia nos processos produtivos, substituindo mão de obra humana, esse processo também gerou a demanda por mão de obra mais qualificada, ou seja, deixou de se tratar de uma mão de obra que pudesse ser desempenhada por uma pessoa sem ou com pouco conhecimento técnico e passou a se

¹²⁷ O IFSC, campus São Miguel do Oeste, foi inaugurado em 2011, campus Caçador em 2011, campus Chapecó em 2006, campus Xanxerê em 2010, campus São Lourenço do Oeste em 2014, campus São Carlos em 2015. Já o IFC, campus Concórdia, foi inaugurado em 2008, campus Luzerna em 2010, campus Fraiburgo em 2012, campus Videira em 2010 e campus Abelardo Luz em 2009. A UFFS, campus Chapecó, iniciou suas atividades no ano de 2010. A UDESC, campus Chapecó, iniciou as atividades no ano de 2004, assim como o campus de Pinhalzinho. O município de Palmitos chegou a ser contemplado com um campus da UDESC, mas encerrou as atividades em 2012 (informações retiradas do histórico de cada campus em suas webs páginas institucionais).

tratar do uso de mão de obra cada vez mais qualificada, ou seja, cada vez mais especializada. Volta-se, para exemplificar, ao relato coletado em trabalho de campo realizado no município de Pinhalzinho-SC, em julho de 2020, onde um gestor público entrevistado argumentou que o principal fator que fez a cidade crescer e estar entre os maiores índices econômicos e de atração populacional da região Oeste catarinense entre os anos 2005 e 2012 foi o fato de o município ofertar para as empresas uma estrutura de qualificação de mão de obra. Segundo o entrevistado, trata-se de um atributo pouco encontrado pelas empresas em outros municípios da região. Portanto, as empresas escolhem o município para se instalar em função da oferta de mão de obra qualificada. Junta-se a este relato a constatação feita a partir do mapa 30, o qual demonstra que Pinhalzinho é um dos únicos municípios do Oeste catarinense a sediar, via campus universitário da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), um campus universitário com cursos superiores e de pós graduação na área de processamento de alimentos e da química.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o Estado é um agente que atua na organização do espaço, sua atuação permite que as firmas empresariais atuem nos diferentes setores produtivos e, portanto, produzem o espaço, passando a atuar nele com mais intensidade. Quando o Estado atua no sentido de manter em boas condições e instala novas instituições de ensino para oferecer mão de obra qualificada, mantém as vias de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, aeroportos) em boas condições, concede longos períodos de isenções fiscais e doa terrenos para instalação das empresas, ele está criando as condições necessárias para que essas firmas empresariais privadas que atuam numa determinada região possam permanecer e se expandir. Isso garante às firmas o aumento das taxas de lucro, advindas diretamente das condições fornecidas pelo Estado, mas também da possibilidade que elas encontram de produzir mercadorias a custo mais barato. Portanto, pode-se afirmar que, nos locais (cidades) em que o Estado está mais presente e mostra-se mais atuante, também são os locais nos quais o poder econômico movido pelas empresas privadas se concentra e consegue agir no espaço regional.

Corrêa (1995) destaca que esses locais onde o poder econômico se encontra concentrado são os locais que tomam as decisões e, conseqüentemente, interferem diretamente na organização do espaço. Trata-se daquelas cidades onde se localizam diversos órgãos do Estado (bancos, instituições de ensino, ministério público, justiça eleitoral, comarca de fórum de justiça e outras empresas públicas) e, ao mesmo tempo, essas mesmas cidades se configuram em locais onde se localizam as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou

indiretamente um dado espaço regional, que fica sob o controle de determinadas cidades, através das empresas e dos órgãos de Estado nelas sediadas. Dessa maneira, a concentração dos órgãos de Estado e de sedes de empresas em uma mesma cidade atuam em convergência. Esta constatação pode ocorrer, além do já exposto sobre a atuação do Estado via instituições de ensino que qualificam mão de obra, a partir da tabela 15, a qual apresenta o número de empresas por município, o PIB por município a preços correntes e o número de instituições públicas e privadas de ensino médio e ensino superior por município.

Ao permitir visualizar o número de empresas por município, bem como o desmembramento desse número apontando a quantidade de matrizes e a quantidade de filiais das empresas, a tabela 15 permite a comparação entre os dados dos municípios da região que possuem maior número de empresas. Os dados referentes ao setor empresarial são fornecidos pela Receita Federal do Brasil (RFB) e podem ser encontrados no DataSebrae – uma plataforma do Sebrae que permite acesso ao número de empresas por estados e por municípios.

Tabela 15 – Número total de empresas (matriz e filial – 2020), PIB a preços correntes (R\$ x mil – 2018) e instituições de ensino público e privado (médio e superior – 2018) que atuam nos municípios do Oeste catarinense (2018)¹²⁸

Município	Empresas no município (2020)			PIB a preços correntes R\$ (x mil – 2018)	Número de estabelecimentos de ensino médio (público e privado – 2018)	Número de estabelecimentos de ensino superior (público e privado – 2018)
	Total	Matriz	Filial			
Chapecó	26.391	25.113	1.278	9.602.337	29	22
Concórdia	7.037	6.675	362	3.349.381	11	9
Xanxerê	7.025	6.750	275	1.703.710	8	5
Caçador	6.204	5.808	396	3.298.867	10	8
Videira	5.701	5.355	346	2.427.864	7	9
São Miguel do Oeste	5.075	4.842	233	1.521.972	11	9
Joaçaba	3.987	3.706	281	1.929.064	6	5
Maravilha	3.220	3.069	151	1.288.638	1	3
São Lourenço do Oeste	2.929	2.795	134	960.834	2	3
Xaxim	2.839	2.728	111	947.825	3	3
Pinhalzinho	2.661	2.521	140	1.122.662	3	4
Fraiburgo	2.502	2.885	217	925.584	7	6
Capinzal	2.111	1.973	138	833.964	2	2
Seara	1.646	1.539	107	799.913	4	0
Total	79.328	75.759	3.569	30.712.615	104	88

Fonte: DataSebrae (2020). INEP, 2018. SED/SC, 2018

Os dados da tabela 15 apontam que os quatorze municípios do Oeste catarinense com maior número de empresas totalizaram, em 2020, mais de 79,3 mil empresas. Esse número correspondeu a 60,09% do total de empresas existentes nos 118 municípios do Oeste catarinense. Pode-se afirmar, com isso, que as empresas, independentemente do seu porte, estão em maior número nos municípios mais populosos e com os maiores PIBs da região. O PIB dos quatorze municípios da tabela 15 somados, resultou, em 2018 (IBGE, 2018), em mais de R\$30,7 bilhões, o que correspondeu a 61,3% do PIB da região Oeste catarinense. Esse dado permite afirmar que a geração de riqueza da região encontra-se mais concentrada naqueles municípios com maior número de empresas (ainda assim, deve-se levar em conta que os dados do número de empresas por município é de 2020, enquanto os dados do PIB é de 2018 – último ano dos dados disponíveis no IBGE).

¹²⁸ Os municípios da tabela 15 foram selecionados sob o critério do maior número de empresas por município. Foi considerado somente os quatorze municípios com mais empresas da região Oeste catarinense, de acordo com os dados do DataSebrae, coletados junto à Receita Federal do Brasil (RFB).

No entanto, esse entendimento é inválido para Caçador, por exemplo, que possui número de empresas menor que Xanxerê, mas seu PIB é maior do que Xanxerê. Esse tipo de constatação leva ao indicativo de que em Caçador há maior número de empresas de grande porte, responsáveis por maior geração de riqueza. Essa pode ser uma das explicações dadas para municípios que, embora tenham valor expressivo em seu PIB, possuem número de empresas menor se comparado a municípios menores em valor de PIB e no número de habitantes. Essa análise também é válida para Videira, que possui número de empresas menor do que Xanxerê, mas apresentou PIB maior. Também é válido para Joaçaba em relação a São Miguel do Oeste, que possui número consideravelmente menor de empresas, mas seu PIB é maior. Ademais, esse tipo de análise exige que seja levado em consideração uma série de fatores, a começar por quais setores produtivos as empresas em geral se especializaram. Se for um setor produtivo que envolve maior valor agregado, há grandes possibilidades de, mesmo que predominem as empresas de pequeno porte, por exemplo, a riqueza produzida ser mais significativa. Por outro lado, um número elevado de empresas de grande porte, mas produzindo produtos de baixo valor agregado, pode levar a um menor montante de riqueza produzido.

Na tabela 15, chama atenção o fato de que, em todos os municípios da tabela, o número de empresas que possuem suas matrizes nos referidos municípios é muito superior ao número de empresas instaladas nos municípios que são consideradas filiais. Em Chapecó, por exemplo, do total de 26,3 mil empresas, mais de 25 mil são matrizes. Em Maravilha, do total de 3,2 mil empresas, cerca de 3,06 mil são matrizes. Essa constatação é mais ou menos similar para todos os municípios da tabela 15, o que demonstra que os municípios da região Oeste catarinense forjaram na característica regional e no burburinho social uma espécie de empreendedorismo empresarial, uma vez que a grande maioria das empresas em operação nos municípios da região foram formadas na própria região.

Outro ponto a ser destacado em relação à tabela 15 é sobre o número de estabelecimentos de ensino médio (considera-se a soma total, isto é, públicos e privados) e o número de estabelecimentos de ensino superior (se considera a soma total, ou seja, públicos e privados). Ao relacionar esses dados com a necessidade da região de formação de mão de obra qualificada, que possivelmente é ocupada nos diferentes segmentos produtivos das empresas, nota-se alguns municípios com problemas em relação ao número de instituições que formam essa mão de obra. É o caso, por exemplo, de Maravilha, um município com PIB acima de R\$1,2 bilhão, com mais de 3,2 mil empresas, mas que possui apenas uma instituição

de ensino médio e 3 de ensino superior, totalizando 4 instituições de ensino em potencial para formação de mão de obra qualificada. Por outro lado, nota-se municípios com PIB menor do que Maravilha e com número menor de empresas, mas com maior oferta de instituições de ensino. Nesse aspecto, pode-se abordar o município de Pinhalzinho, o qual apresentou PIB parecido com o de Maravilha, na casa de R\$1 bilhão, com cerca de 2,6 mil empresas (cerca de 600 a menos que Maravilha), mas com 3 instituições de ensino médio e 4 de ensino superior, totalizando 7 instituições que atuam na formação de mão de obra em Pinhalzinho.

Neste caso, é preciso considerar o fator da localização de Maravilha. Trata-se de um município localizado às margens da BR-282, assim como Pinhalzinho e São Miguel do Oeste, mas entre outros dois municípios que possuem oferta maior de instituições de ensino, sobretudo de ensino superior. Dessa forma, embora Maravilha se configure num município com número expressivo de empresas, pode-se afirmar que a formação da mão de obra que trabalha nas empresas de Maravilha ocorre, possivelmente, em maior número, em outras cidades, como Pinhalzinho (distante 20 quilômetros para Leste de Maravilha) e São Miguel do Oeste (distante 40 quilômetros para Oeste de Maravilha). Essa análise também pode ser aplicada aos dados de empresas da tabela 15 sobre os municípios de Chapecó, Xaxim e Xanxerê, por exemplo, os quais encontram-se numa distância rodoviária pequena um do outro.

Possivelmente Chapecó atrai cifra importante de estudantes de outras cidades, mas, depois de qualificados, eles têm possibilidade de sair de Chapecó para trabalhar. Nesse sentido, as empresas de Xanxerê e Xaxim mostram-se como potenciais receptoras dessa mão de obra formada em Chapecó. No entanto, em cidades como Maravilha, Xaxim e Xanxerê também existem instituições de ensino altamente qualificadas para atuar na formação de mão de obra demandada pelas empresas da região. Mas há, como demonstrado, outras cidades que acabam concentrando a formação da mão de obra em função do maior número de instituições capacitadas para esse fim. Ademais, além das cidades sinalizadas, essa capacidade destacada de formação de mão de obra em função da oferta de maior número de instituições de ensino também pode ser conferida em cidades como Joaçaba, Videira, Fraiburgo e Caçador (tabela 15). Esse conjunto de cidades que concentram considerável número de empresas e de estabelecimentos de ensino vai ao encontro da tese de que se formaram na região diferentes economias de aglomeração.

Além disso, os dados que tratam do porte das empresas que atuam no Oeste catarinense permitem mais algumas constatações. Conforme a tabela 16, os dados sobre o

número de empresas por porte (MEI = Micro Empresa Individual, ME = Micro Empresa, EPP = Empresa de Pequeno Porte e Demais = empresas de médio e grande porte), considerando-se os mesmos municípios da tabela 15, indicam que a maioria do número de empresas de pequeno porte (MEI e ME), proporcionalmente, está localizado nas cidades maiores, como Chapecó, Concórdia e Xanxerê (Tabela 16).

Tabela 16 – Número de empresas em atuação por porte nos municípios com maior número de empresas da região Oeste catarinense (2020)

Município	Porte da empresa				Total de empresas por município
	MEI (Micro Empresa Individual) ¹²⁹	ME (Micro Empresa) ¹³⁰	EPP (Empresa de Pequeno Porte) ¹³¹	Demais ¹³²	
Chapecó	10.549	10.916	1.891	3.035	26.391
Concórdia	2.349	3.125	832	731	7.037
Xanxerê	3.291	2.772	320	642	7.025
Caçador	2.279	2.961	421	543	6.204
Videira	2.329	2.437	399	536	5.701
São Miguel do Oeste	2.391	1.916	401	367	5.075
Joaçaba	1.172	1.972	315	528	3.987
Maravilha	1.595	1.164	193	268	3.220
São Lourenço do Oeste	1.189	1.408	120	212	2.929
Xaxim	1.103	1.317	188	231	2.839
Pinhalzinho	1.281	1.005	153	222	2.661
Fraiburgo	852	1.275	139	236	2.502
Capinzal	789	1.018	163	141	2.111
Seara	757	584	171	134	1.646
Total da tabela	31.926	33.870	5.706	7.826	79.328
Total da região	56.156	56.209	8.795	11.244	132.404

Fonte: DataSebrae, 2020.

Conforme aponta a tabela 16, há uma “equidade” no número de empresas por município no que diz respeito aos portes de micro empreendedor individual (31,9 mil nos municípios da tabela 16 e 56,1 mil nos municípios da região Oeste catarinense) e de micro

¹²⁹ É a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como Pequeno Empresário. O Microempreendedor pode assumir um único empregado, sem ser sócio ou titular de outra empresa. O faturamento bruto anual dessa modalidade é igual ou inferior a R\$81.000,00.

¹³⁰ Sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrado nos órgãos competentes que aufera em cada ano calendário o faturamento bruto igual ou inferior a R\$360.000,00 e superior a R\$81.000,00.

¹³¹ A empresa de pequeno porte permanecerá no seu enquadramento se obtiver adicionais de receitas de exportação, até o limite de R\$4.800.000,00. Seu faturamento bruto anual é inferior ou igual a R\$4.800.000,00 e superior a R\$360.000,00.

¹³² Dados referentes à quantidade de médias e grandes empresas, com faturamento bruto anual acima de R\$4,8 milhões.

empresa (33,8 mil nos municípios da tabela 16 e 56,2 mil nos municípios da região Oeste catarinense). Apesar de o Oeste catarinense ser geograficamente a região mais afastada dos grandes centros empresariais do estado de SC, situados, na sua maioria, no litoral do estado, verificou-se número expressivo de empresas na região, sobretudo de pequeno porte, sendo também desse porte as empresas que predominam no Brasil e em SC (SEBRAE, 2020). Dessa maneira, o porte de empresas com menor representação na região Oeste catarinense foi o de EPP (Empresa de Pequeno Porte), totalizando 5,7 mil nos municípios da tabela 16 e 8,7 mil no acumulado da região. Por sua vez, as empresas que englobam portes médio e grande totalizaram mais de 7,8 mil nos municípios da tabela 16 e 11,2 mil nos municípios da região Oeste catarinense.

A característica da concentração econômica em alguns municípios da região Oeste catarinense continua presente quando considerados os dados sobre o número de empresas registradas por município (Tabela 16). Do total de 118 municípios da região, os quatorze municípios que aparecem na tabela 16 concentram 56,8% das micro empresas individuais da região, 60,2% das micro empresas da região, 64,8% das empresas de pequeno porte da região e 69,6% das médias e grandes empresas da região. Paralelamente, esses dados permitem afirmar que, à medida que o porte das empresas aumenta, também aumenta a concentração das mesmas nos municípios da tabela 16, e à medida que o porte da empresa diminui, também diminui a concentração do número de empresas sobre os municípios da tabela 16. Assim, pode-se inferir que, apesar de as empresas de menor porte estarem proporcionalmente em maior número nos municípios da tabela 16, elas, em participação percentual por município, se fazem mais presentes nos pequenos municípios da região do que as empresas de grande porte, as quais se fazem mais presentes nos municípios de maior porte (em população e em PIB). Isso ocorre em função de uma série de questões, como: maior oferta de mão de obra nos municípios mais populosos, maior número de instituições para qualificação da mão de obra nesses municípios, sistema de transporte urbano coletivo (inexistente nos pequenos municípios da região), proximidade de mercados consumidores mais pujantes, dentre outros fatores.

Na média, considerando todos os diferentes portes de empresas (Tabela 16), os quatorze municípios são responsáveis por abrigar 62,85% das empresas em atuação na região Oeste catarinense. No entanto, como sinalizado, o número de empresas de pequeno porte são os mais relevantes se comparado às empresas de médio e grande porte. Uma constatação que pode ser agregada aos argumentos que respondem sobre o porquê de os microempreendedores

individuais participarem com relevância em relação ao número total de empresas é o fato de, no ano de 2008, ter sido aperfeiçoada a lei do empreendedor individual. A partir da Lei complementar nº 128/2008 (sancionada pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva), que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei complementar nº 123/2006), criou-se a figura do Microempreendedor individual. Com isso, abriu-se a possibilidade para que muitos trabalhadores autônomos passassem a ter o registro da sua micro empresa individual. Ademais, a formalização do microempreendedor individual em pequeno empresário passou a proporcionar diferentes maneiras de os mesmos venderem seus produtos, bem como passou a facilitar a compra de equipamentos de trabalho com valores mais baixos, pelo simples fato de possuir o registro de microempreendedor individual. É importante ressaltar que essa iniciativa partiu do Estado, mas considerou expressiva demanda dos trabalhadores autônomos ao governo.

Em termos da representação dos municípios em número de empresas, chama atenção a superioridade do número de empresas em Chapecó, sendo 26,3 mil no total. Somente Chapecó é sede de 19,9% das empresas do Oeste catarinense e de 33,2% das empresas situadas nos quatorze municípios da tabela 16. Concórdia e Xanxerê são dois municípios que possuem número total de empresas semelhante, sendo que cada um concentra cerca de 5,3% das empresas do Oeste catarinense e 8,8% das empresas situadas nos municípios da tabela 16. Caçador é responsável por sediar 4,6% das empresas do Oeste catarinense e 7,8% das empresas dos municípios da tabela 16. Videira é responsável por sediar 4,3% das empresas da região Oeste catarinense e 7,2% das empresas dos municípios da tabela 16. São Miguel do Oeste concentra 3,8% das empresas da região Oeste catarinense e 6,4% das empresas dos municípios da tabela 16. Os demais municípios da tabela 16 representam participações menores sobre o total de empresas da região Oeste catarinense e dos próprios municípios da tabela 16, sendo, respectivamente, as seguintes porcentagens de participação em relação à região Oeste catarinense e aos municípios da tabela 16: Joaçaba (3% e 5%), Maravilha (2,4% e 4,1%), São Lourenço do Oeste (2,2% e 3,7%), Xaxim (2,1% e 3,6%), Pinhalzinho (2% e 3,3%), Fraiburgo (1,8% e 3,1%), Capinzal (1,6% e 2,6%) e Seara (1,2% e 2%).

Consequente, na tabela 17, é possível continuar com a análise sobre o número de empresas por município. No entanto, diferentemente da tabela 16, agora considera-se o número de empresas por atividade econômica. Ressalta-se que, para fins de sistematização dos dados, foram considerados somente as doze atividades econômicas com maior número de empresas nos municípios da tabela 17.

Tabela 17 – Número de empresas por atividade econômica nos municípios com maior número de empresas da região Oeste catarinense (2020)

Município	Número de empresa por atividade econômica ¹³³											
	Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	Obras de alvenaria	Promoção de vendas	Transporte rodoviário de carga ¹³⁴	Cabeleireiro, manicure e pedicure	Incorporação de empreendimentos imobiliários	Serviços de manutenção e reparação de veículos automotores	Serviços de pintura de edifícios em geral	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Instalação e manutenção elétrica	Comércio varejista de mercadorias em geral (produtos alimentícios : minimercados, mercearias e armazéns)	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
Chapecó	1.394	1.102	827	827	824	428	424	423	418	410	337	340
Concórdia	301	203	155	633	182	79	96	112	93	116	100	97
Xanxerê	361	477	176	70	237	52	119	125	94	101	118	91
Caçador	416	224	83	232	116	27	93	83	115	82	207	83
Videira	329	310	74	251	188	25	106	84	138	90	115	49
SMO¹³⁵	280	238	134	175	194	29	66	103	79	86	73	80
Joaçaba	184	104	100	118	132	47	34	49	114	58	60	33
Maravilha	174	160	69	218	113	27	49	65	49	53	50	38
SLO¹³⁶	154	200	50	344	106	16	27	42	56	30	56	39
Xaxim	141	124	69	303	83	29	33	36	50	44	57	45
Pinhalzinho	140	197	72	104	77	21	43	52	39	41	34	28

¹³³ Considera-se que, para o total de empresas da região Oeste catarinense, o número de empresas com atividade econômica indefinida foi de 3.561. Outros segmentos econômicos com número considerável de empresas na região Oeste catarinense, além dos que aparecem na tabela 17, são: restaurantes e similares (1.614 empresas); atividades de estética e outros serviços de cuidado com beleza (1.540 empresas); fabricação de móveis com predominância de madeira (1.250 empresas); construção de edifícios (1.134 empresas); transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal (1.132 empresas); serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores (1.127 empresas) e comércio varejista de bebidas (1.118 empresas).

¹³⁴ Exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

¹³⁵ São Miguel do Oeste.

¹³⁶ São Lourenço do Oeste.

Fraiburgo	181	52	31	111	96	18	45	19	55	31	70	35
Capinzal	145	130	22	118	80	29	29	36	54	13	83	45
Seara	86	108	24	153	48	24	14	24	30	20	21	36
Total da tabela	4.286	3.629	1.886	3.657	2.476	851	1.178	1.253	1.384	1.175	1.381	1.039
Total da região	7.448	7.163	2.567	7.434	4.010	1.029	2.013	2.062	2.540	1.787	2.801	1.708

Fonte: DataSebrae, 2020.

Conforme a tabela 17, no ano de 2020, os segmentos econômicos que mais apresentaram número de empresas na região Oeste catarinense foram: 1) comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios (7.448 empresas); 2) transporte rodoviário de carga (7.434 empresas); 3) obras de alvenaria (7.163 empresas); 4) cabeleireiro, manicure e pedicure (4.010 empresas); 5) empresas com atividade econômica não informada (3.561 empresas); 6) comércio varejista de mercadorias em geral: produtos alimentícios, minimercados, mercearias e armazéns (2.801 empresas); 7) promoção de vendas (2.567 empresas); 8) lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (2.540 empresas); 9) serviços de pintura de edifícios em geral (2.062 empresas); 10) serviços de manutenção e reparação de veículos automotores (2.013 empresas); 11) instalação e manutenção elétrica (1.787 empresas); 12) comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores (1.708 empresas); 13) incorporação de empreendimentos imobiliários (1.029 empresas).

Os dados do número de empresas por atividade econômica apresentados na tabela 17 permitem mencionar três importantes segmentos econômicos como os que mais concentraram empresas no Oeste catarinense: o segmento do comércio, o segmento dos serviços e o segmento da construção civil. Das onze atividades econômicas que aparecem na tabela 17, todas estão atreladas ao comércio, aos serviços e à construção civil. Até mesmo as atividades econômicas vinculadas ao transporte rodoviário de cargas estão atreladas com a construção civil, comércio e serviços, haja vista que se tratam de itens transportados que servem de base para a movimentação de cargas da construção civil, das mercadorias que saem e que entram na região e dos serviços, principalmente. Ademais, esses dados permitem melhor compreensão da composição do PIB da região, o qual demonstrou expressivo crescimento do setor de comércio e serviços, e queda dos setores da indústria e da agropecuária. A compreensão da fatia do PIB dos setores de comércio e serviços passa pela verificação do número expressivo de empresas nas atividades econômicas ligadas ao comércio e serviços. No entanto, os dados da tabela 17 também demonstram que as atividades econômicas mais representativas do Oeste catarinense, considerando o número de empresas por atividade, se mostraram não diretamente vinculadas ao setor da indústria, a qual paga melhores salários e que, portanto, daria maior dinamismo ao consumo produtivo da região.

Essa constatação, ao mesmo tempo em que permite compreender que a construção civil e os setores econômicos de comércio e serviços deram uma nova face à organização geoeconômica da região, bem como impulsionaram o que muitas vezes se chamou de “novos negócios” nesta tese, também devem ser vistos com cautela, pois trata-se de setores que dependem de políticas econômicas para sobreviver. Assim, paralelamente, esse cenário deixa

de promover o desenvolvimento de indústrias de pequeno e médio porte, uma vez que o setor industrial bastante concentrado é capaz de atender ao setor de comércio e serviços, por mais alta que seja a demanda.

Neste sentido, uma vez que, por exemplo, o salário mínimo deixar de ter poder de compra, os três setores (comércio, serviços e construção civil) que apareceram com maior número de empresas da região também perdem força. Ademais, podem ser considerados como setores vulneráveis, pois, além de não se tratar de setores responsáveis pela produção de bens econômicos para colocar no mercado consumidor, são setores que dependem do consumo de produtos acabados e de serviços prestados. Assim, dependem do poder de compra da população. Com isso, em momentos de crise econômica, esses setores são os que recebem diretamente o impacto da falta de circulação do dinheiro, como pode ser citado o caso dos cabeleireiros, do comércio varejista de produtos de vestuário, dentre outros.

O *boom* econômico vivido pelo Brasil no período 2003-2014 repercutiu por todas as regiões do país. Neste contexto, embora seja verdade a constatação de que, entre as principais atividades econômicas, considerando o número de empresas (Tabela 17), são pequenos os números que apontam uma atividade industrial pujante na região, sobretudo quando se trata da indústria de transformação. Contudo, embora a indústria seja responsável por cerca de 27% do PIB da região Oeste catarinense (IBGE, 2018) e seu crescimento tenha sido inferior ao verificado nos setores de comércio e serviços, é razoável constatar que, em função do modelo de política econômica adotada no Brasil no período 2003-2014, deu-se fôlego aos processos de distribuição de renda, à criação de empregos e ao crescimento econômico pela via do consumo das famílias e a valorização do salário mínimo. Com isso, o crescimento dos setores de comércio e serviços foi notável. Com os três pilares da política macroeconômica do período (distribuição de renda, aumento real do salário mínimo e baixas taxas de desemprego), o reflexo no crescimento do número de negócios nas atividades comerciais, de serviços e da construção civil foi expressivo. No período sinalizado, o aquecimento desses setores deu um novo impulso à economia da região, o que era inverificável desde o final da década de 1980.

Neste contexto, do ponto de vista da competitividade internacional, vale salientar que o comércio com a China, com produtos cada vez mais baratos e muitas vezes de melhor qualidade, serviu como uma luva para suprir a demanda da alta do consumo de produtos que fazem parte dos setores econômicos que mais cresceram no Brasil, ou seja, comércio e serviços. Assim, o fato de o comércio e os serviços terem crescido no Brasil não implicou

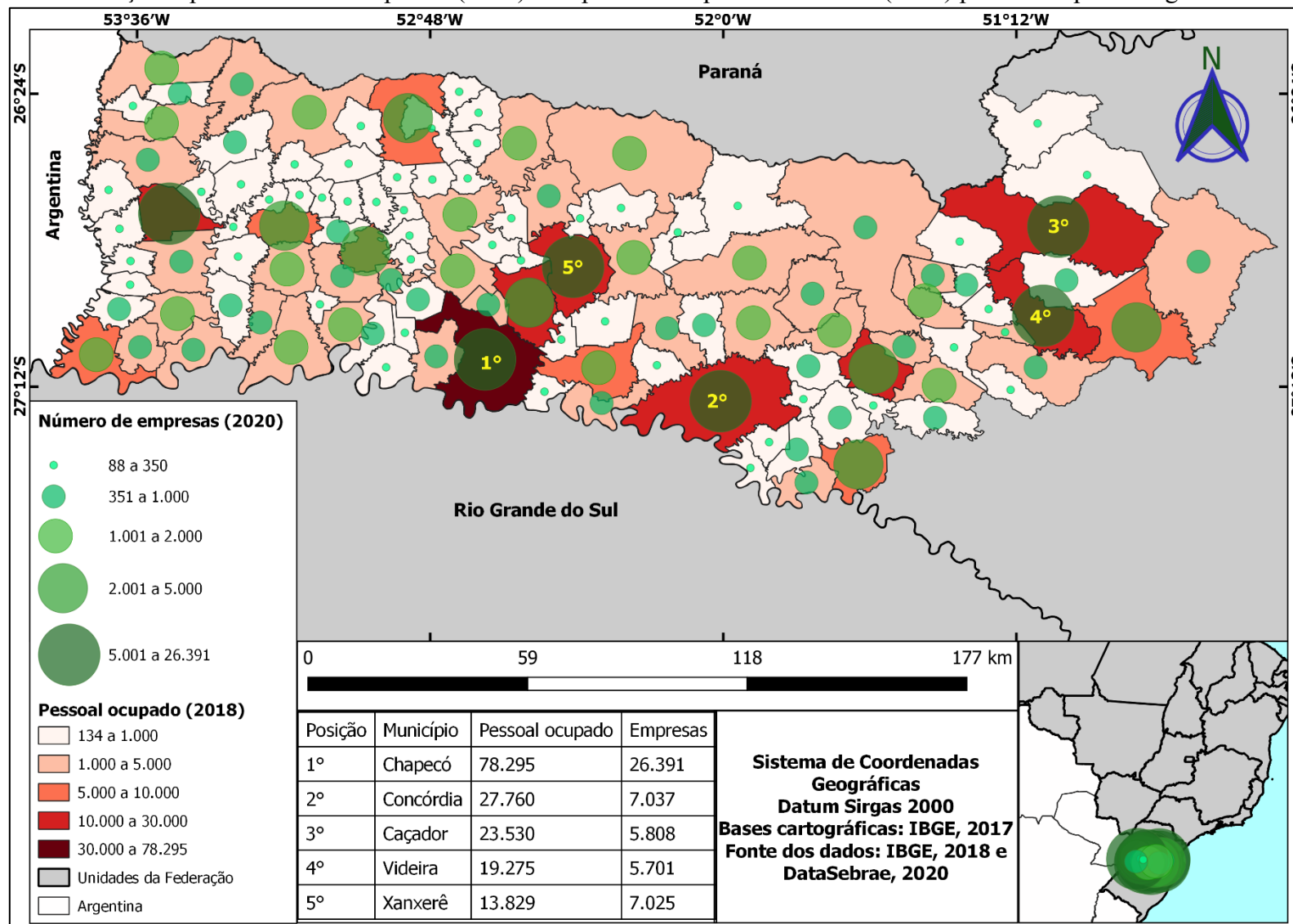
diretamente no crescimento da indústria, pois boa parte dos produtos que movimentaram o crescimento econômico desses setores vieram do Leste asiático, principalmente da China e de outros centros produtivos localizados nos estados do PR, RS e SP, principalmente.

Portanto, aquele cenário de euforia econômico-empresarial do período 2003-2014 passou a se demonstrar de outra maneira após 2016. Um dos fatores que fez com que os impactos da crise econômica brasileira na região Oeste catarinense fossem menores do que poderiam ser foi a característica de a região possuir na indústria de alimentos, metalmeccânica e moveleira uma massa de trabalhadores com vínculo formal de trabalho. Essa constatação permite inferir que uma das linhas estratégicas de atuação do Estado na região deveria ocorrer no setor industrial, pois, se as atividades econômicas vinculadas à indústria de transformação tivessem sido mais fomentadas, poder-se-ia assistir impactos econômico-sociais menos suscetíveis às crises econômicas das quais o Brasil está sujeito. No entanto, conforme constatado pelo número de empresas por atividade econômica nas principais cidades da região, o planejamento estratégico dos investimentos públicos deixou a indústria à margem do crescimento verificado nos serviços, no comércio e na construção civil. Hoje, em função disso, pode-se dizer que, embora o setor industrial esteja fortalecido na região, há capacidade ociosa instalada neste setor, o que é reflexo, para além dos apontamentos já feitos, do que se verifica em escala nacional.

Neste sentido, no ano de 2020, a região Oeste catarinense representou 15,4% do total das empresas em atividade no estado de SC (DataSebrae, 2020). De acordo com a tabela 17, as principais atividades econômicas com maior número de empresas se manifestaram de forma diferenciada de município para município. Nos municípios de Chapecó, Caçador, Videira, São Miguel do Oeste, Joaçaba, Fraiburgo e Capinzal, o segmento econômico com maior número de empresas foi o de comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios. Por outro lado, em Concórdia, Maravilha, São Lourenço do Oeste, Xaxim e Seara, o segmento econômico com maior número de empresas foi o de transporte rodoviário de carga. Já em Xanxerê e Pinhalzinho, o segmento econômico com maior número de empresas foi o de obras de alvenaria. A diferença desses números, que variam de município para município, faz com que Pinhalzinho e Xanxerê, por exemplo, tenham no setor empresarial de obras de alvenaria uma pujança maior, em comparação aos demais municípios da tabela 17.

Neste contexto, a partir do mapa 31 é possível observar a distribuição espacial do número de empresas por município da região Oeste catarinense (DataSebrae, 2020), bem como o número de pessoal assalariado ocupado por município (IBGE, 2018).

Mapa 31 – Distribuição espacial do nº de empresas (2020) e de pessoal ocupado assalariado (2018) por município da região Oeste catarinense



Fonte: DataSebrae (2020), IBGE (2018)

Conforme o mapa 31¹³⁷, a distribuição espacial do número de empresas e do número de pessoal ocupado assalariado por município da região Oeste catarinense indicam a existência de uma relação direta: os municípios com maior número de empresas são aqueles com maior número de pessoal ocupado assalariado. Repetindo posições anteriormente verificadas, o município de Chapecó aparece com o maior número de empresas da região (26,39 mil), bem como de pessoal ocupado assalariado (78,29 mil). Esse elevado número de empresas e de pessoal ocupado assalariado em Chapecó causa efeito consumidor próprio nesta cidade, mas também em outros municípios da região. Ao mesmo tempo, a aglomeração de empresas e de pessoal ocupado em municípios pouco distantes de Chapecó (em um raio de até 100 quilômetros de distância) também contribui para o consumo nesta cidade, que é onde se encontram redes atacadistas e serviços especializados que atendem a região.

De acordo com Marshall (1916, p. 230-235), uma aglomeração setorial de empresas tem diferentes origens, as quais podem estar atreladas à existência de determinados recursos naturais numa região, de melhores condições logísticas ou de um processo histórico a partir do que Marshall (1916) chama de “acidente” inicial, que instala determinada atividade produtiva numa dada área. Com relação aos recursos naturais, trata-se da possibilidade de acesso privilegiado a insumos estratégicos que são abundantes na região, mas que, em geral, são escassos no âmbito da economia nacional. No Oeste catarinense, ao considerar o potencial econômico das cadeias produtivas dos agronegócios, por exemplo, esse recurso privilegiado estava ligado à fertilidade do solo, num primeiro momento, muito utilizado para a produção de grãos, e também às cadeias produtivas de carne, que remete à pequena produção mercantil da região.

Neste sentido, o chamado “acidente” inicial de Marshall (1916), que dá origem a um aglomerado, refere-se a um evento premeditado que venha a introduzir uma atividade na região. Marshall (1916) exemplifica essa afirmação com a instalação da corte de um reino, mesmo que provisória, em uma região, a qual criará demandas por mercadorias de elevada sofisticação, atraindo produtores especializados de outras áreas. Esse argumento pode ser ampliado para situações conexas, como fizeram Conceição e Feix (2014) ao relacionar o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no RS, mas também pode ser ampliado para situações conexas no Oeste catarinense, como o processo de formação socioespacial da região, que contou com colonos europeus vindos do RS no início do século

¹³⁷ Nota-se que no mapa 31 o dado do número de empresas é do ano de 2020 e os dados de pessoal ocupado é do ano de 2018. Há uma discrepância, entretanto, optou-se por utilizar os dados mais atuais de número de empresas e pessoal ocupado, por isso não são do mesmo ano.

XX, em que muitos deles possuíam ofícios industriais e artesanais em seus países de origem, o que possibilitou, para as áreas por onde se espalharam, constituírem-se em trabalhadores de maior qualificação. Neste sentido, uma vez que uma atividade econômica se estabeleça e obtenha sucesso inicial, ela tende a criar vantagens particulares relacionadas à proximidade espacial, que se incorporam ao espaço onde ela está inserida com o passar do tempo.

Conceição e Feix (2014) salientam que, quando essas atividades econômicas prosperam, elas produzem uma espécie de efeito demonstração, que tende a atrair novos produtores para a atividade, os quais podem ser internos ou externos à região onde elas obtêm sucesso. É o caso, por exemplo, de muitos trabalhadores com conhecimento técnico acumulado em sua atividade que resolvem sair de seus empregos e iniciar sua própria empresa, seu próprio negócio. Isso está atrelado ao enraizamento das vantagens obtidas inicialmente através de sua evolução e desenvolvimento subsequentes, que, como processo, se autoalimentam, e ocorrem em função de um melhor desempenho econômico advindo de uma extensa divisão do trabalho e especialização entre as empresas, o que faz, dentre outros aspectos econômicos, elevar a produtividade dessas empresas. Essas são algumas das razões pelas quais pode-se explicar o porquê de no Oeste catarinense, em comparação com regiões que possuem características físicas semelhantes, o número de empresas ser bastante elevado, mesmo em período de crise, como este do início da terceira década do século XXI.

A representação espacial do número de empresas e de pessoal ocupado do mapa 31 lembra o estudo de Marshall (1916), a respeito dos distritos industriais ingleses, nos quais o autor identificou a existência de um conjunto de vantagens oriundas do crescimento de uma indústria e de sua concentração espacial, que ultrapassava o escopo da competência interna das empresas. A este conjunto de aspectos favoráveis à competitividade, Marshall chamou de economias de aglomeração. Dessa definição, Marshall (1916) também percebeu que as economias de aglomeração não são uma criação totalmente consciente das firmas, mas são resultado da coletividade atuando em torno de uma atividade produtiva específica, a qual gera sinergias que contribuem para elevar a competitividade daquelas unidades produtivas que compõem cada economia de aglomeração. Daí que, nesta pesquisa, foi possível identificar e explicar a existência de quatro economias de aglomeração com características comuns e outras específicas, mas que sustentam a dinâmica econômica regional. Assim, o conceito das economias de aglomeração remete à ideia de que elas são inerentes à totalidade daquele ambiente econômico e social. O ponto chave dessa discussão é que as aglomerações empresariais em torno de uma atividade geram uma escala de mercado capaz de tornar

economicamente viável a oferta de um conjunto de ativos e serviços específicos voltados à necessidade das empresas locais. Essas empresas locais, dada sua expansão e desenvolvimento, muitas vezes deixam de ser somente locais e passam a ser nacionais, e até internacionais.

Nesta perspectiva (Mapa 31), além de Chapecó, a depender do número de empregos e de empresas, essa dinâmica também ocorre com Concórdia, Caçador, Videira, Xanxerê e São Miguel do Oeste, que, nesta ordem, fecham o grupo dos seis municípios da região com o maior número de pessoal assalariado ocupado, haja vista que, ao mesmo tempo em que tais localidades servem a si mesmas como mercados consumidores pujantes – considerando o contexto regional – são localidades que também servem de força de consumo umas para as outras, uma vez que produzem uma gama específica de produtos (bebidas, lácteos, derivados de carne, móveis, produtos tecnológicos, materiais elétricos, produtos de bem estar pessoal, dentre outros), os quais são bem aceitos no contexto do consumidor regional. No entanto, analisa-se que o poder de consumo da população de algumas cidades sobre as outras é destacado para Chapecó, cuja oferta de oportunidades de consumo é superior às outras aglomerações de empresas na região.

Chapecó, por exemplo, é a única cidade da região Oeste catarinense a ter um shopping center. Ademais, é a única cidade da região a oferecer agências com serviços de revisão e venda de veículos de algumas marcas na região (Honda, Caoa Chery, Toyota, Land Rover, Peugeot, dentre outras). Esses são alguns aspectos que destoam em relação as outras aglomerações (cidades) da região. Ainda assim, é importante dizer que a cidade de Chapecó, por si só, não possui capacidade de gerir a economia regional. Quem faz essa gestão são os agentes, ou seja, são as empresas, a materialidade da coisa econômica. Por essa razão, é imprescindível uma análise que considere a região, e não apenas a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê, porque a região é que confere à cidade de Chapecó a possibilidade de atingir o porte maior, ou seja, a capacidade dos agentes econômicos instalados nas economias de aglomeração da região é que deram sustentação para que Chapecó crescesse de forma mais acelerada, de maneira que, sozinha, não responde pelo seu crescimento.

Nesta ótica pode-se citar, além dos já citados, os municípios de Pinhalzinho, Maravilha, São Miguel do Oeste, São Lourenço do Oeste, Joaçaba e Fraiburgo como aqueles que se destacam, tanto em número de empresas quanto em pessoal ocupado assalariado em contexto regional. No entanto, parcela significativa da produção gerada pelas empresas e pelo pessoal ocupado desses municípios vão para o exterior e para outros grandes centros

consumidores do Brasil, sobretudo os localizados no estado do PR (região metropolitana de Curitiba), litoral de SC (região metropolitana de Florianópolis, região de Itajaí e Balneário Camboriú e região de Joinville) e no estado de SP (sobretudo a região metropolitana de São Paulo e de Campinas). Os setores moveleiro, de papel celulose e de produtos agroalimentares são os que mais colocam subprodutos em outros centros consumidores.

Além disso, como verificado nas tabelas anteriores (17 e 16), o maior número de empresas da região são de micro e pequeno porte, e as atividades econômicas às quais estão vinculadas são dos setores de prestação de serviços, construção civil e comércio, principalmente. Esse fato é importante, pois, embora predomine em número de empresas aquelas de pequeno porte, o que se verifica é que as grandes empresas da região, em menor número, são as responsáveis pela maior parcela da produção de mercadorias, por empregar mais mão de obra assalariada e por potencializar o maior consumo regional. Ademais, são essas grandes empresas majoritariamente as responsáveis pela parte da produção que o Oeste catarinense destina para exportação¹³⁸.

Assim, verifica-se, na região Oeste catarinense, um movimento combinado, que evidencia um número reduzido de empresas de grande porte concentrando maior parte da mão de obra assalariada e da produção de mercadorias e um número grande de empresas de micro e pequeno porte ocupando parcela também importante da mão de obra assalariada e na prestação de serviços. Em geral, os dados apontam que as micro e pequenas empresas da região estão mais ligadas aos serviços e pequenos estabelecimentos comerciais, ao passo que as grandes empresas, em geral, estão mais ligadas à produção de bens de consumo, duráveis e não duráveis. No entanto, é essa combinação que permite verificar no Oeste catarinense o dinamismo geoeconômico ligado a setores que vão além daqueles tradicionalmente verificados em empresas de grande porte (agroalimentar, moveleira, papel celulose, dentre outras). Neste sentido, como destacam Storper e Vanables (2005, p. 26), a conformidade do mercado de trabalho e as repercussões entre as empresas “são aspectos intimamente relacionados aos sistemas de produção, cujos ambientes são instáveis, seja devido aos mercados altamente mutáveis, mercados cíclicos, produtos especializados, seja devido aos produtos inovadores em serviços ou produção de bens”.

¹³⁸ De acordo com relato coletado com o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, em trabalho de campo realizado no município de São Miguel do Oeste, em fevereiro de 2019, uma unidade da JBS em operação no município é responsável por cerca de 80% de tudo o que o município exporta. Essa realidade é similar em outros municípios exportadores da região, como Itapiranga, onde a unidade da JBS é responsável por cerca de 90% das exportações do referido município.

Neste sentido, a questão que novamente pode-se identificar no mapa 31 vai ao encontro da atuação de economias de aglomeração na região. Essas economias de aglomeração possuem algumas características que se assemelham aos distritos industriais Marshallianos, descritos em Markusen (1995). O que faz um distrito exercer papel tão importante em nível regional é a natureza e quantidade do mercado de trabalho local, o qual é bastante flexível. Os trabalhadores vão de uma firma para outra e mantêm a possibilidade de emprego quase que em tempo constante, exceto em períodos de falências e/ou crises mais profundas. O distrito Marshalliano também compreende uma gama especializada de serviços, especialmente vinculados às atividades industriais locais, como qualificação técnica no desenvolvimento de certas linhas de produtos e máquinas e em serviços de manutenção e reparo. Isso acaba criando uma espécie de suporte financeiro local capaz de reduzir riscos de longo prazo, dada a confiança do mercado nos setores produtivos locais-regionais. Além disso, essas análises possuem um ponto comum, que é o fato de que as firmas, em geral, contam com a ajuda dos governos locais e outras associações de negócios, articulando-se de forma consciente para resolver problemas de natureza cíclica, o que pode ajudar nas respostas exigidas pelas novas demandas de mercado (MARKUSEN, 1995).

Ademais, com base em Storper e Vanables (2005), apesar da tendência declinante dos custos de transporte e comunicação das empresas, a presença das economias de aglomeração é inevitável. Isso porque a operação de uma dinâmica econômica regional é convergente com a formação de economias de aglomeração, e também por conta do face a face, do que Storper e Vanables (2005) chamam de burburinho. O Oeste catarinense é uma região na qual o contato face a face, na perspectiva indicada por Storper e Vanables (2005), pode ser considerada uma característica marcante. As pessoas têm a característica cultural histórica de se reunir para comer, para conversar, para trabalhar, para estudar, para praticar exercícios físicos, para gastar dinheiro e assim por diante, algo que talvez seja menos expressivo em outras regiões, mas que certamente são práticas comuns da sociedade capitalista. Neste sentido, qual a utilidade econômica do contato face a face, do burburinho, do estar junto a alguém? Sugerem Storper e Vanables (2005) que o diálogo real é uma complexa atividade socialmente criativa, que demanda, a partir do face a face, inúmeras necessidades costumeiramente atendidas por objetos que imperceptivelmente cumprem um papel de manter uma vida de consumo pelo face a face, pelo burburinho.

Neste sentido, “a comunicação face a face, mais que apenas uma troca, é um desempenho pelo qual o discurso e outros tipos de ações e contexto se juntam para exercitar a

comunicação, de uma maneira muito complexa, em muitos e diferentes níveis ao mesmo tempo” (STORPER e VANABLES, 2005, p. 32). O contato face a face não anula o papel da tecnologia comunicacional, do contato virtual, mas tampouco a tecnologia, pelo contato virtual, anula o contato face a face, no sentido de que a necessidade humana continua latente na busca pelo encontro físico. Sem querer encaminhar que o *Face to face (FaF)* é o único responsável pelo mantimento do burburinho, isto é, do movimento complexo intrínseco as aglomerações humanas (urbanas), é pertinente inferir que

O efeito final do contato FaF, seja intencional, seja aleatório ou indistinto, suplanta a própria comunicação. Psicólogos que pesquisaram o prazer concluíram que ele possui uma vida biofísica cíclica: é um estado de diferenciação da norma. Portanto, quando o alcançamos, o prazer requer a mudança do estado de percepção e sentimento do estado anterior. Além disso, o prazer reflui rapidamente, pois que, uma vez alcançado, se mistura com o estado anterior. Tal situação pode ser facilmente atendida ao pensarmos sobre o ciclo do prazer sexual, mas também se pensarmos sobre o consumo, no qual o objeto de desejo cria um ciclo de prazer crescente e, posteriormente, declinante, e sua renovação advém de outro consumo ou uso. O desejo de sermos como nossa percepção nos faz ver e que nos dá prazer é um forte motivador, e esse desejo é, de imediato, imitativo e, em alguns contextos sociais, competitivo (STORPER e VANABLES, 2005, p. 34).

Assim, o face a face gera o “burburinho”, que nada mais é do que o movimento das atividades humanas no interior das aglomerações econômicas. Esse estado cíclico do face a face é constante. Ao ser constante, mas cíclico, gera um estado quase que permanente de necessidade do consumo, sendo o consumo entendido como uma das atividades humanas essenciais das economias de aglomeração. Esse consumo que, motivado pelo burburinho, pelas aglomerações, mantém a vida econômica operante, na ativa. Na verdade, o capitalismo produz isso. Da mesma forma que a dinâmica do burburinho (Stoper e Vanables, 2005) está relacionada aos novos anseios de consumo reinventados a todo tempo, esses seriam inexistentes caso o papel desempenhado pelos agentes hegemônicos de organização do espaço e pelo Estado fossem diminuídos ou não existissem. Portanto, o papel das empresas é fundamental para gerar, via produção de bens de consumo e mão de obra assalariada, capacidade de obter as condições de consumir objetos, de consumir aparências, de ir e vir dentro dos critérios e dos arquétipos sociais criados pelo próprio burburinho, isto é, pelas próprias aglomerações, pelo próprio face a face.

Para além do que os estudiosos da geografia urbana afirmam, além da forma urbana, que se confirma como a materialização do espaço, todo e qualquer aparato construído para produzir mercadoria e para construir bens móveis ou imóveis que serão consumidos por um conjunto de pessoas heterogeneamente distribuídas num dado espaço e até mesmo por

espaços específicos de diferentes partes do mundo. Como afirmou Milton Santos (2008), interpretar a produção econômica do espaço implica estudar seus agentes, implica apreender a relação do espaço com a sociedade, pois é na sociedade que chegam os efeitos dos processos que, no espaço, ganharam forma, função e estrutura. Assim, o espaço produzido é todo aquele que sofreu interferência do ser humano, com o uso da técnica, mas que o ser humano não poderia interferir sem o uso e a disponibilidade do capital. O burburinho, o face a face (Stoper e Vanables, 2005) parecem agregar elementos neste sentido, pois eles estão nas economias de aglomeração e delas sobrevivem, independentemente se forem abordadas em Chapecó e no seu entorno, em São Miguel do Oeste e no seu entorno, em Caçador e no seu entorno. Há um complexo nas economias de aglomeração que converge para constituir a dinâmica geoeconômica da região. Esse complexo das economias de aglomeração passa longe de qualquer análise simplória, rápida ou rasa. É um complexo que envolve a vida das pessoas, sistema produtivo, capacidade de consumo, ou seja, a ânsia por inventar novas maneiras de continuar produzindo mercadorias e, de maneira inovadora, mercadorias novas que possam gerar novos gostos à necessidade humana de consumi-las.

Destarte, o estudo das transformações geoeconômicas do Oeste catarinense e da formação das economias de aglomeração é um produto do estudo sobre o papel do Estado e dos agentes econômicos de organização do espaço regional. Para aprofundar-se nessas questões, considera-se como necessária a abordagem sobre o sistema bancário da região, pois os bancos têm uma ação poderosa sobre a vida regional, têm o papel de financiar as mudanças empreendidas pelo homem. Dessa maneira, onde estão as agências e os postos bancários do Oeste catarinense? Por quais motivos eles se encontram mais em algumas cidades do que em outras? Quais cidades os atraem? E quais atividades eles financiam, e, pelo financiamento, geram a capacidade de desenvolver novas atividades, novos empreendimentos? Essas questões são abordadas no item 4.2.1, de maneira que, diferentemente do verificado nos trabalhos já realizados sobre o Oeste catarinense, explicita-se a atuação dos bancos como agentes essenciais que atuam na organização do espaço, mas vai além, pois serve para impulsionar a atuação das empresas e para fazer com que o Estado se faça presente.

Assim, uma leitura do desenho da estrutura bancária regional é determinante. Sem o capital disponibilizado pelos bancos para financiar qualquer construção, o desenvolvimento econômico da região se transforma em nada. A Geografia, enquanto ciência que estuda as razões pelas quais ocorrem as transformações socioespaciais, deveria ser mais atenta ao papel desempenhado por quem financia essas transformações, ou seja, os bancos.

4.2.1 O papel da estrutura bancária nas mudanças econômicas regionais

O seleto grupo de grandes empresas atualmente em operação na região Oeste catarinense atingiram faturamento anual de valores que ultrapassam a casa de (R\$) bilhões (para citar alguns exemplos, em 2018, a BRF Brasil Foods obteve faturamento de R\$30,18 bilhões, a Cooperativa Central Aurora de R\$8,21 bilhões, a Cooperativa agroindustrial Alfa de 3,18 bilhões, a Adami Madeiras de R\$ 0,87 bilhão). Trata-se de empresas que possuem capacidade financeira própria de gerir seus negócios. No entanto, são empresas com relações estreitas com os bancos, pois os bancos é que desempenham o papel de financiar a inicialização, a manutenção e a expansão das atividades operacionais dessas empresas. Grosso modo, o financiamento de qualquer que seja a atividade empresarial, salvo raras exceções, passa pelos bancos. Assim, da menor à maior empresa, há necessidade de buscar dinheiro nos bancos para investimento. Entenda-se como investimento: expansão de atividades industriais, comerciais etc., inicialização de qualquer que seja o tipo de empreendimento, pagamento e/ou abono de dívidas – independentemente da sua natureza – fusões e aquisições entre grupos empresariais, dentre outros.

Por essas razões, qualquer que seja a região analisada do ponto de vista da sua estrutura e dinâmica geoeconômica, torna-se essencial fazer uma análise sobre a estrutura bancária dessa região, uma vez que são os bancos as instituições com poder de financiamento das diferentes atividades da agropecuária, da indústria ou do comércio. Neste sentido, conforme afirmou Pierre Monbeig (1957), o capital é um dos mais eficientes agentes geográficos, sendo o estudo dos investimentos realizados no território tão importante quanto o estudo de quem financia esses investimentos. Ademais, Monbeig (1957) infere que, tão central quanto isso, é o estudo das técnicas de produção e as condições naturais e sociais, tendo em vista a análise das atividades econômicas. No entanto, estudar questões de técnica de produção, bem como as condições naturais e sociais, fazem pouco sentido quando for desconsiderado de onde vem o capital para investir em tais técnicas, quase sempre implementadas por determinadas empresas, com amparo do Estado. O capital utilizado nesses investimentos, em maior ou menor grau, está relacionado com a liberação de dinheiro pelos bancos.

Uma possível leitura sobre a geografia do capital passa, impreterivelmente, por considerar a estrutura bancária da área de estudo. Nesta perspectiva, para além das condições sociais, naturais e culturais que podem contribuir para definir em quais áreas o capital terá

maiores condições de se reproduzir, cabe inferir onde há em maior e menor grau a presença dos bancos, pois onde eles se localizam a possibilidade de o capital se reproduzir acaba sendo maior. Neste sentido, no estado de SC, segundo os dados da Febraban (2021), existem 759 agências bancárias e 2.772 postos bancários em operação – considerando os dados do mês de fevereiro de 2021. Destes, 146 agências e 659 postos bancários, ou seja, 19,1% das agências e 24,42% dos postos bancários estão localizadas nos municípios da região Oeste catarinense.

Com isso, em termos de agências bancárias espalhadas pelo estado de SC, um quinto (1/5) delas encontram-se na região Oeste, ao passo que uma quarta parte (1/4) dos postos bancários do estado encontram-se nesta região. Proporcionalmente, o número superior de postos bancários em relação as agências bancárias na região se devem, dentre outros motivos, ao grande número de municípios pequenos na região, os quais muitas vezes possuem população inferior a 4 mil habitantes. Nesses municípios, é inviável para os bancos, tanto públicos como privados, manterem estrutura bancária para comportar uma agência. Por isso, os bancos mantêm no máximo postos bancários nesses pequenos municípios, com atendimento de pessoal ao público entre duas e três vezes por semana, diferentemente do que ocorre nas agências bancárias, onde atendimento ao público ocorre diariamente.

No entanto, outro fator determinante para que os bancos mantenham apenas postos bancários em muitos municípios é a questão dos valores movimentados nos municípios. Para além de serem pequenos municípios em termos de número de habitantes, trata-se, na maioria das vezes, de municípios que movimentam baixos valores de dinheiro em seus postos bancários, o que acaba contribuindo para que o número de postos seja pelo menos três vezes maior do que o número de agências na região. Por outro lado, pode-se encontrar pequenos municípios com estrutura empresarial razoável e eventualmente com número maior de mão de obra assalariada, podendo comportar uma e até mais que uma agência bancária. Em detrimento do exposto, é comum o deslocamento das pessoas dos pequenos municípios para cidades maiores para tratar das questões relacionadas aos assuntos bancários (qualquer tipo de financiamento, transação financeira de valores mais elevados, abertura e cancelamento de contas, dentre outros serviços que exija anuência de um gerente de banco).

Por essas razões, elaborou-se a tabela 18, na qual apresenta-se as treze cidades da região Oeste catarinense com maior número de agências bancárias em operação. Além disso, pode-se identificar, na tabela 18, quais os bancos que atuam em cada cidade por montante de agências em operação, considerando-se os dados constantes na Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) no ano de 2021.

Tabela 18 – Número de agências e nome dos bancos em operação nas cidades do Oeste catarinense (2021)¹³⁹

Cidades	Número de agência por banco									Total de agências por município
	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bradesco	Itaú	Santander	Banco Safra	Banrisul	Pacific Investment Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda	Banco Daycoval	
Chapecó	6	5	4	3	2	1	1	1	1	24
Joaçaba	2	1	1	1	2	0	1	1	0	9
Caçador	1	2	2	1	1	0	1	1	0	9
Concórdia	1	2	1	1	1	0	1	1	0	8
Videira	1	1	1	1	1	0	1	1	0	7
Xanxerê	1	1	1	1	1	0	0	0	0	5
São Miguel do Oeste	1	1	1	0	1	0	0	0	0	4
Fraiburgo	1	1	1	1	0	0	0	0	0	4
Maravilha	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3
Xaxim	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3
São Lourenço do Oeste	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3
Pinhalzinho	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Capinzal	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Total de agências por banco	19	19	15	9	9	1	5	5	1	83

Total de agências da região Oeste catarinense= 146

Fonte: Febraban, 2021

¹³⁹ Nos dados da tabela 18 não foram contabilizadas as agências de cooperativas de crédito bancário, tais como Sicredi, Siccob, Unicredi, dentre outras, em virtude de as mesmas inexistirem nos dados oficiais da Febraban.

Conforme os dados da tabela 18, as treze cidades da região Oeste catarinense que mais apresentaram agências bancárias são: Chapecó (24), Joaçaba (9), Caçador (9), Concórdia (8), Videira (7), Xanxerê (5), São Miguel do Oeste (4), Fraiburgo (4), Maravilha (3), Xaxim (3), São Lourenço do Oeste (3), Pinhalzinho (2) e Capinzal (2). Em termos comparativos, esses dados apontam pouca diferença com relação ao número de empresas e pessoal ocupado assalariado, conforme apresentado nos dados do mapa 31 e da tabela 17. A cidade de Chapecó permanece na vanguarda da região com o maior número de empresas, de pessoal ocupado assalariado e de agências bancárias. No entanto, o segundo município com maior número de empresas e pessoal ocupado assalariado, Concórdia, é apenas o quarto em número de agências bancárias. Ademais, os municípios de Caçador e Videira, respectivamente na terceira e quarta colocação em número de empresas e pessoal ocupado, apareceram respectivamente como terceiro e quinto colocados em número de agências bancárias. Conseqüente, os municípios de Xanxerê, Joaçaba e São Miguel do Oeste apareceram, respectivamente, como o terceiro, o sexto e o sétimo município com maior número de empresas e pessoal ocupado da região, o que difere do número de agências bancárias, uma vez que Xanxerê foi o sexto município da região com maior número de agências bancárias, Joaçaba foi o segundo município e São Miguel do Oeste foi o sétimo, igualando-se a Fraiburgo no número de agências bancárias: 4 no total.

Por outro lado, considerando o conjunto dos municípios da tabela 18, apesar das diferenças constatadas, são os municípios de maior número de empresas e pessoal ocupado assalariado os que concentram maior número de agências bancárias. Neste sentido, nota-se que a presença dos bancos públicos¹⁴⁰ (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) ocorre em todos os municípios da tabela 18 e são os que mais possuem agências em operação, totalizando 19 agências para ambos os bancos (Tabela 18). Em nível de Brasil, historicamente os bancos públicos cumpriram papel de se fazerem presentes com suas agências e postos de atendimento, sobretudo nos municípios do interior do país e mais distantes de centros urbanos de relevo econômico e populacional. Na região Oeste catarinense, evidencia-se essa atuação, pois a soma das agências dos bancos do Brasil e Caixa Econômica Federal representa quase 50% do total de agências de bancos na região. Ademais, ambos possuem agências em todos os treze municípios da tabela 18, sendo que esta constatação é ausente dos bancos privados, os quais restringem sua atuação de acordo com a capacidade de reprodução do capital presente

¹⁴⁰ O Banrisul enquadra-se como banco público do estado de RS, mas sua presença também acontece em alguns municípios do estado de SC (Chapecó, Joaçaba, Caçador, Videira e Concórdia), em razão de, nesses municípios, atuarem empresas com suas matrizes operacionais localizadas no estado do RS. Essas empresas optam por manter sua relação com o Banco de origem das suas matrizes, neste caso, o Banrisul.

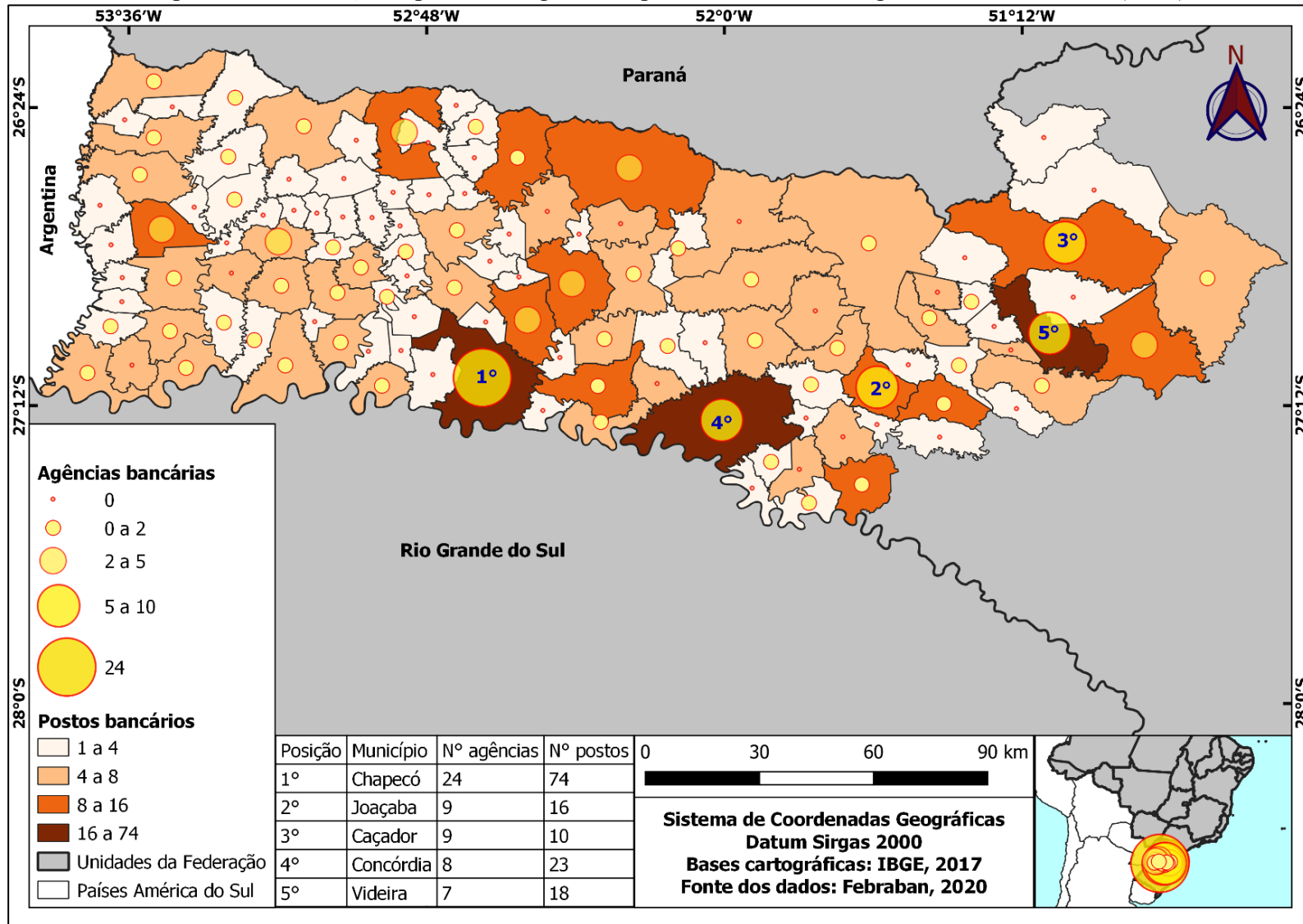
nos diferentes municípios. Ou seja, em municípios onde há maior probabilidade de crescimento do número de financiamentos e de mão de obra assalariada, haverá maiores possibilidades de atuação dos bancos privados, uma vez que eles visam lucrar a altas taxas com seus serviços.

Apesar disso, a atuação dos bancos privados na região também deve ser destacada. O Bradesco é o banco privado que mais atua nos municípios da tabela 18, com 15 agências em operação, sendo sua presença ausente apenas nos municípios de Pinhalzinho e Capinzal. O Itaú e o Santander dividem a segunda colocação como bancos privados que mais atuam na região, com 9 agências em operação cada um. No caso do Itaú, sua atuação é ausente nos municípios de Capinzal, Pinhalzinho, São Lourenço do Oeste, Xaxim, São Miguel do Oeste e Maravilha (Tabela 18). No caso do Santander, sua atuação é ausente nos municípios de Fraiburgo, Maravilha, Xaxim, São Lourenço do Oeste, Pinhalzinho e Capinzal. Em seguida, aparece o Pacific Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores imobiliárias, com 5 agências em operação na região, presente nas cidades de Chapecó, Joaçaba, Caçador, Concórdia e Videira. Também com 5 agências em operação nos municípios da tabela 18 aparece o Banrisul, presente em Chapecó, Concórdia, Caçador, Videira e Joaçaba. Por fim, com operação somente em Chapecó e com uma agência bancária cada um, aparecem o Banco Safra e o Banco Daycoval.

Das agências bancárias que atuam na região Oeste catarinense, todas estão contempladas nos diferentes bancos que aparecem tabela 18. Além disso, das 83 agências localizadas nos municípios da tabela 18, são 24 as localizadas no município de Chapecó, o que representa 29,8% das agências dos treze municípios da tabela 18 e 16,9% das agências da região Oeste catarinense. Com isso, semelhante ao verificado com o número de empresas e pessoal ocupado assalariado, Chapecó é o município da região com maior cobertura de agências bancárias. No entanto, há outros municípios (Joaçaba, Concórdia, Xanxerê, Videira, Caçador, São Miguel do Oeste, Fraiburgo, Maravilha e outros) que cumprem a função de aglomerar os serviços bancários para a população de municípios vizinhos.

Neste sentido, a partir do mapa 32 é possível analisar a distribuição espacial das agências e dos postos bancários nos municípios da região Oeste catarinense. Salienta-se que os dados utilizados no mapa 32 são referentes à coleta realizada em fevereiro de 2021, de acordo com o que consta na Febraban.

Mapa 32 – Distribuição espacial das agências e postos bancários da região Oeste catarinense (2021)



Fonte: Febraban, 2020

De acordo com o mapa 32, dos 118 municípios do Oeste catarinense, 58 não possuem agência bancária, ou seja, 49,1% dos municípios da região possuem população que necessita sair de seu município para ter acesso a uma agência bancária. Por outro lado, todos os municípios da região são atendidos por pelo menos um posto bancário (Calmon, Belmonte, Bom Jesus do Oeste, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista e Coronel Martins são os municípios que possuem apenas um posto bancário). Paralelamente a isto, o mapa 32 e a tabela 18 permitem apontar a presença de 7 aglomerações de serviços bancários na região: 1) centralizada em Caçador e Videira; 2) centralizada em Joaçaba; 3) centralizada em Concórdia; 4) centralizada em Chapecó, Xaxim e Xanxerê; 5) centralizada em São Lourenço do Oeste; 6) centralizada em Pinhalzinho e Maravilha e 7) centralizada em São Miguel do Oeste. Essas aglomerações são responsáveis por centralizar os serviços bancários em um número diferenciado, mas considerável, de municípios no entorno das sete aglomerações mencionadas.

Neste sentido, com base nos dados levantados sobre a distribuição das agências bancárias na região, nos trabalhos de campo realizados e nas constatações a partir da literatura sobre economias de aglomeração (TINOCO, 2003), fica claro que os serviços bancários da região centralizados em algumas cidades é mais um componente que se soma à tese de que na região Oeste formaram-se economias de aglomeração para atender aos processos produtivos, dos diferentes segmentos, que operam na região. As cidades são sedes dos complexos comercial, produtivo e de serviços (como os bancários) que acabam por caracterizar o que são as economias de aglomeração. Neste sentido, Corrêa (2000, p. 32) infere que a cidade, enquanto forma espacial, criada

[...] Para cumprir determinadas atividades, pode também servir a outras. Há, na realidade, no processo de ajuste entre agentes e atividades, o aparecimento de um mecanismo de natureza econômica que é denominado de **economias de aglomeração**: várias atividades juntas beneficiam-se mutuamente umas das outras pela escala que criam, ao se utilizarem das mesmas formas espaciais. Neste sentido, podemos afirmar que as economias de aglomeração, na medida em que viabilizam o sucesso das atividades, são economias locais para a reprodução. Os fenômenos de concentração espacial que decorrem deste mecanismo têm a vantagem de minimizar a complexidade da organização espacial global. Não fossem as economias de aglomeração, a dispersão, e não a concordância locacional, caracterizaria sobretudo a organização espacial, pois em princípio cada atividade tem suas próprias regras locais, a sua organização espacial específica.

Na perspectiva expressa em Corrêa (2000), as economias de aglomeração cumprem um papel de localizar os serviços, os centros comerciais e de produção e consumo de

mercadorias que estão diretamente relacionadas com a organização espacial das atividades econômicas da região. Daí que a estrutura bancária regional é um dos componentes que condiciona o conjunto das principais atividades comerciais, de serviços, de produção industrial e de consumo concentrarem-se nas sete economias de aglomeração que aparecem no quadro 06, mas que já foram identificadas no mapa 32 (distribuição espacial das agências bancárias e postos bancários) e no mapa 31 (distribuição espacial das empresas e pessoal ocupado assalariado). Neste viés, em que pese a importância de cada trabalho citado, cabe ressaltar o erro contido nos estudos apontados no estado da arte (introdução da tese), os quais dão relevo acentuado a Chapecó e deixam de abordar outras áreas relevantes na economia regional. Desta maneira, são estudos que dão exclusiva atenção à cidade e ao entorno de Chapecó.

Outra diferença básica nas constatações aqui apresentadas, em relação aos estudos já realizados sobre o Oeste catarinense, é que Chapecó, além de não ser a única economia de aglomeração da região, foi abordado em conjunto com Xaxim e Xanxerê, o que é ausente nos estudos levantados no estado da arte desta tese. Isso se deu em função de que há, pelos dados levantados e pelos trabalhos de campo realizados, uma troca de uso das estruturas comerciais, de serviços (saúde, educação superior, bancos, autopeças, dentre outros), de produção e de consumo entre essas três cidades (Chapecó, Xaxim e Xanxerê), o que torna difícil abordar Chapecó como uma economia de aglomeração separada de Xaxim e Xanxerê. O mesmo argumento é válido quando decidiu-se juntar Caçador e Videira numa economia de aglomeração e Pinhalzinho e Maravilha noutra economia de aglomeração (Quadro 06).

Ademais, embora esse tópico da pesquisa seja destinado a explicar o papel da estrutura bancária nas mudanças econômicas do Oeste catarinense a partir do papel que os bancos exercem no financiamento das estruturas produtivas, foi necessário agregar outras informações no quadro 06, pois, como salientado, a estrutura bancária é um dos componentes que tornou possível identificar as economias de aglomeração na região. Assim, foram identificadas sete economias de aglomeração na região Oeste catarinense, a partir da sistematização dos dados do quadro 06, o qual considerou: municípios com agências bancárias em cada aglomeração, total de municípios, população, número de empresas, pessoal ocupado assalariado, PIB e total de agências bancárias de cada aglomeração (Quadro 06).

Quadro 06 – Aglomerações econômicas do Oeste catarinense a partir dos serviços bancários (2020), empresas (2020), população (2019), pessoal ocupado assalariado (2018) e PIB dos municípios (2018)

Economia de aglomeração – sede da concentração dos serviços bancários	Municípios com serviços bancários atrelados à economia de aglomeração	Número de municípios da aglomeração	População total da aglomeração (2019)	Número de empresas da aglomeração (2020)	Pessoal ocupado assalariado da aglomeração (2018)	PIB a preços correntes (R\$) da aglomeração (2018)	Total de agências bancárias da aglomeração (2020)
Caçador e Videira	Videira, Caçador, Fraiburgo, Tangará, Salto Veloso, Pinheiro Preto, Água Doce, Lebon Régis, Rio das Antas, Arroio Trinta, Iomerê, Calmon, Matos Costa, Macieira, Ibiam.	15	226.602	18.824	61.685	8.581.619.000	25
Joaçaba	Joaçaba, Capinzal, Herval d'Oeste, Treze Tílias, Catanduvas, Vargem Bonita, Luzerna, Ouro, Erval Velho, Jaborá, Ibicaré, Lacerdópolis.	12	125.541	13.223	42.176	5.447.419.000	18
Concórdia	Concórdia, Ipumirim, Piratuba, Itá, Irani, Arabutã, Lindóia do Sul, Peritiba, Ipira, Alto Bela Vista, Presidente Castelo Branco.	11	122.244	11.915	38.348	5.316.560.000	13
Chapecó, Xaxim e Xanxerê	Chapecó, Xanxerê, Xaxim, Seara, Palmitos, Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes, Quilombo, São Carlos, Guatambu, Coronel Freitas, Ponte Serrada, Cordilheira Alta, Ipuacu, São Domingos, Caibi, Vargeão, Passos Maia, Nova Itaberaba, Arvoredo, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Planalto	36	493.419	54.040	144.637	18.993.802.000	53

	Alegre, Bom Jesus, Xavantina, Irati, Cunhataí, Formosa do Sul, Entre Rios, União do Oeste, Ouro Verde, Lajeado Grande, Marema, Santiago do Sul, Jardinópolis, Paial.						
São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste, Campo Erê, Novo Horizonte, São Bernardino, Galvão, Jupiá, Coronel Martins.	7	44.903	5.046	12.082	1.592.094.000	6
Pinhalzinho e Maravilha	Maravilha, Pinhalzinho, Saudades, Cunha Porã, Nova Erechim, Modelo, Serra Alta, Águas Frias, Saltinho, Sul Brasil, Iraceminha, Bom Jesus do Oeste, Santa Terezinha do Progresso, Tigrinhos, São Miguel da Boa Vista.	15	100.004	11.070	26.284	4.135.376.000	10
São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste, Itapiranga, São José do Cedro, Mondai, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Iporã do Oeste, Palma Sola, São João do Oeste, Descanso, Anchieta, Guarujá do Sul, Tunápolis, Princesa, Paraíso, Riqueza, Santa Helena, Bandeirante, Romelândia, Flor do Sertão, Belmonte, Barra Bonita.	22	181.515	17.890	41.588	6.062.065.000	21
Total	-	118	1.294.228	132.008	366.836	50.128.935.000	146

Fonte: IBGE (2018, 2019), Febraban (2020)

Conforme Tinoco (2003), embora o conceito de economia de aglomeração tenha sido amplamente discutido por correntes de pensamento dentro da economia regional e urbana, como na tradição neoclássica e em diferentes tradições heterodoxas (como o pós-keynesianismo e as vertentes neo-schumpeterianas), nas diferentes correntes econômicas esse conceito é um dos que justificam, do ponto de vista econômico, a existência das cidades. Em função disso, Tinoco (2003) alerta que a origem do conceito não pode ser apenas atribuída ao brilhante trabalho de Marshall¹⁴¹ (*Principles of economics* - 1890), mas também aos estudos de Weber (1929) e posteriormente Hoover (1936) e Isard (1956), os quais já identificavam aglomerações a partir da localização das indústrias, considerando o que havia de mais avançado no setor industrial da época, tanto na Europa quanto nos EUA.

Neste sentido, à luz desses autores, assim como a ideia de economias de aglomeração contida em Corrêa (2000), encontrou-se uma fundamentação teórica para elaborar uma sistematização e chegar à constatação das sete economias de aglomeração que aparecem no quadro 06. O ponto de partida para essa sistematização foi o estudo espacial das agências bancárias na região, mas foi necessário considerar outros aspectos, haja vista que os bancos procuram alocar suas agências onde há capital produtivo, onde a movimentação de pessoas – o burburinho – se mostra intenso e com perspectiva de crescimento. Por isso, além do número de agências bancárias, também se considerou, em cada aglomeração identificada, a população total residente, o pessoal ocupado assalariado, o PIB e o número de empresas. Somente articulando esse conjunto de dados tornou-se possível chegar na menção das sete economias de aglomeração no Oeste catarinense.

Conforme o quadro 06, embora tenham se identificado sete economias de aglomeração no Oeste catarinense, elas representam importância econômica, populacional,

¹⁴¹ Conforme Marshall, a atividade industrial pode, sob determinadas condições, apresentar dois tipos de economias: a de escalas internas à firma (ou economia de escala microeconômica: levaria à concentração de capital, à formação de oligopólios e à diferenciação de forças entre as firmas – em suma, levaria a uma economia desigual na relação de forças dos agentes econômicos) e as de escalas externas às firmas (ou economias macroeconômicas: levaria à concentração da atividade econômica em regiões específicas, em detrimento de outras que, por diversos motivos, começaram com atraso a atividade industrial). Além disso, Tinoco (2003) salienta que, além de Marshall, uma segunda fonte de inspiração para a constituição do conceito de economia de aglomeração pode ser encontrada na obra de Weber (1929) sobre a localização industrial, em que as economias referentes à localização de mão-de-obra mais barata e as economias provenientes de um determinado processo aglomerativo devem ser levadas em consideração para determinar a localização mais adequada de uma firma. No entanto, há uma terceira fonte, com o trabalho de Hoover (1936), de ênfase eminentemente empírica, e mais fundamentado com as formalizações teóricas de Isard (1956), que a economia espacial ganha corpo teórico e o conceito de economias de aglomeração adquire densidade. Segundo Tinoco (2003), os estudos de Isard (1956) indicam que as economias de aglomeração são definidas como, em alusão direta a Marshall, economias de escalas externas à firma, que podem se apresentar como internas a uma indústria (setor) em uma certa região, recebendo o nome de economias de localização, ou podem ser externas à firma e também externas à indústria, atuando no conjunto das atividades de uma determinada região, e são chamadas de economias de urbanização (TINOCO, 2003, p. 49).

abrangência de municípios e montante de agências bancárias diferente umas das outras. Conforme o quadro 06, embora tenham sido identificadas sete economias de aglomeração, nota-se a discrepância entre elas no que diz respeito à sua população, ao número de municípios atrelados a cada aglomeração, ao seu PIB, ao seu pessoal ocupado assalariado e ao número de agências bancárias. Apesar das diferenças na área influenciada de cada economia de aglomeração, viu-se que algumas delas possuem características, do ponto de vista do que os dados apresentam, semelhantes, mas ainda assim com especificidades. Neste sentido, a economia de aglomeração de Chapecó, Xaxim e Xanxerê foi a mais pujante em todos os aspectos, sendo que o PIB dessa aglomeração alcançou 37,8% do PIB da região, o número de agências bancárias alcançou 36,3% das agências da região, o número de pessoal ocupado assalariado alcançou 39,4% do total da região, o número de empresas alcançou 40,9% das empresas da região, a população total alcançou 38,1% da população da região e o número de municípios que possuem suas atividades atreladas a esta aglomeração alcançou 30,5% do total de municípios da região. Considerando a média aritmética dos seis tipos de dados que constam no quadro 06, pode-se dizer que a economia de aglomeração de Chapecó, Xaxim e Xanxerê concentra 37,1% das atividades da região Oeste catarinense.

A segunda posição, considerando o conjunto dos dados do quadro 06, está com a economia de aglomeração de Caçador e Videira, cuja representação do seu PIB alcançou 17,1% do PIB da região, a número de agências bancárias alcançou 17,1% das agências da região, o número de pessoal ocupado assalariado alcançou 16,8% do total da região, o número de empresas alcançou 14,2% das empresas da região, a população total alcançou 17,5% da população da região e o número de municípios com suas atividades atreladas a esta aglomeração alcançou 12,7% do total de municípios da região. A média aritmética desse conjunto de dados permite inferir que a economia de aglomeração de Caçador e Videira concentra 15,9% das atividades da região Oeste catarinense.

Em terceiro lugar, considerando os dados do quadro 06, aparece a economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, na qual encontram-se 12,1% do PIB da região, 14,4% das agências bancárias da região, 11,3% do pessoal ocupado assalariado da região, 13,5% das empresas da região, 14% da população da região e 18,6% do número total de municípios da região, sendo estes com atividades atreladas à aglomeração econômica de São Miguel do Oeste. A média aritmética desses dados permite dizer que a economia de aglomeração de São Miguel do Oeste concentra 14% das atividades da região Oeste catarinense. Paralelamente, na quarta colocação aparece a economia de aglomeração de Joaçaba, cuja participação no PIB da

região Oeste catarinense foi de 10,8%, no número de agências bancárias foi de 12,3%, no número de pessoal ocupado assalariado foi de 11,5%, no número total de empresas foi de 10%, na população total da região a participação foi de 9,7% e no número total de municípios da região, sendo estes os que possuem atividades atreladas à aglomeração de Joaçaba, a participação foi de 10,1%. Com isso, considerando a média aritmética do conjunto dos dados, a economia de aglomeração de Joaçaba concentra 10,7% das atividades da região Oeste catarinense.

Na quinta posição, considerando as economias de aglomeração do quadro 06, aparece a economia de aglomeração de Concórdia, cuja participação nos dados totais da região foi de 10,6% em relação ao PIB, de 8,9% em relação ao número de agências bancárias, de 10,4% em relação ao número de pessoal ocupado assalariado, de 9% em relação ao número de empresas, de 9,4% em relação à população total da região e de 9,3% em relação ao número de municípios da região que possuem suas atividades bancárias atreladas à aglomeração de Concórdia. A média aritmética do conjunto desses dados permite afirmar que a economia de aglomeração de Concórdia concentra 9,6% das atividades da região Oeste catarinense.

Na sexta colocação, isto é, penúltima das sete aglomerações listadas no quadro 06, aparece a economia de aglomeração de Pinhalzinho e Maravilha, cuja participação nos dados da região Oeste catarinense foi de 8,2% em relação ao PIB, de 6,8% em relação ao número de agências bancárias, de 7,1% em relação número de pessoal ocupado assalariado, de 8,4% em relação ao número de empresas, de 7,7% em relação a população total da região e, por fim, de 12,7% em relação ao número de municípios da região que possuem atividades atreladas à aglomeração de Pinhalzinho e Maravilha. A média aritmética do conjunto desses dados para a economia de aglomeração de Pinhalzinho e Maravilha aponta que a mesma concentra 8,5% das atividades da região Oeste catarinense.

Na sétima e última colocação, mas não menos importante do ponto de vista da análise do conjunto das aglomerações identificadas no Oeste catarinense, aparece a economia de aglomeração de São Lourenço do Oeste, cuja participação nos dados da região foi de 3,4% em relação ao PIB, de 5,4% em relação ao número de agências bancárias, de 3,3% em relação ao número de pessoal ocupado assalariado, de 3,8% em relação ao número de empresas, de 3,5% em relação à população total da região e de 5,9% em relação ao número de municípios da região que possuem atividades atreladas à aglomeração de São Lourenço do Oeste. Em média, da mesma maneira que calculado para as demais economias de aglomeração, a aglomeração de São Lourenço do Oeste concentra 4,1% dos dados da região Oeste

catarinense que constam no quadro 06. Trata-se, portanto, da economia de aglomeração com menor participação no total regional, sobretudo ao considerar-se o fator do número de agências bancárias.

Das sete economias de aglomeração analisadas (Quadro 06), cabe ressaltar que a(s) cidade(s) centralizadora(s) considerada(s) foi(foram) aquela(s) na(s) qual(quais) se encontram maior número de agências bancárias de cada aglomeração. Neste sentido, na economia de aglomeração de Chapecó, Xaxim e Xanxerê¹⁴², das 53 agências bancárias pertencentes a esta aglomeração, 32 agências possuem sede nessas três cidades, ou seja, Chapecó, Xaxim e Xanxerê sediam 60,3% do total de agências bancárias desta economia de aglomeração. Ademais, alguns bancos, como o banco Safra, Banrisul, Pacific Investment e banco Daycoval possuem agências somente na cidade de Chapecó. Na economia de aglomeração de Caçador e Videira, das 25 agências bancárias, 16 estão localizadas em Caçador e Videira, de maneira que, nesta aglomeração, ambas as cidades concentram 64% das agências bancárias da aglomeração, o que representa uma concentração maior do que a verificada na aglomeração de Chapecó, Xaxim e Xanxerê.

Por sua vez, na economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, das 21 agências bancárias, quatro localizam-se na cidade principal, de maneira que, diferentemente do verificado nas economias de aglomeração anteriores (1. Chapecó, Xaxim e Xanxerê; 2. Caçador e Videira), São Miguel do Oeste concentra apenas 19% das agências desta aglomeração. No entanto, agências de bancos como Bradesco e Santander são encontradas somente na principal cidade desta economia de aglomeração. Na economia de aglomeração de Joaçaba, das 18 agências bancárias, nove se encontram em Joaçaba, ou seja, 50% do total, de maneira que, nesta economia de aglomeração, agências bancárias de bancos como Banrisul, Santander e Itaú são encontradas somente na cidade de Joaçaba. Na economia de aglomeração de Concórdia, das 13 agências bancárias, oito encontram-se na cidade de Concórdia, ou seja, 61,5% do total das agências desta aglomeração, sendo que as agências bancárias de bancos como Bradesco, Banrisul, Santander e Itaú, nesta economia de aglomeração, somente são encontradas na cidade de Concórdia.

¹⁴² Esta economia de aglomeração, analisada a partir da oferta dos serviços bancários, também abrange uma área do extremo Norte do estado do RS. Especialmente a cidade de Chapecó, com a presença de agências bancárias de 9 bancos diferentes (FEBRABAN, 2020), acaba exercendo influência direta nas atividades bancárias inclusive de municípios gaúchos, como é o caso de Nonoai, Rio dos Índios, Gaurama dos Loureiros, Planalto, Alpestre, dentre outros. Neste caso, cabe ressaltar que os serviços bancários de Chapecó atuam em conjunto com outros serviços e exercem influência sobre municípios gaúchos. Isso gera efeito centralizador dos serviços urbano-regionais de Chapecó, sobretudo o comércio, os serviços ligados à saúde, o aeroporto, os serviços ligados à educação superior, dentre outros.

Já na economia de aglomeração de Pinhalzinho e Maravilha, das dez agências bancárias, cinco, ou seja, 50%, se localizam nas cidades de Pinhalzinho e Maravilha. Diferentemente de outras economias de aglomeração, nesta atuam somente as agências bancárias do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Bradesco. Assim, pessoas que trabalham com outros bancos, mas residem nos municípios desta aglomeração, para ter acesso a uma agência precisam se dirigir a Chapecó (distante 60 quilômetros à Leste de Pinhalzinho, via BR-282), ou São Miguel do Oeste (distante 40 quilômetros à Oeste de Maravilha, também via BR-282). Na economia de Aglomeração de São Lourenço do Oeste, das 6 agências bancárias, três, ou seja, 50%, estão localizadas na cidade de São Lourenço do Oeste. De maneira similar ao verificado na aglomeração de Pinhalzinho e Maravilha, na aglomeração de São Lourenço do Oeste encontram-se somente agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco. Dessa forma, pessoas que trabalham com outros bancos, mas residem nos municípios dessa aglomeração, para ter acesso a uma agência bancária precisam se dirigir à Chapecó (distante 108 quilômetros ao Sul, via SC-157), ou a Pato Branco, no estado do Paraná (distante apenas 30 quilômetros ao Norte, via BR-158, ainda que em outro estado).

Neste sentido, a forma de abranger o espaço que os bancos determinam na região Oeste catarinense está intimamente ligada ao desenvolvimento econômico da região. Como demonstrou-se, os bancos têm o poder do financiamento, ou seja, de autorizar a investida de capital nas mais diferentes estruturas produtivas. Apesar de ter-se identificado sete economias de aglomeração a partir do papel desempenhado pelos bancos nos municípios do Oeste catarinense, a acessibilidade das populações aos serviços bancários nem sempre foi algo que esteve ao alcance das mãos de todos. Conforme Contel (2009) demonstrou em seu estudo, da década de 1980 até a o final da década de 2000 houve uma evolução na distribuição do número de agências bancárias, postos bancários de atendimento e caixas eletrônicos no Brasil.

Isso mostra, conforme demonstra Contel (2009), que houve ampliação na acessibilidade aos serviços financeiros, sobretudo por parte das populações urbanas, embora, do ponto de vista concreto, a partir do uso de dados, tenha sido impossível mostrar como ocorreu essa ampliação da acessibilidade às agências e postos bancários ao longo do tempo. O aumento dos fixos bancários verificados por Contel (2009) no período mencionado indica para o aumento espacial e social desses serviços no Brasil. No entanto, com o avanço dos objetos técnicos que operam no sistema bancário, recentemente foram criadas novas formas de acessar os serviços bancários, como aplicativos em smartphone, acesso às informações

bancárias via internet banking, dentre outros. Em geral, essas novas formas são referentes aos canais eletrônicos¹⁴³ que se dão via smartphones, computadores, tablets e outros.

Em razão disso, a circulação de pessoas nas agências e postos bancários passou a ser menor a partir dos anos 2000, tendo se aprofundado a substituição de serviços bancários nos postos de atendimento e nas agências, a partir de 2010, pelo simples uso dos serviços nos aplicativos em smartphones e demais canais eletrônicos. Assim, como propõe Contel (2009), ao se pensar no espraiamento dos serviços bancários no Brasil, pode-se dizer que houve um aumento da difusão das agências e postos bancários até os anos 2000, seguido de uma queda neste número, pois, a partir desse período, aprofunda-se o uso de muitos serviços bancários por canais eletrônicos. Prova disso são os dados da Febraban (2020), os quais demonstram que no ano de 2014 o Brasil possuía 23,1 mil agências bancárias, ao passo que em 2018 eram apenas 21,6 mil agências. Essa queda também é verificada no Oeste catarinense, uma vez que no município de Chapecó, por exemplo, em 2018 operavam 28 agências, ao passo que em 2020 eram 24 agências. Vale ressaltar que, embora se verifique essa queda no número de agências bancárias, elas continuam sendo indispensáveis para atender questões mais complexas que envolvem os bancos, sobretudo aquelas que remetem a financiamento de obras, fechamento de contratos e outras, ou seja, questões impossíveis de se realizarem sem autorização de um gerente bancário continuam sendo realizadas nas agências físicas.

Outro aspecto a se destacar é a baixa nos custos obtida pelos bancos ao diminuírem seus números de agências e postos bancários. Ao fazer isso, automaticamente os bancos diminuem custos com manutenção de espaços físicos, com salário de trabalhadores formais, dentre outros fatores, embora a operação de postos e agências bancárias no espaço, mesmo que em menor número, continue sendo indispensável. Contel (2009) aponta que o atendimento físico tradicional realizado pelas agências bancárias no Brasil apresentou um aumento no período 2000-2007, mas de apenas cerca de 11%. Pós-2008, o número de agências bancárias diminuiu, em grande medida, pelo fato de ter aumentado o uso desses serviços pelo meio eletrônico, conforme supracitado. No entanto, os bancos continuam tendo no atendimento físico um de seus pontos fortes. Tanto é assim que suas estratégias de expansão continuam indo no sentido de que há uma população não-bancarizada a ser atendida nas diferentes regiões do Brasil. Ademais, essa população não-bancarizada (CONTEL, 2009),

¹⁴³ Para Contel (2009, p. 129), canais eletrônicos são todos os sistemas técnicos informacionais que permitem a prestação de serviços bancários fora dos mecanismos tradicionais (agências e postos de atendimento, basicamente). Dentre os principais canais eletrônicos que surgiram (ou se difundiram com vigor) a partir da década de 1990 no território, podemos destacar os próprios terminais de saque de dinheiro (ATM's), os cartões de débito, a *internet* e o *home-banking*, assim como as centrais de atendimento telefônico (*call-centers*).

uma vez que necessite utilização de serviços bancários, geralmente o faz pelo viés tradicional, ou seja, pelo atendimento físico.

Com isso, além das operações bancárias de maior complexidade que exigem procedimentos e autorizações de uma gerência bancária, permanece como fundamental o mantimento, ainda que menor, da rede de agências e postos bancários em operação nas mais diferentes regiões do país, pois, além de existirem operações impossíveis de serem realizadas sem o aval de um gerente bancário, também há uma população com maior dificuldade de familiarização com os aplicativos bancários móveis. Um exemplo pode ser citado a partir da população aposentada, a qual, na sua maioria, sobretudo em regiões interioranas, como é o caso do Oeste catarinense, possui o costume de ir até o banco fazer operações, como tirar o extrato bancário, sacar dinheiro da aposentadoria, fazer aplicação em poupança, dentre outros. Mas a tendência da ampliação dos serviços por meio eletrônico permanece e é interessante para os bancos, pois permite aos mesmos diminuir gastos com salários (CONTEL, 2009).

Portanto, conforme demonstrado para a realidade da distribuição das agências e postos bancários na região Oeste catarinense (Mapa 32), nota-se a desigualdade espacial nesta distribuição. Daí o relevo em usar as economias de aglomeração, as quais são compatíveis com a explicação que expressa o desenvolvimento desigual no interior da região. Dessa forma, dada capilaridade dos bancos expressa ao longo do espaço regional, de maneira aglomerada e desigual, há também nas firmas empresariais outro aspecto a ser considerado nesta análise e que se soma ao analisado neste item, uma vez que as firmas empresariais se configuram num agente de organização do espaço que dita, decisivamente, a ordem econômica regional. Por essa razão, no item 4.2.2 debruça-se sobre as firmas empresariais da região Oeste catarinense e sua influência na dinâmica geoeconômica regional.

4.2.2 As firmas empresariais e sua influência na dinâmica geoeconômica regional

Smith (1988) apontou que “as tendências contraditórias para a diferenciação e a igualdade determinam a produção capitalista do espaço. Em ação, essa contradição que surge no âmago do modo de produção capitalista inscreve-se na paisagem como o padrão existente de desenvolvimento desigual” (p. 149). Ademais, Smith (1988, p. 150) evidencia que “o desenvolvimento desigual, já se afirmou, é uma lei universal da história humana ou, de forma mais abstrata, é a essência da contradição”. Talvez, para além da sua presença na história humana e como essência da contradição, cabe acrescentar que o desenvolvimento desigual é a

característica marcante do modo capitalista de produção. Por essa razão, é possível encontrar desigualdade social, desigualdade produtiva, desigualdade na qualidade de empregos e etc. quando se faz uma análise sobre um espaço capitalista. A isto soma-se a afirmação de Smith (1988, p. 151), de que “é o desenvolvimento desigual que está em função da universalidade contemporânea do capitalismo”.

Para além do processo de desenvolvimento desigual já evidenciado na região aqui estudada, as firmas empresariais são agentes econômicos atuantes na organização do espaço, as quais carecem de análises da Geografia. Conforme Markusen (2005, p. 59), “a firma é a principal unidade de propriedade (...). As firmas são, também, a principal categoria de empregadores”. Neste sentido, assim como salientado no item 4.2, os agentes econômicos de organização do espaço ditam regras, decisões que influenciam diretamente na vida das pessoas e na dinâmica produtiva de uma região. Esses agentes são numerosos, mas, tal como afirmou Corrêa (2000), todos eles são movidos pelas forças do Estado e pelas forças do capital. Os agentes econômicos de organização do espaço diretamente alinhados ao Estado são aqueles que dão as condições necessárias para os agentes privados – as firmas empresariais – poderem operar no espaço. Um exemplo são as instituições públicas de ensino – citadas no item 4.2 – que, ao atuarem nesta área, contribuem para a formação de mão de obra qualificada a ser absorvida nas firmas empresariais.

Pode-se dizer que o Estado e as firmas empresariais atuam num sincronismo, mas é o Estado, através de suas políticas econômicas, que renova os votos de confiança para as firmas empresariais continuarem ativas. Grosso modo, o Estado trata de garantir, sobretudo em momentos de crise, que as firmas empresariais exerçam suas atividades, independentemente do setor de atuação, visando manter os empregos nestas firmas e a dinâmica produtiva em funcionamento. Dito de outra forma, apesar das obrigações trabalhistas, com impostos e com uma organização interna própria que as firmas empresariais devem ter, o Estado precisa dessas empresas para fazer a economia girar, para produzir, gerar emprego, gerar capacidade de consumo da população, etc.

Markusen (2005) chama atenção para esse aspecto, alertando que, quando se elimina da análise as firmas empresariais (a autora as chama de atores) e seus cálculos econômicos, acaba-se privando o público leitor, que busca entender o funcionamento de uma dinâmica econômica regional, “da capacidade de percepção dos primeiros economistas que trataram de aglomeração” (MARKUSEN, 2005, p. 62). Neste sentido, ao alocarem trabalho e capital numa determinada região, as firmas empresariais desconsideram um equilíbrio na

espacialidade das firmas, uma vez que o objetivo maior é encontrar vantagens competitivas para obtenção de lucro. Há uma tendência de que os trabalhadores mais qualificados se deslocam rapidamente em direção às aglomerações urbanas com empresas de maiores salários do que o capital se desloca em direção ao interior de uma região com salários mais baixos.

Essa é uma das razões pelas quais pode-se explicar a formação e consolidação de diferentes economias de aglomeração numa mesma região. Dito de outra forma, as grandes firmas empresariais, ao se consolidarem no seu segmento produtivo em um determinado local, acabam por criar um complexo produtivo atrativo de mão de obra qualificada, mantendo outras manchas regionais com salários médios mais baixos e, conseqüentemente, índices de pobreza mais altos. É o caso das economias de aglomeração, mas também das aglomerações urbanas verificadas em Chapecó e Xanxerê, em São Miguel do Oeste, em Concórdia e Joaçaba e em Caçador e Videira. Daí o relevo em buscar saber quais são as firmas empresariais que atuam na região e aonde elas atuam.

Ademais, é importante considerar o processo de formação socioespacial no qual essas firmas nasceram, cresceram e se consolidaram. Tal processo foi determinante para a formação das empresas que aparecem no quadro 07. A partir de 1950, tornou-se visível na economia empresarial do Oeste catarinense as seguintes forças dinâmicas de produção: a expansão demográfica para o Oeste; o projeto, a construção e a inauguração da rede rodoviária; o desenvolvimento de um mercado nacional crescentemente urbano; a utilização de duas novas fontes de energia, o motor de explosão e a eletricidade na indústria e nos transportes; a ampliação sistemática das ciências naturais e físicas na indústria, sobretudo a química e a física, mediante a importância das atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Vale lembrar, para efeito comparativo, que, enquanto no Brasil a modernização do seu interior (Oeste) ocorreu a partir do século XX, no Oeste dos EUA ocorreu por volta de 1815 (CHANDLER, 1998), ou seja, mais de um século antes de tais mudanças ocorrerem em áreas do interior do Brasil. Assim, no quadro 07 apresenta-se as principais empresas que atuam no Oeste catarinense considerando as que possuíam, em 2019, maior receita líquida e maior lucro líquido. O quadro 07 aponta os municípios sede de cada empresa, os municípios da região nos quais cada empresa possui filiais, e o setor econômico de atuação de cada empresa, tendo como base os dados do Grupo Amanhã (2019).

Quadro 07 – Lista das maiores firmas empresariais da região Oeste catarinense (2019)

Grupo/empresa	Município sede da empresa	Municípios de atuação direta das empresas na região	Receita líquida em R\$ milhões (2019)	Lucro líquido em R\$ milhões (2019)	Setor de atuação
BRF Brasil Food	Concórdia	Capinzal, Herval d'Oeste, Catanduvas, Concórdia, Videira, Chapecó, Guatambu, Xanxerê, Abelardo Luz, Campo Erê ¹⁴⁴ .	33.446,98	297,45	Alimentos e bebidas
Cooperativa Central Aurora	Chapecó	São Miguel do Oeste, Maravilha, Cunha Porã, Pinhalzinho, Chapecó, Xaxim, Abelardo Luz, Quilombo.	9.920,75	543,27	Cooperativa de produção
Cooperativa agroindustrial Alfa	Chapecó	Guatambu, Nova Itaberaba, Paial, Chapecó, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Planalto Alegre, São Carlos, Águas Frias, Coronel Freitas, Jardinópolis, Nova Erechim, União do Oeste, Anchieta, Campo Erê, Palma Sola, São Lourenço do Oeste, Formosa do Sul, Irati, Novo Horizonte, Quilombo, Santiago do Sul, Abelardo Luz, Bom Jesus, Coronel Martins, Faxinal dos Guedes, Ipuacu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Ponte Serrada, São Domingos, Xaxim, Xanxerê, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Paraíso, Romelândia, São Miguel do Oeste, São José do Cedro ¹⁴⁵ .	3.522,83	148,93	Cooperativa de produção
Adami S/A – Madeiras	Caçador	Água Doce, Caçador, Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Passos Maia, Ponte Serrada.	877,29	141,12	Madeira e Cultivo Florestal
Guararapes Painéis S/A	Caçador	Caçador.	549,73	66,43	Madeira e Cultivo Florestal

¹⁴⁴ Municípios onde se localizam unidades frigoríficas, silos de armazenamento e fábricas de ração da BRF Brasil Foods.

¹⁴⁵ A Cooperativa Alfa se encontra em diversos municípios da região, nos quais atende principalmente com lojas de produtos e/ou insumos agropecuários, mas também com supermercados, postos de combustível, silos de armazenamento e limpeza de grãos.

Cooperativa Regional Auriverde	Cunha Porã	Iraceminha, Maravilha, Cunha Porã, São Miguel da Boa Vista, São Carlos, Cunhataí, Santa Terezinha do Progresso, Flor do Sertão, Tigrinhos ¹⁴⁶ .	634,47	35,99	Cooperativa de produção
Coopercarga – Cooperativa de Transporte e Cargas	Concórdia	Vargeão, Concórdia.	811,58	3,70	Transporte e logística
Curtume Viposa	Caçador	Ponte Serrada, Caçador, Seara, Tangará, Videira, Xanxerê, Xaxim.	425,18	42,10	Couro e calçados
Rafitec S/A Comércio	Xaxim	Joaçaba, Xaxim.	294,36	47,88	Comércio – Atacado e Varejo
Ind. Com. Móveis Henn¹⁴⁷	Mondaí	Mondaí.	297,37	49,81	Móveis
Renovigi Engenharia de Sustentabilidade	Chapecó	Chapecó.	443,72	42,85	Energia
Avelino Bragagnolo S/A	Faxinal dos Guedes	Vargeão, Faxinal dos Guedes.	277,92	40,20	Papel e celulose
Primo Tedesco S/A	Caçador	Caçador	350,09	1,12	Papel e celulose
Grupo Dass Calçados e Artigos Esportivos	Saudades	Campo Erê, Saudades.	228,78	28,65	Couro e Calçados
Barra do Cravari Agroflorestal S/A	Palma Sola	Palma Sola.	15,48	6,82	Madeira e cultivo florestal
Beneficência Camiliana do Sul	Concórdia	Quilombo, Ipumirim, Concórdia, Seara, Peritiba, Itá.	159,01	6,78	Saúde
Sincol S/A	Caçador	Chapecó, Caçador, Joaçaba.	127,26	29,18	Madeira e cultivo florestal
CM Participações S/A	Concórdia	Concórdia.	189,90	3,15	Construção e imobiliário
Indústria de Madeiras	Ipumirim	Concórdia, Ipumirim.	76,14	28,88	Madeira e cultivo

¹⁴⁶ Os municípios de abrangência da Cooperativa Auriverde trabalham com supermercados, lojas agropecuárias, postos de combustível, fábrica de ração e moinho.

¹⁴⁷ A móveis Henn possui parceria com diversas redes de lojas de móveis (Benoit, Schumann, Quero-quero, dentre outras), as quais comercializam seus produtos.

Faqueadas Ipumirim					florestal
Sul Brasil Indústria de comércio e acessórios de Plástico e Metal S/A	Caçador	Chapecó, Caçador.	106,39	6,37	Plástico e borracha
Unicred Desbravadora Sul	Chapecó	São Miguel do Oeste, Maravilha, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Videira, Caçador.	81,61	13,54	Financeiro
Sopasta S/A	Tangará	Tangará.	127,88	3,27	Papel e celulose
Nutrisul S/A (Casaredo)*	São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste.	149,10	2,41	Alimentos e bebidas
Farol Indústria e Comércio S/A*	Concórdia	Nova Itaberaba, Concórdia.	101,43	29,39	Nutrição animal
Sperandio S/A Com. de Veículos*	Chapecó	Chapecó.	73,67	0,73	Automotivo
Passos Maia Energética S/A*	Passos Maia	Passos Maia.	40,73	12,58	Energia
Industrial Madeireira S/A*	Videira	Fraiburgo, Videira.	29,88	0,57	Madeira e cultivo Florestal
Garça Branca Energética S/A*	Anchieta	Anchieta.	5,62	1,13	Energia
Rodomac Tratores Peças e Implementos S/A*	São Miguel do Oeste	Campo Erê, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste.	32,44	1,87	Máquinas e equipamentos
Xavantina Energética S/A*	Xanxerê	Xanxerê.	10,28	0,09	Energia
Cresol*	Chapecó	Xavantina, Xanxerê, Concórdia, Coronel Martins, Guaraciaba, Formosa do Sul, Coronel Freitas, Santa Terezinha do Progresso, Chapecó, Dionísio Cerqueira, Quilombo, Pinhalzinho.	14,07	0,04	Financeiro
Central Hidrelétrica Salto das Flores*	São Miguel do Oeste	Paraíso, São Miguel do Oeste.	7,29	2,27	Energia

Cia. Hidromineral de Piratuba*	Piratuba	Piratuba.	5,69	1,30	Turismo e hotelaria
Fezer S/A*	Caçador	Caçador.	37,01	4,66	Máquinas e equipamentos
Coronel Araújo Energética S/A*	Água Doce	Água Doce.	8,41	2,72	Energia
Passo Ferraz Energia S/A*	Bom Jesus	Bom Jesus.	4,30	1,27	Energia
BRK Ambiental*¹⁴⁸	Caçador	Caçador.	16,59	2,47	Prestação de serviço em água e esgoto

Fonte: Grupo Amanhã, 2019. Disponível em: <https://amanha.com.br/500maiores/#100maioressc>

¹⁴⁸ Todas as empresas do quadro 06 marcadas por um asterisco (*) foram classificadas pelo Grupo Amanhã como empresas emergentes, ou seja, com perspectiva para figurar entre as 500 maiores empresas do Sul do Brasil.

Ao levantar o conjunto das principais empresas em operação no Oeste catarinense (Quadro 07), conforme os dados do Grupo Amanhã (2019), tem-se o interesse em considerar os processos de transformação que levaram essas empresas ao patamar em que se encontram no período atual, tais como: modernização tecnológica, inovações em processo e produto, gestão empresarial, dentre outros. Neste sentido, tendo em conta a velocidade em que as mudanças ocorrem, faz-se ainda mais necessário considerar os processos de transformação dessas empresas, que implicam diretamente na dinâmica econômica regional. Dessa forma, para além de tentar descrever como se deram os processos de transformação econômica via estrutura empresarial, Markusen (2005) chama atenção para a necessidade de mencionar quais são as empresas (atores) que dão vida à geografia econômica de uma região. Na compreensão de Markusen (2005, p. 58), os atores são as “instituições que funcionam como agentes decisórios, empreendedores que decidem estabelecer ou criar firmas em determinados locais”. Ou seja, trata-se de estudar sobre o papel exercido pelas firmas empresariais na geografia econômica das regiões. Isso não significa deixar de lado o contexto econômico regional, mas demonstrar que o enfoque centrado nas firmas empresariais melhora, nas palavras de Markusen (2005), tanto o trabalho intelectual quanto seu impacto na realidade econômica regional.

Ademais, essa interpretação dá margem para estudos setoriais que podem ocorrer a partir de cada uma das empresas listadas no quadro 07. No entanto, neste momento a ideia é demonstrar a influência que as firmas empresariais exercem sobre a dinâmica geoeconômica regional e sobre as economias de aglomeração. Nesta perspectiva, os fatores determinantes que o Grupo Amanhã (2019) levou em consideração para selecionar as maiores empresas dos três estados do Sul do Brasil, assim como as empresas consideradas emergentes, foram: Valor Ponderado de Grandeza (VPG), receita líquida, patrimônio líquido, lucro líquido, capital de giro, liquidez corrente e percentagem de endividamento sobre o ativo total da empresa. Com esses indicadores, o levantamento das empresas feito pelo Grupo Amanhã (2019) considerou as variações que as empresas apresentam ano após ano¹⁴⁹, de maneira que fosse possível observar as taxas de crescimento ou decréscimo dos aspectos elencados.

Nesta perspectiva, cabe enfatizar que, das 100 maiores empresas do estado de SC listadas pelo Grupo Amanhã (2019), 22% delas se localizam em diferentes municípios da região Oeste catarinense. Esse dado é discrepante ao verificado quando considerado o número

¹⁴⁹ Embora o Grupo Amanhã (2019), para incluir ou retirar uma empresa da sua lista das 500 maiores do Sul do Brasil, considere a variação anual, nos dados disponibilizados em sua página aparecem apenas as maiores empresas com os dados do ano de 2019.

total de empresas da região, pois, nesse caso, o Oeste catarinense é responsável por 15,45% das empresas do estado de SC (SEBRAE, 2020). Significa dizer que, na sua representação sobre o estado de SC, a região Oeste catarinense possui maior participação quando considerado as 100 maiores empresas do estado (22%) do que quando considerado o número total de empresas do estado (15,45%), independentemente do seu porte. Essa é uma das razões pelas quais corrobora-se com Markusen (2005), no sentido de que, para compreender a dinâmica geoeconômica regional, é preciso olhar para as firmas empresariais que possuem maior poder de decisão sobre a região.

Os dados do quadro 07 podem ser uma proposta de repensar a tradicional divisão regional do trabalho do estado de SC, a qual coloca o Oeste catarinense como região especializada na produção agroalimentar. Notadamente é o setor ao qual pertence as principais empresas da região (as três principais empresas da região – BRF Brasil Foods, Cooperativa Central Aurora e Cooperativa agroindustrial Alfa – são ou estão vinculadas ao setor de alimentos); no entanto, há uma gama de empresas em outros setores econômicos a serem consideradas na dinâmica geoeconômica regional. Assim, embora as empresas do setor de alimentos e bebidas, bem como as de cooperativas de produção estejam no topo da lista, sendo, portanto, as que mais lucraram e mais geraram receita na região Oeste catarinense no ano de 2019, não significa dizer que são as únicas de importância geoeconômica da região. Aliás, a representação das empresas de um conjunto de outros setores sobre o total de empresas que aparecem no quadro 07, em percentual, é maior do que quando considerado somente as empresas diretamente relacionadas ao setor agroalimentar.

A partir dos dados do quadro 07, cabe ressaltar sobre a existência de outros setores empresariais de importante atuação na região, tais como: madeira e cultivo florestal, transporte e logística, couro e calçados, comércio de atacado e varejo, energia elétrica, papel e celulose, saúde, nutrição animal, máquinas e equipamentos, financeiro, construção e imobiliário, dentre outros. Dentre as empresas do quadro 07 (total de 37 empresas), considerando tanto as que figuram entre as maiores da região quanto as consideradas emergentes (classificação estabelecida pelo Grupo Amanhã, 2019), o setor de alimentos e bebidas representa 5,4% do número total de empresas do quadro 07, o setor de cooperativa de produção representa 8,1%, o setor de nutrição animal 2,7%, (somados, esses três setores que diretamente estão relacionados ao setor agroalimentar, em número de empresas, representam 16,2%), o setor de madeira e cultivo florestal 16,2%, o setor de transporte e logística 2,7%, o setor de couro e calçados 5,4%, o setor de comércio em atacado e varejo 2,7%, o setor de

móveis 2,7%, o setor de energia 18,9%, o setor de papel e celulose 8,1%, o setor de saúde 2,7%, o setor de construção e imobiliário 2,7%, o setor de plástico e borracha 2,7%, o setor financeiro 5,4%, o setor automotivo 2,7%, o setor de máquinas e equipamentos 5,4%, o setor de turismo e hotelaria 2,7% e o setor de prestação de serviço em água e esgoto 2,7%.

Por outro lado, em termos de receita líquida (em R\$) e lucro líquido (em R\$), a participação das empresas do quadro 07 por setor de atuação no total regional muda drasticamente em relação ao número total de empresas por setor. Considerando o montante total da receita líquida das empresas do quadro 07, chegou-se ao valor de R\$53.501,23 milhões; já no montante total de lucro líquido atingido pelas mesmas empresas (quadro 07), chegou-se ao valor total de R\$1.649,86 milhão. Ao diluir esses montantes na participação de cada setor empresarial do quadro 07, chega-se à seguinte distribuição, considerando, respectivamente, a participação por setor na receita líquida total e no lucro líquido do total acumulado no quadro 07: setor de alimentos e bebidas (62,79% e 18,17%), setor de cooperativa de produção (26,31% e 44,13% - se somados esses dois setores, que compreendem o grande setor agroalimentar da região, a participação de ambos na receita líquida total das empresas do quadro 07 atinge 89,1% e a participação de ambos no lucro líquido total das empresas do quadro 07 atinge 62,3%), setor de madeira e cultivo florestal (3,13% e 16,54%), setor de transporte e logística (1,51% e 2,55%), setor de couro e calçados (1,22% e 4,28%), setor de comércio – atacado e varejo (0,55% e 3,01%), setor de móveis (0,55% e 3,02%), setor de energia (0,97% e 3,74%), setor de papel e celulose (1,45% e 2,7%), setor de saúde (0,29% e 0,41%), setor de construção e imobiliário (0,35% e 0,19%), setor de plástico e borracha (0,20% e 0,38%), setor financeiro (0,18% e 0,82%), setor de nutrição animal (0,19% e 1,78%), setor automotivo (0,13% e 0,04%), setor de máquinas e equipamentos (0,13% e 0,39%), setor de turismo e hotelaria (0,01% e 0,08%) e setor de prestação de serviço em água e esgoto (0,03% e 0,15%).

Dessa maneira, diferentemente do que foi constatado no número de empresas por setor, observa-se que ambos os setores enquadrados no grande setor do complexo agroalimentar da região representam 89,1% (receita líquida – R\$) e 62,3% (lucro líquido – R\$) do total das maiores empresas do Oeste catarinense (Grupo Amanhã, 2019). Esse dado revela que, apesar da diversificação de setores produtivos na região Oeste catarinense, verificado através do número de empresas por setor, há uma concentração expressiva da produção em termos de receita e lucro líquido gerados no setor agroalimentar.

No entanto, pode-se ir além dessa constatação, na medida em que também se considera o fato de as grandes empresas atreladas aos dois principais setores do quadro 07, em termos de receita líquida e lucro líquido, terem passado por fortes investimentos em inovação de processos e produtos, em tecnologia, em conquista de novos mercados consumidores (nacionais e internacionais), em ganhos de produtividade e na expansão da capacidade de processamento produtivo. Isso permitiu que diferentes cadeias de novos negócios pudessem surgir e se desenvolver na região, o que era inexistente ou pouco notável antes da década de 1980. Está se referindo aos novos negócios que envolvem desde aqueles relacionados à manutenção de máquinas e equipamentos (vide a empresa Torfresma de São Miguel do Oeste, que instala e cuida da manutenção de soluções tecnológicas para câmeras frigoríficas e de laticínios), passando pelos negócios atrelados à inovação (vide a empresa Renovigi de Chapecó, que elabora e executa projetos de instalação de estruturas energéticas baseadas na geração de energia elétrica pela luz solar), até os pequenos e médios fornecedores de produtos básicos, como produtos de limpeza, plásticos, embalagens, materiais de construção, dentre outros.

Atrelado a isto está a discussão teórica da formação dos distritos industriais centro-radiais explanados em Markusen (1995). Esses distritos industriais centro-radiais ocorrem em regiões nas quais um certo número de empresas ou unidades industriais de maior relevo econômico atuam como firmas-chave. Markusen (1995) aponta que essas firmas-chave atuam como eixos da economia regional, atraindo para o seu entorno inúmeros fornecedores e outras atividades correlatas. Neste sentido,

O dinamismo das economias regionais com esse formato associa-se à posição das suas principais firmas ou unidades industriais (...) em seus respectivos mercados nacionais ou internacionais, o que subordina outros negócios locais à sua sorte. Se esses empreendimentos se desenvolvem ao ponto de criar uma massa crítica de serviços e de empregos qualificados, é de se esperar por um processo de diversificação no qual as novas firmas mais se beneficiariam das economias de urbanização e de aglomeração agora existentes do que de uma maior proximidade com as atividades-eixo do distrito. Distritos Centro-Radiais podem assim exibir tanto uma teia mais firme de ligações – na qual pequenas firmas são altamente dependentes da demanda ou da oferta das mais importantes – quanto um caráter mais nuclear, quando aquelas fundamentalmente usufruem das economias de aglomeração proporcionadas pelas firmas-eixo do distrito, sem necessariamente tê-las como compradoras ou fornecedoras (MARKUSEN, 1995, p. 22).

Assim, empresas grandes com sede e filiais no Oeste catarinense, como a Aurora Alimentos, a BRF Brasil Foods, a Cooperativa Alfa, dentre outras, cumprem as funções explanadas por Markusen (1995) e atuam no âmbito do que são os distritos industriais centro-

radiais, na medida em que atraem novas empresas atreladas aos seus setores de atuação, forjam o surgimento de empresas em outros setores, como máquinas e equipamentos, câmeras frigoríficas, soluções energéticas e eficiência computacional de processamento de dados, dentre outras. Ao mesmo tempo, expande-se a oferta de empregos qualificados, com maiores salários, e acaba por criar um efeito em cadeia em outros setores, como o imobiliário, a saúde, a educação, os centros de desenvolvimento tecnológico, dentre outros. Markusen (1995) salienta, ainda, que, dependendo da variedade dos distritos centro-radiais, podem ser dominados por muitas firmas grandes e verticalmente integradas, em um ou mais setores. No Oeste catarinense, o que foi possível perceber é que há uma variedade de setores econômicos nos quais as principais empresas da região atuam, o que faz com que a região seja dominada por várias empresas; no entanto, há uma superioridade em relação à receita líquida e lucro líquido das empresas que atuam no setor de alimentos, principalmente no processamento de carnes e leite.

Ademais, os dados do quadro 07 e essa discussão permitem inferir que, embora exista uma dinâmica econômica diversificada pelas áreas empresariais da região, também existem diferentes centros de produção especializados na região. Os agentes de produção (empresas) de cada economia de aglomeração da região demonstram isso. É essa especialização e essa diversificação que representam a dinâmica econômica do Oeste catarinense. As economias de aglomeração regionais servem de forças de expansão contíguas (próximas) e de forças de expansão não contíguas (distantes). Nesta perspectiva, ocorre o espraiamento de diferentes negócios pelas cidades da região, ou seja, as empresas pensam locais estratégicos para investir, como forma de materialização de suas atuações.

Assim, determinada empresa pode estar sediada em Chapecó, mas ela vê vantagens em abrir um escritório em outra cidade da região ou do país. Consequente, em termos de especialização produtiva por setores econômicos a partir das exportações do ano de 2019, os dez municípios da região com maior número de empresas apresentaram maior especialidade nos seguintes setores: 1) Chapecó (produtos da indústria alimentar do reino animal e máquinas, aparelhos elétricos e outras máquinas); 2) Concórdia (madeira, carvão vegetal, papel e obras de madeira); 3) Xanxerê (máquinas, aparelhos elétricos e outras máquinas); 4) Caçador (madeira, carvão vegetal, papel e obras de madeira); 5) Videira (produtos da indústria alimentar do reino animal e vegetal); 6) São Miguel do Oeste (produtos da indústria alimentar do reino animal); 7) Joaçaba (produtos da indústria alimentar do reino vegetal); 8) Maravilha (máquinas, aparelhos elétricos e outras máquinas); 9) São Lourenço do Oeste

(produtos da indústria alimentar do reino vegetal); 10) Xaxim (Matérias têxteis, couros, calçados e suas obras).

Dessa forma, ainda que os setores de alimentos e bebidas e de cooperativas de produção (Quadro 07) tenham no lucro líquido e na receita líquida a maior representatividade no cenário das maiores empresas do Oeste catarinense, é indispensável ressaltar que há uma dinamização das empresas em diferentes setores produtivos a ser analisada. Conforme verificado no quadro 07, apesar da participação em termos percentuais ser mais baixa, as empresas atreladas aos setores de energia, madeira e cultivo florestal, transporte e logística, couro e calçados, comércio de atacado e varejo, papel e celulose, saúde, construção e imobiliário, plástico e borracha, financeiro, nutrição animal, máquinas e equipamentos, turismo e hotelaria e de prestação de serviço em água e esgoto, juntas, representaram 10,9% da receita líquida total das empresas do quadro 07 (GRUPO AMANHÃ, 2019). No que se refere à participação desses mesmos setores no lucro líquido total das empresas do quadro 07, a percentagem atinge 37,7% (GRUPO AMANHÃ, 2019).

Neste sentido, a diversidade elencada de setores de atuação das maiores empresas do Oeste catarinense é prova de que a visão sobre o setor dos agronegócios, como tratado no capítulo três, chega no momento de passar a ser entendido como complexos produtivos que agregam em grau de interdependência com outros segmentos econômicos da indústria, do comércio e dos serviços. Assim, mesmo que em termos de lucro líquido e receita líquida as empresas do quadro 07 diretamente ligadas aos agronegócios (BRF Brasil Foods, Cooperativa Alfa, Cooperativa Central Aurora, e Cooperativa Regional Auriverde) estejam no topo da lista, elas não representam, sozinhas, a especialização e diversificação produtivas da região. Neste sentido, as economias de aglomeração do Oeste catarinense se formaram a partir de uma matriz produtiva regional que vai além dos agronegócios, mas que possui nos agronegócios uma base consolidada em termos produtivos e no intenso uso de tecnologias nos processos de produção. Assim, trata-se de uma economia regional que evoluiu para outros negócios, os quais envolvem outros setores produtivos, assim como demonstrado através do levantamento do quadro 07.

Os complexos produtivos (empresariais) ligados a qualquer que seja o setor produtivo (agricultura, pecuária, madeira, móveis, plástico, energia, máquinas e equipamentos, dentre outros), embora pareça óbvio, em nenhum momento operaram sem as características de atuação de uma empresa capitalista, quais sejam: com base na exploração da mão de obra assalariada, ainda que visando a diminuição desta para diminuir custos, no uso

intensivo de tecnologia com ganhos em produtividade de processo e produto, com operações estratégicas de fusões e aquisições entre empresas e com atuação estratégica de abranger um número cada vez maior de mercados consumidores, tanto em escala local-regional quanto em escala nacional-internacional¹⁵⁰ (SCHUMPETER, 1961; CHANDLER, 1977). Com isso, no conjunto das características que comportam a atuação empresarial numa região, evidencia-se que a corporação empresarial constitui um elemento econômico de fundamental importância no desenvolvimento capitalista regional.

Neste sentido, as empresas listadas no quadro 07 se configuram numa espécie de agentes geográficos mais atuantes nas transformações socioespaciais da região. Conforme assinalou Markusen (2005, p. 63-64), além de essas empresas venderem

[...] Seus produtos, contratam trabalhadores, tomam dinheiro emprestado, compram materiais e equipamentos. Elas tendem a especializar-se em diferentes linhas de produtos, formando grupos de corporações, conhecidos como setores, indústrias ou 'frações do capital'. [...] As decisões empresariais sobre compra, venda, desenvolvimento de ativos e estratégias competitivas desempenham, todas elas, papéis num cenário geográfico.

Dessa maneira, faz-se necessário estudar o comportamento das empresas nas economias regionais, pois esse comportamento imprime na dinâmica regional diferentes papéis em termos geográficos. Ademais, trata-se de um comportamento que pode mudar no decorrer do tempo e imprimir transformações novas no território.

No Oeste catarinense por exemplo, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 havia maior envolvimento do setor empresarial em torno das agroindústrias. Atualmente a importância das agroindústrias na região continua presente, mas houve mudança nas estruturas e nos setores de atuação do conjunto de empresas da região. De certa forma, isso ocorre pelo fato de os próprios complexos agroindustriais terem passado por transformações que demandaram novas empresas, novos fornecedores de produtos. Paralelamente, a classe empresarial da região, ao ver consolidada a matriz empresarial em torno de um setor produtivo, visualizou em novas frentes de atuação alternativas viáveis de abertura de novos negócios. Esses novos negócios estão atrelados aos que já existiam (por exemplo, em Chapecó, a fábrica de carroceria de caminhões da marca Randon passou a fabricar carrocerias refrigeradas para o transporte de produtos congelados, sem riscos de perdas, para o consumo nacional e para o porto de Itajaí, atendendo ao mercado internacional), e às vezes são novos negócios que aparecem como

¹⁵⁰ Segundo relatório da BRF Brasil Foods, a empresa comercializou seus produtos do Oeste catarinense, no ano de 2020, com mais de 20 países da América, África, Ásia e Europa, além do mercado interno.

diversificadores da matriz produtiva-empresarial que já existia (por exemplo, a empresa Renovigi Engenharia, também sediada em Chapecó, é especializada na elaboração e implementação de projetos de energia solar em áreas urbanas e rurais, em qualquer tipo de estabelecimento: comercial, industrial ou residencial).

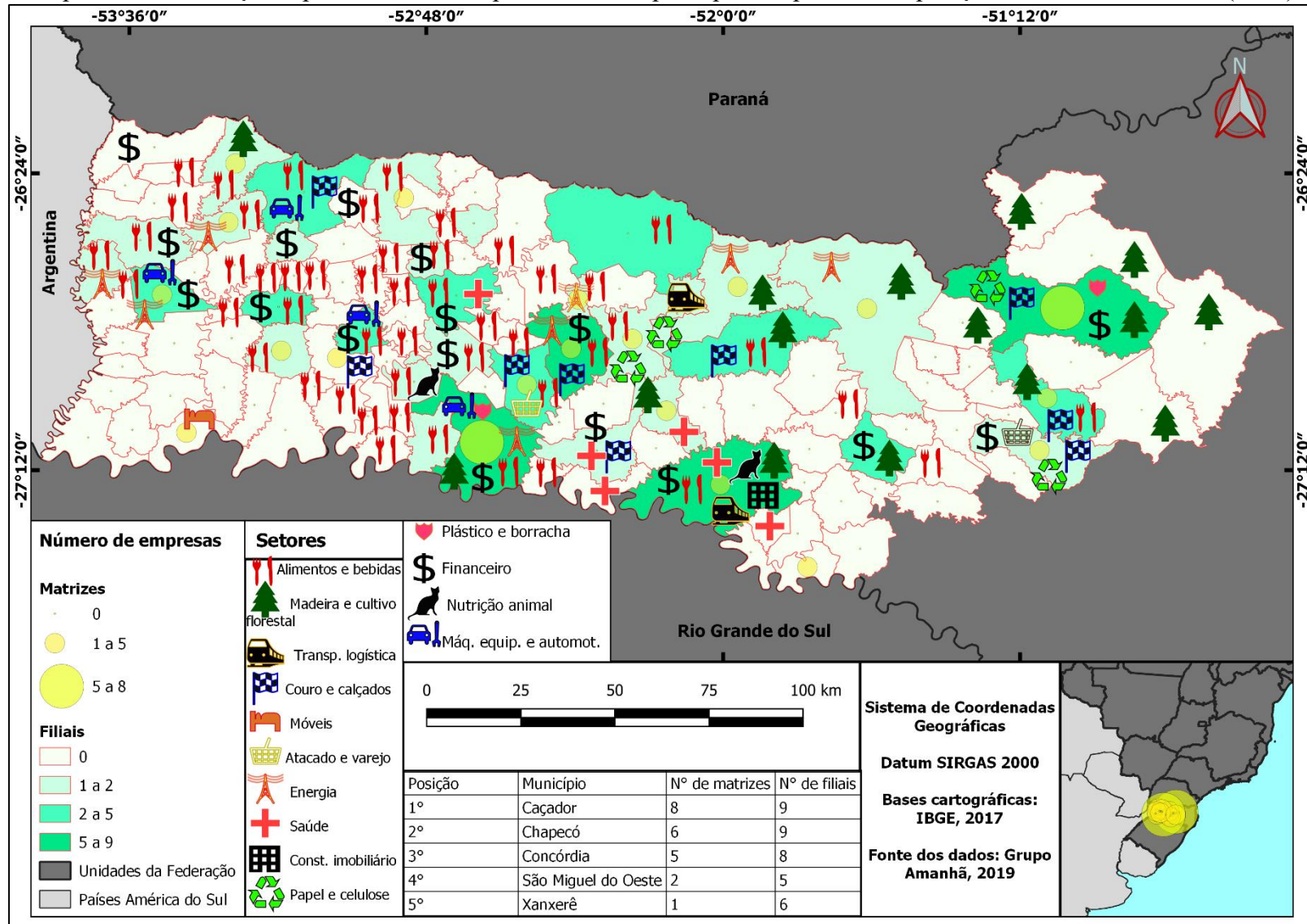
Por outro lado, o que continua sendo notório, de acordo com os dados do quadro 07, é que as empresas, em geral, se localizam principalmente nos centros de produção das economias de aglomeração. Do ponto de vista espacial, verifica-se que continua existindo a distribuição desigual das empresas ao longo da área física regional (mesmo que, no caso de algumas empresas, sua atuação ocorra em diversos municípios da região – quadro 07). Neste aspecto,

Ao equiparar o desenvolvimento desigual com a sua expressão particularmente geográfica, não há nenhuma tentativa de negar outros aspectos do processo. Isto é feito para compensar o nítido descuido para com a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista e enfatizar, na prática, a conclusão de que a desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo (Smith, 1988, p. 151).

Dessa maneira, conforme Smith (1988), as firmas empresariais não estão preocupadas com um equilíbrio na distribuição espacial de suas filiais. O interesse impregnado na localização de cada empresa são as vantagens competitivas que elas podem ter ao se localizarem num dado lugar. Contudo, o fato novo é que os novos negócios aos quais está se dando ênfase deram à região Oeste catarinense uma nova roupagem para sua matriz produtiva empresarial. Essa nova roupagem, derivada das empresas novas ou atreladas aos setores produtivos já existentes, forjou o aparecimento de uma realidade produtiva diferente daquela historicamente identificada. Assim, a partir do levantamento disponível no quadro 07, elaborou-se o mapa 33, no qual é possível verificar a distribuição espacial dos setores produtivos aos quais as principais empresas da região Oeste catarinense estão conectadas. Da mesma forma que no quadro 07, a elaboração do mapa 33¹⁵¹ se deu a partir do levantamento das maiores empresas do Sul do Brasil (GRUPO AMANHÃ, 2019).

¹⁵¹ Na elaboração do mapa 33, a fim de promover melhor visualização dos símbolos no mapa, optou-se por considerar o setor de turismo e hotelaria como parte do setor de construção e imobiliário, e o setor de cooperativa de produção como parte do setor de alimentos e bebidas, haja vista que todas as empresas do setor cooperativo que aparecem no quadro 06 atuam no setor de alimentos e a empresa ligada ao setor de turismo e hotelaria acaba movimentando diretamente o setor imobiliário e de construção.

Mapa 33 – Distribuição espacial dos setores produtivos das principais empresas em operação no Oeste catarinense (2019)



Fonte: Grupo Amanhã (2019)

De acordo com o mapa 33, os setores produtivos aos quais as principais empresas do Oeste catarinense (Grupo Amanhã, 2019) estão atrelados são bastante diversificados. No entanto, é notável, pelo mapa 33, que o setor de alimentos e bebidas é o mais presente pela extensão regional. Esse setor está presente principalmente na porção central do Oeste catarinense, nos arredores de Chapecó, Xaxim e Xanxerê, Maravilha e Pinhalzinho, São Miguel do Oeste, São Lourenço do Oeste e com menor expressão nos arredores de Joaçaba (Leste da região). Ao mesmo tempo, na porção Leste do Oeste catarinense, ocorre, no entorno de Caçador, a presença do setor de madeira e cultivo florestal, o qual é quase inexistente no extremo Oeste da região, ainda que também se faça presente na parte central da região, em municípios como Ponte Serrada, Passos Maia, Ipumirim, Concórdia e Chapecó. O setor de couro e calçados também é mais presente nesta região (porção Leste), especialmente em Videira, Tangará e Caçador, mas também se encontra em Ponte Serrada, Xaxim, Xanxerê, Saudades e Campo Erê.

Ainda conforme o mapa 33, as empresas do setor de transporte e logística encontram-se em Concórdia e Vargeão, do setor de móveis em Mondai, do setor de atacado e varejo em Xaxim e Videira, do setor de energia em Chapecó, Água Doce, Passos Maia, São Miguel do Oeste, Anchieta, Paraíso, Xanxerê e Ouro Verde. Já as empresas ligadas ao setor da saúde localizam-se em Concórdia e seu entorno, bem como em Quilombo. As empresas do setor de construção e imobiliário encontram-se em Concórdia, e do setor de papel e celulose encontram-se em Tangará, Faxinal dos Guedes, Passos Maia e Caçador. O setor de plástico e borracha se faz presente em Chapecó e Caçador. O setor de nutrição animal encontra-se em Concórdia e Nova Itaberaba. O setor de máquinas, equipamentos e automotivo encontra-se em Chapecó, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste e Campo Erê. Por fim, o setor financeiro pode ser encontrado em Concórdia, Chapecó, Seara e Xanxerê, além de Tangará, Pinhalzinho, Maravilha, São Miguel do Oeste, Guaraciaba e Dionísio Cerqueira¹⁵².

Paralelamente à distribuição espacial das principais empresas por setor produtivo na região Oeste catarinense (Mapa 33), chama atenção a concentração dessas sedes empresariais em determinadas cidades da região. Conforme sistematização dos dados do quadro 07 e do

¹⁵² Convém ressaltar que esses setores foram apontados a partir das empresas do Oeste catarinense que se fazem presentes na lista das 500 maiores empresas do Sul do Brasil e das empresas consideradas emergentes pelo Grupo Amanhã (2019). Dessa forma, há municípios do mapa 33 onde algum dos setores também se destaca, mas que não foi sinalizado com os símbolos dos setores produtivos, pois nesses municípios não ocorre a atuação de uma dessas empresas consideradas as maiores pelo Grupo Amanhã (2019), as quais aparecem no quadro 07. Em Itapiranga, por exemplo, município no qual nenhum setor produtivo se faz presente pelo mapa 33, há uma unidade do Grupo JBS que atua no processamento industrial de suínos. Essa unidade exporta mais de 90% da sua produção, mas não aparece no mapa 33 em razão de a JBS não possuir sua sede em um município do Oeste catarinense. Outros exemplos similares a este poderiam ser citados.

mapa 33, das 37 empresas que figuram entre as emergentes e entre as 500 maiores do Sul do Brasil localizadas na região Oeste catarinense (Grupo Amanhã, 2019), considerando o número de matrizes por município, constatou-se que 21,6% (8 empresas) dessas empresas possuem sede no município de Caçador, 16,2% (6 empresas) possuem sede em Chapecó, 13,5% (5 empresas) possuem sede em Concórdia e 5,4% (2 empresas) possuem sede em São Miguel do Oeste. Há uma porção de municípios que sediam apenas uma empresa cada. Dessa maneira, os municípios de Caçador, Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste concentram 56,7% do total de empresas do Oeste catarinense classificadas pelo Grupo Amanhã (2019) como empresas emergentes, ou que estão entre as 500 maiores do Sul do Brasil.

Neste sentido, vale salientar que uma tentativa de divisão de economias de aglomeração na região Oeste catarinense a partir das maiores empresas em operação na região (Grupo Amanhã, 2019) não poderia levar em consideração exatamente a mesma divisão de economias de aglomeração estabelecida a partir da distribuição espacial das agências e postos bancários nos municípios do Oeste catarinense (Mapa 32 e Quadro 06). Isso ocorre em função de que os municípios que compõem a economia de aglomeração de Joaçaba (Quadro 06) ficariam desassistidos de empresas que localizam suas matrizes nos municípios desta aglomeração. Por essa razão, no quadro 08, a economia de aglomeração de Concórdia foi considerada como área de abrangência de boa parte dos municípios que no quadro 06 apareciam como pertencentes à aglomeração de Joaçaba. Da mesma forma, alguns municípios que no quadro 06 apareciam como parte da aglomeração de Joaçaba, na divisão das economias de aglomeração com base nas maiores empresas em atuação na região, passaram a compor o escopo de municípios que faz parte da economia de aglomeração de Caçador e Videira.

Consequente, no quadro 08 é possível identificar, por aglomeração econômica com base na atuação das maiores empresas em receita líquida e lucro líquido da região, o número de municípios que compõe cada economia de aglomeração, o número de empresas (Grupo Amanhã, 2019) com matriz nos municípios de cada aglomeração, o número de filiais das empresas nos municípios de cada aglomeração, o número total de matrizes e filiais em cada aglomeração e o setor de atuação das empresas que fazem parte de cada economia de aglomeração (Quadro 08).

Quadro 08 – Participação das economias de aglomeração do Oeste catarinense sobre o número de empresas por município (matriz e filial), setor de atuação, receita líquida (R\$ milhões) (2019)

Economias de aglomeração	Número de municípios que compõe a economia de aglomeração	Número de empresas com matriz nos municípios da aglomeração	Número de filiais das empresas nos municípios da aglomeração	Total entre matrizes e filiais da aglomeração	Receita líquida (R\$ milhões) das empresas com matriz na aglomeração	Lucro líquido (R\$ milhões) das empresas com matriz na aglomeração	Setor de atuação das empresas
Caçador e Videira	19	11	14	25	2.655,71	299,31	Madeira e cultivo florestal, couro e calçados, papel e celulose, plástico e borracha, máquinas e equipamentos, energia.
Concórdia e Joaçaba	19	7	16	23	34.790,73	370,65	Alimentos e bebidas, transporte e logística, saúde, construção e imobiliário, madeira e cultivo florestal, nutrição animal, turismo e hotelaria.
Chapecó, Xaxim e Xanxerê	36	11	53	64	14.639,63	851,38	Cooperativa de produção, comércio de atacado e varejo, energia, papel e celulose, financeiro, automotivo.
São	7	1	7	8	149,10	2,41	Alimentos e

Lourenço do Oeste							bebidas.
Pinhalzinho e Maravilha	15	2	15	17	863,25	64,64	Cooperativa de produção, couro e calçados.
São Miguel do Oeste	22	5	16	21	358,20	61,87	Móveis, madeira e cultivo florestal, energia, máquinas e equipamentos.
Total	118	37	121	158	53.456,62	1.650,26	-

Fonte: Grupo Amanhã (2019)

De acordo com o quadro 08, das constatações possíveis de serem feitas sobre as 37 empresas do Oeste catarinense (Grupo Amanhã, 2019), uma primeira constatação é de que a economia de aglomeração de Chapecó, Xaxim e Xanxerê é a mais pujante de todas as que compõem o quadro 08, pois abarca maior número de municípios da região (30,5%), maior número de empresas com matrizes da região (29,7%), maior número de empresas com filiais da região (43,8%), segunda maior receita líquida (em R\$ milhões), com 27,4% do total regional, e maior lucro líquido (em R\$ milhões) com 51,6% do total regional. As matrizes empresariais desta economia de aglomeração atuam nos setores de alimentos, cooperativas de produção, comércio de atacado e varejo, energia, papel e celulose, financeiro e automotivo.

A economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba se configura na segunda mais relevante do quadro 08, pois nela se encontra 65,1% da receita líquida (em R\$ milhões) das empresas da região e 22,4% do lucro líquido (em R\$ milhões). Assim, a aglomeração de Concórdia e Joaçaba possui, no conjunto de empresas do quadro 08, a maior receita líquida e o segundo maior lucro líquido das empresas da região Oeste catarinense. Isso ocorre, em grande medida, em razão de Concórdia sediar a matriz da BRF Brasil Foods, empresa exclusivamente responsável por uma receita líquida de R\$ 33,4 bilhões, o que representa mais de 90% da receita líquida das sete empresas com matriz na economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba. Ademais, nesta economia de aglomeração encontra-se 16,1% dos municípios da região, 18,9% das matrizes das empresas da região e 13,2% das filiais das empresas da região. As matrizes das empresas desta aglomeração atuam nos setores de alimentos e bebidas, transporte e logística, saúde, construção e imobiliário, madeira e cultivo florestal, nutrição animal e turismo e hotelaria. Trata-se, portanto, de uma economia de aglomeração de base produtiva diversificada, apesar de seus valores em receita líquida e lucro líquido estarem majoritariamente ligados ao setor de alimentos.

A terceira economia de aglomeração mais relevante do quadro 08 é a de Caçador e Videira, na qual encontra-se 5% da receita líquida das empresas da região (em R\$ milhões) e 18,1% do lucro líquido das empresas da região (em R\$ milhões). Em número de municípios, a economia de aglomeração de Caçador e Videira é igual a de Concórdia e Joaçaba, com 16,1% dos municípios da região. No entanto, o número de empresas com matrizes nesta aglomeração é superior ao verificado em Concórdia e Joaçaba, alcançando 29,7% das sedes das empresas da região Oeste catarinense. Já na participação sobre o número de empresas com filiais, a aglomeração de Caçador e Videira possui participação menor, com 11,5% das filiais da região (Quadro 08). Ademais, os setores de atuação das empresas da economia de aglomeração de Caçador e Videira possuem grande vínculo com papel e celulose e madeira e cultivo florestal,

mas também há empresas que atuam, nesta aglomeração, nos setores de couro e calçados, plástico e borracha, máquinas e equipamentos, além do setor de energia. Isso aponta que, apesar da maior representatividade na economia de aglomeração de Caçador e Videira nos setores de papel e celulose e madeira e cultivo florestal, há um conjunto de outros setores que também compõe a matriz produtiva desta aglomeração.

A quarta economia de aglomeração mais relevante do quadro 08 é a de São Miguel do Oeste, na qual encontra-se 18,6% dos municípios da região, 13,5% das matrizes das empresas da região e 13,2% das filiais das empresas da região. Em termos de receita líquida (em R\$ milhões), a economia de aglomeração de São Miguel do Oeste representa apenas 0,7% da receita líquida regional (empresas do quadro 08) e 3,7% do lucro líquido (em R\$ milhões) das empresas da região. Embora as empresas do quadro 08 com matriz na economia de aglomeração de São Miguel do Oeste atuem nos setores de móveis, madeira e cultivo florestal, energia e máquinas e equipamentos, vale mencionar que o setor de alimentos também possui forte atuação nesta região, sobretudo em função de filiais de empresas com matriz em outras aglomerações atuarem na aglomeração de São Miguel do Oeste. Como exemplo pode-se citar as empresas cooperativa central Aurora alimentos e a Cooper Alfa (há também forte atuação do grupo JBS nesta aglomeração, o qual ficou fora da contabilidade dos dados do quadro 08 em função de sua matriz se localizar fora do Oeste catarinense).

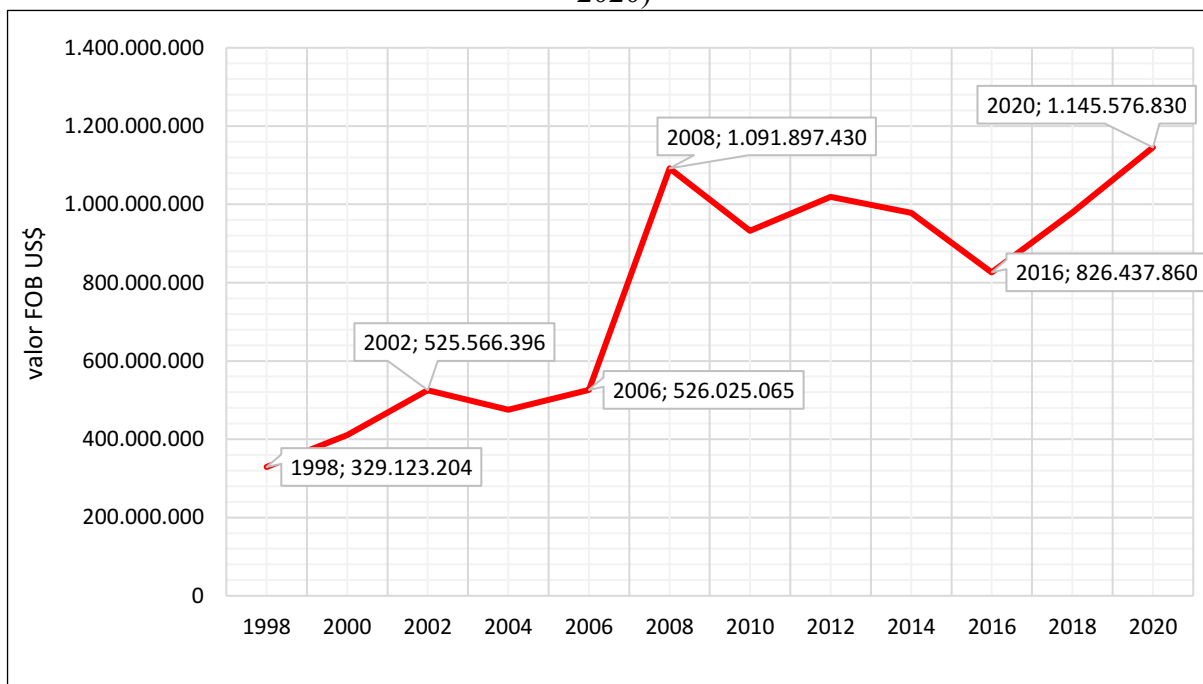
A quinta economia de aglomeração em grau de importância da região Oeste catarinense é a de Pinhalzinho e Maravilha, na qual encontra-se 1,6% da receita líquida (R\$ em milhões) das empresas da região (Quadro 08) e 3,9% do lucro líquido (em R\$ milhões) da região. Em ambos os indicadores, essa aglomeração supera a aglomeração de São Miguel do Oeste. No entanto, sua participação regional em número de municípios representa 12,7%, sua participação regional em número de empresas com matriz representa 5,4% e em número de empresas com filiais representa 12,3% do total regional. Isso demonstra que o grau de importância das duas empresas com matriz na aglomeração de Pinhalzinho e Maravilha em escala regional é maior do que as cinco matrizes empresariais localizadas na aglomeração de São Miguel do Oeste, haja vista que, na primeira, a participação em receita líquida e lucro líquido é, respectivamente, de 1,6% e 3,9% sobre a região, ao passo que na segunda a participação sobre a região é de 0,7% e 3,7%. Ademais, na economia de aglomeração de Pinhalzinho e Maravilha, os setores de atuação das empresas são menos diversificados, limitando-se aos setores de couro e calçados e cooperativas de produção – a qual também representa o setor de alimentos.

Por fim, a sexta economia de aglomeração do quadro 08 é a de São Lourenço do Oeste, a qual possui apenas uma empresa com matriz, representando 2,7% das 37 empresas com matrizes na região Oeste catarinense. O número de empresas com filiais na aglomeração de São Lourenço do Oeste representa 5,8% das filiais da região. Já no número de municípios, a aglomeração de São Lourenço do Oeste abrange 5,9% dos municípios da região. A receita líquida da empresa com matriz nesta aglomeração (em R\$ milhões) corresponde a 0,27% do valor total da receita líquida da região, e o lucro líquido (em R\$ milhões) desta aglomeração corresponde a 0,14% do lucro líquido total das empresas da região Oeste catarinense (Quadro 08). A empresa com matriz nesta aglomeração atua no setor de alimentos, o que confirma tal setor como o principal setor empresarial da região, considerando o escopo das empresas que compõem o grupo das 500 maiores do Sul do Brasil e das consideradas pelo Grupo Amanhã (2019) empresas emergentes.

Para além das análises realizadas com base nos dados sobre empresas disponibilizados pelo Grupo Amanhã (2019), é preciso considerar que as grandes empresas em operação na região Oeste catarinense são grandes influenciadoras da dinâmica geoeconômica regional, mas não são as únicas influenciadoras. Neste sentido, convém analisar também os setores produtivos mais pujantes da região a partir dos valores de produtos exportados. Neste caso, foi impossível fazer um levantamento dos dados por empresa, mas possível de fazê-lo por município e por setor produtivo, haja vista que é dessa forma que o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2020) disponibiliza os dados. Com base nisto, uma primeira constatação a ser feita é a de que houve importante crescimento nas exportações totais em valor FOB (US\$) dos municípios da região Oeste catarinense, conforme demonstra o gráfico 43.

Trata-se de um crescimento que passou de US\$329 milhões no ano de 1998 para US\$1,14 bilhão no ano 2020, representando, no período, crescimento nas exportações da região na casa dos 240% (Gráfico 43). Ademais, no ano de 2020 foi registrado maior valor exportado pela região, considerando-se a série histórica de 1998-2020. No mesmo período, as exportações totais do estado de SC passaram de US\$2,6 bilhões para US\$9,9 bilhões, o que significou crescimento de 280%, sendo, portanto, crescimento maior do que o constatado na região Oeste (Gráfico 43). Em 1998, a região era responsável por 12,47% das exportações do estado de SC, e em 2020 esse percentual foi de 11,46%. No gráfico 43 é possível observar o comportamento, em valor FOB (US\$), das exportações da região entre os anos 1998-2020.

Gráfico 43 – Exportações totais do Oeste catarinense em valor FOB (US\$) no período (1998-2020)



Fonte: Ministério da indústria, comércio exterior e serviços (MDIC, 2020)

Apesar da queda de aproximadamente 1% na participação da região Oeste no total das exportações de SC do ano 1998 para 2020, o gráfico 43 aponta crescimento das exportações da região em valor FOB (US\$). Dessa forma, embora se identifiquem algumas variações negativas, como do ano 2002 para 2004, do ano 2008 para 2010 e do ano 2012 para 2016 (registro da maior queda da série – gráfico 43), pode-se dizer que, no conjunto da série, as exportações do Oeste catarinense apresentaram crescimento. De acordo com o MDIC (2020), no ano de 2020 as exportações totais de SC estiveram em 32,9% atreladas a três setores: 1) carnes de aves e suas miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (15% com valor FOB de US\$1,25 bilhão); 2) carne suína fresca congelada, refrigerada ou congelada (14% com valor FOB de US\$1,12 bilhão); e 3) manufaturas de madeira (3,9% com valor FOB de US\$321 milhões).

Como supracitado, a partir da atuação das grandes empresas no Oeste catarinense (GRUPO AMANHÃ, 2019), os setores de alimentos e bebidas e de madeira e cultivo florestal estão entre os principais setores produtivos da região. Assim, com a relativização dos dados de exportação é possível afirmar que nesses dois setores o Oeste catarinense manteve-se estável no cenário estadual, em termos de valores e volumes exportados. O que ocorre é que outras regiões do estado de SC, como a região de Canoinhas, Campos Novos e Lages, passaram a investir mais forte nesses setores, fazendo com que, relativamente, a participação

do Oeste apresentasse pequena queda no total das exportações estaduais em termos percentuais.

Neste sentido, importa verificar se as exportações dos setores produtivos dos municípios da região Oeste catarinense realmente possuem essa importância em relação às exportações estaduais. Além disso, esse levantamento confirmará ou não se os setores nos quais atuam as maiores empresas da região classificadas pelo Grupo Amanhã (2019) também são os setores com maiores participações nas exportações da região. Apesar de existirem outros indicadores a partir dos quais é possível fazer essa comparação, este certamente é um meio pelo qual pode-se chegar a um resultado da importância dos setores produtivos do Oeste catarinense em termos comerciais com o exterior.

Neste intuito, o quadro 09 apresenta a porcentagem de participação das exportações dos municípios do Oeste catarinense por setor produtivo. Ao final do quadro, tem-se uma média sobre a participação dos setores produtivos nas exportações da região Oeste catarinense. Para o levantamento do quadro 09, diferentemente dos dados já apresentados em outros quadros e tabelas, considerou-se somente as exportações do ano de 2020, sendo esse o ano mais atual dos dados disponibilizados pelo MDIC, para o momento em que se redige o presente trabalho. Além disso, cabe salientar que, dos 118 municípios da região, somente 70 fizeram alguma exportação no ano de 2020, independentemente do valor total da exportação realizada. Dessa maneira, os dados do quadro 09 são inerentes aos 70 municípios do Oeste catarinense exportadores de produtos no ano de 2020, de acordo com o MDIC.

Capinzal	0	0	0	34	62,2	1,7	0	1,3	0	0,8
Nova Itaberaba	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0
Cunha Porã	0,2	0	0	0	89	0	0,1	9,6	0	1,1
Anchieta	0	95,8	0	0	0	0	0	0	4,2	0
Princesa	51,7	47,7	0	0	0	0	0	0	0	0,6
São Carlos	0	0	93,9	0	1,8	3,9	0	0	0	0,4
Ponte Serrada	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guarujá do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0
Alto Bela Vista	0	0	0	0	0	100	0	0	0	0
Abelardo Luz	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0
Xaxim	0	0	0	0	10,9	13	75	0	0,2	0,9
Jardinópolis	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0
Águas Frias	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0
Herval d'Oeste	0	0	0	0	42	0	0	58	0	0
Erval Velho	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0
Bandeirante	0	99,8	0	0	0	0	0	0	0	0,2
São J. do Cedro	0	99,9	0	0	0	0	0	0,1	0	0
Salto Veloso	93,5	0	0	0	5,9	0	0	0	0	0,6
Coronel Freitas	0	58	0	0	0	42	0	0	0	0
Pinheiro Preto	24,8	0	75	0	0	0	0	0	0	0,2
Luzerna	0	4,1	0	0	81,1	0	0	0,1	14	0,7
Irani	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Iomerê	30,9	0	0	0	0	0	0	0	69	0,1
Sul Brasil	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ¹⁵³	19,8	9,8	24,6	9,9	9,9	7,2	0,9	7,5	9,6	0,7
Participação média por setor	15,36	19,2	22,97	13,79	10,19	5,51	5,08	2,66	4,36	0,57

Fonte: Ministério da indústria, comércio exterior e serviços, 2020

¹⁵³ Dados referentes às exportações dos municípios de Cordilheira Alta, Guaraciaba, Água doce, Faxinal dos Guedes, São João do Oeste, Guatambú, Rio das Antas, Catanduvas, Caibi, Jaborá, Lebon Régis, Presidente Castello Branco, Campo Erê, São Domingos, Tangará, Ibiam, Palmitos, Peritiba, Bom Jesus e Paraíso.

Ao adentrar na análise sobre os dados do quadro 09, considera-se importante, antes disso, tecer algumas considerações sobre as mudanças que ocorreram entre 1998 e 2020 em termos dos municípios que mais realizaram exportação da região Oeste catarinense. Dessa forma, em 1998, os dez municípios com maior exportação da região em valor FOB (US\$) foram: Videira, Capinzal, Caçador, Seara, Chapecó, Maravilha, Xaxim, Joaçaba, Herval d'Oeste e Palma Sola, os quais somaram 89,1% do valor total exportado pela região. No ano de 2010, os dez municípios com maior exportação da região em valor FOB (US\$) foram: Itapiranga, Caçador, Seara, Xaxim, Ipumirim, Joaçaba, Gatambú, Palmitos, Videira e Fraiburgo, os quais somaram 83,7% do valor exportado pela região. Já no ano de 2020, os dez municípios com maior exportação da região em valor FOB (US\$) foram: Caçador, Itá, Seara, Itapiranga, Vargem Bonita, São Miguel do Oeste, Chapecó, Ipumirim, Videira e Pinhalzinho, os quais somaram 85,2% do valor exportado pela região (MDIC, 2020). Verifica-se que, no ano de 2010, ocorreu pequena diminuição – de 5,4% – na concentração dos valores de exportação pelos dez municípios que mais exportaram da região; no entanto, no ano de 2020, essa concentração voltou a ter uma alta de 1,5% em relação a 2010, ultrapassando 85%.

Evidencia-se, dessa forma, que, apesar de um número grande de municípios da região terem vendido algum produto para o exterior, os dez municípios que mais exportaram concentram porcentagem expressiva do valor FOB (US\$) total exportado pela região Oeste catarinense. Ocorreu, no geral, conforme apontam os dados disponíveis no MDIC (2020), pequena diminuição na porcentagem da participação nas exportações da região pelos dez principais municípios exportadores, sendo que em 1998 era 89,1% e em 2020 foi de 85,2%. Apesar disso, trata-se de uma alta concentração das empresas de alguns municípios responderem quase pela totalidade dos valores exportados pela região Oeste catarinense.

De acordo com informações coletadas em trabalho de campo realizado com o gerente de produção da unidade da Aurora Alimentos de São Miguel do Oeste (em março de 2021), o mercado exterior é um atrativo importante para as empresas da região, sobretudo as do setor alimentar; no entanto, muitas vezes uma gama de empresas opta por ficar de fora da realização de exportações em função da burocracia brasileira. Segundo o entrevistado, as condições internas para elevar a empresa ao nível de exportadora muitas vezes são impedimentos para esse fim, ao passo que a negociação com os países do exterior, uma vez formalizados os contratos e cumpridas as exigências no processamento dos produtos que os países exigem, é menos burocrática do que as exigências da Receita Federal, do MDIC, além de outras exigências portuárias e de outros órgãos reguladores internos.

Essa pode ser uma das explicações para o problema verificado sobre a perda de participação da região Oeste catarinense nas exportações do estado de SC¹⁵⁴, uma vez que, conforme apontaram os dados do DataSebrae (2020), a maioria das empresas da região são de pequeno porte. Para essas empresas, a alta carga burocrática pode ser um impedimento para ingressar no comércio exterior. Por outro lado, para as empresas de grande e médio porte (por exemplo as empresas exportadoras do Quadro 09), essa burocracia pode significar um grau menor de dificuldade para exportação, uma vez que são empresas que conseguem ofertar quantidades maiores de produtos ao mercado externo e, em geral, são empresas que possuem relações comerciais com o mercado externo há mais de uma década. A história de longo prazo de parceria com o comércio exterior de empresas específicas da região são vantagens competitivas importantes, que dificilmente são alcançadas pelas empresas de porte pequeno. Assim, pode-se dizer que o mercado externo, para os diferentes setores produtivos das empresas da região Oeste catarinense, sobretudo as de pequeno e médio porte, é um campo a ser explorado. Para isso, necessariamente as empresas e as esferas dos poderes públicos ligadas a esse tipo de transação comercial precisam estar unidas, a fim de viabilizar negócios e diminuir dificuldades burocráticas internas. Isso pode levar à descentralização do número de empresas da região em condições de exportação de seus produtos¹⁵⁵.

Ademais, elevar uma empresa ao nível de exportadora de seus produtos é decorrente da qualidade dos produtos de tal empresa, da saúde financeira e da capacidade da mesma de adentrar em novos espaços consumidores. Esses aspectos dependem da situação econômica na qual o país se encontra. Os próprios dados do MDIC (2020) indicaram que somente houve diminuição na concentração das exportações nos dez municípios que mais exportaram da região no período em que o Brasil se encontrava no melhor momento econômico das últimas décadas, ou seja, entre 2004 e 2014. Assim, a questão do mercado interno também é de suma

¹⁵⁴ Entretanto, há outros fatores a serem considerados. A perda de participação da região Oeste no PIB estadual pode estar ligada a uma estratégia adotada pelas grandes empresas, especialmente a BRF, em relação a sua produção direcionada para exportação. Trata-se do fato de a nota fiscal (NF) final da produção não sair por Chapecó, ou pela cidade na qual se localiza a planta industrial da empresa, mas sim por Itajaí, que onde se localiza o porto de exportação dos produtos. Essa questão deve ser aprofundada em outras pesquisas, pois contempla questões contábeis e estratégias empresariais, mas que interferem no cômputo do valor agregado e na distribuição de ICMS aos municípios da região Oeste catarinense, que são aqueles nos quais realmente ocorre o processamento dos produtos. Ao fazer isso, as empresas ganham benefícios fiscais, por isso, a produção é realizada na região Oeste catarinense, mas o registro, muitas vezes, é feito por Itajaí (no caso da produção que é exportada).

¹⁵⁵ Cabe ressaltar que muitas das empresas de pequeno e médio porte que podem ingressar no mercado externo surgiram e criaram uma estrutura de capacidade de produção graças ao papel do Estado desempenhado no período 2004-2014, com linhas de crédito específicas para financiar pequenos e médios negócios. Ao mesmo tempo, trata-se de um período de elevação do poder de consumo da população brasileira, o que facilitou a vida dessas empresas quando buscaram inserir no mercado consumidor interno seus produtos.

importância, pois a saúde financeira para aumentar investimentos em produção, em inovação, em tecnologia de uma empresa depende de como se encontra a situação econômica do país. Os recortes regionais de um país como o Brasil possuem especificidades econômico-sociais, no entanto, a situação econômica nacional repercute diretamente na vida econômica das regiões.

Dito isso, apesar da concentração das exportações nos dez municípios que mais exportaram da região (MDIC, 2020), verificou-se forte diversificação dos setores produtivos responsáveis pelas exportações da região. Assim, diferentemente do que se encontrou nas teses e dissertações que aparecem no estado da arte desta tese, o quadro 09 aponta que os setores produtivos exportadores da região Oeste catarinense vão além do setor agroalimentar. É verdade que as exportações do setor de produtos da indústria alimentar do reino vegetal, considerando os dados de 2020 (MDIC, 2020), foi o setor que apresentou maior participação no total exportado pela região, ou seja, 22,97% (destacam-se, neste setor, as exportações dos municípios de Vargem Bonita, Videira, São Lourenço do Oeste, Vargeão, Joaçaba, Dionísio Cerqueira, Nova Itaberaba, São Carlos, Abelardo Luz, Jardinópolis, Águas Frias e Pinheiro Preto).

No entanto, o segundo setor produtivo que mais exportou da região Oeste catarinense em 2020 foi o setor de móveis, o qual respondeu por 19,2% das exportações totais da região (Quadro 09). Neste setor, destacaram-se as exportações realizadas pelos municípios de Pinhalzinho, Fraiburgo, Mondaí, Saudades, Nova Erechim, Anchieta, Princesa, Bandeirante, São José do Cedro, Coronel Freitas, Irani e Sul Brasil. Na terceira posição dos setores que mais exportaram da região, encontra-se o setor de madeira, carvão vegetal, papel e obras de madeira, com 15,36% das exportações (Quadro 09). Neste setor, destacaram-se as exportações dos municípios de Caçador, Ipumirim, Pinhalzinho, Palma Sola, Vargeão, Concórdia, Passos Maia, Princesa, Ponte Serrada, Salto Veloso, Pinheiro Preto e Iomerê. Nota-se, neste sentido, que o segundo e o terceiro setores que mais exportaram da região Oeste catarinense, no ano de 2020, não dizem respeito ao setor de alimentos, o que refuta a tese, do ponto de vista das exportações, de que no Oeste catarinense existe uma especialização produtiva centrada exclusivamente no setor agroalimentar.

Dos nove setores produtivos que aparecem no quadro 09, na quarta posição em grau de participação nas exportações, como parte do segmento de alimentos, aparece o setor de produtos da indústria alimentar do reino animal, com 13,79% de participação nas exportações da região. Neste setor produtivo, os municípios que apresentaram maior participação foram

Seara, Itapiranga, São Miguel do Oeste, Chapecó, Ipumirim, Videira, Ipuçu, Nova Erechim, Concórdia, Xanxerê e Capinzal. Assim, os setores produtivos de produtos da indústria alimentar dos reinos vegetal e animal, no ano de 2020, responderam por 36,76% das exportações da região Oeste catarinense. É uma porcentagem de relevo. No entanto, afirmar que o setor produtivo de alimentos é o mais importante da região distorce o que os dados demonstram do ponto de vista das exportações. Conforme veio sendo mostrado, há uma diversidade de setores produtivos com alta tecnologia embarcada nos processos produtivos a ser considerada nas análises sobre a dinâmica geoeconômica da região Oeste catarinense. Tanto é assim que os setores da indústria moveleira e de produtos de madeira e de papel aparecem, em termos de valores exportados, como mais relevantes do que o setor de alimentos do reino animal, por exemplo.

Na quinta colocação em grau de importância na participação do valor das exportações da região, o quadro 09 aponta para o setor de produção de máquinas e aparelhos elétricos, respondendo por 10,19% das exportações da região (MDIC, 2020). Neste setor, os municípios que mais tiveram participação nas exportações foram São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Treze Tílias, Maravilha, Xanxerê, Capinzal, Cunha Porã, Xaxim, Herval d'Oeste e Luzerna. Na sexta colocação, de acordo com o quadro 09, aparece o setor de produtos da indústria química, com 5,51% das exportações da região (MDIC, 2020). Neste setor, os municípios que apresentaram maior participação nas exportações foram Itá, Chapecó, Joaçaba, São Carlos, Alto Bela Vista, Xaxim e Coronel Freitas. Em seguida, na sétima colocação, com 5,08% de participação nas exportações totais da região, aparece o setor de produtos da indústria têxtil, couros, calçados e suas obras, também com 5,08% de participação nas exportações totais da região (Quadro 09). Neste setor, os municípios que tiveram maior participação no total das exportações foram Caçador, Mondai, Saudades, Xaxim e Erval Velho.

Na oitava colocação (Quadro 09), com 4,36% de participação nas exportações totais do Oeste catarinense, aparece o setor de materiais de transporte, construções pré-fabricadas e materiais plásticos. Neste setor, os municípios com maior participação nas exportações foram Chapecó, Videira, Anchieta, Guarujá do Sul, Luzerna e Iomerê. Por fim, na nona posição (Quadro 09), com 2,66% de participação nas exportações da região, aparece o setor de metais comuns e suas obras. Neste setor, os municípios da região que mais tiveram participação nas exportações foram Chapecó, Pinhalzinho, Maravilha, Xanxerê, Cunha Porã e Herval d'Oeste. Outros setores tiveram participação de 0,57% nas exportações da região Oeste catarinense no

ano de 2020, o que permite afirmar que os nove setores de produtos exportados pela região que aparecem no quadro 09 representam praticamente a totalidade das exportações da região.

Evidentemente que os dados apresentados sobre os valores FOB (US\$) exportados pelas empresas com sede na região Oeste catarinense representam um fragmento dos setores produtivos da região. Trata-se de uma parte selecionada, pois, em relação ao número total de empresas da região, é baixo o número de empresas que atendem aos critérios para acessar e efetivar acordos comerciais com outros países; no entanto, é um dado importante, a partir do qual foi possível verificar o espraiamento dos setores produtivos da região que participam do comércio exterior. Esse espraiamento adentra por diversas áreas da região, o que torna a tese de que determinada economia de aglomeração da região é altamente especializada em um setor produtivo refutada, pois os dados demonstram a existência de diferentes segmentos produtivos presentes em todas as economias de aglomeração da região, apesar das especialidades vistas.

Na realidade, os setores produtivos necessitam uns dos outros, na medida em que as economias de aglomeração da região possuem atividades semelhantes ou complementares entre os diferentes setores. Isso facilita, para as empresas, o compartilhamento e a difusão de informações, que, por sua vez, proporcionam um conjunto de vantagens na implementação e sustentação de serviços e subsetores locais especializados em atender alguma demanda da estrutura produtiva já existente (ESPÍNDOLA, 2020). Nesta perspectiva, o Oeste catarinense é uma região rica em produtos especializados dificilmente encontrados em outras regiões. É o caso de pequenas e médias empresas que se especializaram para atender o mercado regional, mas que também adentraram em nichos de mercados nacionais e internacionais. No município de Guaraciaba, por exemplo, a empresa Letavo Alimentos é especializada na produção da linguiça colonial temperada, com sabor diferente daquelas tradicionalmente encontradas nas prateleiras dos supermercados. Outro exemplo é a cervejaria Fritz Bier, localizada na área rural do município de São João do Oeste, a qual é especializada na produção de Chopp colonial, bem aceito no mercado regional e a preços que competem diretamente com marcas de cerveja tradicionais, como a Skol, a Antártica, dentre outras. A cervejaria Fritz Bier, pela sua capacidade de produção, assim como é o caso da Letavo alimentos, se dedicam especialmente ao mercado regional, mas também entregam seus produtos em alguns nichos de

mercado selecionados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, e em processo de atender exigências particulares de possíveis mercados internacionais¹⁵⁶.

Neste sentido, para os dois exemplos citados, trata-se de empresas ligadas aos setores de alimentos e bebidas, mas que trabalham com especificidades em seus produtos que marcam o mercado regional pelas suas preferências de consumo, competindo diretamente com os produtos das grandes empresas e conseguindo se colocar no mercado, ainda que as grandes empresas possuem maior escala de comercialização e inserção internacional. Por outro lado, a difusão de informações e o aquecimento da demanda por novos setores produtivos acaba por criar, na própria região, empresas ligadas a setores que eram inexistentes e, portanto, dependia-se totalmente do fornecimento, nesses setores, das empresas de São Paulo, principalmente. É o caso da indústria metalmecânica, química, de plásticos, de materiais de transporte, dentre outras. Quando esses setores passaram a atuar na região, além de abrirem a possibilidade de ampliar a diversificação produtiva para o comércio inter-regional e internacional, acabaram suprimindo uma demanda que já existia na própria indústria de alimentos, por exemplo. A maquinaria que opera numa indústria de alimentos necessita de setores como o de metais, embalagens plásticas, mecânica, dentre outros¹⁵⁷.

Outra característica encontrada na região Oeste catarinense, a partir dos dados de exportação (MDIC, 2020), é que as empresas se veem limitadas a encontrar um recorte geográfico totalmente isolado para explorar (em termos de potencial de consumo) e/ou se instalar (em termos de instalação de uma filial). A região como um todo encontra-se geoeconomicamente retaliada pelas empresas que exercem influências em maior ou menor grau sobre as áreas geográficas da mesma. Muitas dessas empresas (Quadro 08) que se instalaram e nasceram na região contaram com benefícios concedidos pelos governos estadual e federal, principalmente, sejam eles linhas de crédito específicas para financiamento de maquinário e expansão de área física, programas de fomento ao emprego formal, programas vinculados às instituições de ensino para qualificação de mão de obra, programas de tratamento tributário diferenciado (ICMS), dentre outros.

¹⁵⁶ Informações coletadas em trabalhos de campo realizados em março de 2021 nas empresas citadas. Vale salientar que os trabalhos de campo nas empresas como a Letavo Alimentos e cervejaria Fritz Bier foram possíveis graças à boa receptividade dos proprietários por telefone, e depois presencialmente, com os cuidados que a pandemia do Covid-19 exigiu, o que não aconteceu com as empresas de grande porte da região, que negaram ou não responderam aos pedidos de realização de trabalho de campo e/ou visita técnica.

¹⁵⁷ De acordo com entrevista realizada em trabalho de campo no município de Saudades (dezembro de 2019), na empresa Dass, apesar de ter aumentado o número de fornecedores de máquinas, matéria-prima e equipamentos que compõe o escopo produtivo da empresa na região, muitas vezes eles são insuficientes. Isso faz com que a empresa tenha um alto custo com mecânica, aparelhos para testes de máquinas e pessoal qualificado para manutenção de máquinas que são buscados, geralmente, em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. No caso da empresa Dass, que atua no setor têxtil, de couro e calçados, na maioria das vezes esse suporte vem de São Paulo.

Além disso, o papel dos imigrantes, principalmente italianos e alemães, vindos do estado do RS na primeira metade do século XX, deve ser ressaltado. Era um povo que trazia consigo a insígnia do desenvolvimento empresarial, algum conhecimento de gestão e administração que levou a região a buscar alternativas com vistas ao desenvolvimento. Isso fez com que as organizações sindicais dos trabalhadores da região não fossem vistas pelos donos das empresas que rapidamente cresceram como um impedimento à expansão e ao crescimento. Diferentemente de outras regiões do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e o próprio litoral catarinense, sendo essas regiões mais antigas e mais povoadas do que o Oeste catarinense, acabaram deixando de ser alvo de instalação de grupos empresariais em função de as forças sindicais trabalhistas terem conquistado alguns direitos que acabaram incomodando os empresários, e, ao mesmo tempo, são direitos que aumentaram as responsabilidades, tais como salários mais elevados, grau de organização sindical mais avançado, direitos a férias, 13º salário, pagamento de horas extras, dentre outros.

Paralelamente, as obrigações trabalhistas que estão na legislação são igualmente cumpridas pelas empresas do Oeste catarinense; no entanto, a ausência de forças sindicais organizadas, como existe em outras áreas empresariais do Brasil, acaba significando uma tranquilidade maior para os empresários. O Oeste catarinense é uma região que possui índices muito baixos de greves trabalhistas e/ou reclamações coletivas dos trabalhadores das empresas. Isso pode significar uma espécie de alienação por parte dos trabalhadores, que pouco se organizam para reivindicação de direitos, mas acaba se configurando num dado interessante para as firmas empresariais, uma vez que se torna uma “preocupação a menos”.

Neste sentido, uma vez verificada a estrutura produtiva em nível empresarial e a capacidade de exportação por setores produtivos da região Oeste catarinense, cabe inserir alguns elementos que expressam o contexto da estrutura de escoamento dos bens produzidos na região. Como afirmou Marx (2014), o capital não tem razão de produzir mercadoria se não tiver como fazer circular essas mercadorias. Assim, trata-se de uma passagem, em forma de tópico, pela estrutura de rodovias e ferrovias existentes na região, haja vista que é também pela estrutura de transporte que as cadeias produtivas, dos mais diferentes setores produtivos, conseguem demonstrar eficiência em suas funções. Quem trabalha no mantimento, sucateamento ou ampliação do sistema de transporte da região é o Estado. Sendo assim, analisa-se, no tópico 4.2.3, o papel do Estado (em nível federal e estadual) sobre a estrutura do sistema de transporte em operação na região Oeste catarinense.

4.2.3 Complexidade econômica regional e o sistema de transporte da região

A mobilidade humana de um lugar para outro, assim como a troca de conhecimento e de produto de um lugar para outro é parte integrante de um conjunto de elementos que permitem a produção material, o progresso da história, num processo constante e paulatino de transformação da natureza pela racionalização humana. Segundo Marx (1982, p. 7), “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade”. Quer dizer, as ações humanas, como produtoras do espaço, só são possíveis de acontecerem através de alguma forma de circulação (transporte e armazenamento), bem como seu planejamento e sua gestão (logística) (SILVEIRA, 2019). Portanto, a circulação é um elemento espacial, um elemento regional. Uma análise regional que desconsidera sua estrutura de transporte abandona um dos aspectos mais essenciais do modo capitalista de produção: a circulação de produtos e de pessoas.

Uma parte significativa do que se produz na região Oeste catarinense depende de insumos e subprodutos que vêm de fora, assim como boa parte do que a região possui capacidade de produzir é consumida em outras localidades, externas aos limites regionais. Este tópico, embora em forma de uma abordagem rápida, buscará apresentar um panorama sobre a estrutura de transporte da região Oeste catarinense, a qual permite a circulação do que a região precisa para produzir e daquilo que é resultado, em termos produtivos, da capacidade de produção na região. Acaba tratando-se, também, de uma abordagem sobre a logística da região, pois ela é o conjunto de competências técnicas, estruturais e organizacionais que dá velocidade ao fluxo de mercadorias.

No entanto, antes de adentrar na questão do sistema de transporte da região propriamente dito, cabe enfatizar, assim como vem sendo apontado ao longo do trabalho, que as transformações em termos da intensidade mais significativa dos fluxos econômicos (circulação de insumos e produtos) aconteceram a partir de 2003, com o governo Lula (SILVEIRA, 2019). Embora uma das principais críticas realizadas sobre o governo Lula seja a ausência de um projeto de desenvolvimento nacional bem articulado, fato é que a economia cresceu no período por ele governado. Esse crescimento demandou do Estado – muitas vezes alinhado com investimentos decorrentes de parcerias entre Estado e setores privados – mais investimento em infraestrutura e na eficiência das estruturas de transportes, de armazenamento de produtos e de logística. Isso ocorreu graças à política econômica do governo Lula voltada para a ampliação e fortalecimento do mercado interno, do crescimento

das exportações de produtos da agropecuária (carnes e grãos) e minérios, e da importação de uma grande diversidade de insumos demandados pelos setores produtivos do Brasil.

Neste sentido, tanto em escala nacional quanto em escala regional, o crescimento econômico verificado no período do governo Lula gerou a necessidade de ampliação dos sistemas de transportes. Silveira (2019) ressalta que os investimentos em transporte realizados pelo Estado não são uma execução simples de acontecer, ou seja, o Estado encontra diversos empecilhos para conseguir implementar infraestruturas necessárias para atender às novas demandas de consumo, forjadas pelo crescimento econômico, por maior fluidez tão rapidamente. Segundo o autor, “o tempo da economia, isto é, de dinamização do PIB nacional – capaz de se realizar mais rapidamente inclusive por fatores externos – é, apesar de relacionado, diverso do planejamento e execução das infraestruturas que, por consequência, são mais lentos” (SILVEIRA, 2019, p. 20). No entanto, Silveira (2019) salienta que a construção de novas rodovias, assim como o aprimoramento das pré-existentes (seja ampliação, duplicação, reforma, dentre outras), foram essenciais para viabilizar as demandas por maior fluidez territorial. Ao mesmo tempo, essas obras de melhoramento e de construção de novas rodovias¹⁵⁸ favoreceram o crescimento da economia, por meio da oferta de emprego e renda.

A tabela 19 apresenta um panorama das obras de infraestrutura rodoviária realizadas na região Oeste catarinense entre 2004 e 2022. Trata-se de obras realizadas pelos governos federal e estadual na região, as quais estiveram estritamente ligadas à ampliação da capacidade de fluidez rodoviária, através da implementação de terceiras faixas em pontos de congestionamento, duplicação de alguns trechos, reforma e troca total da pavimentação asfáltica, conservação de pista, adequação de trevos, construção de viadutos, melhorias na estrutura de sinalização, instalação de redutores de velocidade (radares fixos, lombadas físicas e tachões no eixo central das rodovias), dentre outros. Ademais, a tabela 19 aponta a numeração da rodovia em que ocorreram as obras, os municípios atingidos pelas obras (sendo esses limitados ao traçado das rodovias da região), um breve detalhamento da obra, os valores investidos, o ano de início da obra e o ano de conclusão de cada obra (Tabela 19).

¹⁵⁸ Fala-se em rodovia em função de a estrutura de transporte terrestre da região Oeste catarinense ser, na sua grande maioria, baseada no transporte rodoviário. Ainda que essa também seja uma característica da estrutura de transporte no Brasil, há outras regiões do país e do próprio estado de SC em que as ferrovias e as hidrovias também se fazem presentes e são importantes para o sistema de circulação de mercadorias e pessoas.

Tabela 19: Principais obras realizadas na infraestrutura rodoviária da região Oeste catarinense no período entre 2004 e 2022

Rodovia	Municípios atingidos	Detalhamento da obra	Valor investido	Ano de início	Ano de conclusão
BR-163 ¹⁵⁹	São Miguel do Oeste, Guaraciaba, São José do Cedro, Guarujá do Sul e Dionísio Cerqueira	Ampliação de capacidade da rodovia por duplicação de trecho e construção de terceiras faixas.	210.000.000,00	2020	2022
BR-282	Maravilha, Pinhalzinho, Saudades, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Chapecó, Iraceminha, Descanso, São Miguel do Oeste	Restauração de trechos críticos, implementação de terceiras faixas, melhorias na sinalização.	217.356.353,91	2017	2020
BR-158	Cunha Porã, Maravilha, Palmitos	Melhoria da cobertura asfáltica, melhorias no trevo de Maravilha e sinalização.	452.469.000,00	2011	2014
BR-163	Itapiranga, São João do Oeste, Iporã do Oeste, Descanso, São Miguel do Oeste	Recuperação e construção de terceira faixa.	112.963.000,00	2011	2015
BR-282	São Miguel do Oeste, Descanso, Iraceminha, Maravilha, Cunha Porã, Saudades, Pinhalzinho, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Chapecó, Cordilheira Alta, Xaxim, Xanxerê, Faxinal dos Guedes, Vargeão, Ponte Serrada, Irani, Vargem Bonita, Catanduvas e Joaçaba	Construção de terceira faixa em alguns trechos entre Campos Novos e São Miguel do Oeste.	489.701.000,00	2011	2015
BR-282	Paraíso, Guaraciaba e São Miguel do Oeste	Pavimentação do trecho entre São Miguel do Oeste e a fronteira com a Argentina.	50.700.000,00	2007	2010
BR-282	Xanxerê	Execução das obras de duplicação e complementares da adequação de capacidade e segurança na travessia urbana de Xanxerê/SC.	41.324.603,25	2013	2015
BR-282	Catanduvas	Execução das obras do viaduto sobre a rodovia BR-282 em Catanduvas/SC.	2.172.392,55	2013	2015
BR-282	Pinhalzinho	Obras de adequação da capacidade da travessia urbana de Pinhalzinho.	15.000.000,00	2016	2017
BR-282	Maravilha	Obras de adequação da capacidade da travessia urbana de Maravilha.	10.500.000,00	2016	2017
BR-282	Ponte Serrada	Obras de adequação da capacidade da travessia	7.600.000,00	2016	2017

¹⁵⁹ Esta obra foi iniciada em 2014, pela empresa Odebrecht. No entanto, com a forte crise pela qual a empreiteira atravessa desde o enquadramento da mesma nos esquemas da Operação Lava Jato, a obra foi interrompida, e as melhorias, já em curso avançado, foram abandonadas até meados de 2021, quando nova licitação foi aberta e outra empresa assumiu a obra.

		urbana de Ponte Serrada.			
Contorno viário Leste	Chapecó	Construção de trecho rodoviário de 30 Km de ligação da BR 282 com a SC 480 na cidade de Chapecó.	10.000.000,00	2015	2017
Contorno viário Oeste	Chapecó	Construção e revitalização de trecho para desvio do trânsito pesado do centro de Chapecó, entre a SC-480 e a SC-283.	25.000.000,00	2013	2015
SC-480	Chapecó	Duplicação do acesso a Chapecó, entre a BR-282 e área urbana de Chapecó e construção de viaduto sobre a BR 282.	17.239.923,18	2012	2015
SC-458	Jaborá, Ouro e Capinzal	Construção do contorno viário de Ouro, pavimentação e reabilitação asfáltica.	1.772.000,00	2011	2012
SC-459	São Lourenço do Oeste, Galvão, Jupiá, São Domingos	Pavimentação.	868.000,00	2010	2012
SC-155	Seara, Itá	Recuperação das condições de tráfego da rodovia.	557.581,74	2019	2021
SC-150	Irani, Água Doce	Pavimentação asfáltica entre o distrito de Campina da Alegria e BR-153.	15.642.152,82	2019	2021
SC-135	Videira, Rio das Antas	Pavimentação asfáltica e obras complementares de recuperação.	13.310.354,35	2014	2021
SC-135	Caçador, Rio das Antas	Pavimentação asfáltica e obras complementares de recuperação.	12.182.826,79	2014	2021
SC-469	Campo Erê, Saltinho, Serra Alta	Pavimentação asfáltica.	17.190.000,00	2004	2007
SC-283	Caibi, Mondaí	Reabilitação das condições de tráfego da rodovia.	2.090.000,00	2004	2006
SC-283	Concórdia	Reabilitação e melhorias nas condições de tráfego da rodovia, entre a BR-153 e a área urbana de Concórdia.	2.390.000,00	2004	2005
SC-451	Caçador	Reabilitação e melhorias nas condições de tráfego da rodovia, entre Caçador e a BR-153.	6.107.000,00	2004	2006
SC-303	Joaçaba, Lacerdópolis e Capinzal	Melhorias na conservação e restauração de trechos críticos da rodovia.	7.231.000,00	2005	2008
SC-480	São Lourenço do Oeste, Jupiá, Galvão e São Domingos	Construção de viaduto e revitalização da rodovia.	37.700.000,00	2009	2013
SC-157	São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte e Formosa do Sul	Revitalização da rodovia e construção de terceira faixa em pontos de	86.500.000,00	2014	2017

		congestionamento.			
SC-157	Chapecó e Coronel Freitas	Revitalização da rodovia e construção de terceira faixa em trechos de congestionamento.	36.400.000,00	2015	2018
SC-157	Coronel Freitas e Quilombo	Revitalização da rodovia e construção de terceira faixa em trechos de congestionamento.	47.200.000,00	2015	2020
SC-283	São Carlos e Palmitos	Tratamento de pontos críticos – operação tapa buraco.	408.000,00	2013	2014
SC-283	Planalto Alegre e Chapecó	Tratamento de ponto crítico.	71.400,00	2012	2012
SC-480	Chapecó	Obras de restauração e aumento da capacidade de tráfego da rodovia entre área urbana de Chapecó e o Goio-Ên, divisa com o RS.	46.000.000,00	2015	2017
SC-159	União do Oeste e Águas Frias	Pavimentação asfáltica.	14.000.000,00	2014	2016
SC-157	Chapecó e Paial	Pavimentação asfáltica.	22.700.000,00	2010	2013

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Departamento Estadual de Infraestrutura de Santa Catarina (DEINFRA-SC)

Conforme o levantamento da tabela 19, foram realizadas na região Oeste catarinense, entre os anos de 2004 e 2022, pelo menos 34 obras de grande importância para a infraestrutura rodoviária da região. Vale salientar que foram contabilizadas somente as obras que constaram nos relatórios de prestação de contas do DNIT e do DEINFRA-SC; no entanto, todas as rodovias, sejam elas federais ou estaduais, são alvos de investimentos constantes, pois trabalhos como roçados, troca de placas de sinalização, limpeza de canaletas, reforma de meio-fio, dentre outros, são executados pelos governos federal e estadual de forma quase ininterrupta, visando manter as condições básicas de tráfego das rodovias. À parte disso, o levantamento da tabela 19 aponta que, na região Oeste catarinense, no período 2004-2022, foram investidos mais de R\$2,032 bilhões em obras de infraestrutura rodoviária. Notadamente, os recursos investidos nas rodovias federais foram muito superiores aos investimentos realizados nas rodovias estaduais (Tabela 19). Isso ocorre, dentre outros motivos, porque as rodovias federais, em comparação com as estaduais, possuem menor incidência sobre a região, mas, paralelamente, são aquelas que recebem maior volume de fluxo de veículos, sobretudo de transporte de cargas, sendo os eixos principais de tráfego da região Oeste catarinense.

As quatro rodovias federais que cortam nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste a região Oeste catarinense (BRs 282, 163, 153 e 158) são as mais importantes vias de escoamento da produção e deslocamento de pessoas e produtos da região. Dessa forma, pode-

se afirmar que, enquanto as rodovias federais cumprem papel de eixos articuladores de ligação da região com centros consumidores maiores (Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Florianópolis, dentre outros) e com os portos de principal exportação dos produtos da região (Dionísio Cerqueira – porto seco –, Itajaí e São Francisco do Sul), as rodovias estaduais servem como ramais de ligação das áreas mais longínquas da região até cidades de maior relevo econômico da região, assim como até as rodovias federais, especialmente à BR-282, que atravessa toda a região no sentido Leste-Oeste, sendo este o principal caminho de ligação com as áreas litorâneas e com a capital do estado de SC.

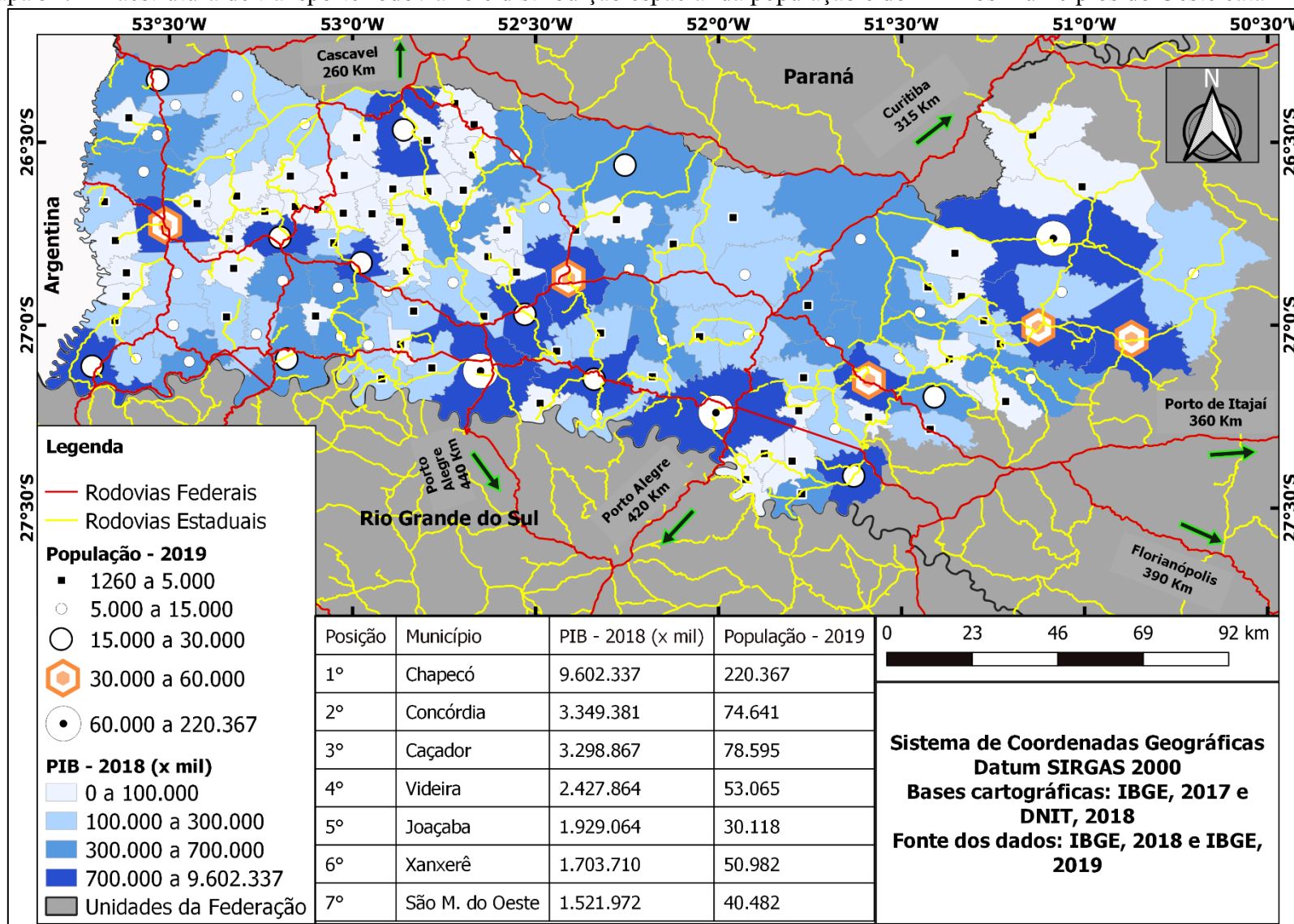
Na região Oeste catarinense, todas as rodovias estaduais e federais são mantidas pelos recursos dos governos do estado de SC e do governo federal, o que denota, até agora, a inexistência de trechos de rodovias concedidos à iniciativa privada e, por isso, as estradas da região são ausentes da cobrança de pedágios. Neste sentido, a manutenção dessas rodovias, assim como a ampliação da capacidade de operação delas, é uma responsabilidade exclusiva dos poderes públicos estadual e federal. No entanto, Silveira (2019) infere que, mesmo nos trechos de transporte rodoviário, onde não há concessão com a iniciativa privada, a manutenção e construção de rodovias pelo Estado acaba sendo também uma operação corporativa das empresas. Tanto o Estado quanto as empresas atuam como agentes da reconfiguração territorial que, no caso da logística de transporte, visa a fluidez do território através da rápida circulação.

Assim, o Estado investe nas obras de infraestrutura daquelas regiões nas quais as empresas conseguem efetivar com maior êxito suas operações, e dessas operações obter maiores movimentação de cargas. O Estado, neste sentido, é um auferidor de competitividade, pois investe nas obras de infraestrutura para sua melhoria, mas também porque as corporações particulares indicam ao Estado que a fluidez territorial pela infraestrutura rodoviária adequada é condição para o investimento do capital empresarial. Assim, por sua capacidade de barganha, as empresas acabam pressionando “o Estado para ter um planejamento territorial que se articule ao seu projeto corporativo e facilite a concorrência intercapitalista” (SILVEIRA, 2019, p. 26). Não por acaso, as empresas com capacidade produtiva maior estão, quase sempre, localizadas nas proximidades de importantes infraestruturas logísticas (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos), pois com isso as mercadorias podem chegar aos seus destinos mais rapidamente.

Neste sentido, considerando a estrutura rodoviária da região Oeste catarinense, o mapa 34 apresenta seu desenho pelas áreas da região¹⁶⁰. Da mesma forma, também é possível observar, pelas cores, o PIB dos municípios da região, e, pelos símbolos, a população dos municípios da região, considerando-se os dados de 2018 e 2019, respectivamente.

¹⁶⁰ As bases cartográficas para a infraestrutura rodoviária da região foram importadas do DNIT. Nestas bases, algumas rodovias que não são federais aparecem como federais. É o caso do traçado da rodovia que acompanha, no sentido Leste-Oeste, a divisa com o estado do RS. Essa rodovia, na verdade, é uma rodovia estadual, diferente do que aparece como federal no mapa 34. A mudança da cor da rodovia no mapa 34 foi impossível de ser realizada porque trata-se de uma base cartográfica importada pronta do DNIT. Sua alteração demandaria um trabalho que não seria possível alcançar até o final da desta pesquisa.

Mapa 34: Infraestrutura de transporte rodoviário e distribuição espacial da população e do PIB nos municípios do Oeste catarinense



Fonte: DNIT, 2018; IBGE, 2018 e 2019

Conforme o mapa 34, a infraestrutura rodoviária da região Oeste catarinense estende-se por praticamente todas as áreas da região. Embora seja procedente afirmar que municípios importantes economicamente na região, como Caçador, estejam desassistidos de rodovia federal; as rodovias estaduais fazem ligação com outra rodovia de maior fluxo. Para continuar com o exemplo de Caçador, terceiro maior PIB e segunda maior população da região, o mapa 34 aponta que há pelo menos duas ligações por rodovias estaduais em Caçador que levam até a BR-153, a qual permite ligação direta com Curitiba e São Paulo.

Dos sete municípios com maior PIB da região (Mapa 34), somente Caçador e Videira não possuem, em seu território, a passagem de uma rodovia federal, mas possuem mais de uma ligação de rodovias estaduais que levam até as federais. Ademais, dos sete municípios, quatro estão localizadas às margens da BR-282, que atravessa a região no sentido Leste-Oeste e faz a ligação com o litoral, portos e a capital do estado. Se essa análise for estendida para os onze municípios mais ricos da região, sete deles estão situadas às margens da BR-282, sendo eles: São Miguel do Oeste, Maravilha, Pinhalzinho, Chapecó, Xaxim, Xanxerê e Joaçaba. Paralelamente, estes são os municípios, como visto no item 4.2.1 e no mapa 31 (o qual retrata a distribuição espacial do número de empresas e de pessoal ocupado na região), nos quais se encontra maior número de pessoal ocupado, de empresas e de população. Assim, há uma relação direta entre a disponibilidade de infraestrutura de transporte rodoviário e o crescimento econômico e populacional de determinadas cidades. Como visto no mapa 34, há uma correlação entre o crescimento econômico e a possibilidade de escoamento da produção, tanto de produtos que precisam chegar quanto de produtos que precisam sair dessas cidades.

Neste sentido, cabe recorrer a Smith (1988), que aponta que o sistema de transporte serve para a circulação de mercadorias, mas, além disso, para diminuir distâncias através da diminuição do tempo que se leva para percorrer determinado trajeto. Ademais, com um sistema de transporte eficiente, abre-se a possibilidade de as empresas instalarem-se para além dos locais onde há abundância de matéria-prima, pois esta pode ser levada até a empresa pelo caminhão, pelo trem, pelo avião. Além do mais, as matérias-primas, hoje, são cada vez mais produtos de processos industriais anteriores, o que acaba rompendo com a lógica de quando tudo era feito à mão. A infraestrutura de transportes atende a necessidade básica de circulação do capital, no entanto, vai além disso, pois, caso se trate de uma infraestrutura decadente, servirá para que o capital abandone suas frentes de atuação em determinadas localidades. A presença cada vez mais marcante do progresso da técnica nos sistemas produtivos se deu, em grande medida, pelo aperfeiçoamento das infraestruturas de transporte. Neste sentido,

Com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais de tais considerações naturais. A razão disso é dupla. O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era primeiramente a dificuldade de vencer as distâncias e em segundo lugar a necessidade de proximidade das matérias-primas. Com o desenvolvimento dos meios de transporte, o primeiro obstáculo natural (a distância) diminuiu em importância. Com o aumento geral das forças produtivas, o segundo também se torna cada vez menos importante, pois as matérias-primas hoje são produtos de um número sempre crescente de processos de trabalhos anteriores (SMITH, 1988, p. 157).

A partir disso, pode-se dizer que a região Oeste catarinense, desprovida de infraestrutura de transporte que envolvesse asfalto no início do século XX, era vista como uma região atrasada. O processo que envolve a trajetória do progresso técnico na região permite apontar que, atualmente, é uma região estratégica para o capital, pois está distante, num raio aproximado de 500 quilômetros, das três regiões de maior densidade populacional do Sul do Brasil, quais sejam: Porto Alegre (RS), Curitiba (PR) e Florianópolis – vale do rio Itajaí (SC). Trata-se de uma região de interesse para o capital, que vai além do setor agroalimentar, envolvendo também setores como o de máquinas, indústria química, móveis, madeira e outros.

Mostra-se, neste sentido, que o sistema de infraestrutura de transporte é fundamental para o desenvolvimento de uma região. Como demonstra o mapa 34, os municípios que mais geram riqueza e que possuem maior concentração de pessoas da região encontram-se às margens das rodovias de maior fluxo de pessoas e mercadorias. Muitos desses municípios, como São Miguel do Oeste, Chapecó, Maravilha, Concórdia, São Lourenço do Oeste e Xanxerê, são municípios nos quais pelo menos duas rodovias importantes se encontram, formando nodais de infraestrutura rodoviária que permitem ligações que levam a outros importantes centros consumidores e fornecedores de produtos indispensáveis para a estrutura produtiva do Oeste catarinense.

Além da infraestrutura rodoviária que se apresenta no mapa 34, destaca-se que no município de Chapecó encontra-se uma infraestrutura aeroportuária capaz de proporcionar ligações aéreas com diferentes centros do país. Esse aeroporto, embora ofereça operações somente para voos nacionais e não disponha da presença de órgãos como a Polícia Federal, a Vigilância Sanitária, que fiscaliza para operações internacionais, e a Receita Federal, é fundamental para o desenvolvimento econômico da região, uma vez que agiliza a saída e chegada de pessoas que servem às demandas da estrutura produtiva presente na região. Ademais, o aeroporto de Chapecó atende uma demanda que vai além dos municípios do Oeste

catarinense. Inúmeros municípios do Norte e Noroeste do RS, assim como do Sudoeste do PR usam esse aeroporto para se deslocar, principalmente, até São Paulo e Campinas¹⁶¹.

Por outro lado, a infraestrutura ferroviária no Oeste catarinense é praticamente inexistente, apresentando apenas um trecho de ferrovia no extremo Leste da região, que acompanha o traçado do rio do Peixe desde a divisa com o estado do RS até a divisa com o estado do PR. Essa ferrovia possui uma importância histórica que data dos conflitos do Contestado, no início do século XX, mas, atualmente, embora ela atravesse o extremo Leste da região no sentido Norte-Sul, é de pouca serventia para escoamento da produção ou transporte de insumos necessários à estrutura produtiva da região. Trata-se de uma ferrovia que, para realizar transporte de cargas, por exemplo, necessitaria de pesados investimentos na readequação e melhoria das condições de tráfego dos trens em toda sua extensão que perpassa o estado de SC.

Assim, pode-se dizer que a estrutura de transporte do Oeste catarinense é composta por rodovias, quase na sua totalidade. Essas rodovias, conforme demonstrado, foram planejadas, construídas, e até hoje são mantidas pelo Estado (no caso das federais) e pelo governo de SC (no caso das estaduais). Neste sentido, o papel do Estado nos mais diferentes setores que podem promover o desenvolvimento econômico da região também se mostrou fundamental para o setor de transportes, que nesta região se resume no modal rodoviário. Sem o Estado atuando no planejamento, construção e manutenção das rodovias que aparecem no mapa 34, a atuação das empresas das quais tanto se discorreu seria extremamente limitada.

Por outro lado, conforme alertou Silveira (2019), em escala nacional, as empresas brasileiras passaram por um processo muito rápido de aumento da concorrência com a abertura comercial do Brasil nos anos 1990, a qual proporcionou facilidade na entrada de

¹⁶¹ São Paulo (aeroportos de Guarulhos e Congonhas) e Campinas (aeroporto de Viracopos), são os três principais aeroportos que possuem ligação aérea com Chapecó, sendo, atualmente, essas ligações realizadas pelas companhias aéreas Latam, Gol e Azul. A frequência de voos de Chapecó com esses aeroportos é maior do que com Florianópolis, por exemplo, que é a capital administrativa do estado de SC. Isso ocorre, em grande medida, além do fato de se tratar do maior centro consumidor e financeiro do país, pelo fato de que as grandes empresas do Oeste catarinense possuem acordos comerciais que são fechados em escritórios situados na metrópole de São Paulo. Dito de outra forma, Florianópolis está em SC, do ponto de vista comercial, mas São Paulo está no mundo, por isso as empresas multinacionais que atuam no Oeste catarinense possuem ligação direta com São Paulo, o que se reflete nos deslocamentos aéreos diários do aeroporto de Chapecó, que ocorrem majoritariamente para São Paulo. Paralelamente, a densidade técnica que se instalou na estrutura produtiva do Oeste catarinense ainda é dependente de um suporte técnico, ou seja, de uma assistência técnica que vem de São Paulo. Assim, em alguns trabalhos de campo realizados nas empresas da região, foi possível constatar que, apesar dos avanços verificados nas ações políticas e empresariais da região, ainda se depende muito da inteligência técnica que vem de fora (engenheiros de automação, profissionais de sistemas computacionais de programações e sensores indispensáveis para o funcionamento de máquinas, sistemas mecânicos, elétricos, dentre outros). São Paulo, neste sentido, é a metrópole que supre boa parte das demandas de questões específicas de inúmeras empresas que atuam no Oeste catarinense (Aurora, BRF Foods, JBS, Klabin, Bragagnolo, Adami madeiras, Rafitec, dentre outras).

empresas multinacionais no país. Isso desencadeou uma série de reestruturações técnico-produtivas e também fusões, aquisições e falências empresariais, como discorrido no capítulo dois. Conforme Silveira (2019), uma das dificuldades para as empresas brasileiras frente às empresas estrangeiras foram os custos mais elevados de circulação atrelados às cadeias de fornecimento, de produção e de distribuição. O aumento desses custos foi decorrente:

1) de um sistema infraestrutural de transportes e armazenamento deficiente e de uma logística arcaica, além de uma frota antiga; 2) dos custos elevados dos combustíveis; 3) de uma matriz de transporte desequilibrada (com predomínio quase total das rodovias); 4) de um sistema normativo e tributário complexo, burocrático e caro. A logística arcaica das empresas e do Estado tornavam as empresas nacionais menos competitivas (em eficiência, prazos, segurança e preço dos seguros, tempo, perda de cargas e, por fim, redundando em custos de circulação) frente às transnacionais tanto no mercado interno quanto na sua conexão com o mercado externo. [...] Esse conjunto de eventos mudou a configuração do espaço brasileiro, alterou o território para satisfazer os litígios do grande capital ávido por modernizar, ao seu interesse, os seletivos territórios. O Estado, como um gestor e produtor do espaço, nas suas mais diversas esferas, foi um importante agente na consolidação dessas novas formas espaciais fluidas. Por meio das políticas públicas ele desempenha uma logística, um ordenamento territorial, com o escopo de atender os interesses empresariais nacionais (associados aos interesses corporativos internacionais, como a agroindústria exportadora de soja e carnes) (SILVEIRA, 2019, p. 33-34).

Neste sentido, apesar de todos os avanços verificados na evolução da estrutura de transportes da região Oeste catarinense, a política econômica da década de 1990 foi catastrófica para a região, uma vez que as empresas nascidas na região, em função das políticas neoliberais adotadas na referida década, perderam em grau de competitividade e, conseqüentemente, na participação no mercado consumidor. Isso fez com que a circulação de mercadorias das empresas da região diminuísse, o que desencadeou em investimentos quase nulos na região Oeste catarinense advindos do Estado para a realização de melhorias e ampliação da infraestrutura de transportes. Ao mesmo tempo, inúmeras rodovias do estado de São Paulo, por exemplo, foram transformadas em até 3 faixas de tráfego de cada lado, em verdadeiros tapetes por onde passaram a deslizar os insumos e a produção da massa de multinacionais que se instalaram ao longo dessas vias (cita-se, por exemplo, rodovias Dutra, Anhangüera, Bandeirantes, Castelo Branco, dentre outras).

Somente a partir de 2003 a região Oeste catarinense, assim como as outras regiões do interior do Brasil, voltou a receber investimentos de grande envergadura sobre o setor de infraestrutura de transportes. Isso ocorreu em razão de as empresas da região terem dado um gigantesco salto em termos de produção e produtividade entre 2003 e 2014, aumentando a circulação de mercadorias, tanto para o mercado interno quanto para o externo, o que, no entanto, não significa dizer que a região seja portadora de uma malha de transporte moderna e

que supre a demanda da região. Ao contrário, trata-se de uma infraestrutura de transporte que necessita de obras de modernização, sobretudo de duplicação de trechos, como as BRs 282, 163 e 158, além de duplicação de travessias urbanas, construção de viadutos, dentre outros.

Ademais, passada é a hora da construção de linhas de trens que possam trazer insumos do Centro-Oeste do país para atender às principais cadeias produtivas da região e levar produtos até os principais portos exportadores (Itajaí e São Francisco do Sul). A crítica, portanto, não é sobre o rodoviarismo, mas sobre sua estrutura defasada e totalmente desconectada de qualquer trilho de trem, de qualquer sistema de armazenamento com alto grau de integração aos nodais de transporte. As rodovias são as grandes responsáveis pela fluidez da produção regional, mas elas precisam evoluir para um sistema de integração de transportes e armazenamento que possam proporcionar o estabelecimento de estratégias na rapidez e eficiência para transportar a produção. Essas estratégias geram a possibilidade de obter-se, em nível regional, vantagens competitivas, que podem aprofundar a absorção da capacidade de produção instalada, bem como expandir setores ainda pouco dinâmicos na região.

Esses apontamentos estão atrelados à ideia de desenvolvimento regional, portanto, de desenvolvimento do capitalismo na escala regional. São apontamentos que propõem que o capitalismo tem como forte característica a desigualdade. Neste sentido, é factível que tais elementos encontram-se no interior das economias de aglomeração que se formam numa região. As economias de aglomeração surgem em razão de que, apesar da necessidade de alastramento espacial do capitalismo, a necessária produção de mercadorias induzirá a aglomeração econômica em algumas cidades, as quais atuam como forças centrípetas e centrífugas ao mesmo tempo. Centrípetas porque as economias de aglomeração atraem uma série de atividades econômicas, de pessoas e de utensílios para o seu centro – isso tem a ver com a infraestrutura de transportes de determinada região – e centrífugas porque as economias de aglomeração também expulsam seus produtos, suas técnicas e até mesmo suas pessoas para onde for possível de serem consumidos, seja para outras áreas da própria região, para outras áreas de SC e até mesmo para outras áreas do Brasil e do mundo.

As economias de aglomeração, neste sentido, são resultados intrínsecos ao funcionamento do sistema capitalista, assim como elas denotam o desenvolvimento desigual. Desse modo, como inferiu Smith (1988, p. 2017), “o capital é como uma praga de gafanhotos. Eles se estabelecem em um lugar, devoram-no, e então se deslocam para praguejar outro lugar. E, melhor dizendo, no processo de sua recuperação após uma praga, a região fica pronta

para outra. O desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital”. Apesar disso, faz-se necessário, no item 4.3, ver os fundamentos da economia regional e como se produz a especialização e a diversificação produtivas, e, ao mesmo tempo, em formas de economias de aglomeração.

4.3 COMPLEXIDADE DA ECONOMIA REGIONAL E ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO REGIONAIS

É pertinente iniciar este tópico inferindo que inexistente uma abordagem teórica única sobre economia regional e até mesmo sobre as economias de aglomeração. O que existe é uma diversidade de óticas, que tentam capturar a complexidade dos fenômenos econômicos na geografia das mais diversas regiões produtivas do Brasil e do mundo. No entanto, é importante inferir, conforme salientou Corrêa (2000), que a análise regional se constitui numa tentativa de introdução da dimensão espacial nos estudos econômicos. A distância, neste sentido, é uma variável fundamental, atribuindo-se a ela enorme peso no processo locacional das atividades econômicas e das cidades, incluindo-se aquelas atividades capazes de gerarem desenvolvimento econômico, tais como custos de transferência, interações espaciais, uso da terra, entre outros. Esses são temas básicos que permeiam a análise regional. Com isso, pretende-se, neste tópico, fazer um esforço de mostrar a importância dos estudos regionais num momento em que tais estudos, num país com as dimensões que o Brasil possui, parecem ter passado ao esquecimento.

Assim, ao sistematizar a produção teórica dos principais autores que, entre os séculos XIX e segunda metade do século XX, discutiram a distribuição espacial das atividades econômicas, tendo em vista a análise econômica regional, depara-se com diferentes sistematizações, que em grande número, seria inviável discorrer sobre todas elas neste tópico. Ademais, vale ressaltar que, para o que foi discorrido no presente trabalho sobre as economias de aglomeração, existem outros termos para os quais foram dadas definições similares à de economia de aglomeração. Um exemplo foram os diferentes estudos realizados por Conceição e Feix (2014) no estado do RS, sobre os APLs (Arranjos Produtivos Locais), que, do ponto de vista da particularidade de cada APL nas diferentes regiões econômicas do estado, eles imprimem no espaço em que exercem influência, dinâmicas econômicas com características particulares nas suas diferentes centralidades produtivas.

Em que pese a importância de todas as sistematizações já realizadas ao longo do período sinalizado sobre economia regional, identificou-se dois grandes grupos teóricos sobre o tema, a serem destacados: 1) as teorias clássicas de localização que evoluíram de maneira relativamente contínua desde a publicação *Der Isolierte Staat in Beziehung auf Landschaft und Nationalökonomie*¹⁶² (VON THÜNEN, 1826) até a publicação *Location and Space Economy*¹⁶³ (ISARD, 1956); 2) as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração, as quais se inspiraram em Marshall e Keynes e nasceram a partir de 1950, cujas principais referências que enfatizaram de uma ou outra maneira o desenvolvimento econômico regional são: *Note sur la notion de pôle de croissance*¹⁶⁴ (PERROUX, 1955), *Economic theory and Under-developed regions*¹⁶⁵ (MYRDAL, 1957), *The strategy of economic development*¹⁶⁶ (HIRSCHMAN, 1958) e *Location theory and regional economic growth*¹⁶⁷ (NORTH, 1955).

De acordo com Monasterio e Cavalcante (2011), entre 1950 e 1980 os estudos sobre desenvolvimento econômico regional perderam força e voltaram a ser alvo de inúmeros pesquisadores após 1980. A partir daí, começaram a nascer esforços para abordar conceitos como aglomeração e custos de transporte, através de fórmulas matemáticas que visaram ampliar as discussões sobre desenvolvimento econômico regional. Isso ocorreu no âmbito da denominada “nova geografia econômica”, com o objetivo de incorporar aspectos novos nas análises até então realizadas sobre o tema. Em função disso, chega-se ao período em que a produção teórica sobre economia regional assume um caráter mais interdisciplinar, haja vista que as produções textuais passaram a incluir uma diversidade cada vez maior de referências. Ao mesmo tempo em que isso pode ser visto como positivo, também deve-se ressaltar que a ampliação do uso de referências dificultou o estabelecimento de um fluxo contínuo na construção do pensamento sobre economia regional.

Neste sentido, elaborou-se um esquema (Organograma 03) que detalha cronologicamente e espacialmente os dois principais grupos teóricos que versaram sobre desenvolvimento econômico regional supracitados. Considerando que o aparecimento de autores de diferentes países elaborando sistematizações teóricas novas sobre o tema é, em várias circunstâncias, um elemento fundamental para compreender a evolução do pensamento.

¹⁶² Traduzido do alemão: O Estado isolado em relação à economia regional e nacional ou, simplesmente, O Estado isolado.

¹⁶³ Traduzido do inglês: Localização e economia espacial.

¹⁶⁴ Traduzido do francês: O conceito de polo de desenvolvimento.

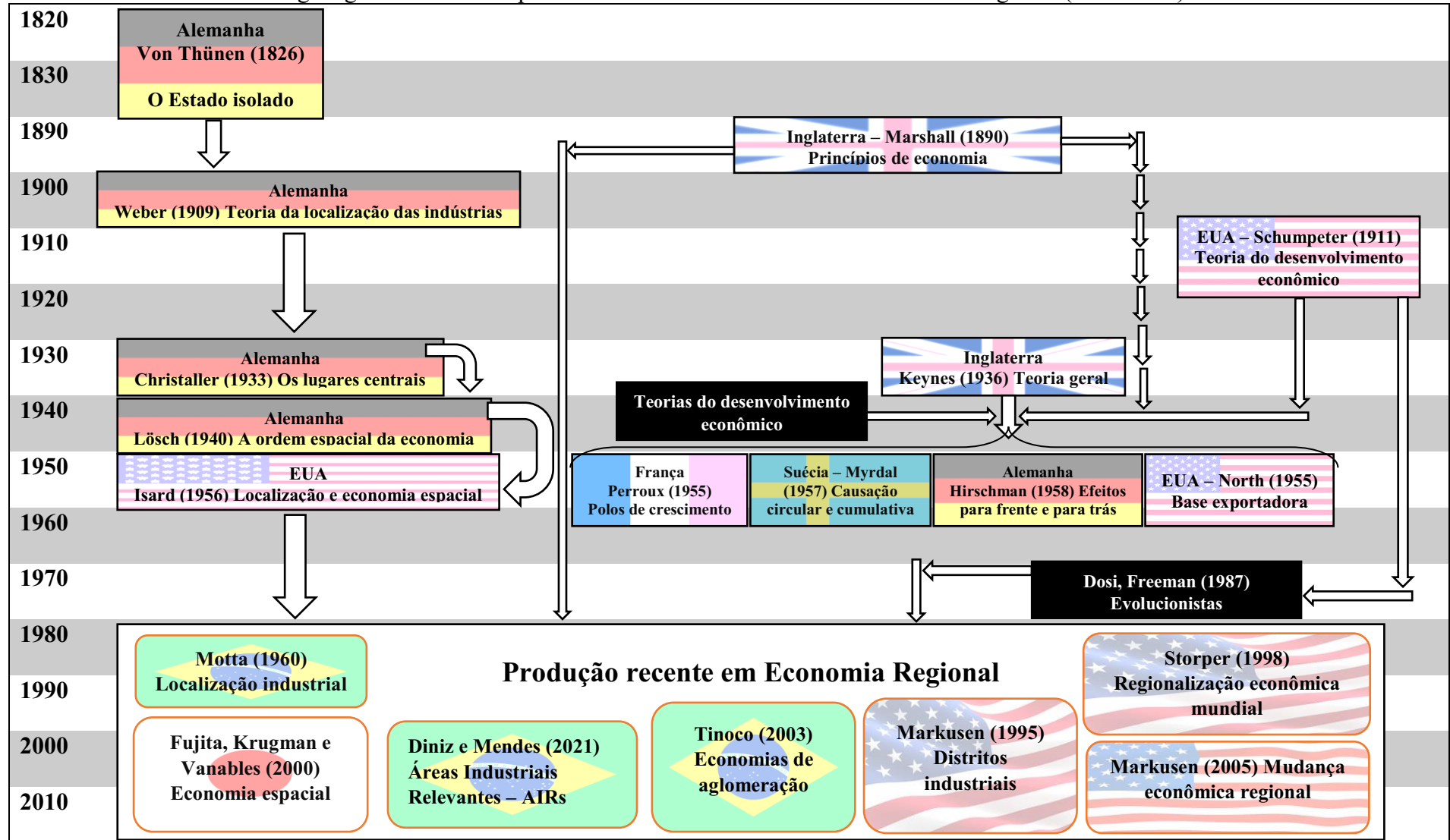
¹⁶⁵ Traduzido do inglês: Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.

¹⁶⁶ Traduzido do inglês: A estratégia de desenvolvimento econômico.

¹⁶⁷ Traduzido do inglês: Teoria da localização e crescimento econômico regional.

No organograma um, os autores e temas são sinalizados de acordo com os países de origem, ou países em que os principais autores atuaram científica e profissionalmente na maior parte de suas vidas. Dessa forma, apresenta-se o organograma 03.

Organograma 03 – Principais teorias sobre desenvolvimento econômico regional (1820-2021)



Fonte: Adaptado de Cavalcante (2008) e Monasterio e Cavalcante (2011)

De acordo com o organograma 03, há dois grandes grupos de teorias sobre economia regional mencionados (um mais à esquerda e outro na parte central e direita do organograma) e suas principais influências, indicadas pelas setas. Além disso, na parte inferior do organograma 03, encontra-se um bloco mais amplo, onde foi acomodado a produção científica recente sobre a economia regional. Neste sentido, embora alguns autores e correntes teóricas não tenham apresentado essa temática como foco central de suas análises, mas acabaram influenciando consideravelmente no conjunto das teorias indicadas, também foram incluídos e relacionados às correntes teóricas por meio de setas tracejadas (quando se percebeu que, embora presente, a influência foi indireta ou apenas implícita) e por meio de setas contínuas (quando se percebeu que a influência foi direta e explícita). Ademais, na lateral esquerda aparece, de cima para baixo, a ordem cronológica dos autores, de maneira que se levou como pressuposto o ano de publicação da principal obra vinculada ao tema em questão de cada autor (Organograma 03).

No primeiro grupo do organograma 03 (parte esquerda) encontram-se os autores e seus principais temas de pesquisa naquilo que pode ser chamado de teorias clássicas de localização, as quais evoluíram de forma mais ou menos sequenciada desde Von Thünen (1826) até Isard (1956). Pelo predomínio de autores alemães neste grupo, é comum encontrar na literatura a expressão “escola alemã” de teorias clássicas de localização. De uma maneira geral, os autores incluídos neste grupo procuram enfatizar as decisões das firmas que, levando em conta o papel dos custos de transporte, procuram determinar a sua melhor localização. “As externalidades decorrentes da aglomeração de atividades numa região determinada são, de uma forma geral, desprezadas” (MONASTERIO e CAVALCANTE, 2011, p. 48). Ademais, ao admitirem estruturas de mercado pulverizadas, essas abordagens terminam por não conversar com os *trade-off*¹⁶⁸ entre ganhos de escala (que levariam à tendência da concentração espacial das atividades produtivas) e custos de transporte (que tenderiam a dispersar as atividades produtivas).

Neste sentido, a ideia central de Von Thünen (1826) era que, quanto mais próximo da cidade estivesse a produção, maior seria o lucro, pois o custo com o transporte seria baixo ou inexistente; assim, os produtores localizados próximos das cidades teriam vantagens locais com lucros extraordinários. A ideia central de Weber (1909) era de que a decisão em relação à localização das atividades industriais decorria basicamente de três fatores: os

¹⁶⁸ Termo inglês usado na economia clássica, que significa: um agente econômico, ao fazer uma escolha por tomada de decisão, inevitavelmente acaba deixando de lado alguma outra escolha. Portanto, *trade-off* é uma escolha sobre um aspecto em detrimento de outro.

custos de transporte, o custo de mão de obra, e um fator local decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração das atividades produtivas.

No caso de Christaller (1966), seu desafio central era encontrar uma explicação para o tamanho, a distribuição e o número de cidades num determinado recorte espacial. Para responder a essa questão, Christaller (1966), em sua obra sobre os lugares centrais no sul da Alemanha, chegou à conclusão de que, para se chegar à distribuição espacial dos lugares centrais, eram necessários três princípios básicos: 1) o princípio do mercado (que visava o menor número possível de centros), 2) o princípio do transporte (que visava a menor distância possível entre os centros), 3) o princípio administrativo (que visava o menor número possível de centros de ordem superior que comandassem os centros de ordem inferior). Dessa maneira, Christaller observou que a distribuição das cidades da Alemanha, de certa forma, seguia o princípio do mercado. No entanto, Christaller esclareceu um fenômeno ainda mais importante: “conforme se desce na escala urbana, aumenta o número de centros, ou seja, encontram-se poucas cidades grandes e muitas cidades pequenas” (MONASTERIO e CAVALCANTE, 2011, p. 59). Assim, os chamados anéis de Christaller foram fundamentais para explicar o tamanho, a distribuição e o número de cidades do sul da Alemanha.

Já a ideia central de Lösch (1954), que compartilhava alguns princípios de Christaller e se aproximava da ideia inicial de Von Thünen, era compreender a ordem espacial da economia, propondo uma hierarquia entre as áreas de mercado. Assim, para Lösch, as áreas de mercado tendem a ser maiores na medida em que for menor a densidade da demanda, a elasticidade-preço e os custos de transporte. Assim, as atividades produtivas se adaptariam à estrutura urbana presente em uma região. Por outro lado, o norte-americano Isard (1956), o primeiro de fora da Alemanha neste grupo das teorias clássicas de localização, identificou que era preciso incorporar novas disciplinas à esta análise objetivando aumentar o seu grau de adequação à realidade tal como ela é. Neste sentido, os trabalhos inspirados em Isard, inclusive trabalhos brasileiros, apontaram outros fatores determinantes para a orientação industrial, tais como: matéria-prima, mercado, mão de obra, energia e outros.

Por essas razões, as teorias clássicas de localização devem ser levadas em conta para compreender as decisões empresariais que implicam na dinâmica geoeconômica de uma determinada região. No entanto, a compreensão do tema em questão não se restringe apenas à base teórica oriunda desse primeiro grupo da chamada teoria clássica (lado esquerdo – organograma 03). Depara-se, neste sentido, com a parte central e o lado direito do organograma 03, a qual apresenta as teorias de desenvolvimento regional com base nos

fatores de aglomeração. Conforme apontam Monasterio e Cavalcante (2011), é arriscado cravar o momento exato e um autor exato dos quais teria partido a primeira explicitação sobre aglomeração de atividades como um fator de localização de novas atividades e, assim sendo, de desenvolvimento econômico. No entanto, a literatura em geral menciona Alfred Marshall (1842-1924) como o pioneiro nesse tema. A ideia, por exemplo, de que os produtores aglomerados em uma dada localização trazem vantagens e que essas vantagens explicam a aglomeração é uma ideia antiga, sendo que Marshall foi o economista que mais trabalhou nessa ideia. Essa perspectiva marshalliana pode ser identificada no seguinte trecho:

Muitas das economias na utilização de mão de obra e maquinaria especializada não dependem do tamanho das fábricas individuais. Algumas dependem do mesmo gênero de fábricas na vizinhança; enquanto outras, especialmente relacionadas com o adiantamento da ciência e o progresso das artes, dependem principalmente do volume global de produção em todo o mundo civilizado (MARSHALL, 1916, p. 229).

Neste contexto, as ideias de Marshall (1916) permitem a compreensão de que há três principais benefícios resultantes da aglomeração econômica: 1) a possibilidade oferecida por um mercado local amplo de viabilizar a existência de fornecedores de insumos com eficiência na sua escala de atuação; 2) as vantagens decorrentes duma abundante oferta de mão de obra; e 3) a troca de informações que ocorre quando empresas de um mesmo setor ou setores próximos estão situadas próximas umas das outras (KRUGMAN, 1998). Apesar de Marshall ter sido enfático sobre esses benefícios desde o final do século XIX, somente a partir de 1950 o conceito de aglomeração passou a ser mais utilizado para interpretar movimentos de crescimento e desenvolvimento regional – mas a discussão desse conceito é anterior a isso.

Paralelamente, é pertinente salientar que, apesar de o conceito de aglomeração ter sido muito utilizado por Perroux (1955), Myrdal (1957), Hirschman (1958) e North (1959), é interessante notar que esses autores não foram, do ponto de vista formal, diretamente influenciados pelas ideias de Marshall, sendo que foram muito mais presentes e facilmente identificáveis as influências que esses autores – Perroux (1955), Myrdal (1957), Hirschman (1958) e North (1959) – tiveram de Keynes e Schumpeter. É por essa razão que, no organograma 03, as setas que ligam Schumpeter e Keynes aos autores supramencionados são setas contínuas, indicando uma influência direta; ao passo que as setas pontilhadas, ligando Marshall a esses autores, indicam uma influência menor ou indireta (Organograma 03).

Dito isto, cabe discorrer brevemente, para melhor compreensão, sobre as ideias centrais de cada autor do chamado segundo grupo do organograma 03. A ideia central de

Perroux (1955) era a dos polos de crescimento, sendo essa muito utilizada na formulação de políticas de desenvolvimento regional, a qual recebeu forte influência das proposições de Schumpeter (1911) a respeito do papel do progresso técnico e das inovações na dinâmica capitalista. Essa ideia de Perroux argumentava que o crescimento econômico não ocorre de forma homogênea no espaço, mas se manifesta em diferentes pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expandindo-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia (PERROUX, 1955). Essa perspectiva de Perroux baseia-se no argumento de que

[...] Haveria quatro diferentes formas de polarização por meio das quais as indústrias motrizes induziriam o desenvolvimento regional: *i)* técnica; *ii)* econômica; *iii)* psicológica; *iv)* geográfica. A polarização técnica refere-se aos efeitos de encadeamento entre a indústria motriz e suas empresas. Já a geração de emprego e renda decorrente da implantação da indústria motriz seria incluída na polarização econômica. A polarização psicológica, por sua vez, associa-se aos investimentos decorrentes do clima de otimismo gerado pelo sucesso da indústria motriz. Por fim, a polarização geográfica refere-se aos impactos nos sistemas urbanos do desenvolvimento da cidade onde se localiza a indústria motriz; esses impactos levariam à minimização dos custos de transporte e à criação de economias externas e de aglomeração (MONASTERIO e CAVALCANTE, 2011, p. 65-66).

Assim, a ideia central de Perroux (1955) demonstra que um polo industrial complexo teria condições de modificar seu meio geográfico imediato, uma vez que, na indústria motriz, é possível identificar os efeitos de intensificação das atividades econômicas devido ao surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas. A ideia central de Perroux também estava atrelada aos estímulos que as empresas motrizes recebem do Estado, o que fez parte das políticas de desenvolvimento local implementadas tanto em países desenvolvidos quanto em países subdesenvolvidos a partir de 1950. Segundo Monasterio e Cavalcante (2011), pelo menos 28 países discutiram e chegaram a implementar estratégias de desenvolvimento regional com base na ideia dos polos de crescimento de Perroux. Dentre eles estão os EUA, a Itália, a França, a Rússia e o próprio Brasil. Markusen (1996) chamou a ideia central de Perroux de “distrito centro-radial”, ou seja, um arranjo produtivo que se desenvolve ao redor de uma espécie de empresa motriz que desempenha o papel de âncora.

No entanto, embora seja inegável a serventia da ideia central de Perroux, inclusive para formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional até os anos de 1970, essa ideia passou a ser fortemente criticada a partir desse momento. Tais críticas vieram, principalmente, dos exemplos negativos associados à metáfora das “catedrais do deserto”, que é empregada para se referir às grandes obras que acabaram não

transformando regiões onde foram implementadas em regiões desenvolvidas. Isso levou ao fracasso do planejamento regional com base na teoria dos polos de Perroux. Para Storper (1994), o declínio da ideia dos polos de crescimento de Perroux se deve ao fato de a ideia ter sido concebida num ambiente de lógica de produção fordista, sendo que, a partir de 1970, esse ambiente havia mudado.

Em seguida aparece a ideia da causação circular e cumulativa, do sueco Myrdal. O autor desenvolveu a ideia de que alguns mecanismos de desenvolvimento econômico, uma vez que fossem iniciados, seriam reforçados mutuamente pelas forças de mercado e conduziriam as regiões por caminhos distintos. Assim, Myrdal (1957) sustentou que haveria uma espécie de inter-relação causal e circular nos fatores ligados à questão do desenvolvimento. Sua hipótese de causação circular e cumulativa teria validade no campo das relações sociais, pois, para Myrdal (1957, p. 39), “o jogo das forças de mercado opera no sentido da desigualdade”. Até mesmo a atuação do Estado, pelas políticas públicas com papel de diminuição das desigualdades sociais, seria para acentuá-las, pois tais políticas possuiriam um efeito mais eficiente nas regiões desenvolvidas do que nas subdesenvolvidas. Somente depois de um certo tempo, com a ascensão econômica das regiões centrais, os mecanismos centrífugos passariam a atuar de maneira a melhorar os indicadores sociais de regiões mais pobres, e com isso as políticas públicas passariam a ter um papel mais eficaz. Myrdal (1957) enfatizou, no entanto, que isso seria insuficiente para levar a uma queda abrupta das desigualdades sociais.

De maneira oposta à Myrdal, que vê a desigualdade social como um problema, Hirschman (1958), outro grande teórico da economia do desenvolvimento do pós-guerra, considerou a desigualdade uma necessidade ou até mesmo um requisito do processo de desenvolvimento. Hirschman destacou que o desenvolvimento econômico, ao invés de marcado por uma trajetória de crescimento contínuo, possui saltos e contratempos que se caracterizam em desequilíbrios de importância para o processo. Para o alemão¹⁶⁹, os desequilíbrios seriam uma forma de as regiões serem economicamente potencializadas. Nas palavras dele, “[...] as desigualdades internacionais e inter-regionais de crescimento são condição inevitável e concomitante do próprio processo de crescimento” (HIRSCHMAN, 1958, p. 36).

¹⁶⁹ Cabe mencionar que Hirschman nasceu na Alemanha, mas foi radicado nos EUA, com toda sua vida acadêmica praticamente atuando na Universidade de Berkeley, Califórnia.

Neste contexto, Hirschman discutiu a questão regional utilizando os conceitos de efeitos para frente e efeitos para trás. Os efeitos para trás expressam as externalidades decorrentes da implantação de indústrias, que, ao aumentarem a demanda por insumos nos setores a montante, terminaria por viabilizar suas escalas de produção numa determinada região. Já os efeitos para frente seriam resultado da oferta de insumos, que tornaria viáveis inúmeros setores posicionados a jusante das indústrias, isto é, para frente das indústrias (MONASTERIO e CAVALCANTE, 2011).

Por fim, fechando o grupo de autores que versam sobre o desenvolvimento econômico regional e economias de aglomeração, aponta-se para North (1959), um historiador econômico norte-americano que apresentou a tese de que o desenvolvimento econômico regional estaria ligado a uma base exportadora. Ele contestava a ideia de que o desenvolvimento regional aconteceria em etapas sucessivas, mas admitiu que talvez isso tenha ocorrido em algumas regiões da Europa, o que não queria dizer que devesse se aplicar a outras experiências, como nos países das Américas. Assim, North entendeu o desenvolvimento regional a partir do surgimento de uma atividade de exportação que se baseia em fatores locais. Neste sentido, as atividades ligadas a um determinado setor são chamadas de atividades de base exportadora, cujos efeitos sobre a economia local são diretos, mas também indiretos (MONASTERIO e CAVALCANTE, 2011).

Dessa forma, para North (1959), a atividade exportadora induz o aparecimento de polos de distribuição e cidades, nas quais surgem e se desenvolvem atividades de processamento industrial e outros serviços associados ao produto de exportação. North ressaltava que a diversificação setorial é resultado daquilo que deu certo nas atividades de base, e não o resultado do esgotamento do setor primário, por exemplo. North afirmou, ainda, que a industrialização é incapaz de garantir que o desenvolvimento regional terá condições de continuar a longo prazo, uma vez que ele estaria atrelado ao resultado do sucesso da base exportadora. No entanto, Tiebout (1956) apresentou várias críticas à ideia central de North, as quais levavam em consideração que a ideia da base exportadora não chegava a ser uma teoria de desenvolvimento regional, sendo, no melhor dos cenários, uma teoria que determina o acesso à renda no curto prazo, o que seria fruto da relação causal entre as atividades exportadoras e o conjunto das atividades de uma determinada região.

Em função das críticas apresentadas por Tiebout (1956), após a publicação do trabalho principal de North, em 1959, ele revê alguns de seus argumentos e passa a relativizar suas afirmações sobre a base exportadora como instrumento de desenvolvimento regional.

Mesmo assim, North asseverou que, caso a atividade primária de uma região estivesse atrelada às grandes propriedades, isso traria efeitos econômicos limitados sobre a região, levando, de um lado, à produção de bens de subsistência para os mais pobres e, de outro lado, à importação de bens de consumo de luxo para a elite regional. Neste contexto, apesar das críticas recebidas, a ideia central de North, baseada no fato de que as exportações seriam uma espécie de solução para os problemas de desenvolvimento regional, até hoje está presente nos formuladores de políticas regionais.

É válido, nesta perspectiva, tomar alguns cuidados no sentido de evitar crer cegamente na ideia de North, mas também não a deixar de lado, por dois motivos: 1) as exportações cumprem um papel fundamental de desenvolvimento regional em firmas empresariais que dinamizam a economia regional, pela centralização do capital, mas também pelo aumento da geração de receita, de renda, de emprego, etc. 2) acreditar cegamente nas ideias de North faz com que as importações em grande quantidade de insumos por uma dada região sejam vistas com maus olhos, o que seria uma visão simplista, que ignora o papel que as importações regionais têm para a competitividade das empresas e para o bem-estar dos habitantes de uma determinada região (MONASTERIO e CAVALCANTE, 2011).

Portanto, os dois grandes blocos teóricos que aparecem no Organograma 03 sintetizam as linhas de pensamento sobre a economia regional entre o século XIX e segunda metade do século XX. Assim, os dois grupos teóricos expressam que seus pensamentos orientaram a formulação de políticas de desenvolvimento regional. Com efeito, apesar de as teorias da localização salientarem as decisões do ponto de vista da firma, de maneira prática, sabe-se que as políticas de incentivos fiscais e financeiros – ao objetivarem mudar a estrutura de custos das empresas em determinadas regiões – se apoiam em argumentos como esse. No entanto, mais recentemente, principalmente a partir de 1980, com o avanço dos processos de modernização produtiva e com o advento e a consolidação da chamada globalização, outros autores – muitos deles baseados nas ideias sistematizadas no organograma 03 – passaram a se debruçar e lançar publicações sobre o desenvolvimento das economias regionais. Storper (1998), por exemplo, salientou que a globalização é a expansão dos fluxos diretos de bens (tecnologia, equipamentos, produtos) e capitais (ativos reais e financeiros) para além das linhas fronteiriças que dividem os países.

Storper (1998) também enfatizou que os monopólios e os oligopólios produtivos imprimem sobre as economias regionais barreiras que muitas vezes impedem determinadas regiões de alcançar níveis de desenvolvimento que poderiam ir além daqueles existentes.

Segundo ele, “os atores dominantes na nova economia baseada em redes são corporações multinacionais e instituições financeiras, e os fluxos de recursos dominantes estão dentro de suas redes e não entre firmas e instituições territorializadas, mercados e estados nacionais” (STORPER, 1998, p. 2). Essa globalização, conduzida pelos monopólios e oligopólios produtivos a nível internacional são, em grande medida, responsáveis por forjar diferentes estratégias a serem postas em prática quase que inteiramente e simultaneamente a ordem imposta por essa globalização. Tais estratégias requerem das empresas regionais a consideração sobre a necessidade dos consumidores de diferentes partes do mundo, nas quais seus produtos são bem aceitos, mas também que variam de local para local, isto é, de região para região.

Neste sentido, a região Oeste de SC faz parte da grande porção interiorana do Brasil que se desenvolveu muito rapidamente com o uso intensivo de tecnologia nos processos produtivos, principalmente após 1960, mas tendo começado ainda antes. Tanto as diferentes cadeias produtivas dos agronegócios quanto os novos negócios que emergiram a partir dos anos 2000, nesta região, são intensivos em tecnologia, em uso de mão de obra qualificada e em melhoramento de processos e produtos que visam, a todo momento, aumentar as possibilidades de abstrair custos e ampliar lucros. A tese de Lenz (2015), neste sentido, aponta para a ampliação da indústria de software no estado de SC, sendo os principais centros empresariais da região Oeste catarinense um dos espaços ou uma das áreas para onde se expandiu esse setor tecnológico.

A grande quantidade de empresas de software no estado de SC está localizada na faixa litorânea; no entanto, dos anos 2000 em diante, cidades como Chapecó, Videira, Concórdia, São Miguel do Oeste e Caçador também começaram a sediar empresas voltadas para inovação na área de software. De acordo com Lenz (2015), municípios como São Miguel do Oeste e Videira não possuíam nenhuma empresa e nenhum trabalhador registrado na indústria de software em 1994, mas, no ano de 2004, Videira apresentou 5 empresas e 25 trabalhadores neste setor, e São Miguel do Oeste apresentou 3 empresas e 31 trabalhadores ligados à indústria de software. Uma das razões que Lenz (2015) considera para explicar esse fenômeno é o aumento do número de empresas no Oeste catarinense intensivas no uso de tecnologias e preocupadas com as inovações nos processos produtivos, assim como a disseminação da oferta de cursos de ensino superior voltados para a área de software na região. Lenz (2015) também aponta que foi notada uma emergência das interações espaciais nas regiões do estado de SC que se caracterizam pelas interações decorrentes da indústria de

software. Uma das regiões de ampliação de tais interações é o Oeste catarinense, a qual abarca principalmente os municípios de Chapecó, São Miguel do Oeste, Maravilha, Pinhalzinho, Xanxerê e Concórdia. Além disso, os resultados da pesquisa de Lenz (2015) convergem com as proposições aqui apresentadas sobre as economias de aglomeração, uma vez que a autora observou que, além de Chapecó, novos municípios passaram a abrigar empresas de software: São Miguel do Oeste, Concórdia, Joaçaba, Videira, Caçador e Xanxerê. Ainda que nesses municípios a presença de empresas de software seja discreta, chama atenção a quantidade de municípios emergentes na região neste setor.

No entanto, assim como se verifica em nível nacional, disparidades regionais, do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, no interior do Oeste catarinense, também são identificadas entre áreas que vale ser consideradas. Neste sentido, concorda-se com Smith (1988), quando infere que

Se a acumulação de capital leva diretamente à concentração de capital em unidades existentes, ela leva indiretamente, mas não menos inexoravelmente, a um processo muito mais poderoso – à centralização do capital. A centralização do capital ocorre quando dois ou mais capitais anteriormente independentes se combinam num único capital e isto geralmente ocorre diretamente, através de uma incorporação ou encampação, ou indiretamente, através do sistema de crédito. A centralização do capital leva à mais rápida expansão na escala de produção (e potencialmente ao crescimento mais rápido na produtividade do trabalho), do que poderia ser conseguida pela simples concentração do capital em unidades existentes. [...] A centralização espacial do capital é principalmente uma questão de capital produtivo centralizado. A acumulação do capital não é somente a acumulação do proletariado, como disse Marx, mas a acumulação do proletariado em certos lugares de produção. Resumindo este processo global, Marx escreve: ‘Se considerarmos o elemento material de acumulação, ela significa apenas que a divisão do trabalho exige a concentração dos meios de subsistência e dos meios de trabalho em pontos particulares, ao passo que anteriormente estavam espalhados e dispersos’. O efeito do capital, então, foi o de diferenciar o espaço geográfico anteriormente não diferenciado (SMITH, 1988, p. 178-180-182).

Essa é uma das explicações que pode ser levantada para compreender por que razões a dinâmica geoeconômica regional se mostra desigualmente distribuída pelas áreas da região. Em função disso, acredita-se como pertinente a abordagem das economias de aglomeração sobre a organização da dinâmica geoeconômica regional, uma vez que elas ajudam a compreender aquelas áreas da região nas quais a densidade técnico-produtiva é maior, ao mesmo tempo em que ajuda entender o desenvolvimento desigual existente no interior da própria região. Ademais, no campo das atividades produtivas, atividades urbanas e atividades econômicas que interrelacionam a produção agropecuária e a produção urbana, as economias de aglomeração devem ser levadas em conta. Por isso faz sentido abordar todos os teóricos da

economia regional, uma vez que a concepção sobre economias de aglomeração é decorrente dessas formulações teóricas.

As economias de aglomeração, ainda que já tenha sido abordado o que significam do ponto de vista teórico, possuem, na sua aceção, a racionalidade econômica que vem da ação de aglomerar. Para Tinoco (2003), as economias de aglomeração somente existem porque as empresas tomam decisões que visam, em uma determinada localização, maior possibilidade de lucro. O lucro, neste caso, é um diferencial que pode ser chamado de objetivo maior de aglomerar das empresas, que podem ser públicas ou privadas. No caso da região Oeste catarinense, o foco se dá sobre as empresas privadas, pois, de maneira geral, são essas as que imprimem na região, em maior grau, o dinamismo econômico. Assim, Tinoco (2003, p. 49) acrescenta que, mais precisamente, pode-se entender por “economias de aglomeração todo ganho de produtividade do agente advindo de sua colocação com outros agentes”.

Cabe ressaltar que a abordagem das economias de aglomeração aqui apresentada sobre a região Oeste catarinense vai além daquela abordagem somente pautada na ideia das teorias de localização industrial, ainda que tais ideias sejam importantes. Trata-se da abordagem de um conceito mais dinâmico de economias de aglomeração, ou seja, que leva em conta o crescimento da economia, o crescimento das cidades e o desenvolvimento econômico regional na sua forma mais ampla e mais complexa que possa ser considerada. Opta-se por essa abordagem porque as economias de aglomeração passaram a não ser mais responsáveis somente por atrair empresas a se localizar numa cidade, mas sim, para além disso, são responsáveis pelo dinamismo e pela capacidade de crescimento das empresas que aí se instalaram e que aí nasceram e se consolidaram. Dessa forma, as economias de aglomeração, além de afetarem a decisão locacional das empresas, também afetam a performance de longo prazo das mesmas. Esse salto na maneira de usar o conceito das economias de aglomeração se dá a partir de dois elementos principais: 1) fatores dinamizadores das atividades empresariais e 2) a verificação de como as economias de aglomeração influenciam nesses fatores (TINOCO, 2003).

Essa maneira de compreender as economias de aglomeração resgata três concepções: 1) a concepção marshalliana, a qual considera a externalidade dinâmica, ou seja, numa determinada indústria estaria a especialização urbana, envolvendo empresas do mesmo setor, próximas umas das outras, que seriam responsáveis por gerar externalidades que possam vir a ser apropriadas pelo conjunto dessas empresas, ao estilo dos chamados distritos marshallianos (MARSHALL, 1916). 2) Resgata também a ideia da competitividade (PORTER, 1990),

recuperando o debate sobre especialização e diversificação produtiva, que são fomentadas em ambiente de alta competitividade empresarial. Essa ideia se aproxima de Schumpeter (1942) quando requer, para impulsionar a competitividade, o avanço do progresso técnico nos processos produtivos. Por fim, essa concepção de economias de aglomeração também remonta a 3) Jacobs (1969), o qual argumentou sobre a dinâmica econômica das cidades, com base nas inovações de produtos, dando vista à estrutura concorrencial, que segue a mesma ideia de Porter (1990), apontando para um ambiente concorrencial como favorecedor da difusão tecnológica.

Neste sentido, considerando o crescimento econômico e a dinamização econômica da região em estudo, a rede urbana e a dinâmica econômica no mais elevado nível de complexidade produtiva que na região se verifica, chegou-se no quadro 10 e no mapa 35, como síntese da representação espacial das economias de aglomeração que imperam sobre a região Oeste catarinense (Mapa 35), e como síntese de dados geoeconômicos das economias de aglomeração que, como resultado das relações, cruzamento de dados, levantamento e estudos teóricos, foram possíveis de se chegar sobre a referida região (Quadro 10 e Mapa 35). Neste sentido, primeiramente apresenta-se o quadro 10, com um conjunto indissociável de dados geoeconômicos, mas que também representam a síntese da realidade social, para além da econômica, da região Oeste catarinense, aglutinados em 4 principais economias de aglomeração identificadas nesta região. Buscou-se trazer para o quadro 10, assim como em todos os outros levantamentos realizados ao longo da presente pesquisa, os dados mais atualizados disponíveis para acesso. Contudo, ressalta-se que, no momento em que essa tese entra em fase final de análise de dados, ocorreu a decisão do governo federal de suspender a realização do censo demográfico no ano corrente de 2021. Assim como para milhares de pesquisas em andamento ou em fase de atualização das análises, a presente pesquisa sofreu impacto da ausência dos dados do censo demográfico que deveria ter acontecido em 2021, o qual poderia dar uma nova roupagem para as análises aqui apresentadas, retratando a realidade na sua dinâmica mais recente.

Nesta conjuntura, apresenta-se o quadro 10.

Quadro 10 – Síntese dos dados econômicos e sociais das principais economias de aglomeração da região Oeste catarinense

Economias de aglomeração	Número de municípios da economia de aglomeração (2020)	População residente (2019)	Pessoal ocupado assalariado (2018)	Salário médio mensal – R\$ (2018)	PIB x mil (2002)	PIB x mil (2018)	Média do IDHM (2010)	Agências bancárias (2020)	Total de empresas (2020)	Empresas com matriz (2019) ¹⁷⁰	Setores de atuação das empresas
Caçador e Videira ¹⁷¹	17	237.644	65.898	2.132,45	2.031.098	9.294.314	0,723	27	20.211	11	Madeira e cultivo florestal, couro e calçados, papel e celulose, plástico e borracha, máquinas e equipamentos, energia, prestação de serviço em água e esgoto.
Concórdia e Joaçaba ¹⁷²	24	256.416	79.254	2.181,81	2.294.782	10.632.791	0,749	31	25.486	8	Alimentos e bebidas, transporte e logística, saúde, construção e imobiliário, madeira e cultivo florestal, nutrição animal, energia, turismo e hotelaria.
Chapecó e Xanxerê ¹⁷³	45	538.963	160.758	2.115,73	4.335.048	20.912.287	0,728	57	59.770	12	Cooperativa de produção,

¹⁷⁰ Trata-se do número de matrizes das principais empresas da região, conforme classificação do Grupo Amanhã (2019).

¹⁷¹ Compõe esta aglomeração os municípios de Caçador, Videira, Fraiburgo, Treze Tílias, Lebon Régis, Tangará, Água Doce, Arroio Trinta, Salto Veloso, Rio das Antas, Ibicaré, Pinheiro Preto, Calmon, Matos Costa, Iomerê, Ibiã, Macieira.

¹⁷² Compõe esta aglomeração os municípios de Concórdia, Joaçaba, Capinzal, Piratuba, Herval d'Oeste, Catanduvas, Vargem Bonita, Ipumirim, Itá, Irani, Ponte Serrada, Xavantina, Luzerna, Ouro, Erval Velho, Passos Maia, Arabutã, Jaborá, Lindóia do Sul, Lacerdópolis, Peritiba, Ipira, Alto Bela Vista, Presidente Castello Branco.

¹⁷³ Compõe esta aglomeração os municípios de Chapecó, Xanxerê, São Lourenço do Oeste, Pinhalzinho, Xaxim, Seara, Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes, São Carlos, Quilombo, Coronel Freitas, São Domingos, Saudades, Nova Erechim, Guatambu, Cordilheira Alta, Modelo, Águas de Chapecó, Nova Itaberaba, Ipuçu, Galvão, Águas Frias,

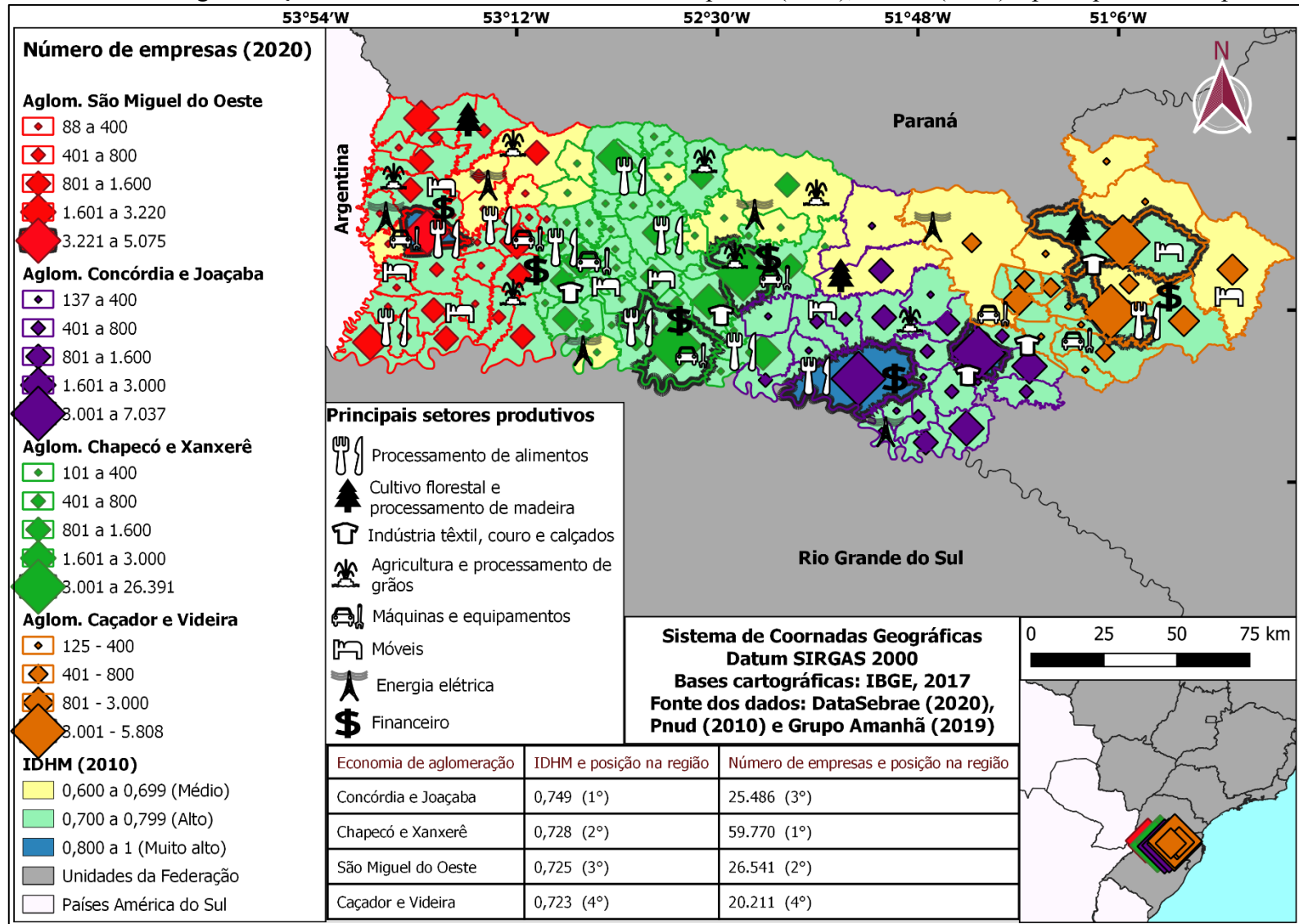
											alimentos e bebidas, comércio de atacado e varejo, papel e celulose, couro e calçados, financeiro, automotivo, energia.
São Miguel do Oeste ¹⁷⁴	32	261.205	60.926	2.075,11	2.000.467	9.289.543	0,725	30	26.541	6	Cooperativa de produção, móveis, madeira e cultivo florestal, energia, máquinas e equipamentos.
Total	118	1.294.228	366.836	2.126,27	10.661.395	50.128.935	0,731	145	132.008	37	-

Fonte: IBGE (2019); IBGE (2018); IBGE (2002); IBGE (2010); Febraban (2020); Grupo Amanhã (2019)

Vargeão, Planalto Alegre, Caxambu do Sul, Bom Jesus, Serra Alta, Saltinho, União do Oeste, Formosa do Sul, Arvoredo, Jupiá, São Bernardino, Marema, Santiago do Sul, Sul Brasil, Jardinópolis, Novo Horizonte, Irati, Cunhataí, Coronel Martins, Entre Rios, Ouro Verde, Lajeado Grande, Paial.

¹⁷⁴ Compõe esta aglomeração os municípios de São Miguel do Oeste, Maravilha, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Palmitos, Cunha Porã, São José do Cedro, Campo Erê, Iporã do Oeste, Mondai, Guaraciaba, Descanso, Palma Sola, São João do Oeste, Guarujá do Sul, Caibi, Anchieta, Riqueza, Tunápolis, Iraceminha, Romelândia, Paraíso, Belmonte, Santa Helena, Bom Jesus do Oeste, Santa Terezinha do Progresso, Bandeirante, Princesa, Tigrinhos, Flor do Sertão, Barra Bonita, São Miguel da Boa Vista.

Mapa 35 – Economias de aglomeração do Oeste catarinense: número de empresas (2020), IDHM (2010) e principais setores produtivos (2019)



Fonte: DataSebrae (2020), Pnud (2010) e Grupo Amanhã (2019)

De acordo com o quadro 10 e o mapa 35, chegou-se a uma conclusão diferente daquela anteriormente apresentada, no quadro 08, sobre a composição das principais economias de aglomeração da região Oeste catarinense, pode-se dizer que, no quadro 10, trata-se de uma conclusão baseada em detalhes, mais concisa, que resultou nas quatro economias de aglomeração que podem ser identificadas na região (Mapa 35). Esta mudança em relação ao quadro 08 ocorreu em função da percepção de que, na verdade, há quatro grandes economias de aglomeração na região (Caçador e Videira, Concórdia e Joaçaba, Chapecó e Xanxerê e, por fim, São Miguel do Oeste), de maneira que São Lourenço do Oeste exerce alguma centralidade econômica de aglomerar atividades econômicas dos municípios no seu entorno; no entanto, está numa relação imediata de submissão às atividades econômicas de Chapecó, e por isso elencou-se São Lourenço do Oeste como parte da economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê. O mesmo aconteceu com Joaçaba, que possui uma importância local, mas que, na verdade, os municípios ao seu entorno acabam dividindo dependência em fatores econômicos diretamente ligados a Caçador e Videira, ou a Concórdia; por isso, os municípios que outrora estavam ligados a Joaçaba foram redirecionados como parte das economias de aglomeração de Concórdia e Joaçaba, e também de Caçador e Videira.

Quanto a Pinhalzinho e Maravilha, que antes era considerada uma economia de aglomeração, alguns municípios, de acordo com os dados levantados, mostraram-se mais ligados a Chapecó; por isso, passaram a compor a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê. Ao mesmo tempo, observou-se que outros municípios das redondezas de Maravilha estavam mais ligados economicamente a São Miguel do Oeste, e por isso passaram a compor a economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, uma vez que estão economicamente mais atrelados a esta cidade do que a Chapecó, por exemplo. Assim, alguns municípios que no quadro 08 compuseram a economia de aglomeração de Pinhalzinho e Maravilha foram realocados para a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê, enquanto outros foram realocados para a economia de aglomeração de São Miguel do Oeste.

Dessa maneira, a definição das quatro economias de aglomeração que aparecem no quadro 10 não é uma definição estanque, fechada, e que impossibilita um olhar que possa reposicionar a situação de um ou outro município pertencendo a uma ou outra economia de aglomeração, mas trata-se do resultado da interpretação do conjunto de dados, sobretudo econômicos, que entrelaçou o grau de dependência e hierarquia dos municípios em relação a algumas cidades que exercem a centralidade urbana de atividades econômicas e de serviços na sua região imediata. No caso das atividades de serviços, considerou-se, principalmente, o

atendimento à população pela presença das agências bancárias e, no caso das atividades econômicas, considerou-se, principalmente, a presença das empresas listadas pelo Grupo Amanhã (2019), assim como o número de empresas que se encontram em cada município (DataSebrae, 2020). Ademais, considerou-se os deslocamentos para trabalho, para comércio e para acesso a outros serviços, ainda que de maneira menos criteriosa se comparado aos dados que constam no quadro 10.

Considerando esses aspectos, o quantitativo de municípios que passaram a compor cada economia de aglomeração (Quadro 10) sofreu alteração em relação ao quadro 08. Neste sentido, a maior economia de aglomeração em número de municípios é a de Chapecó e Xanxerê, com 45 municípios, representando 38,1% dos municípios da região. Em segundo lugar aparece a economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, com 32 municípios, a qual representa 27,1% dos municípios da região. Em terceiro lugar aparece a economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba, com 24 municípios, o que representa 20,3% dos municípios da região. Por último, com participação de 14,4% dos municípios da região, aparece a economia de aglomeração de Caçador e Videira, da qual fazem parte 17 municípios (a área de abrangência de cada economia de aglomeração poderá ser melhor visualizada no mapa 35).

Assim como na divisão municipal, a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê apresenta-se como a mais abrangente. Esta aglomeração também se apresentou como a mais pujante de todas em outros aspectos. Um desses aspectos é o econômico. De acordo com o quadro 10, a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê apresentou maior relevo econômico, com um PIB de mais de R\$20,9 bilhões no ano de 2018, o que representou 41,7% do PIB total da região Oeste catarinense (a economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba representou 21,2% do PIB da região, a de São Miguel do Oeste representou 18,6% do PIB da região e de Caçador e Videira representou 18,5% do PIB da região).

Por outro lado, salienta-se que, entre os anos de 2002 e 2018, o PIB da economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê apresentou crescimento de cerca de 380%, enquanto que o PIB da economia de aglomeração de São Miguel do Oeste apresentou crescimento de aproximadamente 360%, o PIB da economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba apresentou crescimento de aproximadamente 360% e o PIB da economia de aglomeração de Caçador e Videira apresentou crescimento de aproximadamente 350%. Esse dado mostra que, embora os municípios que compõem a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê tenham apresentado crescimento levemente superior às demais economias de aglomeração,

não ocorreu um crescimento econômico pontual. Em vez disso, percebeu-se um crescimento econômico pulverizado ao longo da região, de maneira mais ou menos regular, entre as economias de aglomeração. Este dado desmente a tese de que Chapecó e o seu entorno regulam o crescimento econômico regional, sendo que, na verdade, ocorre o contrário: quando se verifica que o crescimento econômico nas quatro aglomerações foi semelhante, pode-se dizer que o crescimento regional influenciou no crescimento da aglomeração mais pujante da região, isto é, Chapecó e Xanxerê.

Outros dados, além do fator econômico, que confirmam a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê como a de maior relevância entre as quatro aglomerações foram: população, mão de obra ocupada assalariada, e número total de empresas. De acordo com o quadro 10, a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê concentrou 41,6% da população residente da região (19,8% da população da região encontra-se na economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba, 20,2% da população da região encontra-se na economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, e 18,3% encontra-se na economia de aglomeração de Caçador e Videira). Com relação à mão de obra ocupada assalariada, constatou-se que, no ano de 2018, a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê respondeu por 43,8% do total da região, a economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba respondeu por 21,6% da mão de obra da região, a economia de aglomeração de Caçador e Videira respondeu por 17,9% da mão de obra assalariada da região e a economia de aglomeração de São Miguel do Oeste respondeu por 16,6% da mão de obra da região. Por sua vez, do montante de empresas da região, segundo os dados do quadro 10, no ano de 2020 verificou-se que 45,2% delas encontrava-se na aglomeração de Chapecó e Xanxerê, 20,2% estavam na economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, 19,3% das empresas estavam na economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba, e 15,3% estavam na economia de aglomeração de Caçador e Videira.

O salário médio de cada economia de aglomeração mostrou-se pouco variável, sendo que a média de salário mais alto no ano de 2018 foi verificada na economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba, com R\$2.181,81. A segunda maior média de salário da região foi verificada na economia de aglomeração de Caçador e Videira, com R\$2.132,45. Em seguida, aparece a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê, com média de salários pagos de R\$2.115,73. Em termos comparativos, com a média de salário mais baixa da região apareceu a economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, com média de R\$2.075,11 pagos à

massa trabalhadora dos municípios dessa aglomeração¹⁷⁵. Assim, como pôde-se verificar, entre a média de salário mais alta e a média de salário mais baixa encontradas nas quatro economias de aglomeração da região, percebe-se uma diferença total de penas R\$106,70, o que permite afirmar que a região se encontra numa situação de equilíbrio, quando considerado as médias de salários pagos nas quatro economias de aglomeração.

Cabe acrescentar, neste sentido, que o potencial de emprego e de massa salarial gerados nas economias de aglomeração do Oeste catarinense, que se aperfeiçoaram com o processo de modernização ocorrido nos setores produtivos da região nos últimos 20 anos, não só produziram poderosas economias de aglomeração regionais, mas também produziram economias de urbanização, porque são elas, com essa massa salarial, que irão consumir e ser capazes de criar um mercado interno que produz e consome aqueles produtos especializados que somente são encontrados na região. É isso que permite a circulação de capital, de moeda, de investimentos, ou seja, que faz com que boa parte da renda produzida na região seja absorvida na própria região. Esse é um retrato possível de ser apresentado sobre a força econômica regional do Oeste catarinense e a sua dinâmica. Ademais, neste contexto, é possível ir um pouco além na interpretação que a cidade de Chapecó cumpre na dinâmica econômica regional. Ou seja, parte-se da prerrogativa de compreender Chapecó, maior economia urbana e com capacidade de aglomerar da região, dentro de uma organização econômica regional, o que contraria e desmonta os argumentos que defendem que a região pode ser explicada a partir de Chapecó. Na verdade, é o contrário; são as economias de aglomeração que explicam a funcionalidade de Chapecó, considerando a organização econômica regional.

No que diz respeito à distribuição do número de agências bancárias, verificou-se certa equidade entre as aglomerações, com exceção de Chapecó e Xanxerê, que apresentaram superioridade em relação às outras aglomerações. Neste sentido, com total de 145 agências bancárias na região, a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê, no ano de 2020, concentrou 39,3% delas. Em seguida, apareceu a economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba, com 21,3% das agências da região. Com número similar apareceu a economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, a qual representou 20,6% das agências da região. Por

¹⁷⁵ Cabe ressaltar que, apesar dos níveis salariais apresentados por economia de aglomeração, as empresas da região não pagam salários acima da média e buscam manter salário achatados. São empresas, em geral, que estão constantemente recrutando trabalhadores imigrantes: haitianos, venezuelanos, índios, senegaleses e outros. Isso demonstra que, mesmo com as configurações tecnológicas, inovações em processo e produto apresentadas no âmbito da economia regional, trata-se de um modelo concentrador de renda.

fim, a economia de aglomeração de Caçador e Videira representou 18,6% das agências bancárias da região.

Quando considerado o número de empresas entre as 500 maiores do Sul do Brasil e consideradas empresas emergentes (Grupo Amanhã, 2019), na região Oeste catarinense se localiza a matriz de 37 dessas empresas (Quadro 10). Neste caso, a distribuição dessas matrizes nas quatro economias de aglomeração é diferente do que foi verificado sobre os dados até aqui comentados. Apesar disso, a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê sedia o maior número de empresas da região, sendo 12 no total, o que representa 32,4% das matrizes situadas na região. Logo em seguida, aparece a economia de aglomeração de Caçador e Videira como sede de 11 empresas, o que representa 29,7% das empresas da região. Já na economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba se localizam a matriz de 8 empresas, o que representa 21,6% das empresas da região. Por fim, sendo sede de 6 dessas empresas, apareceu a economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, o que representa 16,2% do total de empresas com sede na região. Esses dados, no entanto, precisam ser relativizados, uma vez que foi considerado, para pertencer à determinada economia de aglomeração, a localização da sede de cada empresa. Sabe-se, todavia, que empresas como a BRF Foods e a Aurora alimentos, por exemplo, possuem filiais em inúmeros municípios da região e até mesmo em municípios de outros estados, o que vai além daqueles municípios pertencentes à economia de aglomeração na qual a sede da empresa está localizada. Esse fato faz com que os dados, ainda que tenha sido considerado o local da matriz das empresas, possa ser visto de maneira relativizada, sobretudo quando considerado a localização das filiais das empresas.

Neste contexto, cabe inferir que a análise da localização das empresas demonstra a capacidade do capitalismo de espriar suas frentes de atuação, mas também de perceber como a localização das empresas, por exemplo, retrata o caráter desigual desse sistema, uma vez que existem áreas densamente povoadas de empresas capitalistas e outras que podem ser chamadas de vazios empresariais. Smith (1988, p. 188), salientou que “a teoria da localização começa com a suposição de uma dada paisagem diferenciada, e então examina as decisões locais das empresas individuais. Na medida em que a estrutura localizacional – a geografia do capitalismo – é vista como historicamente mutável, essa mudança é tratada como a soma aritmética dessas decisões”. Daí a relevância de estudar sobre as decisões empresariais, que são diferentes dependendo do setor de atuação e dos aspectos que envolvem cada setor, pois a

geografia do capitalismo é dinâmica, isto é, encontra-se em constante processo de transformação.

Neste sentido, com relação aos setores de atuação dessas empresas (Grupo Amanhã, 2019), pode-se dizer que em cada economia de aglomeração são bastante diversificados. Na economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba, pelos lucros e receitas líquidas obtidos pelas empresas, destaca-se o setor de alimentos, mas também se encontra nesta aglomeração empresas dos setores de transporte e logística, saúde, construção imobiliária, madeira e cultivo florestal, turismo e hotelaria, nutrição animal e energia. Na economia de aglomeração de Caçador e Videira, se destacam as empresas dos setores de madeira e cultivo florestal, de papel e celulose, de couro e calçados, de plásticos e borrachas, de máquinas e equipamentos, de energia e de serviços em água e esgoto. Na economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê, destacam-se as empresas dos setores de alimentos, cooperativas de produção e comércio de atacado e varejo; no entanto, também atuam nesta aglomeração empresas dos setores de energia, papel e celulose, couro e calçados, financeiro e automotivo. Na economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, se destacam as empresas dos setores de móveis, de máquinas e equipamentos, de cooperativa de produção, de energia e de madeira e cultivo florestal.

No que diz respeito à qualidade de vida nas quatro economias de aglomeração, os dados da média do IDHM¹⁷⁶ de cada aglomeração apontam que os números são similares, de maneira que as quatro economias de aglomeração do Oeste catarinense estão enquadradas no alto nível de desenvolvimento humano, pois possuem IDHM entre 0,700 e 0,799. No entanto, a economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba apresentou a melhor qualidade de vida da região, com média de IDHM de 0,749. Em seguida apareceu a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê, com média de IDHM de 0,728. Na terceira colocação apareceu a economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, com média de IDHM de 0,725. Por fim, apareceu a economia de aglomeração de Caçador e Videira, com média de IDHM de 0,723. Nota-se, portanto, que principalmente as últimas três economias de aglomeração citadas possuem índices similares de IDHM.

¹⁷⁶ De acordo com a Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o valor do IDHM nos municípios do Brasil pode ser classificado em quatro faixas, sendo: baixo desenvolvimento humano menor que 0,550; médio desenvolvimento humano entre 0,550 e 0,699; alto desenvolvimento humano entre 0,700 e 0,799; e muito alto desenvolvimento humano acima de 0,800. Para chegar em um número, é levado em consideração algumas variáveis-chave para cada município, tais como: longevidade (que analisa a expectativa de vida da população), educação (que analisa a taxa de analfabetismo e porcentagem da população em idade escolar frequentando escolas e universidades) e renda (que analisa a renda per capita municipal, dividindo a soma das riquezas que o município produz pela sua população total).

A diversificação produtiva nas quatro economias de aglomeração da região Oeste catarinense pode ser ainda mais evidenciada quando são considerados os dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2020), sobre produtos exportados pela região. Neste sentido, o quadro 10 aponta para a porcentagem de participação das exportações de cada uma das economias de aglomeração da região, considerando os principais setores produtivos de exportação, conforme aparece no quadro 11.

Quadro 11 – Exportações (%) por setores produtivos das economias de aglomeração da região Oeste catarinense (2020)

Setores produtivos e porcentagem das exportações por setor/economia de aglomeração											
Economias de aglomeração	Madeira, carvão vegetal, papel e obras de madeira ¹⁷⁷	Móveis	Produtos da indústria alimentar do reino vegetal	Produtos da indústria alimentar do reino animal ¹⁷⁸	Máquinas, aparelhos elétricos e outras máquinas ¹⁷⁹	Produtos da indústria química ¹⁸⁰	Matérias têxteis, couros, calçados e suas obras ¹⁸¹	Metais comuns e suas obras ¹⁸²	Materiais de transporte e construções pré-fabricadas ¹⁸³	Outros setores	Total
Caçador e Videira	30	13,7	24,8	6,4	9,5	0,1	2,4	0,5	11,7	0,9	100
Concórdia e Joaçaba	22,8	0,4	13,9	14	16,3	16,7	7,8	5,6	2,1	0,4	100
São Miguel do Oeste	12,5	34,8	9,4	16,2	11,4	0,1	2,8	3,8	8,7	0,3	100
Chapecó e Xanxerê	4,1	20,1	41	19,5	4	3,7	5,5	0,9	0,4	0,8	100
Participação média por setor	17,35	17,25	22,27	14	10,3	5,1	4,62	2,7	5,72	0,6	99,91

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2020)

¹⁷⁷ Obras de carpintaria para construções, painéis de assoalhos e fasquias para telhado (shingles e shakes); painéis de fibras de madeira; molduras para quadros, fotografias, espelhos e objetos semelhantes; madeira serrada ou endireitada, cortada, aplainada, polida ou unida pelas extremidades; lenha em qualquer estado; madeira perfilada; madeira compensada; madeira folheada e estratificada semelhante.

¹⁷⁸ Carne suína, de frango e peru, miudezas comestíveis de animais (fresca, refrigerada ou congelada); tripas, bexigas e estômagos de animais salgados e defumados.

¹⁷⁹ Máquinas ou aparelhos para trabalhar e fabricar borracha e plástico; para preparação ou fabricação industrial de alimentos; para quadros, painéis, consolas e cabinas de comando elétrico ou distribuição de energia elétrica; para elevação, movimentação, descarga e carga (elevadores, escadas rolantes, transportadores e teleféricos); para agricultura, apicultura, silvicultura, avicultura, dispositivos mecânicos ou térmicos, chocadeiras e criadeiras para avicultura.

¹⁸⁰ Gelatinas e seus derivados, ictiocola e outras colas de origem animal, matérias proteicas e seus derivados, pó de peles.

¹⁸¹ Couros preparados após curtimenta ou secagem; couros e peles apergaminhados de bovinos e búfalos.

¹⁸² Aquecedores (fogões de sala), caldeiras de fornalha, fogões de cozinha, grelhados (churrasqueira), lareiras, aquecedores e fogareiros a gás, e aparelhos não elétricos.

¹⁸³ Reboque e semirreboque para veículos, peças automotivas, veículos não autopropulsores e suas partes. Torres, armaduras e estruturas de concreto encaixáveis.

De acordo com o quadro 11¹⁸⁴, as exportações das quatro economias de aglomeração da região são de setores produtivos diversificados, que ora se apresentam com potencial produtivo nas quatro aglomerações e ora se apresentam como especificidade produtiva de determinada economia de aglomeração. Considerando para todos os setores produtivos os dados levantados no ano de 2020 (Quadro 11), o setor de madeira, carvão vegetal, papel e obras de madeira foi responsável por 17,35% das exportações da região, sendo que na economia de aglomeração de Caçador e Videira as exportações desse setor alcançaram 30% do total, e na economia de aglomeração de Joaçaba e Concórdia 22,8% do total das exportações. O setor de móveis mostrou-se bastante expressivo nas quatro economias de aglomeração, exceto na de Concórdia e Joaçaba, sendo responsável por 17,25% das exportações da região. Na aglomeração de São Miguel do Oeste, a participação dos móveis atingiu 34,8% das exportações totais, na aglomeração de Chapecó e Xanxerê atingiu 20,1%, e na aglomeração de Caçador e Videira atingiu 13,7% das exportações totais.

Concomitantemente, o quadro 11 aponta que o setor de produtos da indústria alimentar do reino vegetal foi o de maior participação nas exportações da região, atingindo 22,27% do total. Na economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê, esse setor chegou a representar 41% das exportações, na aglomeração de Caçador e Videira 24,8% das exportações, na aglomeração de Concórdia e Joaçaba a participação foi de 13,9%, e na aglomeração de São Miguel do Oeste a participação do referido setor foi de 9,4%. Vale destacar que o setor denominado pelo Ministério da Indústria, Serviços e Comércio Exterior como de produtos alimentares do reino vegetal vai muito além da simples exportação de grãos in natura. Esse setor abrange exportações de farelo, pó e misturas proteicas de diferentes culturas agrícolas, preparações alimentícias específicas, bebidas derivadas de frutas, líquidos alcoólicos e vinagres. Trata-se, dessa forma, de um setor amplo em produtos processados.

O setor de produtos alimentares da indústria do reino animal também se apresentou como um dos mais importantes nas exportações, alcançando 14% do total do total regional. Neste setor, a economia de aglomeração de Caçador e Videira mostrou-se a menos participativa, com apenas 6,4% de suas exportações ligadas ao setor. A aglomeração de Chapecó e Xanxerê foi a que mais participou, com 19,5%, seguida da aglomeração de São Miguel do Oeste, com 16,2% de participação, e da aglomeração de Concórdia e Joaçaba, com 14% de participação. Vale frisar, como apontado na nota de rodapé número 154, que esse setor vai além da exportação pura e simples de carnes congeladas e refrigeradas, ou seja, trata-

¹⁸⁴ A participação em porcentagem (%) de cada setor e cada economia de aglomeração do quadro 10 foi calculado levando-se em conta o valor US\$ FOB das exportações totais do ano de 2020.

se de um setor pujante de exportação que envolve os mais diferentes tipos de miudezas, farinha de ossos, carnes salgadas e defumadas não congeladas, dentre outros.

Na sequência, conforme aponta o quadro 11, aparece o setor de máquinas em geral e aparelhos elétricos, o qual participou com média de 10,3% das exportações totais da região. Neste setor, destacou-se as exportações da economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba, com 16,3% de participação, seguida da aglomeração de São Miguel do Oeste, com 11,4% de participação; a aglomeração de Caçador e Videira obteve 9,5% das exportações e a aglomeração de Chapecó e Xanxerê obteve 4% de participação. A participação nas exportações ligadas ao setor de máquinas e produtos elétricos (chuveiros, aquecedores, tomadas, disjuntores, conectores, tomadas, entre outros) demonstra a dinamicidade da estrutura produtiva da região, que vai além dos setores tradicionalmente participativos na dinâmica econômica, como os setores da indústria agroalimentar de animais e vegetais.

Com média de participação de 5,72% nas exportações da região apareceu o setor de materiais de transporte e construções pré-fabricadas (Quadro 11). Neste setor, destacaram-se as exportações da economia de aglomeração de Caçador e Videira, com 11,7% de suas exportações atreladas ao referido setor. Na sequência, apareceu a aglomeração de São Miguel do Oeste, com 8,7%, seguida da aglomeração de Concórdia e Joaçaba, com 2,8% e, por fim, a aglomeração de Chapecó e Xanxerê, com apenas 0,4% de suas exportações relacionadas ao setor de materiais de transporte e construções pré-fabricadas. Deve-se ressaltar, de acordo com entrevista realizada em trabalho de campo com o ex-prefeito de Pinhalzinho, em julho de 2020, que o setor de materiais metálicos de transporte e de estruturas pré-moldadas (de ferro, aço e concreto) para construções pré-fabricadas era praticamente inexistente antes dos anos 2000, uma vez que a construção civil e a circulação de produtos e veículos na região eram muito reduzidas se comparado ao período recente. Esse relato de trabalho de campo corrobora com a tese de que emergiram novos setores na região decorrentes do crescimento econômico que ocorreu naqueles setores já existentes, como nos agronegócios, mas também em novos setores, como é o caso do setor de estruturas pré-fabricadas e materiais de transporte.

Paralelamente, seguindo o grau de importância pela porcentagem na participação das exportações da região, apareceu o setor de produtos da indústria química, com participação de 5,1% nas exportações da região (Quadro 11). Neste setor se destacou a economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba, a qual apresentou 16,7% de suas exportações atreladas ao mesmo. A economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê aparece com 3,7% de suas exportações atreladas a este setor, seguida das aglomerações de Caçador e Videira e de São

Miguel do Oeste, as quais apresentaram apenas 0,1% cada uma com as exportações atreladas ao setor de produtos da indústria química.

Com 4,62% de participação nas exportações da região apareceu o setor de matérias têxteis, couros, calçados e suas obras (Quadro 11). Neste setor, destacou-se a participação da economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba, com 7,8% de suas exportações atreladas ao referido setor. Em seguida, apareceu a aglomeração de Chapecó e Xanxerê, com 5,5% de participação, a aglomeração de São Miguel do Oeste, que apresentou 2,8% de participação, e, por fim, a aglomeração de Caçador e Videira, que obteve participação de 2,4% de suas exportações no setor de têxteis, de couros, calçados e seus produtos. Embora com porcentagem de participação nas exportações da região mais baixa, esse setor não aparece em nenhum dos trabalhos de teses e dissertações levantados no estado da arte da presente pesquisa, o que demonstra que a complexidade e a dinamicidade da economia regional são ignoradas nos estudos de economia regional, que em geral são seletivos. O problema dos estudos pontuais é que eles retratam apenas uma parcela da realidade, deixando de lado a realidade como um todo, nas suas contradições, na sua complexidade, na sua concretude.

Por fim, dentre os setores que aparecem no quadro 11, o setor de metais comuns e suas obras representou 2,7% das exportações do Oeste catarinense. Neste setor, destacou-se a economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba, com 5,6% de suas exportações atreladas ao mesmo. Em seguida, apareceu a aglomeração de São Miguel do Oeste, com 3,8% de participação, seguida das aglomerações de Chapecó e Xanxerê e Caçador e Videira, as quais, respectivamente, obtiveram 0,9% e 0,5% de participação no setor. Este setor, de maneira semelhante ao que foi comentado para o setor de materiais de transporte e construções pré-fabricadas, embora apresente participação baixa nas exportações da região, era inexistente na dinâmica econômica da região antes dos anos 2000. No entanto, surgiram empresas, principalmente nas economias de aglomeração de São Miguel do Oeste e de Concórdia e Joaçaba, que passaram a suprir demandas existentes nas cadeias produtivas da região. A empresa Torfresma, de São Miguel do Oeste, surgida no final da década de 1990, é um exemplo a ser citado, uma vez que iniciou construindo cadeiras adaptadas para funcionários da linha de corte dos frigoríficos da Aurora de São Miguel do Oeste e Maravilha (suínos e aves, respectivamente), e atualmente a empresa se destaca em soluções tecnológicas de estruturas frigoríficas para processamento de carnes. Em geral, os produtos e a assistência técnica que a empresa realiza são baseados em estruturas metálicas embarcadas com alta tecnologia, como sensores, robôs, automação e outros.

Ainda de acordo com o quadro 11, pode-se perceber a dinamicidade dos setores produtivos da economia regional com base nos dados das exportações. No entanto, esses dados também demonstram que algumas economias de aglomeração são mais dinâmicas do que outras. Enquanto na economia de aglomeração de Caçador e Videira 68,5% das exportações estão concentradas em três setores (madeira, carvão vegetal, papel e obras de madeira; móveis; produtos da indústria alimentar do reino vegetal), na economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba os três principais setores de exportação (madeira, carvão vegetal, papel e obras de madeira; máquinas, aparelhos elétricos e outras máquinas; produtos da indústria química) alcançaram 55,8% nas exportações da aglomeração. Assim, são atividades econômicas ligadas aos diversos setores da economia. Isso é economia de aglomeração, ou seja, uma nova dinâmica das cidades, uma matriz teórica a partir da qual é possível fazer a leitura da complexidade das economias regionais e o papel das cidades nessas economias.

Com isso, pode-se dizer que, na aglomeração de Caçador e Videira, a dinamicidade dos setores produtivos é menor do que na aglomeração de Concórdia e Joaçaba. Paralelamente, na economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê, a concentração das exportações nos três principais setores é maior, uma vez que esses setores (produtos da indústria alimentar do reino vegetal; móveis; produtos da indústria alimentar do reino animal) atingiram 80,6% do total exportado pela aglomeração. Na economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, os três setores que mais exportaram (móveis; produtos da indústria alimentar do reino animal; madeira, carvão vegetal, papel e obras de madeira) atingiram 63,5% do total exportado pela aglomeração.

Nesta perspectiva, visões e análises que tendem a considerar a sofisticação e a pluralidade de setores econômicos sobre as economias de aglomeração e a sua forma de operação devem ser acompanhadas do estudo mais intensivo das corporações que, na necessidade de insumos e na abrangência espacial do destino dos produtos comercializados, podem ser consideradas multinacionais, assim como devem acompanhar esses estudos as instituições de governo e os investimentos estatais. Chama-se atenção a esses aspectos, assim como descreveu Markusen (1995), pelo fato de que, numa pesquisa como esta, busca-se fazer uma contribuição mais consistente da geografia econômica ao desempenho progressista da dinâmica capitalista de escala regional.

A estrutura dos setores produtivos das economias de aglomeração baseada nos dados das exportações (Quadro 11) abre caminho para diferentes análises e compreensões. Uma das

análises que pode ser feita é sobre o papel que as cidades cumprem na organização da dinâmica produtiva das economias de aglomeração da região. Neste sentido, cabe demonstrar a hierarquia urbana existente na região, bem como as centralidades urbanas, suas formas, funções e conteúdo, de maneira que seja possível compreender que, embora os agronegócios tenham um papel crucial na economia regional, eles são embarcados de alta tecnologia, o que dispensa a alta empregabilidade de mão de obra. Isso faz com que a maior parte dos problemas de cunho social e econômico da região não estejam majoritariamente na agropecuária, ainda que os problemas existem, mas sim nas cidades. Neste sentido, no tópico 4.4, será possível compreender o papel hierárquico das cidades na economia regional.

4.4 COMPLEXIDADE GEOECONÔMICA E HIERARQUIA URBANA: CENTRALIDADES, FUNÇÕES E AS CIDADES

No período em que esta tese foi escrita, entre 2018 e 2022 (recentemente concluída), as análises sobre a hierarquia urbana da região Oeste catarinense tem pouco ou nada a ver com a descrição do que era a rede das cidades no Brasil até 1940, conforme havia descrito Deffontaines (1944). Mesmo nas cidades do vale do rio do Peixe, no Oriente do Oeste catarinense, por onde atravessou um ramal ferroviário que ligava o RS até o estado de SP, esta ferrovia significou pouca influência no crescimento das aglomerações de pessoas nas localidades como Caçador, Videira e Joaçaba. O passar das décadas levou a região em estudo, conforme demonstrou-se neste trabalho, a um acelerado processo de aperfeiçoamento das tecnologias de produção, primeiramente no setor de carnes e processamento de grãos, mas depois numa complexa teia de setores produtivos que caracterizam a dinâmica econômica regional. Assim, o isolamento das cidades, a difícil integração por meios de transporte e comunicação, e a sensação de que muitas áreas interioranas do Brasil ficariam fadadas à ausência do progresso, hoje, embora estejam num contínuo processo de transformação, são cidades e regiões, como o Oeste catarinense, que possuem economias avançadas no uso de tecnologias para processamento de produtos, os quais abastecem mercados de outras áreas do Brasil e do mundo.

Assim como vem sendo discutido ao longo capítulo 4, a abordagem sobre a hierarquia urbana da região Oeste catarinense, isto é, as centralidades e funções urbanas que as cidades exercem no contexto regional, está relacionado com as análises já realizadas sobre economias de aglomeração. Uma vez que o desenvolvimento econômico continua

acontecendo, ainda que atravessando crises (como nos períodos 2016-2022 e 1990-2002) e passando por períodos em que ocorre crescimento econômico (como no período 2003-2014), as economias de aglomeração passam por transformações, as quais refletem no crescimento urbano, na hierarquia urbana, nas novas funções e novas centralidades que são decorrentes das mudanças advindas das economias de aglomeração. Dessa forma, torna-se indispensável analisar a hierarquia urbana de uma região a partir da sua estrutura econômica e da sua capacidade de oferta de serviços, uma vez que a ação de aglomerar, do ponto de vista econômico, evoca três elementos principais: a produção, o comércio e a urbanização (SCOTT e STORPER, 2015).

A estrutura econômica da qual se fala foi carregada de novas tecnologias, tanto de informação quanto de comunicação. Em função disso, ocorreu a reorganização espacial do capital alterando centralidades concentradoras que se consolidaram em escala nacional, mas também em escala regional, como produtos e possibilidades a esses processos (MOURA, 2008). Por essas razões, os novos arranjos urbano-regionais tornaram-se localizações a favor da reprodução do capital, num sistema de desenvolvimento do capitalismo que se mantém polarizador e que continua acentuando disparidades regionais, mas também intrarregionais, ou seja, disparidades que estão no interior das próprias regiões. Assim, o caráter seletivo do capital é característica daquelas áreas por onde o capitalismo se alastra, por vezes em maior e por vezes em menor grau, sendo uma das consequências dessa característica a formação das economias de aglomeração.

Neste sentido, Scott (2005) chama atenção para o fato de que, embora as mudanças tecnológicas nas estruturas produtivas possam ser identificadas em diferentes níveis da hierarquia urbana, como nas cidades globais e nacionais, por exemplo, os processos que levam e permeiam essas mudanças também precisam ser analisados no novo mosaico mundial de cidades de influência regional. Scott (2005) afirma que os estudos das formas e funções urbanas em nível regional é um dos estudos de menor relevância nas compreensões que a geografia urbana já realizou até o momento. E isso, afirma o autor, é um erro, pois as regiões, as hierarquias urbanas regionais são os espaços que consolidam a produção de muitas mercadorias, mesmo que as cidades-região estejam submetidas às ordens de cidades em nível hierárquico mais elevado.

Dessa forma, Scott (2005) salienta que os estudos sobre hierarquia urbana em escala regional precisam ser urgentemente retomados ou começados do zero em muitos casos, pois é no nível da escala regional que os motores fundamentais do sistema de produção se

constituem e funcionam, atrelados aos mandos da globalização, na medida em que, com as mudanças tecnológicas, se aprimoram constantemente as funções empresariais e institucionais fundamentais para o funcionamento do motor maior: o capitalismo. Ademais, Corrêa (2001, p. 20) salienta que “[...] a rede hierarquizada de localidades centrais constitui-se em uma forma de organização do espaço vinculado ao capitalismo”, ou seja, as centralidades urbanas hierarquizam-se entre si em razão das desigualdades espaciais impostas pelo capitalismo.

Dessa maneira, os estudos sobre hierarquia urbana realizados pelo IBGE nas três últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI levam em consideração, convergindo com o que vem sendo exposto, a análise econômica das cidades e das regiões. No entanto, inúmeras metodologias são utilizadas por diferentes pesquisadores para tentar identificar o lugar de cada cidade nos estudos de hierarquia urbana. Tanto os estudos do IBGE quanto dos pesquisadores da geografia urbana em geral sobre hierarquia urbana e caracterização das funções urbanas sugerem que se considerem alguns princípios para essa finalidade, dentre os quais destacam-se dois: 1) sobre hierarquia urbana: atualização dos estudos já realizados sobre o tema pelo IBGE, através da Regic (Região de Influência das Cidades), e a dificuldade de estruturar, ainda que regionalmente, levantamentos sobre esse tema seja realizado a partir do que já existe estruturado; 2) caracterização das funções urbanas: um dos principais desafios a ser desenvolvido pelo Nesur (Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional), da Unicamp, é avançar na avaliação das funções dos principais aglomerados metropolitanos e não metropolitanos no conjunto do sistema de cidades do Brasil e nos seus subsistemas regionais (MOTTA, 2001).

Nesta perspectiva, é preciso definir funcionalidades urbanas que podem ser investigadas, como os centros de serviços regionais, centros financeiros, administrativos, cidades industriais, cidades-dormitório, dentre outros, a fim de que o objetivo de análise seja delimitado. No entanto, é verdade, assim como Motta (2001) afirma, que, independentemente desse esforço, boa parte das dificuldades metodológicas de uma categorização das cidades é subproduto do fato de que, em raros casos, uma tipologia funcional dessa natureza se aplica de maneira uniforme para um determinado município ou aglomeração. É quase certeza, precedendo a análise, que as principais cidades de um país, de um estado ou de uma região respondem por “funções mais complexas, sendo simultaneamente responsáveis por várias dessas funções, até como resultado da consolidação de sua posição no sistema urbano e do longo processo histórico de conformação do sistema urbano [...]” (MOTTA, 2001, p. 57). Neste sentido, a autora infere que o que as análises devem buscar é evidenciar os elementos

fundamentais capazes de denotar as funções das principais cidades, assim como as alterações sofridas como consequência do processo de transformação urbana em curso no período recente. Neste caso, na presente análise, considera-se o início dos anos 2000 até o momento presente, ano de 2022.

Partindo desses pressupostos, o embasamento teórico necessário à discussão da hierarquia urbana na região Oeste catarinense está ligado ao princípio de estudos dessa natureza. Assim sendo, faz-se necessário retornar aos estudos do geógrafo alemão Walter Christaller, nascido em 1893 e falecido em 1969. Christaller foi o responsável por elaborar uma teoria que explicou a importância funcional das cidades na região Sul da Alemanha, na segunda metade do século XX. Trata-se de uma teoria preocupada em identificar como os lugares ocupam posições diferentes do ponto de vista das suas funcionalidades. Assim, Christaller (1966) explicou o tamanho, a distribuição e o número de cidades no Sul da Alemanha, desenvolvendo, a partir desse estudo, o conceito de “lugar central”. O conceito se resume nos pontos do espaço nos quais os agentes econômicos se dirigem para efetivar suas demandas específicas.

Neste sentido, os “lugares centrais” de Christaller (1966), cujo texto referência do conceito foi publicado em alemão no ano de 1933 e traduzido para o inglês em 1966, seriam aqueles mais elevados hierarquicamente, justamente por disporem de maior dotação de bens e serviços de mais alta complexidade e especificidade. Esses seriam os locais chamados de “lugar central de primeira ordem” – *central places of a higher order* – (CHRISTALLER, 1966). Desde este conceito, o autor concebeu a existência, no Sul da Alemanha, de um sistema de cidades, onde a posição de cada uma delas dependeria diretamente da quantidade e variedade de bens centrais e de serviços ofertados e, por conseguinte, isso determinaria o seu grau de centralidade. Dessa forma, o lugar central não necessariamente tenha que ser uma cidade grande ou de número de população destacada, haja vista que, a partir de Christaller (1966), a posição de cada lugar (cidade) na hierarquia urbana depende da quantidade e variedade de bens centrais e de serviços ofertados num dado lugar, numa dada cidade. Assim, uma vez definido qual o serviço e/ou bens centrais que devem ser considerados para elaborar um sistema de hierarquia urbana, uma cidade de população avantajada, por exemplo, dependendo do critério elegido, pode ficar de fora de uma posição hierárquica destacada. Além disso, para Christaller (1966), todos os lugares formam um elo na hierarquia, isto é, fazem parte de uma hierarquia de lugares, mesmo que a quantidade e variedade de bens centrais e de serviços ofertados sejam baixos.

Nesta ótica, Corrêa (1967) infere que, em geral, um serviço raro localiza-se na cidade de maior envergadura econômica para onde convergem estradas, enquanto que os serviços de uso corrente se distribuem pelos centros menores. É interessante assinalar que através da hierarquia de cidades e das relações econômicas e funcionais estabelecidas entre os elementos urbanos é que se estabelecem as redes urbanas. Isso pode ser constatado sobre a região em estudo através do organograma. Numa região como o Oeste catarinense, os fluxos econômicos se processam numa relação direta com o que se denominou de “cidade-região”, ou seja, cada cidade que polariza elementos econômicos e funcionais nas sub-regiões dessa grande região se integra funcionalmente à economia global através de conexões comandadas pela cidade-região e, muitas vezes, nem mesmo por ela, mas diretamente pela grande metrópole nacional, isto é, São Paulo. Conforme sinalizou Corrêa (1967, p. 93), esse “sistema de relações hierárquicas corresponde geralmente a uma economia organizada, fruto da Revolução Industrial”.

A cidade-região da qual se faz referência no Oeste catarinense e está no topo da hierarquia urbana da região após 1980 é Chapecó. Antes dos anos 2000, Chapecó perdia lugar em hierarquia urbana de influência sobre o Oeste catarinense para a cidade de Passo Fundo (RS), por exemplo, mesmo que Passo Fundo esteja, até os dias de hoje, na rota dos trilhos de trem que ligam o RS a SP e ao litoral. No entanto, as transformações econômicas estruturais que se aprofundaram na região Oeste catarinense fizeram com que Chapecó ultrapassasse Passo Fundo em termos populacionais, sobretudo em função dos avanços nos diferentes setores industriais da região, da ampliação das especialidades no setor da saúde, da instalação de grandes redes de comércio de atacado e varejo, da instalação de centros educacionais federais e estaduais e, principalmente, em função da ampliação da capacidade de operação do aeroporto, o que faz, inclusive, que muitas pessoas do Norte do RS e Sudoeste do PR, além de todo o Oeste catarinense, usem o aeroporto de Chapecó para se deslocar, principalmente, para São Paulo, e daí para inúmeras cidades do Brasil e do mundo.

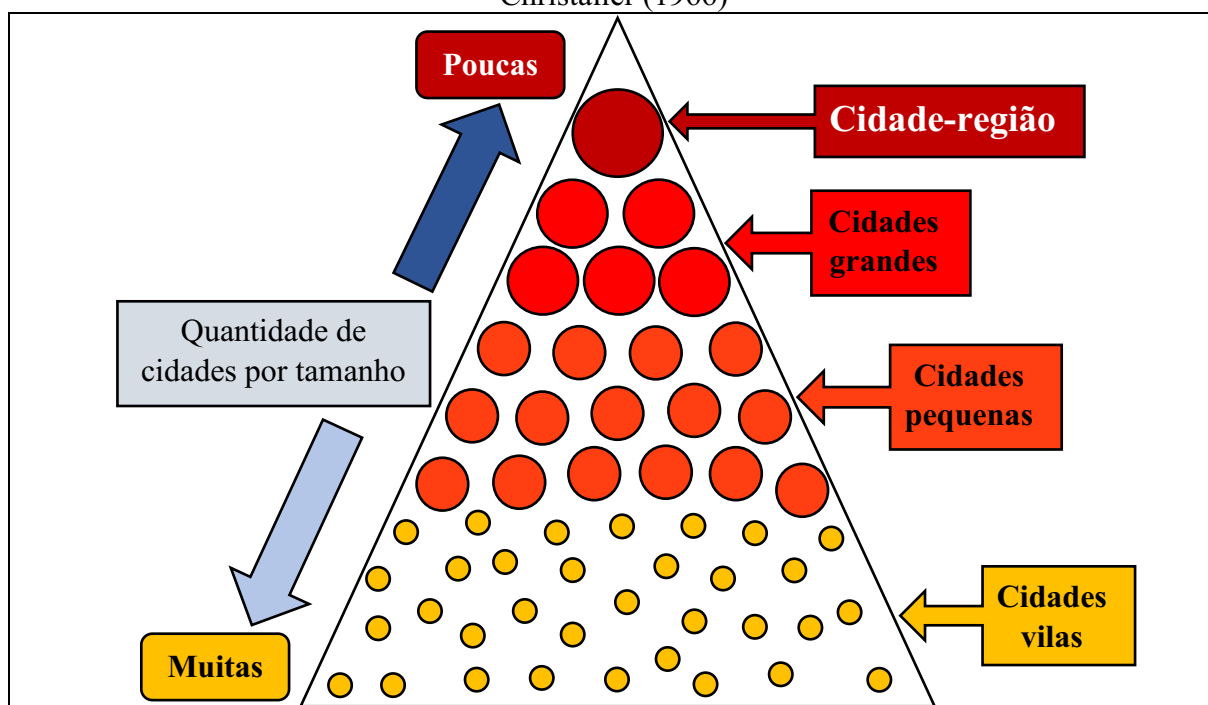
Corrêa (1967), apesar de suas inferências terem ocorrido muito antes de as forças produtivas terem se desenvolvido intensamente na região, apontou Chapecó e o Oeste catarinense como cidade e região que estavam como área de influência de Porto Alegre, do ponto de vista econômico, mas que administrativa e politicamente eram comandadas pela capital do seu estado, Florianópolis. No entanto, economicamente, em razão do avanço dos processos técnicos, da ampliação dos serviços e do aperfeiçoamento do capitalismo na região, o Oeste catarinense está sob maior influência de São Paulo do que Porto Alegre, haja vista

que as ligações aéreas de Chapecó com São Paulo, por exemplo, ocorrem pelo menos cinco vezes ao dia, ao passo que com Porto Alegre são, no momento em que se escreve este trabalho, inexistentes, embora antes da pandemia existissem uma vez ao dia.

O organograma 04, nesta perspectiva, ilustra uma tentativa de representação de um modelo, com base em Christaller (1966), do que é a organização hierárquica urbana de uma região. O problema das nomenclaturas das classes às quais pertencem as cidades, como exposto por Corrêa (1967), é complexo, pois, para encontrar os termos que dizem respeito às cidades é preciso, muitas vezes, partir do zero, uma vez que, para o âmbito de uma discussão sobre hierarquia urbana regional do Oeste catarinense, inexistem trabalhos específicos sobre este tema. Neste sentido, a definição da hierarquia e a terminologia encontradas no organograma 04 (cidades-região, cidades grandes, cidades pequenas, cidades vilas) estão relacionados com as análises até aqui apresentadas, que mostram as disparidades regionais, o tipo, a forma e a intensidade das relações econômicas e de serviços desempenhados por cada centro urbano dentro da organização da qual ele faz parte. Ademais, conforme afirmou Corrêa (1967), a compreensão dessas questões incita reflexões sobre as opções a serem adotadas face ao acelerado processo de desenvolvimento do capitalismo na região dos anos 1960 para cá.

Neste sentido, com base na teoria de Christaller (1966), mas também nas reflexões iniciais sobre hierarquia urbana no Brasil (CORRÊA, 1967), apresenta-se o organograma 04, no qual é possível compreender que todos os lugares (cidades) formam um elo de hierarquia urbana, ou seja, independentemente de seu tamanho, ocupam uma posição na hierarquia urbana, ainda que sejam posições com níveis de importância totalmente diferentes dentro do escopo hierárquico regional. Ademais, embora o organograma 04 tenha sido elaborado a partir do modelo de hierarquia urbana de Christaller (1966), a escala de aplicação desse modelo é regional, e, dessa forma, para o caso que aqui se analisa, trata-se da hierarquia urbana regional, ausente de cidades em nível hierárquico que exercem influência sobre a escala nacional e internacional, por exemplo.

Organograma 04 – Hierarquia urbana regional com base na teoria dos lugares centrais de Christaller (1966)



Fonte: Adaptado de Christaller (1966)

De acordo com o organograma 04, organizado em forma de pirâmide, poderia surgir a pergunta: por que há poucas cidades grandes (e apenas uma cidade-região) e muitas vilas, isto é, cidades menores? Embora a população da cidade não necessariamente seja determinante para definir se a cidade está no topo da hierarquia urbana, é preciso considerar que as cidades grandes, no caso do organograma 04 a cidade-região, precisam de uma grande população para manter uma demanda suficiente aos seus serviços, ou seja, às suas funções. Essa grande população não necessariamente tenha que estar em apenas uma grande cidade; ela pode estar no seu entorno, ou seja, na economia de aglomeração, e daí a importância de ter sido abordado sobre as economias de aglomeração no item 4.3.

Dessa maneira, as grandes cidades (cidade-região) ofertam funções de ordem superior, ou seja, atividades mais específicas, mais sofisticadas e mais complexas. Neste sentido, as funções altamente especializadas de uma cidade requerem demanda suficiente para mantê-las em um determinado local. Essa é uma das explicações sobre o porquê de as grandes cidades, em geral, apresentarem crescimento econômico superior às demais cidades, ou seja, trata-se de uma disputa das cidades (representada, em geral, pelos empresários mais influentes das cidades e pelo poder público municipal) pela centralização das funções mais sofisticadas, o que vai além da simples consideração do tamanho da população para definir a posição hierárquica de uma cidade. É por isso que, num determinado setor de serviço específico, uma

cidade considerada pequena pela sua população pode estar à frente, hierarquicamente, de uma cidade de população maior. O mesmo vale para setores produtivos, observando, além dessas afirmações, vantagens competitivas, qualificação de mão de obra, infraestrutura urbana, dentre outros aspectos.

Para Christaller (1966), a área de influência de uma cidade central diz respeito a uma área do seu entorno que está sob seu controle (domínio) político, social e econômico. Segundo Christaller (1966), a extensão da área de influência de uma cidade depende do tamanho do espaço e das funções das cidades circunvizinhas do lugar central (cidade central). Assim, o quadro 10 e o mapa 35, que mostram um panorama das economias de aglomeração da região Oeste catarinense, de certa maneira representam essas áreas de influência da hierarquia urbana, sobretudo do ponto de vista econômico, pois as economias de aglomeração possuem, na sua abrangência, as centralidades, as funções e a hierarquia urbana.

Neste sentido, outro aspecto que Christaller (1966) aponta em relação à área de influência das cidades centrais é o seu limite, ou seja, até qual distância uma cidade central pode exercer seu papel de centralidade. Segundo Bessa (2012), essa questão remete à gênese do processo de diferenciação e hierarquização dos centros urbanos, nos quais atuam os mecanismos de “alcance espacial máximo” (*maximum range*) e “alcance espacial mínimo” (*minimum range*). Da combinação desses recortes espaciais é possível definir a área de influência de uma determinada cidade por meio de uma hierarquização entre as localidades centrais (CHRISTALLER, 1966). Christaller (1966) infere que a extensão da área de influência da cidade central é a distância máxima que as pessoas estão preparadas para viajar com objetivo de obter os bens e serviços que nos seus locais não podem ser encontrados.

Assim, distâncias curtas são percorridas para ter acesso a serviços e bens menos complexos, como: lojinhas, escolas primárias, postos de saúde de atendimento básico, etc. Já as distâncias longas são percorridas para ter acesso aos serviços e bens mais sofisticados e, portanto, mais complexos, como hipermercados, aeroportos, clínicas médicas especializadas, universidades, mobiliário, etc. Para os serviços e bens mais sofisticados é necessário maior número de pessoas (demanda) para consumi-los, para torná-los rentáveis. Por isso que nas regiões interioranas do Brasil, como é o caso do Oeste catarinense, onde a população é ligeiramente menor do que nas áreas litorâneas, em geral uma ou duas cidades por região exercem esse papel de centralização dos bens e serviços mais sofisticados.

Assim, conforme destacou Bessa (2012), a teoria das localidades centrais, baseada principalmente nas formulações de Christaller (1966), “representa um quadro teórico sobre a

diferenciação dos números urbanos de povoamento” (BESSA, 2012, 0. 150). Essa diferenciação revela-se através de uma nítida hierarquia urbana definida simultaneamente pelo conjunto de bens e serviços oferecidos nos complexos setores econômicos de produção de mercadoria e de oferta de serviços e pela atuação espacial dos mesmos. Por sua vez, essa hierarquia “caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume da população” (CORRÊA, 1988, p. 61). No sentido exposto, derivado da ideia de Christaller (1966),

Os centros urbanos capazes de exercer “centralidade” são denominados de “lugares centrais”. Enquanto que a “centralidade” de que dispõem é proveniente de seus papéis como centros distribuidores de bens e serviços, quer dizer, é resultante das “funções centrais” que tais centros são capazes de desempenhar em sua hinterlândia ou área de influência (CHRISTALLER, 1966), gerando, conseqüentemente, uma diferenciação de caráter hierárquico, determinada a partir do alcance espacial (BESSA, 2012, p. 150).

Essa base teórica transposta para o recorte de estudo dessa pesquisa, isto é, a região Oeste catarinense, gera a necessidade de elaboração de um organograma que represente a hierarquia urbana regional. Neste sentido, partindo dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados, bem como a ideia estruturante de hierarquia urbana apresentada no organograma 04, parte-se para o organograma 05, no intuito de demonstrar como está, com base no conjunto de dados geoeconômicos levantados nesta tese, a estrutura da hierarquia urbana da região Oeste catarinense. O principal critério utilizado para a elaboração do organograma 05 são os levantamentos já realizados na pesquisa, assim como as informações coletadas nos trabalhos de campo, os quais apresentaram dados sobre os setores produtivos e ofertas de serviços nas cidades da região. Esse apanhado de informações entrecruzadas, considerando a complexidade econômica regional, resultaram na hierarquia urbana regional do organograma 05.

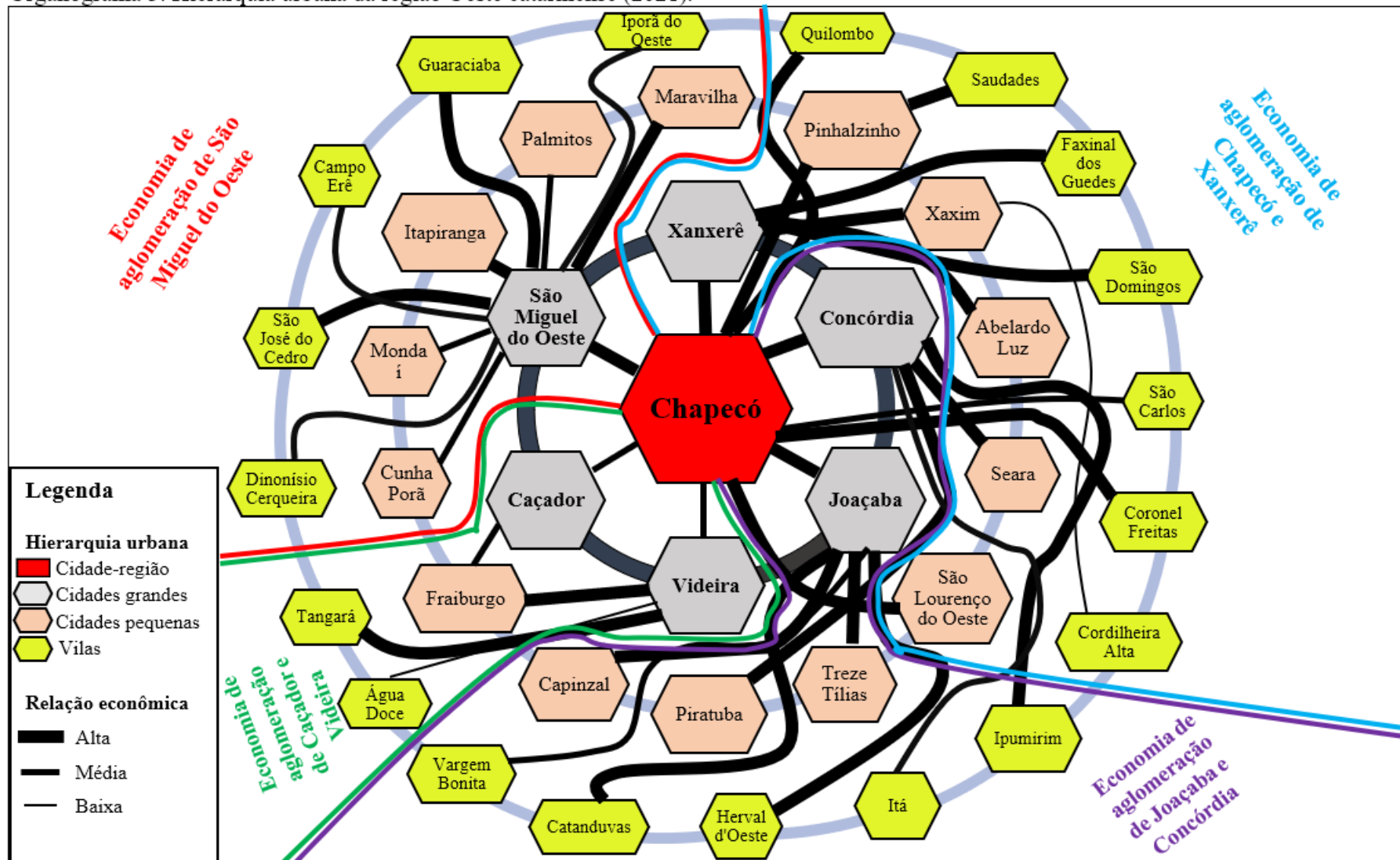
Cabe inferir, conforme aparece na legenda do organograma 05, que as cores dos hexágonos em que as cidades se encontram obedecem a uma classificação hierárquica das cidades, em nível de relevância do maior para o menor. Essa classificação foi realizada a partir do valor a preços correntes do PIB das cidades (IBGE, 2018). Sendo assim, na legenda do organograma 05, o quadrado de cor vermelha representa a cidade-região, cuja referência é Chapecó, a única cidade da região com PIB que ultrapassou R\$9 bilhões; na sequência, aparece o hexágono de cor cinza clara, no qual estão localizadas as cidades consideradas de

porte grande para a região e que obtiveram PIB entre R\$3,5 bilhões e R\$1,5 bilhão; em seguida aparece o hexágono de cor bege, no qual se encontram as cidades consideradas pequenas para a região e que apresentaram PIB entre R\$1,49 bilhão e R\$500 milhões; por fim, aparece o hexágono de cor amarela, no qual se encontram as cidades consideradas vilas para a região e que apresentaram PIB entre R\$499 milhões e R\$250 milhões.

Ademais, o organograma 05 contempla 40 das 118 cidades da região Oeste catarinense. As 78 cidades que não apareceram no organograma 05 encontram-se, do ponto de vista da hierarquia urbana da região, em nível hierárquico das cidades vilas, pois possuem, individualmente, seus PIBs iguais ou menores do que os das cidades que aparecem no organograma 05¹⁸⁵ em cores amarelas. De maneira semelhante, as linhas de cor preta que aparecem no organograma, dependendo da sua espessura, apresentam grau de importância (alto, médio ou baixo) nas relações econômicas que essas cidades apresentam entre si.

¹⁸⁵ Conforme aparece na página a seguir, o organograma está com a numeração 3, mas na verdade é número 05. Deixou-se com o 3 porque trata-se de um organograma editado e salvo em forma de imagem, o que impossibilita que o mesmo seja editado sem haver grandes distorções do seu conjunto construído. Pede-se desculpas ao leitor por essa incoerência, mas se esclarece que deixar com o número 3 foi uma opção para preservar o conjunto do organograma criado anterior à necessidade da edição.

Organograma 3: Hierarquia urbana da região Oeste catarinense (2021).



Fonte: Conjunto de dados da dinâmica econômica regional levantados ao longo da pesquisa mais o PIB municipal (IBGE, 2018).

Conforme pode ser identificado no organograma 04, a representação da hierarquia urbana da região Oeste catarinense aponta Chapecó como a cidade que exerce algum tipo de influência sobre todas as cidades da região. Conforme foi sendo argumentado ao longo da presente pesquisa, isso se dá em razão de que um conjunto de outras grandes e pequenas cidades da região (a partir da hierarquia urbana estabelecida no organograma 04) apresentaram relevância econômica e de oferta de serviços na região, o que acabou fortalecendo o crescimento econômico da cidade de Chapecó, pois seu aparato de serviços especializados e sua dinâmica econômica mais complexa acabou se beneficiando de um crescimento econômico-empresarial e da oferta de serviços que também ocorreu nas cidades consideradas grandes e pequenas da região (organograma 04).

Neste sentido, diferentemente do que comumente encontrou-se nos trabalhos sobre a hierarquia urbana da região, Chapecó nem sempre é uma cidade que pode ser considerada o centro das atenções da região, ou a maior centralidade urbana da região, uma vez que as economias de aglomeração identificadas na região possuem, em determinados setores econômicos e em determinados serviços, uma complexidade em processos e produtos não encontrados em Chapecó, por exemplo. Assim, pode-se afirmar que há outras centralidades e subcentralidades urbanas na região Oeste catarinense, as quais possuem grau de complexidade elevada nas suas estruturas produtivas e serviços ofertados que são próprias e independentes do que acontece em cidades maiores, como Chapecó. No entanto, há aspectos específicos que fazem a cidade de Chapecó servir de apoio para o desenvolvimento econômico regional, aspectos esses que fazem a cidade de Chapecó servir de referência para vantagens competitivas regionais. Talvez o aspecto mais relevante seja a oferta dos serviços aeroportuários para deslocamento de passageiros. Essa constatação coloca Chapecó numa situação de apoio para a região, uma vez que a oferta de serviços essenciais como o aeroporto com voos regulares para Florianópolis, Campinas e São Paulo, uma ampla rede de comércio de atacado e varejo, e uma ampla oferta de cursos universitários e de serviços clínico-hospitalares promovem deslocamentos da população da região para Chapecó.

De acordo com o organograma 04, o primeiro círculo ao redor de Chapecó contempla as cidades de Videira, Joaçaba, Concórdia, Caçador, Xanxerê e São Miguel do Oeste. Essas cidades são aquelas que, na totalidade das cidades da região Oeste catarinense, foram consideradas grandes, as quais centralizam os importantes serviços e atividades econômicas mais complexas das suas economias de aglomeração, mas também da região. Dentre os principais serviços encontrados nestas cidades estão: 1) sedes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSC e IFC); sedes e diferentes campi com

cursos superiores, tecnólogos e de pós-graduação de universidades privadas consolidadas na região (UNOESC, UNC, UNIARP); unidades do sistema S (Senar, Senac, Sesc, Senai, Sesi, Sebrae, Sest e Senat); e sede do centro nacional de pesquisa em suínos e aves (Embrapa suínos e aves), na cidade de Concórdia; 2) hospitais regionais públicos com capacidade de centralizar maior número de atendimentos hospitalares das suas aglomerações e clínicas privadas especializadas no atendimento de diferentes áreas da saúde, como ortopedia, cardiologia, otorrinolaringologia, neurologia, oftalmologia, dentre outros; 3) comércio de atacado e varejo, maiores em espaço para circulação de pessoas e com maior diversidade e quantidade na oferta de produtos; 4) concessionárias automotivas e de máquinas agrícolas, especializadas na venda e nos serviços de revisão mecânica, que devem ser realizados, para efeitos de condições de garantia do bem adquirido, exclusivamente na concessionária de aquisição; 5) oferta de serviços bancários, como já demonstrado no mapa 32, com número maior de agências e postos bancários, mas também oferta de maior quantidade de bancos que atuam na região, de maneira que agências bancárias de bancos como Bradesco, Santander, Itaú e outros só podem ser encontradas nas cidades grandes da região e na cidade-região (Organograma 04).

Por outro lado, nas cidades consideradas grandes (Organograma 04), também se encontram atividades econômicas de relevo, que usam de alta tecnologia e com capacidade maior de geração de produtos e emprego de mão de obra, se comparado às cidades pequenas. Por essa característica, empresas com sedes nessas cidades são responsáveis por parcela relevante da dinâmica econômica regional e se localizam nas cidades do círculo imediatamente no entorno de Chapecó (Organograma 04). Neste sentido, as atividades econômicas empresariais, sobretudo ligadas à transformação industrial da região, possuem o poder de aglomerar, haja vista que se encontram majoritariamente concentradas nas cidades consideradas grandes na região. Por outro lado, também possuem um caráter de espraiar, uma vez que, do ponto de vista espacial, todas as áreas da região estão designadas sob a hierarquia urbana das cidades grandes, conforme demonstrou-se no mapa 35, que trata das economias de aglomeração no Oeste catarinense.

Pode-se citar, neste sentido, nas cidades de Caçador e Videira, a atuação com sede das empresas Adami madeiras, Guararapes painéis, Industrial madeireira, Fezer, dentre outras, destacando-se, dessa forma, nestas cidades, os setores econômicos de máquinas e equipamentos e madeira e cultivo florestal. Nas cidades de Concórdia e Joaçaba, pode-se citar a atuação com sede das empresas BRF Brasil Foods, Coopercarga, Beneficiência Camiliana

do Sul, dentre outras, destacando-se, nestas cidades, os setores econômicos de alimentos, transporte e logística e de saúde. Na cidade de Xanxerê (que junto de Chapecó compõe a economia de aglomeração de maior relevo econômico da região), pode-se destacar a atuação com sede da empresa Xavantina energética, no setor de energia, além de ser uma cidade que se destaca no setor de máquinas e equipamentos, produção de sementes e de processamento de produtos dos reinos animal e vegetal. Por fim, na cidade de São Miguel do Oeste, pode-se destacar a atuação com sede da empresa Rodomac tratores e peças, do setor de máquinas e equipamentos, além de ser uma centralidade para a produção de móveis e no processamento de produtos de origem animal e vegetal, com destaque no processamento de suínos e frangos.

Todas as empresas mencionadas estão entre as 500 maiores do Sul do Brasil ou são consideradas empresas emergentes (Grupo Amanhã, 2019). Dessa forma, ressalta-se que há uma gama de outras grandes, médias e pequenas empresas nas cidades que, no organograma 04, estão imediatamente no primeiro círculo do entorno de Chapecó, as quais dinamizam a economia dessas cidades e das suas áreas de influência, ou seja, aquelas áreas consideradas parte de cada economia de aglomeração identificada na região, de acordo com as análises do item 4.3. Paralelamente a estes apontamentos, o organograma 04 apresenta o segundo círculo de cidades depois da centralidade urbana principal da região, Chapecó. Neste segundo círculo, encontram-se aquelas cidades que, na hierarquia urbana da região, são consideradas pequenas, mas que mesmo assim possuem certo dinamismo econômico e uma oferta de serviços de menor especialização, os quais servem de referência para os atendimentos da população local e de áreas de abrangência que são limitadas aos arredores próximos das cidades pequenas (Organograma 04). Neste sentido, nas cidades pequenas (segundo círculo depois de Chapecó no organograma 04) estariam, por possuir um PIB que variou entre R\$1,5 bilhão e R\$500 milhões no ano de 2018, as cidades de São Lourenço do Oeste, Seara, Abelardo Luz, Xaxim, Pinhalzinho (na economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê), Maravilha, Palmitos, Itapiranga, Mondaí, Cunha Porã (na economia de aglomeração de São Miguel do Oeste), Treze Tílias, Piratuba, Capinzal (na economia de aglomeração de Joaçaba e Concórdia) e Fraiburgo (na economia de aglomeração de Caçador e Videira).

No terceiro e último círculo depois da cidade-região Chapecó (Organograma 3), encontram-se as cidades ainda menores, consideradas, na hierarquia urbana estabelecida para a região, cidades vilas, ou seja, são aquelas com PIB que no ano de 2018 variou entre R\$499 milhões e R\$250 milhões. Essas cidades possuem, em alguns casos, empresas importantes de determinados segmentos econômicos que cumpre papel de desenvolvimento econômico local

determinante; no entanto, de maneira geral, muitas dessas cidades vilas estão submetidas à maior oferta de emprego, qualificação profissional e serviços especializados que somente podem ser encontrados em menor grau nas cidades pequenas e em maior grau nas cidades grandes e na própria cidade-região. Dessa forma, serviços de saúde como cirurgias e especialidades básicas, agências bancárias e comércio mais pujante nas cidades vilas acabam sendo bastante limitados, e suas populações se deslocam aos centros urbanos maiores para acessar tais serviços. Em geral, na região Oeste catarinense, esses deslocamentos aos quais as populações estão submetidas a realizar são de distâncias pequenas (que pode variar entre 20 e 50 quilômetros para atingir uma centralidade urbana maior), sobretudo quando se trata de questões que podem ser resolvidas nas cidades pequenas e até mesmo nas grandes cidades da região (Organograma 04).

No círculo que compreende as cidades vilas, conforme o organograma 04, nos hexágonos de cor amarela encontram-se as cidades de Cordilheira Alta, Coronel Freitas, São Carlos, São Domingos, Faxinal dos Guedes, Saudades, Quilombo (na economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê), Iporã do Oeste, Guaraciaba, Campo Erê, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira (na economia de aglomeração de São Miguel do Oeste), Ipumirim, Itá, Herval d'Oeste, Catanduvas, Vargem Bonita (na economia de aglomeração de Joaçaba e Concórdia), Tangará e Água Doce (na economia de aglomeração de Caçador e Videira). Além das cidades vilas contidas no organograma 04, existem 78 outras cidades de que se encaixam no hexágono das cidades vilas, as quais, do ponto de vista da hierarquia urbana regional, estão submetidas à oferta de serviços e complexidade econômica encontrados nas cidades pequenas da região, mas sobretudo nas cidades grandes (Organograma 04).

As constatações extraídas do organograma 04 sobre a estrutura da hierarquia urbana regional são derivadas da complexidade, especialização e diversificação econômica da região Oeste catarinense, as quais podem ser identificadas a partir da estrutura produtiva empresarial e da oferta de serviços nas cidades da região. No entanto, para chegar a esta constatação, conforme buscou-se demonstrar ao longo da pesquisa, foi preciso considerar alguns antecedentes históricos que fizeram, por exemplo, com que as áreas industriais relevantes (AIR)¹⁸⁶ do Brasil deixassem de estar concentradas, na sua grande maioria, nas regiões metropolitanas das capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Conforme Diniz e Mendes (2021), entre o período de 1970 e 1980, quando o crescimento industrial brasileiro se

¹⁸⁶ Superando os critérios de divisão territorial até então utilizados em macrorregiões e estados federados, Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996) propuseram um critério de regionalização alternativo. Tomaram o recorte das microrregiões geográficas do IBGE e denominaram aglomerações industriais relevantes (AIRs) aquelas microrregiões geográficas com mais de 10 mil empregos industriais (DINIZ e MENDES, 2021, p. 8).

encontrava em ritmo acelerado, o número de áreas industriais relevantes no Brasil aumentou de 33 para 76, e o emprego industrial duplicou. No mesmo período, a participação da indústria no PIB passou de 18% para 25%. No adentrar da década de 1980, mesmo com a forte crise econômica que já corrompia a economia brasileira, ainda existiam efeitos dos pesados investimentos realizados anteriormente, de maneira que o número de AIRs no Brasil subiu de 76 para 90, com aumento do emprego industrial e com a participação desse setor no PIB tendo alcançado 26% em 1985 (DINIZ e MENDES, 2021).

A segunda metade da década de 1980 mostrou enfraquecimento do acelerado ritmo da indústria dos anos 1970, sendo que o reflexo disso veio da década de 1990, mesmo que o número de AIRs nesta década tenha aumentado de 90 para 98. Houve drástica redução no emprego pela indústria, em função da instabilidade econômica, crises inflacionárias, abertura comercial e pela ascensão do processo de desindustrialização, que impactaram negativamente as atividades industriais. Assim, na década de 1990, a participação da indústria no PIB reduziu drasticamente (DINIZ e MENDES, 2021).

Isso também refletiu num contínuo declínio da produção industrial das duas maiores centralidades industriais do país (regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro), sobretudo na década de 1990. Neste sentido, apesar de a produção industrial brasileira ter passado por forte queda, ocorreu a consolidação e o alargamento do polígono industrial que, depois de estar centrado nas duas metrópoles, também se estendeu até Belo Horizonte. Além disso, criaram-se novas áreas industriais relevantes e o polígono industrial brasileiro se alastrou para o interior do país. Segundo Diniz e Mendes (2021), esse alastramento das AIRs para o interior do país está associado à retomada do crescimento econômico que iniciou no ano 2000 e foi até 2014, mas também está articulado a outros fatores. Fato é que o número de AIRs no ano 2000 era de 98 e atingiu 144 no ano de 2010. Em 2015, o número de AIRs chegou a 151, mas recuou para 149 em 2018. Diniz e Mendes (2021, p. 16) destacam que “essa variação no número de AIRs entre os anos não significa diretamente o crescimento ou a redução expressa pela diferença. Para ilustrar, entre 2015 e 2018 cinco novas AIRs surgiram, enquanto três que estavam presentes em 2015 não possuíam, em 2018, 10 mil postos de trabalho”.

Dessa maneira, o crescimento pós anos 2000 foi sustentado relativamente até 2014, quando os empregos da indústria atingiram mais 7,8 milhões e o número de AIRs chegou a 156 em 2014. A partir desse momento, mesmo com a apertada reeleição da então presidente Dilma Rousseff, a crise econômica freou o crescimento, assim como as decisões de

investimento no país. Daí ocorreram as variações com determinadas AIRs crescendo e algumas perdendo força e tamanho. No número de empregos, o Brasil caiu para 5,6 milhões no ano de 2018, considerando os empregos do conjunto das AIRs. Nos dias de hoje (julho de 2021), o número de empregos industriais é bastante menor e o próprio número de AIRs pode ter diminuído, ainda que possa ocorrer leve crescimento até o final de 2022. No entanto, a retomada real e convincente do crescimento do número de AIRs e de empregos industriais passa por uma intransferível mudança na presidência da república do Brasil.

Conforme apontam Diniz e Mendes (2021), a distribuição regional das aglomerações industriais, embora tenham passado por um processo forte de difusão territorial entre 2000 e 2014, não forjou uma mudança macroespacial significativa na produção industrial brasileira. Os autores concordam que ocorreu uma perda (mas foi uma perda relativa) da produção industrial nas áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, combinada com o adensamento da produção industrial de um novo polígono cujos vértices passaram a ser Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Porto Alegre, Florianópolis e volta-se a Belo Horizonte. Neste polígono, não estaria encaixado a região Oeste catarinense e Oeste paranaense, nas quais se localizam centralidades de produção industrial como Chapecó, Caçador, Pato Branco, Cascavel e Toledo. No entanto, considerando o número de empregos industriais e a própria sofisticação da produção industrial que se encontra nessas duas regiões, elas poderiam ser enquadradas no recorte espacial da produção industrial mais adensada do Brasil proposta pelos autores (DINIZ e MENDES, 2021).

Feita essa ressalva, dentro do polígono de adensamento industrial proposto, e considerando áreas que podem ser enquadradas como extensão ou adensamento dos polígonos supracitados, Diniz e Mendes (2021) confirmam que foram implantadas novas AIRs criadas entre os anos 2000 e 2018; essas contemplam, por exemplo, o Oeste catarinense. Nesta região, as AIRs abarcam atividades industriais de tecnologia mais sofisticada, envolvendo escalas maiores e capacidade de integração e multiplicação mais abrangentes, a exemplo do que são os segmentos industriais metalmeccânico, elétrico e químico. Por outro lado, conforme foi demonstrado nesta tese, também surgiram e ampliaram-se as atividades industriais ligadas ao processamento de carnes, beneficiamento de cereais, máquinas e equipamentos, insumos agrícolas, papel e celulose, matérias têxteis, geração de energia (eólica, hidroelétrica, solar e bioenergia), dentre outras. Assim, nota-se um alargamento do antigo polígono de produção industrial brasileira, dando origem a um novo polígono, cujos vértices passam a ser Belo Horizonte, Anápolis, Rio Verde, Campo Grande, Foz do Iguaçu, Santa Cruz do Sul, Porto

Alegre, Florianópolis, Rio de Janeiro e volta-se a Belo Horizonte (DINIZ e MENDES, 2021). No interior desses novos vértices está incluída a região Oeste catarinense e suas economias de aglomeração.

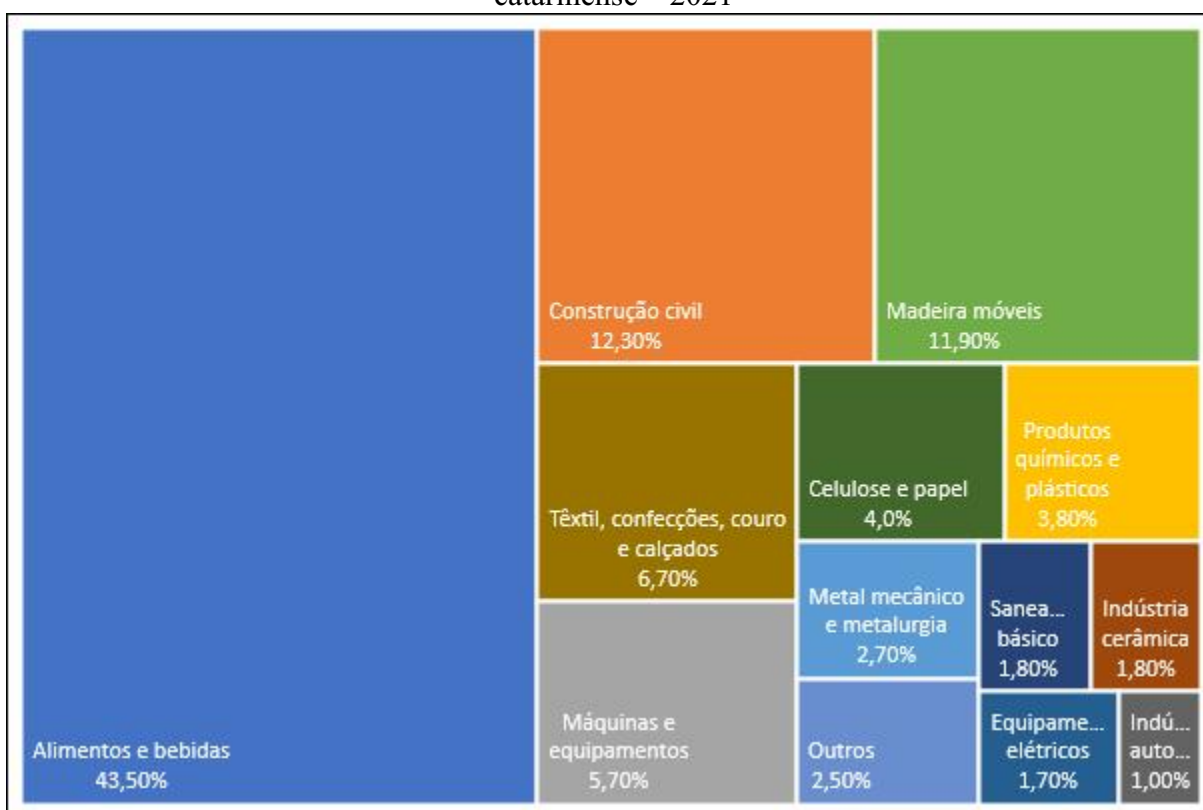
Todavia, o olhar ampliado sobre o setor industrial brasileiro ajuda no entendimento do setor industrial do Oeste catarinense. Neste sentido, a questão de escala favorece o dinamismo do setor industrial, uma vez que, conforme destacou Marshall (1916), possibilita maior conexão intrassetorial, assim como a complementaridade dos setores, conforme apontou Jacobs (1969). Regiões com essas características industriais são muito importantes para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida da população. Contudo, quando são regiões com dinâmica produtiva própria, que funcionam de forma isolada de uma complexidade industrial maior, elas não geram efeitos interindustriais dinâmicos, os quais poderiam levar a um processo de industrialização amplo e sofisticado. Acredita-se que a estrutura produtiva ligada à indústria da região Oeste catarinense, a partir do conjunto de discussões e dados apresentados nesta tese, não se encontra num estado de isolamento. No entanto, a reflexão apontada por Diniz e Mendes (2021) é de muita relevância, uma vez que, na medida em que o dinamismo produtivo industrial da região passa por um processo de estagnação e surgimento de capacidade ociosa instalada em alguns setores, a falta de investimento do Estado e a insegurança do setor privado para promover inovações e investir em tecnologia podem levar a região a entrar numa condição de isolamento, perdendo a capacidade de se integrar com outros setores que permitem o dinamismo econômico e com outras regiões industriais que permitem a integração inter-regional.

Contudo, não significa dizer que a capacidade produtiva industrial do Oeste catarinense esteja ausente de dinamismo e integração intersetorial. Embora boa parte da sua estrutura produtiva é ligada à indústria agroalimentar, conforme demonstram os dados da distribuição dos empregos industriais por setores na figura 10, há uma dinamicidade do setor industrial na região, que muitas vezes fica ausente das análises. A exemplo do que Diniz e Mendes (2021) mostraram para AIRs do grande polígono de concentração industrial no Brasil, o Oeste catarinense é portador de uma importante dinamicidade industrial. Muitos dados até aqui expostos já demonstraram isso, mas é possível reforçar tal afirmação a partir do número de empregos industriais da região distribuídos pelos diferentes segmentos produtivos.

Dos 366.836 empregos formais em vigência nos municípios da região Oeste catarinense no ano de 2019, exatos 163.284 eram da indústria (FIESC, 2021). Significa dizer

que 44,51% dos empregos da região eram empregos industriais. Do total de empregos industriais, 43,5% eram da indústria de alimentos e bebidas, 12,3% eram da indústria da construção civil, 11,9% eram da indústria de móveis e madeira, 6,7% eram da indústria têxtil, confecções, couro e calçados, 5,7% eram da indústria de máquinas e equipamentos, 4% eram da indústria de papel e celulose, 3,8% eram da indústria de produtos químicos e plásticos, 2,7% eram da indústria de metalmeccânico e metalurgia, 1,8% era da indústria de saneamento básico, 1,8% era da indústria de cerâmicas, 1,7% era da indústria de equipamentos elétricos, 1% era da indústria automotiva, e 2,5% dos empregos eram de outros setores industriais menos relevantes do que os que foram citados. O panorama da participação de cada setor nos empregos industriais da região Oeste catarinense visualiza-se na figura 11.

Figura 11 – Participação (%) dos setores industriais nos empregos industriais da região Oeste catarinense – 2021



Fonte: FIESC, 2021

Os dados expostos na figura 11, apesar de indicarem a superioridade dos empregos industriais no setor agroalimentar (alimentos e bebidas), também demonstram a diversidade de setores industriais da região Oeste catarinense que alocam os empregos da indústria. Essa diversificação produtiva industrial da região é resultado do surgimento de setores atrelados ao

próprio setor agroalimentar, mais antigo e mais consolidado da região e atrelado à formação socioespacial da região, conforme apresentado no capítulo um, mas é também resultado do surgimento e expansão de outros setores, os quais são resultado de uma soma de fatores: incentivos fiscais, demanda expressiva, políticas de créditos governamentais, oferta de mão de obra qualificada e barata, dentre outros. Com isso, a região Oeste catarinense, do ponto de vista da alocação dos empregos industriais por setores, enquadra-se no novo polígono industrial brasileiro proposto por Diniz e Mendes (2021), cujos vértices são: Belo Horizonte, Anápolis, Rio Verde, Campo Grande, Foz do Iguaçu, Santa Cruz do Sul, Porto Alegre, Florianópolis, Resende, e volta à Belo Horizonte. Assim, toda a região Oeste catarinense abriga pelo menos uma AIR, sendo que a região se encontra no conjunto de AIRs nas quais “estão as atividades tecnologicamente mais avançadas, com maior integração produtiva e aproximadamente três quartos do valor da transformação industrial e do emprego da indústria de transformação do país” (DINIZ e MENDES, 2021, p. 30).

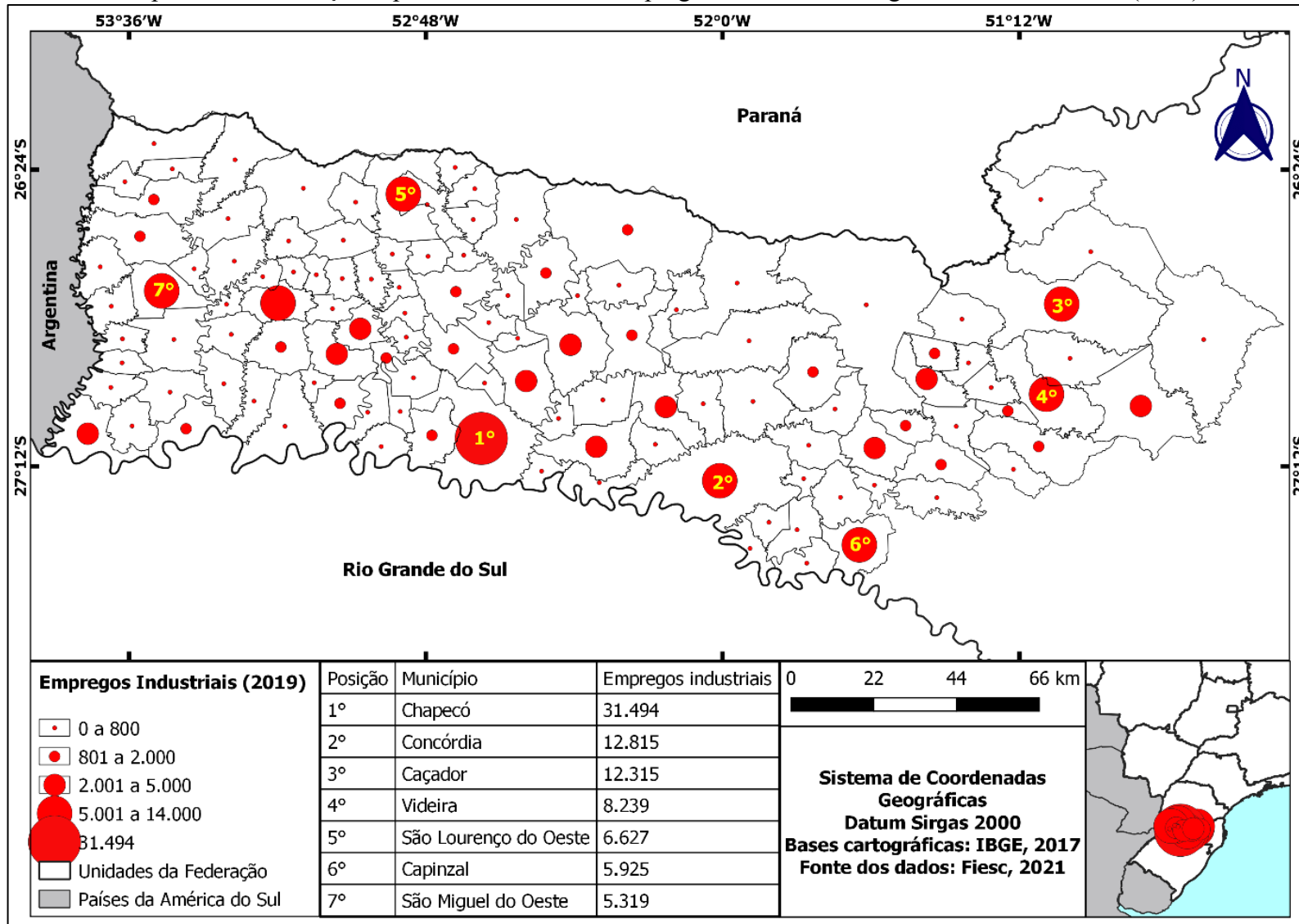
A dinamização por diferentes setores dos empregos industriais na região Oeste catarinense, para o que se chama atenção, é resultado de um crescimento econômico verificado na região entre 2003 e 2014, que em nenhum momento esteve desvinculado das políticas de incentivos do Estado, dos custos baixos de produção que atraíram novas indústrias ou a transferência e criação de novas plantas na região. Neste sentido, a expansão das políticas horizontais de transferência de renda (aumento do poder de compra do salário mínimo, o programa Bolsa Família, o programa Minha Casa Minha Vida, benefícios de prestação continuada, dentre outros) ampliaram o poder de compra dos grupos sociais que antes participavam com pouco efeito das movimentações comerciais locais. Isso causou efeito de aumento da demanda por novos investimentos produtivos, o que acabou beneficiando regiões como o Oeste catarinense e fazendo com que as contratações no setor industrial aumentassem, mesmo que tenha evoluído, paralelamente, o uso de tecnologias que dispensam a mão de obra humana em alguns setores específicos. Ademais, os efeitos dos investimentos públicos em infraestrutura física e social, tais como estradas, aeroporto, usinas hidroelétricas, energia solar, o programa Mais Médicos, criação de universidade e novos campi da rede de institutos tecnológicos federais, também beneficiaram a região.

Esse conjunto de fatores fortaleceu o crescimento econômico regional, fazendo com que um espraiamento de novas centralidades ganhasse destaque na dinâmica econômica regional. Isso desmonta a tese de que o desenvolvimento econômico regional ocorreu de forma centralizada em Chapecó e no seu entorno, uma vez que o crescimento do PIB

municipal entre 2003 e 2016, por exemplo, ocorreu em proporções semelhantes às verificadas em Chapecó, em pelo menos mais 10 municípios (cidades), a saber: Concórdia, Joaçaba, Caçador, Videira, Xanxerê, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Maravilha, Pinhalzinho, Xaxim, Seara e outros. Neste sentido, confirma-se que ocorreu um crescimento econômico espraiado na região, o qual desencadeou novas funções econômicas e novos serviços, que passaram a ser oferecidos de forma descentralizada na região. Assim, a hierarquia urbana regional, que tem nas cidades grandes e pequenas da região (Organograma 04) uma espécie de centralidades que capilarizam a recepção e aplicação de recursos em maiores volumes se comparado às cidades vilas, tanto do setor público quanto do setor privado, confirma que o que fez a cidade de Chapecó se destacar na região foi o crescimento econômico de um conjunto de cidades que desempenham funções e sediam empresas que deram suporte à formação das economias de aglomeração ao largo do espaço regional.

Deste modo, embora o desenvolvimento econômico regional, à luz da hierarquia urbana regional, ocorra de maneira desigual pelo espaço regional, há um espraiamento de cidades que exercem de forma descentralizada a oferta de serviços e de funções econômicas específicas. Além dos inúmeros dados até aqui utilizados que demonstram isso, pode-se observar, no mapa 36, a distribuição espacial dos empregos industriais no Oeste catarinense. Essa distribuição, embora apresente algumas peculiaridades em razão do tipo de indústria que se destaca em cada localidade, segue a ordem hierárquica de funções e serviços que as cidades oferecem na região. Neste sentido, a divisão de classes das cidades por número de empregos industriais no mapa 36 (conforme a legenda do mapa são 5 classes de cidades) reflete diretamente sobre as classes de cidades estabelecidas na hierarquia urbana regional apresentada no organograma 04.

Mapa 36 – Distribuição espacial do número de empregos industriais na região Oeste catarinense (2019)



Fonte: Fiesc, 2021

Conforme o mapa 36, valendo-se dos dados do ano de 2019, Chapecó segue como cidade-região que abriga o maior número de unidades industriais, com estruturas de produção capazes de conferir a esta cidade 31,4 mil empregos industriais. Paralelamente, outras cidades da região se destacaram no número de empregos industriais, como: Concórdia e Caçador, com mais de 12 mil empregos industriais cada; Videira, com mais de 8 mil empregos industriais; São Lourenço do Oeste, com mais de 6 mil, e Capinzal e São Miguel do Oeste, com mais de 5 mil empregos industriais cada. Dessas cidades, chama-se atenção para São Lourenço do Oeste e Capinzal que apareceram entre as que mais possuem empregos industriais da região, mas que não haviam aparecido como cidades grandes no organograma da hierarquia urbana regional (Organograma 03). Ocorre que, nestas cidades, a participação do setor agroalimentar nos empregos industriais é muito elevada, sendo 71,7% em São Lourenço do Oeste, e em Capinzal chega a 73,5% do total dos empregos industriais. A indústria de alimentos, embora tenha passado por intensos processos de modernização e dispensando contingente significativo de mão de obra humana, ainda é o setor que mais emprega da região, sendo que em cidades como São Lourenço do Oeste e Capinzal mantém número elevado dos empregos industriais e, por conseguinte, são cidades que, do ponto de vista da empregabilidade intersetorial da sua mão de obra, são menos dinâmicas.

Ressalta-se que os dados do mapa 36 são referentes ao ano de 2019 e, por isso, enquadram-se num cenário no qual se agravou a crise econômica brasileira, sobretudo no setor industrial. Apesar de a maior parte dos empregos da indústria da região estarem ligados ao setor agroalimentar, verificou-se que há uma pujante diversificação de setores industriais empregadores de mão de obra, os quais estão sendo drasticamente afetados pela pandemia do Covid-19. Os resultados do impacto real dessa crise que é anterior, mas foi aprofundada pela pandemia do Covid-19, até o momento são desconhecidos, embora seja sabido, por reportagens divulgadas nas mídias local e regional, que ocorreu, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, uma estagnação na geração de empregos industriais na região e uma forte diminuição nos setores de madeira e móveis, papel e celulose, indústria automotiva e metal mecânica, por exemplo. Neste sentido, embora tenha-se apontado para algumas tendências da economia regional nesta pesquisa, o arcabouço teórico, empírico e analítico para se analisar a dinâmica econômica regional, suas articulações e implicações encontra-se diante de um desafio grande para as diferentes pesquisas que possam se debruçar sobre essa temática.

Por essas razões, no sentido do que apontaram Diniz e Mendes (2021), faz-se cada vez mais indispensável pensar numa política industrial regionalizada e com visão estratégica de médio e longo prazo para o Oeste catarinense e para as inúmeras regiões produtivas do

Brasil. Isso exige um conjunto de ações, sendo de razoável importância destacar as que seguem: 1) reajuste do sistema tributário; 2) propor e executar um planejamento estratégico regional para o país, com escalas operacionais diferenciadas, segundo as características regionais físicas, sua formação socioespacial, estrutura produtiva, suporte de infraestrutura e articulação urbana com vista às principais centralidades com poder de aquecer as economias de aglomeração; 3) sistema de financiamento com prioridades explícitas; 4) política de ciência e tecnologia que articule o sistema empresarial, tanto público quanto privado, com as instituições de pesquisa e de fomento, assim como a construção de universidades e centros de pesquisa em centralidades urbanas estratégicas até o momento desassistidas; 5) retomada de projetos de infraestrutura que já foram prioritários e já estiveram em andamento para ampliação das capacidades produtivas regionais; 6) estabelecimento de critérios de prioridade para empreendimentos com capacidade de integração e diversificação industrial; 7) pôr em prática projetos de compatibilização das políticas de desenvolvimento regional com políticas de infraestrutura, primando pela compatibilidade multimodal (rodoviário, ferroviário e dutoviário), cuja malha atual é rígida no espaço, com altos custos de investimento e manutenção, além de ser necessário compatibilizar esse sistema com a infraestrutura portuária e aeroportuária por onde seja mais viável realizar o escoamento da produção e dos insumos necessários para a produção regional; 8) eleger centralidades urbanas que possam facilitar na integração econômica, social e política da região com demais países da América do Sul, especialmente com a Argentina e o Paraguai; 9) por fim, é fundamental que essas políticas sejam articuladas com a política macroeconômica e com os objetivos e diretrizes gerais para o desenvolvimento do país e para a constituição de um projeto de nação.

Embora alguns desses nove pontos possam parecer distantes da realidade de momento pela qual o Brasil atravessa, o estudo sobre a dinâmica geoeconômica e o desenvolvimento econômico regional do Oeste catarinense faz pensar que é possível, enquanto região que pertence a um país, se desenvolver economicamente e socialmente, como uma sociedade que preza pela qualidade de vida, no seu modo mais amplo que possa ser compreendido.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão do capitalismo no mundo, foi possível verificar diferentes escalas nas quais os fenômenos econômicos e sociais se manifestaram ao longo das últimas décadas. Frequentemente tem-se dado maior ênfase às transformações ocorridas em escala mundial e nacional. Entretanto, apesar de as escalas regionais estarem sob influência nacional e internacional, as regiões, quando analisadas seriamente, também possuem importância nas pesquisas geoeconômicas, pois se interligam com a nação e com o mundo. Portanto, é conveniente não subestimar o papel das regiões na vida socioeconômica dos países. Talvez essa seja a razão principal pela qual é possível afirmar que essa tese alcançou seu objetivo inicial, ou seja, foi possível desvendar a complexidade geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense a partir de 2003.

Neste sentido, considerando o tamanho do território brasileiro e a complexidade da sua formação socioespacial, a análise dos fenômenos regionais no Brasil torna-se diferente do que seria análise regional no Uruguai ou na França, por exemplo. Assim, a tese aqui apresentada sobre a região Oeste catarinense, além de resgatar a relevância dos estudos regionais na ciência geográfica, é uma amostra do que pode ser feito sobre inúmeras outras regiões do Brasil, cada uma com suas peculiaridades, mas que, bem estudadas, tem muito a contribuir para a compreensão das desigualdades regionais, do planejamento regional (rural e urbano) e do desenvolvimento nacional pelas particularidades regionais.

Esse estudo mostrou também que é impossível compreender a dinâmica geoeconômica regional sem considerar o processo histórico de construção econômica e social da região que se estuda. Ficou claro que a síntese das múltiplas determinações encontradas na região Oeste catarinense se caracteriza a partir do processo de formação econômica e social dessa região. Não por acaso, no primeiro capítulo da presente pesquisa, buscou-se demonstrar o processo de ocupação da região Oeste catarinense e a gênese dos agronegócios. Neste sentido, o adentrar dos imigrantes, descendentes na sua maioria de italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul e alocados em lotes de terras comercializados pelas empresas colonizadoras nesta região, significou a formação de uma base social e econômica mais ou menos bem distribuída geograficamente por toda a área física da região, que hoje abrange 118 municípios. Com o passar dos anos, intensificou-se, nas pequenas propriedades rurais que se estabeleceram na região, a produção de grãos e a criação de animais, que serviram inicialmente para a alimentação das famílias e para trocas entre vizinhos. Entretanto, a partir

dos anos 1950, fortaleceu-se a venda do excedente produzido com comerciantes que mantinham vínculos com compradores do estado de São Paulo.

Ao mesmo tempo, ocorreu o adensamento da exploração da madeira e da erva-mate, recursos naturais encontrados na região que eram combinados economicamente com as pequenas produções mercantis de grãos e carnes ou derivados de suínos, bovinos e aves. A reprodução da pequena produção mercantil foi marcante e fundamental para a gestação do capitalismo na região, servindo de base para a introdução de novas tecnologias, ampliação das formas de obtenção de renda, que, mais tarde, foi convertida na ampliação do consumo e na expansão das relações comerciais da região, sobretudo com o estado de São Paulo.

Outrossim, conforme apresentado no item 1.3.1, as pequenas produções agropecuárias, tanto de grãos quanto de animais, foram aperfeiçoadas e significaram o transbordamento de um primeiro ciclo de acumulação de capital nas pequenas propriedades rurais, nos pequenos comércios, nas pequenas fabriquetas e outros estabelecimentos, o que permitiu a formação incipiente não somente de agronegócios, mas de diferentes pequenos negócios no Oeste catarinense. Neste contexto, o Estado, desde o começo do processo de formação econômica e social da região, mostrou-se determinante para o desenvolvimento das atividades econômicas, tomando medidas institucionais e favorecendo determinados empresários, em nível federal e estadual, que contribuíram para alavancar essa base econômica regional, muito atrelada aos pequenos negócios, inicialmente. Destaca-se a criação de linhas de crédito específicas para a agropecuária, indústria, comércio e serviços e a criação de políticas de fomento aos processos produtivos, viabilizando a incorporação de novos maquinários e novas relações comerciais com novos mercados consumidores.

Paralelamente à evolução econômica da região, pode-se dizer que ocorreu o estreitamento das relações entre campo e cidade. O processo de formação dos primeiros núcleos urbanos na região iniciou com o processo de ocupação. Nesses núcleos, ocorria a comercialização e processamento das primeiras safras de grãos que, assim que eram processadas, eram trocadas por produtos básicos necessários à sobrevivência da população rural (querosene, sal, panos, linhas de tecido, ferramentas de ferro e aço, dentre outros). Neste contexto ocorreu o movimento de formação da rede urbana regional. Desde os anos 1950, o papel de cidades como Chapecó, Joaçaba, Concórdia, Xanxerê e São Miguel do Oeste foi fundamental para cumprir a função comercial e de oferta de serviços básicos para a população que, na época, era majoritariamente rural. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela emancipação política e administrativa de 48 municípios na região, além de outros municípios

que foram emancipados antes disso. Esse processo teve seu auge na década de 1990, quando 46 pequenos distritos foram emancipados e, conseqüentemente, passaram a gerir seus processos administrativos e políticos municipais.

Cabe sinalizar que, entre 1940 e 1980, o Brasil viveu um período de forte crescimento econômico, o que permitiu que o desenvolvimento de regiões interioranas, como é o caso do Oeste catarinense, ocorresse de maneira mais rápida. A grande demanda por produtos agropecuários, resultado do então crescente processo de urbanização brasileira, contribuiu na alavancagem econômica dessa região, através da produção de grãos e animais. Nesse período, por exemplo, a região conheceu o asfalto, a energia elétrica, os primeiros automóveis, geladeiras, televisões (em preto e branco), dentre outros equipamentos que servem para acelerar os processos de desenvolvimento do capitalismo. Assim, tanto o Estado quanto o capital privado regional, forjaram uma estrutura produtiva que permitiu o estreitamento paulatino das relações campo-cidade e, portanto, da organização do espaço regional.

Com o segundo capítulo da pesquisa foi possível verificar, na década de 1990 e nos primeiros anos da década de 2000, um intenso processo de reestruturação, especialização e diversificação da base produtiva, as quais resultaram na introdução de processos complexos na estrutura produtiva regional. O processo de reestruturação das atividades produtivas ocorrido na década de 1990 esteve totalmente atrelado ao conjunto de políticas neoliberais adotadas pelo governo brasileiro, que abriram a economia para a entrada do capital externo e, conseqüentemente, depreciação e achatamento de inúmeras empresas de capital nacional. O efeito dessas políticas sobre o Oeste catarinense foi não deixar alternativas para que os setores produtivos da região formassem acordos com o capital internacional para a compra de máquinas e equipamentos, sobretudo de uso industrial, visando a diminuição de custos com mão de obra, mas, sobretudo, aderir ao pacote da valorização do capital internacional trazido pelo neoliberalismo.

Nessa década, as empresas intensificaram a instalação de equipamentos automatizados, sobretudo nas indústrias de carnes, de móveis, de papel e celulose, de madeira e de equipamentos básicos. Tratou-se de um período intenso de fusões e aquisições visando a sobrevivência das empresas, mas, sobretudo, a incorporação de empresas pequenas pelas empresas de maior porte. As grandes empresas não apenas compraram as pequenas, como também se expandiram para áreas do Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, por exemplo. Por outro lado, surgiram novas empresas, apesar do cenário adverso, demandadas

pelo intenso processo de incorporação tecnológica que estava em curso, como empresas de transporte rodoviário, manutenção de máquinas e equipamentos industriais, dentre outras.

Esse processo de reestruturação também se intensificou dentro da porteira, ou seja, no interior das unidades produtivas. Na agropecuária, por exemplo, tal processo elevou significativamente a produtividade e o trabalho humano. Significou uma forte incorporação da maquinaria (tratores, semeadeiras, colheitadeiras, etc.) nas propriedades rurais, ainda que, em muitos casos, tenha ocorrido a impossibilidade de quitar os financiamentos das máquinas adquiridas junto aos bancos. Isso gerou desgaste entre o setor produtivo e os bancos que tinham financiado a produção, possível de ser resolvido somente depois de 2003, conforme apresentado no capítulo três. Portanto, a crise dos anos 1990, apesar de ter sido a pior década para o desenvolvimento econômico nacional desde 1930, forjou a readequação dos processos produtivos, obrigou muitos produtores a cooperarem uns com os outros e forjou mudanças na estrutura produtiva, tanto impostas pela crise quanto demandadas pela implementação crescente de técnicas mais aperfeiçoadas de produção.

Essa reestruturação da produção foi acompanhada de novas formas de financiamento que entraram em vigor, como o sistema nacional de crédito rural (SNCR), ainda na década de 1960, que sinalizou para o melhoramento das formas de financiamento. Entretanto, somente no final da década de 1990 o Estado começou a disponibilizar crédito rural visando o financiamento em três grupos: custeio, investimento e comercialização da produção. Gonçalves (2005) aponta que, apesar das inovações ocorridas no financiamento da produção, esse cenário foi propício para o setor agropecuário entender que o velho padrão de financiamento já estava esgotado e que era necessário a criação de um novo padrão, visando uma reação do setor.

Num contexto de escassez de recursos públicos e da prática de altas taxas de juros no financiamento agropecuário, as empresas de sementes, fertilizantes, agrotóxicos e comercialização da produção começam a ver no cenário de escassez de recursos públicos a possibilidade de adentrar no financiamento da produção. Em função disso, os agronegócios passam a ser um setor de investimento muito procurado no mercado financeiro, uma vez que se confirmam como uma possibilidade viável para os produtores e como mais uma forma de obter lucro pelas empresas financiadoras, as quais fecham os contratos futuros. A partir dos anos 2000, cresceu substancialmente o crédito destinado pelo Estado para o setor agropecuário, além de o governo ter adotado a política de preços mínimos para o setor. Assim, junto do processo de financeirização da agricultura, ocorreu o crescimento da

importância do papel do Estado para o financiamento das atividades, o que pode ser verificado pelo aumento quase ininterrupto do valor dos planos safra para a destinação de recursos ao setor agropecuário.

Esses fatores tornaram a região Oeste catarinense mais especializada e mais diversificada do ponto de vista produtivo, pois intensificou-se a produção nas áreas que a região já demonstrava capacidade produtiva, mas também se criaram, nestas mesmas áreas e em outras que emergiram, novos segmentos de produtos. No setor de carnes, por exemplo, criou-se a coxinha pré-pronta, a empanada, a linguiça cozida, os salamis gourmet, dentre outros. Mas, paralelamente, ganharam força outros segmentos produtivos, como o de manutenção de equipamentos industriais, refrigeração de containers, ampliação do setor bancário e cooperativista, dentre muitos outros. Portanto, o papel do progresso técnico foi determinante para ampliar a especialização produtiva, mas também para ampliar a diversificação produtiva, ambas atreladas à reestruturação dos processos produtivos intensificados na década de 1990.

No terceiro capítulo, demonstrou-se que o Brasil, o estado de Santa Catarina e a região Oeste catarinense passaram por um ciclo de crescimento econômico após o ano de 2003. Esse ciclo de crescimento retomou a capacidade de aumento do emprego, valorização do salário mínimo, manutenção de direitos trabalhistas, dentre outros fatores. Entretanto, neste contexto, aprofundou-se a complexidade geoeconômica do Oeste catarinense e resultou num crescimento substancial dos setores produtivos da região. Esse ciclo de crescimento somente foi possível porque houve uma mudança na condução da política econômica nacional, a qual transferiu montantes ainda mais significativos de crédito via bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica), e também privados, para os setores produtivos de todo o Brasil. Esse processo teve um reflexo muito importante na retomada do desenvolvimento econômico e social do Oeste catarinense, com políticas como o Pronaf, por exemplo.

Os subcapítulos que fazem parte do terceiro item do terceiro capítulo serviram para demonstrar que a retomada da economia brasileira repercutiu nos contextos estadual e regional. Além dos expressivos números de crescimento econômico demonstrados para o cenário nacional, no estado de Santa Catarina o PIB passou de R\$27 bilhões em 1996 para R\$277 bilhões em 2017 (em valores correntes, números arredondados). Em 1996, a participação do estado no PIB nacional era de apenas 2,47%; entretanto, no ano de 2017, atingiu 4,21% de participação. Significou um crescimento muito expressivo, destacando-se a

participação de inúmeros serviços na composição do PIB estadual, ao passo que a indústria e a agropecuária apresentaram quedas na composição do PIB de Santa Catarina.

Deve-se destacar que, apesar da queda da indústria e da agropecuária na composição do PIB estadual, ocorreu expressivo crescimento nos valores e nas quantidades produzidas em ambos os setores. Isso ocorreu em função da incorporação de novas tecnologias nos processos produtivos, as quais possibilitaram aumentos sem precedentes da produtividade do trabalho e da produção. Na agropecuária, chama-se atenção para o crescimento no valor da produção da soja, do milho, do leite, de carne de frango, suínos e bovinos de corte. Apesar dos crescimentos verificados, também foi notável a diminuição gradual do número de unidades produtivas, o que permite afirmar que continua em curso o processo de concentração da produção na agropecuária do estado, com sistemas inteligentes cada vez mais intensivos em tecnologia, capazes de substituir em grande número a mão de obra humana por sistemas automatizados e robotizados.

Na região Oeste catarinense, ocorreu dinâmica semelhante, ainda que tenha se observado a diminuição da participação do PIB da região no total estadual. Enquanto no ano 2002 o Oeste catarinense produziu 19,5% das riquezas totais do estado de Santa Catarina, em 2017 essa participação caiu para 17%. Entretanto, no mesmo período, em valores correntes, o PIB da região passou de R\$10 bilhões para R\$47 bilhões (valores arredondados), o que permite dizer que a dinâmica geoeconômica da região estudada, embora tenha perdido participação no PIB estadual, continua mostrando-se em crescimento do ponto de vista produtivo. Mas há outras regiões do estado, sobretudo aquelas nas quais emergiram muitos negócios ligados ao setor de serviços (Grande Florianópolis e vale do Itajaí), que aumentaram suas fatias na participação do PIB estadual. Isso também aponta para a necessidade de novos estudos sobre a divisão regional do trabalho e dos setores produtivos no estado de Santa Catarina, uma vez que foi possível perceber essas mudanças em curso.

Entretanto, diferentemente do que foi apresentado para o estado de Santa Catarina, na região Oeste catarinense a participação da indústria na composição do PIB permaneceu estável entre 2002 e 2017, isto é, com aproximadamente 22% na composição do PIB regional. A agropecuária, pelas razões supracitadas, perdeu participação no PIB da região (passou de 20% para 14,3% no mesmo período), mas ainda se trata da região de Santa Catarina na qual a agropecuária possui maior participação na composição do PIB por setores. O setor de serviços, assim como no estado, também apresentou crescimento na composição do PIB da região, saindo de 34% em 2002 para 39,5% em 2017. A administração, saúde e educação

públicas e seguridade social (não contabilizadas nos dados de serviços) mantiveram-se com participação de 22% na composição do PIB regional, considerando o mesmo período.

Agronegócios como a soja, o milho, o leite, a bovinocultura de corte, suínos e frangos apresentaram grandes saltos nos valores de produção após 2003. Trata-se de segmentos econômicos nos quais vêm ocorrendo intenso processo de especialização produtiva, em função da adoção de tecnologias cada vez mais sofisticadas na produção. Assim, a característica de não encontrar outros segmentos produtivos numa propriedade que produz suínos, por exemplo, vem se tornando cada vez mais comum. Portanto, trata-se de atividades cada vez mais concentradas, uma vez que vem diminuindo drasticamente o número de produtores e aumentando a produção (tanto em toneladas quanto em valores). Essas características são resultantes do progresso técnico e da necessidade de o complexo produtivo regional acompanhar as demandas de mercado, as exigências sanitárias que surgem e a diminuição de custos nos processos de produção. Esses processos ampliam a complexidade da dinâmica geoeconômica regional, interagem diretamente com novas exigências externas e internas (para onde vão os produtos da região), e necessitam, a todo momento, da atuação do Estado (através da criação e atualização de leis e normas, do dispêndio de crédito para financiamento das atividades, dentre outros) para dar suporte às mudanças em movimento.

Neste contexto, as exportações do Oeste catarinense apresentaram forte crescimento. Em valores FOB, passaram de US\$355 milhões em 2003 para mais de US\$1 bilhão no ano de 2019. Essas exportações, diferentemente do consenso social e intelectual de que o Oeste catarinense é altamente especializado no processamento de produtos primários (carnes e grãos), são de carnes congeladas e miudezas, materiais elétricos, móveis, madeiras plainadas e semiacabadas, máquinas e equipamentos, plásticos, tecidos e calçados, dentre outros. Isso demonstra que a complexidade produtiva regional vai além dos agronegócios, abrangendo complexos produtivos que envolvem diferentes setores. Levar em consideração, para estudar o Oeste catarinense, somente as cadeias produtivas de carnes ou grãos, é mostrar apenas uma parcela da sua dinâmica geoeconômica.

Ademais, após 2003, emergiram na região inúmeros negócios de segmentos produtivos ligados e não ligados aos agronegócios. Entre 2006 e 2019, por exemplo, o número de empresas no setor de eletricidade e gás cresceu 813%; no setor de atividades imobiliárias cresceu 629%; no setor de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados cresceu 255%; no setor de atividades profissionais, científicas e técnicas cresceu 184%; na construção civil cresceu 246%. Além desses, há uma gama de outros setores que

criaram em percentuais menores do que os supracitados, o que permite inferir que a região é portadora de uma complexidade econômica de negócios novos, que emergiram nas últimas duas décadas. Isso demonstra que ocorreu na região uma espécie de efeito multiplicador de negócios que já existiam e atraíram novos negócios. Por essa razão, viu-se nos estudos de economias de aglomeração uma possibilidade real de leitura e compreensão da dinâmica geoeconômica do Oeste catarinense.

Neste sentido, no capítulo quatro foi possível demonstrar, a partir da base teórica das economias de aglomeração, que o funcionamento da economia regional está amplamente amparado numa complexidade geoeconômica que vai muito além dos incontáveis trabalhos em Geografia e em Economia que trataram a região do ponto de vista setorial, ou seja, apenas a partir de um ou outro setor econômico. Essa compreensão não permite que a totalidade geoeconômica regional seja apreendida, pois suas conclusões são verdadeiras, mas em termos, porque são setoriais. Daí a importância de trabalhar com as bases teóricas de formação socioespacial e das economias de aglomeração, pois a primeira permite considerar o processo de construção econômica e social da região e a segunda permite considerar todo ganho de produtividade de qualquer que seja o setor produtivo como potencial para aproximar, do ponto de vista locacional, novos setores produtivos.

As economias de aglomeração, diferentemente dos primeiros estudos sobre localização industrial, passam a não ser mais responsáveis apenas pela atração de empresas a se localizarem numa determinada cidade. É muito mais que isso, pois elas são responsáveis, mesmo que não sejam as únicas, pelo dinamismo e pela capacidade de crescimento das empresas que aí se instalam (TINOCO, 2003). Neste contexto estão as mudanças que moldaram as economias de aglomeração nos últimos tempos, sobretudo mudanças conduzidas pelo aperfeiçoamento técnico, científico e pela rapidez de circulação de informações. Em decorrência disso, pode-se dizer que há uma nova caracterização regional no Oeste catarinense, a qual reconfigurou seus aspectos geoeconômicos e populacionais. Essas novas características decorrem do conjunto de investimentos públicos e privados realizados na região nas últimas duas décadas (2003-2016), os quais fizeram crescer a porcentagem da população vivendo nas cidades e as quantidades produzidas nos mais diferentes setores econômicos.

Neste cenário, existem diferentes manchas da região nas quais a intensidade das técnicas, da ciência e da inovação acontecem mais intensamente. Trata-se, portanto, da ocorrência desigual do desenvolvimento, mesmo se referindo a uma análise regional.

Chapecó, Caçador, Concórdia, Videira, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Maravilha e São Lourenço do Oeste são algumas cidades nas quais se encontram essas manchas desproporcionalmente presentes em relação ao restante das cidades e áreas da região. Refere-se às cidades regionais que, por um conjunto de fatores, tornaram-se lugares pegajosos, ou seja, de maior poder de atração e manutenção dos investimentos, com maior capacidade de atrair capitais. Markusen (1995) denominou essas áreas no interior das regiões como *stick place*, consideradas centralidades das diferentes economias de aglomeração que se formaram ao longo dos espaços regionais.

Foi possível verificar mais precisamente, considerando-se uma análise que envolveu as áreas de influência da atuação das empresas e o deslocamento das pessoas na região Oeste catarinense para utilização de alguns serviços básicos (bancos, universidades e local de trabalho), a presença de quatro importantes economias de aglomeração nesta região: uma que concentra a maior parte de suas atividades nas cidades de Caçador e Videira; outra que concentra suas atividades nas cidades de Concórdia e Joaçaba; uma terceira, que concentra maior parte das atividades nas cidades de Chapecó e Xanxerê; e a quarta economia de aglomeração, que concentra suas atividades na cidade de São Miguel do Oeste. Essas economias de aglomeração atuam em constante interconexão, mas possuem especificidades do ponto de vista do que produzem. Assim, não se trata de constatações rígidas e fixadas, mas de constatações de economias de aglomeração que se interrelacionam e que estão em constante movimento nas suas dinâmicas geoeconômicas.

Levando em consideração as exportações dos municípios que compõe cada economia de aglomeração, foi possível notar que Caçador e Videira é uma aglomeração econômica altamente especializada na produção de madeiras, papel e obras de madeira, assim como na produção de móveis, máquinas, aparelhos elétricos e produtos alimentares do reino vegetal. A economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba é mais especializada na produção de madeiras e suas obras, papel, máquinas e aparelhos elétricos, produtos da indústria química e produtos alimentares do reino vegetal. Já a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê é altamente especializada em produtos da indústria alimentar do reino vegetal e animal, mas também do setor de móveis e produtos têxteis, couros e calçados. Por fim, a economia de aglomeração de São Miguel do Oeste é a mais especializada na produção moveleira, mas também se destaca na produção agroalimentar do reino animal, na produção de madeiras e suas obras e de máquinas, equipamentos e aparelhos elétricos.

Os setores produtivos apontados como os principais das diferentes economias de aglomeração mostraram-se altamente dinâmicos e complexos nas suas estruturas produtivas. Uma das razões para tal afirmação é que nenhuma das economias de aglomeração tem mais de 50% da sua produção dependente de apenas um segmento produtivo. Ademais, o alto grau de complexidade conferido à economia regional como um todo, através do agrupamento das economias de aglomeração, mostrou-se amparado numa especialização dos sistemas produtivos, mas também numa diversificação produtiva, num processo em movimento e historicamente constituído. Esse processo construído historicamente privilegiou a emergência de negócios atrelados àqueles que sempre foram fortes na região, ou seja, os agronegócios, mas também de negócios novos que emergiram em outros setores.

O surgimento de novos negócios aprofundou a complexidade e o dinamismo geoeconômico nas economias de aglomeração. Entretanto, existem elementos nessa complexidade e nesse dinamismo que podem ser comparados às primeiras formulações teóricas sobre desenvolvimento econômico regional, tais como a teoria dos círculos de produção de Von Thünen (1826), a teoria da localização das indústrias de Weber (1909), a teoria dos lugares centrais de Christaller (1933), a teoria da ordem espacial da economia de Lösch (1940), para falar dos alemães. Mas também há a teoria dos distritos industriais de Marshall (1890), a teoria geral de investimentos do Estado na economia de Keynes (1936), do desenvolvimento econômico pelo progresso técnico de Schumpeter (1911), dentre outros, como Perroux (1955), Myrdal (1957), Hirschman (1958) e North (1955). Mais recentemente, após 1980, surgiram novos estudos para explicar as dinâmicas produtivas das economias regionais, como a ideia de arranjos produtivos locais (APLs) de Feix (2014).

Todos esses estudos mostraram suas contribuições e importância na periodização das compreensões científicas sobre o tema. Todavia, Smith (1988) chamou a atenção para o fato de que qualquer análise sobre economia no capitalismo deve considerar que o desenvolvimento não acontece de maneira homogênea. No Oeste catarinense, por conseguinte, foi possível identificar, nas economias de aglomeração, áreas contíguas (no eixo cortado basicamente pelo percurso da BR 282 e entre Chapecó e Concórdia, por exemplo) e áreas não contíguas de desenvolvimento econômico e social, refletindo, portanto, a tendência que os setores econômicos têm de se organizarem de maneira a se expandirem pelo interior de áreas regionais, mas com práticas de gestão dos negócios capitalistas que refletem, sobretudo, a concentração das atividades produtivas em pontos selecionados da região. Neste sentido, a economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê foi a que mais aglutinou municípios,

população, pessoal ocupado assalariado, maior salário médio mensal do pessoal ocupado, PIB, agências bancárias e quantidade de empresas.

Por outro lado, em termos da qualidade de vida avaliada pelo IDHM, encontrou-se certa similaridade entre as quatro economias de aglomeração estudadas, mas a economia de Concórdia e Joaçaba foi a que apresentou média de IDHM mais elevada, atingindo 0,749. Isso demonstra que, apesar das diferenças, das especializações, diversificações e da complexidade produtiva, a região Oeste catarinense não foge à regra do desenvolvimento capitalista, que se expande, mas tende a concentrar o desenvolvimento em pontos selecionados da região. Assim, a região é palco de atuação da burguesia empresarial que, atrelada ao poder de decisão política, define se haverá ou não investimentos produtivos nas diferentes cidades da região. Ademais, a região não foge à regra capitalista de possuir uma massa de trabalhadores assalariados que trabalham por um preço que, em vista do que é produzido, é muito barato.

Assim, considerando a diversificação produtiva das quatro economias de aglomeração a partir dos dados de exportação do ano de 2020, pode-se dizer que os dados desmontam as inúmeras teses, dissertações e artigos científicos que vinculam a dinâmica socioeconômica do Oeste catarinense somente aos agronegócios. É possível que isso seja afirmado porque há uma dinâmica produtiva complexa a ser estudada nesta região, que tem sua base nos agronegócios, mas vai muito além deles. Essa complexidade geoeconômica interfere diretamente na hierarquia urbana regional, gerando centralidades e funções das cidades muito específicas, mas que, de uma maneira ou de outra, estão atreladas ao conjunto de características geoeconômicas apresentadas até aqui. Neste sentido, com base na teoria dos lugares centrais de Christaller (1966), identificou-se a presença de uma cidade-região no Oeste catarinense que recebe pessoas e capital de toda a região e até mesmo de outros estados, como Paraná e Rio Grande do Sul, por motivos de comércio e serviços especializados, principalmente. Trata-se da cidade de Chapecó, que possui especialidades médicas, educacionais, bancárias, de inúmeros setores comerciais (como shopping center) e do aeroporto, com movimento importante de passageiros oriundos, expressivamente, do contexto regional.

Chapecó, portanto, está no topo da hierarquia urbana regional. Na sequência aparecem cidades consideradas muito importantes para a região, como Xanxerê, São Miguel do Oeste, Concórdia, Caçador, Videira e Joaçaba, consideradas, cidades grandes. Elas centralizam importantes serviços e atividades econômicas mais complexas em suas economias de aglomeração, mas também da região. Assim, mesmo que Chapecó tenha a importância

supracitada, esse conjunto de cidades sediam empresas, centros de ensino técnico e superior, hospitais e centros maiores de comércio de atacado e varejo. O crescimento econômico e a dinâmica produtiva verificada nessas cidades grandes é, em termos percentuais, equiparáveis ao crescimento verificado em Chapecó nos últimos anos, por exemplo, que é a única cidade da região acima de 200 mil habitantes. Isso demonstra que o crescimento destacado de Chapecó não é por conta de Chapecó, mas por conta do crescimento regional, sediado, principalmente, nas cidades grandes da região, há pouco citadas.

Em seguida, apareceram as cidades consideradas pequenas, as quais apresentaram certo dinamismo econômico e oferta de serviços e possibilidades de comércio menos especializados e diversificados, se comparado ao grupo de cidades grandes. Esse é o caso, por exemplo, das cidades de Abelardo Luz, Seara, Cunha Porã, Mondai, Itapiranga, Maravilha, dentre outras. Por fim, completa-se o raciocínio da hierarquia urbana do Oeste catarinense com as cidades vilas, ou seja, aquelas que estão submetidas à oferta de emprego, em maior número, das cidades pequenas e grandes e da própria cidade-região. Assim, serviços como cirurgias, agências bancárias e comércio mais especializado não é encontrado nas chamadas cidades vila. Esse é o caso, por exemplo, de cidades como Guaraciaba, São Carlos, Água Doce, Ipumirim, Itá, Catanduvás, dentre outras. Entretanto, deve-se considerar que, apesar dessa hierarquia urbana, existem empresas nas cidades de grande porte sediadas nas cidades vilas e nas cidades pequenas que dinamizam suas economias, bem como a de municípios vizinhos. Assim, a própria tentativa e hierarquização urbana é complexa, uma vez que há especificidades que podem fazer uma cidade estar em outro patamar. Faxinal dos Guedes, por exemplo, é considerada uma cidade pequena, mas, se for levado em consideração o setor de papel e celulose, tratar-se-ia de uma das cidades mais importantes da região. Mondai, por exemplo, também é considerada uma cidade pequena, mas nela se localiza a empresa móveis Henn, que emprega maior parte dos trabalhadores da própria cidade e de municípios vizinhos.

Portanto, a dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense apresenta-se incluída nas áreas industriais relevantes (AIRs) apresentadas por Diniz e Mendes (2021). Isso foi possível em razão da política econômica e da valorização das políticas sociais adotadas no Brasil entre 2003 e 2016. Essas políticas fizeram crescer substancialmente o número de empresas, a construção civil, o setor imobiliário, e permitiu ampliar a dinamização e complexidade produtiva regionais. As economias de aglomeração identificadas na região representam uma das leituras possíveis de se estudar essas mudanças, ficando claro, nesta perspectiva, que, por mais relevante que sejam os setores de serviços e a produção bruta de

matérias primas, o setor de transformação industrial continua como fundamental para que o dinamismo e o desenvolvimento econômico e social em regiões possam se efetivar.

REFERÊNCIAS

- ALBA, R. S. Apontamentos sobre a geografia do Oeste de Santa Catarina. In: ALBA, R. S. (Org.) **Estudos de geografia agrária do Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008, p. 19-47.
- ANFAVEA. **Unidades produzidas e exportadas de tratores de rodas no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.anfavea.com.br/estatisticas>. Acesso em 29 mar. 2021.
- AURORA. **Relatório Anual de 2000 a 2016**. Chapecó/SC, 2017.
- BALDE BRANCO. **Importação e competitividade do leite brasileiro**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.baldebranco.com.br/importacao-e-competitividade-do-leitebrasileiro/>. Acesso em: 18 ago. 2019.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – BADESC. **Relatório de atividades**. Florianópolis, 1975-1999.
- BANCO DO BRASIL. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 13, n. 4, p. 10-17, out./nov./ dez. 2004.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário de crédito rural**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE. **Relatório anual de atividades**. Porto Alegre, 1980-1996.
- BARBOSA FILHO, F. **Nota sobre evolução da produtividade no Brasil**. Nota técnica. IBRE-FGV, 2014.
- BELIK, Walter. **Agroindústria processadora e política econômica**. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), 1992.
- BELIK, Walter. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. Brasília: IPEA, 2015. 57 p. (Texto para discussão n. 2028).
- BESSA, Kelly. Estudos sobre a rede urbana: os precursores das teorias das localidades centrais. **Revista GeoTextos**, vol. 8, n. 1, p. 147-165, jul. 2012.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.
- BIELSCHOWSKY, R, et al. Formação de capital no ambiente das reformas econômicas brasileiras dos anos 1990: Uma abordagem setorial. In: BAUMANN, R. (Org.) **Brasil uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus. 1999.
- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de Desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: **Texto para Discussão**. n. 1828, Brasília: IPEA. abr. 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de investimento nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000. In: **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro** – Brasília: IPEA, 2014. p. 115-133.

BNDES. **O crescimento da economia brasileira 2018-2023**. Relatório do BNDES: Brasília, 2018.

BOUZAN, Ary. Mercado interno e desenvolvimento econômico. **Rev. adm. empresas**. vol. 2 nº 5. São Paulo, Sept./Dec. p. 73-88. 1962.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRITO, T. A. M de. **Região: leituras possíveis de Milton Santos**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2007.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS – CAGED. **Número de empregos formais no Brasil e no estado de Santa Catarina**. 2019-2020. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: mar. 2021.

CARIO, S. A. F.; BITTENCOURT, P. F.; SEABRA, F.; NICOLAU, J. A. **Processo de Desindustrialização em Santa Catarina**. Relatório de pesquisa. Fiesc. 2012.

CAMILO, Pablo Jonas. **A dinâmica geoeconômica da comercialização, logística e transporte da cadeia produtiva do leite na região Sul do Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2018.

CAMPOS. Indio. **Os colonos do Rio Uruguai: relação entre a pequena produção e a agroindústria no Oeste Catarinense**. Campina Grande: UFPB, 1987. (Dissertação, Mestrado em Economia).

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.

CANO, Wilson. Brasil: desenvolvimento econômico e questão regional: 1930-1990. **Texto preparado para o 47º International Congresso f americanists** – New Orleans – USA – 7-11 July – 1991.

CASTRO, A. B. **Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

CASTRO, A. B. Renegade development: rise and demise of state-led development in Brazil. In: SMITH, W. C.; ACUÑA, C. H.; GAMARRA, E. A. (Org.). **Democracy, markets and structural reform in Latin America: Argentina, Bolivia, Brazil and Mexico**. Transaction Publishers, 1993.

CASTRO, A. B. O Plano Real e o Reposicionamento das Empresas. In: VELLOSO, J. P. R. (Coord.). **Brasil desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1997.

CASTRO, P. R. V. Do Estado ao mercado: a trajetória do crédito rural brasileiro e as diversas fontes de financiamento, período colonial ao século XXI. **Revista Informações Econômicas**, SP, v. 47, n. 3, jul./set. p. 40-49, 2017.

CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. - Brasília: Ipea, 2014.

CAVALCANTE, L. R. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista brasileira de estudos regionais e urbanos**, v. 2, p. 9-32, 2008.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA – Esalq/Usq. **Boletim Cepea do agronegócio brasileiro**. 2015.

CHANDLER, Alfred. **The Visible Hand**. Cambridge, Mass: Harvard University Press. 1977.

CHANDLER, Alfred. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Org. Thomas K. McCraw. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. 344p.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. Prentice-Hall/ Englewood Cliffs, 1966. 230p.

CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. In: Boletim Geográfico, ano XXII, n. 179 mar/abr, CNG/IBGE. 1964.

CONCEIÇÃO, C. S.; FEIX, R. D. (Org.). **Elementos conceituais e referências teóricas para o estudo de Aglomerações Produtivas Locais**. Porto Alegre: FEE, 2014.

CONTEL, Fabio Betioli. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 119-134, Apr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24 nov. 2020.

CONTEL, Fabio Betioli. Os conceitos de região e regionalização: aspectos de sua evolução e possíveis usos para a regionalização da saúde. **Saúde e Sociedade** [online]. 2015, v. 24, n. 2, pp. 447-460.

CONTINI, E. et al. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, CONAB, ano XV, n. 1, jan.-fev.-mar. 2006, p. 5-28. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/475>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de redes urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 29, n. 4, p. 93-116, 1967.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro, IBGE-Ministério da Habitação e Urbanismo, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n.1, p. 61-83, jan./mar. 1988.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: editora Ática. 1989a.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Série Princípios. 1989b.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, a. 57, n. 1, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo, 7ª Edição: Editora Ática. 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Repensando a teoria das localidades centrais. In: CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.15-40.
- CORREA, Adolfo N. Melhoramento genético de suínos em Santa Catarina. In: **Anais do 1º Simpósio Nacional de Melhoramento genético de Suínos**. Concórdia. 1997.
- DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Competitividade e participação: cadeias produtivas e a participação dos espaços geoeconômicos, global e local**. São Paulo: Annablume, 2003.
- DATASEBRAE. **Total de empresas em Santa Catarina**. Disponível em: <<https://datasebra.com.br/totaldeempresas/>>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 25, nº 1 (97), pp. 113-130, janeiro-março, 2005.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. Tradução de Orlando Valverde. **Boletim Geográfico**, vol. 2, n. 14, p. 141-148, 1944.
- DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo, Ícone-UNICAMP, 1985.
- DICKEN, P. **Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem continua polarização, **Nova Economia**, v.3, n 1, 1993.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, v. 6, n. 1, 1996.
- DINIZ, Clélio Campolina; MENDES, Philipe, Scherrer. **Tendências regionais da indústria brasileira no século XXI**. Texto para discussão, Nº 2640, IPEA, Rio de Janeiro. 2021.
- DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte. **Mapas e bases dos modos de transporte**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/dados-de-transportes/bit/bitmodosmapas>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- ELLERY JR., R. Produtividade Total dos Fatores no Brasil no período pós-reformas. **Economia Aplicada**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 617-633, 2017.

EMBRAPA. **Anuário leite 2018**: indicadores, tendências e oportunidades para quem vive no setor leiteiro. 2018.

EPAGRI/CEPA. **Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina**. Síntese Anual da Agricultura Catarinense, 1976-2018. Disponível em: <http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_1976.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

ESPÍNDOLA, C. J. **As Agroindústrias no Brasil**: o caso Sadia. Chapecó. Grifos, 1999.

ESPÍNDOLA, Carlos. José. **As Agroindústrias de Carne do Sul do Brasil**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. FFLCH/USP, 2002.

ESPÍNDOLA, Carlos José. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 27, n. 53, p. 89-114, abr. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2012v27n53p89>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ESPÍNDOLA, Carlos José. As duas macroformações socioespaciais do Sul do Brasil na gênese da indústria de carnes. **Ensaio FEE (online)**, v. 37, p. 715-738, 2016a.

ESPÍNDOLA, Carlos. J. Ciclo de crescimento da economia brasileira e desempenho do agronegócio catarinense. **Geografia (Londrina)**, v. 25, p. 91-109, 2016b.

ESPÍNDOLA, Carlos. J. Agronegócios e o dinamismo geoeconômico da região metropolitana de Chapecó pós-2003. **Anais do XV SIMPURB**, Salvador: UFBA, 2017, p. 01-20.

ESPÍNDOLA, Carlos. J. Configurações socioespaciais das estruturas produtivas catarinense pós-2000. **Revista Entre-Lugar**, v. 11, n. 21, p. 159-182, jun. 2020. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/12054/5735>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. Os agronegócios no desenvolvimento econômico brasileiro. In: ALMADA, Jhonatan, A.; DE PAULA, L. F.; JABBOUR, E. K. (Orgs.). **Repensar o Brasil**. Rio de Janeiro: AMFG, 2020, p. 372-402.

EXTERCKOTER, R. K. **Resiliência e desenvolvimento regional**: o papel da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2016.

FARIAS, Fernando Rodrigo. **A dinâmica econômica do cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2015.

FEBRABAN. Federação Brasileira dos Bancos. **Agências e postos bancários por município**. 2020-2021. Disponível em: <https://www.buscabanco.org.br/Estatisticas>. Acesso em 08 del. 2021.

FIESC. Observatório Fiesc. **Indicadores de empregos industriais**. 2021. Disponível em: <<https://observatorio.fiesc.com.br/indicadores/empregos>>. Acesso em 10 jun. 2021.

FILHO, Vinicius de Lucca. **Geografia das feiras de negócios em Santa Catarina**: origem, evolução e dinâmica das transformações. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2014.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **BRDE**: da hegemonia à crise de desenvolvimento. Porto Alegre: BRDE, 1988.

FONSECA, M. D. G. D. **Concorrência e progresso técnico na indústria de máquinas para agricultura**: um estudo sobre trajetórias tecnológicas. 1990. (Tese de Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo.

FREEMAN, C. **Technology policy and economic performance**: lessons from Japan. Londres: Printer Publishers, 1987.

FRESCA, Tânia Maria. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. **The spatial economy**: cities, regions, and international trade. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2000.

FUJITA, Camila. **Dilema urbano-ambiental na formação do território brasileiro**: desafios ao planejamento urbano no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDESC. **Análise setorial**: indústria de transformação alimentar no Médio Vale do Itajaí – frigoríficos. Florianópolis, 1971.

FÜRSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 8 (1), p. 139-154, 1987.

GOLO, Cristiomar. **Reconfigurações espaciais do Oeste** catarinense: considerações acerca do rural e do urbano (1917-2013). 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

GONÇALVES, José Sidnei. Carmas da questão agrária: movimentos sobre falsos dualismos gerando falsos paradigmas. **Informações Econômicas**, SP, v.34, n.7, jul. 2004, (p. 41-44).

GONÇALVES, José Sidnei. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, SP, v. 35, n. 4, abr. 2005, (p. 7-35).

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Campinas: UNICAMP, 2001. (Tese de doutorado) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo.

GOULARTI FILHO, Alcides. **A formação econômica de Santa Catarina**. 3 ed. Ver. – Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Unicamp, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José e KAGEYAMA, Angela. **Do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

GRIGGS, R. P. E. **A madeira em Santa Catarina (1930-1970)**. Curitiba: UFPR, 1974.

GRUPO AMANHÃ. **100 maiores empresas de Santa Catarina**. 2019. Disponível em: <<https://amanha.com.br/500maiores/#100maioressc>>. Acesso em 23 de fev. 2021.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do rio do Peixe**. Joaçaba: UNOESC, 1996. 168p.

HENN, Cristiane Gretzler. **Chapecó (SC) para além do polo regional, uma cidade média no Oeste catarinense**. UFRGS, 2011. (Dissertação de mestrado). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

HENTZ, Carla. **O programa de aquisição de alimentos – PAA como estratégia de reprodução socioeconômica na microrregião geográfica de Chapecó – SC**. Presidente Prudente: UNESP, 2016. (Dissertação de Mestrado) Instituto de Geografia, Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo.

HENTZ, Carla. **Relações campo-cidade no Oeste catarinense: da agroindústria de carnes ao consumo produtivo**. Presidente Prudente: UNESP, 2021. (Tese de Doutorado) Instituto de Geografia, Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Edição original de 1958.

HOOVER, E. M. **Location theory and the shoe and leather industries**. Cambridge: Harvard University Press, 1936.

GIOVANINI, A. **Mudança estrutural no século XXI: a contribuição dos serviços intermediários para o aumento na complexidade econômica**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Economia e Relações Internacionais. 2018, 443p.

GROSSELI, Carliana. **O processo de verticalização da cidade de Chapecó/SC: 2010 a 2017**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão-PR, 2020.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934-1997.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas**, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6449>. Acesso em: 29 nov. 2021.

IBGE. **Censo Demográfico**, 1960-2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=42&dados=0>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IBGE. **Coordenação de Contas Nacionais**. Rio de Janeiro, 1971-1999. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 22 out. 2019.

IBGE. **Estimativas da população**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 26 fev. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=resultados>. Acesso em: 13 nov. 2021.

IBGE. **Produto interno bruto dos municípios: 2010** / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais – Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101458.pdf>. Acesso em 23 mar. 2019.

IBGE. **Produto interno bruto dos municípios: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

IBGE. **Produção Pecuária Municipal**. 1994-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 1974-2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2017>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

IBGE. **Produto Interno Bruto: 2018-2020** / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais Trimestrais – Rio de Janeiro: IBGE, 2018-2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais-trimestrais-taxa#evolucao-taxa>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p. Disponível em: <<liv101728.pdf> (ibge.gov.br) 01728.pdf (ibge.gov.br)>. Acesso em: 18 out. 2021.

INEP. **Estatísticas educacionais**. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data>>. Acesso em: 29 set. 2020.

ISARD, W. **Location and space economy: a general theory relating industrial location, markets areas, land use, trade and urban structure**. Cambridge: MIT Press, 1956.

JACOBS, J. **The economy of cities**. Nova York: Random House, 1969.

KAYSER, Bernard. **A região como objeto de estudo da geografia**. In: GEORGE, Pierre et al. (Org.). *A geografia ativa*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p. 279-321.

KROETZ, L. R. **As estradas de ferro de Santa Catarina (1910-1960)**. Curitiba: UFPR, 1975. (Dissertação de mestrado)

JANK, M. S. **Agronegócio versus Agricultura Familiar? O Estado de São Paulo**, 05/07/2005, p. A-2. 2005.

KRUGMAN, P. **Development, geography, and economic theory**. 4. ed. Massachusetts: MIT Press, 1998.

LAGE, Raquel Rodrigues. **As corporações multinacionais e sua inserção na economia catarinense dos anos 90**. UFSC, 2009. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFSC, Florianópolis, Santa Catarina.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: a terra, o homem e a economia**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1968.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Reprimarização do território brasileiro. **Revista espaço e economia**. v. 19. pp. 1-32. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/15957#quotation>. Acesso em: 20. Dez. 2021.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. *Papers: revista de sociologia*, Año: 1974, número 3, p. 2019-229.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Desarrollo del capitalismo en Rússia**. Aliança: México, 1974.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LENZ, Talita. **A Geografia da indústria de Software em Santa Catarina: concentração e dispersão espaciais**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2015. Programa de Pós graduação em Geografia, Florianópolis, 2015, 378p.

LINS, Hoyêdo Nunes. Mudanças econômicas e possibilidades dos territórios: observações sobre a trajetória recente do Oeste de Santa Catarina. **Revista catarinense de Economia**, v. 1, n. 1. Florianópolis/SC. pp. 94-119. 2017.

LÖSCH, A. *Die räumliche ordnung der wirtschaft*. Jena: Gustav Fischer, 1940. Translation: **The economics of location**. New Haven-CN: Yale University Press, 1954.

MAMIGONIAN, Armen. Habitat rural e urbano. In: SANTA CATARINA. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: IBGE/DEGC, 1958.

MAMIGONIAN, Armen. Vida Regional em Santa Catarina. **Orientação**, IGEO/USP, p. 35-39, set. 1966.

MAMIGONIAN, Armen. **Indústria**. In: Atlas de Santa Catarina. Florianópolis, GAPLAN. 1986.

MAMIGONIAN, Armen. **A geografia e “a formação social como teoria e como método.”** In: SOUZA, Mária Adélia Aparecida de (Org.). In: O mundo do cidadão, um cidadão do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 198-206.

MAMIGONIAN, Armen. **As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina**. In: O mundo que o português criou. Recife: CNPq/Fjn, 1999.

MAMIGONIAN, Armen. **Capitalismo e Socialismo em Fins do Século XX** (Visão Marxista), mimeo, 2000.

MAMIGONIAN, Armen. **Estudos sobre o Pensamento Geográfico**. 2005. 290 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MAPAS CATARINENSES. **Departamento estadual de Geografia e Cartografia**. 1949-1990. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/>. Acesso em 19 jun. de 2019.

MARKUSEN, Ann. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 5, n. 2. dez. 1995. pp. 9-44.

MARKUSEN, Ann. Sticky places in slippery space: a typology of industrial districts. **Economic geography**, v. 72, n. 3, p. 293-313, July 1996.

MARKUSEN, Ann. **Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator**. In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B. Economia e território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics**. 7ª edição. Editora palgrave macmillan, 1916.

MARTINS, Leonardo. **A indústria madeireira de São Lourenço do Oeste/SC**. 2020. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2020.

MARX, Karl. O rendimento e suas fontes. In: **Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. Vol I. 13ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MATTEI, Lauro. Evolução do crédito do pronaf para as categorias de agricultores familiares a e a/c entre 2000 e 2010. **Revista Economia do Nordeste**. Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 58-69, jul-set., 2014.
- MATTEI, Lauro e FOSSÁ, Juliano. Evolução do crédito rural no estado de Santa Catarina entre 2007 e 2016. **Revista Grifos**. Unochapecó, v. 26, n. 43, p. 65-82. 2017.
- MDIC. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira: Municípios - 2019**. Brasília: MDIC, 2019. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercioexterior/balanca-comercial-brasileira-municipios>>. Acesso em: 02 out. 2019.
- MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportações municípios**. 2020. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- MEDEIROS, Marlon Clovis. **Industrialização e agricultura: o complexo agroindustrial do arroz de Santa Catarina**. Cascavel: Edunioeste, 2009.
- MEDEIROS, Marlon Clovis. **As bases teóricas para interpretação do papel do capital financeiro na agricultura**. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2017. 34 p.
- MONASTERIO, Leonardo; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Fundamentos do pensamento econômico regional**. In: CRUZ, B. de O.; FURTADO, B. A.; MONASTERIO, L.; JÚNIOR, W. R. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.
- MONBEIG, Pierre. Capital e Geografia. In: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1957.
- MORAES, Cristina de. **Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar: a formação territorial do Oeste catarinense (1880/1940)**. UNESP, 2018. (Tese de doutorado) Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), Rio Claro, São Paulo.
- MOTTA, F. O. **Manual de localização industrial: uma tentativa de adequação da teoria à realidade**. Recife: BNB/ETENE, 1960.
- MOTTA, Diana Meirelles da. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana / IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR**. Brasília: IPEA, 2001.
- MOTTER, Crislaine. **A cidade de Chapecó e suas centralidades: uma análise a partir dos subcentros e eixo comercial**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

MOURA, Rosa. Arranjos urbano-regionais no Brasil: o conteúdo modificado da concentração e da desigualdade. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 115, p. 199-210, jul./dez. 2008.

MÜLLER, Geraldo. **A economia política do CAI**. Anais do congresso brasileiro de economia e sociologia rural, Lavras, n. 26, 1986.

MUNHOZ, D. G. **Economia Agrícola - Agricultura, uma Defesa dos Subsídios**. Editora Vozes. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1982.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária – UFMG, 1960. Edição original de 1957.

NAKAHODO, S. N. e JANK, M. S. **A falácia da “doença holandesa” no Brasil**. Instituto de estudos do comércio e negociações internacionais – Documento de pesquisa. São Paulo, março de 2006. 26p.

NETO, João Amato. A indústria de máquinas agrícolas no Brasil: origens e evolução. **Rev. adm. empres**. São Paulo, v. 25, n. 3, p. 57-69, Sept. 1985.

NORTH, D. Location theory and regional economic growth. **Journal of Political Economy**, v. 63, n. 3, p. 243-58, 1955.

O CRUZEIRO. **Jornal Cruzeiro do Sul** (Joaçaba), ano 1, n. 9, 14 de janeiro de 1934.

OLIVEIRA, P. D. **A rede urbana no extremo Oeste catarinense: uma reflexão sobre sua formação**. Dissertação (Mestrado em urbanismo, história e arquitetura da cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro tecnológico. 2016; Programa de Pós graduação em Urbanismo, história e arquitetura da cidade – PGAU, 2016, 170 p.

PADILHA, Wilian. **Capital financeiro e cooperativismo agropecuário no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2019. Programa de Pós graduação em Geografia – PPGG, Florianópolis, 2019, 459p.

PELUSO JUNIOR. **O relevo do estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IBGE/CNG/DEGC, série 1, n. 3, 1952.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 99-129, jan. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13604>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

PERROUX, F. O conceito de polo de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 145-156, 1977. Edição original de 1955.

PERTILE, N. **Formação do Espaço Agroindustrial em Santa Catarina: O Processo de Produção de Carnes no Oeste Catarinense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PLANO SANTA CATARINA 2030. Florianópolis. 2018. 181p.

PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2010. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PORTER, M. E. **The competitive advantage of nations**. Nova York: Free Press, 1990.

PRATES, D. M.; FRITZ, B.; DE PAULA, L. F. O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômicas e social dos governos do PT ao governo Temer. In: ALMADA, J.; DE PAULA, L. F.; JABBOUR, E. K (Orgs). **Repensar o Brasil**. Rio de Janeiro: AMFG, 2020, p. 234-275.

RADIN, J. C. e CORAZZA, G. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Ed. UFFS, 2018.

RANGEL, Ignácio M. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB. 1957.

RANGEL, Ignácio. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: Hucitec. 1980.

RANGEL, Ignácio M. **Ciclo, Tecnologia e Crescimento** (coleção de ensaios). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RANGEL, Ignácio. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

RANGEL, Ignácio. **Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro**. São Paulo: Biental. 1990.

RANGEL, Ignácio; BENJAMIN, César (Org.). **Obras Reunidas**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS. **Evolução do salário mínimo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/tabelas>>. Acesso em: out. 2020.

RIZZI, Aldair T. **Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria alimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil**. Tese de doutorando, Campinas. 1993.

RONÇANI, L. D. e GOULARTI FILHO, A. A trajetória recente da economia catarinense (2000-2010): na contramão do crescimento? **Revista Acta Scientiarum**. Maringá, v. 37, n. 1, p. 53-64, Jan.-Jun, 2015.

SANTA CATARINA. Governador (1900-1943: vários). **Mensagens do governador apresentadas ao Congresso Representativo/Assembleia Legislativa**. Florianópolis, 1900-1943.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método**. In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 54, jun. 1977 (p. 81-99).

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: EdUSP, 2008.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- SCHMITZ, Sérgio. **Bancos privados e públicos em Santa Catarina: a trajetória do BDE – contribuição à história bancária catarinense**. (Tese de professor titular) São Paulo: USP/FFLCH, 1991.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1982. Edição original de 1911 (Os Economistas).
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism, and democracy**. Nova York: Harper, 1942.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.
- SCOTT, A. J. **City-Regions: economic motors and political actors on the global stage**. Los Angeles: UCLA Department of Public Policy and Department of Geography. 2005.
- SCOTT, A. J. e STORPER, M. The Nature of Cities: The Scope and Limits of Urban Theory. **International Journal of Urban and Regional Research**. V. 39. Pp: 1-15. 2015.
- SEBRAE-SC. **Santa Catarina em Números**. Florianópolis/Sebrae/SC. 117 p, 2018. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero>>. Acesso em: 26 set. 2019.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SED/SC. **Estatísticas educacionais**. 2018. Disponível em: <<http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadueportal.aspx>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- SERPA, Ivone Maria. **Da produção colonial ao sistema agroindustrial: a modificação do perfil produtivo da região de Chapecó (1920-1980)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.
- SILVA, Marcos Aurélio da. **Gênese e dinâmica competitiva da indústria de equipamentos elétricos do Sul do Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2005.

SILVEIRA, M. R. **Circulação, transporte e logística e seus impactos na fluidez e na competitividade territorial no Brasil.** In: SILVEIRA, M. R. e JUNIOR, N. F. F (Orgs.). *Circulação, transportes e logística no Brasil.* Florianópolis: Insular. 2019.

SILVESTRIN, ALVIRIO. **Bodanese a geração de um pioneiro.** 2 ed. Chapecó, coleção biografias, 1999.

SINGER, P. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.** São Paulo: Editora nacional e Editora da USP. 1968.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana,** 2.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção do espaço. Editora Bertrand Brasil S.A: Rio de Janeiro-RJ. 1988.

SOUZA, Joel José de. **O complexo agroindustrial de laticínios no Brasil:** o caso da Região Sul. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2014.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas de centralidade urbana. **Revista Território,** Rio de Janeiro, v. 3, p. 27-37, 1998.

STORPER, Michael. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JÚNIOR, O. A. (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana:** o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 23- 63, 1994.

STORPER, Michael. **The regional world:** territorial development in a global economy. London, Guilford Press, 1998.

STORPER, Michael; VANABLES, Anthony, J. O Burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C. C. D; LEMOS, M. B. (Orgs) **Economia e Território.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SZMRECSÁNYI, T. e RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: Szmrecsányi, T. e Suzigan, W. (Orgs.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo.** São Paulo, Ed. HUCITEC, 1997. p. 227-249.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre a economia brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TEM. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais – RAIS.** 2016. Disponível em: <<https://portalfat.mte.gov.br/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais-2016/>>. Acesso em: 19 set. 2020.

TESTA, Vilson Marcos et al. **O desenvolvimento sustentável no oeste catarinense:** proposta para discussão. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TIEBOUT, C. M. Exports and regional economic growth. **The Journal of Political Economy**, v. 64, n. 2, p. 160-164, 1956.

TINOCO, Alexandre. Das economias de aglomeração às externalidades dinâmicas de conhecimento. **Revista Estudos urbanos e regionais**. V. 5. n. 1, p. 47-61. 2003.

UDESC. **Reitor apresenta projeto sobre núcleo do leite da Udesc para deputados estaduais**. 09 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://www.udesc.br/ceplan/noticia/reitor_apresenta_projeto_sobre_nucleo_do_leite_da_udesc_para_deputados_estaduais>. Acesso em: 02 fev. 2021.

USDA. United States Department of Agriculture. **Market and trade data**. 2017. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/psdonline/psd--Query.aspx>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

USDA. Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. **Principais países produtores de produtos agropecuários**. 2018. Disponível em: <<https://www.usda.gov/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas et al. Origens, evolução e tendências da indústria de máquinas agrícolas. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 719-744, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jul. 2019.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; FISCHLOW, Alberto. **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade**. Brasília: Ipea, 2017.

VIGNATTI, Marcilei Andrea Pezenatto. **Modificações territoriais induzidas pelas hidrelétricas do rio Uruguai, no Oeste catarinense**. 2013. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VON DENTZ, Eduardo. **Dinâmica espacial da acumulação de capital do agronegócio: o caso do Mato Grosso**. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR.

VON DENTZ, Eduardo; ESPÍNDOLA, Carlos José. Desempenho econômico-produtivo dos principais agronegócios da Mesorregião do Oeste Catarinense (2000-2016). **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 57, p. 334-350, abr. 2019a. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/18481/14467>>. Acesso em 15 mai. 2019.

VON DENTZ, Eduardo; ESPÍNDOLA, Carlos José. Dinâmica produtiva da pecuária na mesorregião Oeste catarinense: especialização e diversificação da produção no período de 2000 a 2017. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 175-196, 2019b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p175>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

VON THÜNEN, J. H. **The isolated state**. New York: Pergamon Press, 1966. Edição original de 1826.

WAIBEL, Leo. **Princípios da colonização europeia no sul do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, Ano 11, n. 2, abr./jun. 1949.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**, 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WEBER, A. **Theory of the location of industries**. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2014. 152 p.

WORLD BANK. **World Bank Indicators**. 2016. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em: fev. 2020.

ZANELLA, Ana Paula. **Formação agroindustrial do Oeste de Santa Catarina: infraestruturas como processos de desenvolvimento regional**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

APÊNCIDES

APÊNDICE 1: instrumentos pesquisa – roteiro de entrevistas

Primeiro passo: explicação da ideia geral da tese e apresentação do pesquisador, seguido das perguntas ao entrevistado. As perguntas são abertas, permitindo-se que a partir das respostas obtidas pudesse ocorrer a realização de perguntas que não constam na presente lista.

a) Entrevistas com gestores públicos

- 1) Conhecendo o entrevistado: origem da família, de onde os pais/avós vieram? O que faziam? Que ano vieram para o Oeste catarinense?
- 2) Quando começou a história na política? Como essa história foi acontecendo ao longo do tempo?
- 3) Como você se tornou candidato(a) pela primeira vez?
- 4) Por quantos anos o partido que você pertence governou o município? Quem era base e quem era oposição nos governos progressistas do período em que você participou?
- 5) Como era o município, a cidade, antes de ter o governo progressista?
- 6) Quando o governo progressista assume o município, o que foi feito para ter ocorrido a retomada econômica no município? O que foi sintomático depois do governo progressista?
- 7) Houve mudança do plano diretor para o crescimento das áreas industriais? Para o início do processo de verticalização urbana?
- 8) Como foi a relação do governo progressista com o setor empresarial do município?
- 9) No período de governo progressista, o que você viu surgir de novo do ponto de vista de empreendimentos no município? Novas empresas? Quais negócios surgiram?
- 10) Conhece a história de alguém que foi do Oeste catarinense para o Mato Grosso, por exemplo, ganhou a vida lá e voltou a investir aqui na região em prédios, negócios?
- 11) O que você poderia dizer que o município fez para atrair empresas (isenção fiscal, doação de terrenos, garantias jurídicas, etc)?
- 12) Como a prefeitura trabalhou a expansão econômica após anos 2000 do ponto de vista da infraestrutura? Qual foi o suporte que o município deu?
- 13) Ocorreram as (PPPs) Parcerias Público e Privadas? Por que essas parcerias deram resultado em alguns casos, mas em outros não?

b) Entrevistas com gestores e/ou dirigentes de empresas privadas

- 1) Conhecendo o entrevistado: qual sua origem familiar? Qual sua formação profissional e sua trajetória profissional/
- 2) O que faz na empresa? A empresa possui filiais? Quantas e qual a função de cada filial?
- 3) Há quanto tempo a empresa está inserida no município? Brevemente, qual a história da empresa?
- 4) Existem particularidades nesta empresa que são raras em empresas de outros setores econômicos?
- 5) O que a empresa leva em conta para tomar as decisões de investimentos?
- 6) Como foi o processo de estruturação da empresa?
- 7) Houve momentos em que a empresa buscou recursos públicos para algum tipo de investimento?
- 8) Qual era o contexto do setor em que a empresa atua quando foi criada? Quais foram as principais mudanças ocorridas ao longo do tempo?
- 9) Em caso de a empresa ter buscado recursos públicos, quais foram? Especificar, se possível.
- 10) Quais são as principais mudanças pensando nas estratégias de mercado e de produção da empresa na década de 1990 e nos anos 2000?
- 11) Onde estão localizados os principais clientes? O mercado da empresa é local, regional, nacional, internacional? Qual o processo percorrido para chegar nesses mercados?
- 12) Se possível, poderia fornecer dados, em formato de relatório empresarial, sobre as quantidades produzidas, número de funcionários, mercado interno e externo atendidos, dentre outras informações relevantes da empresa que possam servir à esta pesquisa?

APÊNDICE 2: Relação dos entrevistados

Quadro 12 – Relação de entrevistas realizadas com gestores públicos e privados no período execução da pesquisa (2018-2021).

Entrevistas com gestores públicos				
Nº	Nome do(a) entrevistado(a)	Cargo/função	Data	Município
1	Clóvis Dorigon	Diretor da unidade da Epagri de Chapecó	18/11/2018	Chapecó
2	Marcilei Vignatti	Vereadora de Chapecó	18/02/2019	Chapecó
3	Valdir Crestani	Secretário de desenvolvimento rural e meio ambiente de Chapecó	19/02/2019	Chapecó
4	Márcio Sander	Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Chapecó	18/02/2019	Chapecó
5	Dirceu Dresch	Ex-deputado estadual de SC	19/02/2019	Pinhalzinho
6	Renato Romancini	Secretário de Desenvolvimento econômico de São Miguel do Oeste	19/02/2019	São Miguel do Oeste
7	Maria Tereza Capra	Vereadora de São Miguel do Oeste	06/02/2020	São Miguel do Oeste
8	Fabiano da Luz	Deputado estadual de SC	11/07/2020	Pinhalzinho
9	Pedro Uczai	Deputado Federal de SC	07/07/2021	Online
Entrevistas solicitadas, mas não atendidas: secretários (as) de desenvolvimento econômico dos municípios de Caçador, Joaçaba, Concórdia e Xanxerê. Deputada estadual Luciane Carminatti.				
Entrevistas com gestores de empresas privadas				
Nº	Cargo/função do(a) entrevistado(a)	Empresa	Data	Município
10	Diretor de vendas e marketing	Dass	13/12/2019	Saudades
11	Agricultor	Produtor de leite	27/02/2020	Tunápolis
12	Agricultor	Produtor de leite	25/02/2020	Anchieta
13	Agricultor	Produtor de frangos	22/02/2020	Xaxim
14	Agricultor	Produtor de suínos	03/03/2020	Cunha Porã
15	Agricultor	Produtor de soja	05/03/2020	Xanxerê
16	Gerente de produção	Cooperativa Aurora Alimentos	20/03/2021	São Miguel do Oeste
17	Proprietários	Letavo Alimentos	16/03/2021	Guaraciaba

18	Proprietários	Cervejaria Fritz Bier	18/03/2021	São João do Oeste
Entrevistas solicitadas em empresas, mas não atendidas: Parati alimentos, Torfresma Industrial, Piracanjuba, Bragagnolo papel e embalagem, JBS, Industrial madeireira, CM participações, Guararapes papéis, Tupy pré-moldados, Renovigi energia solar, Eletro Zagonel.				

Fonte: arquivo pessoal.